

**UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO – CCHC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**MARIA CECILIA GARCEZ LEME**

**TERRITÓRIOS E/M AFETOS ROUBADOS: DESENVOLVIMENTO URBANO E  
PROCESSOS DE DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DE PESSOAS MENORES DE  
IDADE EM SITUAÇÃO DE RUA E DE RISCO SOCIAL**

**BLUMENAU**

**2019**

**TERRITÓRIOS E/M AFETOS ROUBADOS: DESENVOLVIMENTO URBANO E  
PROCESSOS DE DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DE PESSOAS MENORES DE  
IDADE EM SITUAÇÃO DE RUA E DE RISCO SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Fundação Universidade Regional de Blumenau, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Regional, na linha de pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento do Território.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Lilian Blanck de Oliveira

BLUMENAU 2019

Ficha catalográfica elaborada por Everaldo Nunes – CRB 14/1199  
Biblioteca Universitária da FURB

---

L551t

Leme, Maria Cecilia Garcez, 1963-

Territórios e/m afetos roubados: desenvolvimento urbano e processos de des(re)territorialização de pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social / Maria Cecilia Garcez Leme. - Blumenau, 2019.  
339 f. : il.

Orientador: Lilian Blanck de Oliveira.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Bibliografia: f. 292-309.

1. Desenvolvimento regional. 2. Crescimento urbano. 3. Territorialidade humana. 4. Populações vulneráveis. 5. Menores. 6. Menores de rua. 7. Menores de rua - Brasil - Costa Rica. 8. Política pública. I. Oliveira, Lilian Blanck de, 1956-. II. Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

---

CDD 362.7044

**TERRITÓRIOS E/M AFETOS ROUBADOS: DESENVOLVIMENTO URBANO E  
PROCESSOS DE DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DE PESSOAS MENORES DE  
IDADE EM SITUAÇÃO DE RUA E DE RISCO SOCIAL**

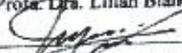
Por

**MARIA CECILIA GARCEZ LEME**

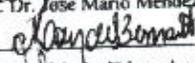
Tese aprovada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor(a) em  
Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Regional -  
PPGDR, da Universidade Regional de Blumenau -  
FURB, pela banca examinadora formada por:



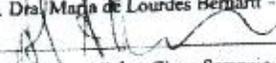
Presidente: Profa. Dra. Lilian Blanck de Oliveira - FURB



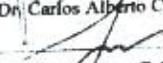
Membro: Prof. Dr. Jose Mario Méndez Méndez - UNA



Membro: Profa. Dra. Maria de Lourdes Bernart - UTFPR

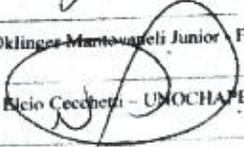


Membro: Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio - FURB



Membro: Prof. Dr. Luciano Felix Florit - FURB

Membro: Prof. Dr. Oklíngea Mantovaneli Junior - FURB - Suplente



Membro: Prof. Dr. Ncio Cecchetti - UNOCHAPECÓ - Suplente

Prof. Dr. Clovis Reis

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Regional

Blumenau, 22 de novembro de 2019.

*Para Lúcia.*

*Se infinitas vidas houvesse, infinitas vezes teríamos sido irmãs.*

## AGRADECIMENTOS

A Geovanni, companheiro de vida, que me inspira sempre e me acompanha na descoberta de novos caminhos para trilhar e novos céus para lançar-se em voo.

A Viviane e Estevão, cunhada e irmão queridos, que fizeram possível uma estadia segura e confortável em Blumenau.

A Rocío e Juan Pablo, amigos sempre presentes, pelo cuidado de nossa casa na Costa Rica durante o período de doutoramento.

À professora Lilian Blanck de Oliveira, pela amizade e companhia, e pela sábia e cuidadosa orientação em cada etapa de elaboração desse trabalho.

Ao GPEAD - Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento da FURB, que me recebeu em sua dinâmica, reflexões e pesquisas, oferecendo-me a possibilidade de crescer e aprender.

Aos professores Carlos Alberto Cioce Sampaio, José Mario Méndez Méndez, Luciano Félix Florit e Maria de Lourdes Bernartt, pela atenta leitura do texto e pelas enriquecedoras reflexões e contribuições.

À Universidad Nacional de Costa Rica, que disponibilizou uma bolsa de estudos para meu tempo de doutoramento.

À Escuela Ecuémica de Ciencias de la Religión, unidade acadêmica onde trabalho, que me incentivou a realizar o doutoramento e me apoiou em cada etapa desse processo.

Às equipes docente e administrativa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB, que muito me ensinaram e apoiaram acadêmica e administrativamente.

Ao Projeto Quixote, pela alegre acolhida e importante colaboração para o entendimento e análise da realidade da infância e adolescência em situação de rua e de risco social na cidade de São Paulo. Especialmente, gratidão a Alberto Antonio Comuana, Cecilia Motta, Graziela Bedoian, Maria Inês Rondello, Marina da Silva Rodrigues e Raonna Caroline Ronchi Martins.

Ao Patronato Nacional de la Infancia, principalmente ao Departamento de Atención Inmediata, pelo constante cuidado das pessoas menores de idade em situação de vulnerabilidade/vulnerabilização em San José, e pela disponibilidade para compartilhar suas

experiências e seus conhecimentos. Especialmente, gratidão a Alice Mora Sánchez, Anargerie Alvarado Ulloa, Ana Teresa León Sánchez, Carolina Gutiérrez Carvajal, Giovanni Marín Acuña e Paola Villalobos Alonso.

## RESUMO

A presente pesquisa, em relatório de tese, integra a linha de pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento do Território, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e do Grupo de Pesquisa Ethos, Desenvolvimento e Alteridade (GPEAD). Consistiu em investigar relações entre desenvolvimento urbano e processos de des(re)territorialização de pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na região central das cidades de São Paulo - Brasil e San José - Costa Rica no período de 2000 a 2017, com vistas a identificação de referenciais, possibilidades e/m desafios para vivências de cuidado, solidariedade e equidade social, para/com esta parcela da população regional no atual contexto latino-americano. Metodologicamente, a pesquisa assumiu o enfoque qualitativo, de caráter bibliográfico, documental, social e dialogante, sendo mediada/tecida pelas/com experiências educativas do *Departamento de Atención Inmediata* do *Patronato Nacional de la Infancia*- DAI/PANI (Costa Rica) e Projeto Quixote (Brasil), o que permitiu um aprendizado a partir da diversidade e complexidades comunitárias e institucionais, com aproximações e recortes diferenciados das realidades envolvidas, onde a infância e pessoas educadoras do DAI/PANI e do Projeto Quixote foram interlocutoras e coaprendentes durante o processo de pesquisa. A aproximação às experiências socioeducativas se deu através de entrevistas semiestruturadas em encontros dialogados, buscando averiguar não somente interações e incidências socioeducativas, mas também a contribuição na geração, implantação e/ou implementação de Políticas Públicas relacionadas a propostas de/para um desenvolvimento de caráter sustentável, equitativo e solidário. Os resultados da investigação sinalizaram que: a) perspectivas e processos de desenvolvimento urbano estão intrinsecamente relacionados com processos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social; b) perspectivas e processos de desenvolvimento que visam exclusivamente crescimento econômico geram desigualdades econômicas e vulnerabilidades sociais, como a infância em situação de rua e de risco social; perspectivas e processos de desenvolvimento que buscam inclusão social e implementam políticas públicas, integrando cuidado pessoal, familiar, comunitário e social de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade/vulnerabilização favorecem a efetiva implantação dos direitos das pessoas menores de idade; territórios de afeto, proteção e pertencimento para e com crianças em situação de rua e vulnerabilidade social são características e exigências intrínsecas de um desenvolvimento de/com cuidado para com a vida, a natureza, o outro. O estudo contribui para

pesquisas e práticas no tocante a reflexão, aprofundamento e revisão de/em pressupostos epistemológicos, analíticos e de incidência social em Instituições Públicas, Organizações Não Governamentais (ONGs), Universidades e sociedade civil no sentido de oferecer referenciais para possíveis rupturas com vistas ao extermínio dos ciclos de violência que vêm caracterizando as relações inter-humanas e com o meio ambiente nas grandes cidades latino-americanas.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento urbano. Desenvolvimento cuidador. Território. Infância vulnerabilizada. Brasil. Costa Rica.

## RESUMEN

La presente investigación, en informe de tesis, integra la línea de investigación Estado, Sociedad y Desarrollo del Territorio, del Programa de Pos-Graduación en Desarrollo Regional (PPGDR), de la Fundación Universidad Regional de Blumenau (FURB) y del Grupo de Investigación Ethos, Desarrollo y Alteridad (GPEAD). Consistió en investigar relaciones entre desarrollo urbano y procesos de des(re)territorialización de personas menores de edad en situación de calle y de riesgo social en la región central de las ciudades de São Paulo - Brasil y San José - Costa Rica en el periodo del 2000 a 2017, hacia la identificación de referenciales, posibilidades y/en desafíos para vivencias de cuidado, solidaridad y equidad social, para/con esta parte de la población regional en el actual contexto latinoamericano. Metodológicamente, la investigación asumió el enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico, documental, social y dialogante, siendo mediada/tejida por/con las experiencias educativas del Departamento de Atención Inmediata del Patronato Nacional de la Infancia - DAI/PANI (Costa Rica) y Proyecto Quixote (Brasil), lo que permitió un aprendizaje desde la diversidad y complejidades comunitarias e institucionales, con acercamientos y recortes diferenciados de las realidades involucradas, donde la infancia y personas educadoras del DAI/PANI y del Proyecto Quixote fueron interlocutoras y coaprendientes durante el proceso de investigación. El acercamiento a las experiencias socioeducativas se dio a través de entrevistas semiestructuradas en encuentros dialogados, buscando averiguar no solamente interacciones e incidencias socioeducativas, sino también la contribución en la generación, implantación e/o implementación de Políticas Públicas relacionadas a propuestas de/para un desarrollo de carácter sustentable, equitativo y solidario. Los resultados de la investigación señalaron que: a) perspectivas y procesos de desarrollo urbano están intrínsecamente relacionados con los procesos de des(re)territorialización de las personas menores de edad en situación de calle y de riesgo social; b) perspectivas y procesos de desarrollo que buscan exclusivamente el crecimiento económico generan desigualdades económicas y vulnerabilidades sociales, como la infancia en situación de calle y de riesgo social; perspectivas y procesos de desarrollo que buscan inclusión social e implementan políticas públicas, integrando cuidado personal, familiar, comunitario y social de personas y grupos en situación de vulnerabilidad/vulnerabilización favorecen la efectiva implantación de los derechos de las personas menores de edad; territorios de afecto, protección y pertenimiento para y con niños y niñas en situación de calle y vulnerabilidad social son características y exigencias intrínsecas de un desarrollo de/con cuidado de la vida, la naturaleza, el otro. El estudio contribuye para investigaciones y

prácticas relacionadas a reflexión, profundización y revisión de/en presupuestos epistemológicos, analíticos y de incidencia social en Instituciones Públicas, Organizaciones No Gubernamentales (ONGs), Universidades y sociedad civil en el sentido de ofrecer referenciales para posibles rupturas con vistas al exterminio de los ciclos de violencia que vienen caracterizando las relaciones interhumanas y con el medio ambiente en las grandes ciudades latinoamericanas.

**Palabras-claves:** Desarrollo urbano. Desarrollo cuidador. Territorio. Infancia vulnerabilizada. Brasil. Costa Rica.

## ABSTRACT

This research, in a thesis report, integrates the research line State, Society and Territory Development, the Graduate Program in Regional Development (PPGDR), the Blumenau Regional University Foundation (FURB) and the Ethos, Development and Alterity Research Group (GPEAD). It consisted of investigating the relationship between urban development and processes of de (re)territorialization of underprivileged people at street and social risk in the central region of the cities of São Paulo - Brazil and San José - Costa Rica from 2000 to 2017, with a view to identifying references, possibilities and/or challenges for experiences of care, solidarity and social equity, for/with this portion of the regional population in the current Latin American context. Methodologically, the research took the qualitative approach, bibliographic, documentary, social and dialogical, being mediated / woven by / with educational experiences of the *Department of Immediate Attention of the National Patronage of Childhood - DAI/PANI* (Costa Rica) and Project Quixote (Brazil), which allowed for learning from the diversity and complexities of the community and the institutions, with different approaches and cut-outs of the realities involved, where childhood and educators of DAI/PANI and Project Quixote were interlocutors and co-learners during the research process. The approach to socio-educational experiences was through semi-structured interviews in dialogued meetings, seeking to ascertain not only interactions and socio-educational impacts, but also the contribution in the generation, implementation and/or implementation of public policies related to proposals for sustainable development, equitable and supportive. The results of the research indicated that: a) perspectives and processes of urban development are intrinsically related to processes of de (re)territorialization of underage street people and social risk; b) perspectives and development processes that aim exclusively at economic growth generate economic inequalities and social vulnerabilities, such as homelessness and social risk; development perspectives and processes that seek social inclusion and implement public policies, integrating personal, family, community and social care of vulnerable people and groups favor the effective implementation of the rights of minors; territories of affection, protection and belonging to and with homeless children and social vulnerability are characteristics and requirements intrinsic of a development of/with care for life, nature, the other. The study contributes to research and practices regarding the reflection, deepening and review of / on epistemological, analytical and social impact assumptions in Public Institutions, Non-Governmental Organizations (NGOs), Universities and civil society in order to offer references for possible disruptions with aimed at the extermination of the cycles of violence

that have been characterizing inter-human relations and the environment in large Latin American cities.

**Keywords:** Urban Development. Caregiver development. Territory. Vulnerable childhood. Brazil. Costa Rica.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistematização da problemática de pesquisa .....	31
Figura 2 - Epistemologia .....	38
Figura 3 - Conceitos centrais da pesquisa .....	45
Figura 4 – Temáticas para entrevista/encontro dialogado.....	54
Figura 5 – Pegadas epistemológicas.....	55
Figura 6 - Sistematização do desenvolvimento limitado ao crescimento econômico .....	69
Figura 7 - Dimensões de sustentabilidade.....	91
Figura 8 - Movimentos territoriais das pessoas menores de idade em situação de rua .....	154
Figura 9 - Desenvolvimento cuidador.....	252
Figura 10 - Inter-relação entre liberdades substanciais e liberdades instrumentais .....	257
Figura 11 - Ecoteologia.....	279
Figura 12 - Perspectivas de cuidado.....	284

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de pessoas em situação de rua entre 2000 e 2015 na cidade de São Paulo .....	145
Quadro 2 - Número de pessoas em situação de rua e acolhidos entre 2000 e 2015 na cidade de São Paulo.....	145
Quadro 3 - Distribuição normal e porcentual de pessoas em situação de rua por sexo em 2015 na cidade de São Paulo .....	145
Quadro 4 - Idade das pessoas em situação de rua por faixa etária em 2015 na cidade de São Paulo ..	146
Quadro 5 - Pessoas menores de idade trabalhadoras na rua por faixa etária em 2017 na cidade de San José.....	148
Quadro 6 - População urbana e rural no Brasil de 1960 a 2010.....	191
Quadro 7 - Taxa porcentual da urbanização brasileira de 1960 a 2010 .....	191
Quadro 8 - População urbana e rural no estado de São Paulo de 1960 a 2010 .....	192
Quadro 9 - Taxa porcentual da urbanização no estado de São Paulo de 1960 a 2010 .....	192

## **LISTA DE APÊNDICES**

Apêndice 1 – Encontros dialogados - roteiro de/para entrevista semiestruturada.....	310
Apêndice 2 - Autorização institucional do PANI para realização de entrevista .....	312
Apêndice 3 - Autorização institucional do Projeto Quixote para realização de entrevista .....	313
Apêndice 4 - Síntese das respostas / PANI .....	314
Apêndice 5 - Síntese das respostas / Projeto Quixote .....	329

## LISTA DE SIGLAS

<b>ACNUR</b>	Alta Comissão das Nações Unidas para os Refugiados
<b>CAF</b>	Corporação Andina de Fomento
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CAPS</b>	Centro de Atenção Psicossocial
<b>CCHC</b>	Centro de Ciências Humanas e da Comunicação
<b>CCSS</b>	Caja Costarricense de Seguro Social
<b>CEAGESP</b>	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
<b>CEI-IUL</b>	Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa
<b>CF</b>	Constituição da República Federativa do Brasil
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
<b>CLACSO</b>	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
<b>CMAS</b>	Conselho Municipal de Assistência Social
<b>CMDCA</b>	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>CNA</b>	Código de la Niñez y Adolescencia
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CONARE</b>	Consejo Nacional de Rectores
<b>DAI</b>	Departamento de Atención Inmediata
<b>DH</b>	Defensoría de los Habitantes
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>EDNA</b>	Estado de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia en Costa Rica
<b>EECR</b>	Escuela Ecueménica de Ciencias de la Religión
<b>FIB</b>	Felicidade Interna Bruta
<b>FIPE</b>	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
<b>FURB</b>	Fundação Universidade Regional de Blumenau
<b>GAM</b>	Grande Área Metropolitana
<b>GPEAD</b>	Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IEN</b>	Informe Estado de la Nación
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>IMAS</b>	Instituto Misto de Ajuda Social
<b>INEC</b>	Instituto Nacional de Estadística y Censo
<b>INEINA</b>	Instituto de Estudios Interdisciplinarios de la Niñez y la Adolescencia
<b>INS</b>	Instituto Nacional de Seguros
<b>INVU</b>	Instituto Nacional de Vivienda y Urbanismo
<b>ITCR</b>	Instituto Tecnológico de Costa Rica
<b>IUCN</b>	União Internacional para a Conservação da Natureza
<b>MST</b>	Movimento Sem Terra
<b>MTSS</b>	Ministério de Trabalho e Seguridade Social
<b>OCDE</b>	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>OIJ</b>	Organismo de Investigación Judicial
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONG</b>	Organização não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OSCIP</b>	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>PANI</b>	Patronato Nacional de la Infancia.
<b>PDM</b>	Plan de Desarrollo Municipal de San José

<b>PENDHS</b>	Programa Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible de Costa Rica
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PMSP</b>	Prefeitura Municipal de São Paulo
<b>PNB</b>	Produto Nacional Bruto
<b>PNDR</b>	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PNUMA</b>	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
<b>PPGDR</b>	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
<b>PPGE</b>	Programa de Pós-Graduação em Educação
<b>PPGEPS</b>	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas
<b>PPGL</b>	Programa de Pós-Graduação em Letras
<b>PRIDENA</b>	Programa Interdisciplinario de Estudios y Acción Social de Derechos de la Niñez y Adolescencia
<b>PROAD</b>	Programa de Atendimento a Dependentes do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo
<b>SDR</b>	Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
<b>SMADS</b>	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
<b>SNPI</b>	Sistema Nacional de Protección Integral
<b>UCR</b>	Universidad de Costa Rica
<b>UNA</b>	Universidad Nacional de Costa Rica
<b>UNED</b>	Universidad Estatal a Distancia
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>UTFPR</b>	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
<b>WWF</b>	Fundo Mundial para a Vida Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - BUSCANDO SINALIZAR PEGADAS, TRILHAS E/M MOVIMENTOS NA JORNADA INVESTIGATIVA.....</b>	22
1.1 CONTEXTO E PROBLEMÁTICA DE PESQUISA: INFÂNCIA VULNERABILIZADA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA .....	22
1.2 JUSTIFICATIVA: PEGADAS QUE ILUMINAM E ENDOSSAM A JORNADA .....	32
1.3 OBJETIVOS, PRESSUPOSTOS E HIPÓTESES: “NO HAY CAMINO, SE HACE CAMINO AL ANDAR...” .....	36
1.4 CAMINHO METODOLÓGICO: NAS PEGADAS POR UMA EPISTEMETODOLOGIA DECOLONIAL E INTERCULTURAL.....	37
1.5 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS: AO OLHAR PARA TRÁS, UMA TRILHA SINALIZA E SOCIALIZA A JORNADA EMPREENDIDA.....	56
<b>CAPÍTULO 2 - DESENVOLVIMENTO URBANO E/OU CIDADES (IN)SUSTENTÁVEIS: UMA MIRADA LATINO AMERICANA .....</b>	58
2.1 DESENVOLVIMENTO URBANO E/NA/PARA AMÉRICA LATINA: CONCEITOS, PROCESSOS E/OU HERANÇAS (!?).....	58
2.2 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: METAS A ATINGIR OU URGÊNCIAS EMERGENTES DE SUPERAÇÃO (!?).....	73
2.3 POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (!?): AVANÇOS E CRÍTICAS .....	81
2.4 SÍNTESE: JARDINS E FLORES PARA TODAS AS CRIANÇAS NAS CIDADES (!?).....	94
<b>CAPÍTULO 3 - INFÂNCIAS VULNERABILIZADAS: EM BUSCA DE TERRITÓRIOS DE HOSPEDAGEM E CUIDADO .....</b>	96
3.1 INFÂNCIA: ABORDAGEM CONCEITUAL E HISTÓRICA.....	96
3.1.1 Infância na época da conquista e colonização: Brasil e Costa Rica .....	103
3.1.2 História da infância na educação latino-americana: um olhar através das ideias pedagógicas geradas no continente.....	112
3.2 VULNERABILIDADE INFANTIL: PESSOAS MENORES DE IDADE EM SITUAÇÃO DE RUA E DE RISCO SOCIAL .....	122
3.3 SÍNTESE: TERNURA, PÃO, CASA E CUIDADO PARA TODAS AS CRIANÇAS NAS CIDADES (!?).....	130
<b>CAPÍTULO 4 - RUAS E CAMINHOS QUE (DES)(RE)TERRITORIALIZAM, (DES)ORIENTAM E (DES)ENCANTAM (!?) .....</b>	131
4.1 O CONCEITO TERRITÓRIO E SUAS DERIVAÇÕES: OCUPAÇÃO, APROPRIAÇÃO E SIMBOLIZAÇÃO.....	131
4.2 MOVIMENTOS TERRITORIAIS DAS PESSOAS MENORES DE IDADE EM SITUAÇÃO DE RUA E DE RISCO SOCIAL: EM BUSCA DE “ALCANÇAR O LONGE”.....	137

4.3 ORGANIZAÇÕES DE APOIO E ACOLHIDA: TERRITÓRIOS DE HOSPEDAGEM E CUIDADO .....	156
4.3.1 Projeto Quixote: uma outra história é possível .....	158
4.3.2 Patronato Nacional de la Infancia / Departamento de Atención Inmediata: liderança em matéria de direitos e desenvolvimento de crianças e adolescentes .....	162
4.4 SÍNTESE: À ESPERA DE ALGUÉM QUE OS LEVE E O DIREITO DE ALCANÇAR O LONGE PARA TODAS AS CRIANÇAS NAS CIDADES (!?) .....	166
<b>CAPÍTULO 5 - SÃO PAULO E SAN JOSÉ: CIDADES DES(RE)TERRITORIALIZADORAS</b> .....	168
5.1 A CIDADE DE SAN JOSÉ: FLORES QUE ROMPEM O ASFALTO... .....	169
5.2 A CIDADE DE SÃO PAULO: FLORES QUE VENCEM O TÉDIO, O ASCO E O ÓDIO.....	188
5.3 SÍNTESE: FLORES, FLORESCIMENTO E BELEZA PARA TODAS AS CRIANÇAS NAS CIDADES (!?).....	205
<b>CAPÍTULO 6 - ROMPENDO DUALISMOS TERRITORIAIS E ACADÊMICOS</b> .....	207
6.1 AFETOS ROUBADOS: A VULNERABILIZAÇÃO DA INFÂNCIA .....	211
6.1.1 Vulnerabilização da infância nas ruas de San José .....	213
6.1.2 Vulnerabilização da infância nas ruas de São Paulo .....	216
6.2 TERRITÓRIOS ROUBADOS (?!): O CONSTANTE PERAMBULAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....	222
6.2.1 O perambular de crianças e adolescentes pelas ruas de San José.....	222
6.2.2 O perambular de crianças e adolescentes pelas ruas de São Paulo .....	225
6.3 DESENVOLVIMENTO URBANO E INFÂNCIA VULNERABILIZADA: “TODAVÍA NOS QUEDA MUY DISTANTE ESSE PAÍS INCÓGNITO QUE SOÑAMOS...” .....	229
6.3.1 Desenvolvimento urbano e infância vulnerabilizada em San José.....	232
6.3.2 Desenvolvimento urbano e infância vulnerabilizada em São Paulo .....	233
6.4 CUIDAR E DESENVOLVER: BEM VIVER COMO INSPIRAÇÃO E DESAFIO PARA ESPAÇOS URBANOS .....	236
6.5 SÍNTESE: EM BUSCA DE PAÍSES, CIDADES E DESENVOLVIMENTOS QUE INCLUAM E RESPEITEM AS CRIANÇAS.....	247
<b>CAPÍTULO 7 - ENVOLVER PARA (DES)ENVOLVER: POR UM DESENVOLVIMENTO CUIDADOR</b> .....	249
7.1 OUTROS DESENVOLVIMENTOS: REFLEXÕES PROPOSITIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO CUIDADOR .....	252
7.2 CORRENTES EDUCATIVAS LATINO-AMERICANAS: REFLEXÕES PROPOSITIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO CUIDADOR.....	262
7.3 ECOTELOGIAS: REFLEXÕES TEOLÓGICAS PROPOSITIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO CUIDADOR .....	269

7.4 DESENVOLVIMENTO CUIDADOR: URGÊNCIA NOS/DOS CONTEXTOS URBANOS DA AMÉRICA LATINA .....	279
7.5 SÍNTESE: COLO, (A)BRAÇO, ACOLHIMENTO E CUIDADO PARA TODAS AS CRIANÇAS NAS CIDADES (!?).....	286
<b>CAPÍTULO 8 - A GUIA DE UMA (IN)CONCLUSÃO .....</b>	<b>288</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>292</b>

## CAPÍTULO 1

### BUSCANDO SINALIZAR PEGADAS, TRILHAS E/M MOVIMENTOS NA JORNADA INVESTIGATIVA

*Caminante, son tus huellas el camino y nada más.  
Caminante, no hay camino, se hace camino al andar.  
Al andar se hace el camino, y al volver la vista atrás  
se ve la senda que nunca se ha de volver a pisar.  
Caminante no hay camino, sino estelas en la mar.<sup>1</sup>*

#### 1.1 CONTEXTO E PROBLEMÁTICA DE PESQUISA: INFÂNCIA VULNERABILIZADA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

As sociedades latino-americanas estão vivendo na atualidade as consequências de históricas crises sociais provocadas por leituras e práticas de um desenvolvimento de características colonizantes, comprometido com a priorização do capital em detrimento de um *estar bem* para e com todos os seres humanos e o meio ambiente. Geralmente, situações conflituosas são identificadas como um problema de abrangência nacional ou regional, no entanto, para a busca e identificação de possíveis saídas e/ou soluções é necessário considerar causas e manifestações nas suas dinâmicas contextuais rurais e/ou urbanas, privadas e/ou públicas, informais e/ou institucionais.

Em relação aos crescentes processos de desterritorialização populacional das zonas rurais e reterritorialização nas zonas urbanas no continente latino-americano, um número significativo de pessoas passou a viver em função das cidades, consideradas como centros energéticos do mundo. Quando a urbanização não é bem planejada e as políticas públicas não são suficientemente orientadas para organizar a vida e a convivência nas cidades, a consequência mais imediata é a degradação social, econômica e ambiental no/do território. A explosão urbana provoca a formação de inúmeros e diferenciados sistemas dinâmicos complexos e, por vezes, problemáticos, o que exige uma abordagem sistêmica para buscar conhecê-los, explicá-los e analisá-los, em busca de possíveis interações e superações.

---

<sup>1</sup> Caminhante, são tuas pegadas no caminho e nada mais. Caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar. Ao andar se faz o caminho, e ao olhar para trás se vê o caminho que nunca se voltará a pisar. Caminhante não há caminho, senão rastros no mar. Em: MACHADO, Antonio. **Campos de Castilla**. 4ª Ed. Editor: Geoffrey Ribbans. España: Cátedra, 2008. (Esta e as demais traduções ao longo do texto são *traduções livres*, realizadas pela autora).

No âmbito dessa pesquisa, o enfoque se coloca em um dos graves problemas sociais que, de forma crescente, vem se apresentando nas cidades latino-americanas da atualidade: *a infância vulnerabilizada e abandonada*, que se evidencia através da presença de *crianças e adolescentes vivendo e/ou trabalhando nas ruas*. A realidade da infância vulnerabilizada nas grandes cidades pode ser considerada uma das expressões de *violência urbana*, decorrente da degradação social, econômica e ambiental.

A violência urbana (dos crimes e mortes, dos acidentes de carros, da destruição da natureza, da precariedade da habitação, das explosões de revolta) é a expressão viva do caráter contraditório da cidade industrial – ela é, ao mesmo tempo, potência de criação e destruição, catalisadora de energia e máquina de morte. Já nos autores do século XIX que descreveram a cidade industrial europeia, esta aparece como uma poderosa e fascinante máquina que se alimenta da energia da natureza e de muitos homens, mulheres e crianças e os leva à exaustão e pobreza. (ROLNIK, 1995, p.89).

A violência, como fenômeno construído socialmente, concretiza-se através de múltiplas manifestações, cujos significados variam historicamente de acordo com o momento e o contexto em que se produzem. A designação de uma situação como violenta se dá a partir de referências valorativas, éticas e normativas próprias da cultura, das formas de exercício do poder predominantes, dos conteúdos da moral e dos direitos assumidos pela sociedade em que se produzem, gerando consequências diretas ou indiretas que causam danos, limitam ou impedem o exercício pleno dos direitos humanos.

Nos cenários de violência urbana, evidencia-se a violência contra pessoas menores de idade de forma específica e, apesar de evidente, a violência contra essas pessoas tem se tornado socialmente invisível. Tal invisibilidade reflete a naturalização da violência, do abandono e da exclusão. Em outras palavras, a invisibilização da violência contra as pessoas menores de idade denota incapacidade de indignação de boa parte da sociedade, e falta de compromisso dos poderes públicos diante da vulnerabilização da infância. “A infância se define para nós como aquilo que as crianças fazem e onde fazem. Se não as vemos no lugar certo, fazendo o que deveriam fazer, simplesmente não as vemos.” (MATIAS; FRANCISCHINI, 2010, p.263).

A caracterização da *infância vulnerabilizada* e o entendimento dos mecanismos que instalam e legitimam socialmente a violência contra crianças e adolescentes são fundamentais para investigações, análises e interações com esta problemática, uma vez que, “desde una perspectiva histórica los términos de vulnerabilidad, inclusión y exclusión evocan las nociones

de marginalidad, pobreza, igualdad, desigualdad y justicia.”<sup>2</sup> (HENAO; GÓMEZ, 2013, p.142).

Nas manifestações da violência urbana, faz-se necessário entender a caracterização de *peessoas menores de idade em situação de rua e de risco social* com as devidas adequações e contextualizações aos diferentes contextos urbanos onde se encontram, pois crianças e adolescentes em situação de risco social não estão, necessariamente, em situação de rua. Nesse sentido, a categoria *rua* também deve ser analisada, considerando-se as especificidades de cada cidade e/ou país.

Uma característica importante das pessoas menores de idade em situação de rua é sua impermanência territorial, ou seja, são como nômades urbanos, não se estabelecem no mesmo espaço territorial durante muito tempo. Por um lado, existe uma permanência territorial na rua com tudo o que isso implica: moradia, alimentação, estabelecimento de diferentes relações; por outro lado, constata-se uma impermanência territorial, ou seja, um constante perambular, uma constante mudança territorial em busca de proteção, novos espaços de sobrevivência e pertencimento.

Sabemos que os meninos e meninas seguem a pulsação da cidade. Como segui-los em sua luta diária pela sobrevivência, se a cidade também muda sua pulsação a cada dia? Diante disto, é preciso atualizar permanentemente um diagnóstico desta situação. Um diagnóstico que ofereça subsídios para a avaliação da prática, ao mesmo tempo em que a oriente. (CÂNDIDO, 1996, p.6).

As pessoas menores de idade em situação de rua não frequentam escola, algumas nunca a frequentaram e outras foram expulsas da instituição escolar. Seus vínculos familiares foram rompidos, suas experiências no cumprimento de medidas socioeducativas, sobretudo as de internação, na maioria das vezes deixam marcas de violência e desamor, o que as torna arredias e desconfiadas em uma primeira tentativa de aproximação ou de intervenção socioeducativa. (LEME, 2008).

Por outro lado, o aspecto ético-estético também é uma abordagem necessária para o estudo do fenômeno pessoas menores de idade em situação de rua. A opinião geral da população é de que o cenário urbano seria mais agradável e a cidade seria esteticamente mais bonita sem a presença de pessoas morando nas ruas. Essa realidade vem incomodando os valores socialmente estabelecidos, alimentando a ideia exaustivamente difundida de que é

---

<sup>2</sup> A partir de uma perspectiva histórica os termos vulnerabilidade, inclusão e exclusão evocam as noções de marginalidade, pobreza, igualdade, desigualdade e justiça.

necessário isolar os “meninos de rua” em grandes instituições de recuperação ou mesmo prisionais, para dedicar-lhes um tratamento de choque. Sobre isso, adverte Luis Carlos Restrepo: “Para ser bem sucedido em nossa cultura, é imperioso tornar-se insensível a muitas vivências singulares, a fim de assumir uma máscara estereotipada que não delate nossas emoções nem nossas dúvidas, isto é, que não denuncie a radical diferença daqueles fenômenos com os quais entramos em contato”. (RESTREPO, 2001, p.27). Outro aspecto importante é o uso da linguagem/nomenclatura empregada, para compreender e diferenciar as expressões: “meninos *de* rua”, “meninos *na* rua” e “meninos *em situação de* rua”.

A realidade das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social nas cidades de São Paulo (Brasil) e San José (Costa Rica), dois centros urbanos de grande porte latino-americanos, por exemplo, representa uma lesão de direitos inalienáveis do cidadão criança e adolescente. No Brasil, esses direitos estão elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8069/90. Na Costa Rica, é o Código de la Niñez y Adolescencia (CNA), Lei 7739/98, que rege os direitos das pessoas menores de idade. Ambos os marcos legais estão inspirados e respaldados pela Convenção sobre os Direitos da Criança<sup>3</sup>, de 1989, e pela Constituição Política de cada país: Constituição da República Federativa do Brasil (CF), de 05 de outubro de 1988, e Constitución Política de la República de Costa Rica, de 07 de novembro de 1949.

No Brasil, o ECA impulsionou um aumento significativo de organizações de atendimento e acolhida das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, em um processo de aprendizagem do cuidado social dessa população, de acordo com as novas prescrições legais. Por outro lado, a promulgação do ECA gerou/gera reflexões e debates sobre a situação da infância e da juventude, principalmente nas grandes cidades brasileiras, na busca de garantia dos direitos dessa população através de políticas públicas que efetivamente tratem a infância como prioridade absoluta (art. 227 da CF<sup>4</sup> e art. 4º do ECA). Há vozes e posturas diversas e, por vezes, antagônicas na interpretação do ECA, as quais demonstram diversidade de percepção e entendimento da realidade das pessoas menores de idade.

Vivemos uma situação falaciosa, na qual os que falam do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) frequentemente não o leram. Algo como as falas empoderadas sobre a Bíblia ou *O Capital*, que acabam por comprometer a

---

<sup>3</sup> A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança – Carta Magna para as crianças de todo o mundo – em 20 de novembro de 1989, e, no ano seguinte, o documento foi oficializado como lei internacional. A Convenção sobre os Direitos da Criança é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 196 países.

<sup>4</sup> [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) (Acesso em 20 maio 2019)

qualidade da intervenção pelo desconhecimento ou epitelaridade do orador. É sempre um desafio falar de um problema social sem incorrer no saudosismo ou apelar para a futurologia. Quando a questão envolve a infância e adolescência, ficamos entre a utopia e o pragmatismo. Há os que consideram o Estatuto um estímulo à impunidade – para esses, sugiro a leitura dos artigos 103 a 125 dessa lei civilizatória. Há os que dizem ser a infância e a adolescência uma questão a ser tratada exclusivamente pela família – para esses é recomendável a leitura do art. 4º do ECA. Há também os que creem que o ECA trata apenas das crianças e adolescentes em desvio de conduta, conflito com a lei, ou em situação de risco – nesse caso, é essencial a leitura do art. 1º do Estatuto, pois este instrumento legal abrange a todos. (COLARES, 2001, p.162).

Na Costa Rica, a partir da década de 1990, vários setores da sociedade impulsionaram a revisão do marco jurídico nacional à luz da Convenção dos Direitos da Criança. Tal revisão resultou na promulgação do CNA, lei nacional que rege os direitos das pessoas menores de 18 anos. Dessa forma, o país conta com uma legislação que prescreve a garantia socioeconômica e cultural como direito para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, entendidos como sujeitos de direitos.

Es innegable la importancia que para el desarrollo del país tiene el Código, siendo múltiples y valiosos los aportes positivos logrados para enriquecer y nutrir la interrelacionalidad entre las personas menores de edad entre sí, además del Estado, la sociedad y la familia, desde el reconocimiento de la especificidad del tema y la autonomía de los Derechos de la Niñez y Adolescencia.<sup>5</sup> (UNICEF Costa Rica, 2008).<sup>6</sup>

Em um cenário de explícita lesão de direitos, mas com o amparo legal para desenvolver ações de proteção e defesa das pessoas menores de idade, surgem organizações de apoio e acolhida. Tais organizações, algumas originadas por políticas públicas, outras pela iniciativa da sociedade civil, representam *territórios de acolhida* e hospedagem para crianças e adolescentes que necessitam e procuram *atenção e cuidado*.

As instituições de atendimento constituem-se como contextos importantes de desenvolvimento para crianças e adolescentes em situação de rua. Os educadores e funcionários desses serviços têm sido descritos como pessoas significativas na vida dessas crianças, que buscam esses locais quando se encontram doentes, famintas, amedrontadas ou simplesmente sozinhas. Buscam, também, para comer, dormir, ter abrigo e lazer. Além da importância afetiva e protetiva das instituições de atendimento, essas se

---

<sup>5</sup> É inegável a importância que para o desenvolvimento do país tem o Código, sendo múltiplos e valiosas as contribuições positivas alcançadas para enriquecer e nutrir a interrelacionalidade entre as pessoas menores de idade entre si, além do Estado, a sociedade e a família, desde o reconhecimento da especificidade do tema e a autonomia dos Direitos da Infância e Adolescência

<sup>6</sup> [https://www.unicef.org/costarica/media\\_12771.htm](https://www.unicef.org/costarica/media_12771.htm) (Acesso em 15 abril 2019)

constituem enquanto principal política pública para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. (SANTANA et al., 2010, p.405).

Tomemos como exemplo o Projeto Quixote, uma OSCIP sem fins lucrativos, que atua na cidade de São Paulo desde 1996. Seu principal objetivo é a transformação da história de crianças, jovens e famílias que vivem em situações de risco, através do atendimento clínico, pedagógico e social integrados. Esse atendimento busca, ainda, gerar e disseminar conhecimento. Os fundadores do Projeto Quixote, Auro Danny Lescher e Graziela Bedoian, assim descrevem as origens do trabalho:

Em 1996, chega ao Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (Proad), ligado ao Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), um pedido de supervisão a educadores que trabalhavam com crianças usuárias de droga nas imediações da Ceagesp, entreposto de alimentos da cidade de São Paulo que abastece mercados e restaurantes. Forma-se uma equipe de psiquiatra e psicólogos que, no início do trabalho, já depara com histórias de crianças e jovens perambulando entre caminhões, caixas e muito lixo misturado a restos de comida. (LESCHER; BEDOIAN, 2017, p.22).

Na Costa Rica, o PANI é uma instituição pública inspirada pela Lei N° 39, de 06 de agosto de 1930, como dependência da Secretaria de Previsão Social. Sua criação se define mais tarde, no artigo 55 da Constituição Política de 1949, que indica que a proteção especial da mãe e do menor deverá estar a cargo de uma Instituição autônoma denominada Patronato Nacional de la Infancia (PANI), com a colaboração de outras instituições do Estado. O PANI, cuja sede se encontra na cidade de San José, tem oficinas de atendimento espalhadas por todo o país, e é responsável pelo cuidado social, psicológico e jurídico das pessoas menores de idade vítimas de abandono, negligência, exploração e demais expressões de violência.<sup>7</sup> Por conseguinte, é a instituição responsável por executar planos, programas e projetos orientados a promover e garantir os direitos e o desenvolvimento integral das pessoas menores de idade e suas famílias, assim como gerar e manter uma cultura jurídica e social que entende que as pessoas menores de idade são sujeitos sociais de direitos.

Valorizar e aprender com estas ações e/m projetos não significa minimizar e/ou ignorar a responsabilidade dos representantes políticos, no que se refere a propostas e decisões que devem ser tomadas nos níveis nacional e regional, mas sim contextualizar o problema e consequente estudo na dimensão urbana para a reflexão-ação-construção conjunta com instituições que, cotidianamente, buscam espaços e ações que levam a *processos de*

---

<sup>7</sup> [www.pani.go.cr](http://www.pani.go.cr) (Acesso em 28 setembro 2018)

*desenvolvimento* na perspectiva da *sustentabilidade, equidade e solidariedade*. A aproximação às experiências socioeducativas com pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, realizadas por tais organizações, ajudam a corporificar e significar, em nível local-urbano, a participação e contribuição no tecer esses processos e movimentos em territórios pautados por violências.

Com relação aos processos de desterritorialização e reterritorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, é necessário considerar que seu território não se define somente por um limite físico de apropriação do espaço-rua, mas também por um princípio cultural de identificação com seus pares, de apropriação afetiva e de pertencimento a um grupo. Isso explica a necessidade e a intensidade das relações que estabelecem no território-rua, pois enquanto nele caminham, buscam identidade pessoal e grupal, criam outras redes, outros afetos, e nessa busca em movimento, expandem territórios. Para estes meninos e meninas, a rua se configura da seguinte forma:

[...] un espacio geográfico simbólicamente estructurado y políticamente construido por un determinado colectivo humano, cuyos modos organizacionales y de subsistencia, relaciones de poder y definiciones identitarias son, a su vez, intrínsecamente dependientes de aquel.<sup>8</sup> (ARÁOZ, 2015, p. 176).

Esta pesquisa, iluminada e desafiada pelo enfoque do desenvolvimento regional, o qual é essencialmente político e territorial, propõe a criação de *espaços-momentos* para uma reflexão, aprofundamento e revisão teórica interdisciplinar acerca da problemática da infância em situação de rua e de risco social, envolvendo diferentes áreas do conhecimento como a *geografia* (perspectivas de território, região e desenvolvimento), as *ciências sociais* (ferramentas que possibilitam a compreensão e análise de contextos, populações e modelos de desenvolvimento), a *educação* (perspectivas pedagógicas cuidadoras na América Latina) e a *ecoteologia* (perspectiva teológica do cuidado interpessoal e com o meio ambiente como

---

<sup>8</sup> [...] um espaço geográfico simbolicamente estruturado e politicamente construído por um determinado coletivo humano, cujos modos organizacionais e de subsistência, relações de poder e definições identitárias são, por sua vez, intrinsecamente dependentes de aquele.

alternativa às situações de violência e descuido da vida), buscando identificar *possibilidades*<sup>9</sup> de/para articulações, propostas e ações emancipatórias entre e a partir das perspectivas teóricas e experiências socioeducativas: Projeto Quixote (São Paulo, Brasil) e DAI/PANI (San José, Costa Rica).

A eleição destas duas organizações para integrarem este estudo e esta pesquisa se deu em decorrência do seu percurso de trabalho direto junto a pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social há vários anos. Também por se constituírem em experiências institucionais diferenciadas: o Projeto Quixote é uma OSCIP, e o PANI é uma instituição pública. Outro aspecto que influenciou na escolha dessas organizações é que ambas contribuem para a geração e implantação de Políticas Públicas relacionadas à infância e adolescência, com ênfase na perspectiva de um desenvolvimento economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo<sup>10</sup>. Vale mencionar que tanto as pessoas dirigentes dessas organizações, como seus educadores e demais profissionais, possuem uma trajetória importante de defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social. O engajamento social e político dessas pessoas se refletem na atenção integral de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, sem traços de assistencialismo ou de detenção coercitiva e corretiva.

Três aspectos foram entendidos como premissas para o desenvolvimento deste estudo e investigação. O primeiro é a existência de situações de vulnerabilidade infantil na Costa Rica e no Brasil, o que indica processos de desenvolvimento colonizantes e escravizantes em zonas urbanas, e processos de des(re)territorialização de pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social. A segunda premissa se relaciona com a importância da recuperação histórica dos trabalhos socioeducativos desencadeados nas duas décadas posteriores à promulgação e implantação do ECA no Brasil e do CNA na Costa Rica. E a terceira premissa

---

<sup>9</sup> Para Boaventura de Souza Santos, a *possibilidade* é o *movimento do mundo*, cujos movimentos são a *carência* (manifestação de algo que falta), a *tendência* (processo e sentido), e a *latência* (o que está na frente desse processo)” (SANTOS, 2002). Reinaldo Matias Fleuri, por sua vez, adverte que “[...] o que caracteriza os mais espinhosos problemas do nosso tempo, é a possibilidade de respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule. Isso vale, de fato, tanto para o discurso das diferenças étnicas e culturais, de gênero e de gerações, a serem acolhidas na escola e na sociedade, quanto para a distinção entre os povos, a ser considerada nos equilíbrios internacionais e planetários. Vale também para a diversidade das propostas metodológicas, assim como para a possibilidade da articulação em rede das informações e dos novos saberes nas formas do pensamento complexo”. (FLEURI, 2003, p.17)

<sup>10</sup> Para José Mario Méndez Méndez, a temática de justiça cultural é pertinente ao escopo de discussão e investigação na problemática em estudo e análise, pois a cultura é um processo dinâmico relacionado com a materialidade da vida, muitas vezes ameaçada. A cultura gera sentido na vida cotidiana e é uma matriz geradora de comportamentos, atitudes, valores, códigos de linguagem, hábitos e relações sociais e, ao mesmo tempo, geradora de resistências e lutas. As exigências de justiça social surgem das culturas dominadas, não das dominantes. (MÉNDEZ, 2016, 517-520)

é a presença de importantes biografias institucionais e aportes teóricos na história e academia costarriquenha e brasileira, e além destas, que sinalizam uma possível íntima relação entre o desenvolvimento urbano e as experiências socioeducativas junto às pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social.

Nesta direção, algumas questões se perfilam na condução da jornada investigativa:

- a) Quais seriam as causas e como se caracterizam os movimentos/processos de des(re)territorialização de pessoas menores de idade em situação de rua na região central das cidades de São Paulo e San José no período de 2000 a 2017?
- b) O que caracterizava o desenvolvimento urbano de São Paulo e San José no período de 2000 a 2017, período de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil) e o Código de la Niñez y Adolescencia (Costa Rica)?
- c) Como o desenvolvimento urbano de São Paulo e de San José afetou/incidiu em possíveis e diferentes processos de des(re)territorialização de pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social no período de 2000 a 2017?
- d) Quais são os *desafios*, *resistências* e *possibilidades* de/para um desenvolvimento urbano economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo nas cidades de São Paulo, San José e outros espaços urbanos, no tocante a pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social?
- e) Quem e quais seriam os referenciais, possibilidades e/ou dificuldades/impedimentos para a construção de um desenvolvimento urbano de caráter equitativo e solidário na atualidade latino-americana?

Neste sentido, a problemática de pesquisa, com/em suas especificidades e complexidades próprias, pode ser visualizada na figura apresentada a seguir:

Figura 1 - Sistematização da problemática de pesquisa



Fonte: elaboração própria

A presente pesquisa busca conhecer e analisar a realidade urbana que, de uma forma crescente, vem gerando o fenômeno social *pessoas menores de idade em situação de rua*, além de sua permanência e movimentação na rua, tentando enxergar<sup>11</sup> e entender as causas desse fenômeno e sua relação com os processos de desenvolvimento urbano.

<sup>11</sup> Em sua obra *Ensaio sobre a cegueira*, Saramago chama à reflexão sobre o que significa a habilidade de enxergar, sinalizando a sutil diferença entre *olhar* e *ver*. Segundo Fleuri e grupo de pesqueducadores: “A primeira, uma habilidade possível e, a segunda, uma observação mais atenciosa, detalhada. Parece que é nessa direção que podemos entender a epígrafe do livro: *‘se podes olhar, vê. Se podes ver, repara’*, pois reparar é mais do que ver, implica alargar e aprofundar o entendimento sobre o que se observa. O ato de reparar está diretamente ligado à ampliação de dado nível de consciência, trazendo *luz*, clareza aos fatos, relações e concepções, que, sob um *olhar* que não *vê*, podem ser naturalizadas e reproduzidas nas práticas cotidianas. Visualizar sob vários pontos de vista, analisar, questionar e buscar compreender são atitudes que possibilitam *lampejos* de lucidez, *brechas* necessárias para resistir e intervir na realidade”. (FLEURI, et. al, 2013, p.12).

## 1.2 JUSTIFICATIVA: PEGADAS QUE ILUMINAM E ENDOSSAM A JORNADA

A experiência de vários anos de trabalho da doutoranda investigadora, junto a pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade y violência, demonstrou a necessidade de realização de uma pesquisa para refletir sobre a relação entre desenvolvimento urbano e vulnerabilidade infantil, com enfoque nos processos de des(re)territorialização de pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, e para enfatizar, de maneira específica, possibilidades de superação da violência contra elas nos espaços urbanos. Parte-se do pressuposto de que os processos de exclusão social são a causa primordial dos círculos de violência nas sociedades latino-americanas.

A realidade de crianças e adolescentes em situação de rua tem merecido a pesquisa de alguns estudiosos na América Latina, especialmente no Brasil, e em outros continentes. No entanto, os trabalhos até então publicados acerca dessa questão abordam, preferencialmente, os fatores sociopolíticos que levam crianças e adolescentes para as ruas dos grandes centros urbanos, ou abordam a perspectiva sociopedagógica do trabalho junto a essa população. Priorizou-se, até então, sua situação de vida e sobrevivência, sua organização, cultura e valores, assim como possibilidades de intervenção socioeducativa para seu atendimento. Outros enfoques investigativos priorizam os direitos das pessoas menores de idade, tomando como base a Convenção sobre os Direitos da Criança e a legislação nacional dos Estados Partes.

Para acessar tais estudos, foram realizadas buscas na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>12</sup>, na base de dados da *Scientific Electronic Library Online*<sup>13</sup>, assim como em diferentes revistas latino-americanas nas áreas de Direito, Ciências Sociais, Psicologia e Desenvolvimento Local, utilizando as palavras-chaves *crianças de rua, crianças em situação de rua, violência infantil, vulnerabilidade infantil, infância e desenvolvimento, desenvolvimento urbano e infância, infância e políticas públicas, infância e cidade, infância e migração, e meio ambiente urbano*, as quais contribuíram no rastreamento de pesquisas desenvolvidas na área e/m aportes teóricos diferenciados.

Os resultados, em forma de cruzamento de referenciais, sinalizaram o seguinte: no período compreendido entre 2001 e 2017, foram encontrados 39 trabalhos acadêmicos relacionados com as palavras-chaves indicadas anteriormente, sendo 09 teses doutorais

---

<sup>12</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: <http://www.periodicos.capes.gov.br> (Acesso em 20 maio 2019)

<sup>13</sup> [www.scielo.org](http://www.scielo.org) (Acesso em 20 maio 2019)

(Brasil), 12 dissertações de mestrado (Brasil) e 18 artigos publicados (04 no Brasil e 14 em outros países da/sobre América Latina). A incidência das temáticas nas teses doutorais é a seguinte: Psicologia (02), Saúde Pública (02), Direito (01), Arquitetura (01), História (01), Educação (01) e Ciência da Informação (01). As dissertações de mestrado se relacionam às áreas de: Desenvolvimento Regional (03), Arquitetura e Urbanismo (02), Direito (02), Engenharia Civil (01), Agronomia (01), Educação (01), Antropologia Social (01) e Psicologia (01). Na Costa Rica, foram encontrados 06 artigos publicados: 03 na área de Educação, 02 na área de Psicologia e 01 na área de Enfermagem. Nos outros países - Colômbia, México, Argentina e Espanha -, os artigos que abordam a realidade e os direitos de crianças e adolescentes na América Latina se relacionam às áreas de Saúde Pública, Desenvolvimento Regional e Urbano, Educação e Direito.

Com o intuito de averiguar a incidência de investigações no continente africano, relacionadas com as palavras-chaves indicadas anteriormente, realizou-se uma busca na base de dados de *Cadernos de Estudos Africanos*<sup>14</sup> e *Scientific African*<sup>15</sup>. A revista *Cadernos de Estudos Africanos* é uma publicação do Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), especializada em temáticas africanas. O *Scientific African* tem como objetivo expandir o acesso à pesquisa científica realizada no continente africano, para impulsionar a colaboração científica e estimular maior capacidade na pesquisa acadêmica na África, com impacto e visibilidade a nível mundial. Os resultados encontrados, em forma de cruzamento de referenciais, indicam que tanto a infância, como a infância vulnerabilizada e a infância em situação de rua não foram temáticas abordadas nas publicações científicas. A ênfase temática dos estudos publicados em *Cadernos de Estudos Africanos* se relaciona com: educação e esporte, educação e política, educação social, imigração, resistência colonial, resistência e ativismo social, vulnerabilidade social, dinâmicas políticas e processos de paz, desenvolvimento humano, desenvolvimento urbano e saúde, desenvolvimento urbano e empreendedorismo, desenvolvimento urbano e aspectos socioculturais de produção. Não foram encontrados estudos que vinculem desenvolvimento urbano com infância vulnerabilizada. Em *Scientific African* tampouco existem publicações sobre a relação entre desenvolvimento urbano e pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social. As temáticas de estudo encontradas são as seguintes: desenvolvimento urbano e saúde pública, desenvolvimento urbano e arquitetura, desenvolvimento urbano,

---

<sup>14</sup> <https://journals.openedition.org/cea/> (Acesso em 20 setembro 2019)

<sup>15</sup> <https://www.journals.elsevier.com/scientific-african> (Acesso em 20 setembro 2019)

transporte e mobilidade. Os resultados referentes à busca sobre *violência infantil* remetem a estudos sobre violência sexual contra mulheres e mortalidade materna.

Para verificar o enfoque das pesquisas realizadas no continente asiático, relacionadas com as palavras-chaves elencadas, realizaram-se buscas na base de dados da Universidade Nacional de Singapura<sup>16</sup>, Universidade de Hong Kong<sup>17</sup> e Universidade Chinesa de Hong Kong<sup>18</sup>. O cruzamento de referenciais levou aos seguintes resultados: não foram encontradas publicações que versem sobre a relação entre desenvolvimento urbano e pessoas menores de idade em situação de rua. Na Universidade Nacional de Singapura, as pesquisas priorizam os seguintes temas: urbanismos asiáticos; migrações asiáticas; mudanças nos modelos de família na Ásia; estudos culturais; identidades; religião e globalização; ciência, tecnologia e sociedade. A busca na base de dados da Universidade de Hong Kong tampoco levou a resultados que relacionam o desenvolvimento urbano com a infância socialmente vulnerabilizada. A prioridade temática encontrada nas investigações nessa Universidade foi: violência contra a infância no âmbito familiar e escolar; violência policial; violência sexual; educação da primeira infância nos contextos urbanos. Na Universidade Chinesa de Hong Kong, o resultado da busca sobre *infância* indicou que os estudos versam sobre: mapa e estudo sobre cidades amigas das crianças; planejamento urbano, literatura infantil. Sobre *desenvolvimento urbano*, os resultados indicaram temáticas como: desenvolvimento urbano e diálogo intercultural, modelos urbanos climáticos, planejamento urbano, resiliência social e desenvolvimento urbano, urbanismo e desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano e qualidade de vida, crianças migrantes na China. Não foram encontrados trabalhos que apresentam a relação entre desenvolvimento urbano e pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social.

De acordo com o exposto, temática de tal relevância - *realidade das pessoas menores de idade em situação de rua e/ou de risco social* - tem sido tema de interesse em pesquisas, de modo particular no continente latino-americano. Especificamente na Costa Rica, é necessário considerar a importante contribuição acadêmica para o estudo da infância e adolescência que oferecem a Universidad Nacional de Costa Rica (UNA), através do Instituto de Estudios Interdisciplinarios de la Niñez y Adolescencia (INEINA); e a Universidad de Costa Rica (UCR), através do Programa Interdisciplinario de Estudios y Acción Social de Derechos de la Niñez y Adolescencia (PRIDENA). No entanto, identificou-se carência de estudos e

---

<sup>16</sup> <http://www.nus.edu.sg/> (Acesso em 20 setembro 2019)

<sup>17</sup> <https://www.hku.hk/> (Acesso em 20 setembro 2019)

<sup>18</sup> <http://www.cuhk.edu.hk/english/index.html> (Acesso em 20 setembro 2019)

aprofundamentos que analisem e sistematizem a permanência e os processos de des(re)territorialização de crianças e adolescentes nas ruas dos grandes centros urbanos, relacionando esta situação com os processos de desenvolvimento nas/das cidades.

A busca de dados e referenciais – estudos e pesquisas - da relação entre a situação de pessoas menores de idade em situação de rua e o desenvolvimento urbano de São Paulo e San José, realizou-se sob a perspectiva do desenvolvimento regional. Neste sentido, os trabalhos identificados sobre desenvolvimento regional na cidade e/ou desenvolvimento urbano não abordam a relação específica entre desenvolvimento e infância vulnerabilizada, senão que priorizam outros aspectos: desenvolvimento urbano e sua relação com questões ambientais; relação entre desenvolvimento na cidade e violência urbana; desenvolvimento urbano relacionado a questões de planejamento urbanístico; ambiente urbano e consequências para os processos educativos e de desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Para tanto, o presente estudo e investigação pode contribuir em diferentes áreas do conhecimento e campos de atuação relacionados com o desenvolvimento regional. Os resultados desta pesquisa poderão também oferecer insumos teóricos e metodológicos para o trabalho junto a pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social realizado por diferentes instituições, como ONGs, órgãos públicos, universidades, centros educativos e realidades educativas. Por outro lado, poderão suscitar a criação de guias metodológicas para o trabalho de formação de grupos de pais, mães e pessoas cuidadoras no âmbito familiar e comunitário; grupos de leitura e estudo relacionados com a infância e infância vulnerabilizada; redes de famílias envolvidas com processos de adoção, entre outros. Também as instituições religiosas e/ou eclesiais poderão encontrar neste estudo algumas inspirações e provocações para avaliar, reforçar, melhorar e/ou transformar seu trabalho junto às pessoas menores de idade em situação de vulnerabilidade social.

No âmbito acadêmico, de forma geral, a pesquisa contribuirá com referenciais teóricos e práticos para instituições de ensino superior (IES) em suas múltiplas ações e interações com a sociedade civil e para a geração de novos conhecimentos. De modo significativo, para a Escuela Ecuémica de Ciencias de la Religión (EECR) da UNA e o PPGDR da FURB, aprofundarem referenciais relacionados a estudos sociais, políticos, culturais e sociorreligiosos, vinculando-os com uma perspectiva de desenvolvimento regional economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo, implantado ou por implantar-se nesses países. Além dessas unidades acadêmicas, o estudo também oferece uma contribuição relevante para cursos relacionados com as áreas das ciências sociais, humanas e da saúde.

Por outro lado, o Projeto Quixote e o DAI/PANI poderão se beneficiar com uma releitura de sua atuação direta, o que contribui para uma revisão, aprofundamento e (pró)vitalização na área planejamento de/para/com suas práticas socioeducativas relacionadas com o desenvolvimento e a des(re)territorialização das pessoas menores de idade atendidas e acompanhadas. Essa abordagem também favorece a realização de processos de avaliação socioeducativa em outras instituições e movimentos sociais.

No conjunto, os aportes neste trabalho acadêmico detêm o poder de desafiar e subsidiar novas investigações no crucial campo de/para uma convivência e desenvolvimento regional em centros urbanos de pequeno, médio ou grande porte, no tocante a fragilização, exclusão e morticínios de origem governamental e social.

### 1.3 OBJETIVOS, PRESSUPOSTOS E HIPÓTESES: “NO HAY CAMINO, SE HACE CAMINO AL ANDAR...”

Para o desenvolvimento deste trabalho tomou-se como objetivo geral a tarefa de investigar *referenciais*, *possibilidades* e *desafios* para um *desenvolvimento cuidador*, economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo para com pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, no atual contexto latino-americano, através da identificação de relações entre desenvolvimento urbano e processos de des(re)territorialização destas pessoas na região central das cidades de São Paulo - Brasil e San José - Costa Rica no período de 2000 a 2017.

Nesta direção definiram-se como objetivos específicos na caminhada:

- a. Realizar revisão bibliográfica referente a conceitos relacionados a *desenvolvimento* (urbano), *infância* (em situação de abandono) e *movimentos/processos de des(re)territorialização*.
- b. Contextualizar e caracterizar o desenvolvimento urbano de São Paulo e San José no período de 2000 a 2017, a criação de legislações como o ECA (Brasil) e o CNA (Costa Rica), e/m sua relação com projetos socioeducativos como o Projeto Quixote no Brasil e o DAI/PANI na Costa Rica.
- c. Identificar e analisar diferentes possíveis causas e movimentos/processos de des(re)territorialização de pessoas menores de idade em situação de rua e de risco na região central das cidades de São Paulo e San José no período de 2000 a 2017, a partir de documentos e sujeitos envolvidos com o Projeto Quixote no Brasil e DAI/PANI na

Costa Rica, identificando limites, desafios e possibilidades para vivências de cuidado, solidariedade e equidade social.

- d. Sinalizar referenciais e/m possibilidades de/para uma perspectiva de desenvolvimento urbano regional, que incorpore o cuidado e a proteção de pessoas menores de idade em situação de rua e de risco em contextos latino-americanos.

Considerando o conjunto de estudos, registros e discussões acerca de situações de vulnerabilidade infantil na Costa Rica e no Brasil; processos de des(re)territorialização envolvendo pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social em espaços urbanos como São Paulo e San José; biografias, registros e práticas de ações socioeducativas desencadeadas pela promulgação e implantação do ECA no Brasil e do CNA na Costa Rica, a hipótese desta investigação se encaminha na direção de que um desenvolvimento urbano que prioriza o crescimento econômico, em detrimento das demais áreas imprescindíveis para o desenvolvimento, produz diferentes vulnerabilidades, como é a situação das pessoas menores de idade que vivem nas ruas, incidindo em múltiplos movimentos territoriais, e acentuando uma situação ou um espaço-tempo de *aterritorialidade* vivenciado por estas pessoas.

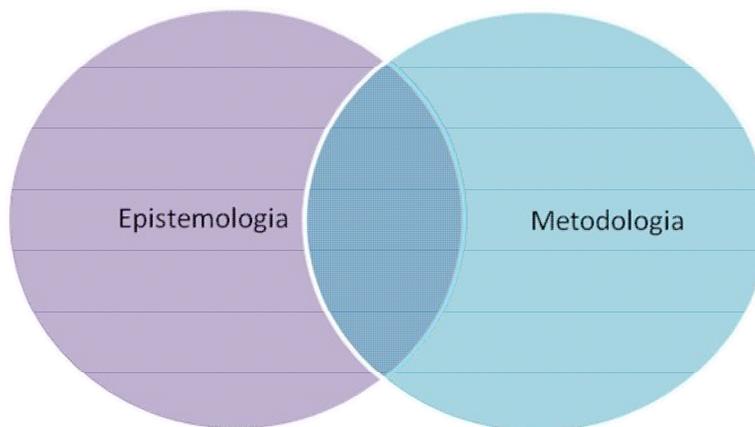
Por outro lado, *referenciais e práticas* envolvendo e incorrendo para um *desenvolvimento economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo*, no território, que seja *pautado pelo cuidado, afeto e solidariedade na convivência e/m relações entre/para/com as pessoas em situação de vulnerabilidade e o meio ambiente* poderão preconizar *caminhos e possibilidades para um desenvolvimento de/com cuidado* - um *desenvolvimento cuidador*, que devolva, acolha, integre e dê dignidade – *lugar de direito no tecido social* - a pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social em espaços urbanos.

#### 1.4 CAMINHO METODOLÓGICO: NAS PEGADAS POR UMA EPISTEMETODOLOGIA DECOLONIAL E INTERCULTURAL

A perspectiva metodológica que acompanha e ilumina esse estudo, insere-se no campo da *epistemetodologia*. A construção de uma perspectiva epistemetodológica supõe a interação entre o *campo e aprofundamento epistêmico* em *sintonia* com o referencial e *rota metodológica* utilizados na dinâmica e desenvolvimento de uma investigação, trabalho e/ou ação acadêmicos. Parte-se do entendimento de que o conhecimento não acontece desvinculado da vida e dos contextos e que a metodologia, para gerar conhecimentos, também se articula e

se constrói no processo de investigação. “Deve-se questionar a lógica tradicional que propõe que só existem conceitos quando há distinção, separação”. (HAESBAERT, 2014, p.31)

Figura 2 - Epistemometodologia



Fonte: elaboração própria

Entende-se por *perspectiva epistemológica* a cosmovisão teórica que a pessoa investigadora adota no estudo, a qual será sua guia para e durante a investigação. A partir da perspectiva epistemológica, a pessoa investigadora poderá assumir um *posicionamento epistemológico*, o qual se traduz na eleição de autores, autoras e teorias vinculadas ao campo de estudo, ou seja, as correntes e posições teóricas próprias do universo disciplinar da pesquisa. A perspectiva epistemológica e o posicionamento epistemológico devem ter uma relação intrínseca com o conteúdo e os conhecimentos empíricos que vão sendo gerados durante a pesquisa. Por sua vez, a perspectiva epistemológica e o posicionamento epistemológico requerem e deveriam levar *a priori* à construção e eleição de um referencial metodológico, cujas técnicas e procedimentos encaminhem uma relação essencial entre os conteúdos e os conhecimentos empíricos que vão sendo identificados e gerados durante a pesquisa. Nesse cenário, “el enfoque epistemometodológico es el modo en que se construye metodológicamente la investigación desde una determinada perspectiva epistemológica y posicionamiento epistemológico. Ninguna metodología es neutral, por eso debe hacerse explícito su uso epistemológico”<sup>19</sup>. (TELLO; MAINARDES, 2015)

<sup>19</sup> O enfoque epistemometodológico é o modo como se constrói metodologicamente a investigação a partir de uma determinada perspectiva epistemológica e posicionamento epistemológico. Nenhuma metodologia é neutra, por isso deve estar explícito seu uso epistemológico.

Há autores que questionam a suposta neutralidade epistemológica e sinalizam a urgência de uma epistemologia latino-americana comprometida com as realidades e necessidades do continente.

Precisamos urgentemente de uma epistemologia que não nos ensurdeça e nem nos emudeça. Que não use de estratégias de silogismos e de raciocínios formais para justificar invasões de território, abatimento das matas e florestas, sacrifícios dos animais, roubo usurário do suor do trabalho escravo, matança de lideranças indígenas, camponeses e camponesas, de crianças, de adolescentes cujos pais condenamos na guerra do tráfico, das “execuções” que estão sendo feitas por meio dos alimentos e pretendidas medicações que geram as doenças, que nominalmente nos dizem curar ou ser capaz de alimentar todas as pessoas. (GUIMARÃES et al., 2014, p.371-372).

Metaforicamente, pode-se dizer que a epistemologia se constrói e dá no encontro e entrelaçamento de linhas ou fios para conferir possibilidades, consistência, harmonia e coerência ao caminho e tecido científico. Procura, dessa forma, associar metodologia com perspectiva e posicionamentos epistemológicos inerentes à pesquisa. (BRANDÃO, 1987). Nesse sentido, tanto a epistemologia como a metodologia assumem uma importância relacional intrínseca no processo investigativo, o qual não deve incidir somente nos espaços convencionais do quefazer acadêmico, mas também na construção de pontes entre a investigação acadêmica e o contexto sociocultural onde acontece a pesquisa, fazendo que as diversas expressões, memórias e saberes culturais não sejam entendidos, analisados e/ou assumidos como categorias reunidas ou dicotomizadas no universo acadêmico, mas intrinsecamente inter-relacionadas e ativas colegiadamente. Em outras palavras, trata-se de um olhar/ser/fazer acadêmico em movimentos para *conhecer* a partir de/ou outras espacialidades, outras territorialidades e outras temporalidades com referenciais teóricos e ferramentas metodológicas que dialoguem e se complementam na/para criação de e outros conceitos/práticas em espírito de contínuos processos de/para decolonialidades (QUIJANO, 2005) em liberdade e coletiva construção social (FREIRE, 1996).

O mais importante – e isto nos lembra o próprio Marx – não é simplesmente usarmos nossos conceitos para compreender o mundo e, assim, simplesmente 'conservá-lo' – importa, de fato, não sendo politicamente conservadores, reconstruí-lo, efetivamente transformá-lo. Daí a importância de expandirmos a utilização dos conceitos para além do restrito círculo acadêmico, fazendo deles, de fato, 'armas para a ação de outros'. (HAESBAERT, 2014, p.50-51).

A epistemologia supõe, portanto, que a compreensão e/ou construção do conhecimento, ou o acesso a ele, não podem acontecer somente na esfera das ideias, mas também nas relações mesmas da vida, na “constituição de problemas”, o que significa vislumbrar um quefazer investigativo interpelado pelo e com o rosto e história das outredades<sup>20</sup>.

É claro que essa ‘constituição de problemas’ é geo-historicamente situada, pois cada momento da história em cada espaço geográfico (re)coloca seus próprios problemas. Toda proposição conceitual, portanto, profundamente mutável, é sempre contextualizada geográfica e historicamente através de sujeitos específicos que a mobilizam e como que ‘lhe dão vida.’ (HAESBAERT, 2014, p.28).

Nesse sentido, as epistemes e metodologias eleitas para um dado estudo e investigação, quando incorporam a perspectiva epistemológica, necessariamente interpelam pressupostos investigativos que se apoiam no dualismo entre pessoa investigadora e *sujeito/objeto* por conhecer; aportes teóricos e técnicas/recursos para o devir investigativo. A relacionalidade epistemológica rompe não somente com este dualismo, mas também com o individualismo cognitivista, antropocêntrico e androcêntrico que, como sugere Fernet-Betancourt, impossibilitam a experiência do conhecimento como experiência de participação e convivência. (BERISSO; GIULIANO, 2015, p.157). Tal relacionalidade oferece elementos para perceber mais integralmente as oposições e contradições no processo da investigação, assim como seus contrastes e diferenças, levando a posturas menos dogmáticas, mais inclusivas e superadoras.

O conhecimento acadêmico supõe conceitos, entendidos como símbolos racionais nascidos em épocas determinadas, frutos de condicionamentos, necessidades e possibilidades que levaram a uma síntese racional de certas realidades vividas. Portanto, o conhecimento e recuperação epistêmica de conceitos e saberes, além de supor uma visita respeitosa às tradições conceituais anteriores, deve tocar novamente alguns centros vitais da existência humana e planetária da atualidade. Em outras palavras, a objetividade não é a única forma de construção do conhecimento, é necessário criar espaços simbólicos para tecer e atualizar a *possibilidade* da palavra, do pensamento e do conhecimento, principalmente aquele que se relaciona aos modelos e conceitos que não suprem as necessidades da atualidade. Re-visitar e des(re)construir conceitos é uma tarefa política, que supõe humildade epistêmica e abertura

---

<sup>20</sup> Sobre outredade e outros rostos: LEVINÁS, Emmanuel: **Entre nosotros**. Ensayos para pensar en otros. Valencia: Pre-Textos, 1993; e **Nombres propios**. Madrid: Fundación Emmanuel Mounier, 2008.

metodológica para recuperar memórias, sabedorias e saberes múltiplos em movimentos aprendentes de/em eco-perceptividade.<sup>21</sup>

Pozzer e Cecchetti alertam que o processo colonizador europeu realizado no continente latino-americano deixou marcas de exclusão e desigualdades que persistem até os dias de hoje, discriminando, inferiorizando e silenciando culturas, identidades, religiosidades e saberes. Isso se explica o porquê e como a diversidade cultural foi desrespeitada e combatida pela cultura moderna europeia, principalmente através de um “*corpus* de conhecimentos tidos como universais, de caráter monocultural, que desconsidera a legitimidade de cosmovisões, saberes, valores e práticas sociais dos outros povos.” (POZZER; CECCHETTI, 2016, p.89). Essa lógica colonialista se instalou nos sistemas educativos processos investigativos, impondo uma hierarquia, ao privilegiar alguns saberes, aqueles que legitimam epistemologias e metodologias científicas e eurocêntricas, em detrimento de outros.

Para nosotros, no es América el lugar histórico donde, como se suele repetir con insistencia interesada, se encuentran solo dos mundos. América no es el resultado del encuentro de dos mundos. Es, más bien, complejo mosaico de muchos pueblos y del comercio de otras tantas tradiciones. Por eso, se impone un movimiento de aprendizaje que nos permita ‘des-cubrir’ realmente la realidad americana en su originaria pluralidad.<sup>22</sup> (FORNET-BETANCOURT, 1994, p.40).

Acerca da interculturalidade, Catherine Walsh questiona a perspectiva intercultural funcional, que assume uma inclusão culturalista (neo)liberal manejável dentro do Estado e sociedade, e propõe a perspectiva da interculturalidade crítica.

La perspectiva que asumimos aquí – es la interculturalidad crítica. Con esta perspectiva, no partimos del problema de la diversidad o diferencia en sí, ni tampoco de la tolerancia o inclusión culturalista (neo)liberal. Más bien, el punto medular es el problema estructural-colonial-racial y su ligazón al capitalismo del mercado. [...] El enfoque y la práctica que se desprende de la interculturalidad crítica no es funcional al modelo societal vigente, sino

<sup>21</sup> Em uma linha de construção investigativa acadêmica, entende-se *eco-percepção* como um conjunto de conteúdos e práticas ambientais, que buscam resolver problemas concretos do ambiente, assumindo enfoque interdisciplinar e participação ativa e responsável de cada indivíduo e da comunidade (DIAS, 2008). Nessa perspectiva, e propondo uma percepção com todos os órgãos do sentido e, para além destes, incluindo todos os seres vivos e não vivos, Tânia A. Kuhnen adverte que “o verdadeiro desafio de uma bioética ambiental, no entender de Rolston III, não é alcançar apenas a proteção de algumas formas de vida não humanas, mas a conservação da vida na Terra. Para tanto, precisa-se de uma concepção de valor forte. Esse valor é o valor intrínseco natural, cuja origem remonta à capacidade projetiva da natureza, ou seja, aos eventos causais da natureza que produzem a vida e a sustentam na sua grandiosa diversidade.” (2016, p.196)

<sup>22</sup> Para nós, a América não é lugar histórico onde, interessada e insistentemente, se encontram somente dois mundos. A América não é o resultado do encontro de dois mundos. É, pelo contrário, um complexo mosaico de muitos povos e do comércio com outras tantas tradições. Por isso, impõe-se um movimento de aprendizagem que nos permita “des-cobrir” realmente a realidade americana em sua originária pluralidade.

cuestionador serio de ello. Mientras que la interculturalidad funcional asume la diversidad cultural como eje central, apuntando su reconocimiento e inclusión “manejable” dentro de la sociedad y el Estado nacionales (uni-nacionales por práctica y concepción) y dejando por fuera los dispositivos y patrones de poder institucional-estructural – las que mantienen la discriminación, inequidad y desigualdad –, la interculturalidad crítica parte del asunto de poder, su patrón de racialización y la diferencia que ha sido construida a función de ello. El interculturalismo funcional responde a y parte de los intereses y necesidades de las instituciones sociales; la interculturalidad crítica, en cambio, es un llamamiento de y desde la gente que ha sufrido un histórico sometimiento y subalternización, de sus aliados, y de los sectores que luchan, conjunto con ellos, por la refundación social y descolonización, por la construcción de mundos otros.<sup>23</sup> (WALSH, 2012, p.65).

Uma abordagem de perspectiva investigativa epistemológica busca superar a *colonialidade do ser e saber*, de acordo com Pozzer e Cecchetti (2016), ao reconhecer e incorporar identidades, diversidades, tradições e distintas culturas na des(re)construção de saberes e sabedorias. Para isso, é necessário alimentar um paradigma crítico do pensamento e fazer científico, para revisar e questionar conhecimentos que comportam e/ou autorizam a presença de apenas um dado sujeito, uma metodologia, um conjunto epistêmico, limitando as *possibilidades* de intervenção na realidade que é plural e complexa, coibindo e/ou proibindo ideias, perspectivas e posicionamentos diferenciados.

Parece que el conjunto de conceptos en que se ha ido cristalizando la acumulación de las ciencias sociales, incluyendo también las modalidades que asume la argumentación dominante, está implicando una predeterminación de los espacios de posibilidades del sujeto; en otras palabras, que nos estamos confrontando con un conocimiento construido de tal modo que autoriza la presencia de un solo tipo de sujeto y, en consecuencia, una limitación en las posibilidades de intervención sobre la

---

<sup>23</sup> A perspectiva que assumimos aqui – é a interculturalidade crítica. Com esta perspectiva, não partimos do problema da diversidade ou diferença em si, nem tampouco da tolerância ou inclusão culturalista (neo)liberal. Mas sim, do ponto medular que é o problema estrutural-colonial-racial e sua ligação ao capitalismo do mercado. [...] O enfoque e a prática que se desprende da interculturalidade crítica não é funcional ao modelo societal vigente, mas questionador sério dele. Enquanto a interculturalidade funcional assume a diversidade cultural como eixo central, apontando seu reconhecimento e inclusão “manejável” dentro da sociedade e o Estado nacionais (uni-nacionais por prática e concepção) e deixando de fora os dispositivos e padrões de poder institucional-estructural – que mantêm a discriminação, inequidade e desigualdade –, a interculturalidade crítica parte do assunto de poder, seu padrão de racialização e a diferença que tem sido construída em função disso. O interculturalismo funcional responde a e parte dos interesses e necessidades das instituições sociais; a interculturalidade crítica, pelo contrario, é um chamado de e desde as pessoas que têm sofrido um histórico submetimento e subalternização, de seus aliados, e dos setores que lutam, em conjunto com elas, pela refundação social e descolonização, pela construção de mundos outros.

realidad que nos circunda. ¿El conocimiento dominante, en efecto, ofrece posibilidades a todos los sujetos?<sup>24</sup> (MERINO, 2005, p.85).

No processo de conexão e inter-relação com outras formas de conhecimento e outras metodologias, a perspectiva epistemológica se posiciona na esfera do movimento e ação *intercultural*, do respeito às diferenças, do questionamento e/ou abolição de hierarquias epistêmicas e metodológicas unívocas, dogmáticas e cristalizadas. Ricardo Salas Austrín, por exemplo, oferece uma análise e reelaboração de teses e categorias de outros autores que aprofundam a ética cultural na/da América Latina. Seu trabalho representa, mais do que uma proposta teórico-acadêmica, um vínculo com convicções humanas, saberes e práticas que acompanham os processos históricos e culturais de luta pela emancipação na América Latina. Para Austrín, a ética cultural se relaciona com as transformações socioculturais do continente. Nesse sentido, a filosofia e prática intercultural latinoamericana propostas por Fernet-Betancourt (1994b) e Salas Austrain (2006) são inspiradoras, ao advertir que as memórias que nos constituem estão relacionadas com as memórias das outredades e, por isso, o caminho para o conhecimento, objetivo primário de toda pesquisa, passa inexoravelmente pelos *rostos*<sup>25</sup> e interpelações – *coram*<sup>26</sup>, de pessoas, demais seres, natureza e transcendência. O “face a face”<sup>27</sup> extrapola o mero confronto de pessoas na relação com qualquer coisa olhada como presente. Em outras palavras, a própria investigação se converte em um caminho relacional.

---

<sup>24</sup> Parece que o conjunto de conceitos em que se foi cristalizando a acumulação das ciências sociais, incluindo também as modalidades que assume a argumentação dominante, está implicando uma predeterminação dos espaços de possibilidades do sujeito; em outras palavras, estamos confrontando-nos com um conhecimento construído de tal modo que autoriza a presença de um só tipo de sujeito e, como consequência, uma limitação nas possibilidades de intervenção sobre a realidade que nos circunda. O conhecimento dominante, de fato, oferece possibilidades a todos os sujeitos?

<sup>25</sup> A categoria *rostos* é transversal no pensamento de Emmanuel Levinás, e alude à responsabilidade prévia à liberdade, que conformam o humanismo do “outro homem”. A ética da alteridade, para Levinás, traduz-se no modo pelo qual se apresenta o Outro”, que o autor chama de *rostos*, a parte mais exposta do corpo. (LEVINÁS, 1993)

<sup>26</sup> De acordo com Ebeling, a preposição latina *coram* usualmente carrega o significado de “diante de”, em sentido espacial, mas que se torna insuficiente. A partir da etimologia, o significado mais apropriado seria “face a”, apresentando termos equivalentes de estruturas etimológicas iguais tanto no grego como no hebraico. Para o autor, a percepção do “face a” significa o mesmo que “na presença de”. Isto constitui o entendimento de que “algo é definido como tal não em si, mas na sua relação para fora, para com o outro, ou melhor: a partir do outro” (EBELING, 1988, p.153). Indica que não se limita apenas no aspecto (*aussehen*), mas essencialmente no olhar (*ansehen*). Na presença do outro, o ser humano é exigido por ele e vice-versa. Ambos se encontram na presença um do outro, implicando num olhar de natureza ambivalente: olhar e ser olhado.

<sup>27</sup> “Face”, “cara”, “rostos” se diz em hebraico *panim*, em grego *prósopon* (de onde vem em latim *persona*). Dussel, filósofo, historiador e teólogo latino-americano diz que “quando estou com meu rosto frente ao rosto do outro na relação prática, na presença de práxis, ele é *alguém* para ele. O ‘face a face’ de duas pessoas ou mais pessoas é *ser* pessoa” (DUSSEL, 1994, p. 19).

Comprender al otro, acogerlo en su otredad y hospedarlo, es siempre un proceso que implica escuchar el reclamo de vida y mundo propios que representa la alteridad del otro; por eso no se puede quedar en una experiencia abstracta de abertura cognitiva sino que se tiene que concretar en la repartición justa de la realidad histórica, en una política de restitución que complementa el reconocimiento con la devolución de lo que se le ha negado. En esta doble y complementaria dialéctica se mueve la propuesta de la filosofía intercultural.<sup>28</sup> (BERISSO; GIULIANO, 2015, p.157).

Entende-se, portanto, que a efetiva incorporação da perspectiva epistemológica aos processos de pesquisa acadêmica significa uma possibilidade concreta de geração de espaços-tempos investigativos a partir de parâmetros epistêmicos e metodológicos de encontro com as outredades e diversidades, para recebê-las e hospedá-las no processo da investigação, ainda que isto provoque insegurança e desinstalação da zona de conforto de algumas práticas de pesquisa. Nesse sentido, a epistemologia se apresenta como um caminho para a (pró)ação e transformação de práticas investigativas verticalizadas e planejadas com metodologias lineares e/ou em desconexão entre/com os sujeitos, realidades e epistêmicas em estudo.

Além disso, a perspectiva epistemológica induz à inter-relação e coerência dos conceitos aprofundados no processo investigativo.

Os conceitos não só não podem ser tratados isoladamente, como nunca constituem unidades homogêneas, sempre são múltiplos, tanto no sentido interno, com seus elementos, suas sobreposições e sua flexibilidade em torno de uma problemática ou foco central, quanto no sentido externo, na relação com outros conceitos dentro de uma constelação ou sistema mais amplo – permanecendo sempre abertos, portanto, a novas conexões potencialmente realizáveis. (HAESBAERT, 2014, p.32).

Os conceitos centrais da presente pesquisa, ainda que discutidos, apresentados e aprofundados em momentos dissertativos/capítulos separados por uma organização de registro que facilite o acesso de compreensão cronológica ao leitor, não estão desvinculados entre si. Cada conceito tem sua especificidade na problematização da realidade, no questionamento ou na reafirmação dos conhecimentos herdados e, por estar entrelaçado, dialoga e se sustenta mutuamente com os demais.

---

<sup>28</sup> Compreender o outro, acolhê-lo em sua outredade e hospedá-lo, é sempre um processo que implica escutar a reclamação de vida e mundo próprios que representa a alteridade do outro; por isso não se pode ficar em uma experiência abstrata de abertura cognitiva senão que é necessário concretizar na repartição justa da realidade histórica, em uma política de restituição que complementa o reconhecimento com a devolução do que foi negado. Nesta dupla e complementar dialética se move a proposta da filosofia intercultural.

Figura 3 - Conceitos centrais da pesquisa



Fonte: elaboração própria

Além de demonstrar, sintetizar e/ou aprofundar a revelação do já conhecido, estudado e analisado, os conceitos também sugerem a existência de um caminho de relacionamentos que conduzem a um re-descobrimto epistemológico, e por isso se vinculam e reclamam com metodologia específica, que os acolha e ampare de forma intrínseca.

Alguns manuais de metodologia para investigação científica apresentam epistemologia e metodologia como dois polos separados, com valores e intencionalidades diferenciados, embora conjugados em dado momento. Já foi indicado que a colonialidade do saber e do quefazer investigativo pode oferecer uma explicação para essa dicotomia; no entanto, é importante resgatar ideias e definições sobre metodologia e método para, a partir disso, fundamentar a opção epistemológica assumida no presente estudo.

Segundo Gallardo, a metodología pode ser descrita como “los procedimientos empleados para detectar, caracterizar y criticar fuentes de información en relación con un determinado tema-problema; configurar el objeto específico de estudio; analizar y explicar el objeto de estudio.”<sup>29</sup> (2005, p.170). Na mesma linha de entendimento da metodologia como procedimentos que corroboram ou não determinado conhecimento/episteme, Martins e Theóphilo indicam que “a metodologia pode ser equiparada a uma preocupação instrumental:

<sup>29</sup> Entende-se por metodologia os procedimentos empregados para detectar, caracterizar e criticar fontes de informação em relação com um determinado tema-problema; configurar o objeto específico de estudo; analisar e explicar o objeto de estudo.

a ciência busca captar a realidade; a metodologia trata de como isso pode ser alcançado.” (2007, p.37). Entretanto, é preciso atenção ao fato de que a seleção da metodologia e dos respectivos instrumentos e recursos a serem utilizados detêm o poder de fomentar, iluminar, limitar e/ou até invisibilizar a direção e qualidade dos dados a serem obtidos em relação ao que o referencial teórico requer. Nesta direção, Richardson adverte que o método científico “é a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos (...), que consiste em delimitar um problema, realizar observações e interpretá-los a partir das relações encontradas, fundamentando-se, se possível, nas teorias existentes.” (1989, p.29).

Os procedimentos investigativos que se derivam da epistemologia não desconsideram o caminho trilhado pelos estudos sobre metodologia da pesquisa científica, pelo contrário, buscam (re)significá-los, incorporando e inter-relacionando processos e potencialidades próprias do que fazer metodológico no exercício da investigação com/em seus aportes científicos e contextuais. Nesse sentido, articulam conhecimento acadêmico com métodos investigativos mais adequados às interpelações da cotidianidade, que são provisórias, sem que isto signifique que sejam indeterminadas ou que careçam de fundamentação.

No caminho até chegarmos à escolha de uma base teórico-conceitual consistente há uma estrada tortuosa e que, especialmente em tempos de incerteza como os nossos, deve ser muito bem pensada – à luz, nunca é demais lembrar, dos problemas e questões que, mais do que simples decorrência de nossas práticas vividas, são também recriados ao longo do próprio percurso de elaboração conceitual. (HAESBAERT, 2014, p.48).

Outro aspecto que deve ser considerado na proposta investigativa epistemológica diz respeito à temporalidade nos/dos processos de pesquisa, já que a temporalidade dominante - cronológica, linear e orientada ao crescimento e ao progresso cognitivo -, nem sempre coincide com as temporalidades plurais necessárias dos processos educativos e investigativos. O questionamento da organização do tempo educativo pode ser explicado da seguinte forma:

Los procesos educativos socializan y transmiten una determinada forma de organizar el tiempo; generan experiencias de tiempo: horarios, calendarios, efemérides, rituales, ciclos trimestrales, bimestrales, semestrales, anuales, etc. La educación –como las demás actividades humanas- acontece en el tiempo y produce una temporalidad, es decir, produce conciencia de tiempo y enseña a tener control sobre el tiempo. Esa conciencia de tiempo no se produce solo desde el discurso y los contenidos. Se produce sobre todo desde la metodología, la evaluación y todo lo que constituye eso que ha sido llamado currículo oculto. (...) Quiero sugerir aquí la posibilidad –y la necesidad- de generar procesos educativos en los que, superando la colonización totalitarista utilitarista y consumista del tiempo, pensemos y

actuemos temporalidades plurales cargadas de memorias y esperanzas.<sup>30</sup> (MÉNDEZ, 2010, p.147).

O mesmo autor se refere à educação e suas ambivalências com otimismo, o que abre cenários de esperança para a pesquisa acadêmica mediada pela epistemologia.

La educación es siempre una mediación: puede serlo para la conservación o para la transformación, para el consenso o para el disenso, para la imposición o para la proposición, para la violencia o para la reconciliación, para el sometimiento o para la resistencia y la emancipación. Por eso, la educación es una mediación ambivalente: depende de lo que se quiera hacer con ella, o mejor, depende del ¿para qué?<sup>31</sup> (MÉNDEZ, 2008, p.103).

De acordo com as reflexões anteriores, sustentadas pelo pensamento de Fernet-Betancourt, Walsh, Austrain, Levinás, Dussel, Ebeling e Méndez, pode-se dizer que a abertura às outredades diversas e o respeito intercultural se constituem alimento para as práticas investigativas epistemológicas. Nesse sentido, a inter-relação entre epistemologia e metodologia também pode significar um *lugar-tempo de encontro*, pois a investigação acontece em espaços e tempos de vida que estão inacabados, onde as pessoas necessitam se encontrar, relacionar-se, com-viver, e cujas dimensões e potencialidades escapam de qualquer tentativa de controle metodológico ou conhecimento definitivo. Fazer da pesquisa uma oportunidade de encontro é um desafio que se apresenta a partir da epistemologia. Mais que uma pesquisa acadêmica com seus cânones – epistemológicos e metodológicos, a investigação pode ser uma das mediações para a convivialidade. É necessário advertir que a epistemologia não representa uma novidade acadêmica, já que alguns autores vêm indicando a necessidade de vinculação entre epistemologia e metodologia há algum tempo. Demo, por exemplo, defende a ideia de que a ciência deve estar aberta à discussão, preocupando-se mais pela descoberta da realidade do que pela defesa ideológica. Ao refletir

---

<sup>30</sup> Os processos educativos socializam e transmitem uma determinada forma de organizar o tempo; geram experiências de tempo: horários, calendários, efemérides, rituais, ciclos trimestrais, bimestrais, semestrais, anuais, etc. A educação – como as demais atividades humanas – acontece no tempo e produz uma temporalidade, ou seja, produz consciência de tempo e ensina a ter controle sobre o tempo. Essa consciência de tempo não se produz somente a partir do discurso e os conteúdos. Produz-se principalmente a partir da metodologia, a avaliação e tudo o que constitui isso que tem sido chamado currículo oculto. (...) Quero sugerir aqui a possibilidade – e a necessidade – de gerar processos educativos nos quais, superando a colonização totalitarista utilitarista e consumista do tempo, pensemos e atuemos temporalidades plurais carregadas de memórias e esperanças.

<sup>31</sup> A educação é sempre uma mediação: pode ser para a conservação ou para a transformação, para o consenso ou para o dissenso, para a imposição ou para a proposição, para a violência ou para a reconciliação, para a submissão ou para a resistência e a emancipação. Por isso, a educação é uma mediação ambivalente: depende do que se queira fazer com ela, ou melhor, depende do para que?

sobre a relação entre ciência, metodologia e felicidade, assim se expressa sobre a urgência metodológica da atualidade:

A ciência emerge como possivelmente monstruosa: criatura humana que engole o homem. Sabemos demais como fazer guerra, como controlar o povo, como interferir na ecologia, mas sabemos quase nada, por vezes nada, de como sermos mais felizes. Por não saber disso, o povo não se dirige ao cientista para tratar de suas “coisas” íntimas, importantes, vitais. Dirige-se ao sábio, ao amigo, ao curandeiro, porque vê neles figuras comunitárias, do seu tamanho. O cientista é um estereótipo distante, superior, sofisticado. Não serve para o cotidiano. Uma das conclusões mais fortes da metodologia é certamente esta: não faz sentido buscar a cientificidade por ela mesma, porque método é apenas instrumento. Faz sentido, isto sim, fazer ciência para conseguirmos condições objetivas e subjetivas mais favoráveis de uma história sempre mais humana. (DEMO, 2011, 260).

Santos-Filho e Gamboa, por sua vez, indicam que diferentes concepções de realidade determinam distintos métodos, razão pela qual a discussão sobre métodos exige um estudo sobre suas implicações e pressupostos. (SANTOS-FILHO; GAMBOA, 1995). A análise e compreensão da perspectiva e do posicionamento epistemológico que acompanham/sustentam/nutrem os procedimentos metodológicos contribuem para o estabelecimento da relação entre técnicas, métodos e modelos/paradigmas científicos, mais ou menos explícitos em toda investigação.

Diante do exposto, e tendo assumido uma perspectiva epistemológica para o desenvolvimento desta investigação, este trabalho, de caráter qualitativo, se utiliza de pesquisa bibliográfica, documental e social, via entrevistas semiestruturadas para o alcance de seus objetivos.

O lapso temporal elegido para o estudo, de 2000 a 2017, se explica a partir do marco legal específico relacionado aos direitos das pessoas menores de idade no Brasil e na Costa Rica. O ECA foi aprovado no Brasil em 1990, e o CNA foi aprovado na Costa Rica em 1998. Optou-se por priorizar o período posterior à promulgação da legislação específica sobre os direitos das pessoas menores de idade nos dois países, de forma a considerar sua implementação e possíveis consequências nos processos de desenvolvimento urbano das cidades de São Paulo e San José. É necessário esclarecer que o presente estudo, mesmo que se situe em dois países latino-americanos, não se configura como um estudo comparativo, mas busca a relação de duas realidades – dois territórios – que, apesar de suas diferenças e especificidades, têm em comum a presença de pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social nos centros urbanos.

Ao assumir as atividades de forma dinâmica durante a investigação, entende-se que não é possível referir-se a uma “coleta de dados”, pois não se pretende coletar informações para agregar ou somar aos conhecimentos adquiridos na pesquisa bibliográfica, de maneira dicotômica e/ou secundária. Busca-se, na verdade, uma “aproximação a conhecimentos” via registros históricos que já existem e são registros orais e/ou escritos como estudos, documentos diversos, fotos, relatórios, experiências e vivências das pessoas, entre outros, enquanto arcabouço e/m contribuições das instituições e/ou organizações colaboradoras, como Prefeitura de São Paulo, Municipalidad de San José, DAI/PANI e Projeto Quixote, entre outros convidados para esta jornada investigativa.

A pesquisa bibliográfica, a partir dos objetivos propostos para esta investigação, utiliza aportes referenciais de autores como Ignacy Sachs, Amartya Sen, Eduardo Gudynas, Paul Singer, Alberto Acosta, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Josef Stermann, Maria Fernanda Espinosa, Luciano Félix Florit, David Harvey, Serge Latouche, Ermínia Maricato, Manfred Max-Neef e Aníbal Quijano, entre outros, para as questões do desenvolvimento, desenvolvimento urbano e desenvolvimento sustentável. Com relação às reflexões que circunscrevem o conceito *território e/m suas derivações*, foram abordadas contribuições de Rogério Haesbaert, Milton Santos, Claude Raffestin, Raquel Rolnik, Marc Augé e Valdir Dallabrida, entre outros autores. Nas questões relativas à infância, priorizou-se a reflexão de Auro Danny Lescher, Graziela Bendoian, Marcos Cândido, Clarice Cohn, William Corsaro e Valéria Llobet, entre outros autores. A reflexão sobre cuidado, convivência e convivialidade, sem desconsiderar outras contribuições, esteve respaldada pelos seguintes autores: Ivone Gebara, Elza Támez, Catherine Walsh, Elizabeth Jonhson, José Mario Méndez Méndez, Alejandro Cussiánovich, Leonardo Boff e Raúl Fonet-Betancourt.

No tocante à pesquisa documental, entende-se que sua contribuição no processo investigativo é fundamental, no sentido de oferecer elementos para identificar, contextualizar, caracterizar e analisar a temática de estudo. Entretanto, a pessoa investigadora precisa estar atenta aos contextos que circundam os fatos e os sujeitos históricos que os constituem, assim como os autores dos registros, uma vez que,

[...] o que as pessoas decidem registrar é informado pelas decisões que, por sua vez, relacionam-se aos ambientes sociais, políticos e econômicos dos quais fazem parte. Os documentos podem ser interessantes pelo que deixam de fora, assim como pelo que contêm. Eles não refletem simplesmente, mas também constroem realidade social e as versões dos eventos. (MAY, 2004, p.213).

Entre as fontes documentais pesquisadas para a realização deste trabalho constam: Programa Estado da Nação em Desenvolvimento Humano Sustentável de Costa Rica (PENDHS), Programa de Desenvolvimento Municipal (PDM) de San José (2012-2016), Censo Nacional de Costa Rica (2016), Planos Diretores Estratégicos do Município de São Paulo, de 2002 a 2012, e de 2014 a 2030, pesquisa censitária da população em situação de rua e relatório de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo, realizados em 2015, cujas contribuições integram, prioritariamente, o capítulo que discorre sobre a contextualização das cidades de São Paulo e San José.

Outra fonte de pesquisa utilizada foi a realização de entrevistas semiestruturadas na forma de encontros dialogados<sup>32</sup>, envolvendo pessoas integrantes do Projeto Quixote e do DAI/PANI, as quais, durante o período que abarca este estudo, atuaram com a população menor de idade em situação de rua e de risco social. Suas falas confirmaram e/ou trouxeram à luz, novas e importantes informações para o desenvolvimento deste trabalho, pois através do diálogo buscaram-se as lacunas que textos e documentos não conseguem transmitir e/ou materializar.

Duas justificativas explicam por que se optou por não incluir pessoas menores de idade como sujeitos diretos no presente estudo. A primeira justificativa está relacionada com a temática específica abordada, ou seja, análise da relação entre desenvolvimento urbano e infância vulnerabilizada. Entende-se que, nessa relação, cabe às pessoas adultas, prioritariamente, a realização de diagnóstico e análise da situação para propor ações e mudanças nos rumos do desenvolvimento urbano, se necessário. Por isso optou-se pelo *sujeito institucional*, ou seja, instituições que integram redes de apoio à infância e adolescência, ou que colaboram para gerar uma tessitura acolhedora e cuidadora para crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social. A segunda justificativa para não entrevistar pessoas menores de idade no âmbito dessa pesquisa se encontra no fato de que o trabalho de mestrado realizado pela doutoranda pesquisadora<sup>33</sup> priorizou a voz de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo, além de reconhecer seu protagonismo político-pedagógico na educação social de rua, no período de 2000 a 2004. Dessa forma, entende-se que o trabalho investigativo anterior cumpriu com a tarefa de identificar, auscultar, reconhecer os

---

<sup>32</sup> Nominamos desta forma os encontros realizados, devido a seu caráter informal, dialogal e extremamente acolhedor vivenciado por ambas as partes. As perguntas geradoras para o desenvolvimento das questões semiestruturadas serviram de mediação para a realização dos diálogos. Estes se deram em locais e horários previamente agendados, ou seja, na sede do Projeto Quixote, em São Paulo, e na sede do DAI/PANI, em San José.

<sup>33</sup> LEME, Maria Cecilia Garcez. **Osando decir la propia historia**. El protagonismo político-pedagógico de la educación social en la calle. San José: Sebila, 2008.

movimentos e a participação das pessoas menores de idade no processo de sua emancipação. A presente pesquisa assume outro enfoque, que não é o da pedagogia social, mas sim do desenvolvimento regional, no intuito de identificar a existência de relação/relações entre modelos de desenvolvimento e presença de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social.

As pessoas integrantes das equipes do Projeto Quixote e do DAI/PANI, que foram sujeitos participantes da pesquisa, representam o setor que, nessas instituições, está dedicado à atenção e ao acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social. Portanto, às vezes realizam abordagem e/ou atividades na rua, outras vezes trabalham no espaço institucional para atender a população infanto-juvenil e suas famílias. O sujeito institucional investigado é formado/representado por um grupo de dez profissionais, assim caracterizados: 8 mulheres e 2 homens; idade entre 33 e 70 anos; 5 psicólogas, 2 assistentes sociais, 1 auxiliar de serviços gerais, 1 motorista e 1 advogada.

Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas/encontros dialogados, cujas questões geradoras não diretivas objetivaram averiguar aspectos específicos de determinada experiência e prováveis ênfases significativas nas pessoas envolvidas. Nesta modalidade de entrevista, a pessoa pesquisadora conhece previamente os pontos que deseja pesquisar e, com base neles, formula algumas questões a serem tratadas no processo investigativo. No seu decorrer, poderá contribuir com questionamentos secundários para complementar a coleta da informação desejada. Richardson explica esta técnica da seguinte forma:

A entrevista não estruturada, também chamada *entrevista em profundidade*, em vez de responder à pergunta através de diversas alternativas pré-formuladas, visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema; as suas descrições de uma situação em estudo. Através de uma conversação guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. A entrevista não estruturada procura saber que, como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita. (1989, p.161).

A entrevista/encontro dialogado inicia com uma conversa formal e caminha até que se atinja o objetivo desejado. Para Bodgan e Biklen (1994, p.134), “[...] a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”.

As entrevistas/encontros dialogados foram realizadas com cinco pessoas do Projeto Quixote e cinco do DAI/PANI, cujo trabalho tem relação com a atenção e acompanhamento de pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social. As questões foram elaboradas com o objetivo de propor um roteiro para a geração de informação e, assim como o projeto, submetidas ao Comitê de Ética da Furb (Apêndice 1). O critério de seleção das organizações participantes respondeu à necessidade de contemplar uma organização pública (PANI) e uma instituição não pública (Projeto Quixote), que demonstram incidência e relevância no trabalho junto a pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social nas cidades onde se desenvolve o estudo. O critério de seleção das pessoas entrevistadas foi construído junto com as coordenadoras de ambas as instituições, e considerou, basicamente, a experiência diferenciada no trabalho em distintos períodos entre 2000 e 2017, e pelo menos um/a representante de cada cargo ou função.

A realização das entrevistas/encontros dialogados contemplou o seguinte percurso:

- Visita e reunião presencial com as coordenadoras do PANI e do Projeto Quixote para entrega do projeto de pesquisa, informação dos objetivos do trabalho e busca de consenso sobre o campo empírico mais adequado, ou seja, quais pessoas participariam das entrevistas/encontros dialogados. (Setembro e Outubro de 2017)
- Solicitação de documento de autorização institucional para realização das entrevistas/encontros dialogados. (Setembro e Outubro de 2017)
- Assinatura de formulário de autorização institucional para realização da entrevista/encontro dialogado. (Apêndices 2 e 3) (Setembro e Outubro de 2017)
- Submissão do procedimento ao Comitê de Ética da FURB, através da Plataforma Brasil.<sup>34</sup> (Projeto enviado em dezembro de 2017 e aprovado em março de 2018)
- Organização de cronograma para entrevistas/encontros dialogados, elaborado pelas coordenadoras de acordo com as possibilidades de horário das pessoas participantes. (Abril e Setembro de 2018)
- Gravação e transcrição das entrevistas/encontros dialogados. (Maio a Novembro de 2018)
- Leitura reflexiva das falas das pessoas participantes e organização das ideias principais por categorias de análise. (Apêndices 4 e 5) (Janeiro a Abril de 2019)

---

<sup>34</sup> <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>

Optou-se por este instrumento de investigação, pois o referencial teórico estudado, aliado a um conhecimento prévio do objeto de pesquisa pela doutoranda e pelas pessoas entrevistadas, permitiriam, com maior acuidade, o acesso aos registros/conhecimentos através da conversação, possibilitando-lhes discorrer sobre o assunto com segurança e espontaneidade.

A melhor situação para participar na mente de outro ser humano é a interação face a face, pois tem o caráter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos. Esse tipo de interação entre pessoas é um elemento fundamental na pesquisa em Ciências Sociais, que não é obtido satisfatoriamente no caso da aplicação de questionários. A entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. (RICHARDSON, 1989, p.160).

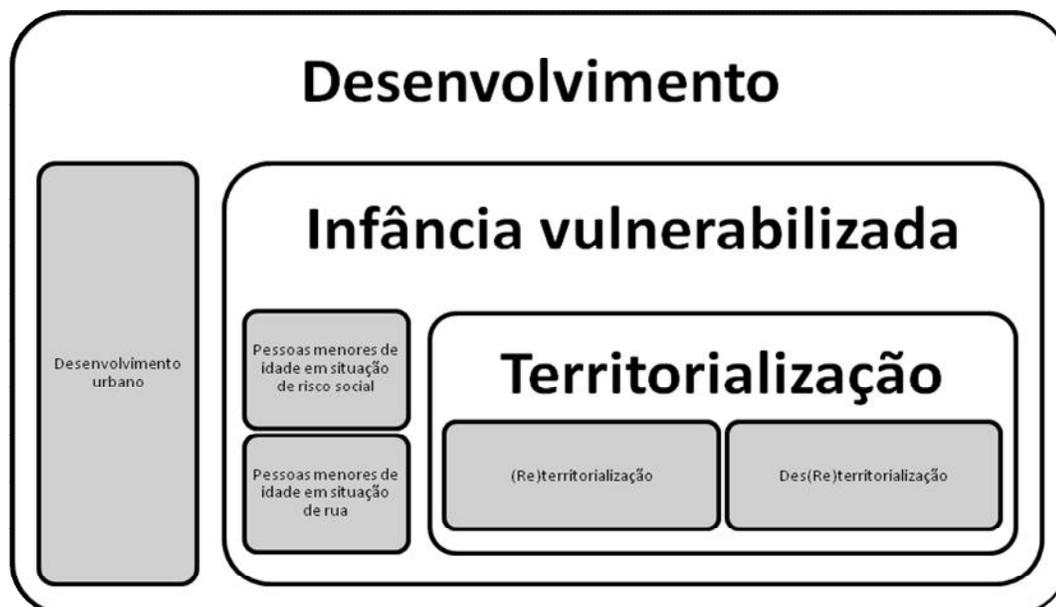
As entrevistas/encontros dialogados foram realizadas pessoal e individualmente, com o objetivo de que cada pessoa pudesse expressar suas ideias, entendimentos e conhecimentos sobre as categorias estudadas, sem a inibição que uma atividade em grupo pode ocasionar. Dessa forma, foi possível obter informações sobre a compreensão e o entendimento que têm as pessoas que trabalham no DAI/PANI e no Projeto Quixote, com respeito às categorias centrais do estudo: desenvolvimento urbano, des(re)territorialização e infância vulnerabilizada. Além disso, foi possível aproximar-se a dados referentes à caracterização das organizações nas quais trabalham.<sup>35</sup>

A priorização das temáticas incorporadas na entrevista/encontro dialogado pode ser visualizada da seguinte forma:

---

<sup>35</sup> O nome das pessoas entrevistadas será mantido em sigilo, sendo substituído por cores. A analogia das cores foi escolhida por representar os diferentes matizes que a palavra de cada pessoa entrevistada ofereceu ao trabalho, como marcos/marcas/pegadas, contribuindo para que o caminho investigativo estivesse iluminado/colorido por suas experiências, sabedorias, compromissos, alegrias, esperanças, tristezas e expectativas. As cores que identificarão as pessoas entrevistadas no DAI/PANI e no Projeto Quixote são: verde, azul, vermelho, amarelo, marrom, branco, lilás, roxo, rosa e preto.

Figura 4 – Temáticas para entrevista/encontro dialogado



Fonte: elaboração própria

A revisão bibliográfica foi entrelaçada tanto com as entrevistas/encontros dialogados, como com a análise documental e social. A construção dos passos de investigação, tempos, espaços e prioridades, foram sendo definidos no caminho, em coparticipação com a professora pesquisadora orientadora e as pessoas envolvidas nas experiências socioeducativas do Projeto Quixote e do PANI, o que possibilitou que a pesquisa se convertesse em uma construção de aprendizagens individuais e coletivas, tanto para as pesquisadoras, como para as instituições acadêmicas, e as pessoas e experiências socioeducativas envolvidas.

A opção pelo caminho epistemológico de investigação responde ao desejo ético-epistêmico-metodológico de alcançar um olhar compreensivo, respeitoso e aprofundado a partir da complexidade do tema em estudo, buscando dirimir e/ou abolir dicotomias, soluções simplistas, cumprimento de etapas lineares, dogmas científicos e/ou verdades absolutas. As diferentes etapas da investigação não são consideradas como “passos metodológicos”, já que não se pretende trilhar um caminho único e linear, no qual cada passo prepara o seguinte de forma sequencial e irreversível. Assim, os procedimentos empíricos e, também os registros e/m subsequente sistematização e análise descritos em forma de relatório de tese, nominam-se como “pegadas epistemológicas”, realizados de forma concomitante e integrada: revisão bibliográfica, busca documental e aprofundamento teórico, junto com entrevistas/encontros

dialogados nas duas instituições colaboradoras: Projeto Quixote em São Paulo e DAI/PANI em San José. Isso se dá como uma “*ciranda*”, ou seja, a canção da/na roda vai sendo cantada pelas pesquisadoras, pelas autoras e autores estudados, pelos dados nos registros obtidos e pelas pessoas participantes nas entrevistas/encontros dialogados. A opção epistemológica também possibilita às pesquisadoras realizarem movimentos investigativos: dos livros e documentos para a realidade das organizações, da própria fala para a fala das pessoas participantes, da realidade encontrada para a análise documental e social.

O entrelaçamento das “pegadas epistemológicas” pode ser visualizado da seguinte forma:

Figura 5 – Pegadas epistemológicas



Fonte: elaboração própria

Neste sentido, as construções e procedimentos epistemológicos foram realizados e percebidos em forma de “*pegadas no caminho*”, considerando que a(s) trilha(s) em percurso pelas investigadoras, pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, instituições participantes da investigação, podiam oferecer sinalizações importantes para o(s) caminho(s) de pesquisa em desenvolvimento. Além disso, entende-se que existem diversos caminhos investigativos, os quais não são, necessariamente, excludentes ou hierarquicamente organizados.

A opção epistemológica que nutre o presente estudo implicou em uma negociação junto às equipes do DAI/PANI e Projeto Quixote, para coordenação de atividades que signifiquem uma devolução da pesquisa para estas organizações. Assim, atividades como: roda de conversa com pessoas integrantes das equipes, intercâmbio acadêmico e intercâmbio entre pessoas educadoras estão em fase de negociação. Essas atividades se incorporam ao quefazer epistemológico, pois os resultados da pesquisa não podem limitar-se à escritura e defesa da tese pela pesquisadora, senão devem ser devolvidos aos demais participantes do estudo.

## 1.5 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS: AO OLHAR PARA TRÁS, UMA TRILHA SINALIZA E SOCIALIZA A JORNADA EMPREENDIDA

O primeiro capítulo, *Buscando sinalizar pegadas, trilhas e/m movimentos na jornada investigativa*, apresenta a contextualização da problemática de pesquisa, assim como objetivos, hipótese e perspectiva metodológica que iluminaram o processo investigativo.

O segundo capítulo, *Desenvolvimento urbano e/ou cidades (in)sustentáveis: uma mirada latino-americana*, está dedicado a uma discussão teórica sobre desenvolvimento e/ou crescimento econômico nas grandes cidades, assim como à apresentação de um breve histórico do desenvolvimento sustentável, com seus avanços, desafios e críticas.

O terceiro capítulo, *Infância vulnerabilizada: em busca de territórios de hospedagem e cuidado*, aborda e analisa dois aspectos e/ou categorias chaves nesse estudo: infância e vulnerabilidade infantil, com ênfase na realidade de crianças e adolescentes que vivem nas ruas das grandes cidades latino-americanas.

O quarto capítulo, *Ruas e caminhos que (des)territorializam, (des)orientam e (des)encantam*, realiza uma aproximação ao conceito *território* e suas derivações: territorialidade, territorialização, desterritorialização, reterritorialização, des(re)territorialização, multiterritorialidade e aterritorialidade. Estes conceitos possibilitam posicionar territorialmente as pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social e entender seus movimentos e imobilidades. Este capítulo também aborda o trabalho realizado pelo DAI/PANI em San José, e pelo Projeto Quixote em São Paulo, considerados territórios seguros para crianças e adolescentes, onde são acolhidos e cuidados.

O quinto capítulo, *São Paulo e San José: cidades des(re)territorializadoras*, apresenta uma contextualização de São Paulo e San José, através de dados e considerações sobre o

desenvolvimento urbano e a situação de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social nessas cidades.

O sexto capítulo, *Rompendo dualismos territoriais e acadêmicos*, identifica, analisa, problematiza e discute possíveis relações entre os enunciados teóricos e as realidades vivenciadas, descritas e interpretadas pelas pessoas que participaram nas entrevistas/encontros dialogados no Projeto Quixote e no DAI/PANI. O *Bem Viver* é problematizado como um possível caminho alternativo para um desenvolvimento urbano economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo.

O sétimo capítulo, *Envolver para (des)envolver: por um desenvolvimento cuidador*, está dedicado à reflexão e apresentação de *possibilidades e proposições* para uma perspectiva de desenvolvimento que incorpore o cuidado social de tal forma que os direitos das pessoas menores de idade, promulgados pelo ECA no Brasil e pelo CNA na Costa Rica, possam e venham a ser garantidos pelas políticas públicas e práticas educativas nos diferentes espaços, instâncias e instituições. A tal perspectiva de desenvolvimento ousamos aqui nominar como um “*desenvolvimento para/com cuidado*” – um “*desenvolvimento cuidador*”.

O oitavo capítulo, *A guisa de uma (in)conclusão*, apresenta e sumariza algumas reflexões e (pró)vocações ao final deste tempo/espaço/lugar no caminho investigativo realizado.

## CAPÍTULO 2

### DESENVOLVIMENTO URBANO E/OU CIDADES (IN)SUSTENTÁVEIS: UMA MIRADA LATINO AMERICANA

*Los niños pobres no entran en los jardines públicos,  
a pesar de que, como niños que son,  
debería pensarse que tienen derecho a las flores.<sup>36</sup>*

*Víctor Hugo*

Este capítulo realiza uma abordagem teórica e analítica do *desenvolvimento urbano* na América Latina, e apresenta algumas perspectivas teóricas críticas dos modelos de desenvolvimento que se restringem a metas de crescimento econômico.

#### 2.1 DESENVOLVIMENTO URBANO E/NA/PARA AMÉRICA LATINA: CONCEITOS, PROCESSOS E/OU HERANÇAS (?!)

*Desenvolvimento* é um conceito multidimensional que se origina na biologia<sup>37</sup> para explicar a evolução de diferentes seres vivos e determinar a relação ancestral entre organismos e seus processos evolutivos. Mais tarde, o conceito passou a ser utilizado pelas teorias e práticas sociais, principalmente economia, antropologia, ciências sociais e ciências políticas. Ao longo do percurso histórico e suas perspectivas culturais diferenciadas, o conceito desenvolvimento assumiu e vem assumindo distintas concepções e intencionalidades para explicar e/ou justificar os fundamentos e paradigmas da vida em sociedade. Dessa forma, desenvolvimento pode ser entendido, por exemplo, como crescimento ou incremento em/para sociedades do crescimento, ou como bem estar em/para sociedades do bem estar social, ou como avanço tecnológico em/para sociedades da informação e comunicação, ou como sustentabilidade em/para sociedades sustentáveis. Faz-se necessário, para esclarecer a perspectiva conceitual de desenvolvimento que se assume nesse trabalho, apresentar a gênese linguística da palavra desenvolvimento.

---

<sup>36</sup> As crianças pobres não entram nos jardins públicos, apesar de que, como crianças que são, deveria se pensar que têm direito às flores. Em: HUGO, Víctor. **Los miserables**. Madrid: Edimat. 2012, p.662.

<sup>37</sup> No século XVIII, o naturalista Buffon criou as bases teóricas da Geologia e Paleontologia, ciências precursoras da Biologia. Na segunda metade do século XIX, o naturalista inglês Charles Darwin apresentou a Teoria da Evolução das Espécies, e no século XX, a Genética surgiu como nova área da Biologia, incorporando e (re)significando o conceito *desenvolvimento*.

A etimologia da palavra desenvolvimento remonta-se ao latim. Envolver vem de *involvere*, sendo que *in* significa *movimento para dentro* e *volvere* significa *virar, reverter, fazer girar*. Dessa forma, *envolver* assume o significado de *movimento giratório para dentro*, e, com o tempo, *envolvimento* passou a expressar também o ato de *aconchegar, acobertar, guardar, proteger, enrolar, cuidar*, pois o sufixo *mento* denota movimento. O prefixo latino *des*, por sua vez, alude a *ausência ou negação*, o que leva a entender o significado da palavra *des-envolver* como *des-enrolar, permitir a saída de algo escondido ou envolvido*. Nesse sentido, *des-envolvimento* significa, etimologicamente, *movimento giratório para fora*.

Nas distintas áreas do conhecimento, a palavra desenvolvimento assume diferentes significações. Para a biologia, desenvolvimento significa *fazer evoluir*; para a matemática, assume a perspectiva de *expandir uma expressão*; para a economia, desenvolvimento coincide com *crescer economicamente*; para as ciências sociais, *crescer ou progredir socialmente*. Assim, a palavra desenvolvimento assume e incorpora diferentes leituras, construções e intencionalidades, tanto disciplinares como sociopolíticas e econômicas. No presente estudo, serão abordadas algumas re(significações) históricas do conceito desenvolvimento no período do crescimento das metrópoles industriais, na primeira metade do século XX. Ademais, será apresentada uma análise do conceito desenvolvimento na América Latina, a partir dos grandes aglomerados urbanos e suas problemáticas, decorrentes dos modelos de *desenvolvimento urbano*.

Para compreender a configuração das grandes cidades latino-americanas na atualidade, assim como suas problemáticas socioambientais decorrentes dos modelos de desenvolvimento, faz-se necessário considerar alguns fatores que interagem no processo de urbanização. Tais fatores são herança de diferentes modelos de urbanização implementados ao longo dos anos, que se manifestam nas formas de aglomeração, socialização e organização da comunidade humana, em busca de sobrevivência e qualidade de vida. A origem das cidades e do desenvolvimento das/nas cidades remete à origem da civilização humana.

Não há registro de civilizações sem cidades, e vice-versa. Não se conhecem cidades sem tecnologia para gerar seus ambientes artificiais. Também não se conhecem desurbanizações que não tenham resultado de crises locais ou de catástrofes civilizatórias. Frente à ampla gama de ambientes, a vida humana civilizada, e mesmo a meramente biológica, exige, em variadas medidas, a artificialização do ambiente. Vistos sob este ângulo, a Cidade e seus equipamentos, o ambiente do homem, constituem um ambiente artificial, criado e recriado sob o império de três conjuntos de fatores: civilizatórios, necessidades, aspirações e possibilidades. [...] A irreversibilidade do fenômeno de urbanização e metropolização, expressão civilizatória típica do tempo presente, dita a urgência e a importância de equacionar o

enfrentamento dos problemas ambientais que se avolumam na Cidade e no Campo, ameaçando o futuro. (CARVALHO; PRANDINI, 1998, p. 488).

As primeiras cidades surgiram com a revolução agrícola (ou revolução neolítica), período em que o ser humano inicia a prática da agricultura, o que leva ao surgimento gradativo de assentamentos sedentários, e depois às primeiras cidades. O período de crescimento das cidades, depois da revolução agrícola do neolítico, foi marcado por várias “revoluções urbanas”, sendo que nos milênios seguintes, as cidades foram se transformando, até que a revolução industrial, no século XVIII, e seus decorrentes processos de industrialização, impactaram de forma determinante sobre a complexidade e o tamanho das cidades. (SOUZA, 2017, p.43-44).

O acelerado crescimento das cidades, na maioria das vezes, dissociado de uma gestão sistêmica que abranja a complexidade/necessidade dos fenômenos sociais, econômicos e naturais, coloca em relevância as reflexões sobre desenvolvimento urbano, crescimento e/ou desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável. Estudos e análises indicam que o desenvolvimento das cidades, muitas vezes, é identificado com *progresso/crescimento econômico*, ou com *crescimento urbanístico*, ou seja, concentração de indústrias, complexos financeiros e empregos, modernização dos espaços urbanos, incremento de rede de transporte, construção de casas e edifícios, alocação de serviços e comércios que atendam às necessidades e exigências de seus habitantes. Em tais reflexões, a racionalidade ambiental tem se apresentado como uma necessidade urgente para questionar os impactos ambientais decorrentes da ação humana manifestada, sobretudo, no crescimento urbano insustentável. As consequências de tal crescimento se manifestam não somente como insustentabilidade econômica e social das cidades, mas também como insustentabilidade do planeta.

Com a industrialização da produção assistimos a um processo de urbanização numa escala jamais conhecida. A *Gross-stadt*, grande cidade, aglomeração urbana de centenas de milhares, de milhões de habitantes, é produto desse processo. [...] Urbanização do planeta significa que, mesmo não estando dentro de uma cidade, somos atingidos por seus projéteis. (ROLNIK, 1995, p.80).

As reflexões sobre desenvolvimento urbano devem ser acompanhadas por uma aproximação ao conceito *desenvolvimento* e *desenvolvimento econômico* na ótica das sociedades capitalistas. A categoria desenvolvimento integrou-se à ideologia capitalista como expressão da estratégia de reprodução do capital. Por ter surgido nos últimos sessenta anos, desenvolvimento é uma categoria que não apresenta intenso conteúdo histórico, nem

tampouco representa, necessariamente, projeção para o futuro da sociedade humana, o que significaria que a humanidade depende, de forma automática, da reprodução do capital para manter-se, crescer e produzir. O auge do crescimento das metrópoles industriais (início do século XX) levou ao entendimento de que o crescimento econômico é condição para o desenvolvimento capitalista e, por isso, o desenvolvimento passou a ser entendido como consequência do crescimento econômico. Esse período marca a compreensão de que desenvolvimento não se vincula, necessariamente, com viabilidade econômica, equidade social, sustentabilidade ecológica e justiça cultural.

No discurso socioeconômico e político vigente o desenvolvimento é um mobilizador poderoso. As diretrizes das políticas públicas e os anseios da iniciativa privada orbitam ao redor desse objetivo supostamente benéfico para toda a sociedade. No entanto, a ideia de desenvolvimento habitualmente utilizada se inscreve plenamente ao corpo ideológico do capital, servindo como instrumento dinamizador da sua expansão e da acumulação. A evolução deste conceito, portanto, coincide com as necessidades de superação das crises do capital nas últimas seis décadas, chegando na sua formulação mais recente a priorizar o âmbito territorial local como escala mais acurada para desencadear o almejado desenvolvimento. (GÓMEZ, 2002).

Nas primeiras décadas do século XX, ocorre uma considerável expansão do sistema econômico mundial, e as flutuações acontecidas nos países industrializados foram consideradas consequência normal e cíclica, a partir do paradigma capitalista, passíveis de serem equilibradas por mecanismos intervencionistas de correção da economia. Em outras palavras, “não se considerava necessário estabelecer programas, públicos ou privados, destinados a promover um desenvolvimento que deveria chegar *naturalmente*, em função do próprio devir capitalista.” (GÓMEZ, 2002). No entanto, o contexto pós Segunda Guerra modificou esse entendimento, devido à necessidade de intervenção para reconstrução de países, economias e povos. Essa época marca o início da concorrência desenvolvimentista, assim como da divisão do mundo em países/territórios/nações/povos desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que traz uma nova compreensão do conceito *desenvolvimento*.

Em 1949, no seu discurso inaugural como Presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman utiliza, pela primeira vez, o termo “áreas subdesenvolvidas”. Este fato pode se considerar como a largada da corrida desenvolvimentista. Os Estados Unidos assumiram a tarefa de promover o progresso industrial em outros países, melhorando o padrão de vida de suas populações, na tentativa de promover o desenvolvimento como uma forma de assegurar a paz. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos conseguiam assegurar-se, com esta estratégia, a iniciativa econômica e política na nova ordem

internacional que ia se formando. A partir deste momento inicial foram se construindo e aperfeiçoando tanto as noções teóricas e operativas, como as instituições que dariam respaldo ao modelo desenvolvimentista que ia sendo imposto no contexto internacional. (GÓMEZ, 2002).

A preocupação com as metas econômicas do desenvolvimento, que inicia nos anos 1950, promoveu o nascimento de ideologias, incremento de cátedras e investigações no mundo acadêmico, assim como alianças de cooperação técnica e financeira entre diferentes países e regiões, na busca por bem estar econômico. Tal preocupação/movimento deu origem ao conceito *desenvolvimento econômico*.

O que é, no entanto, desenvolvimento econômico? Na sua essência, uma combinação de duas coisas: *crescimento econômico* e *modernização tecnológica*. Não é nada incomum os manuais universitários fazerem referência a “benefícios esperáveis” do desenvolvimento econômico como a melhoria de “indicadores sociais”, a exemplo do aumento da taxa de adultos alfabetizados ou da redução da taxa de mortalidade infantil. (SOUZA, 2017, p.96).

Uma das consequências imediatas da priorização do crescimento econômico e da modernização tecnológica nos processos de desenvolvimento é o empobrecimento de países e povos que ficaram à margem desses processos. Naquela época, a Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda o Produto Nacional Bruto (PNB) como um indicador que caracteriza e separa os países pobres dos países ricos. Instaura-se, nos anos 1960, a perspectiva de desenvolvimento associada à incorporação dos países pobres/subdesenvolvidos aos parâmetros e metas dos países ricos/desenvolvidos. No entanto, verificou-se que o crescimento econômico não trouxe uma redução automática da pobreza.

O crescimento econômico medido pelo agregado econômico PNB, não trazia automaticamente a redução da pobreza. Mero crescimento não significava verdadeiro desenvolvimento. Era preciso melhorar o nível quantitativo, mas também qualitativo da produção para melhorar verdadeiramente as condições de vida das populações dos 'países subdesenvolvidos'. Após o emprego falido do PNB como índice de desenvolvimento e a constatação de que o crescimento não trazia automaticamente melhoras no padrão de vida dos habitantes dos 'países subdesenvolvidos', esses próprios habitantes passaram, nos anos 80, a ser variáveis endógenas para atingir o desenvolvimento ao lado dos recursos naturais e do capital. [...] A partir desta proposta, o desenvolvimento econômico virá ligado ao desenvolvimento social. (GÓMEZ, 2002).

O principal aprendizado que esta etapa proporcionou é que crescimento econômico não garante desenvolvimento equitativo, no tocante ao padrão de vida para todos, pois, como adverte Josef Estermann, “la economía capitalista es necrófila en sus principios y tendencias, porque apuesta por el valor “existencial” del dinero (que no se puede comer) y presupone el “crecimiento” perverso de dinero (lucro, especulación).<sup>38</sup> (2008, p.155). Isso significa que os aspectos/interesses/direitos sociais (necessidades humanas básicas) devem estar intrinsecamente conectados com os aspectos/interesses/necessidades/direitos econômicos, em/para uma nova etapa de compreensão do conceito desenvolvimento. Segundo Jiménez e Hinkelammert, tal conexão possibilita a construção de um mundo onde caibam todos os seres humanos e a natureza:

¿Cómo tiene que estar constituido el sistema en cuanto macrosistema, para que quepan en él todos los seres humanos (naturaleza incluida)? Se trata de la pregunta por el *proyecto alternativo*; el cual traduce la utopía en relaciones institucionales necesarias para que la utopía se haga presente en la propia realidad. [...] La expresión sintética para este proyecto alternativo es: *expulsar la muerte* (el desempleo, el hambre, el subdesarrollo, la guerra, la destrucción de la naturaleza, la violencia contra la mujer, enfrentar las distorsiones que el mercado genera en la convivencia humana, etc.), aunque estas distorsiones sean inevitables.<sup>39</sup> (2005, p.405).

Várias são as propostas de desvincular a compreensão do conceito desenvolvimento de sua conexão com a voracidade do crescimento econômico. Também são expressivas as vozes na academia latino-americana que vão mais além, e questionam até mesmo a utilização do conceito *desenvolvimento*, por ser uma herança conceitual e paradigmática de origens exógenas à América Latina, com ditames e referenciais atrelados exclusivamente a questões como progresso e crescimento econômico. Tal postura acadêmica questiona o pensamento hegemônico sobre desenvolvimento, o qual se expressa em declarações e pronunciamentos de governos, agências de cooperação e meios de comunicação. O pensamento hegemônico, de certa forma, naturaliza e justifica a competitividade e a liberalização da economia para alcançar os parâmetros *desejados* de desenvolvimento – progresso e crescimento contínuo -, minimizando ou invisibilizando o conseqüente empobrecimento econômico e social.

<sup>38</sup> A economia capitalista é necrófila em seus princípios e tendências, porque aposta pelo valor “existencial” do dinheiro (que não se pode comer) e pressupõe o “crescimento” perverso de dinheiro (lucro, especulação).

<sup>39</sup> Como tem que estar constituído o sistema como macrosistema, para que caibam nele todos os seres humanos (natureza incluída)? Trata-se da pergunta pelo *projeto alternativo*; o qual traduz a utopia em relações institucionais necessárias para que a utopia se faça presente na própria realidade. [...] A expressão sintética para este projeto alternativo é: *expulsar a muerte* (o desemprego, a fome, o subdesenvolvimento, a guerra, a destruição da natureza, a violência contra a mulher, enfrentar as distorsões que o mercado gera na convivência humana, etc.), ainda que estas distorsões sejam inevitáveis.

A partir dessas vozes e reflexões, surgem propostas de/para *decolonizar*<sup>40</sup> o *desenvolvimento*: “uma das abordagens atuais dos intelectuais da decolonização é que o desenvolvimentismo em si teve início a partir da globalização da América Latina, das terras altas dos Andes e das terras baixas do Amazonas”. (REIS, 2010, p.63). Tais reflexões não se contentam com a instauração de um “outro desenvolvimento”, senão que buscam, na história e cultura latino-americana, alternativas, referenciais e práticas que transgridam o próprio conceito *desenvolvimento*.

Nesse sentido, Verhelst compara o desenvolvimento a um *cavalo de Tróia* para os países empobrecidos, pois se constitui uma violação econômica e cultural de seus povos. Para refletir sobre isso, o autor aborda a dimensão cultural do desenvolvimento, evidenciando os mecanismos internos e externos de dominação econômica e política, que causam os principais problemas nesses países. A principal crítica de Verhelst se concentra na invasão cultural desenvolvimentista, ou seja, na ideia de que, para alcançar o desenvolvimento, os países pobres devem assumir valores, convicções, organização e eficiência do mundo ocidental, representados pelos Estados Unidos e países europeus. Essa imposição/violência cultural desenvolvimentista faz surgir o estigma de *países subdesenvolvidos*, e a caracterização de seus povos como preguiçosos e incapazes. A proposta unívoca de desenvolvimento é, pois, inaceitável. (VERHELST, 1992).

Na mesma linha de questionamento da violência cultural atrelada ao conceito de desenvolvimento e crescimento econômico, Dávalos argumenta que a diversidade cultural é considerada uma ameaça ao *desenvolvimento*.

Para el crecimiento económico, las costumbres tradicionales de los pueblos y sus culturas son obstáculo que hay que superar eliminándolas por medio de estrategias de modernización. En las coordenadas del mercado, no pueden subsistir las diferencias culturales, a condición de que se conviertan en excelentes mecanismos de mercadeo. El desarrollo y el crecimiento económico no tienen idea de lo que significa el respeto cultural, y la convivencia en contextos de diversidad social y cultural. Los mercados no soportan la diversidad humana. La extraordinaria diversidad cultural de los pueblos del mundo es una amenaza que debe ser controlada. El mundo liso y llano de Burger King, de Nike, de Mc Donalds, de Coca Cola, de Wal-Mart, etc., es la apuesta por colonizar esa diversidad cultural e integrarlas al

---

<sup>40</sup> Neste trabalho utilizamos o termo “decolonizar” e não “descolonizar”. Segundo Catherine Walsh (2009, p.14), “A palavra, decolonizar, sem o “s” marca distinta posição e atitude contínua de transgredir, intervir, insurgir e incidir em lutas alternativas, pois não podemos desfazer ou reverter a colonialidade”. Não há como fingir que a colonização não existiu e/ou apagar tudo o que ela impôs. O que se pretende numa luta constante é a construção e/m buscas por alternativas, para a assunção dos povos colonizados na América Latina por mais de cinco séculos.

capitalismo como otra dimensión del mundo corporativo.<sup>41</sup> (DÁVALOS, 2008).

É inegável que a região latino-americana tem assumido protagonismo na tarefa de revisar e questionar a compreensão convencional de desenvolvimento, ou seja, aquela atrelada ao poder econômico versus “crescimento” de um dado território. No entanto, alguns autores indicam que as críticas e os questionamentos, ainda que sejam importantes para análise e/ou superação de um desenvolvimento colonizante, não chegam a tocar no conceito de desenvolvimento e sua linearidade enfocada no crescimento econômico. Além disso, consideram que, muitas vezes, falta articulação entre as novas perspectivas e abordagens de desenvolvimento.

Na verdade, quando os problemas começaram a minar nossa fé no ‘desenvolvimento’, passamos a buscar alternativas de desenvolvimento, demos nomes para diferenciá-lo do que nos incomodava, mas seguimos no caminho do desenvolvimento: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, desenvolvimento em escala humana, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com equidade de gênero, codesenvolvimento... Desenvolvimento, em resumo. O conceito de ‘desenvolvimento’, como toda crença, nunca foi questionado, mas simplesmente redefinido. (ACOSTA, p.199)

Desenvolvimento é, pois, um conceito polissêmico e contraditório, e consiste em um campo ideológico, como advertem Busato e Bernartt:

[...] Embora amplamente debatido, o termo desenvolvimento é polissêmico, contraditório e também consiste em um campo ideológico por excelência. É polissêmico por vir sempre acompanhado de diversos adjetivos, que embora sejam muitos, não ajudam no entendimento de seu sentido; é contraditório por ser posto sempre como sinônimo de crescimento, melhoria e avanço para todos, o que é incompatível com a lógica do capital, que é pautada na desigualdade; e é um campo ideológico porque busca mascarar as contradições, mobilizando pessoas e nações na busca ilusória do desenvolvimento para todos. (2014, p.137-138).

---

<sup>41</sup> Para o crescimento econômico, os costumes tradicionais dos povos e suas culturas são obstáculo que há que superar eliminando-as por meio de estratégias de modernização. Nas coordenadas do mercado, não podem subsistir as diferenças culturais, a não ser que se convertam em excelentes mecanismos de comércio. O desenvolvimento e o crescimento econômico não têm ideia do que significa o respeito cultural, e a convivência em contextos de diversidade social e cultural. Os mercados não suportam a diversidade humana. A extraordinária diversidade cultural dos povos do mundo é uma ameaça que deve ser controlada. O mundo liso e plano de Burguer King, de Nike, de Mc Donalds, de Coca Cola, de Wal-Mart, etc., é a aposta por colonizar essa diversidade cultural e integrá-las ao capitalismo como outra dimensão do mundo corporativo.

Tais reflexões e críticas evidenciam o desejo de busca de condições de vida/convivência digna para todas as pessoas e o meio ambiente – com viabilidade econômica, equidade social, sustentabilidade ecológica e justiça cultural –, concebidas fora do universo epistêmico eurocêntrico do desenvolvimento. Para isso, alguns autores têm buscado referências na história e cultura de povos ancestrais indígenas do continente latino-americano, os quais, sem utilizar a palavra *desenvolvimento*, organizam sua vida a partir de outros referenciais, como a terra, a natureza, o cosmos e a convivência. Pablo Dávalos, ao refletir sobre as teorias do desenvolvimento e crescimento econômico, propõe sua substituição pelo *Bem Viver*<sup>42</sup>, como resistência conceitual e metodológica, a partir da história e cultura dos povos indígenas latino-americanos.

De los conceptos alternativos que han sido propuestos, aquel que más opciones presenta dentro de sus marcos teóricos y epistemológicos para reemplazar a las viejas nociones de desarrollo y crecimiento económico, es el *sumak kawsay*, el buen vivir. Es un concepto que está empezando a ser utilizado en Bolivia y Ecuador, a propósito de los cambios constitucionales de ambos países; el *sumak kawsay* (buen vivir), como un nuevo referente al desarrollo y al crecimiento económico, es una de las propuestas alternativas más importantes y novedosas ante la globalización neoliberal.<sup>43</sup> (DÁVALOS, 2008).

Cáceres e Andrade, por sua vez, propõem a superação do desenvolvimento e do crescimento econômico através da recuperação do cuidado da *nossa casa*. Por *nossa casa*, entendem o mundo com seus componentes vitais, como uma casa acolhedora que oferece calor, proteção, confiança, familiaridade, intimidade e segurança. Para os autores, essa compreensão é imprescindível para a construção de uma nova economia, que eles chamam de *economia da dignidade*.

---

<sup>42</sup> O conceito Bem Viver é uma ideia/experiência de vida que remonta, inicialmente, ao contexto andino e amazônico. No entanto, incorpora também contribuições de outras partes do mundo. Apesar de ter sua origem histórica no mundo indígena, o Bem Viver integra princípios nascidos e vivenciados em outras correntes ocidentais, que foram silenciadas e/ou subordinadas ao longo do tempo. “O conceito Bem Viver surgiu há menos de uma década (Teijlingen & Hogenboom, 2017) e tem sido referido como: filosofia de vida (Acosta, 2010), cosmologia (Walsh, 2010), atitude de vida (Cortez, 2011), ontologia (Thomson, 2011), modelo de desenvolvimento (Radcliffe, 2012) e alternativa ao desenvolvimento (Gudynas, 2011)”. ALCANTARA; SAMPAIO, 2017, p. 234. DOI: 10.5380/dma.v40i0.48566

<sup>43</sup> Dos conceitos alternativos que têm sido propostos, aquele que mais opções apresenta dentro de seus marcos teóricos e epistemológicos para substituir as velhas noções de desenvolvimento e crescimento econômico, é o *sumak kawsay*, o bem viver. É um conceito que está começando a ser utilizado na Bolívia e Equador, por causa das mudanças constitucionais de ambos países; o *sumak kawsay* (bem viver), como uma nova referência ao desenvolvimento e ao crescimento econômico, é uma das propostas alternativas mais importantes e inovadoras diante da globalização neoliberal.

Este denominado ‘crecimiento económico’ o ‘desarrollo’ no es el cuidado de la Casa sino el saqueo de bienes, valores y personas para el beneficio de los dueños de industrias, negocios y mercados que ahora se han globalizado y que buscan el Libre Comercio para comprar y vender sin ningún permiso, respeto, ni búsqueda de equidad y justicia. Esperamos que quede muy claro que ‘crecimiento económico’ o ‘desarrollo’ no es igual a Economía o cuidado digno de la Casa en donde vivimos. [...] Entonces necesitamos volver a entender y vivir esta Economía del cuidado y construcción de la dignidad de la Casa, a lo que llamaremos Economía de la Dignidad.<sup>44</sup> (CÁCERES; ANDRADE, 2006, p.54-55)

Estas considerações preliminares sobre desenvolvimento e desenvolvimento econômico oferecem subsídios para a compreensão do *desenvolvimento urbano* na América Latina, onde a concentração produtiva nas grandes cidades respondeu/responde às exigências do mercado econômico e financeiro. Desde o início da formação das economias urbanas/nacionais, as principais cidades se constituíram como focos irradiadores, tanto para integração econômico-territorial, como para articulação com a economia mundial. A plena consolidação das cidades se deu, no entanto, com a intensificação da urbanização da economia impulsionada pela industrialização, o que aumentou consideravelmente a concentração produtiva e demográfica nos cenários urbanos. (MATTOS, 1998, p.24).

O desenvolvimento urbano tem sido identificado, por vezes, com o incremento urbanístico-arquitetônico nas/das grandes cidades. Por outro lado, o desenvolvimento urbano assume a significação de melhoria da qualidade de vida nas/das cidades, impulsionada, inicialmente, pelo poder público municipal, que deve identificar os problemas urbanos e propor soluções e respostas através da gestão político-administrativa. No Brasil, a CF de 1988 estabelece sistemas de gestão democrática, como o planejamento participativo, que promove a participação de associações representativas no processo de elaboração do planejamento urbano (CF, art.29, XII). A partir desse sistema de gestão, foram criados Conselhos de Desenvolvimento Urbano nas cidades, estabelecendo vinculação entre sociedade civil e administração municipal, para colocar em marcha uma gestão democrática das diretrizes de desenvolvimento urbano. Na Costa Rica, o Código Municipal assume o princípio de apoio à participação ativa, consciente e democrática da população nas decisões do governo local, assim como o fortalecimento de consultas populares para assuntos específicos e

---

<sup>44</sup> Este denominado “crescimento econômico” ou “desenvolvimento” não é o cuidado da Casa senão o roubo de bens, valores e pessoas para o benefício dos donos de indústrias, negócios e mercados que agora se globalizou e que buscam o Livre Comércio para comprar e vender sem nenhuma permissão, respeito, nem busca de equidade e justiça. Esperamos que fique muito claro que “crescimento econômico” ou “desenvolvimento” não é igual a Economia ou cuidado digno da Casa onde vivemos. [...] Então precisamos voltar a entender e viver esta Economia do cuidado e construção da dignidade da Casa, ao que chamaremos Economia da Dignidade.

fortalecimento dos conselhos distritais, que fazem a interlocução entre a comunidade e o governo local.<sup>45</sup>

A preocupação com o crescimento econômico e o incentivo da modernização tecnológica não são temas irrelevantes no estudo do desenvolvimento urbano, ou nas políticas de desenvolvimento urbano. No entanto, quando as metas de desenvolvimento se limitam a resultados de crescimento econômico, como indicado anteriormente, gera-se um desenvolvimento urbano desordenado e violento contra pessoas em situação de vulnerabilidade/vulnerabilização social e contra o meio ambiente, com consequências severas, como injustiças sociais, degradação social, desigualdades econômicas e degradação ambiental.

Um desenvolvimento urbano autêntico, sem aspás, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada, e nem mesmo, simplesmente, uma sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas, antes e acima de tudo, um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade: vale dizer, a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social. (SOUZA, 2017, p.101).

As consequências do desenvolvimento urbano limitado ao crescimento econômico se apresentam na seguinte figura:

---

<sup>45</sup> [http://www.estadonacion.or.cr/files/biblioteca\\_virtual/otras\\_publicaciones/aud\\_cal\\_dcapl1.pdf](http://www.estadonacion.or.cr/files/biblioteca_virtual/otras_publicaciones/aud_cal_dcapl1.pdf) (Acesso em 27 junho 2019)

Figura 6 - Sistematização do desenvolvimento limitado ao crescimento econômico



Fonte: elaboração própria

As demandas do crescimento econômico apresentam-se como um desafio das/nas cidades, pois estão diretamente vinculadas com os modelos de desenvolvimento urbano e suas consequências territoriais e socioambientais. A expansão constante da infraestrutura das cidades para absorver o crescimento econômico e político, nem sempre é acompanhada por um modelo de desenvolvimento que incorpora equidade socioespacial e respeito socioambiental. “O dinamismo dos circuitos econômicos não produziu cidades com urbanidade.” (ROLNIK; KLINK, 2011, p.99).

O desenvolvimento urbano, analisado sob o prisma dos processos de urbanização acelerada, impulsionados e exigidos pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, apresenta severas desigualdades sociais e econômicas nas grandes cidades. Nesse sentido, David Harvey vincula o *direito à cidade* com uma *revolução urbana*, e argumenta que o direito à cidade não surge como capricho ou modismo intelectual, mas emerge “das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.” (2014, p.15). A cidade é entendida, pois, como palco de poder político, quando pessoas e instituições questionam as desigualdades socioeconômicas e lutam por reorganizar as infraestruturas urbanas. Tais manifestações e lutas expressam insatisfação e indignação diante de modelos de desenvolvimento urbano excludentes.

Marcelo Lopes de Souza, por sua vez, questiona se o que existem são *problemas especificamente urbanos*, ou *problemas sociais gerais na cidade*. Segundo este autor, as cidades apresentam dois problemas específicos, pobreza e segregação residencial. No entanto, a estes problemas se acrescentam outros, como degradação ambiental e um sistema de tráfego ineficiente, antiecológico e caro. (SOUZA, 2017, p.81). Essa situação típica das grandes cidades foi apontada também como um problema nas entrevistas/encontros dialogados realizadas no Projeto Quixote.

Na cidade de São Paulo nós temos uma megalópole, não dá para pensar hoje *cidade de São Paulo*, ela não existe só. Ela está agregada aos 22 municípios do entorno, que são satélites, lugar para dormir. As pessoas vão trabalhar no centro e voltam para lá como lugar de dormitório. Isso acontece para os municípios e acontece também para muitos bairros, mesmo dentro da própria cidade, tem lugares tão distantes dentro de São Paulo para se deslocar, que a pessoa praticamente vive uma situação similar, ou até pior, dependendo dos meios de transporte. [...] Então, pelas condições de trânsito, você tem essas coisas. A população vai seguindo as condições, de acordo com o desenho da cidade, dos meios de locomoção, e geralmente são esses fluxos que concentram as carências mais efetivas, e onde vamos ter mais gente em situação de vulnerabilidade. (VERMELHO, 2018).

Os problemas especificamente urbanos, ainda que se diferenciem em forma e intensidade, são comuns a todas as cidades e se manifestam, sobretudo, na carência dos direitos humanos fundamentais para toda a população. Segundo Santos, a causa de tal carência se encontra na priorização dos investimentos econômicos em prejuízo dos investimentos sociais.

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. [...] A urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos em detrimento dos gastos sociais. (SANTOS, 2013, p.105).

Os problemas urbanos oriundos de um crescimento econômico desarticulado com o desenvolvimento social foram evidenciados nas entrevistas realizadas tanto no DAI/PANI, como no Projeto Quixote. Para explicar o que entendem por *desenvolvimento urbano*, as

pessoas entrevistadas apontaram aspectos relacionados com educação, saúde e serviços básicos, por exemplo.

O desenvolvimento urbano tem relação com a evolução de cada uma das comunidades, particularmente em nosso país (Costa Rica) temos uma problemática séria com relação ao desenvolvimento urbano em algumas prefeituras. Temos uma escala na qual os bairros periféricos são os que têm menos desenvolvimento em nível de crescimento em todos os setores: educação, saúde, serviços básicos. Portanto, o desenvolvimento urbano tem relação com o crescimento na cidade, mas não somente no nível infraestrutural, senão de população, mas com assistência e serviços para as pessoas que moram no lugar. O desenvolvimento urbano é tudo o que seja benefício na cidade, é o progresso para todas as pessoas. (BRANCO et al., 2018).

Na mesma linha de entendimento, enfatizando a qualidade de vida das pessoas moradoras das cidades, o acesso à cultura e o direito ao encontro, indica Preto:

Desenvolvimento urbano é considerar a qualidade de vida das pessoas que vivem nas cidades. Então desenvolvimento urbano, para mim, tem a ver com acessibilidade, acessibilidade desde serviços básicos como saúde, educação, assistência social, como também cultura. Eu acho que desenvolvimento urbano tem muito a ver com acesso a cultura, arte e cultura, é isso que faz o ser humano crescer mais e mais. E eu acho que desenvolvimento urbano também tem a ver com espaços coletivos que se possam ter, num bairro que seja, ou em alguns bairros, onde as pessoas possam se encontrar. (2018).

Por outro lado, nas entrevistas também foram abordadas as consequências negativas do desenvolvimento urbano, que se refletem não apenas nas mudanças estruturais do cenário urbano, mas também na desintegração familiar e vulnerabilidade infantil.

O desenvolvimento urbano acontece quando a cidade vai se modernizando, os edifícios, tudo vai se modernizando, então as coisas vão mudando, as casinhas de antes não eram edifícios. Há mais trabalho, mais emprego, mas também mais lares desintegrados porque, ao acontecer tudo isso, vão se desintegrando os lares, pois há mais responsabilidades, antes a mulher não trabalhava, mas cuidava de nove ou dez crianças que estavam sob seus cuidados. Agora a mulher tem que trabalhar e as crianças têm que ficar com não sabemos com quem. (AZUL, 2018).

A inexistência de um desenvolvimento urbano equitativo, por outro lado, manifesta-se nas condições habitacionais precárias e deterioração da qualidade de vida das pessoas mais pobres.

Você sabe, ou quem mora em São Paulo sabe, que o desenvolvimento urbano aqui nunca conseguiu respeitar as condições das populações, como elas residiram ou ocuparam os terrenos desde os tempos idos e as condições de sua inserção nesse contexto. Então você tem, o que eu posso dizer, certa invasão das condições de vida locais, com isso você corre o risco de deteriorar as condições dos pobres, da sustentabilidade dessas populações em nome de alguma coisa que a gente quer, que é a beleza, os prédios mais chiques, que ao mesmo tempo não são apropriados pela população. Então, na verdade, é um desenvolvimento que exclui, não é? (VERMELHO, 2018).

A estrutura urbanística e o planejamento das cidades não foram desconsiderados nas repostas às entrevistas realizadas, pelo contrário, foram apontados como fundamentais para o desenvolvimento urbano.

Desenvolvimento urbano é a parte da cidade relacionada com poder tirar aqueles problemas de trânsito, alargar avenidas, poder construir coisas que sejam interessantes para a comunidade, enfim consertar as coisas porque em São Paulo as coisas foram acontecendo, não é uma cidade que tenha urbanismo, que tenha planejamento. Então a gente tem muitas coisas que são até desagradáveis visualmente e tem coisas que não se adequam mais à vida de hoje: calçadas estreitas, por exemplo, transformá-las em calçadões seria muito interessante para a comunidade. (VERDE, 2018).

De forma geral, as políticas públicas assumem relevância para o desenvolvimento urbano, segundo as pessoas entrevistadas no DAI/PANI e no Projeto Quixote.

Eu enxergo o desenvolvimento urbano a partir do avanço de algumas políticas públicas específicas para cada situação e para cada população. Então, quanto mais as políticas públicas puderem dialogar de uma forma transparente com as pessoas, se forem elaboradas com as pessoas e não para as pessoas, acho que tem uma diferença aí de você fazer algo em nome do bem do outro supondo que você sabe o que é melhor para o outro, e fazer isso com o outro em assembleias, dispositivos grupais, enfim, tratar de usar alternativas para que essas políticas ajudem a desenrolar o que eu entendo por desenvolvimento urbano a partir das políticas públicas. (ROSA, 2018).

O desenvolvimento urbano supõe, portanto, investimento em políticas públicas específicas, integrais e articuladas, para diversas áreas sociais e necessidades/direitos da população, como educação, saúde, habitação, cultura, lazer, transporte, acessibilidade, qualidade de vida. Tais necessidades/direitos estão relacionados não somente com espaços físicos ou geográficos, mas também com espaços de pertencimento, participação e convivência. Para realizar um estudo exploratório do nexo entre urbanização de risco e violência urbana em diferentes cidades do estado de São Paulo, Raquel Rolnik utiliza o

conceito *exclusão territorial*, que se relaciona com exclusão social, mais do que com pobreza ou disparidades sociais. (2004, p.111).

Nesse sentido, os problemas urbanos não devem ser vistos como problemas isolados ou insolúveis, nem as cidades devem ser declaradas espaços/territórios insustentáveis para viver bem. Opções oriundas de políticas públicas adequadas e de uma estrutura e organização urbanas pertinentes com as necessidades da população, podem mudar o cenário de insustentabilidade das grandes cidades. Uma delas passa pela organização da sociedade civil para exigir que seus direitos sejam respeitados, e pelas alianças urbanas e/ou organização de redes, tanto públicas como de ONGs para atuar com um horizonte de governabilidade democrática e participação cidadã, com vistas a um desenvolvimento urbano sustentável. Nesse sentido, propostas corretivas e inovadoras são urgentes e necessárias para combater a urbanização caótica<sup>46</sup> e a conseqüente degradação das condições de vida da população nas grandes cidades, principalmente as pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: METAS A ATINGIR OU URGÊNCIAS EMERGENTES DE SUPERAÇÃO (!?)

O desenvolvimento dos grandes centros urbanos repercute o modelo de desenvolvimento implementado nas escalas de administração pública local, nacional e continental<sup>47</sup>. As implicações das decisões políticas e econômicas refletidas nas políticas públicas repercutem diretamente na cotidianidade e na qualidade de vida da população, seja nas zonas rurais como nas grandes cidades, ainda que não exista uma relação dicotômica ou antagônica entre o rural e o urbano.

A partir do que foi aludido anteriormente, *desenvolvimento* é um conceito polissêmico e conflituoso, que está necessariamente vinculado com ideologias, ou seja, com visões de mundo e com projetos de convivência. Acontece (ou não) a partir de imperativos éticos e políticos, e se vincula com questões de poder e de valor.

Desarrollo es un término de azarosa biografía en América Latina. Desde la Segunda Guerra Mundial ha cambiado muchas veces de identidad y de

<sup>46</sup> Darcy Ribeiro se refere a uma *urbanização caótica* para descrever a associação dos processos de industrialização e urbanização. (2013, 146-150)

<sup>47</sup> Segundo Siedenberg (2006), *modelo de desenvolvimento* é a combinação de um conjunto de decisões sobre alternativas econômicas, sociais e políticas que governos e/ou sociedade de um território tomam na condução de seus processos de desenvolvimento.

apellido, tironeando entre un consistente reduccionismo economicista y los insistentes reclamos de todas las otras dimensiones de la existencia social.<sup>48</sup> (QUIJANO, 2000, p.11).

A análise do desenvolvimento supõe uma cuidadosa observação da realidade a partir das dimensões político-econômica e sociocultural, o que leva à superação de uma visão reducionista de determinação econômica, e possibilita ver aspectos sociais e, possivelmente, desigualdades geradas e alimentadas nos/pelos modelos de desenvolvimento que visam exclusivamente o crescimento econômico.

Quanto a desenvolvimento desigual, convém desdobrar a expressão em seus termos singulares: desenvolvimento e desigualdade. ‘Desenvolvimento’ é um termo com o qual se tem procurado designar o complexo processo de mudança social – geralmente, abarcando inúmeros aspectos econômicos, políticos e culturais –, orientados à criação de riquezas, supostamente, com vistas a elevar os níveis de bem estar social. Na sua origem, em algum momento ao longo do século XVIII, estava a noção de progresso que, com o tempo, se traduziria em acumulação de capital e, mais tarde, em crescimento econômico. [...] E desigualdade? O termo indica a condição daquilo que é diverso, desproporcionado, irregular. Desigualdade não é diferença, já que esta é *dada* (por exemplo, pela natureza ou por uma cultura particular); a desigualdade, ao contrário, *não é dada*, é construída. (THEIS, 2015, p.33)

Nesse sentido, os indicadores que medem as taxas de crescimento econômico, prioridade nas chamadas economias globalizadas, não podem estar desvinculados dos indicadores sociais, ambientais e de qualidade de vida. Em outras palavras, a análise do desenvolvimento deve ultrapassar as facções meramente econômicas, que se manifestam na perspectiva desenvolvimentista e/ou na perspectiva monetarista neoliberal, como argumenta Max-neef:

Ao restringir nossa análise aos comportamentos econômicos da crise e ao observarmos seu comportamento histórico através das políticas econômicas e de desenvolvimento, aplicadas na América Latina ao longo das últimas quatro décadas, observamos claramente um processo pendular. Os períodos de expansão produzem, eventualmente, desequilíbrios financeiros e monetários que geram respostas estabilizadoras, que, por sua vez, trazem fundamentalmente altos custos sociais que conduzirão à nova expansão. Neste jogo pendular, podemos identificar com clareza as duas grandes facções econômicas que têm predominado no contexto latino-americano: o desenvolvimentismo e o monetarismo neoliberal. Por diversas razões, nenhuma das orientações alcançou seus objetivos originais. (2012, p.19).

---

<sup>48</sup> Desenvolvimento é um termo de aleatória biografia na América Latina. Desde a Segunda Guerra Mundial tem mudado muitas vezes de identidade e de sobrenome, tironeando entre um consistente reduccionismo economicista e as insistentes reclamações de todas as outras dimensões da existência social.

Os estudos sobre desenvolvimento econômico não são recentes e oferecem uma apreciação complexa, tanto na área econômica como política. Há diferentes perspectivas de análise e aplicação dos pressupostos do crescimento econômico, assim como objetivos distintos e/ou antagônicos envolvendo múltiplos atores sociais. Por outro lado, a classificação que se deriva do desenvolvimento econômico, como países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou centrais e periféricos, fica na superficialidade da análise de um tema que deveria ser prioridade no debate de governos, organismos internacionais e sociedade civil, na busca de soluções para problemas comuns da humanidade e do planeta.

El estudio específico del desarrollo económico comenzó a surgir con posterioridad a la Segunda Guerra Mundial, una vez establecido el régimen de Bretton Woods, con la creación del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional. Existe consenso en precisar que las primeras elaboraciones específicas sobre el tema, pertenecen al economista estadounidense Walt W. Rostow, aunque debe quedar claro que ya se encontraban reflexiones preliminares en los clásicos.<sup>49</sup> (PUTERO et al., 2016, p.287).

Especificamente com relação à perspectiva econômica do desenvolvimento, estudos apontam a necessidade de se fazer distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, e entre desenvolvimento e progresso. Isso porque o crescimento econômico, alimentado pela lógica capitalista e medível por índices relacionados com industrialização, cifras econômicas, movimentos das bolsas de valores, alta e baixa de moedas fortes no mercado internacional e movimentos de inflação, entre outros, não significa, necessariamente, desenvolvimento ou progresso<sup>50</sup>.

Las teorías del desarrollo económico, en su amplia mayoría, están indisolublemente unidas a la noción de progreso, que forma parte inseparable del edificio que sustenta la civilización capitalista. Actualmente, hay amplio consenso en que la noción de progreso, como fundamento ideológico del capitalismo, dominado en la actualidad por la lógica de la necesidad del capital de su concentración extrema en pocas manos, ha caído en un estrepitoso fracaso ya que muestra su fuerza destructiva, no solo de la vida

<sup>49</sup> O estudo específico do desenvolvimento econômico começou a surgir depois da Segunda Guerra Mundial, uma vez estabelecido o regime de Bretton Woods, com a criação do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Existe consenso em aceitar que as primeiras elaborações específicas sobre o tema, pertencem ao economista estadunidense Walt W. Rostow, ainda que deve ficar claro que já existiam reflexões preliminares nos clássicos.

<sup>50</sup> O crescimento econômico é verificável através de uma conjunção de dados como a variação do PNB (Produto Nacional Bruto) ou do PIB (Produto Interno Bruto). PNB é a soma dos bens produzidos e dos serviços realizados como atividades produtivas de um país, independente do território onde se produziram esses bens ou serviços. PIB significa o valor agregado dos bens e serviços finais produzidos dentro de um país, sem importar a nacionalidade das unidades produtoras.

social, sino incluso de la vida natural, poniendo en riesgo dimensiones propias de la existencia humana. La idea de progreso que sustenta la actualidad capitalista concibe el caminar humano al interior de un tiempo lineal en el cual se transita una línea irreversible de continuidad evolutiva. Así, la historia de la humanidad tiene un punto de origen que estaría simbolizado por una supuesta barbarie, desde donde, siempre, luego de cumplir determinados prerrequisitos, se podría avanzar hacia el punto de llegada: la civilización.<sup>51</sup> (PUTERO et al., 2016, p.285).

*Crescimento econômico* está relacionado com aumento da força produtiva e de produção econômica de um município, país ou região em um período determinado (SIEDENBERG; VALENTIM, 2006, p.63-64), premissa para melhoria da qualidade de vida da população sem abandono do modo de produção capitalista. *Desenvolvimento econômico*, por sua vez, incorpora circunstâncias de desenvolvimento, ou seja, satisfação de necessidades humanas básicas, pessoais e coletivas. Nesse sentido, há autores que propõem a perspectiva do *decréscimo* como meio para alcançar o verdadeiro desenvolvimento, priorizando os fatores endógenos e locais, em lugar dos condicionantes exógenos e globais. Latouche, quando se refere à necessidade de abandonar a sociedade do crescimento, apresenta a seguinte argumentação:

O decréscimo não é um conceito e, em todo caso, não é o oposto simétrico do crescimento. É um *slogan* político provocador que visa, principalmente, enfatizar a importância de abandonar o objetivo de crescimento pelo crescimento, objetivo desprovido de sentido cujas consequências são desastrosas para o meio ambiente. (2012, p.45).

O decréscimo se situa na perspectiva das teorias de *pós-desenvolvimento*, que são teorias críticas ao desenvolvimento ou mesmo contra o desenvolvimento. Essas teorias surgem na década de 1980 e argumentam que o desenvolvimento nunca funcionou com justiça e equidade, e que a ideia de desenvolvimento é uma estrutura mental resultante da hierarquia de nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, nações supostamente superiores e inferiores.

---

<sup>51</sup> As teorias do desenvolvimento econômico, em sua ampla maioria, estão indissolúvelmente unidas à noção de progresso, que forma parte inseparável do edifício que sustenta a civilização capitalista. Atualmente, há amplo consenso em que a noção de progresso, como fundamento ideológico do capitalismo, dominado na atualidade pela lógica da necessidade do capital de sua concentração extrema em poucas mãos, tem caído em um estrepitoso fracasso já que mostra sua força destrutiva, não só da vida social, senão inclusive da vida natural, pondo em risco dimensões próprias da existência humana. A ideia de progresso que sustenta a atualidade capitalista concebe o caminar humano ao interior de um tempo linear no qual se transita uma linha irreversível de continuidade evolutiva. Assim, a história da humanidade tem um ponto de origem que estaria simbolizado por uma suposta barbárie, de onde, sempre, depois de cumprir determinados pré requisitos, poderia avançar até o ponto de chegada: a civilização.

O pós-desenvolvimento dificilmente poderia ser considerado um programa unitário e homogêneo de pensamento. Como movimento intelectual, o que aproxima autores é a crítica (variada) do modelo de desenvolvimento planejado que efetivou transformações sociais radicais desde meados do século XX. Mais que um projeto comum, conexões parciais aparecem entre os propositores. (RADOMSKY, 2011, p.154).

As teorias de pós-desenvolvimento também fazem uma crítica aos modelos de desenvolvimento etnocêntricos (importados de Europa e Estados Unidos), universalistas e baseados em modelos de crescimento econômico ocidentais. Para Arturo Escobar, um dos precursores do pensamento pós-desenvolvimentista, o desenvolvimento foi e continua sendo, quase sempre, uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica/eurocêntrica e tecnocrática, que trata pessoas e culturas abstratamente, como estatísticas que podem ser movimentadas em gráficos de progresso. (ESCOBAR, 1995, p.44). As teorias de pós-desenvolvimento oferecem, nesse sentido, uma crítica da modernidade, e se afastam de discussões eminentemente econômicas para sinalizar possibilidades conceituais alternativas à ideia de desenvolvimento.

A associação entre o pós-desenvolvimento e a crítica da modernidade/colonialidade vem sendo formada nos últimos anos em grupos de pesquisa, encontros diversos e debatida em periódicos específicos, bem como a colaboração incessante entre pesquisadores de instituições diferentes. Essa aproximação, obviamente, é observada numa parcela dos autores que sentem afinidades entre as duas formulações, particularmente aqueles devotados a estudar a América Latina. Destaco, a seguir, somente três pontos de contato entre crítica da modernidade e do desenvolvimento. [...] A primeira premissa basilar é a que associa modernidade e colonialidade. [...] A segunda particularidade é o afastamento da discussão sobre a economia (como os debates em torno do que seria um 'desenvolvimento econômico mais justo') e a aproximação ao problema dos dispositivos de poder que operam nos âmbitos culturais e gnoseológicos. [...] O terceiro e último ponto de contato que sublinho diz respeito à forma como o conceito de desenvolvimento pode ser transmutado quando apropriado e politicamente utilizado. (RADOMSKY, 2011, p.157-158).

Ao criticar os modelos de desenvolvimento e suas teorias, os autores de pensamento pós-desenvolvimentista apresentam propostas relacionadas com uma visão de sociedade que prioriza o pluralismo de ideias e de possibilidades de/para organização social, buscando, dessa forma, fugir das determinações culturais e econômicas herdadas das sociedades ocidentais centralizadas e orientadas para/pelo mercado. Nesse sentido, o pensamento do pós-desenvolvimento incorpora e valoriza culturas e conhecimentos locais e tradicionais, com promoção de movimentos comunitários e plurais. O que se propõe é que os intercâmbios

econômicos necessários em qualquer agrupamento humano estejam nutridos em/por/para solidariedade e reciprocidade, com políticas enfocadas em princípios democráticos.

Como já se mencionou anteriormente, a América Latina tem sido palco de estudos, questionamentos, reflexões e propostas que buscam alternativas aos conceitos sobre desenvolvimento, convencionados política e socialmente. Apesar da pluralidade de ideias e diversidade de propostas e/m diferentes nomenclaturas que buscam alcançar este objetivo, o Bem Viver e/m seus princípios de *relacionalidade, correspondência, complementaridade e reciprocidade* (WALSH, 2009), comprometidos com uma vida em/com dignidade, equidade e justiça social, têm se apresentado como um caminho possível, não apenas de questionamentos à racionalidade economicista do desenvolvimento, mas também de *possibilidades de outras convivencialidades*.

El Buen Vivir o Vivir Bien engloba un conjunto de ideas que se están forjando como reacción y alternativa a los conceptos convencionales sobre el desarrollo. Bajo esos términos se están acumulando diversas reflexiones que, con mucha intensidad, exploran nuevas perspectivas creativas tanto en el plano de las ideas como en las prácticas. [...]Un aspecto central en la formulación del Buen Vivir tiene lugar en el campo de la crítica al desarrollo contemporáneo. Se cuestionan, por ejemplo, la racionalidad del desarrollo actual, su énfasis en los aspectos económicos y el mercado, su obsesión con el consumo, o el mito de un progreso continuado. (GUDYNAS, 2011).

Outra possibilidade de análise do desenvolvimento, que igualmente busca distanciamento da identificação entre desenvolvimento e crescimento econômico, ou desenvolvimento e progresso, é o *desenvolvimento à escala humana*, apresentada por Max-Neef.

Esta nova visão que tece, em uma mesma trama, desenvolvimento e necessidades humanas não é simplesmente uma reordenação improvisada de um paradigma em estado de crise. Desde o início, ela implica em criar condições para se conceituar desenvolvimento de uma nova forma. Significa modificar substancialmente as visões dominantes sobre estratégias de desenvolvimento, no sentido de entender, por exemplo, que nenhuma 'Nova Ordem Econômica Internacional' poderá ser significativa se não for apoiada pela reformulação estrutural de uma densa rede de 'Novas Ordens Econômicas Locais'. [...] Um Desenvolvimento à Escala Humana, orientado para a satisfação das necessidades humanas, exige uma nova maneira de interpretar a realidade. (2012, p.27).

O desenvolvimento à escala humana contempla três subsistemas interconectados: necessidades, satisfatores históricos e culturais, e bens. O subsistema dos satisfatores indica que as necessidades e capacidades humanas básicas são fruto de processos históricos e culturais e são, portanto, contextuais.

El segundo subsistema es el de los satisfatores, que son las formas históricas y culturales mediante las cuales damos cuenta de nuestras necesidades humanas fundamentales. Son su historización. Constituyen las maneras mediante las cuales en cada cultura, en cada sociedad, en cada circunstancia histórica se buscan y diseñan las mejores formas de actualizar las necesidades de sus integrantes. Sin embargo, en cuanto maneras de hacer las cosas, los satisfatores, por una parte son inmateriales, y por otra constituyen la interfaz entre lo que es la exterioridad y la interioridad, entre los bienes y las necesidades fundamentales.<sup>52</sup> (HEVIA, 2000, p.167).

A proposta de Max-neef questiona, por um lado, as consequências do desenvolvimento econômico vinculado somente ao crescimento econômico, como aumento da pobreza e destruição do meio ambiente. Por outro lado, sugere que é possível realizar mudanças para implantação do desenvolvimento social. A vida humana somente poderá se desenvolver plenamente, na medida em que houver um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e distribuição equitativa, de forma a satisfazer as necessidades materiais e fundamentais das pessoas e do meio ambiente. O desenvolvimento social supõe, portanto, historização, contextualização das necessidades humanas e equidade no acesso aos bens. Na mesma linha de entendimento do desenvolvimento social, Putero et al. advertem que “la economía es una construcción social que eligen los hombres para garantizar la reproducción de sí mismos intergeneracionalmente, es por eso que la relación con la naturaleza debe estar presente. Por lo tanto, si la economía es un arreglo entre los hombres, es posible transformarla.”<sup>53</sup> (2016, p.296).

Na mesma perspectiva crítica de análise, e referindo-se ao panorama da globalização e seus efeitos diretos no desenvolvimento nos níveis local e internacional, Ignacy Sachs alerta que é preciso considerar as armadilhas semânticas presentes em termos reiteradamente utilizados como, por exemplo, *globalização e desenvolvimento*. (2007, p.316). Com relação a

<sup>52</sup> O segundo subsistema é o dos satisfatores, que são as formas históricas e culturais mediante as quais damos conta de nossas necessidades humanas fundamentais. São sua historização. Constituem as maneiras mediante as quais em cada cultura, em cada sociedade, em cada circunstância histórica se buscam e desenham as melhores formas de atualizar as necessidades de seus integrantes. No entanto, como maneiras de fazer as coisas, os satisfatores, por uma parte são imateriais, e por outra constituem a interface entre o que é a exterioridade e a interioridade, entre os bens e as necessidades fundamentais.

<sup>53</sup> A economia é uma construção social que elegem os homens para garantir a reprodução de si mesmos intergeracionalmente, é por isso que a relação com a natureza deve estar presente. Portanto, se a economia é um acordo entre os homens, é possível transformá-la.

*desenvolvimento*, adverte que se trata de um conceito polissêmico que vai além do crescimento econômico, pois inclui as dimensões ética, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial. Dois outros aspectos importantes do desenvolvimento são apontados por Sachs: a solidariedade diacrônica com as gerações futuras e, portanto, sua sustentabilidade; e a solidariedade sincrônica, para que seja integral, completo e holístico para os povos da atualidade.

O desenvolvimento, tal como ele é entendido hoje em dia, é um conceito abrangente, que difere do conceito de crescimento econômico – considerado ainda como uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente –, englobando as dimensões ética, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial, todas elas sistematicamente interrelacionadas e formando um *todo*. A natureza processual do desenvolvimento exige, além disso, que se leve em consideração sua sustentabilidade (perenidade) para satisfazer o postulado ético da solidariedade diacrônica com as futuras gerações, simétrico ao postulado da solidariedade sincrônica com a geração presente, o que, por sua vez, explica a primazia atribuída às considerações sociais na determinação dos objetivos de desenvolvimento. (SACHS, 2007, p.319-320).

Os modelos de desenvolvimento, além de expressarem padrões normativos ou de valores que o tipificam, constituem-se também como uma estrutura cognitiva, possibilitando um processo de observação, conhecimento e análise. Nesse sentido, o estudo sobre desenvolvimento implica, necessariamente, uma abordagem multidimensional comparativa da relação entre indicadores econômicos, sociais, ambientais e de qualidade de vida, associada às variáveis de tempo e espaço-território, incorporando, desta forma, outras variáveis como dimensões relevantes. Portanto, a análise sobre os modelos de desenvolvimento nas cidades de São Paulo e San José não será realizada apenas a partir de textos e estudos, mas também da aproximação a um problema específico e contextualizado no tempo e no espaço, como é a presença de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social. Esta aproximação possibilita observar e analisar como as características e os objetivos do desenvolvimento se contextualizam, e como se manifestam localmente.

Para tanto, o presente estudo aborda os modelos de desenvolvimento que vêm sendo priorizados nas cidades de São Paulo e San José, e indaga como poderia e deveria ser um desenvolvimento urbano desejável nessas cidades, de forma a integrar, de maneira harmoniosa, viabilidade econômica, equidade social, sustentabilidade ecológica e justiça cultural. A indagação principal se dirige a qual ou quais modelos de desenvolvimento geram vulnerabilidade social e des-territorializam as pessoas menores de idade de seus ambientes

famílias e comunidades, colocando-as em situação de rua e de risco social. Além disso, busca-se verificar qual ou quais modelos de desenvolvimento incorporam essa realidade como consequência previsível e aceitável do processo de crescimento econômico, e qual ou quais modelos de desenvolvimento recusam um crescimento econômico que gera o fenômeno denominado *peças menores de idade em situação de rua e de risco social*. Para isso, mais do que crescimento econômico, é imprescindível considerar índices que refletem desenvolvimento humano, como índice de desenvolvimento humano (IDH) e felicidade humana.<sup>54</sup> No âmbito da presente pesquisa, entende-se que a incorporação de preocupações ambientais - como justiça socioambiental e cuidado do meio ambiente, e a correspondente revisão de dispositivos jurídicos, econômicos e políticos, são imprescindíveis para inclusão das experiências subjetivas de bem-estar e de felicidade dos indivíduos na avaliação dos processos e modelos de desenvolvimento.

### 2.3 POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (?!): AVANÇOS E CRÍTICAS

Um dos maiores desafios atuais da humanidade é a proteção/preservação da vida no/do planeta, o que implica implantação de alternativas de desenvolvimento socioeconômico e, conseqüentemente, busca de mudanças relacionais inter-humanas e com o meio ambiente. O atual momento histórico evidencia a urgência de reanimar e revitalizar a Terra, o *oikos* comum onde toda a humanidade se sente partilhando um mesmo destino<sup>55</sup>. O modelo vigente de relação da humanidade com o meio ambiente apresenta rupturas, identificadas há décadas, sendo que “os principais problemas globais atinentes ao meio ambiente são os seguintes: a chuva ácida, o aquecimento da atmosfera, a destruição da camada de ozônio, o desflorestamento/desertificação e a superpopulação.” (BOFF, 1993, p.5). Campanhas pela preservação do meio ambiente e uma crescente consciência ecológica em muitas partes do mundo sugerem a necessidade de dar nome às feridas da Terra para identificar as causas de sua destruição. Por outro lado, intensificam-se

---

<sup>54</sup> Felicidade Interna Bruta (FIB) é um conceito de desenvolvimento social criado em 1972, pelo rei do Butão Jigme Singye Wangchuck, em contrapartida ao PIB, e representa sua resposta à análise que era feita da economia do seu país, caracterizada por um *crescimento miserável*. A criação do conceito FIB mostrou seu compromisso de impulsionar uma economia adaptada à cultura do país, baseada nos valores espirituais budistas. Os quatro pilares da FIB são: promoção de um desenvolvimento socioeconômico sustentável e igualitário, preservação e promoção dos valores culturais, conservação do meio ambiente natural e estabelecimento de uma boa governança.

<sup>55</sup> O *Relatório Brundtland* ou *Relatório Nosso Futuro Comum*, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas – ONU, lançou o conceito *desenvolvimento sustentável* no debate público e político: desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”. (SIEDENBERG, 2006, p.73)

estudos para *salvar o planeta* em diferentes áreas, como biologia, ecologia, física, psicologia, pedagogia e teologia. Buscam-se alternativas para educar as pessoas no sentido de encontrar novas maneiras de intervir e se relacionar com o meio ambiente de uma forma cuidadosa e não agressiva, o que supõe um processo de transformação cultural que passa pela desconstrução do utilitarismo e a desmistificação do antropocentrismo.

A ética da sociedade hoje dominante é utilitarista e antropocêntrica. O ser humano estima que tudo se ordena a ele. Considera-se senhor e patrão da natureza, que está aí para satisfazer suas necessidades e realizar seus desejos. Tal postura de base leva à violência e à dominação dos outros e da natureza. Nega a subjetividade de outros povos, a justiça às classes e o valor intrínseco dos demais seres da natureza. (BOFF, 1993, p.13).

Para que iniciativas de preservação e cuidado do meio ambiente sejam exitosas, é necessário questionar sua possível perspectiva utilitarista e antropocêntrica, e propor/vivenciar *outro desenvolvimento* com parâmetros distintos. Este questionamento é apresentado por Florit da seguinte forma:

Mesmo que possamos encontrar argumentos para lidar com a natureza considerando exclusivamente as necessidades dos seres humanos – como habitualmente discute o desenvolvimento sustentável –, existe a convicção, compartilhada por muitos pensadores da ética ambiental, de que um dos aspectos mais problemáticos do modo como a civilização ocidental lida com a natureza se encontra no seu exacerbado antropocentrismo. (2017, p.123).

O desenvolvimento sustentável<sup>56</sup>, ainda que possa conter propostas contraditórias de desenvolvimento, nasce da crescente e urgente necessidade de proteção do meio ambiente.

La creciente atención sobre la necesidad de proteger la Naturaleza y sus recursos ha desembocado en las propuestas de desarrollo sostenible. No es raro que ante el interrogante de cómo permitir el desarrollo y asegurar la conservación del ambiente, se conteste que la respuesta reside en el desarrollo sostenible. Esa particular visión del desarrollo sería la que asegura la preservación de la Naturaleza. A lo largo de los últimos años ha quedado en claro que 'desarrollo sustentable' en realidad esconde varias propuestas, a veces contradictorias entre ellas, y que no necesariamente aseguran los objetivos de conservación y desarrollo. Por lo tanto es indispensable analizar

---

<sup>56</sup> O termo *desenvolvimento sustentável* tem origem nos países anglo-saxões como *sustainable development* em inglês. Alguns autores, ao fazer a tradução para o castelhano, distinguem *sustentable* de *sostenible*. Assumiremos indistintamente os dois termos, e priorizaremos a aproximação das ideias que estão por trás destas palavras.

la reciente historia del concepto de desarrollo sustentable.<sup>57</sup> (GUDYNAS, 2004, p.46).

A década de 1970 marca o início da reflexão sobre a problemática dos limites ambientais associados aos modelos de desenvolvimento. A maioria das publicações e estudos daquela época apresenta uma confrontação entre autores que apoiavam e justificavam a conservação da natureza, e aqueles que defendiam o crescimento econômico a qualquer preço. A questão ambiental estava posicionada em contradição com a questão econômica do desenvolvimento. Para fundamentar esta discussão, surgiram novos conceitos, como *ecodesenvolvimento*, *outro desenvolvimento*, *desenvolvimentos alternativos*, que expressavam a desconformidade crescente diante dos objetivos de desenvolvimento priorizados na época, e a necessidade de impulsionar mudanças substantivas na/para sua implantação. (GUDYNAS, 2004, p.48). Sobre as mudanças processuais necessárias para alcançar novas alternativas de desenvolvimento para *pequenos países*, inspirados na experiência de Equador, Acosta e Schuldt sugerem o seguinte:

Objetivo final de una estrategia de desarrollo debería ser la construcción de una sociedad democrática y sostenible. Esto supone la incorporación de toda la población como ente activo de la vida nacional, a partir de un proceso participativo para su conversión en ciudadanos y ciudadanas, permitiendo su acceso a un nivel de vida acorde con sus necesidades y satisfactorios. Esta incorporación consciente de las masas a procesos en los que sean actores de su presente y de su futuro, potenciará las fuerzas productivas, generará efectos de encadenamientos internos e incentivará la creatividad y el uso racional de los recursos disponibles y también de los que permanecen ociosos, al tiempo que reducirá la dependencia de las exportaciones primarias.<sup>58</sup> (2000, p.250).

No início da década de 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), com apoio do Fundo Mundial para a Vida Silvestre (WWF), e o Programa das

---

<sup>57</sup> A crescente atenção sobre a necessidade de proteger a Natureza e seus recursos tem desembocado nas propostas de desenvolvimento sustentável. Não é raro que diante do interrogante de como permitir o desenvolvimento e assegurar a conservação do ambiente, diga-se que a resposta reside no desenvolvimento sustentável. Essa particular visão do desenvolvimento seria a que assegura a preservação da Natureza. Ao longo dos últimos anos tem ficado claro que “desenvolvimento sustentável” na realidade esconde várias propostas, às vezes contraditórias entre elas, e que não necessariamente asseguram os objetivos de conservação e desenvolvimento. Portanto é indispensável analisar a recente história do conceito de desenvolvimento sustentável.

<sup>58</sup> Objetivo final de uma estratégia de desenvolvimento deveria ser a construção de uma sociedade democrática e sustentável. Isto supõe a incorporação de toda a população como ente ativo da vida nacional, a partir de um processo participativo para sua conversão em cidadãos e cidadãs, permitindo seu acesso a um nível de vida acorde com suas necessidades e satisfatores. Esta incorporação consciente das massas a processos nos quais sejam atores de seu presente e de seu futuro, potencializará as forças produtivas, gerará efeitos de encadeamentos internos e incentivará a criatividade e o uso racional dos recursos disponíveis e também dos que permanecem ociosos, ao mesmo tempo que reduzirá a dependência das exportações primárias.

Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) apresentaram a primeira Estratégia Mundial para a Conservação com uma abordagem centrada na gestão dos recursos vivos.

The World Conservation Strategy is intended to stimulate a more focused approach to the management of living resources and to provide policy guidance on how this can be carried out by three main groups: - government policy makers and their advisers; - conservationists and others directly concerned with living resources; - development practitioners, including development agencies, industry and commerce, and trade unions.<sup>59</sup> (IUCN, 1980,VI).

A definição do conceito *desenvolvimento* apresentada no documento Estratégia Mundial para a Conservação indica que, para que seja sustentável, o desenvolvimento deve levar em conta, além dos fatores econômicos, os de índole social e ecológica. Outro aspecto do desenvolvimento está relacionado com a base de recursos vivos e inanimados, abordando vantagens e inconvenientes a curto e a longo prazo, decorrentes de outros tipos de ação (IUCN, 1980). Tal definição indica que o desenvolvimento é uma forma de modificação da natureza e, dessa forma, tende a harmonizar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação do meio ambiente, dando ênfase à necessidade de preservação dos ecossistemas naturais e, portanto, da diversidade biológica, e à utilização racional dos recursos naturais.

As críticas a essa abordagem fundamentam-se na perspectiva conciliatória entre conservação do meio ambiente e meios econômicos tradicionais para atingir o desenvolvimento.

A pesar de estos avances, esta postura estaba cercada al indicarse que debía formar parte de la Estrategia Internacional del Desarrollo de la ONU, en discusión en esos años. Esa estrategia buscaba cambios en el orden económico, pero por los medios económicos tradicionales y no presentaba una visión alterna al desarrollo. Quedaba así planteada una contradicción entre los topes máximos sustentables que los biólogos indicaban para el uso de los recursos naturales vivos, contra el espíritu de continuo crecimiento de las economías que defendían los gobiernos, empresas y muchos académicos.<sup>60</sup> (GUDYNAS, 2004, p.49-50).

<sup>59</sup> A Estratégia Mundial para a Conservação destina-se a estimular uma abordagem mais centrada na gestão dos recursos vivos e a fornecer orientação política sobre como isso pode ser realizado por três grupos principais: - formuladores de políticas governamentais e seus conselheiros; - conservacionistas e outros diretamente preocupados com recursos vivos; - profissionais do desenvolvimento, incluindo agências de desenvolvimento, indústria e comércio, e sindicatos.

<sup>60</sup> Apesar destes avanços, esta postura estava limitada ao indicar que devia formar parte da Estratégia Internacional do Desenvolvimento da ONU, em discussão nesses anos. Esta estratégia buscava mudanças na ordem econômica, mas pelos meios econômicos tradicionais e não apresentava uma visão alternativa ao desenvolvimento. Ficava assim apresentada uma contradição entre os topes máximos sustentáveis que os biólogos indicavam para o uso dos recursos naturais vivos, contra o espírito de contínuo crescimento das economias que defendiam os governos, empresas e muitos acadêmicos.

Além do questionamento sobre a possibilidade de harmonizar preservação do meio ambiente com desenvolvimento econômico, é necessário situar o debate nos países da América Latina, pois é uma região que sofreu/sofre condições históricas de exploração e colonização.

En la terminología convencional del debate sobre el desarrollo-subdesarrollo, en el mundo capitalista actual algunos de tales espacios-tiempos son reconocidos como *desarrollados*, respecto de aquéllos que estarían *en vías de desarrollo* y, en fin, de otros que simplemente se reconocen como *subdesarrollados*. En consecuencia, lo que está en debate acerca del 'desarrollo' del capitalismo es una doble cuestión. En primer término, se trata de las condiciones y determinaciones históricas que explican la tan diferente trayectoria del patrón de poder capitalista en las regiones y países del mundo. En segundo lugar, si dadas sus actuales características y tendencias mundiales - o en otros términos su 'globalización' - todavía es realista para los latinoamericanos tentar el 'desarrollo' capitalista en nuestros países, esto es, llevar a la práctica aquellas condiciones históricas que lo hicieron posible en otras áreas.<sup>61</sup> (QUIJANO, 2000, p.13).

Em 1983 foi criada a Comissão Mundial do Meio Ambiente e o Desenvolvimento, com o objetivo de explorar possibilidades de articulação entre temas de desenvolvimento e temas ambientais. A expressão *Nosso Futuro Comum* surge nessa Comissão, como consenso entre membros conservadores e progressistas. O documento que nasceu naquela ocasião estava dirigido, prioritariamente, a políticos e pessoas com poder de decisão nas diferentes instâncias. Em 1987 foi publicado o Relatório Brundtland, que assumiu no título a expressão *Nosso Futuro Comum*, contendo a síntese dos debates e estudos sobre o meio ambiente realizados nos anos anteriores. Nesse documento, o desenvolvimento sustentável é entendido como aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

A nova ética desenvolvimentista propunha também uma descentralização nas tomadas de decisão e a solidariedade para as gerações futuras, o que aparece claramente no relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento conhecida como Comissão Brundtland (NOSSO FUTURO

---

<sup>61</sup> Na terminología convencional do debate sobre o desenvolvimento-subdesenvolvimento, no mundo capitalista atual alguns de tais espaços-tempos são reconhecidos como *desenvolvidos*, com relação a aqueles que estariam *em vías de desenvolvimento* e, enfim, a outros que simplesmente se reconhecem como *subdesenvolvidos*. Como consequência, o que está em debate sobre o “desenvolvimento” do capitalismo é uma dupla questão. Em primeiro lugar, trata-se das condições e determinações históricas que explicam a tão diferente trajetória do padrão de poder capitalista nas regiões e países do mundo. Em segundo lugar, se dadas suas atuais características e tendências mundiais - ou em outros termos sua “globalização” – ainda é realista para os latino-americanos tentar o “desenvolvimento” capitalista em nossos países, ou seja, colocar em prática aquelas condições históricas que o fizeram possível em outras áreas.

COMUM, 1987) que define o desenvolvimento sustentável em sua nova ordem econômica internacional, como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras também atenderem às suas. É um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras; é uma correção, uma retomada do crescimento alterando a qualidade do desenvolvimento. A avaliação global dessa Comissão é que a economia internacional deve acelerar o crescimento mundial, respeitando, porém, as limitações ecológicas. (PELICIONI, 1998, p.26).

Com esta perspectiva, busca-se instaurar novas relações entre ser humano e meio ambiente, considerando um limite máximo para utilização dos recursos naturais, de forma que sejam preservados e possam ser usufruídos pelas gerações futuras. Mesmo que pareça indicar uma mudança de rumos para o desenvolvimento, o documento recebe críticas relacionadas à apropriação funcionalista de alguns conceitos ecológicos.

En 1987, la Comisión de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo, presentó el estudio 'Nuestro Futuro Común' (también conocido como Informe Brundtland, atendiendo al apellido de su coordinadora), a partir del cual se popularizó la idea del 'desarrollo sostenible'. [...] Este informe no implica un cambio de rumbo, sino que por el contrario refuerza el paradigma tradicional del desarrollo, basado en el crecimiento económico y la apropiación de la Naturaleza. Es un ejemplo sobre cómo esas corrientes tradicionales se reapropiaron de muchos conceptos ecológicos, haciéndolos funcionales a sus objetivos. Estas situaciones demuestran que incluso desde distintos puntos de partida se llegan a similares visiones sobre la Naturaleza, manteniéndose la perspectiva utilitarista instrumental. En otras palabras, los preconceptos sobre el entorno natural logran manifestarse de diferentes maneras en distintos contextos teóricos y prácticos.<sup>62</sup> (GUDYNAS, 2004, p.35).

Em 1992, realizou-se no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, convocada pela ONU, conhecida como *Rio 92* ou *Conferência da Terra*. A declaração que surge na Conferência Rio 92 se baseia na declaração anterior sobre desenvolvimento sustentável, celebrada em Estocolmo em 1972. A definição de desenvolvimento sustentável assumida no Rio de Janeiro aponta melhoria na qualidade de

---

<sup>62</sup> Em 1987, a Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresentou o estudo “Nosso Futuro Comum” (também conhecido como Relatório Brundtland, atendendo ao sobrenome de sua coordenadora), a partir do qual se popularizou a ideia do “desenvolvimento sustentável”. [...] Este relatório não implica uma mudança de rumo, mas pelo contrário reforça o paradigma tradicional do desenvolvimento, baseado no crescimento econômico e a apropriação da Natureza. É um exemplo sobre como essas correntes tradicionais se reapropriaram de muitos conceitos ecológicos, fazendo-os funcionais a seus objetivos. Estas situações demonstram que inclusive de distintos pontos de partida se chega a similares visões sobre a Natureza, mantendo-se a perspectiva utilitarista instrumental. Em outras palavras, os preconceptos sobre o entorno natural conseguem se manifestar de diferentes maneiras em distintos contextos teóricos e práticos.

vida humana sem que haja diminuição da capacidade dos ecossistemas que a sustentam. Depois de vinte anos da Declaração de Estocolmo, a opinião pública fez com que o tema do desenvolvimento sustentável atingisse grandes proporções, o que resultou na participação de um número inédito de chefes de Estado no evento. O tema do desenvolvimento sustentável aparece como preocupação na agenda internacional.

O documento indica que uma economia sustentável é produto de um desenvolvimento sustentável, no qual se consegue manter a base de recursos naturais para continuar desenvolvendo-se, mediante adaptação e melhores conhecimentos, organização e eficiência técnica, e maior sabedoria (ONU, Conferência de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, 1992). Igualmente, este documento é alvo de algumas críticas, já que “en todas las declaraciones se mantiene el apego por el desarrollo material y el crecimiento continuo se mantiene en pleno vigor. De hecho, en las últimas décadas se mantiene el sesgo en concebir a la Naturaleza como recursos que deben ser aprovechados en beneficio de la economía.”<sup>63</sup> (GUDYNAS, 2004, p.35).

Em março de 1995, a ONU convocou um encontro de cúpula dos chefes de Estado, em Copenhague, para refletir sobre desenvolvimento social, e uma projeção de resultados mais satisfatórios em termos de paz e desenvolvimento para os seguintes 50 anos. Essa data marcou o quinquagésimo aniversário do lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima, do fim da Segunda Guerra Mundial e da criação da ONU. Nos dias antecedentes à Conferência, Ignacy Sachs apresentou algumas novas estratégias condizentes com uma axiologia do desenvolvimento, advertindo que não há desenvolvimento sem respeito ecológico, tampouco sem crescimento equilibrado dentro de cada país e nas relações Norte-Sul. O objetivo do desenvolvimento, segundo Sachs, é o ser humano, sua cultura própria, seus valores universais, seu direito à inserção produtiva e à participação enquanto cidadão, o que supõe um Estado democrático e regulador de uma economia mista. No plano jurídico, o autor sugere a criação de um foro internacional independente.

Os três pontos da Conferência de Copenhague são estreitamente interligados. No entanto, parece-nos que a ordem lógica prioriza a implantação de políticas *pró-ativas* visando a *cortar o mal pela raiz*, por meio da inserção produtiva, do emprego ou do auto-emprego. As políticas assistenciais voltadas para os pobres são necessárias, sem dúvida, diante do tamanho e da urgência do problema da pobreza. Mas, por si sós, elas não trazem soluções duráveis. Os excluídos assistidos continuarão, enquanto não tiverem

---

<sup>63</sup> Em todas as declarações se mantém o apego pelo desenvolvimento material e o crescimento contínuo se mantém em pleno vigor. De fato, nas últimas décadas se mantém a tendência de conceber a Natureza como recursos que devem ser aproveitados em benefício da economia.

encontrado um lugar na economia. Da mesma forma, a integração social que leva em conta numerosos fatores culturais e formas de organização social depende, em boa parte, da capacidade de assegurar ao conjunto dos diversos componentes da população, para além de suas diferenças sociais, étnicas e religiosas e de seu nível de educação, condições que lhes permitam, com o ganho de seu trabalho, alcançar uma vida decente. (SACHS, 1995).

As críticas mais contundentes à Conferência de Copenhague, tanto aquelas provenientes dos setores acadêmicos como as das organizações sociais e instituições comunitárias, assinalam que o documento final não passou de uma “declaração de intenções”.

As frustrações amplamente verbalizadas sobre a Cúpula vinculam-se à falta de iniciativas capazes de promover a superação dos desequilíbrios internos e internacionais na distribuição da riqueza ou para apontar os meios de alcançá-la. A pouca criatividade, ou mais precisamente a ausência de vontade política, nessa área – resumida pelas ONGs presentes na expressão 'promessas elevadas e bolsos vazios' –, já lamentável em qualquer outro foro, foi tanto mais sentida numa conferência, de nível de Chefes de Estado e de Governo, que tinha como fundamentação particular a pobreza, o desemprego e a desintegração social. [...] Assim é que, na questão dos recursos para a implantação dos compromissos, o Programa de Ação de Copenhague apresenta-se extremamente conservador. (ALVES, 1997).

A Conferência da Terra, realizada em Johannesburgo em 2002, teve como objetivo promover um enfoque de desenvolvimento diferenciado e sustentável através da cooperação internacional. Enfatizou-se a ideia de que as decisões adotadas em qualquer parte do planeta podem afetar os habitantes de outras regiões, além da necessidade de uma postura com visão de longo prazo para promover condições mundiais que apoiem o progresso e os benefícios para todas as pessoas, com medidas claras e concretas. Participaram da Conferência de Johannesburgo chefes de Estado e de Governo, dirigentes de empresas e representantes da sociedade civil. Como as conferências anteriores, algumas críticas se apresentaram, principalmente relacionadas à economia da natureza.

La Cumbre de Johannesburgo quedó además empantanada en los pedidos de muchos países, incluidos varios Latinoamericanos, de tratar más de un tema ambiental en el marco de la Organización Mundial de Comercio. De alguna manera se retrocedió en el campo ambiental y se avanzó en la dirección contraria, al considerar 'bienes y servicios ambientales' como 'mercancías' sujetas a las reglas del comercio. El hecho es una clara manifestación de la continuada puja entre los requisitos de los procesos económicos actuales

frente a las demandas ambientales, donde la economización de la Naturaleza sigue avanzando.<sup>64</sup> (GUDYNAS, 2004, p.63).

As concepções e interpretações do termo *desenvolvimento sustentável*, mesmo que sejam antagônicas ou contraditórias, fazem parte de discussões e estudos econômicos e ambientais sobre o desenvolvimento. Devido às diferentes concepções de desenvolvimento e também de sustentabilidade, é inegável que *desenvolvimento sustentável* se tornou um conceito plural. “En la medida en que el desarrollo sustentable es un concepto plural, ya no tiene sentido insistir en que hay una *única* definición, apostando a clarificar cuál es la *verdadera* y cuáles son las equivocadas, debido a que eso dependerá de las propias perspectivas y valoraciones de las personas.”<sup>65</sup> (GUDYNAS, 2004, p.63). Por outro lado, as críticas mais fortes dirigidas ao *desenvolvimento sustentável*, elencadas anteriormente, refletem, sobretudo, o paradoxo do funcionamento de iniciativas de sustentabilidade em um modelo injusto e excludente.

La pregunta necesaria es ¿por qué un modelo injusto y excluyente sigue funcionando? Me parece que es por su capacidad de adaptación a nuevas condiciones y demandas sociales; aunque suele tratarse más de una adaptación retórica que de transformación real de sus prácticas. Como parte de esa adaptación retórica a las disfunciones del capitalismo neoliberal, calificado de 'capitalismo salvaje' por el Papa Juan Pablo II, el desarrollo sostenible aparece como una suerte de fórmula mágica presente en discursos del más variado corte ideológico y político.<sup>66</sup> (ESPINOZA, 2000, p.272).

O desenvolvimento sustentável apresenta, pois, questionamentos dos modelos de desenvolvimento que priorizam a economia de mercado e o crescimento econômico, chamando atenção para a necessidade do cuidado do meio ambiente. Inspira-se em princípios como convivência, cuidado e equidade. Nesse sentido, Ignacy Sachs faz uma análise crítica sobre o círculo vicioso que acompanha a pobreza e o meio ambiente, argumentando que o

<sup>64</sup> A Conferência de Johannesburgo também ficou atolada nos pedidos de muitos países, incluídos vários latino-americanos, de tratar mais de um tema ambiental no marco da Organização Mundial de Comércio. De alguma maneira se retrocedeu no campo ambiental e se avançou na direção contrária, ao considerar “bens e serviços ambientais” como “mercadorias” sujeitas às regras do comércio. O fato é uma clara manifestação da continuada disputa entre os requisitos dos processos econômicos atuais frente às demandas ambientais, onde a economização da Natureza continua avançando.

<sup>65</sup> Na medida em que o desenvolvimento sustentável é um conceito plural, já não tem sentido insistir em que há uma única definição, apostando a esclarecer qual é a verdadeira e quais são as equivocadas, devido a que isso dependerá das próprias perspectivas e valorações das pessoas.

<sup>66</sup> A pergunta necessária é por que um modelo injusto e excludente continua funcionando? Parece-me que é por sua capacidade de adaptação a novas condições e demandas sociais; ainda que pareça se tratar mais de uma adaptação retórica que de transformação real de suas práticas. Como parte dessa adaptação retórica às disfuncões do capitalismo neoliberal, qualificado de “capitalismo selvagem” pelo Papa João Paulo II, o desenvolvimento sustentável aparece como uma espécie de fórmula mágica presente nos discursos de mais variados cortes ideológicos e políticos.

desenvolvimento não pode ser visto como um objetivo desvinculado de seus custos sociais e ambientais. O desenvolvimento adequado, que ele nomeia *ecodesenvolvimento*<sup>67</sup>, deve levar em conta a questão da desigualdade e a dualidade interna de cada sociedade. (2007). A relação intrínseca entre sustentabilidade e organização econômica e social deu origem ao termo *ecossocioeconomia*<sup>68</sup>.

Sachs oferece um diagnóstico ecossocioeconômico da atual situação mundial, enfatizando que o mundo atravessa uma profunda crise social agravada pela degradação ambiental, cujas causas se originam nas desigualdades provocadas por sistemas econômicos; padrões dilapidadores e ambientalmente descuidados de uso dos recursos naturais; prioridades tendenciosas da pesquisa tecnológica; e desperdício de vidas humanas. O autor enfatiza que as necessidades básicas de todos os seres humanos poderiam ser satisfeitas com os avanços científicos e tecnológicos alcançados pela humanidade, o que significa que as raízes da crise social e ambiental não se encontram na escassez de recursos e sim no desvio de recursos da economia real para a ciranda financeira. Nesse sentido, não é o crescimento econômico que deve ser questionado, mas sim o caráter selvagem do crescimento, que repercute diretamente no conceito “estilo de desenvolvimento”.

É possível conceber-se de maneira diametralmente oposta, de um lado, estilos de desenvolvimento caracterizados igualmente por elevada taxa de expansão, pela gestão dos recursos e do meio e por uma utilização social equitativa do produto, e, de outro, um não-crescimento que nem por isso deixa de desperdiçar recursos afetados a produções socialmente não prioritárias e de saquear a natureza e o ambiente. Não é prioritariamente o crescimento que se deve questionar, mas o seu caráter selvagem. (SACHS, 1986, p.28-29).

Para responder à pergunta sobre a possibilidade de alcançar um crescimento econômico que não seja “selvagem” no atual mundo globalizado, Sachs aponta a necessidade de aperfeiçoamento da democracia como sinônimo de desenvolvimento e como apropriação efetiva de todos os direitos humanos por todas as pessoas, em uma perspectiva de novos rumos ecossocioeconômicos nos níveis local e internacional. Para chegar a isso, indica a

---

<sup>67</sup> Ecodesenvolvimento foi tema que antecedeu ao termo desenvolvimento sustentável, para chamar atenção de que os estilos de desenvolvimento propostos se pareciam com mau desenvolvimento, pois incorporavam má distribuição de renda, descaso ambiental e assimetrias entre países do norte e do sul. Tal radicalidade não prevaleceu na construção de políticas públicas pensadas no âmbito de organismos internacionais. O que prevaleceu foi a denominação *desenvolvimento sustentável*. (SAMPAIO et al., 2015, p.125).

<sup>68</sup> O termo *ecossocioeconomia* foi cunhado por Karl William Kapp, economista alemão e um dos mais brilhantes inspiradores da ecologia política nos anos 1970. Ignacy Sachs, economista polonês naturalizado francês, é referido como *ecossocioeconomista*, por ter lançado as bases de um novo modelo de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental.

importância dos movimentos de protesto político para exigir que as reivindicações de subsistência das pessoas em situação de vulnerabilidade e empobrecimento sejam transformadas em direitos. (SACHS, 2007). Para esse autor, existem basicamente cinco dimensões de sustentabilidade necessárias ao desenvolvimento, para que o crescimento econômico não seja o único objetivo a ser alcançado: sustentabilidade social, que tem como objetivo diminuir a distância entre o padrão de vida das classes sociais; sustentabilidade econômica, que busca uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos com um fluxo regulador do investimento público e privado; sustentabilidade ecológica, com ações e compromissos em nível local e global, que signifiquem o cuidado do planeta; sustentabilidade espacial, que significa melhoria na distribuição de assentamentos humanos e atividades econômicas; e sustentabilidade cultural, que traduz o ecodesenvolvimento em ações e soluções particulares e específicas de cada ecossistema, cultura e localidade. (SACHS, 2007, p.181-183).

A seguinte figura apresenta as cinco dimensões de sustentabilidade necessárias ao desenvolvimento, segundo Sachs.

Figura 7 - Dimensões de sustentabilidade



Fonte: elaboração própria adaptado de Sachs, Ignacy (2007).

Sachs oferece, ainda, algumas pistas operacionais para que o desenvolvimento sustentável seja assumido e implantado. Com relação ao meio ambiente, ressalta a importância de envolver a população rural local para o *cuidado primário* do ambiente; descentralização dos mecanismos administrativos; estabelecimento de legislação relacionada ao uso da terra e dos recursos naturais; investimento na reabilitação e conservação dos recursos naturais; e incentivo da pesquisa orientada para a combinação de tecnologias tradicionais e de ponta. Com relação ao empobrecimento de uma parcela significativa da população, ocasionada pela explosão urbana, o autor ressalta algumas estratégias para o desenvolvimento urbano: inovação dos modelos institucionais e gerenciais; novas formas associativas entre sociedade civil, empresas e autoridades públicas; incremento de políticas de capacitação que valorizem as iniciativas e criatividade popular; eliminação do desperdício dos recursos naturais; incentivo à pesquisa que vincula pluralismo tecnológico e soluções tecnológicas. (SACHS, 2007, p.186-190).

As premissas que devem ser observadas no processo de transição para o ecodesenvolvimento são: lentidão das mudanças culturais e comportamentais e um período de várias décadas para que a transição seja significativa; divisão equitativa de responsabilidades, ou seja, os países industrializados devem assumir uma parcela proporcional dos custos de transição e ajuste técnico; incentivo dos pacotes multidimensionais de políticas públicas para redirecionar o progresso técnico; e transformação no estilo de vida e de consumo, modificando as funções da produção pela implantação de técnicas ambientalmente viáveis. Tais reflexões apresentam o ecodesenvolvimento como possibilidade para *desenvolvimento(s) outro(s)* e sugerem uma crítica à perspectiva presente nas teorias ligadas ao pós-desenvolvimento, as quais propõem renúncia ao conceito de desenvolvimento.

Os autodenominados pós-modernos propõem renunciar ao conceito, alegando que o desenvolvimento tem funcionado como uma armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as majorias dominadas, dentro de cada país e entre os países. [...] Na medida em que as desigualdades morais resultam da organização social, elas só podem ser superadas mediante atos de voluntarismo responsável – políticas públicas que promovam a necessária transformação institucional e ações afirmativas em favor dos segmentos mais fracos e silenciosos da nação, a maioria trabalhadora desprovida de oportunidades de trabalho e meios de vida decentes, e condenada a desperdiçar a vida na luta diária pela sobrevivência. (SACHS, 2004, p.26-27).

Fernandes e Sampaio (2016), por sua vez, abordam a problemática ambiental e a problemática social de forma integrada, definindo-a como problemática socioambiental. Os autores propõem uma mudança de paradigma para abordar a problemática socioambiental, como base de sustentação de uma racionalidade alternativa aos grandes conflitos da sociedade moderna. Coincidem que tais conflitos se manifestam na complexa relação entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente, e que o campo de pesquisa da questão socioambiental ainda é tomado de forma fragmentada, ou seja, a abordagem é feita a partir de diferentes disciplinas que não conversam entre si e que não se interconectam satisfatoriamente. Os autores advertem que, para o estudo e a abordagem dos problemas socioambientais, é imprescindível romper com o modelo disciplinar desintegrador, assim como postular uma mudança de paradigma na relação entre sistemas ecológicos e sistemas sociais.

A problemática socioambiental enquanto campo de pesquisa emana a discussão acerca da fragmentação do conhecimento e da necessidade de ruptura do modelo disciplinar em favor de um modelo mais integrativo [...] A problemática socioambiental postula uma mudança de paradigma que tem como base de sustentação uma racionalidade alternativa aos grandes conflitos da sociedade moderna. Esses conflitos são traduzidos pela contradição entre crescimento econômico e a sua sustentação pela biosfera, e pela privatização de lucros e socialização de prejuízos. Assim, a mudança de paradigma implica em inserir a sustentabilidade socioambiental como pré-requisito do desenvolvimento, englobando prospecção ecológica e prospecção social como condicionante das atividades econômicas. (FERNANDES; SAMPAIO, 2016, p.160-161).

A mudança de paradigma se expressa no entendimento da sustentabilidade socioambiental como critério de desenvolvimento, ou seja, na superação da dicotomia epistemológica que aborda separadamente a problemática social e a problemática ambiental. Portanto, a abordagem sistêmica e interdisciplinar da crise socioambiental por que passam o planeta e a humanidade levará, certamente, a uma reflexão ética sobre justiça ambiental, incluindo os benefícios e prejuízos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da relação entre sistemas ecológicos e sistemas sociais. Além disso, considerará a equidade que deve predominar nessa relação, não somente entre os seres humanos, mas também entre a humanidade e o meio ambiente.

Variadas são, portanto, as abordagens aos conceitos *desenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável*, o que necessariamente não representa um problema epistemológico, mas sim diversidade de interesses, perspectivas, ideologias, alternativas e

projeções, com consequências importantes na convivência humana e planetária. Nesse estudo, ressaltam-se as consequências do desenvolvimento urbano atrelado, prioritariamente, ao crescimento econômico, em detrimento da qualidade de vida da população, especialmente a que se encontra em condições de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, indaga-se sobre alternativas possíveis de desenvolvimento urbano que integrem viabilidade econômica, equidade social, sustentabilidade ecológica e justiça cultural, com/para inclusão e cuidado preferencial das pessoas menores de idade.

#### 2.4 SÍNTESE: JARDINS E FLORES PARA TODAS AS CRIANÇAS NAS CIDADES (!?)

Este capítulo esteve dedicado a um aprofundamento teórico e analítico do *desenvolvimento urbano* na América Latina, acompanhado da percepção e do entendimento que as pessoas entrevistadas no Projeto Quixote e no DAI/PANI têm acerca desta temática. Para isso, realizou-se uma aproximação etimológica, conceitual e histórica ao termo *desenvolvimento*, constatando suas complexidades e contradições. O crescimento acelerado das grandes cidades latino-americanas, na maioria das vezes dissociado de uma gestão sistêmica, foi o panorama que iluminou o estudo sobre a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento, para visualizar e entender as principais referências do desenvolvimento urbano latino-americano.

Por outro lado, foram apresentadas perspectivas teóricas críticas dos modelos de desenvolvimento que limitam e/ou se limitam em determinados pontos às metas de um crescimento econômico. Tais perspectivas oferecem distintas propostas conceituais, como Desenvolvimento Sustentável, Ecodesenvolvimento, Decrescimento, Teorias do Pós-desenvolvimento, Bem Viver, Desenvolvimento à Escala Humana. Constata-se que as críticas acerca do conceito *desenvolvimento* têm se intensificado nas discussões acadêmicas latino-americanas, sinalizando a necessidade de *decolonizar* leituras e olhares sobre conceitos e práticas voltadas a um *desenvolvimento* para um dado território. No entanto, tais críticas não desestimam importantes entradas, questionamentos e aportes conceituais presentes nas propostas acima discutidas para a percepção e construção de referenciais para *outro(s) desenvolvimento(s)*, as quais oferecem pistas epistemológicas e operacionais para enfrentar/superar as problemáticas ecossocioeconômicas que assolam o continente latino-americano.

No âmbito desse estudo, mesmo entendendo que *desenvolvimento* é um conceito exógeno à América Latina e que as práticas históricas de colonização também

aconteceram/acontecem através dos modelos de desenvolvimento impostos no continente, opta-se por utilizar, nas reflexões subsequentes, o termo *desenvolvimento cuidador*, por dois motivos. O primeiro motivo é a intenção das pesquisadoras de reiterar a chamada de atenção sobre um termo/conceito já conhecido e incorporado no universo vocabular, tanto no meio acadêmico, como nos contextos socioculturais da América Latina. Essa chamada de atenção realizada através de uma crítica, além de sinalizar as injustiças e o descuido das pessoas menores de idade e do meio ambiente nos modelos de desenvolvimento urbano latino-americanos, busca oferecer propostas de cuidado que devem acontecer na gestão urbana e no desenvolvimento urbano. O segundo motivo para utilizar o termo *desenvolvimento cuidador*, ainda que se reconheça o viés de colonialidade que caracteriza o vocábulo *desenvolvimento*, é a relação que esse termo/conceito assume no processo de crescimento físico/emocional/cognitivo/espiritual do ser humano, principalmente na infância e adolescência. A alusão à origem etimológica da palavra *desenvolvimento* sugere que cuidar/aconchegar/envolver acompanha o movimento de crescer/desabrochar/desenvolver. Essa é a perspectiva que se apresenta como um *desenvolvimento cuidador* - de cuidar e crescer, de aconchegar e desabrochar, de envolver e desenvolver, com a esperança de que ainda seja possível adubar e regar a terra, para que existam jardins e nasçam flores nos cenários urbanos da América Latina. E que, neles, meninos e meninas encontrem territórios de hospedagem e cuidado, onde possam sonhar, brincar, crescer e se desenvolver.

### CAPÍTULO 3

## INFÂNCIAS VULNERABILIZADAS: EM BUSCA DE TERRITÓRIOS DE HOSPEDAGEM E CUIDADO

*No pido eternidades llenas de estrellas blancas.*

*Pido ternura, cena, silencio, pan, casa...*<sup>69</sup>

*(Jorge Debravo)*

O presente capítulo aborda e analisa dois aspectos e/ou categorias chaves nesse estudo: *infância* e *vulnerabilidade infantil*, enfatizando a situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social nas grandes cidades latino-americanas.

### 3.1 INFÂNCIA: ABORDAGEM CONCEITUAL E HISTÓRICA

O atual modelo sociocultural de *infância*<sup>70</sup> teve sua gênese com a criação e institucionalização dos espaços educativos, prioritariamente a casa e a escola. Isso se deu no início da modernidade<sup>71</sup> e se reforçou com a revolução industrial e o desenvolvimento do capitalismo. A consolidação da infância na sociedade ocidental, como uma etapa da vida humana, com características, oportunidades e necessidades específicas, materializou-se através de reuniões e assinatura de acordos específicos sobre o tema.

La progresiva visibilización de la infancia, al convertirse en un hecho social de enorme importancia en la sociedad moderna, activó una serie de debates en torno de esta categoría social. Al constituirse en objeto de preocupación e intervenciones institucionales, la infancia adquirió el estatus técnico de sector poblacional que, como cualquier otro, podía ser destinatario o beneficiario de políticas públicas. Esto desde la perspectiva de la dinámica estatal y político

---

<sup>69</sup> Não peço eternidades cheias de estrelas brancas. Peço ternura, ceia, silêncio, pão, casa... Em: DEBRAVO, Jorge. **Hombre**. Em: **Entre los poetas míos**. Colección Antológica de Poesía Social. Vol. 52. Biblioteca Virtual Omegalfa. P. 19. Disponível em: <https://omegalfa.es/downloadfile.php?file=libros/cuaderno-de-poesia-critica-n-052-jorge-debravo.pdf> (Acesso em 20 maio 2019)

<sup>70</sup> A palavra infância, proveniente do latim, *infāns*, significa aquele que não fala, que não tem voz.

<sup>71</sup> Historicamente o mundo moderno tem início no século XVII com a nova filosofia de René Descartes (1596-1650) e o surgimento das ciências da natureza, o desenvolvimento tecnológico e artístico, os estudos da matemática, astronomia, ciências físicas, geografia, medicina, biologia, além da industrialização e a secularização do Estado e da política. A modernidade também promoveu uma revolução linguística, sendo o latim considerado *lingua culta* e o vernáculo, *lingua popular*. Por outro lado, o crescimento das ciências naturais estimulou os estudos científicos e o abandono gradual do estudo dos autores clássicos e das línguas da cultura greco-latina. O racionalismo e o antropocentrismo de Descartes colocam Deus em harmonia com o ser humano e, em certa medida, dependente do ser humano. Essa nova perspectiva antropológico-racionalista influenciou a ideia de ser humano e impulsionou o surgimento da ideia de infância.

institucional en la que, en mayor o menor medida, tuvo injerencia la cooperación internacional y las mismas organizaciones no gubernamentales.<sup>72</sup> (LARA; ERAZO, 2013, p.61).

A modernidade marca também o início da *história da infância*, ou da institucionalização da infância, pois a partir de então, crianças e adolescentes passam a ter um papel de maior relevância na sociedade, através de processos de institucionalização no espaço familiar e escolar realizados pelo Estado. A institucionalização da infância teve como objetivo a implantação de mecanismos de manutenção de uma nova ordem social, caracterizada por uma reconfiguração dos espaços públicos e privados. Nesse cenário, a escola passa a ser o principal *território* educativo.

Sob os auspícios da sensibilidade humanista e da razão iluminista: 1. O interior da casa se transformou para guardar mais eficazmente a criança e a intimidade da família nuclear. Os cômodos ganharam independência e diversidade de funções, e a casa se esvaziou de agregados, abrigando somente uma família. O discurso esclarecido e a lei associaram a rua ao caos, enquanto o Estado fez da família patriarcal a mediadora entre si e o indivíduo. 2. A escola foi tornada o principal instrumento educativo, onde o aluno<sup>73</sup> tinha um lugar ideal para ser esclarecido sobre os benefícios do uso da razão, conhecer os signos da sociabilidade civilizada e dos padrões aceitáveis de interação. (MATIAS; FRANCISCHINI, 2010, p.266).

Desta forma, os grupos familiares que antes se organizavam em torno da ideia de linhagem, passam a ser caracterizados por uma formação nuclear, cujo principal objetivo é a transmissão hereditária dos bens. O novo papel atribuído às crianças e aos adolescentes também conforma os espaços e territórios. A rua, por exemplo, que antes era espaço privilegiado de permanência e convivência de diferentes grupos de pessoas, entre elas crianças e adolescentes, passa a ser considerado um espaço de desordem e perigo.

Antes da modernidade, as crianças, não identificadas à infância, compartilhavam a rua com diversos outros grupos de pessoas, onde brincavam, participavam de jogos adultos, sua linguagem, afazeres, e, no ambiente pré-industrial, a sua participação no trabalho como aprendizes tinha importância formativa para elas. Mas em todos esses ambientes, as crianças eram expostas à desordem dos espaços e à influência viciosa de seus personagens. (MATIAS; FRANCISCHINI, 2010, p.265).

<sup>72</sup> A progressiva visibilização da infância, ao se converter em um fato social de enorme importância na sociedade moderna, ativou uma série de debates sobre esta categoria social. Ao se constituir em objeto de preocupação e intervenções institucionais, a infância adquiriu o status técnico de setor populacional que, como qualquer outro, podia ser destinatário ou beneficiário de políticas públicas. Isto na perspectiva da dinâmica estatal e político-institucional na que, em maior ou menor medida, teve ingerência a cooperação internacional e as mesmas organizações não governamentais.

<sup>73</sup> A palavra aluno, proveniente do latim, *alumnus*, designa alguém sem luz.

No entanto, ainda que somente na modernidade a infância tenha surgido como conceito, são significativas as marcas e influências que os períodos históricos anteriores exercem na vida de crianças e adolescentes na atualidade, principalmente nos ambientes educativos, nos processos de ensino e aprendizagem, e nas diferentes áreas disciplinares.

El proceso de establecimiento de la categoría infancia conllevó la sedimentación de significaciones del concepto; la transformación del tratamiento de niños y niñas; la definición de relaciones paterno-filiales. Tales significaciones fueron legitimadas en cuerpos y campos de saberes – pediatría, psicología, pedagogía, trabajo social – que las dotaron de una renovada fuerza: constituyeron la idea de normalidad, a partir del cual se establecerán las jerarquías entre categorías diferenciadas.<sup>74</sup> (LLOBET, 2013, p.214).

Um caminho de análise para apreender o nascimento e o desenvolvimento da noção de *infância* se encontra na evolução das ideias e práticas educativas institucionalizadas ao longo da história. No caso da América Latina, essa abordagem se realiza com a aproximação às ideias e práticas educativas surgidas e/ou implantadas no continente. Desde o início da história da educação, ou do registro das ideias e práticas educativas, constata-se uma estreita relação entre ensino, tradição cultural e tradição religiosa nos processos de formação e socialização de crianças e adolescentes. Nos países ocidentais, sem desconsiderar suas especificidades culturais e idiossincráticas, os sistemas educativos se assentaram basicamente nas tradições religiosas judaicas e cristãs. A Bíblia<sup>75</sup> e o Talmud<sup>76</sup> foram fontes básicas da educação entre os judeus antigos. Na atualidade, a Torá<sup>77</sup> ainda representa a base da educação judaica que se desenvolve prioritariamente na casa, na sinagoga e na escola, considerados ambientes privilegiados para a formação de crianças e adolescentes.

Uma segunda tradição educativa no Ocidente deriva da educação da antiga Grécia, cujo contexto está caracterizado por uma forte estratificação social. A educação grega era dirigida aos homens livres, geralmente proprietários de escravos e desvinculados das questões materiais, comerciais e de guerras. Tal modelo educativo se revelava bastante estruturado e

---

<sup>74</sup> O processo de estabelecimento da categoria infância levou à sedimentação de significados do conceito; a transformação do tratamento de meninos e meninas; a definição de relações paterno-filiais. Tais significados foram legitimados em corpos e campos de saberes – pediatría, psicología, pedagogia, serviço social – que os dotaram de uma renovada força: constituíram a ideia de normalidade, a partir da qual se estabelecerão as hierarquias entre categorias diferenciadas.

<sup>75</sup> Conjunto de livros canônicos considerados produto de inspiração divina para o Judaísmo e o Cristianismo.

<sup>76</sup> Obra que reúne principalmente as discussões rabínicas sobre leis judaicas, tradições, costumes, lendas e histórias.

<sup>77</sup> Base e fundamento do Judaísmo. Contém a lei e o patrimônio identitário do povo judeu.

era conhecido como *paidéia*, uma pedagogia cujo principal objetivo era a formação individual de uma eficiência integrada à cultura da sociedade, à convivência social e à participação política.

A Grécia atingiu o ideal mais avançado da educação na Antiguidade: a *Paidéia*, uma educação integral, que consistia na integração entre a cultura da sociedade e a criação individual de outra cultura numa influência recíproca. Os gregos criaram uma pedagogia da eficiência individual e, concomitantemente, da liberdade e da convivência social e política. (GADOTTI, 2006, p.30).

Os valores mais importantes ensinados aos meninos eram racionalidade, oratória, argumentação e defesa dos direitos. Os textos de Homero, utilizados nos processos educativos na Grécia, incentivavam o ideal de *ser sempre o melhor* e ter uma posição de superioridade diante dos outros. Valorizavam-se as virtudes guerreiras, o amor à glória, a honra e a valentia, ensinadas através de sistemas de imposição cognitiva e castigos físicos. Tanto na Grécia como no império romano, a formação de crianças e adolescentes implicava alto nível de violência; aos sábios era permitido golpear e humilhar seus estudantes.

Además de los testimonios de los literatos, nos lo describe gráficamente la pintura de un colegio en Pompeya, en que vemos a un niño sostenido en las espaldas de un compañero, recibir los vergazos del maestro en las desnudas carnes, mientras otro niño lo sujeta las piernas para que no patalee. En otros documentos gráficos se ve al maestro castigar a un alumno, quedando los otros impassibles, unos leyendo, y otros hablando entre sí. Los niños llegaban a insensibilizarse y a recibir las azotainas como la cosa más natural del mundo, como aconsejaba que hiciera a su hijo Ausono. En cambio, considerando esos procedimientos a unos cuantos años de distancia no dejaban de protestar y de maldecir los tetricos años de la escuela.<sup>78</sup> (GUILLÉN, 1977, p.224).

A educação com castigos físicos estava a serviço da formação de homens para a tarefa de governar, o que provocou, além de uma seleção de gênero, uma preferência pelos homens mais fortes, mais ricos e mais capazes, em detrimento daqueles que tinham habilidades cognitivas diferentes ou que não tinham acesso às riquezas. A prática do castigo físico como

---

<sup>78</sup> Além dos testemunhos dos literatos, descreve-nos graficamente a pintura de um colégio em Pompéia, em que vemos um menino sustentado nas costas de um companheiro, receber as chicotadas do mestre nas desnudas carnes, enquanto outro menino segura suas pernas para que não chute. Em outros documentos gráficos se vê o mestre castigar um aluno, ficando os outros impassíveis, uns lendo, e outros falando entre si. Os meninos chegavam a se insensibilizar e a receber as chicotadas como a coisa mais natural do mundo, como aconselhava que fizesse a seu filho Ausono. Por outro lado, considerando esses procedimentos a uns tantos anos de distância não deixavam de protestar e de amaldiçoar os tetricos anos da escola.

estratégia para a formação de crianças e adolescentes se manteve na Europa até o século XX - década de 1950, período em que se iniciaram as medidas para aboli-las.

A Suécia foi o primeiro país a abolir o castigo físico. Em 1979, a 'Emenda ao Código de Pais e Filhos' registra a 'proibição de todas as formas de castigo físico e outro tratamento emocionalmente abusivo', tendo passado por um longo processo prévio de sensibilização social e cultural através de uma campanha publicitária, dirigida aos pais, que teve a duração de várias décadas. [...] A partir do exemplo da Suécia, e com o apoio da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, outros países no mundo passaram a adotar estratégias sociais e legais no sentido de abolir o castigo físico de crianças. Esta Convenção (Convenção dos Direitos da Criança, 2004) determina claramente que os governos devem tomar medidas legislativas e outros procedimentos para proteger a criança de todas as formas de violência física e mental quando esta estiver sob o cuidado dos pais, representantes legais ou qualquer outra pessoa por ela responsável. A Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa apelou formalmente, em 2004, à erradicação do castigo físico em todo o continente europeu - qualquer castigo. O castigo físico de crianças é uma quebra dos seus direitos fundamentais à dignidade humana e à integridade física' (Convenção dos Direitos da Criança, 2004). (RIBEIRO et al., 2011, p.60).

Também a América Latina herdou a legitimação do castigo físico nos ambientes educativos, sendo que somente no século XX foram abolidos os instrumentos para executar golpes físicos nos estudantes.<sup>79</sup>

Um dos mais antigos instrumentos de trabalho ao dispor do mestre ganha relevância desde o século XVI em ordem à obtenção da disciplina dos alunos, isto é, da sua obediência. Até nos casos em que a opção magistocêntrica ia no sentido de uma relação afectiva de carácter positivo, a unir discípulos e mestres, a supremacia destes sobre os primeiros ficava demarcada pela posse e manuseio de um poder simbólico personificado num objecto de regulação e disciplinação. O instrumento punitivo preferencial do professor era a palmatória. O humanismo pedagógico não excluía a violência escolar. (FERNANDES, 2006, p.15).

A educação ocidental também recebeu influência da Idade Média, período em que o cristianismo provocou o surgimento de um modelo educativo oriundo de uma nova visão de mundo, e a igreja católica se tornou critério e referência para a formação de crianças e adolescentes, uma vez que a orientação que recebiam vinha através do ensino e imposição de dogmas.

---

<sup>79</sup> Um exemplo de instrumento para executar golpes físicos é a palmatória, usada para castigar crianças e adolescentes indisciplinados com golpes na palma da mão. Na atualidade, a utilização da palmatória e outros instrumentos para castigar crianças e adolescentes são considerados crime em praticamente todos os países.

A patrística, que ocorreu do século I ao VII depois de Cristo, conciliou a fé cristã com as doutrinas greco-romanas e difundiu *escolas catequéticas* por todo o Império. Ao mesmo tempo, a *educação monacal* conservou a tradição e a cultura antiga. Os copistas reproduziam as obras clássicas nos conventos. Nos séculos seguintes, surgiu a *centralização do ensino* por parte do Estado cristão. A partir de Constantino (século IV), o Império adotou o cristianismo como religião oficial e fez, pela primeira vez, a escola tornar-se o *aparelho ideológico do Estado*. Surge um novo tipo histórico de educação, uma nova visão do mundo e da vida. As culturas precedentes, fundadas no heroísmo, no aristocratismo, na existência terrena, foram substituídas pelo poder de Cristo, critério de vida e verdade. (GADOTTI, 2006, p.52).

Os valores culturais até então predominantes, como a valentia, a grandeza e a valorização da vida terrena, foram substituídos pela autoridade de Cristo, modelo para a formação de crianças e adolescentes. Constituiu-se, assim, um corpo de doutrinas e dogmas, restaurando-se normas de culto e disciplina como base para o surgimento do modelo educativo medieval.

No período histórico posterior, Renascimento, a revalorização da cultura greco-romana exerceu uma considerável influência nos processos de formação de crianças e adolescentes. A educação se tornou mais prática, ao promover o resgate da cultura do corpo e a substituição dos processos mecânicos de aprendizagem por métodos educativos mais atrativos. A consideração do ser humano como centro do universo levou à reverência da razão humana, e a educação se colocou a serviço de seu culto, suscitando uma formação que se baseava na transmissão da cultura construída pelas gerações anteriores, com prevalência dos saberes clássicos.

A maneira de educar que passamos a considerar – a formação humanista – pode ser caracterizada basicamente pela admiração do mundo greco-romano enquanto experiência humana exemplar: a Antiguidade é tomada então como modelo principalmente estético e ético. [...] O humanista tem a consciência das diferenças entre seu tempo e o antigo e que, por isso, justamente, ele pode, tomando por modelo a idade de 'perfeição' que foi a Antiguidade – seguida pela 'barbárie' medieval -, tentar, não continuá-la, mas reencontrá-la em si mesmo e em sua própria ação. (AZAR FILHO, 1999, p.9).

Por outro lado, as escolas confessionais, surgidas da Reforma Protestante (início do século XVI), tiveram um papel importante na formação de crianças e adolescentes. Nesses ambientes educativos nasce a prática moderna da educação controlada pelo Estado, traçada por Lutero, Calvino e outros líderes religiosos e educadores da Reforma. A principal consequência de tal modelo educativo é a transferência da escola para o controle do Estado

nos países protestantes. Tratava-se de uma escola pública religiosa, diferente da escola pública, laica, obrigatória, universal e gratuita como se entende hoje.

Nos novos conteúdos da instrução, especialmente no valor do conhecimento da história civil e política, que Melanchton associa à batalha do humanismo para uma pedagogia serena e humana, talvez esteja o espírito mais genuíno da Reforma, a sua capacidade de relacionar escola e cidade, instrução e governo, no sentido de autogoverno. Testemunho da força também educativa da Reforma no plano político é o fato de que a própria autoridade imperial teve que assumir esta nova concepção de uma escola pública para a formação dos cidadãos ou, pelo menos, dos governantes. (MANACORDA, 2010, p.244).

Os católicos também seguiram as ideias-chaves do renascimento nas suas escolas, no entanto assumiram a ênfase particular de enfrentar e combater a crescente influência do protestantismo. Os centros educativos da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada pelo espanhol Ignacio de Loyola em 1540, assumiram como missão primordial a conversão dos hereges e o fortalecimento dos cristãos indecisos. Para uniformizar a prática educativa, os jesuítas escreveram o *Ratio atque Instituto Studiorum*, aprovado em 1599, que continha planos, programas, disciplina e métodos da educação católica. O documento é claro com relação a seu objetivo prioritário: educação do homem burguês através do ensino dos dogmas católicos, manutenção da tradição, e uma educação mais recalcada no cientificismo e o moralismo.

No fim do século (1586-99) apareceu a *Ratio Studiorum*, que regulamentou rigorosamente todo o sistema escolástico jesuítico: a organização em classes, os horários, os programas e a disciplina. Eram previstos seis anos de *studia inferiora*, divididos em cinco cursos (três de gramática, um de humanidades ou poesia, um de retórica); um triênio de *studia superiora* de filosofia (lógica, física, ética), um ano de metafísica, matemática superior, psicologia e fisiologia. Após uma *repetitio generalis* e um período de prática de magistério, passava-se ao estudo da teologia, que durava quatro anos. Esta era a formação jesuítica. A disciplina exigia que se obedecesse *perinde ac cadáver*; o conteúdo do ensino herdado do humanismo foi cuidadosamente modificado, para ser utilizado a serviço do objetivo religioso. (MANACORDA, 2010, p.248).

Com estas convicções e uma proposta educativa vinculada aos interesses institucionais da igreja católica, os religiosos chegaram às colônias americanas no final do século XV, exercendo forte incidência na educação catequética cristã para a infância indígena e, posteriormente, para a infância africana.

### 3.1.1 Infância na época da conquista e colonização: Brasil e Costa Rica

O período conhecido como conquista e colonização da América, que tem início no século XV com a vinda dos espanhóis e portugueses ao *Novo Mundo*, esteve marcado pela chegada das primeiras expedições para conquistar e defender as novas terras. Posteriormente, desembarcaram os primeiros grupos de religiosos cristãos, com o objetivo missionário de converter os povos indígenas ao cristianismo. O número insuficiente de missionários para evangelizar a grande quantidade de povos indígenas foi uma dificuldade inicial para o êxito missionário. (PASTORAL DO MENOR, 1992). Sobre o impacto do processo de conquista e colonização nas culturas latino-americanas, adverte Jorge Camors:

El proceso de la colonización durante los siglos XVI, XVII y XVIII, tuvo fuertes significados e impactos en las culturas; la religiosidad articuló la dominación política, social y económica. La conquista supuso uno de los genocidios mayores de la historia humana. La conquista primero, y luego la colonización fueron procesos devastadores de las culturas existentes. La Iglesia Católica contribuyó a reforzar los mecanismos de dominación y de control social, cumpliendo así una función política, social y cultural que aportó un soporte ideológico funcional y complementario.<sup>80</sup> (2011, p.93).

No período posterior à conquista espanhola e portuguesa, incrementaram-se fortes restrições à formação cultural, não somente dos povos autóctones, mas também das mulheres. Por essa razão, não foram fundados colégios e centros de educação para meninas no primeiro período da colonização, pois a presença da mulher fora do âmbito doméstico não era culturalmente aceitável. Os povos indígenas, por sua vez, não se submetiam passivamente à educação evangelizadora e não perseveravam na aprendizagem da doutrina cristã devido ao apego à sua tradição cultural e religiosa. O missionário jesuíta José de Anchieta, um dos primeiros padres que chegou a terras brasileiras no início do século XVI, fala sobre isso em uma carta enviada ao padre Diogo Laínes, em 1560.

Porque os adultos, aos quais o mau costume de seus pais quase se converteu em natureza, cerram os ouvidos para não ouvir a palavra de salvação e converter-se ao verdadeiro culto de Deus. Com estes, se bem que continuamente trabalhamos para os atrair à fé, todavia, quando caem em

---

<sup>80</sup> O processo da colonização durante os séculos XVI, XVII e XVIII, teve fortes significados e impactos nas culturas; a religiosidade articulou a dominação política, social e econômica. A conquista significou um dos maiores genocídios da história humana. A conquista em primeiro lugar, e logo a colonização foram processos devastadores das culturas existentes. A Igreja Católica contribuiu para reforçar os mecanismos de dominação e de controle social, assumindo assim uma função política, social e cultural que ofereceu um suporte ideológico funcional e complementar.

alguma enfermidade, de que parece morrerão, procuramos de os mover a que queiram receber o batismo, porque então comumente estão mais aparelhados. (ANCHIETA, 2014, p.45).

A opção dos missionários foi, então, trabalhar com as crianças, por considerá-las mais obedientes e adaptáveis, o que supunha uma assimilação mais rápida e duradoura da cultura europeia e da doutrina cristã. (PASTORAL DO MENOR, 1992). Assim, incrementaram-se os processos educativos e a evangelização de crianças e adolescentes indígenas com a expectativa de que pudessem promover a conversão de suas famílias e de sua comunidade ao cristianismo. Um resultado avaliado como *satisfatório* do processo educativo e catequético com crianças indígenas pode ser constatado em uma carta escrita pelo padre Anchieta.

Moramos aqui sete irmãos, separados do convívio dos portugueses e unicamente aplicados à conversão dos índios. Temos também em casa conosco alguns filhos dos gentios, que atraímos a nós de diversas partes. Estes apartam-se dos costumes dos pais que, passando por aqui o pai de algum para visitar o filho, este muito longe de mostrar-lhe qualquer amor filiar e terno, de maneira que somente por pouco tempo, contra sua vontade e obrigado por nós, falou com seu pai; e outro, estando já faz muito tempo separado dos pais, caminhando uma vez com nossos Irmãos pela aldeia onde a mãe vivia, e dando-lhe estes permissão para visitar a mãe se quisesse, passou sem cumprimentar a mãe; de maneira que põem muito acima do amor dos pais o amor que nos têm. Honra e glória a Deus, de quem provém todo o bem. (ANCHIETA, s/d, p.147).

Para se adaptarem à nova cultura, as crianças indígenas prescindiam de suas raízes culturais, o que ocasionou, em muitos casos, processos de desagregação familiar, uma vez que se destruíam na raiz a organização familiar e comunitária dos povos autóctones. No que se refere à educação de crianças e adolescentes, a imposição cultural e educativa europeia desconsiderou seus modelos educativos e suas tradições culturais, como por exemplo, os valores e metas da educação guarani.

O sentido da educação guarani é formar um bom guarani – em um sentido sobretudo moral e espiritual -, e, portanto, conservando e aperfeiçoando o *ñande reko*. A educação está orientada a saber para que viver e viver perfeitamente, alcançando a perfeição por meio da reza, da não violência e da visão teológica do mundo. [...] Nas aldeias guarani, até tempos muito recentes, não havia escolas; a comunidade educacional, no amplo espaço de casa, pátio, chácara e caminhos pela mata – quando ela ainda existe -, está sempre presente para educar seus membros mediante uma atenção providente, uma palavra oportuna, um olhar de aprovação ou de reprovação e às vezes – embora raramente – uma admoestação direta ou a ameaça. O grito é raríssimo. (MELIÁ, 2010, p.39).

A utilização de *crianças anunciadoras da palavra* contribuiu para a propagação das culturas espanhola e portuguesa e, como consequência, para o abandono das tradições religiosas originárias. A carta de Anchieta escrita em 1556 evidencia a imposição cultural e religiosa através de processos formativos para crianças indígenas.

Se acaso algum deles pouco que seja, se dá, ou pelo jeito do corpo ou pelas palavras ou de qualquer outro modo, a alguma coisa que tenha ressaibo de costumes gentios, imediatamente os outros o acusam e se riem dele. Um, repreendendo-o ou por estar a fazer um cesto ao domingo, trouxe-o no dia seguinte à escola e queimou-o diante de todos por o ter começado ao domingo: muitos sabem tão bem tudo o que pertence à salvação, que não podem alegar ignorância diante do tribunal de Deus Nosso Senhor. Mas, tememos que chegando eles à idade adulta voltem aos antigos costumes, ou por vontade dos pais ou com o tumulto da guerra, que dizem se preparar muitas vezes, e quando se quebrar a paz entre eles e os cristãos. (ANCHIETA, 2014, p.29).

A estratégia de divulgar o cristianismo através das crianças fez com que os jesuítas solicitassem à coroa portuguesa o envio de meninas e meninos órfãos para que ajudassem na tarefa de educação, evangelização e catequese dos indígenas. Também recolhiam crianças *órfãs mestiças da terra*. A carta enviada por José de Anchieta a Ignácio de Loyola, no ano de 1554, expressa tal estratégia.

Todo este tempo que havemos estado aqui, nos mandaram de Portugal alguns dos meninos órfãos, aos quais tivemos e temos conosco, sustentando-os com muito trabalho e dificuldade. Isso nos moveu a que recolhêssemos aqui também alguns órfãos, principalmente dos mestiços da terra, assim para os amparar e ensinar, porque é a mais perdida gente desta terra. E alguns piores que os mesmos índios (como disse no quadrimestre de agosto) e temos que é tão importante ganhar um destes como ganhar um índio, porque neles está muita parte da edificação ou destruição da terra, como também porque são línguas e intérpretes para nos ajudar na conversão dos gentios. E dentre eles os que fossem suficientes e tivessem boas partes recolhê-los por irmãos, e aos que não fossem tais dar-lhes vida por outra via. (ANCHIETA, 2014, p.23).

Pensava-se que a convivência de crianças indígenas com crianças portuguesas seria um instrumento facilitador para a assimilação dos valores europeus pelos indígenas. Se para Portugal as crianças órfãs eram um problema, para América poderia ser a solução para uma necessidade pedagógica básica, a aproximação às populações indígenas para lhes ensinar os valores cristãos e a cultura europeia. Com o tempo, a atividade mais importante das congregações religiosas passou a ser a educação nos colégios, destinada prioritariamente aos filhos dos colonos brancos. Pouco a pouco se perdeu a atuação missionária junto às crianças

indígenas e os colégios passaram a seguir o ritmo da colonização em geral, priorizando o ensino para crianças brancas e abandonando por completo as crianças indígenas.<sup>81</sup>

Ressalta-se que houve reações e resistências ao modelo educativo-catequético implantado no período colonial. Além da resistência dos povos indígenas, algumas vezes se levantaram para denunciar a violência cultural e educativa que se infringia no continente. O espanhol Bartolomé de las Casas, nomeado bispo de Chiapas, México, foi um dos principais defensores dos povos indígenas, por se indignar com o tratamento que recebiam dos conquistadores europeus. Em sua defesa, escreveu uma breve descrição sobre a destruição a que estavam sendo submetidos, a qual lê para o imperador Carlos V, em Burgos, em 1540, para convencê-lo a terminar com a cobrança de impostos aos colonos, e a corrigir o sistema de *encomiendas*<sup>82</sup>. Bartolomé de las Casas conhecia o sistema de *encomiendas* em profundidade, pois ele próprio tinha recebido essa incumbência em 1510. Mais recentemente, a ideologia dos direitos humanos inspirou-se no texto de Las Casas.

Toda esa labor que realizó en la defensa de los derechos de los indios y de los españoles en el momento de la conquista, era en realidad una labor dedicada a la teorización y defensa práctica de los derechos humanos. Del lado de los indios, defiende su racionalidad, su libertad, su derecho a gobernarse por sí mismos, su derecho a no aceptar la religión cristiana; en ello defendía derechos humanos muy importantes. Lo mismo hacía cuando, del lado de los españoles, defendía el derecho a establecerse en otras tierras, a comunicar a los indios la cultura europea y señaladamente a predicarles el evangelio. Como ponía la condición de que no se lesionaran los derechos de los indios ni el bien común de esas tierras, y como esos derechos y ese bien común fueron ultrajados, veía en ello residir la injusticia de la colonización. Pero en todo momento trataba de salvaguardar los derechos humanos de

---

<sup>81</sup> Segundo dados da investigação realizada por Laura Fuentes Belgrave, titulada “¿Cantar, rezar y colorear? Educación religiosa en Costa Rica. Prácticas de docentes y percepciones de estudiantes sobre la educación religiosa en Costa Rica. Informe Final de Resultados (2015-2017)”, o ensino religioso na Costa Rica se caracteriza por surgir da catequese da Igreja católica. Posteriormente, ainda que se desvincule do catolicismo, pelo menos em termos institucionais, não se desvincula de seus conteúdos. O desenvolvimento paralelo do ensino religioso e da catequese leva à necessidade de apresentar os contextos onde se constrói esta relação, assim como sua aparente separação. A investigação de Belgrave oferece uma sinopse histórica dos “programas de ensino religioso” vigentes para III ciclo e educação diversificada, assim como das investigações contemporâneas realizadas na matéria. (BELGRAVE, 2017)

<sup>82</sup> *Encomienda* na América Espanhola colonial foi uma instituição implantada pelos conquistadores durante a colonização para explorar o trabalho indígena. Consistia na entrega de um grupo de indígenas para um espanhol, encarregado de protegê-los, educá-los e evangelizá-los.

ambos protagonistas y, por ende, los del hombre mismo, fuese quien fuese.<sup>83</sup> (BEUCHOT, 1996, p.90).

A escravização dos povos africanos também deve ser considerada no estudo da infância latino-americana, ainda que sejam escassos os dados, estudos e análises sobre a situação do tráfico de pessoas adultas e de crianças africanas para o continente.

Do ponto de vista acadêmico, os estudos do tráfico ocupam menos espaço do que a produção historiográfica sobre a escravidão nas Américas. No caso da escravidão, várias gerações de historiadores se debruçaram sobre os mais diversos aspectos dessa instituição, com obras e debates variados explorando desde as bases econômicas e sociais do sistema até o protagonismo dos escravizados nos diferentes regimes escravistas nas Américas. No caso do tráfico, o quadro é diferente. Além de relativamente recente, o enfoque maior reside no lado quantitativo - uma preocupação mais que justificada, dadas as imprecisões das estimativas iniciais sobre o número de vítimas africanas. Por trás dos números do tráfico, no entanto, estão seres humanos cujas histórias de vida e trajetórias precisam ser resgatadas para que haja uma compreensão adequada da devastação causada pelo tráfico atlântico de cativos. (FERREIRA, 2018, p.50).

Nos países africanos, assim como as pessoas adultas, também meninas e meninos eram comprados como escravos. Os dados da escravidão mercantil africana no Brasil, por exemplo, apesar de não apresentar o número de crianças e adolescentes trazidos compulsoriamente para realizar trabalho escravo, certamente incluem a população infantil.

A escravidão mercantil africana no período moderno é um sistema que se enraizou cruelmente na história brasileira, e que guarda marcas profundas no nosso cotidiano. O país não só foi o último a abolir essa forma perversa de mão de obra nas Américas, como aquele que mais recebeu africanos saídos de seu continente de maneira compulsória, além de ter contado com escravos em todo o território. Com as primeiras levas chegando em 1550 e as últimas na década de 1860, já que existem registros de envio ilegal de africanos entre 1858 e 1862, estima-se que 4,8 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil. (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p.18).

---

<sup>83</sup> Todo esse trabalho que realizou na defesa dos direitos dos índios e dos espanhóis no momento da conquista, era em realidade um trabalho dedicado à teorização e defesa prática dos direitos humanos. Do lado dos índios, defende sua racionalidade, sua liberdade, seu direito a governar-se por si mesmos, seu direito a não aceitar a religião cristã; nisso defendia direitos humanos muito importantes. O mesmo fazia quando, do lado dos espanhóis, defendia o direito a estabelecer-se em outras terras, a comunicar aos índios a cultura europeia e incisivamente a anunciar-lhes o evangelho. Como punha a condição de que não ferissem os direitos dos índios nem o bem comum desas terras, e como esses direitos e esse bem comum fossem ultrajados, via nisso residir a injustiça da colonização. Mas em todo momento tentava salvaguardar os direitos humanos de ambos protagonistas e, por isso, os do homem mesmo, fosse quem fosse.

Um elemento que atraiu e promoveu o tráfico de crianças e adolescentes africanos é o fato de que às *crias de peito* (bebês que mamavam) não se atribuíam impostos e taxas; as *crias de pé* (crianças que já caminhavam), quando consideradas separadamente às *de peito*, pagavam a metade dos impostos e o embarque era menos complicado. Ainda que as crianças fossem consideradas improdutivas e que as taxas de mortalidade infantil durante a viagem fossem muito altas, o que significava um alto risco econômico, a porcentagem de crianças negras embarcadas representou 20% do total do tráfico para América em certas épocas. (CNBB<sup>84</sup>, 1987). Uma vez escravizados, crianças e adolescentes realizavam um trabalho intenso e constante.

Cedo, a meninice acabava. Por volta dos doze anos de idade, a criança cativa passava a acompanhar os mais velhos em tarefas mais pesadas; aos catorze a maturidade dos jovens trabalhadores era considerada completa. Por isso, o valor de compra e venda dos moleques e molecas - termos de época que designavam os cativos de pouca idade aumentava substancialmente. Isso não significa que antes disso a vida só lhes reservasse descanso e brincadeiras; documentos históricos mostram meninos e meninas de apenas quatro ou cinco anos engajados nos serviços domésticos. Ser criança na Colônia e no Império era, de modo geral, uma condição imprecisa, sobre a qual pesavam leis portuguesas de origem medieval e ideias religiosas, e a concepção da infância como momento particular da vida, merecedor de atenções especiais, somente se afirmaria ao longo do século XIX, ainda assim de forma lenta e incompleta. Para as crianças escravas, contudo, o tempo da infância consistia num intervalo breve entre os primeiros anos de vida e o ingresso precoce no mundo do trabalho. (ARIZA, 2018, p.178).

Outro aspecto importante da história da infância latino-americana é a inexistência de documentos e dados relacionados às crianças filhas de mulheres escravizadas, principalmente antes de 1871, quando é promulgada, no Brasil, a Lei do Ventre Livre. No entanto, mesmo invisibilizados nos documentos, crianças e adolescentes africanos estão presentes na história da infância latino-americana.

Os filhos das escravas são personagens fugidios da história da escravidão brasileira. Embora tenham sempre feito parte da população da Colônia e do Império, sua presença nos documentos de época é muitas vezes elusiva. Não são vistos com facilidade nos processos criminais ou notícias de rebeldias que iluminam os conflitos mais evidentes da escravidão. Nos autos cíveis, inventários, contratos de compra e venda, são figuras discretas: pouco se diz sobre sua idade, sua família, atividades que desempenhavam ou locais de onde provinham. (ARIZA, 2018, p.177).

---

<sup>84</sup> Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Especificamente na Costa Rica, a revisão da história da escravidão negra indica alguns dados importantes para o estudo da situação da infância na América Central, principalmente com relação à escravização de meninas.

Aunque tradicionalmente la historia de la población negra de Costa Rica se ha vinculado con la llegada de los primeros trabajadores negros para la construcción del ferrocarril a inicios de 1870, ya a principios del siglo XVII se hayan referencias de esclavizados quienes paulatinamente se fueron mezclando con el resto de la población. Además, existe evidencia sobre mujeres esclavizadas como María y Petrona, introducidas por comercio ilegal, quienes declararon ante el Gobernador Diego de la Haya Fernández en 1719 que hacía más de diez años habían llegado a la provincia de Costa Rica en barcos grandes de ingleses. De hecho, existe evidencia documental que sugiere que el comercio de esclavizados hacia la provincia de Costa Rica tuvo una tendencia a transportar un número importante de niñas esclavizadas desde la costa occidental de África, pues en diversas ocasiones varias mujeres argumentaron que llegaron muy pequeñas a esta provincia.<sup>85</sup> (UNICEF et al., 2006, p.41).

As condições da viagem, com duração mínima de dois meses, eram precárias e levavam à morte de muitas pessoas ainda no trajeto até a América Central.

Dentro de las estructuras construidas para almacenar a los esclavizados se realizaba la separación de padres e hijos, de hermanos, esposos, amigos y parientes o vecinos de acuerdo con la elección que llevara a cabo el comerciante. Una vez intercambiados por objetos de poco valor, los esclavizados emprendían una travesía que duraba 2 meses en el mejor de los casos. Durante la travesía muchos se enfermaban como consecuencia de las precarias condiciones higiénicas, maltrato, la sed, el hambre, la aglomeración, y la carencia de atención médica, etc. En muchos casos, antes de la llegada, los enfermos o heridos, que corrían el riesgo de no venderse, eran lanzados al mar. Se estima que el 20% de los africanos que eran forzados a abandonar sus tierras perecían en el trayecto.<sup>86</sup> (UNICEF et al., 2006, p.20).

---

<sup>85</sup> Mesmo que tradicionalmente a história da população negra da Costa Rica tenha se vinculado com a chegada dos primeiros trabalhadores negros para a construção da ferrovia no início de 1870, já no início do século XVII há referências de escravizados que paulatinamente foram se misturando com o resto da população. Além disso, existe evidência sobre mulheres escravizadas como Maria e Petrona, introduzidas por comércio ilegal, que declararam diante do Governador Diego de la Haya Fernández em 1719 que fazia mais de dez anos que tinham chegado à província de Costa Rica em grandes navios de ingleses. De fato, existe evidência documental que sugere que o comércio de escravizados para a província de Costa Rica teve uma tendência a transportar um número importante de meninas escravizadas da costa ocidental da África, pois em diversas ocasiões várias mulheres argumentaram que chegaram muito pequenas a esta província.

<sup>86</sup> Dentro das estruturas construídas para armazenar os escravizados se realizava a separação de pais e filhos, de irmãos, esposos, amigos e parentes ou vizinhos de acordo com a escolha que fazia o comerciante. Quando eram trocados por objetos de pouco valor, os escravizados empreendiam uma travessia que durava 2 meses no melhor dos casos. Durante a travessia muitos ficavam doentes como consequência das precárias condições higiênicas, maltrato, sede, fome, aglomeração, e carência de atendimento médico, etc. Em muitos casos, antes da chegada, os doentes ou feridos, que corriam o risco de não serem vendidos, eram lançados ao mar. Estima-se que 20% dos africanos que eram forçados a abandonar suas terras pereciam no trajeto.

Ao chegar ao *Novo Mundo*, as crianças e os adolescentes africanos também se constituíram em uma preocupação para a educação catequética trazida pelos portugueses e espanhóis. No Brasil, a catequese para crianças africanas seguiu uma dinâmica similar àquela realizada com crianças indígenas, ou seja, priorizavam-se a doutrina da fé cristã e a administração dos sacramentos. Sobre isso, comenta Anchieta em carta enviada ao padre Diogo Laínes, em 1561.

Com as mulheres e escravos dos portugueses se faz muito fruto, e nisto nos ocupamos principalmente, porque lhes é tão necessária a doutrina da fé, ao menos aos escravos, como aos mesmos índios. Destes se batizam e se confessam muitos, e se lhes dá estado de vida, casando-os, porque é quase geral costume da terra, não se dar nada aos senhores, que estejam seus escravos amancebados. E querem mais o serviço deles, que a sua salvação, não têm conta com a sua doutrina, e assim os têm por suas fazendas espargidos, sem os fazer vir à igreja, senão por maravilha; e assim a maior parte deles é tão rude nas coisas da fé, que nem sequer sabem se há Deus. (ANCHIETA, 2014, p.55).

As práticas educativas dirigidas às crianças indígenas e africanas, na época da conquista e colonização, ajudam a explicar a herança educativa marcadamente adultocêntrica e as práticas verticalizadas no atendimento da infância latino-americana, presentes em muitas correntes educativas da atualidade. Além disso, deixam ver que a presença de pessoas menores de idade em situação de vulnerabilidade acompanha a história do continente latino-americano desde a chegada dos conquistadores europeus. Dados sobre a atual situação de crianças e adolescentes indígenas e afrodescendentes no continente revelam a vulnerabilidade a que estão expostos nos dias atuais.

Seis de cada diez niños y niñas indígenas están asentados en zonas rurales y siete de cada diez afrodescendientes residen en zonas urbanas. Considerando que en las comunidades rurales el acceso a los servicios públicos y bienes del Estado es más limitado, la situación de pobreza es más crítico entre estos grupos poblacionales. Esto se refleja en: menor cobertura en educación primaria y para la continuación de sus estudios, bajo equipamiento básico para acceder a información, mayor probabilidad de residir en viviendas con privaciones materiales graves y con hacinamiento y menor acceso a agua potable y saneamiento. Aquí queda reflejada la inequidad que afecta a los niños y niñas indígenas y afrodescendientes con respecto al resto de la población; a quienes viven en zonas rurales en relación a quienes residen en las ciudades; la vulnerabilidad que padecen las niñas más que los niños; y

también las diferencias que hay entre países de la región.<sup>87</sup> (UNICEF; CEPAL<sup>88</sup>, 2012, p.9).

No entanto, cabe destacar que, apesar da herança de práticas pedagógicas eurocêntricas na América Latina, a riqueza cultural do continente suscitou práticas educativas alternativas e pensamentos pedagógicos resistentes e enraizados na realidade dos povos do continente, para responder a suas necessidades e possibilidades, especialmente de crianças e adolescentes. Exemplo disso é a comédia teatral nicaraguense *El Güegüence*<sup>89</sup>, uma síntese literária do encontro das culturas espanhola e indígena.

A obra nasceu na cidade de Diriamba e é de autoria desconhecida, com algumas hipóteses, como a de que tenha sido escrita por um mestiço culto (ou vários mestiços), ou de que seja autoria de um padre que tivesse bom domínio do náhuatl e do espanhol. Esta comédia teatral foi declarada patrimônio vivo, oral e intangível da humanidade, e incorpora expressões folclóricas e literárias da época colonial, através de texto, música, bailes, vestimentas especiais e diferentes personagens que representam não somente o encontro entre a cultura autóctone com a europeia, mas também a resistência criativa e burlesca de um povo (Náhuatl) que não queria perder suas raízes e riquezas culturais. Nesse sentido, *El Güegüence* é uma expressão literária de recusa à invasão e dominação espanholas, pois se apresenta como um teatro-baile de rua, à vista das autoridades civis e militares espanholas. Burla, resistência e rebeldia contra a dominação espanhola se misturam nesta obra literária, a qual foi sendo transmitida de forma oral de uma geração a outra. Em 1942, foi feita a recopilação do texto escrito e oito anos depois a música foi gravada pela primeira vez.

---

<sup>87</sup> Seis de cada dez meninos e meninas indígenas estão assentados em zonas rurais e sete de cada dez afrodescendentes residem em zonas urbanas. Considerando que nas comunidades rurais o acesso aos serviços públicos e bens do Estado é mais limitado, a situação de pobreza é mais crítica entre estes grupos populacionais. Isto se reflete em: menor cobertura em educação primária e para a continuação de seus estudos, baixo equipamento básico para aceder à informação, maior probabilidade de morar em vivendas com privações materiais graves e com superlotação e menor acesso à água potável e saneamento. Aqui fica refletida a iniquidade que afeta aos meninos e meninas indígenas e afrodescendentes com relação ao resto da população; aqueles que vivem em zonas rurais com relação àqueles que residem nas cidades; a vulnerabilidade que padecem as meninas mais que os meninos; e também as diferenças que há entre países da região.

<sup>88</sup> Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

<sup>89</sup> Disponível em <https://docplayer.es/9928885-El-gueguence-o-macho-raton-copia-literal-version-diriamba.html> (Acesso em 17 janeiro 2019)

### 3.1.2 História da infância na educação latino-americana: um olhar através das ideias pedagógicas geradas no continente

O movimento independentista teve início nos países latino-americanos em 1790 com a revolução do Haiti, e a partir de então se inicia a construção de uma identidade autóctone distinta da identidade colonial portuguesa e espanhola. A elite crioula, representada pela oligarquia local que surgiu e cresceu nos territórios colonizados, buscava formas de harmonizar a emancipação política com a manutenção da escravidão e do *status quo* social. Por outro lado, os movimentos independentistas, influenciados pelas ideias da ilustração francesa, junto com os movimentos de resistência negra e indígena, criaram as condições para o nascimento de uma pedagogia que reagiu com crítica ao modelo colonizante, tanto político como educativo. Esta visão pedagógica crítica, além de alimentar a ideia de que era urgente a independência das colônias, criou as bases para processos de independência mental e educativa, com incidência direta na educação de crianças e adolescentes.

As pedagogias latino-americanas do século XX são herdeiras do pensamento pedagógico crítico anticolonial, antirracista e antioligárquico, e reconhecem a função socialmente crucial da educação para os povos latino-americanos, especialmente para crianças e adolescentes. Tais pedagogias não priorizam a especulação predominantemente epistemológica, são pedagogias práticas que buscam caminhos pedagógicos facilitadores da relação entre infância e seus contextos, e entre infância e conhecimento. Paulo Freire se refere a uma pedagogia do oprimido<sup>90</sup> e, posteriormente, a uma pedagogia da esperança<sup>91</sup>; Enrique Dussel fala de uma filosofia da libertação<sup>92</sup>. Autores e autoras mais recentes têm nomeado a perspectiva educativa crítica como *pedagogia social*.

A pedagogia social surge na América Latina como um pensamento *outro* em contraposição ao pensamento hegemônico ocidental. Vincula-se a tradições próprias do continente, a uma riqueza epistemológica que se expressa em distintas racionalidades, e a uma postura ético-política a favor de pessoas em múltiplas situações de vulnerabilidade, como é a infância vulnerabilizada. Tal perspectiva pedagógica é politicamente engajada e historicamente contextualizada, problematiza a colonialidade latino-americana e questiona as formas discursivas próprias da ideologia da dominação.

---

<sup>90</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>91</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia de la esperanza**. México: SigloVeintiuno, 2007.

<sup>92</sup> DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. Crítica à ideologia da exclusão. Coleção Pesquisa e Projeto. São Paulo: Paulus. 2017.

Desde luego, fue con la invasión colonial-imperial de estas tierras de Abya Yala - las que fueron renombradas 'América' por los invasores como acto político y epistémico de apropiación colonial - que este enlace empezó a tomar forma y sentido. Se pudo observar claramente ya en las estrategias, prácticas y metodologías - las pedagogías - de lucha, rebeldía, cimarronaje, insurgencia, organización y acción que los pueblos originarios primero, y luego los africanos y las africanas secuestradxs, emplearon para resistir, transgredir y subvertir la dominación, para seguir siendo, sintiendo, haciendo, pensando y viviendo – decolonialmente - a pesar del poder colonial.<sup>93</sup> (WALSH, 2017, p.17).

Como campo de estudo, a pedagogia social representa uma crítica da educação de crianças e adolescentes desarticulada das dimensões sociais e concretas de sua existência, de sua história e de seu contexto social. A partir desta perspectiva, o mundo, os povos, a sociedade e os problemas sociais são observados através de *olhares sociopedagógicos* e se constituem como territórios potencialmente educativos e formativos para as pessoas menores de idade. Diferentes autoras e autores latino-americanos, em diferentes épocas, ofereceram uma crítica à educação colonizante na América Latina. De alguma forma, suas posições, suposições e proposições pedagógicas indicam carências e possibilidades inerentes à relação educativa que afeta diretamente crianças e adolescentes. Assim, deixam (entre)ver também as carências e possibilidades relacionadas à infância latino-americana ao longo da história. A seguir, sem a pretensão de abarcar a totalidade de autores e autoras, ou de fazer uma exposição cronologicamente sequencial, serão elencadas algumas propostas educativas que significaram/significam uma perspectiva pedagógica crítica para o continente latino-americano.

José Julián Martí (1835-1895), poeta, escritor, jornalista e diplomata cubano, anticolonialista radical e defensor da independência de Cuba e de toda América Latina, analisa criticamente a situação latino-americana, já não ameaçada diretamente pela colonização europeia, mas por outra forma de colonização derivada da rivalidade entre as novas metrópoles europeias e principalmente pelos Estados Unidos. Martí pouco escreveu sobre pedagogia, mas a partir de seus textos e poesias é possível compreender que, para ele, o pedagógico se inscreve na relação entre educação e vida. Para Martí existem duas ideias centrais que devem ser consideradas na educação: a preparação de crianças e adolescentes para a vida, e a adaptação ao seu tempo, o que significa a conquista de sua autonomia e sua

---

<sup>93</sup> Claro, foi com a invasão colonial-imperial destas terras de Abya Yala - as que foram renomeadas 'América' pelos invasores como ato político e epistémico de apropriação colonial - que este enlace começou a tomar forma e sentido. Pode-se observar claramente já nas estratégias, práticas e metodologias - as pedagogias - de luta, rebeldia, cimarronagem, insurgência, organização e ação que os povos originários primeiro, e depois os africanos e as africanas sequestradxs, empregaram para resistir, transgredir e subverter a dominação para continuar sendo, sentindo, fazendo, pensando e vivendo – decolonialmente - apesar do poder colonial.

espiritualidade.<sup>94</sup> Assim, reconheceu a importância do espaço educativo institucional para ensinar a identidade e os valores nacionais. (NASSIF, 1999). Para Martí a educação é uma relação concreta alimentada pelo amor, e por isso defendeu a conformação de um corpo de professores missionários capazes de fazer uma campanha de ternura e de ciência, professores ambulantes dialogantes, e não *domines*. (MARTÍ, 1953). A intencionalidade da formação social e política aparecem na perspectiva educativa de Martí como uma urgência de formar cidadãos comprometidos com as mudanças idealizadas para a construção de uma sociedade nova e alternativa, não somente para Cuba, mas para toda América Latina. A descrição poética que Martí faz do continente latino-americano e do caminho de sua libertação indica a necessidade de formar a infância a partir de processos educativos de emancipação, de resgate dos valores e da cultura autóctones, e de criatividade histórica.

Éramos una visión, con el pecho de atleta, las manos de petimetre y la frente de niño. Éramos una máscara, con los calzones de Inglaterra, el chaleco parisiense, el chaquetón de Norte América y la montera de España. El indio, mudo, nos daba vueltas alrededor, y se iba al monte, a la cumbre del monte, a bautizar sus hijos. El negro, oteado, cantaba en la noche la música de su corazón, solo y desconocido, entre las olas y las fieras. El campesino, es creador, se revolvió, ciego de indignación, contra la ciudad desdeñosa, contra su criatura. Éramos charreteras y togas, en países que venían al mundo con la alpargata en los pies y la bincha en la cabeza. [...] Cansados del odio inútil, de la resistencia del libro contra la lanza, de la razón contra el cirial, de la ciudad contra el campo, del imperio imposible de las castas urbanas divididas sobre la nación natural, tempestuosa o inerte, se empieza, como sin saberlo, a probar el amor. Se ponen en pie los pueblos, y se saludan. ¿Cómo somos? se preguntan, y unos a otros se van diciendo cómo son. Cuando aparece en Cojimar un problema, no van a buscar la solución a Dantzig. Las levitas son todavía de Francia, pero el pensamiento empieza a ser de América. Los jóvenes de América se ponen la camisa al codo, hunden las manos en la masa, y la levantan con la levadura de su sudor. Entienden que se imita demasiado, y que la salvación está en crear. Crear es la palabra de pase de esta generación.<sup>95</sup> (MARTÍ, 1995, p.61).

<sup>94</sup> A preocupação de Martí pela formação moral de crianças e adolescentes encontra-se representada na revista *La edad de Oro*, que funda em 1889.

<sup>95</sup> Éramos uma visão, com o peito de atleta, as mãos de prepotente e o rosto de criança. Éramos uma máscara, com os calções de Inglaterra, o colete parisiense, a jaqueta de América do Norte e o gorro de Espanha. O índio, mudo, nos dava voltas ao redor, e ia à montanha, no topo da montanha, a batizar seus filhos. O negro, afastado, cantava de noite a música de seu coração, sozinho e desconhecido, entre as ondas e as feras. O camponês, é criador, revirava-se, cego de indignação, contra a cidade desdenhosa, contra sua criatura. Éramos medalhas e togas, em países que vinham ao mundo com a alpargata nos pés e o lenço na cabeça. [...] Cansados do ódio inútil, da resistência do livro contra a lança, da razão contra o ciríio, da cidade contra o campo, do império impossível das castas urbanas divididas sobre a nação natural, tempestuosa ou inerte, começa, como sem sabê-lo, a provar o amor. Ficam de pé os povos, e se cumprimentam. Como somos? Perguntam-se, e uns a outros vão dizendo como são. Quando aparece em Cojimar um problema, não vão buscar a solução a Dantzig. As levitas são ainda de França, mas o pensamento começa a ser de América. Os jovens de América vestem a camisa até o pescoço, põem as mãos na massa, e a levantam com o fermento de seu suor. Entendem que se imita demais, e que a salvação está em criar. Criar é a palavra de ordem desta geração.

Gabriela Mistral (1889-1957), educadora-poeta chilena, atuou como professora em escolas rurais e diversas escolas no território chileno. Refere-se a *outra educação* para os povos indígenas, e assume uma postura educativa preocupada com a situação das mulheres. Através de seus escritos, é possível observar que, no século XIX, não existe uma educação crítica formal para as mulheres, mas sim uma educação das mulheres para as mulheres, que as ensina como sobreviver na sociedade patriarcal.

Seus escritos aproximaram-se do próximo, de modo especial das crianças. Foi educadora no cotidiano da vida, sobretudo pela parte poética que caracteriza seus escritos. A sua obra trata de temas vitais como: a vida, a escola e o ensino, a criação literária, o religioso, o social, a mulher de seu tempo e de todo tempo, o indígena, a natureza, o geográfico, o mito, os costumes, as artes, as questões chilenas e de América toda. Num ambiente em que a literatura para crianças era depreciada, optou por dedicar a elas grande parte de sua “pequena obra”, como costumava dizer. (ADAMS, 2010, p.212).

O peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) teve pouco acesso à educação formal, pois desde sua infância sofreu de inanição e formação física defeituosa. Foi um autodidata, estudioso assistemático, e a partir de 1911 começa a publicar artigos jornalísticos sob o pseudônimo de Juan Croniqueur. Mais tarde, entra para o movimento comunista latino-americano e internacional. Para Mariátegui, o problema da educação é também um problema econômico e social, e os seres humanos são seres pensantes e operativos. O artigo “Os professores e as novas correntes” exemplifica as ideias que defende o autor, principalmente a importância que dá aos professores de ensino primário, por considerá-los mais próximos à vida do povo. Para ele, nenhuma categoria de trabalhadores intelectuais aparece tão naturalmente destinada a dar sua adesão às novas ideias como a dos professores de ensino fundamental. O autor faz alusão ao espírito de classe que distingue e separa o ensino primário do ensino secundário e superior. Esse espírito diferencia a classe burguesa das classes pobres na cultura e na vida, como também diferencia os professores em classes. Para Mariátegui, nos países hispano-americanos, especialmente nos menos evoluídos, esta diferença se acentua e se aprofunda. (MARIÁTEGUI, 1925).

O sociólogo e político brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995) foi um defensor da escola pública popular.

É com a 'Campanha em Defesa da Escola Pública' desencadeada em 1959 em torno da discussão e aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, que sua condição de militante da educação pública aflora plenamente projetando-se por todo o país. Com efeito, Florestan Fernandes constituiu a liderança mais expressiva e combativa do movimento em defesa da escola pública naquele período. (SAVIANI, 1996).

Segundo seus estudos sobre as perspectivas teórico-metodológicas da sociologia, Fernandes adverte que o descobrimento do estilo de pensar leva à compreensão das diversas dimensões da história da sociedade. O estilo de pensar a realidade social – o *saber* militante – pode ser uma forma de iniciar sua transformação, e por isso adverte sobre a importância de uma educação que ensine a pensar.

Iván Illich (1926-2002), pedagogo e escritor austríaco que viveu e trabalhou durante muitos anos no México, assume uma posição crítica à instituição educativa, e argumenta a favor da desburocratização da escola. Segundo este autor, a escola, por ser reprodutora dos esquemas de dominação, não pode vivenciar os valores que procura ensinar, como igualdade, solidariedade e cooperação; em outras palavras, a escola não gera educação, mas sim escolaridade. Suas principais críticas são as seguintes: a escola obrigatória e gratuita não oferece educação para todas as crianças; a escola ensina tolerância às contradições sociais; a escola só valida os saberes que são certificados por um diploma; o sistema escolar se baseia em uma estrutura piramidal; a escola introduz poucas pessoas no domínio do símbolo – linguagem especial – e esse domínio assegura outra forma de dominação; a escola cria linguagens científicas e antidemocráticas que encobrem a realidade; a escola certifica escolaridade através de títulos, diplomas e certificados, no entanto não garante o saber; a escola impede o desenvolvimento da personalidade; a escola é a injustiça dissimulada, pois impede o cumprimento da finalidade para a qual foi criada; a escola divide a humanidade em dois grupos, os escolarizados e considerados bons, e os não-escolarizados e considerados maus; a escola converte os professores em verdugos, os opressores imediatos do sistema; o saber da escola é um novo tipo de capital, pois quem acumula mais saber se diferencia das outras pessoas; a escola discrimina, aliena, limita a liberdade, forma pessoas hipócritas e é monopólica. (ILLICH, 1974). A crítica de Illich à instituição escolar e, portanto, à instituição moderna da infância, é especialmente contundente entre alguns autores do século XX.

En la mayor parte de las sociedades occidentales, niños y niñas están obligados a pasar una considerable proporción de su tiempo en la escuela, una entidad social con capacidad para controlar un grupo extenso de la población, organizada por fecha de nacimiento y no por etapas madurativas, intereses o capacidades, de forma no demasiado diferente a la que se organizaba la producción en una fábrica o el trabajo en una oficina. La

educación continúa organizada en términos de los requerimientos de la Revolución Industrial y la Ilustración.<sup>96</sup> (MARRE, 2013, p.20).

Por sua vez, Rubem Alves (1933-2014), pedagogo, teólogo, psicanalista e escritor brasileiro, resgata o tema do prazer e do brincar na escola e apresenta uma nova abordagem epistemológica e prática para a educação, com possíveis consequências inovadoras e até mesmo revolucionárias para o ato de ensinar e aprender. Sobre a importância do brincar na infância, salienta uma das pessoas entrevistadas no Projeto Quixote que “infância é poder brincar, é poder errar muito, é poder ser reconhecido nos erros e nos acertos, é poder ser, naturalmente, é poder experimentar, características que nunca deveriam perder-se.” (AMARELO, 2018).

Alves também enfatiza a importância do corpo na educação e lhe atribui um significado relacionado com as próprias condições de aprendizagem, já que as palavras das pessoas educadoras são necessariamente extensão de seu corpo. Desta forma, o autor questiona a domesticação científica e a suposta objetividade científica da educação, e propõe práticas educativas que resgatem os valores, a paixão e as confissões de amor existentes na cotidianidade dos contextos onde acontece o ensino e a aprendizagem. (ALVES, 2005).

Emilia Ferreiro (1937), pesquisadora, pedagoga e psicóloga argentina residente no México, desenvolveu estudos sobre a psicogênese da língua escrita, repensando e situando o processo de aquisição da leitura e escritura na América Latina. De acordo com esta autora, existe um abismo entre o que é ensinado nas instituições educativas e o que realmente as crianças aprendem. Isto acontece porque o pressuposto educativo das escolas parte do entendimento de que a infância é passiva e chega aos centros educativos sem saber nada. Desta forma, o ensino da escritura e leitura é realizado a partir de perspectivas educativas adultocêntricas e condutistas, ou seja, parte-se de uma definição da linguagem elaborada pelas pessoas adultas.

Tradicionalmente, estamos habituados a diferenciar las actividades de lectura de las actividades de escritura. Sin embargo, nosotros vamos a rechazar esta distinción. Lo que nos interesa es la relación entre un sujeto cognoscente (el niño) y un objeto de conocimiento (la lengua escrita). Ese sujeto ignora que la tradición escolar va a mantener bien diferenciados los dominios llamados 'lectura' y 'escritura'. Intenta apropiarse de un objeto complejo, de naturaleza

---

<sup>96</sup> Na maior parte das sociedades ocidentais, meninos e meninas estão obrigados a passar uma considerável proporção de seu tempo na escola, uma entidade social com capacidade para controlar um grupo extenso da população, organizada por data de nascimento e não por etapas maturativas, interesses ou capacidades, de forma não muito diferente à que se organizava a produção em uma fábrica ou o trabalho em uma oficina. A educação continua organizada em termos dos requerimentos da Revolução Industrial e a Ilustração.

social, cuyo modo de existencia es social y que está en el centro de un cierto número de intercambios sociales. Para hacerlo, el niño intenta encontrar una razón de ser a las marcas que forman parte del paisaje urbano, intenta encontrar el sentido, es decir, interpretarlas (en una palabra, 'leerlas'); por otra parte, intenta producir (y no solamente reproducir) las marcas que pertenecen al sistema; realiza, entonces, actos de producción, es decir, de escritura.<sup>97</sup> (FERREIRO, 2006, p.6).

Para Ferreiro, é necessário considerar a presença de algumas variáveis nas práticas de alfabetização nas escolas, tais como o objeto do conhecimento (concepção de língua), o sujeito do conhecimento (concepção de aprendiz), a relação e mediação entre sujeito e objeto do conhecimento (concepção de aprendizagem). A autora argumenta que as crianças têm conhecimentos prévios, e absorvem e incorporam o novo conhecimento de acordo com suas necessidades e conhecimento anteriores.

A pedagoga e linguista equatoriana Rosa María Torres (1936) participou em projetos de alfabetização e educação popular em diferentes países latino-americanos. Segundo ela, ainda existe grande distância entre o ideal da educação popular e o que efetivamente se coloca em prática, e oferece uma reflexão sobre a necessidade de aproximar os processos de alfabetização à vida e cotidianidade das pessoas. Em entrevista realizada pela Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação, no dia 08 de septiembre de 2007, diz a autora:

El objetivo no es alfabetizar, enseñar a leer y escribir a las personas, sino asegurar las condiciones para que lean y escriban efectivamente, significativamente. A esto llamamos 'cultura escrita'. Hablamos por eso de adquisición, desarrollo y uso de la lectura y la escritura, y afirmamos que no basta con la adquisición. La consigna no es sólo enseñar a leer y escribir, sino acercar la lectura y la escritura a la gente, y especialmente a las familias, comunidades y grupos sociales que más las necesiten.<sup>98</sup>

A contribuição de Ferreiro e Torres para a pedagogia latino-americana pode ser sintetizada como um chamado ao resgate da aquisição da leitura e escritura como início de um

<sup>97</sup> Tradicionalmente, estamos habituados a diferenciar as atividades de leitura das atividades de escritura. No entanto, nós vamos recusar esta distinção. O que nos interessa é a relação entre um sujeito cognoscente (a criança) e um objeto de conhecimento (a língua escrita). Esse sujeito ignora que a tradição escolar vai manter bem diferenciados os domínios chamados 'leitura' e 'escritura'. Tenta se apropriar de um objeto complexo, de natureza social, cujo modo de existência é social e que está no centro de certo número de intercâmbios sociais. Para fazer isso, a criança tenta encontrar uma razão de ser das marcas que formam parte da paisagem urbana, tenta encontrar o sentido, ou seja, interpretá-las (em uma palavra, 'lê-las'); por outra parte, tenta produzir (e não somente reproduzir) as marcas que pertencem ao sistema; realiza, então, atos de produção, ou seja, de escritura.

<sup>98</sup> O objetivo não é alfabetizar, ensinar a ler e escrever às pessoas, mas sim assegurar as condições para que leiam e escrevam efetivamente, significativamente. A isto chamamos 'cultura escrita'. Falamos por isso de aquisição, desenvolvimento e uso da leitura e a escritura, e afirmamos que não basta com a aquisição. A consigna não é só ensinar a ler e escrever, mas aproximar a leitura e a escritura às pessoas, e especialmente às famílias, comunidades e grupos sociais que mais as necessitem. Disponível em: <http://es.scribd.com/doc/19449405/Rosa-Maria-Torres-No-basta-con-ensenar-a-leer-y-a-escribir> (Acesso em 08 fevereiro 2019).

processo de formação permanente, na perspectiva da organização e mobilização popular para conquista de direitos fundamentais para uma vida digna. Assim, a alfabetização não representa uma meta em si mesma, mas sim o início de um processo de formação e cuidado permanentes.

Moacir Gadotti (1941), pedagogo brasileiro, apresenta a planetariedade e a sustentabilidade como importantes categorias de análise da educação atual. Gadotti enfatiza que a abordagem da planetariedade se converteu em uma necessidade educativa, e isso traz consequências e desafios para a educação da infância, como também para o trabalho das pessoas educadoras e instituições educativas. (GADOTTI, 2001). Esse autor adverte que a sustentabilidade na educação propõe *uma educação sustentável para a sobrevivência do planeta*, lema difundido pelo movimento Carta da Terra<sup>99</sup>.

Catherine Walsh (1964), professora e diretora do doutorado em Estudos Culturais da América Latina na Universidade Andina Simón Bolívar, sede do Equador, também dirige a Oficina Intercultural e a Cátedra de Estudos da Diáspora Afro-Andina. Walsh é uma intelectual-militante envolvida durante muitos anos nos processos e lutas por justiça e transformação social, primeiramente nos Estados Unidos e, nos últimos anos, na América Latina e Equador, onde tem uma longa trajetória de acompanhamento dos movimentos indígenas e afrodescendentes. Seu trabalho prioriza as rupturas epistemológicas com a noção eurocentrada e está focado em um projeto político, epistêmico, ético e existencial da interculturalidade crítica e da decolonialidade, tomando como base a geopolítica do conhecimento, ancestralidade e filosofias de vida-existência, educação, direito, refundação do Estado, pensamento e pedagogia decoloniais, e movimentos relacionados à ideia de gênero e dos direitos da natureza.<sup>100</sup>

Es la preocupación fundamental no solo del qué hacer, sino - y crucialmente - del cómo hacer, la que me lleva a la idea y la apuesta por las pedagogías decoloniales. Así pregunto por el carácter pedagógico de las luchas sociopolíticas, es decir, por las metodologías moldeadas, producidas y empleadas en los contextos, procesos, reflexiones y acciones de resistir, insurgir y re-existir; las pedagogías como prácticas insurgentes que agrietan el sistema y la matriz antropocéntrica y heteropatriarcal del poder capitalista/moderno/colonial; pedagogías que posibilitan y construyen

<sup>99</sup> <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cartadaterra.pdf> (Acesso em 02 fevereiro 2018)

<sup>100</sup> <http://catherine-walsh.blogspot.com/search/label/PRESENTACION%3%93N%20%2F%20PRESENTATION> (Acesso em 24 setembro 2018)

maneras muy otras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir y vivir-con.<sup>101</sup> (WALSH, 2017, p.14).

Considerando a história da infância vinculada com a história da educação, constatam-se, pois, diferentes modelos construídos para explicar a realidade e as necessidades da infância em distintas épocas, como por exemplo, criança e adolescente como propriedade, criança e adolescente como adulto pequeno, criança e adolescente como inatamente bons, criança e adolescente como inatamente maus, criança e adolescente como tábua rasa, criança e adolescente sem memória, criança e adolescente como ser humano em desenvolvimento, criança e adolescente como sujeito de direitos. De alguma forma, traços desses modelos permanecem na atualidade, e alguns deles colaboram para a aceitação e/ou justificação do abandono, vulnerabilização e violência contra as pessoas menores de idade. As considerações de uma das pessoas entrevistadas no Projeto Quixote corroboram tal afirmação.

Infância é um construto social, vamos pensar assim. Porque não sempre foi assim, é verdade. [...] Esse período pode variar muito, tem a questão cultural, no nosso caso aqui no Brasil, pensando no Estatuto, a infância vai até 18 anos. Claro, tem gente que quer que diminua, porque quer que a criança seja morta antes mesmo de nascer. Isso tem um controle dos bandidos e é uma ideia com a qual eu não concordo. Infância são pessoas, gente em fase de desenvolvimento. Tem que ter, sim, condição de autonomia, prioridade absoluta, porque eu entendo que se a sociedade cuida da infância, está cuidando de si. (VERMELHO, 2018).

Por outro lado, a multiplicidade de discursos institucionalizados em contextos específicos nem sempre se mostram coerentes, ou seja, não se pode supor que o discurso dos direitos da infância seja dotado de uma eficácia totalizante. Assim, em cenários diferentes, com problemas específicos e concretos, esses discursos possibilitam (ou não) aos agentes sociais significar os problemas sociais que merecem uma intervenção.

La pluralización de actores institucionales vinculados en el presente con la protección de derechos de niños, niñas y adolescentes, moviliza sentidos sobre la infancia, lo propiamente infantil, la familia, a partir de los cuales los alcances y significación de los derechos cobran cuerpo y guían prácticas institucionales, que convergen con una transformación de las rutinas y formas de trabajo, así como modificaciones de las formas de financiamiento de los

---

<sup>101</sup> É a preocupação fundamental não só do que fazer, senão - e crucialmente - do como fazer, a que me leva à ideia e a aposta pelas pedagogias decoloniais. Assim pergunto pelo caráter pedagógico das lutas sociopolíticas, ou seja, pelas metodologias moldadas, produzidas e empregadas nos contextos, processos, reflexões e ações de resistir, in-surgir e re-existir; as pedagogias como práticas insurgentes que racham o sistema e a matriz antropocêntrica e heteropatriarcal do poder capitalista/moderno/colonial; pedagogias que possibilitam e constroem maneiras muito outras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com.

sistemas de protección. En esta pluralidad, diversas formas de comprensión de la protección son negociadas, y emergen posibilidades de contradicción respecto de las formas de imaginar lo infantil, los modos de ser niño, las distintas formas de organización del cuidado, las múltiples tramitaciones de las afectividades –amorosas y agresivas– y las fragilidades que moviliza la crianza.<sup>102</sup> (LLOBET, 2013, p.228).

Para explicar a construção social do atual modelo de infância nas sociedades ocidentais contemporâneas, William Corsaro apresenta alguns conceitos centrais relacionados a uma nova sociologia das crianças.

A infância – esse período socialmente construído em que as crianças vivem suas vidas – é uma forma estrutural. Quando nos referimos à infância como uma forma estrutural queremos dizer que é uma categoria ou uma parte da sociedade, como classes sociais e grupos de idade. Nesse sentido, as crianças são membros ou operadores de suas infâncias. Para as próprias crianças, a infância é um período temporário. Por outro lado, para a sociedade, a infância é uma forma estrutural permanente ou categoria que nunca desaparece, embora seus membros mudem continuamente e sua natureza e concepção variem historicamente. É um pouco difícil reconhecer a infância como uma forma estrutural porque tendemos a pensar nela exclusivamente como um período em que as crianças são preparadas para o ingresso na sociedade. Mas as crianças já são uma parte da sociedade desde seu nascimento, assim como a infância é parte da sociedade. (CORSARO, 2011, p.15).

Há, portanto, infâncias diversas, historicamente contextualizadas e socialmente distintas. “Para pensar la infancia se hace necesaria la alusión al contexto en el que ésta se construye. En este sentido, de acuerdo a múltiples escenarios relacionales se configuran diversas maneras de conceptualizar las infancias, aunque en general se narre de una única manera.”<sup>103</sup> (OSPINA-ALVARADO et. al, 2013, p.35). A constatação da existência de múltiplas infâncias e a importância de conhecê-las através de suas ações, reações e brincadeiras, é considerada no Projeto Quixote.

---

<sup>102</sup> A pluralização de atores institucionais vinculados no presente com a proteção de direitos de meninos, meninas e adolescentes, mobiliza sentidos sobre a infância, o propriamente infantil, a família, a partir dos quais os alcances e significação dos direitos cobram corpo e guiam práticas institucionais, que convergem com uma transformação das rotinas e formas de trabalho, assim como modificações das formas de financiamento dos sistemas de proteção. Nesta pluralidade, diversas formas de compreensão da proteção são negociadas, e emergem possibilidades de contradição com respeito às formas de imaginar o infantil, os modos de ser criança, as distintas formas de organização do cuidado, as múltiplas tramitações das afetividades –amorosas e agressivas– e as fragilidades que mobiliza a infância.

<sup>103</sup> Para pensar a infância, é necessária a alusão ao contexto no qual ela é construída. Nesse sentido, de acordo com múltiplos cenários relacionais, configuram-se diferentes modos de conceber as infâncias, embora, em geral, sejam narrados de maneira única.

Como é que as crianças brincam na cidade? Sei lá, a gente levava uma mochila lúdica com UNO, com coisas assim, e depois a gente parou de levar um tempo para saber de que eles brincam na rua quando não têm brinquedos. E as brincadeiras são, de repente, roubar um senhor que tem a carteira à mostra. Para que? Isso faz ganhar status, reconhecimento do grupo, porque isso vai validando de alguma forma um lugar para quem está sem lugar, se sente sem lugar, ser menino de rua é ser quase invisível. Então, essas marcas de transgressão, sobretudo na infância, significam quase um apelo para que a gente olhe para aquilo que vai produzindo um tipo de infância que precisa ser contextualizado no momento em que a gente está agora. Acho que cada época vai mudando e formando um tipo de infância, o nosso momento hoje precisa considerar que tem um monte de molecada, um monte de crianças que vivem na rua, e aí o que a gente faz com isso? Pensando que cada momento e cada contexto produz uma infância, que infância é essa que a gente precisa se interrogar sobre crianças que são como mini-adultos na rua, acho que isso é atual. (ROSA, 2018).

Clarice Cohn, por sua vez, considera que o contexto cultural e a herança histórica das percepções de infância são indispensáveis para o entendimento do lugar da criança nas sociedades. A partir de uma abordagem antropológica, a autora adverte:

A infância não existe desde sempre, e o que hoje entendemos por infância foi sendo elaborado ao longo do tempo na Europa, simultaneamente com mudanças na composição familiar, nas noções de maternidade e paternidade, e no cotidiano e na vida das crianças, inclusive por sua institucionalização pela educação escolar. (...) Portanto, contemporaneamente, os direitos das crianças e a própria ideia de menoridade não podem ser entendidos senão a partir dessa formação de um sentimento e de uma concepção de infância. (COHN, 2005, p.21).

Nessa pesquisa o conceito *infância* é abordado de forma multifacetária e interdisciplinar, reconhecendo as múltiplas complexidades que o encerram. Priorizou-se o estudo da concepção de infância como produto social e histórico, além da abordagem da infância como sujeito de direitos na contemporaneidade.

### 3.2 VULNERABILIDADE INFANTIL: PESSOAS MENORES DE IDADE EM SITUAÇÃO DE RUA E DE RISCO SOCIAL

De acordo com a equipe do DAI/PANI, entende-se por *infância* a primeira etapa do desenvolvimento do ser humano, que vai de zero a doze anos. E por *infância vulnerabilizada* a vivência da infância com fatores de risco e de violação de direitos. (BRANCO et al., 2018). No Projeto Quixote, as entrevistas realizadas indicam o entendimento de *infância* como o primeiro período de desenvolvimento do ser humano, que deve caracterizar-se pela

brincadeira, criação e liberdade. Além de ser um período para errar e aprender com os erros, a infância é um construto social e cultural. *Infância vulnerabilizada* é a negação da infância, assim como de suas necessidades básicas e afetos. A equipe do Projeto Quixote reconhece que a infância vulnerabilizada é decorrente da violência e do abandono, e está presente em todas as classes sociais. (VERDE et al., 2018).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a violência como um problema de saúde pública, e a define como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. (OMS, 1996). O relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), *Um rosto familiar: a violência na vida de crianças e adolescentes*, apresenta uma análise detalhada das mais variadas formas de violência que sofrem crianças e adolescentes em todo o mundo, como violência disciplinar e violência doméstica na primeira infância; violência na escola, incluindo bullying; violência sexual; e mortes violentas de crianças e adolescentes.

Every 7 minutes, somewhere in the world, an adolescent is killed by an act of violence. In 2015 alone, violence took the lives of around 82,000 adolescents worldwide. Those aged 15 to 19 are particularly vulnerable, being three times more likely to die violently than younger adolescents aged 10 to 14. [...]Latin America and the Caribbean is the only region that has seen an increase (albeit relatively small) in homicide rates among adolescents aged 10 to 19 since 2007. Slightly less than 10% of the world's adolescents live in the region, but nearly half of all homicides among adolescents in 2015 occurred there. The five countries with the highest homicide rates among adolescents are all located in Latin America.<sup>104</sup> (UNICEF, 2017, p.49).

O relatório também indica que, para alguns tipos de violência, a exposição e o risco têm um componente geográfico, ou seja, a violência tem relação com o território. Por exemplo, quase metade dos homicídios de adolescentes ocorre na América Latina e no Caribe, embora a região represente um pouco menos de 10% da população mundial de adolescentes. “The five countries with the highest homicide rates among adolescents aged 10 to 19, as of

---

<sup>104</sup> A cada 7 minutos, em algum lugar do mundo, um adolescente é morto por um ato de violência. Somente em 2015, a violência tirou a vida de cerca de 82 mil adolescentes em todo o mundo. Os jovens de 15 a 19 anos são particularmente vulneráveis, sendo três vezes mais propensos a morrer violentamente do que os adolescentes de 10 a 14 anos de idade. [...] A América Latina e o Caribe são a única região que apresenta um aumento (embora relativamente pequeno) nas taxas de homicídio entre adolescentes de 10 a 19 anos desde 2007. Pouco menos de 10% dos adolescentes do mundo vivem na região, mas quase metade de todos os homicídios entre adolescentes em 2015 ocorreu lá. Os cinco países com as maiores taxas de homicídio entre os adolescentes estão todos localizados na América Latina.

2015, are all located in this region (the Bolivarian Republic of Venezuela, Honduras, Colombia, El Salvador and Brazil).”<sup>105</sup> (UNICEF, 2017, p.7).

A violência é um fenômeno complexo e multidimensional, que advém de múltiplos fatores psicológicos, biológicos, econômicos, sociais e culturais. Casos de violação e violência doméstica raras vezes são denunciados, inclusive quando são reconhecidos pelo sistema legal como crimes.

The statistics reveal that children experience violence across all stages of childhood, in diverse settings, and often at the hands of the trusted individuals with whom they interact on a daily basis. Ensuring that violence in all its forms is documented through solid data is a first step towards its elimination.<sup>106</sup> (UNICEF, 2017, p.6).

Na América Latina, existem preocupações específicas relacionadas com os direitos de crianças e adolescentes. Uma delas se refere a indígenas e afrodescendentes, e outra a migrantes. Com o objetivo de visibilizar as situações de vulnerabilidade que vêm sofrendo a infância indígena e afrodescendente da região latino-americana, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e o UNICEF desenvolveram um estudo conjunto sobre pobreza infantil, desigualdade e cidadania. O relatório que se originou deste estudo avalia a pobreza infantil e a desigualdade infantil na América Latina nas suas múltiplas dimensões, oferecendo dados para compreender o que significa ser criança pobre e excluída na região. (UNICEF; CEPAL, 2012).

Paralelamente, o castigo físico ou corporal foi legitimado e justificado nos processos educativos através da história. O Comitê para os Direitos da Criança<sup>107</sup> em seu Comentário Geral nº 8 adotado em 2006, assim definiu o castigo corporal ou físico.

O Comitê define o castigo 'corporal' ou 'físico' como qualquer castigo no qual a força física é usada com a intenção de causar algum grau de dor ou desconforto, por mais leve que seja. A maior parte deles envolve bater nas crianças ('dar palmadas', 'tapas', 'bater') com a mão ou algum objeto – chicote, vara, cinto, sapato, palmatória, etc. Mas pode também envolver, por exemplo, chutar, sacudir ou empurrar a criança, arranhá-la, beliscá-la,

<sup>105</sup> Os cinco países com as maiores taxas de homicídio entre adolescentes de 10 a 19 anos, a partir de 2015, estão todos localizados nessa região (República Bolivariana da Venezuela, Honduras, Colômbia, El Salvador e Brasil).

<sup>106</sup> As estatísticas revelam que as crianças sofrem violência em todos os estágios da infância, em ambientes diversos, e muitas vezes nas mãos de indivíduos confiáveis com quem eles interagem diariamente. Assegurar que a violência em todas as suas formas é documentada através de dados sólidos é um primeiro passo para a sua eliminação.

<sup>107</sup> O Comitê para os Direitos da Criança é o órgão de especialistas independentes que supervisiona a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Infância por seus Estados Partes. O Comitê também supervisiona a aplicação dos dois protocolos facultativos da Convenção, relativos à participação de crianças nos conflitos armados e à venda de crianças, a prostituição infantil e a utilização de crianças na pornografia.

mordê-la, puxar seus cabelos ou torcer sua orelha, forçar a criança a permanecer em posições desconfortáveis, queimá-la, escaldá-la ou forçá-la a ingerir algo (por exemplo, lavar a boca da criança com sabão ou forçá-la a engolir condimentos picantes). Na visão do Comitê, o castigo físico é invariavelmente degradante. (COMITÊ PARA OS DIREITOS DA CRIANÇA, 2006).

Adicionalmente, o Comitê observou que existem outras formas de castigo que não são físicos, mas igualmente cruéis e degradantes e, portanto, incompatíveis com a Convenção sobre os Direitos da Criança. Entre estes castigos estão, por exemplo, aqueles em que as pessoas menores de idade são menosprezadas, humilhadas, ameaçadas, assustadas ou ridicularizadas. A Corte Interamericana de Direitos Humanos indicou que o Comentário Geral N° 8 do Comitê para os Direitos da Criança tem como objetivo orientar os Estados sobre a interpretação das disposições da Convenção a respeito dos direitos das pessoas menores de idade, para que se elimine a violência contra elas.

Outra situação que vem merecendo atenção e respostas imediatas nos últimos anos é a crescente migração de pessoas e famílias inteiras, principalmente na região centro-americana, que marcham para o México ou Estados Unidos em busca de melhores condições de vida e/ou fugindo de processos sistemáticos de violência. Crianças e adolescentes também são vítimas dessa violência sistemática e, junto com suas famílias, empreendem o caminho de busca de um novo território onde possam morar e crescer com dignidade.

La violencia relacionada con las maras, la delincuencia organizada, la extorsión, la pobreza y el acceso limitado a servicios sociales y a una educación de calidad forman parte de la vida diaria de millones de niños. Cada día, las familias que se enfrentan a esas duras condiciones toman la difícil decisión de dejar sus hogares, comunidades y países para buscar seguridad y un futuro mejor. Algunos se desplazan por su país, pero otros van hacia el norte, a México o a los Estados Unidos.<sup>108</sup> (UNICEF, 2018).

A realidade das crianças e dos adolescentes que acompanham essa marcha migratória é de extrema vulnerabilidade. Segundo dados da agência da Alta Comissão das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), no final de 2017 existiam 294.000 refugiados e solicitantes de asilo do norte da América Central; 240.600 crianças não acompanhadas foram interceptadas

---

<sup>108</sup> A violência relacionada com as maras, a delinquência organizada, a extorsão, a pobreza e o acesso limitado a serviços sociais e a uma educação de qualidade fazem parte da vida diária de milhões de crianças. Todos os dias, as famílias que enfrentam essas duras condições tomam a difícil decisão de deixar suas casas, comunidades e países para buscar segurança e um futuro melhor. Alguns se deslocam por seu país, mas outros vão para o norte, México ou Estados Unidos.

nos Estados Unidos e México nos últimos cinco anos; e 39.000 crianças não acompanhadas foram interceptadas nos Estados Unidos e México em 2017.<sup>109</sup>

Alguns estudos têm sido realizados para constatar, visibilizar e denunciar a violência e as inúmeras situações de risco a que estão submetidas pessoas menores de idade migrantes na região centro-americana. Por exemplo, o livro *Niñez y migración en Centro y Norte América: causas, políticas, prácticas y desafíos* apresenta um processo de dois anos de pesquisa na região, sobre a situação de crianças hondurenhas, salvadoreñas, guatemaltecas, mexicanas e cidadãs e residentes permanentes nos Estados Unidos que, de alguma forma, sofreram ou estão sofrendo as consequências da migração forçada.

Los niños y los adolescentes afectados por la migración en América Central y América del Norte representan un desafío urgente de derechos humanos, desarrollo humano, refugiado y humanitario. El problema radica en los países de origen de Honduras, El Salvador, Guatemala y México, donde la infancia se ha convertido en sinónimo de presenciar y sufrir violencia; experimentar violaciones de los derechos humanos y discriminación por diversos motivos; sufrir exclusión social; y verse privado de educación, oportunidades de empleo, servicios médicos e incluso alimentos. Estas condiciones fuerzan a los niños y/o a sus padres a migrar. Los desafíos continúan durante el tránsito, especialmente en México—donde los actores gubernamentales y los carteles criminales acechan a los niños y sus familias con violaciones, secuestros, extorsiones o palizas, y donde las instituciones gubernamentales aplican políticas de control migratorio destinadas a castigar y disuadir la migración, en lugar de proteger a los niños y respetar sus derechos humanos. El problema se mantiene en los países de destino de México y Estados Unidos, donde las políticas centradas en el control de la migración cobran prioridad sobre el interés superior y los derechos de los niños, lo que genera con demasiada frecuencia la repatriación de niños y adolescentes de regreso a las mismas condiciones de las que huyeron.<sup>110</sup> (MUSALO et al., 2015, p.7).

É necessário, pois, evidenciar as causas estruturais que obrigam a migração de pessoas menores de idade e suas famílias no corredor do norte da América Central, México e Estados Unidos. Por outro lado, é imprescindível iniciar e/ou intensificar a avaliação das políticas,

<sup>109</sup> <https://www.acnur.org/> (Acesso em 17 janeiro 2019)

<sup>110</sup> As crianças e os adolescentes afetados pela migração na América Central e América do Norte representam um desafio urgente de direitos humanos, desenvolvimento humano, refugiado e humanitário. O problema radica nos países de origem de Honduras, El Salvador, Guatemala e México, onde a infância se converteu em sinônimo de presenciar e sofrer violência; experimentar violações dos direitos humanos e discriminação por diversos motivos; sofrer exclusão social; e se ver privado de educação, oportunidades de emprego, serviços médicos e inclusive alimentos. Estas condições forçam as crianças e/ou a seus pais a migrar. Os desafios continuam durante o trânsito, especialmente no México - onde os atores governamentais e os cartéis criminais perseguem as crianças e suas famílias com violações, sequestros, extorsões ou espancamentos, e onde as instituições governamentais aplicam políticas de controle migratório destinadas a castigar e dissuadir a migração, em lugar de proteger as crianças e respeitar seus direitos humanos. O problema se mantém nos países de destino, México e Estados Unidos, onde as políticas centradas no controle da migração exigem prioridade sobre o interesse superior e os direitos das crianças, o que gera com demasiada frequência a repatriação de crianças e adolescentes de regresso às mesmas condições das que fugiram.

práticas e condições nos países de origem, de trânsito e destino migratório, para indagar os efeitos sobre crianças e adolescentes de toda a região.

A realidade da infância vulnerabilizada refletida nos estudos e relatórios apresentados anteriormente explica algumas das causas que desterritorializam crianças e adolescentes de suas famílias, centros educativos, comunidades e países, e as colocam *em situação de rua e de risco social*. A chegada à rua e/ou a situações de risco social é sempre muito difícil, como explica uma pessoa entrevistada no Projeto Quixote.

As crianças chegam à rua muito assustadas, perdidas, você vê na expressão do rosto. E sempre apoiadas em outra criança, que seja um irmão que já tem uma experiência de rua, irmão de sangue ou irmão de rua, que está na rua. Então eles se apoiam muito. Sempre que chegam, eles acabam como se fosse passando por um *ritual de rua teste*, como um trote, sempre são saco de pancadas das outras crianças, eles sofrem bastante no início, a maioria. A gente tem experiência de vê-los chegando, numa média de uns 9 a 11 anos. Geralmente eles ficam em situação de rua nas próprias periferias, e depois é um passo, um degrau. Primeiro lá, e depois vão para o grande centro. (PRETO, 2018).

No âmbito desse estudo, opta-se pelo termo *crianças e adolescentes em situação de rua*, e não *crianças e adolescentes de rua*. Com essa opção, enfatiza-se a perspectiva da desterritorialização compulsória que leva crianças e adolescentes para as ruas, além de reforçar o entendimento de que nenhuma criança nasceu do asfalto, como afirma Marcos Cândido.

Se pensarmos a realidade e atuarmos sobre ela a partir do ECA, deveríamos parar de falar em meninos e meninas de rua. Visto que 'ninguém é filho do asfalto', não existem meninos e meninas de rua, existem na verdade crianças e adolescentes que têm seus direitos fundamentais negados pela sociedade perversa em que vivemos. Existem crianças e adolescentes sem direito à saúde, à educação, ao lazer, à convivência familiar e comunitária, ao esporte, à cultura. Crianças e adolescentes sem o direito de ter direitos. (CÂNDIDO, 1996, p.2).

A afirmação de Cândido sugere algumas motivações imediatas que provocam a migração de crianças e adolescentes para as ruas dos centros urbanos, originando o fenômeno social *pessoas menores de idade em situação de rua*, ou seja, crianças e adolescentes que moram nas ruas com a intenção de encontrar melhores condições de vida daquela que tinham em seus núcleos familiares, educativos e comunitários. Na maioria das vezes, a convivência familiar, educativa e comunitária se mostra tão ameaçadora e violenta, que viver nas ruas pode significar a única possibilidade de sobrevivência.

Não sei responder como é que a gente permite que tantas crianças fiquem na rua, então eu acho que parte dessa vulnerabilização é achar natural que uma criança esteja na rua. E com isso eu não quero dizer que o ideal é o retorno para casa, pode ser que sim, pode ser que não, cada caso vai exigir uma intervenção diferente, o retorno para casa pode ser bom para alguns, pode não ser bom para outros. A rua pode ser um lugar de passagem, também pode ser um lugar de encontro, abrigos podem ser interessantes e podem não ser. Então cada caso vai exigir uma estratégia diferente e vai fazer com que a gente reformule que essa vulnerabilização não acontece por acaso, ela acontece sistematicamente. (VERMELHO, 2018).

Assim, a desterritorialização de crianças e adolescentes para as ruas não expressa, necessariamente, uma opção pessoal, e sim consequência do não-desenvolvimento, da pobreza e da violência. “Las formas en que se narra la niñez describen el subdesarrollo, la pobreza y la violencia como realidades atribuidas a la voluntad y moralidad de ella, situaciones que van más allá del discernimiento o elección personal.”<sup>111</sup> (HENAO; GÓMEZ, 2013, p.143).

É necessário, no entanto, entender a caracterização de *crianças e adolescentes em situação de rua* com as devidas adequações e contextualizações aos diferentes cenários urbanos da América Latina. Isso se deve à complexidade das diferenças constatadas nas distintas cidades, especificamente São Paulo e San José. Por outro lado, nem sempre crianças e adolescentes em situação de risco social vivem nas ruas. Portanto, a categoria *rua* deve ser (re)interpretada de acordo com as especificidades de cada cidade e/ou país.

Depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas com a equipe do DAI/PANI são esclarecedores para o entendimento da definição de *rua* no contexto costarricense. Algumas pessoas indicaram que, na Costa Rica, as crianças chegam à rua, ainda muito pequenas, mas já com um longo histórico de violações de direitos. A equipe avalia que a rua é o último escalão de uma longa cadeia de violações, como maltrato, abusos e negligência. Quando chegam à rua, as crianças buscam estratégias para sobreviver e passam a trabalhar para grupos delinquentiais.

Rua como rua não define as pessoas menores de idade, porque não são *produto* da rua, mas chegam aí devido a uma série de situações violatórias anteriores. O PANI/DAI não os define como *crianças de rua*, mas entende que estar na rua é consequência das situações violatórias continuadas que viveram. A rua não é catalogada como situação violatória, porque existe um histórico de situações continuadas de violência antes de chegar à rua. A rua não tem sido um fator determinante, o que é determinante é o consumo de

---

<sup>111</sup> As formas pelas quais a infância é narrada descrevem o subdesenvolvimento, a pobreza e a violência como realidades atribuídas à vontade e à moralidade dela, situações que vão além do discernimento ou da escolha pessoal.

drogas. A rua não é apenas um território geográfico, pode ser também um território simbólico, que significa o espaço onde seus direitos são violados. A rua é a expressão da negligência no cuidado. Houve grandes mudanças na situação das pessoas menores de idade que estão na rua. Antes, elas ficavam pedindo esmola ou comida. Atualmente, já não mendigam, vendem-se em casas de prostituição ou trabalham para redes de narcotráfico. No entanto, continuam *em situação de rua*, com os riscos que viver na rua significa. (BRANCO et al., 2018).

Os grupos de narcotráfico, delinquência e prostituição foram apontados como aqueles que, atualmente, controlam as ruas de San José e ameaçam a vida das pessoas menores de idade.

As crianças saem do sistema educativo e ingressam a alternativas institucionais. A realidade na rua se transforma muito rapidamente. Existem diferentes situações de risco para as pessoas menores de idade. São *peças* importantes, mas também descartáveis nos grupos de narcotráfico, máfias, prostituição, grupos delinquentiais, tráfico de crianças a nível nacional e internacional. São utilizadas para cometer delitos e também como mercadoria. Quando as pessoas menores de idade estão envolvidas no esquema dos grupos de narcotráfico, prostituição e delinquência, não conseguem perceber que estão em risco, pois são absorvidas por uma dinâmica que  *mascara* o delito e o abuso. Os grupos delinquentiais e de narcotráfico levam as pessoas menores de idade para seus territórios. (BRANCO et al., 2018).

Segundo a experiência de trabalho compartilhada pela equipe do DAI/PANI, os movimentos de desterritorialização das pessoas menores de idade se explicam pela busca de referências afetivas positivas e de atendimento para suas necessidades básicas.

As crianças buscam referência, afeto e/ou pertencimento, e acabam sendo incorporadas por esses grupos. Com isso, mudou o *perfil* das pessoas menores de idade em situação de rua. De 2008 a 2010 houve uma forte migração: as pessoas menores de idade deixaram San José e se dirigiram para outras Províncias, em busca de atendimento. Isso porque aconteceu uma confusão entre *criança em situação de rua* e *criança na rua*. A consequência foi que se fez uma abordagem inadequada, misturando os diferentes perfis de população. (ROXO, 2018).

Nem sempre a realidade de crianças e adolescentes que vivem nas ruas é entendida ou aceita socialmente, como indica uma das pessoas entrevistadas no Projeto Quixote:

Quando as pessoas, principalmente os paulistanos que estão sempre correndo, param e veem uma criança assim, desviam o olhar porque é muito incômodo você ver uma criança na rua, então você não quer nem ver. E era

muito comum a população ligar para 156 e pedir que a molecada fosse tirada desse espaço público, mas com uma coisa do tipo *volta para casa*, sem considerar que às vezes o *de volta para casa* pode ser pior do que a rua. (ROSA, 2018).

A vulnerabilidade/vulnerabilização infantil é uma realidade em vários países latino-americanos, e a presença de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social foi apontada nas entrevistas como uma lesão de direitos que ameaça a vida das pessoas menores de idade nas cidades de São Paulo e San José.

### 3.3 SÍNTESE: TERNURA, PÃO, CASA E CUIDADO PARA TODAS AS CRIANÇAS NAS CIDADES (!?)

Este capítulo realizou uma abordagem teórica relacionada às categorias *infância* e *infância vulnerabilizada*. Para tanto, ofereceu o panorama histórico do surgimento da ideia de *infância*, na Modernidade, e a situação da infância na história da América Latina, desde a época da conquista e colonização, com abordagens específicas sobre a história da infância indígena e afrodescendente. A apresentação da história da infância latino-americana esteve iluminada pelos interesses e pelo olhar das ideias pedagógicas geradas no continente.

A partir de tais referências históricas e conceituais, procedeu-se a apresentação da percepção e do entendimento que têm as pessoas entrevistadas no Projeto Quixote e no DAI/PANI, sobre *infância*, *infância vulnerabilizada*, e *crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social*. Nas entrevistas/encontros dialogados, as pessoas participantes manifestaram que meninos e meninas que vivem nas ruas de São Paulo e San José, para sobreviver física e emocionalmente, realizam uma constante busca de territórios de afeto, de acolhida e cuidado, onde possam encontrar ternura, pão e casa. Dessa forma, constatou-se que a vulnerabilidade infantil presente nas ruas das grandes cidades está vinculada com um constante caminhar, uma busca permanente, que se expressa nos reiterados movimentos territoriais e no perambular (des)orientado e (des)encantado de meninas e meninos, tema de reflexão do capítulo subsequente.

## CAPÍTULO 4

### RUAS E CAMINHOS QUE (DES)(RE)TERRITORIALIZAM, (DES)ORIENTAM E (DES)ENCANTAM (!?)

*Estou aqui no sopé da estrada, à espera que alguém me leve. Um qualquer, tanto faz. Basta que passe e me leve. É meu sonho antigo: sair deste despovoado, alcançar o longe. Até já cansei este sonho. Meu tio sempre me avisou: não durma perto da estrada que as poeiras irão sujar seus sonhos. E aconteceu. Mas eu, nem se acredita, eu sempre gostei de poeira porque me traz ilusão dos caminhos que não conheço.*<sup>112</sup>

*Mia Couto*

Este capítulo realiza uma aproximação aos conceitos de *território* e/m suas derivações e/ou composições: territorialidade, territorialização, (des)territorialização, (re)territorialização, des-re-territorialização, multiterritorialidade e ateritorialidade. Estes conceitos buscam contextualizar e posicionar territorialmente as pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, no intuito de auscultar e quiçá entender alguns de seus movimentos e imobilidades. Por outro lado, as propostas e ações das/nas instituições Quixote e DAI/PANI, entendidas como territórios de hospedagem e cuidado, assim como as vozes das pessoas entrevistadas, permitem chegar e conhecer um pouco mais das realidades dessas populações nas cidades de São Paulo e San José, e possíveis causas e consequências de seu constante perambular.

#### 4.1 O CONCEITO TERRITÓRIO E SUAS DERIVAÇÕES: OCUPAÇÃO, APROPRIAÇÃO E SIMBOLIZAÇÃO

Como ser territorial, o ser humano depende de um território, material e simbólico, que o identifique e que o auxilie na construção de sua própria identidade e na conformação da coletividade onde vive. O conceito *território* - derivado de *espaço* -, se relaciona com a apropriação de uma parte do espaço por um coletivo social, onde acontecem relações políticas de controle e/ou relações afetivas, identitárias e de pertencimento.

---

<sup>112</sup> COUTO, Mia. **Na berma de nenhuma estrada**. Em: Na Berma de Nenhuma Estrada e Outros Contos. Lisboa: Caminho, 2001, p.117–119.

O conceito território refere-se a uma fração do espaço historicamente construída através das interrelações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam nesse âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos. Território é uma palavra que deriva do latim *territorium*, significando terra pertencente a alguém. (DALLABRIDA, 2006, p.161).

A diferenciação conceitual entre *território* e *espaço geográfico* deve ser observada, pois a identificação destes conceitos invisibiliza os fatores ideológicos e o exercício do poder, inerentes ao território.

Confundir, menos ou mais conscientemente, território e substrato espacial material equivale a 'coisificar' o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas mudem. E isso não é, necessariamente, apenas ou primariamente um problema de analista individual. Há, disso estou convicto, *filtros ideológicos* que concorrem para uma leitura 'coisificante' do território. (SOUZA, 2016, p.90).

Raffestin, na mesma linha de questionamento da utilização dos conceitos território e espaço de forma indiferenciada, indica que o espaço antecede o território. Segundo esse autor, o território resulta da apropriação do espaço, sempre condicionada e impulsionada por relações de poder.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Milton Santos, por sua vez, define *espaço geográfico* a partir da concepção de *sistemas de objetos* e *sistemas de ações*, partindo de três hipóteses básicas. A primeira hipótese é que a geografia é construída a partir da ideia de espaço como conjunto de fixos e fluxos, sendo que fixos são os elementos fixados no lugar e fluxos representam o resultado direto ou indireto da ação humana nesse lugar. A segunda hipótese é que a geografia é dada pelo conjunto dos sistemas naturais e a intervenção dos seres humanos nesses sistemas. De acordo com esta

hipótese, o espaço está formado pela materialidade (existência material) e a existência social. E a terceira hipótese é que a geografia estuda a interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, entendendo esses sistemas como um conjunto indissociável, solidário e contraditório. (SANTOS, 1999).

A necessidade territorial humana não se limita à apropriação do espaço físico – ou geográfico, pois as pessoas podem imaginar, desejar e/ou representar seu(s) território(s). Por outro lado, as diferenças socioeconômicas e culturais geram diferentes concepções e percepções relacionadas com o território, incluindo necessidades e formas de utilizá-lo.

Entendendo território em sentido amplo, percebemos que essa 'necessidade territorial' ou de controle e apropriação do espaço pode entender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião, etc. (HAESBAERT, 2014, p.340).

Ainda que sejam conceitos distintos, espaço geográfico e território estão intrinsecamente relacionados. Assim, é importante vincular a concepção de território com o espaço geográfico e com a necessidade/capacidade humana de simbolização, ocupação, apropriação e intervenção no território.

Quanto ao vocábulo território, ele evoca um espaço geográfico, ocupado por seres humanos, mas um espaço marcado pelas relações políticas entre esses seres humanos, usualmente, vinculados ou organizados em grupos e/ou classes sociais, portanto, também espaço *apropriado*. Se ele é espaço ocupado/apropriado por seres humanos, território não é apenas contorno, limites, fronteiras; ele também é a matéria com que os seres humanos nele intervêm – e o resultado de suas intervenções passadas. (THEIS, 2015, p.33).

Diferentes disciplinas privilegiam distintos enfoques do território. A geografia, na maioria das vezes, aborda o território a partir de sua base material em suas múltiplas dimensões. A ciência política prioriza o estudo do território a partir das relações de poder, principalmente aquelas ligadas à concepção de Estado. A ecoteologia compreende o território como um lugar teológico, ou seja, um espaço para vivência de espiritualidades justas e solidárias. A economia concebe o território como uma das bases de produção enquanto força produtiva. A antropologia resgata a dimensão simbólica do território. A sociologia recupera o enfoque territorial relacionado à intervenção nas relações sociais. A psicologia incorpora o

debate sobre o território a partir da construção de subjetividade ou identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2014).

Souza, por sua vez, adverte sobre a utilização “descuidada” e genérica do conceito território, inclusive por geógrafos e cientistas políticos, que pode refletir vícios de natureza ideológica. “O aparente 'descuido' se vincula a uma dificuldade em se conseguir extrair todas as consequências em matéria de depuração e refinamento conceitual do fato de que, intuitivamente, o território geralmente é percebido, mesmo no âmbito do senso comum, como um espaço político.” (SOUZA, 2016, p.78)

*Territorialidade* é um conceito que vem sendo utilizado de diferentes formas, às vezes como referência teórica para a existência do território, outras vezes em sentido mais efetivo, como materialidade, imaterialidade ou espaço vivido. Para Raffestin, territorialidade é um conceito que anuncia múltiplas dimensões vivenciadas no território, através de relações, tanto existenciais como produtivas.

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Para Haesbaert, o conceito territorialidade pode ser entendido de várias formas: como uma concepção mais ampla do que território, ou como algo mais restrito, ou como uma simples dimensão do território, passando pela abordagem diferenciadora, que separa e distingue claramente territorialidade e território. (2014b, p.65).

Entende-se, nesse estudo, que o conceito territorialidade expressa a dimensão simbólica do território, utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Isso porque o território representa não somente o espaço onde os seres humanos vivem e sobrevivem, mas também onde convivem e, portanto, é palco de relacionamentos, harmonias e conflitos. Nesse sentido, os territórios sofrem constantes mudanças provocadas pela intervenção humana e pelas forças naturais e ambientais. Com relação à intervenção humana, os territórios estão sujeitos a alterações advindas de fatores socioculturais, econômicos e políticos, nos quais se inserem aqueles ocasionados pelos processos e modelos de desenvolvimento.

*Territorialização*, outro conceito que se deriva de território, é o processo de apropriação do espaço e geração do território. Define-se como um processo de dominação e/ou apropriação do espaço através de relações de poder, com instrumentos materiais, culturais, jurídicos, econômicos, em conjunto ou algumas vezes separados ou dicotômicos, porém baseados na territorialidade. Não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico. (HAESBAERT, 2014, p.339). Territorializar-se significa, pois, criar mediações espaciais, materiais, culturais, jurídicas, econômicas e afetivas que promovam um efetivo poder de dominação e apropriação do espaço.

Muito se tem indagado sobre as motivações que levam pessoas e grupos a territorializar um espaço e manter controle sobre ele. “O que se pode dizer é que essas motivações sempre estarão, de algum modo, conectadas ao substrato espacial material e, eventualmente, também aos próprios significados culturais atribuídos às formas espaciais, isto é, às imagens de lugar.” (SOUZA, 2016, p. 88)

*Desterritorialização*, por sua vez, é o movimento de saída, de abandono ou de expulsão do território. Estudos sobre o tema têm apontando que não existe desterritorialização sem *reterritorialização*, ou seja, a saída, o abandono ou a expulsão de um território implica, necessariamente, um movimento de recuperação ou de reconstrução territorial. Desta forma, desterritorialização e reterritorialização se entrelaçam na criação e destruição de territórios, entendendo que são “processos concomitantes e fundamentais para compreender as práticas humanas.” (HAESBAERT, 2014, p.101). O fenômeno da reterritorialização como a outra metade da desterritorialização sempre esteve presente ao longo da história humana.

A desterritorialização implica, pois, perda de controle das territorialidades pessoais e coletivas. Os principais elementos encontrados na territorialização também estão presentes na desterritorialização, pois, quando os agrupamentos sociais se desterritorializam, acontecem perdas relacionadas ao território deixado, mas também se inicia um novo processo de construção de identidade no novo território, novas relações de poder se instauram, com novos elementos culturais e novas relações de convivência. (SAQUET, 2003). Em outras palavras, a desterritorialização provoca uma nova territorialização, ou seja, uma reterritorialização.

A desterritorialização refere-se a todos os processos de desapropriação. As diferentes formas de desterritorialização são provocadas por forças externas, estranhas ao desejo do desterritorializado, com o que a reterritorialização assume uma dimensão de reconquista. O processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização é parte constitutiva do processo de

produção do espaço, logo do processo de desenvolvimento. (DALLABRIDA, 2006, p.77).

A reterritorialização é um processo complexo, pois nem sempre tem como resultado o desenvolvimento humano e/ou coletivo dos agrupamentos que sofreram a mudança territorial. A adaptação ao novo território nem sempre é tranquila, pacífica ou prazerosa, mais ainda se a desterritorialização aconteceu de forma violenta ou se teve como causa a fuga de territórios violentos. Igualmente, nem todas as formas de reterritorialização são inclusivas, muitas vezes as condições no novo território são difíceis e precárias do ponto de vista socioeconômico, afetivo, cultural e ambiental. Nesse sentido, a mudança territorial de agrupamentos sociais, quando abandonam ou são forçados a abandonar determinados territórios por causas naturais ou não, provoca um novo processo de territorialização. A esse novo processo de territorialização se denomina reterritorialização.

A reterritorialização é o processo de assentamento dos desterritorializados, dando-lhes novamente o sentido de apropriar-se de algo que perderam ou nunca tiveram, o que é indispensável para sua sobrevivência: no caso dos sem-terra, a terra; no caso dos sem-teto, a casa. (DALLABRIDA, 2006, p.145).

Assim, o território, além de albergar processos de territorialização, pode comportar dentro de si diferentes vetores: de *desterritorialização* – saída ou fuga do território e de *reterritorialização* – geração de novos territórios. Mais do que algo material e palpável, o território é uma ação, uma relação, um *movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização* – des(re)territolização, um ritmo, movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle. (HAESBAERT, 2014).

Para os estudiosos e pensadores Deleuze e Guattari (1997), a vida é um processo - movimentos de desterritorialização e reterritorialização de perspectivas física e/ou simbólica, passando de um território para outro, abandonando uns e fundando outros. Distintas são apenas as escalas espaciais e temporais. Estes movimentos em contínuo podemos ler como processos de des-re-territorialização, observando que os humanos, ao serem desterritorializados acionam mecanismos internos e externos e/m busca e/ou construção de um outro território, instaurando com isso um novo processo de territorialização, ou seja, se reterritorializam.

Neste sentido, o ser humano carrega e/ou pode carregar ou incorporar múltiplos territórios dentro de si. A *multiterritorialidade* é, pois, a convivência de vários territórios caracterizados pela descontinuidade e fragmentação, o que possibilita o movimento constante

de um território a outro, ou seja, a mobilidade da desterritorialização para a reterritorialização. Haesbaert apresenta a multiterritorialidade como a forma dominante da época contemporânea ou pós-moderna, e adverte que esse fenômeno não deve ser identificado como desterritorialização. Pelo contrário, argumenta que a multiterritorialidade é o resultado de reterritorializações complexas, em rede e não hierárquicas.

Mais do que de 'território' unitário como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou 'multiterritorialidade', melhor expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. Essas dinâmicas se desdobram num *continuum* que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço. (HAESBAERT, 2014, p.341).

Por outro lado, é importante trazer e refletir uma outra situação que se encaminha ao conceito de *aterritorialidade*. Ainda que exista o entendimento de que indivíduos ou grupos sociais não podem viver sem território e sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, tanto material como simbólica, existem indivíduos e agrupamentos sociais que vivem em uma permanente busca territorial. Por *aterritorialidade* entende-se, pois, a condição de pessoas e/ou coletivos sociais em constante processo de busca de território e de territorialização, como se vivessem em uma ininterrupta transterritorialidade, sem conseguir chegar a novos territórios, sem construir territorialidades e sem alcançar a reterritorialização.

Para a investigação em curso e o histórico da/na América Latina colonizada, mas em permanente resistência, os desdobramentos dos aportes conceituais imersos nesta malha conceitual em muito desafiam e (pró)vocam novas percepções, leituras e abordagens.

#### 4.2 MOVIMENTOS TERRITORIAIS DAS PESSOAS MENORES DE IDADE EM SITUAÇÃO DE RUA E DE RISCO SOCIAL: EM BUSCA DE “ALCANÇAR O LONGE”...

A partir da década de 1960, acentua-se e se evidencia na América Latina um processo de institucionalização da violência liberal conservadora, o que provocou profundas e rápidas transformações, principalmente de caráter social, político e cultural. O continente latino-americano, seus múltiplos cenários culturais e os contrastes socioeconômicos reforçados por

políticas colonizantes e elitistas favoreceram um crescimento urbano rápido e caótico, re(des)configurando a ocupação dos espaços e colocando em risco o direito ao espaço público.

E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas, etc.) foram impunemente privatizados. Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os *play-grounds* ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. [...] E a poluição, que parece já se ter incorporado à definição dos nossos espaços urbanos? (SANTOS, 2014, p.64).

As marcas espaciais da modernidade liberal se manifestam territorialmente. Nas grandes cidades, isso se constata nos distintos territórios, separados e/ou entrelaçados, às vezes parcial ou totalmente mesclados entre si, alguns permanentes, outros impermanentes e transitórios.

Todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais. Para nós, o fundamental é discutir a variabilidade e a conjunção desta dinâmica identitária espacial no contexto da modernidade. Assim, se os diferentes grupos (e/ou classes) sociais que formam o tecido da metrópole necessitam de um território como base de afirmação, como isso acontece nesta realidade de permanente mudança? (HAESBAERT, 2017, p.93).

O crescimento urbano, rápido e desorganizado, contribuiu para aprofundar os problemas sociais e visibilizar vulnerabilidades socioeconômicas, como a presença de crianças e adolescentes vivendo, sobrevivendo e trabalhando nas ruas das grandes cidades latino-americanas.

A rua foi e vem sendo espaço de sobrevivência de grupos que acabam sendo excluídos ou se excluem dos espaços sociais da 'ordem'. É também o lugar dos que saem das instituições, porque mantém uma relação ambígua com a visibilidade social. O circuito de crianças e jovens na zona central de São Paulo é o mais visível. Além de ficar na área mais complexa da circulação da cidade, esses atores ganharam visibilidade pública. (ADORNO, 2017, p.8).

Esta realidade se intensificou na década de 1970, devido ao agravamento da crise social e econômica mundial, obrigando um número crescente de famílias a deixar o campo e migrar para as regiões urbanas em busca de trabalho e melhores condições de vida. No entanto, as cidades não conseguiram absorver a mão de obra dos milhares de trabalhadores e

trabalhadoras que chegavam, e o acelerado aumento da população urbana ocasionou o crescimento de subúrbios e a proliferação de moradias e bairros carentes das mínimas condições de vida digna. Aprofundou-se, assim, a *segregação espacial*.

Nas grandes cidades hoje, é fácil identificar territórios diferenciados: ali é o bairro das mansões e palacetes, acolá o centro de negócios, adiante o bairro boêmio onde rola a vida noturna, mais à frente o distrito industrial, ou ainda o bairro proletário. [...] É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial. (ROLNIK, 1995, p.44).

A segregação espacial, que vem se intensificando ao longo das últimas décadas, evidencia a distância, não somente geográfica, que (des)organiza a população de acordo com sua condição socioeconômica, concentrando - e permitindo - a pobreza urbana em algumas regiões. Esta situação corrobora a existência de desigualdades múltiplas nas cidades, como por exemplo, falta de acesso a oportunidades de educação e formação para as novas exigências do mercado de trabalho para a população que vive em regiões de vulnerabilidade social. Desta forma, as decorrências da segregação espacial se aprofundam, ampliando a brecha de oportunidades para inserção nos processos de crescimento econômico e/ou de desenvolvimento urbano, e aumentando o número de pessoas e famílias em condição de pobreza. A definição de pobreza urbana, no entanto, não é tarefa simples.

Si para las ciencias sociales resulta una tarea ardua definir qué es la pobreza, esa empresa se torna aun más compleja cuando le agregamos el adjetivo urbana. ¿Por qué hablar de pobreza urbana? ¿Cuál es la especificidad que la vida en la ciudad le confiere al ya complejo fenómeno de la pobreza? No podemos desconocer que las ciudades son territorios históricamente privilegiados para el análisis de la pobreza en tanto condensan, incluso visualmente, por sus concreciones en el paisaje urbano, tres lógicas o sentidos: la de la acumulación del capital, la de la acumulación del poder político y la de la reproducción de la vida humana (Coraggio, 1997:37). Estas lógicas de reproducción de la ciudad modelan el sistema de diferencias en la disposición espacial de las actividades urbanas.<sup>113</sup> (DI VIRGILIO et al., 2011, p.11).

<sup>113</sup> Se para as ciências sociais significa uma tarefa árdua definir o que é a pobreza, esta empreitada se torna ainda mais complexa quando agregamos o adjetivo urbana. Por que falar de pobreza urbana? Qual é a especificidade que a vida na cidade confere ao já complexo fenômeno da pobreza? Não podemos desconhecer que as cidades são territórios historicamente privilegiados para a análise da pobreza porque condensam, inclusive visualmente, suas concreções na paisagem urbana, em três lógicas ou sentidos: a da acumulação do capital, a da acumulação do poder político e a da reprodução da vida humana (Coraggio, 1997:37). Estas lógicas de reprodução da cidade modelam o sistema de diferenças na disposição espacial das atividades urbanas.

A grande área metropolitana de San José da Costa Rica registra o fenômeno de segregação espacial, principalmente a partir da década de 1980, devido ao aprofundamento da desigualdade social e da pobreza, “producto de una construcción histórica y política que no es más que la traducción espacial de las diferencias económicas y sociales macroestructurales.”<sup>114</sup> (DI VIRGILIO et al., 2011, p.15). Na década de 1990, a lógica de reprodução da cidade passou por mudanças importantes, dentre as quais se destacam as privatizações, consequência do modelo de desenvolvimento voltado aos interesses do mercado.

A partir de la década del noventa, en el marco de procesos de ajuste económico y reforma del Estado, la lógica de reproducción de las ciudades experimenta cambios significativos. La gestión de los consumos colectivos urbanos estrecha sus vínculos con el mercado y su expresión supone la masiva privatización de servicios con su potencial diferenciador sobre la estructuración del territorio. Este proceso de privatización no es simplemente un cambio en el régimen de propiedad de las empresas prestadoras de dichos servicios, sino que implica una transferencia de funciones de coordinación y de gobierno al sector privado. Esta dinámica genera importantes efectos de fragmentación y exclusión social que se cristalizan en procesos de aislamiento de los sectores de menores ingresos quienes, en el marco de la privatización de la ciudad, se constituyen en demanda no atrayente para el capital.<sup>115</sup> (DI VIRGILIO et al., 2011, p.13).

Os principais problemas de San José se constatarem de diversas formas: uso inadequado do espaço público, desrespeito a normas de trânsito, tratamento inadequado de resíduos, pouca solidariedade intergeracional, violência em centros educativos, pouco pertencimento ao território, os quais afetam a cidade e seu desenvolvimento. Esses problemas deixam ver que San José é uma cidade de passagem, desarticulada, compartimentada, que apresenta mais possibilidades para automóveis que para pedestres. (PDM San José 2012-2016).

No tocante à situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, é importante considerar que o agravamento da crise socioeconômica urbana e o aumento da pobreza urbana fazem das ruas um espaço alternativo de vida, sobrevivência e

<sup>114</sup> Produto de uma construção histórica e política que não é mais que a tradução espacial das diferenças econômicas e sociais macroestruturais.

<sup>115</sup> A partir da década de 1990, no âmbito de processos de ajuste econômico e reforma do Estado, a lógica de reprodução das cidades experimenta mudanças significativas. A gestão dos consumos coletivos urbanos reforça seus vínculos com o mercado e sua expressão supõe a massiva privatização de serviços com seu potencial diferenciador sobre a estruturação do território. Este processo de privatização não é simplesmente uma mudança no regime de propriedade das empresas prestadoras de ditos serviços, senão que implica uma transferência de funções de coordenação e de governo ao setor privado. Esta dinâmica gera importantes efeitos de fragmentação e exclusão social que se cristalizam em processos de isolamento dos setores de menores ingressos que, no âmbito da privatização da cidade, se constituem em demanda não atrativa para o capital.

trabalho para muitas pessoas. Além disso, o centro das cidades é também um lugar atrativo para crianças e adolescentes.

Para quem mora na periferia o centro é muito atrativo. Eu gosto muito do que o Rubens Adorno fala, ele diz que o centro é um grande videogame, porque você sai daquela periferia esvaziada, feia, esteticamente feia, sem cor, cinza, marrom. E chega ao centro onde tudo é colorido, tudo é som, carros bonitos, gente passando, vitrines bonitas, que acaba enchendo os olhos de coisas boas e de sonhos, né? Porque se pode desejar mais coisas vendo ali coisas boas e bonitas. Então eu acredito que as crianças e adolescentes convergem, muitos deles, nessa lógica do novo. (VERDE, 2018).

Esta situação deve ser contextualizada historicamente, para entender que a realidade e os movimentos territoriais de crianças e adolescentes nas/pelas ruas provêm de um longo processo de vulnerabilização social.

A criança encontrada nas ruas de hoje é fruto de um longo processo histórico de ausência de políticas de proteção à infância. A rua como 'espaço público' não foi usada na mesma proporção por pessoas de diferentes níveis socioeconômicos, fazendo com que as crianças órfãs ou oriundas de famílias pobres fossem gradualmente levadas para as ruas, enviadas à guerra, escravizadas, presas ou colocadas para trabalhar. Somente nas últimas décadas do século XX é que a criança em situação de rua passou a ser foco de maior atenção por parte de organizações governamentais. (MORAIS et al., 2010, p.44).

Uma das marcas/cicatrizes da modernidade no cenário urbano é, pois, o aumento do número de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas, vivendo nas ruas, buscando estratégias para sobreviver, convivendo com o abandono, expostos a diferentes tipos de exploração e violência. “Na rua impera a ausência de políticas sociais que se encontram com práticas que transferem os problemas para um 'não-lugar', um território sem significados, o que remete para a questão da desresponsabilização do papel do Estado.” (ANDRADE, 2014, p.187). O “não-lugar”, entendido como espaço de solidão e similitude que não permite a criação de identidade e relações (AUGÉ, 2012, p.95), se opõe ao espaço familiar, de privacidade, personalização e cuidado, o qual é necessidade e direito de todas as pessoas. O “não-lugar”, entendido como uma consequência da modernidade, manifesta-se de forma mais contundente nos grandes centros urbanos.

Um mundo onde se nasce numa clínica e se morre num hospital, onde se multiplicam, em modalidades luxuosas ou desumanas, os pontos de trânsito e as ocupações provisórias (as cadeias de hotéis e os terrenos invadidos, os clubes de férias, os acampamentos de refugiados, as favelas destinadas aos

desempregados ou à perenidade que apodrece), onde se desenvolve uma rede cerrada de meios de transporte que são também espaços habitados, onde o frequentador das grandes superfícies, das máquinas automáticas e dos cartões de crédito renovado com os gestos do comércio 'em surdina', um mundo assim prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero, propõe ao antropólogo, como aos outros, um objeto novo cujas dimensões inéditas convêm calcular antes de se perguntar a que olhar ele está sujeito. (AUGÉ, 2012, p.74-75).

De acordo com a abordagem de Augé, a rua pode ser considerada “não-lugar” para a maioria das pessoas que nela transitam de suas residências para seus locais de trabalho, ou para se deslocar por diferentes motivos, como passear e acessar serviços. No entanto, para as pessoas que vivem nas ruas, além de ser um “não-lugar”, a rua tem ainda outros significados, pois não representa possibilidade de trânsito de um lugar a outro, pois não existe “outro-lugar” para onde ir. A rua, para essas pessoas, é lugar de permanências, impermanências e constante busca de territorialidades e territórios seguros.

A maioria, a grande maioria das crianças, quando chega à rua, fica com grupos de crianças em situação de rua. Sempre nos questionamos: será que é grupo? Será que é massa? Que função tem? Às vezes parece que eles funcionam organizados, de uma forma organizada, cada um tem uma função naquele aglomerado, são aglomerados. E às vezes parece uma massa mesmo, como se fosse uma massa de manobra, nesse sentido. (PRETO, 2018).

O constante perambular de crianças e adolescentes se converte em *resistência no território rua*. A resistência dessas pessoas para viver e sobreviver nos espaços públicos faz da rua um *território contestado*, onde, cotidianamente, surgem problemas, lutas e dificuldades, decorrentes de relações e interesses, às vezes adversos, entre pessoas e grupos sociais e culturais. A rua como território contestado apresenta-se também como uma evidência do desenvolvimento urbano desigual, ou seja, economicamente inviável, socialmente ilícito, ecologicamente insustentável e culturalmente injusto.

No que se refere, especialmente, aos 'territórios contestados', a expressão suscita questionamento, litígio, contrariedade. Porém, ele evoca mais: sendo um termo com o qual se designa apropriação de certo espaço, território evoca conflito, já que se trata de espaço apropriado por algum grupo social – em disputa com outros grupos sociais. (THEIS, 2015, p. 34).

A exigência de respeito aos *territórios contestados*, surgidos pela história e/de resistência da ocupação de terras indígenas no Brasil, preconiza a necessidade de situar a análise desses fenômenos em um contexto sócio-histórico mais amplo.

Entendemos que uma abertura do humano à diversidade não trata somente de reconhecer a existência dos diferentes e respeitar seus territórios, mas também de saber que nunca se pode compreendê-los integralmente, e que, entretanto, respeitá-los nas suas manifestações e territorialidades se constitui um dever. (PIOVEZANA, 2015, p.190).

A resistência de crianças e adolescentes na rua, que se evidencia na luta constante por comida, abrigo, saúde, aconchego, proteção, brincadeira, pertencimento e aceitação, é também manifestação de uma cultura – ou contracultura<sup>116</sup> – de rua. De acordo com Verhelst, “a cultura é o conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar ao seu ambiente natural e social.” (1992, p.37). A impermanência territorial das pessoas menores de idade, como uma das manifestações da cultura de rua, configura-se também como uma original e criativa solução para sobreviver e adaptar-se na rua, pois a insegurança constante leva a uma percepção aguçada para intuir perigos, medir os riscos que ameaçam sua integridade física ou a própria vida, e para saber quando devem deixar lugares e fugir de ameaças e agressões.

A Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), e em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), publicou em 2015 o resultado de uma pesquisa censitária da população em situação de rua, com uma caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e um relatório de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. Para definir/identificar a população em situação de rua durante a pesquisa, observou-se o seguinte:

A definição da população em situação de rua na cidade de São Paulo, utilizada no levantamento censitário e no perfil socioeconômico, refere-se às pessoas que utilizam alternativas de pernoite diferentes da moradia convencional como parques, centros de acolhida, praças e demais espaços públicos. Essa condição comum, entretanto, abriga diferenças: os inúmeros arranjos e materiais utilizados como abrigo e pernoite, frequência com que são usados, duração e razões para dormir nas ruas e centros de acolhida resultam em uma multiplicidade de situações. Há pessoas pernitando nas ruas por condições temporárias, ocasionais, e há, também, as que de há muito vivem nelas. (FIPE, 2015, p.1).

---

<sup>116</sup> O termo *contracultura* foi criado em 1968 pelo historiador estadunidense Theodore Roszak, para referir-se e explicar a atividade rebelde da juventude dos anos 60 e seus questionamentos ideológicos. Contracultura significa valores, tendências e formas sociais opostas àquelas estabelecidas e culturalmente incorporadas em uma sociedade. (ROSZAK, 1981)

A definição de *população em situação de rua* utilizada no levantamento censitário e no perfil socioeconômico circunscreve-se à condição de pessoas que utilizam alternativas de pernoite diferentes da moradia convencional como parques, centros de acolhida, praças e demais espaços públicos. Portanto, ficam excluídas dos dados e análises apresentados pelo Censo 2015, assim como das conclusões para políticas de atenção providas pela SMADS, as pessoas que se encontram em ocupações e moradias precárias, igualmente em condições de habitabilidade insatisfatórias. Ainda, a definição adotada não leva em conta que as pessoas menores de idade em situação de rua, de forma específica, mudam constantemente de lugar, inclusive para dormir, escondendo-se por questões de segurança, sobrevivência e respeito a códigos territoriais. “Eu acho que existe certa repressão policial que configura os destinos dessas pessoas, então conforme alguns locais vão sendo proibidos: *aqui você não pode estar, para estar aqui você tem que dar explicação*, eles vão se refugiando em lugares onde podem se sentir em segurança, e esses lugares são mais invisíveis.” (ROSA, 2018).

Aqui falamos de território, não é? Vamos dizer que tem uns códigos territoriais, e o que seriam esses códigos territoriais? Talvez os códigos que funcionam bem na Santa Cecília não são os mesmos que vão funcionar na Vila Mariana, ou na Lapa. Eu digo que é como se fossem alguns feudos, e dentro do próprio espaço tem feudos e feudos, onde essas ocupações vão obedecer algumas hierarquias possíveis. (VERMELHO, 2018).

A pesquisa foi realizada entre 23 de fevereiro e 26 de março de 2015, e contou 15.905 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Desse total, 8.570 pessoas encontravam-se nos serviços de atendimento para essa população, denominados *acolhidos*, e 7.335 foram recenseadas nas ruas e demais espaços públicos da cidade. “Comparando-se os dados de 2015 com os de períodos anteriores, 2000, 2009 e 2011 e 2015, constata-se que a população em situação de rua na cidade de São Paulo vem crescendo continuamente. Entre o início e final do período a variação foi de 82,7%.” (FIPE, 2015, p.4).

Alguns dados da pesquisa censitária de 2015<sup>117</sup> podem ser observados nos quadros a seguir.

---

117

[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/observatorio\\_social/2015/censo/FIP\\_E\\_smads\\_CENSO\\_2015\\_coletivafinal.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIP_E_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf) (Acesso em 28 fevereiro 2019)

Quadro 1 - Número de pessoas em situação de rua entre 2000 e 2015 na cidade de São Paulo

Ano	2000	2009	2011	2015
Total	8.706	13.666	14.478	15.905

Fonte: elaboração própria adaptado de FIPE (2015)

Quadro 2 - Número de pessoas em situação de rua e acolhidos entre 2000 e 2015 na cidade de São Paulo

Censo	Rua	Acolhidos	Total
2000	5.013	3.693	8.706
2009	6.587	7.079	13.666
2011	6.765	7.713	14.478
2015	7.335	8.570	15.905

Fonte: elaboração própria adaptado de FIPE (2015)

Quadro 3 - Distribuição normal e percentual de pessoas em situação de rua por sexo em 2015 na cidade de São Paulo

Sexo	Número	%
Masculino	13.046	82,0%
Feminino	2.326	14,6%
Não identificado	533	3,4%
Total	15.905	100%

Fonte: elaboração própria adaptado de FIPE (2015)

Quadro 4 - Idade das pessoas em situação de rua por faixa etária em 2015 na cidade de São Paulo

Idade	Número de pessoas
Até 11	403
12 a 17	102
18 a 30	2.433
31 a 49	5.823
50 a 64	3.127
65 ou mais	752
Sem informação	3.265
Total	15.905

Elaboração própria adaptado de FIPE (2015)

Os dados obtidos na pesquisa censitária de 2015 devem ser analisados com atenção no âmbito deste estudo, pois não são dados específicos da população de rua menor de idade. Como primeira observação, deve-se considerar que as pessoas que vivem nas ruas não formam um grupo homogêneo, ainda que tenham características, problemas e dificuldades comuns. Isso se intensifica com relação a crianças e adolescentes, pois suas condições, necessidades e possibilidades são distintas da população adulta que se encontra na rua, incluindo a mobilidade territorial para estar durante o dia e para passar a noite. Além disso, algumas características pessoais e condições vivenciadas antes da chegada às ruas, ou seja, antes de se desterritorializar de suas famílias, comunidades e espaços educativos, influem na maneira como crianças e adolescentes vivem e sobrevivem na rua. Também o tempo de permanência na rua incide nas capacidades e aptidões de crianças e adolescentes, assim como nas condições de sociabilidade e reinserção nos espaços institucionais como, por exemplo, nos processos de reterritorialização nos espaços educativos.

Os meninos e meninas se movem de acordo com as possibilidades e necessidades. E, ao mesmo tempo, isso significa também prejuízo na forma de acesso à educação, porque nessa hora, eles têm que pensar na escola ou têm que pensar na subsistência? A questão subsistência grita mais alto, e eles

vêm para esses lugares em detrimento de estar em um lugar que podia ajudar no seu desenvolvimento. É uma coisa muito difícil. (VERMELHO, 2018).

A cidade de San José, por sua vez, não conta com um censo específico para a população em situação de rua. Os dados referentes a essa população, ainda que não sobressaídos, inserem-se nos resultados censitários nacionais, registrando-se poucos casos a nível geral. Os dados do último censo realizado, em 2011, registram 570 “pessoas sem moradia” no país, sendo que 343 se encontram no Cantón de San José e 264 na cidade de San José<sup>118</sup>. A experiência de trabalho da equipe do DAI/PANI demonstra que as pessoas menores de idade que se encontram em situação de rua e de risco social na cidade de San José provêm de regiões socialmente vulneráveis, de vários pontos do país.

A experiência que tivemos inicialmente quando se abriu o programa de rua, que não foi tão planejado, era que as crianças estavam no centro de San José, ou eram do centro de San José. No entanto, a prática nos fez ver que eram de bairros periféricos, ou de províncias distantes ou costeiras, ou fronteiriças. Vinham de Guanacaste, vinham de Limón, vinham de Puntarenas, e que de fato o que ocorria era um desenraizamento ao vir aqui também, às vezes com enganos, às vezes acreditando que em San José iam encontrar melhores oportunidades e, pois, terminavam em situação de maiores riscos. (ROXO, 2018).

Ainda que o censo não forneça dados específicos sobre a população em situação de rua, há dados relevantes sobre crianças e adolescentes que exercem atividade laboral nas ruas de San José, resultado de estudos realizados pelo Departamento Observatório Municipal (DOM), sob a coordenação de María del Milagro Solís Aguilar, em cumprimento do artigo 96 do CNA.<sup>119</sup> Por lei, esses dados são enviados ao PANI, instituição responsável pelas coordenações interinstitucionais e intersetoriais pertinentes para garantir o cumprimento dos direitos das pessoas menores de idade, especialmente a proteção dos/as que trabalham.

Em 2004, registraram-se 212 pessoas menores de idade trabalhadoras na cidade de San José. Em 2005, a prefeitura municipal realizou um primeiro registro com 857 casos que foram enviados ao PANI e ao Ministério de Trabalho e Seguridad Social (MTSS), dos quais foi possível reconectar/reterritorializar 70 pessoas. Com essa informação, construiu-se uma base

<sup>118</sup> <http://sistemas.inec.cr:8080/bincri/RpWebEngine.exe/Portal?BASE=2011&lang=esp> (Acesso em 05 março 2019)

<sup>119</sup> Estudio Exploratorio de Niños, Niñas y Adolescentes trabajadores/as en espacios públicos. Disponível em: [https://www.msj.go.cr/MSJ/Municipalidad/Observatorio\\_SanJoseenCifras/Estudio%20Ni%C3%B1ez%20y%20Adolescencia/Informe%20final%20y%20mapas%202016-2017/Documento%20final%20ni%C3%B1ez%20espacios%20p%C3%BAblicos%20SJ%2019%20mayo.pdf](https://www.msj.go.cr/MSJ/Municipalidad/Observatorio_SanJoseenCifras/Estudio%20Ni%C3%B1ez%20y%20Adolescencia/Informe%20final%20y%20mapas%202016-2017/Documento%20final%20ni%C3%B1ez%20espacios%20p%C3%BAblicos%20SJ%2019%20mayo.pdf) (Acesso em 28 março 2019)

de dados e se conformou a Rede Local de Proteção. Em 2006, foi elaborado um “Perfil de Trabalho Infanto-Juvenil em espaços públicos do Cantón”, resultado de uma parceria entre a Prefeitura de San José e a UNA. Como fruto desse trabalho, 112 pessoas menores de idade foram encaminhadas para centros educativos, 79 meninas e suas famílias receberam algum subsídio ou benefício do Instituto Misto de Ajuda Social (IMAS), 09 pessoas menores de idade e suas famílias tiveram acesso a serviços de saúde, entre outros. Os insumos desse trabalho foram importantes para sensibilização de funcionários(as) municipais e instituições para a execução, de acordo com suas competências, de ações para prevenção do trabalho infantil, atividade proibida pela legislação costarricense. No ano de 2010, identificaram-se mais de 250 pessoas menores de idade trabalhadores na cidade de San José.

Observando os resultados anteriores, as competências da legislação e a importância da participação das prefeituras para garantir os direitos da infância e adolescência, a Prefeitura de San José assumiu, em 2016, o compromisso de atualizar seu registro de pessoas menores de idade em condição de trabalhadores(as) em via pública, com a finalidade de que os dados contribuíssem para uma abordagem interinstitucional e intersetorial, utilizando as redes existentes responsáveis por propiciar ações para garantir os direitos da infância e adolescência.

A pesquisa mais recente, realizada entre novembro de 2016 e janeiro de 2017, encontrou um total de 251 pessoas menores de idade trabalhadores(as) nas vias públicas, mas apenas 144 ofereceram os dados solicitados na entrevista, ou seja, 57.4% do total. Das pessoas menores de idade entrevistadas, 104 crianças tinham entre 05 e 15 anos, e 39 adolescentes eram maiores de 15 anos y menores de 18 anos. Deste total, 83 pessoas indicaram que trabalham para sua mãe, 35 mencionaram que trabalham para obter dinheiro para satisfazer suas próprias necessidades, 10 disseram que trabalham para outro familiar e somente 12 identificaram seu trabalho para um patrão ou patroa.

Quadro 5 - Pessoas menores de idade trabalhadoras na rua por faixa etária em 2017 na cidade de San José

Idade	Número	%
5 - 15 anos	104	72,72%
15 18 anos	39	27,28%
Total	143	100%

Fonte: elaboração própria adaptado de DOM (2017)

Entre as crianças e os adolescentes entrevistados, 105 manifestaram que trabalham por necessidade econômica, seguido por outras situações que não se vinculam com vulnerabilidade econômica. Mais da metade das pessoas menores de idade entrevistadas (73 personas) disseram que utilizam o dinheiro obtido com seu trabalho para satisfazer necessidades do grupo familiar, 39 pessoas indicaram que o utilizam para seus gastos pessoais, 23 lhe dão outro destino, e 06 o entregam para pessoas não pertencentes à sua família de origem. Somente um adolescente manifestou receber 13º salário, e nenhum está inscrito no Instituto Nacional de Seguros (INS). Do total de entrevistados, 139 estão estudando, e somente cinco reportam que não estão matriculados.

Algumas pessoas entrevistadas no DAI/PANI indicaram que as formas de mobilização e de movimentação das pessoas menores de idade têm sofrido mudanças nos últimos anos, devido à influência dos avanços tecnológicos.

Agora não é que não se vejam crianças e adolescentes se movimentando em San José, mas são outros os mecanismos que utilizam de mobilização, inclusive a tecnologia tem influenciado nestes movimentos, porque no caso de exploração sexual já não se veem em San José, mas sim nas zonas costeiras, e aí encontramos que muitas meninas vão para Jacó, e que são de bairros de San José, mas vão a estas zonas. (ROXO, 2018).

Especificamente com relação aos processos de desterritorialização e reterritorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, incluindo aquelas que trabalham na rua, interessa-nos averiguar seus movimentos não somente geográficos, mas também culturais e afetivos, pois “a rua não é só um lugar de risco, é também um lugar de aproximações e encontros.” (ROSA, 2018). Nesse sentido, surgem algumas indagações: os movimentos territoriais das pessoas menores de idade nas/pelas ruas podem ser considerados territorialização em espaço aberto e/ou territorialização na mobilidade? Ou as pessoas menores de idade em situação de rua vivem um espaço-tempo de ateritorialidade? Ou de transterritorialidade? Ou de multiterritorialidade? Ou essas situações integradas? Qual é a relação das crianças e dos adolescentes com o território?

O padrão de circulação dos meninos, quando estão nas ruas, guarda uma certa demarcação de territorialidade: há um circuito claro, formado por pontos de uma localidade, no qual se desdobra o seu cotidiano. O espaço onde se desenrola essa circulação tem base em algum logradouro público de movimento: praças, centros de comércio adensado. A circulação entre diferentes localidades é sempre acenada como uma possibilidade, e sua intensidade depende de uma análise dos casos considerados. (GREGORI, 2000, p.103).

A questão de fundo está relacionada com as ruas dos grandes centros urbanos como território: é possível territorializar-se na rua? Por outro lado, como as instituições que acompanham e atendem essa população podem se (re)posicionar no território urbano, de maneira que sejam coparticipes no processo de resgate dos direitos das pessoas menores de idade que vivem na rua e/ou em situação de risco social?

Ao definir 'crianças e jovens em trânsito e em direção à rua', procurou-se designar um conjunto de experiências de vida e 'estilos de vida' marcados e construídos por adesão a um espaço, que, por ser amplo, exposto, desprotegido e alvo de assédios, requer a construção de estratégias, de mecanismos de manipulação e defesa que acabam por formar um tipo de sociabilidade que se produz e reproduz tendo como referência o grupo, 'a turma', o 'bando', os 'manos', mas também os 'tios', as instituições, os espaços de lazer e de recolhimento, o uso da droga, seja o crack, o esmalte ou a cola. (ADORNO, 2017, p.10).

Por um lado, a multiterritorialidade, no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, pode acontecer com as pessoas menores de idade em situação de rua. No entanto, a multiterritorialidade que vivenciam, e a busca de construção de uma territorialidade urbana, não oferecem possibilidades suficientes para novas reterritorializações na rua. Isso porque, mesmo que experimentem uma constante superposição territorial, falta-lhes o pertencimento ou o multipertencimento aos territórios por onde passam.

Tais indagações/reflexões relacionadas com a mobilidade permanente, territorial e afetiva das pessoas menores de idade nas/pelas ruas sugerem um conceito que contemple outra possibilidade de relação com o território: a *aterritorialidade*. Entende-se por *aterritorialidade* das pessoas menores de idade em situação de rua sua constante impermanência geográfica e afetiva, cuja mobilidade significa uma desterritorialização constante, sempre em processo, não definida, não resolvida.

A circulação é uma característica do fenômeno 'crianças e adolescentes em situação de rua' relacionada ao desenraizamento que vivem e a uma estratégia de sobrevivência. Por não pertencer ao espaço e buscar em diferentes lugares as suas necessidades, acabam circulando e se relacionando com muitos atores como comerciantes, pais de rua, traficantes, transeuntes, agentes do Estado, instituições que fazem parte do circuito de sociabilidade da rua. (LESCHER; BEDOIAN, 2017, p.65).

Desta forma, as experiências de desterritorialização vivenciadas pela população menor de idade em situação de rua não desencadeiam reterritorialização na rua, já que a mobilidade permanente indica uma condição de aterritorialidade, pois andam constantemente em busca de novos territórios, movimentam-se para obter segurança e espaços de sobrevivência imediata, não encontram na rua um lugar geográfico onde possam criar territorialidade, condição indispensável para se territorializar. Entende-se que a territorialização ou a reterritorialização na mobilidade é possível e, algumas vezes, desejada por pessoas e grupos que optam por uma vida nômade, por exilar-se e/ou escapar da insatisfação da rotina. “Um dos fenômenos mais frequentemente ligados à desterritorialização diz respeito à crescente mobilidade das pessoas, seja como *novos nômades*, *vagabundos*, *viajantes*, *turistas*, *imigrantes*, *refugiados* ou como *exilados*.” (HAESBAERT, 2014, p.237). No entanto, isso somente pode acontecer quando as pessoas e grupos fazem uma opção por mover-se, por reterritorializar-se em movimento. Em outros casos, a errância pode indicar uma fuga/desterritorialização não-desejada, mas necessária, manifestando-se como nostalgia ou lembrança do território deixado. Essa fuga se opera a partir de algo estável – território, pois para ultrapassar o limite e se reterritorializar é preciso que o novo território exista. (MAFFESOLI, 2001).

Observa-se que não é isso o que acontece com crianças e adolescentes nos seus movimentos pelas ruas. As avenidas e ruas dos grandes centros urbanos representam, frequentemente, um espaço agitado, um cotidiano sem ritmos repetitivos, onde constantemente se renovam cheiros, sabores, cores, pessoas e afetos, dificultando novas territorialidades e novas territorializações. Nas errâncias e movimentos territoriais que fazem as pessoas menores de idade nas/pelas ruas, o único território que se mantém constante é seu próprio corpo.

Com essa habitação nômade na cidade, o território geográfico em que se encontram é definido por uma medida que ultrapassa os mapas e os perímetros. Por isso, para nós, o território é o menino, seu percurso pela cidade, suas referências pessoais, sua infância. Esse é o campo de aproximação e abordagem. (LESCHER; BEDOIAN, 2017, p.66).

O perambular constante de crianças e adolescentes não se dá a partir de estabilidades, pelo contrário, essas pessoas vivem e caminham em busca de territórios geográficos e afetivos que lhes deem constância, permanência, segurança, pertencimento e aconchego para viver, crescer e se desenvolver como seres humanos. Por esse motivo, pode-se inferir que as pessoas menores de idade não se reterritorializam nas ruas, ou seja, sua permanência na rua não significa necessariamente reterritorialização.

O território de permanência de crianças e adolescentes na rua é instável. As fronteiras do até onde ir, em busca de proteção, alimento, abrigo são circunstanciais e efêmeras. Cada território tem características próprias, com mais visibilidade ou não, uso de drogas diferentes, policiamento, rede de atenção. As crianças circulam por esses pontos, e esse percurso traça rotas de encontros e desencontros. (LESCHER; BEDOIAN, 2017, p.65).

Crianças e adolescentes vivenciam na rua processos de desterritorialização cotidiana e constante, sem chegar a se reterritorializar. Abandonaram territórios ou deles foram expulsos, como a família, a escola e a comunidade, mas carregam dentro de si a necessidade de recuperar, reconstruir ou reinventar os territórios necessários para seu crescimento e segurança.

Los relatos de los niños y niñas denuncian, más allá de la situación de no permanencia territorial, la constante inseguridad y una lucha cotidiana por la supervivencia. En las calles hay que tener siempre la percepción aguzada para intuir los peligros, saber hasta dónde es posible arriesgarse permaneciendo en un lugar, sin que eso signifique una amenaza a la integridad física o a la propia vida.<sup>120</sup> (LEME, 2008, p.45).

Os processos de desterritorialização e reterritorialização devem ser histórica e geograficamente contextualizados, ou seja, devem ser vistos em sua especificidade espaço-temporal. A vulnerabilidade familiar e educativa que marca a história das pessoas menores de idade em situação de rua se expressa de diversas formas: medo da polícia e de traficantes, insegurança de se locomover e invadir o espaço de outros grupos, uso abusivo de drogas, cooptação por grupos de prostituição e exploração sexual, e narcotráfico. Essas situações vivenciadas nos espaços familiares e comunitários são expulsivas e provocam desterritorialização.

Ao longo da minha experiência eu pude observar o seguinte: crianças e adolescentes que vão ao centro de São Paulo, ao contrário do que muitas pessoas pensam, na mídia inclusive, não vão por conta da droga. A droga está em todos os lugares, ao lado da casa deles tem bocadas e biqueiras que vendem as drogas. Então não é esse o atrativo. Eu acredito que o atrativo é muito mais em função do novo, de procurar novas experiências, de procurar novas possibilidades. Porque a periferia é muito pobre, não tem quadras de vôlei, de basquete, nem piscinas, nem pistas de skate, nada. Tem muito pouco a oferecer. Então as crianças vêm em busca de outras possibilidades,

<sup>120</sup> Os relatos dos meninos e meninas denunciam, além da situação de não permanência territorial, a constante insegurança e uma luta cotidiana pela sobrevivência. Nas ruas há que ter sempre a percepção aguçada para intuir os perigos, saber até onde é possível arriscar-se permanecendo em um lugar, sem que isso signifique uma ameaça à integridade física ou à própria vida.

em busca do novo. E são sempre crianças de famílias muito pouco cuidadoras, abandonadoras, negligentes. (VERDE, 2018).

No entanto, para além das situações de risco e violência, as pessoas menores de idade também buscam e necessitam formas de brincar e ser crianças no território rua.

Teve um tempo em que o Quixote administrou um centro de convivência no bairro da Luz, chamava Moinho da Luz. E era onde a molecada podia tomar banho, podia brincar, era um espaço para estar. Então era assim, a molecada ia lá, tinha atividade, tinha banho, ajudava a tirar documento. Ia desde as necessidades até o desejo. Por algum motivo que eu não consigo te explicar, esse centro de convivência precisou acabar. E o problema é que no lugar desse centro de convivência para crianças não surgiu nada. [...] Aquele era um espaço criancável, um espaço onde tem cor, brincadeira, onde também cabe agressividade, onde cabem outras coisas que crianças precisam para seu desenvolvimento. Quando esse espaço acaba e São Paulo não consegue atribuir outro local, onde é que essas crianças vão dormir? Onde é que essas crianças vão tomar banho? Onde é que essas crianças vão brincar? Na rua. (ROSA, 2018).

Para conseguir sobreviver, permanecer e ser incluídos na dinâmica das grandes cidades há crianças, adolescentes e jovens que se inserem em atividades da economia informal, criando dinâmicas específicas no território rua. As formas que encontram de habitar esse território e nele se relacionar, pode significar um autorreconhecimento como pessoas com possibilidades de superação e crescimento.

Se han develado las múltiples tramas que los niños y jóvenes trabajadores de la economía informal viven en los espacios públicos del centro de la ciudad. Ellos han definido nuevos territorios y hábitats desde y para su existencia; pero también, para el intercambio social y afectivo. De igual forma, se han reconocido los procesos identitarios que, dentro de una lógica social, colectiva y comunitaria, dan cuenta de su realización, no sólo como pobladores, sino también como ciudadanos. La búsqueda de estrategias de inclusión y permanencia en los espacios públicos del centro de la ciudad, son apuestas conscientes de estos habitantes. Para lo cual, han configurado sistemas y formas particulares de habitarlo, y, desde las cuales, se autorreconocen como lo que han sido, lo que son, lo que hacen y lo que quieren ser.<sup>121</sup> (ÁLVAREZ, 2005, p.15).

---

<sup>121</sup> Desvelam-se as múltiplas tramas que crianças e jovens trabalhadores da economia informal vivem nos espaços públicos do centro da cidade. Eles definem novos territórios e hábitats a partir e para sua existência; mas também, para o intercâmbio social e afetivo. De igual forma, se reconhecem os processos identitários que, dentro de uma lógica social, coletiva e comunitária, dão conta de sua realização, não só como habitantes, mas também como cidadãos. A busca de estratégias de inclusão e permanência nos espaços públicos do centro da cidade são apostas conscientes destes habitantes. Para isso, configuram sistemas e formas particulares de habitá-lo, e, a partir das quais, se autorreconhecem como o que foram, o que são, o que fazem e o que querem ser.

Haesbaert adverte que o ser humano não pode viver sem território, pois a vida é um constante movimento de des(re)territorialização, e a sociedade não pode viver sem territorialidade. Em diferentes escalas espaciais e temporais, o ser humano necessita encontrar seu(s) território(s), deixar território(s), fundar território(s). Por isso a situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social que sobrevivem sem território geográfico e afetivo é um processo/estado de desumanização. Para essas pessoas, a aterritorialidade constitui violência e desrespeito a seus direitos humanos mais fundamentais, prescritos no ECA (Brasil) e no CNA (Costa Rica).

A história e as experiências de aterritorialidade e des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua não podem ser entendidas de forma generalizante. No entanto, existem algumas características similares, próprias da vida urbana e da infância na rua, que permitem indicar alguns movimentos territoriais comuns. A seguinte figura sintetiza estes movimentos.

Figura 8 - Movimentos territoriais das pessoas menores de idade em situação de rua



Fonte: elaboração própria

O fato de que existam crianças e adolescentes que vivem nas ruas *aterritorialmente*, não significa que estejam desterritorializadas, desenraizadas ou desencaixadas socialmente,

muito menos que possam ser classificadas como desterritorializadoras, ou seja, pessoas que desestruturam territórios ou obrigam outras/os a se desterritorializar.

Os meninos e meninas se unem afetivamente, mas não são laços que permanecem, como por exemplo, a família. Você fica dez anos sem ver sua família, mas ela é seu território, ela é sua referência. Seu pai pode ter morrido, sua mãe pode ter morrido, mas continuam sendo sua referência. A rua não. Isso é para pensar. (AMARELO, 2018).

As mobilidades na rua devem ser entendidas como um fenômeno multidimensional, que, de certa forma, reúne a complexidade da desterritorialização social e, de forma mais direta, a desterritorialização nos complexos espaços urbanos.

Acho também que muitos meninos e meninas voltam para seus bairros, eles tentam, sempre tem essa coisa de circulação, um vaivém: *vamos ver como está lá, vamos ver se melhorou a situação da minha casa*. Se é que tem casa, supondo que tenha uma família: *será que minha mãe continua daquele jeito difícil? Meu pai, se existe, meu padrasto, meu irmão?* Enfim, eu acho que eles vão e voltam, vão e voltam, a gente vê sempre uma itinerância, um nomadismo bem forte com isso. (PRETO, 2018).

Não se pode ignorar que a maioria das crianças e adolescentes em situação de rua sofreu e ainda sofre as consequências de desterritorializações forçadas e violentas, tornando-se *novos nômades urbanos*, em busca de territórios que lhes ofereçam condições de sobrevivência. A mobilidade sem direção definida é uma evidência da exclusão socioespacial nos espaços urbanos: estar desterritorializado(a) sem possibilidades reais de se reterritorializar. Várias são as causas da desterritorialização das pessoas menores de idade em situação de rua. Quais territórios essas pessoas deixaram e/ou de quais territórios foram expulsas?

Los relatos de los niños y niñas explican algunas de las motivaciones que provocan su migración para las calles. Se puede decir que la mayoría de los niños que están en las calles, se dirigió hasta allá con la intención de encontrar una vida mejor de la que tenían en sus propias familias. La situación familiar era tan amenazadora y violenta para ellos, que vivir en las calles puede haber sido una opción menos traumática y más esperanzadora.<sup>122</sup> (LEME, 2008, p.39).

---

<sup>122</sup> Os relatos dos meninos e meninas explicam algumas das motivações que provocam sua migração para as ruas. Pode-se dizer que a maioria das crianças que está nas ruas, se dirigiu até lá com a intenção de encontrar uma vida melhor da que tinham em suas próprias famílias. A situação familiar era tão ameaçadora e violenta para eles, que viver nas ruas pode ter sido uma opção menos traumática e mais esperanzosa.

Constata-se, ainda, que as desterritorializações sofridas pelas pessoas menores de idade e suas errâncias pelas/nas ruas têm relação com processos de ocupação urbana e com modelos de desenvolvimento urbano. Por um lado, a ocupação urbana demonstra a forma como a cidade (des)organizou e (des)organiza seus espaços, e a forma como a cidade avança e se movimenta. Nesse sentido, a presença e os movimentos territoriais das pessoas menores de idade nas/pelas ruas pode ser caracterizada como ocupação de espaços públicos, pois foram expulsos dos espaços familiares, institucionais e comunitários, onde deveriam ter recebido atenção e cuidado no seu processo de desenvolvimento. Uma vez desterritorializados desses espaços, crianças e adolescentes são protagonistas de processos e aprendizagens de adaptação cultural, social, econômica e afetiva no território rua. Mesmo que não se reterritorializem na rua, aprendem a adaptar-se nessa situação como estratégia de sobrevivência.

Por outro lado, a presença e permanência de pessoas menores de idade nas ruas das grandes cidades denunciam falta de políticas públicas adequadas, crescimento acelerado e desordenado da “cidade informal”, e existência de espaços e bairros desprovidos de serviços básicos necessários para uma vida digna. Em outras palavras, as pessoas menores de idade em situação de rua denunciam um desenvolvimento urbano excludente. As possibilidades para solucionar esta problemática social estão condicionadas a interesses políticos e econômicos de grupos dirigentes, públicos e empresariais, o que impede sua aplicação com a rapidez que a situação necessita. Entende-se que os problemas urbanos que afetam o desenvolvimento de uma cidade são problemas públicos e como tais devem ser tratados. Isso significa que a busca de soluções para os problemas urbanos é uma questão de políticas públicas e deve envolver os diversos atores sociais, como Poder Executivo, Poder Legislativo, organizações governamentais e não governamentais, sindicatos, partidos políticos e sociedade civil.

#### 4.3 ORGANIZAÇÕES DE APOIO E ACOLHIDA: TERRITÓRIOS DE HOSPEDAGEM E CUIDADO

O Projeto Quixote na cidade de São Paulo, e o DAI/PANI na cidade de San José foram as organizações eleitas para participar deste estudo. Tal fato se justifica pelo trabalho direto que realizam junto a pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social há vários anos. Outra justificativa para sua participação na pesquisa é a representatividade de experiências institucionais diferenciadas: o Projeto Quixote é uma OSCIP, e o PANI é uma instituição pública. Ainda, ambas colaboram para gerar e implementar políticas públicas pautadas nos direitos das pessoas menores de idade, na perspectiva de um desenvolvimento

economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo.

Sobre o papel das instituições públicas e das instituições privadas, Mauricio Serva apresenta considerações relevantes. Por um lado, adverte sobre as novas exigências relacionadas às racionalidades, substantiva e instrumental, dos profissionais gestores das organizações públicas. Argumenta o autor que a legitimidade dessas organizações e de seus dirigentes depende da habilidade em articular as resultantes da tensão entre racionalidades diferentes, professadas por atores diferentes e concretizadas nas práticas de gestão. Por outro lado, Serva ressalta que a sustentabilidade social está relacionada com o fenômeno do fortalecimento político-organizacional da sociedade civil, e apresenta a legitimidade como um fator imprescindível para as organizações.

A legitimidade é, portanto, um fator crítico para a sustentabilidade das organizações da sociedade civil. Nesse ponto, daremos um passo adiante, enunciando a seguinte premissa: na atualidade, a legitimidade é um fator crítico não somente para as organizações da sociedade civil, mas também para os demais atores atuantes na esfera pública, especialmente as organizações governamentais. A assunção dessa premissa nos faz abordar com mais profundidade a questão da legitimidade de atores na esfera pública. (SERVA, 2012, p.48).

O Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019<sup>123</sup>, do presidente Jair Bolsonaro, “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.” (Art. 1º). Entre os 35 órgãos - ou *colegiados* – extintos no Brasil, encontram-se: Conselho Nacional de População e Desenvolvimento, Conselho das Cidades, Conselho Nacional de Educação em Direitos Humanos, Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População de Rua, Conselho da Autoridade Central Administrativa Federal contra o Sequestro Internacional de Crianças, Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Esse decreto tem sido avaliado pelas organizações da sociedade civil como um desmonte da participação social no Estado brasileiro, pois é nos conselhos, órgãos de diálogo e construção participativa de políticas públicas, que os assuntos fundamentais de interesse da população podem ser debatidos em profundidade, subsidiando deliberações determinantes para seus respectivos setores.

As principais políticas afetadas por esse decreto são as que se relacionam diretamente com direitos humanos, desenvolvimento e cidades, igualdade étnica, populações indígenas,

---

<sup>123</sup> [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137350](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137350) (Acesso em 20 maio 2019)

setor rural, população LGBTQ<sup>124</sup>, infância e juventude, e meio ambiente. Nesse contexto/momento em que há um recrudescimento das conquistas sociais no Brasil, é indispensável reiterar que a sustentabilidade das organizações da sociedade civil depende de sua capacidade de estabelecer alianças, manter parcerias duradouras e fortalecer sua legitimidade. Paralelamente, para que se beneficiem da concretização dos princípios econômicos de reciprocidade e de redistribuição, as organizações da sociedade civil devem conquistar e manter uma aceitação social e, para isso, devem contar com o aval do poder público, através de políticas públicas e apoio aos diversos colegiados nas/das diferentes instâncias administrativas. Isso favorece seu enraizamento na comunidade, assim como sua visibilidade, credibilidade e legitimidade. A extinção dos colegiados decretada pelo presidente Jair Bolsonaro (Decreto 9759/2019) representa um retrocesso na relação entre legitimidade e sustentabilidade das organizações da sociedade civil que atendem demandas sociais urgentes e importantes, como o Projeto Quixote.

#### 4.3.1 Projeto Quixote: uma outra história é possível

O Projeto Quixote é uma OSCIP sem fins lucrativos, que atua na cidade de São Paulo desde 1996, cujo objetivo institucional é transformar a história de crianças, jovens e famílias que vivem em situações de risco, através de um atendimento integrado: clínico, pedagógico e social. Desde o início do trabalho, a equipe compreendeu que o desafio era mais amplo do que a abordagem da toxicomania precoce, pois crianças e adolescentes se encontravam naquela situação de vulnerabilidade em busca de alimentos e significado de vida. Assim, entendendo que o uso de drogas remete a problemáticas mais complexas, a equipe criou o Projeto Quixote.

Foi com a percepção de que, para além da droga, há a singularidade de cada pessoa e de sua cultura que essa equipe criou o Projeto Quixote, tendo como referência as ideias de Olievenstein<sup>125</sup>, segundo as quais a questão do uso de drogas é bastante complexa e deve ser considerada sempre pela perspectiva do tripé indivíduo – sua história, estrutura; substância utilizada; e contexto sociocultural, para uma visão mais ampla. (LESCHER; BENDOIAN, 2017, p.22).

Para responder à problemática específica de crianças e adolescentes vivendo nas ruas e expostos à violência, foi criada uma “estrutura de atendimento baseada num olhar clínico, pedagógico e social, além da supervisão aos educadores da região da Companhia de

<sup>124</sup> População lésbica, gay, bissexual, transexual, intersexual e queer.

<sup>125</sup> OLIEVENSTEIN, C. “Le destin du toxicomane”. Paris: Fayard, 1983.

Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) e de outros serviços.” (LESCHER; BENDOIAN, 2017, p.22).

O Quixote sempre tenta juntar a parte da lei, está pautado em leis, no ECA principalmente, e para dar seguimento nos trabalhos, pensa muito em cuidar. Por saber que as crianças são violadas nas famílias, são violadas nos direitos mais básicos, se tem um cuidado muito importante com o emocional de cada um, o sofrimento que sentem. Então, para isso, o Quixote investe na clínica, seja psicológica ou psiquiátrica. Não fica no superficial, mas entra nesse aspecto do mais profundo das pessoas. O Auro fala que o mais profundo é a pele, que tem a ver um pouco com a questão do vínculo. E tem a outra parte que é a pedagógica, a gente fala: social, pedagógica e clínica. A pedagógica engloba atividades, oficinas das mais diversas: *breack*, esporte, horta, acesso à cultura, que é aquela coisa da fome de dignidade. Mas acima de tudo, eu acho que o Quixote dá liberdade, tanto para a equipe quanto para os usuários, os atendidos, liberdade e criatividade. (PRETO, 2018).

De acordo com as entrevistas em encontros dialogados realizadas, a equipe acredita que o Projeto Quixote pode, efetivamente, contribuir para a mudança da história de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social em São Paulo. Nesse sentido, o Quixote representa a possibilidade de *uma outra história*, o que não significa abrir mão da história que a criança já tem, ao contrário, significa valorizar a história que ela tem para, através dessa história, vislumbrar com ela a possibilidade de uma outra história. (VERDE et al., 2018).

Durante mais de vinte anos de trabalho junto à população menor de idade em situação de rua, o Projeto Quixote construiu saberes e fazeres específicos, iluminados pelo compromisso de transformar as complexas histórias de vulnerabilidade e injustiça social que afetam crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.

A gente aprendeu muito no fazer, e uma coisa que nos ajudou muito foi a reflexão sobre nosso trabalho o tempo todo. Então hoje a gente conta o Quixote, a gente tem livros publicados, mas aquilo foi construído no dia a dia, sabe? Dávamos um pontinho por dia e a gente ia descobrindo, e a gente foi chegando a algumas coisas que hoje são nossos princípios, como por exemplo, *criança que empina pipa não pipa pedra; criança tem é que brincar, criança gosta é de brincar*. A droga entra na vida delas por outras questões, experimentação, para afastar o medo... Enfim, muitas outras coisas, mas não são dependentes químicos precoces de jeito nenhum. (VERDE, 2018).

Os programas de atendimento têm como objetivo atingir diretamente crianças, jovens e seus familiares, como Programa de Atenção à Família, Programa Clínico e Psicossocial,

Programa de Educação para o Trabalho, Programa Pedagógico e Refugiados Urbanos. O nome do programa *Refugiados Urbanos* é explicado pelos coordenadores do Projeto Quixote:

Essas crianças e esses jovens, quando rompem ou interrompem seus vínculos familiares, na periferia, e se apropriam do espaço das ruas do centro da cidade, viram protagonistas da cena urbana, pequenos Quixotes, exilados dentro de suas próprias cidades, enfrentam dragões e moinhos de vento, banham-se no chafariz da Praça da Sé e pipam suas pedras de crack na escadaria da catedral. (LESCHER; LOUREIRO, 2007, p. 8).

Desterritorializados de sua comunidade de origem e de sua família, crianças e jovens ocupam o centro da cidade como se fosse um campo de refugiados, sem lugar seguro para ir ou voltar. Apesar da sensação de liberdade e da ausência de autoridade e controle, as calçadas são sempre assustadoras e, depois de alguns dias, a rua se torna um lugar ameaçador, onde a vida é como a de um soldado no *front*. A metodologia para o trabalho específico com essa população inclui três fases: abordagem na rua, vínculo com a instituição, e rematriamento. O processo não é linear e nem tem temporalidades definidas, pois o que se busca é a saída da rua, respeitando a trajetória de um possível retorno para a família ou comunidade de cada criança e adolescente.

A primeira fase do trabalho, denominada *abordagem na rua*, caracteriza-se por uma hospitalidade incondicional.

A hospitalidade dos primeiros contatos é incondicional, ou seja, é uma radicalização da presença pautada na troca de olhares, na escuta radical do outro. Significa estar disponível para um encontro marcado pela estranheza, pela tensão e também pela curiosidade. [...] O vínculo que se vai formando nos encontros é uma legitimação da ajuda. Todo mundo tem fome de dignidade. Então, aos poucos, vai aparecendo o desejo de ter acesso a saúde, a educação, a cultura. Essa hospitalidade, na verdade, é mútua; em determinado momento, essas crianças e adolescentes abrem um espaço para nós, que de alguma maneira estamos chegando ao seu território, ao seu lugar. A primeira missão terapêutica é identificar um rosto antes de um sintoma ou um estereótipo, ver a criança onde existe a criança, o adolescente onde existe o adolescente. (LESCHER; BENDOIAN, 2017, p.97).

A segunda fase se caracteriza pelo *vínculo com a instituição*, nomeada como “consulado”.

Além do espaço rua como lugar de intervenção, é necessário um outro espaço concreto, uma sede, um endereço de referência para receber crianças e adolescentes e acolher o trabalho da equipe, guardar o material e os prontuários com o registro dos percursos do atendimento, realizar atividades, discussões e contatos com a rede de proteção da cidade. Quando a criança e o

adolescente sentem confiança e buscam algum tipo de apoio, eles podem se dirigir a esse espaço institucional espontaneamente ou encaminhados e podem participar de possíveis atividades. O espaço oferece basicamente convívio entre eles e a equipe. (LESCHER; BENDOIAN, 2017, p.100).

A terceira fase é o *rematriamento* propriamente dito, realizado conjuntamente pela equipe do Projeto Quixote, famílias, escolas, redes socioassistenciais, redes de saúde e outros recursos comunitários.

O complexo processo de saída das ruas foi nomeado “rematriamento”, tecnologia social desenvolvida pelo Projeto Quixote para atender a essas crianças e adolescentes, que significa o retorno a sua matéria, a possibilidade de rever e de integrar de alguma forma emocionalmente suas referências na comunidade de origem, se apropriar da própria história, que é oriunda de um lugar, de uma família que sobreviveu ou não às tempestades desestruturantes dos conflitos psíquicos e sociais de seu meio. (LESCHER; BENDOIAN, 2017, p.94).

No universo de crianças, jovens e famílias que vivem em situações de risco, a equipe do Projeto Quixote tem sido pioneira na atuação e no atendimento de pessoas menores de idade em situação de rua. Integra, para isso, espaços e momentos de reflexão e análise da realidade, assim como de denúncia da discriminação de crianças e adolescentes no campo político-institucional, e das intervenções assistencialistas ou repressivas.

A expressão 'meninos de rua' passou a se consagrar e popularizar nas últimas décadas e mostra, por um lado, a participação de um conjunto de atores da sociedade brasileira que passaram a denunciar a discriminação e a lutar pela descriminalização de crianças e jovens no plano político-institucional, voltando-se para os poderes legislativos e judiciários e inscrevendo conquistas no âmbito institucional da sociedade, que hoje tem leis – Estatuto da Criança e do Adolescente. Considerados até então menores 'infratores' de rua, ou 'soltos' na rua, ou 'crianças abandonadas', são ainda alvo e argumento para o apelo ao assistencialismo e à repressão, na medida em que estar na rua, ou ser considerado 'de rua', manifesta uma qualidade negativa. (ADORNO, 2017, p.8).

A área de Formação e Pesquisa realiza cursos para pessoas educadoras e pessoas gestoras da rede social. Além de ser um espaço para partilhar conhecimento, também oportuniza espaços para troca de experiências com outros profissionais, agregando mais conhecimento para o Quixote. A área também publica livros de apoio e realiza pesquisas que geram subsídios para políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de risco social.

#### 4.3.2 Patronato Nacional de la Infancia / Departamento de Atención Inmediata: liderança em matéria de direitos e desenvolvimento de crianças e adolescentes

O PANI é a instituição pública da Costa Rica responsável pelo cuidado social, psicológico y jurídico das pessoas menores de idade vítimas de abandono, negligência, exploração e demais expressões de violência. Para isso, deve executar planos, programas e projetos orientados à promoção e garantia dos direitos e do desenvolvimento integral das pessoas menores de idade e suas famílias, criando e sustentando uma cultura jurídica e social que assume as pessoas menores de idade como sujeitos sociais de direitos.

Para realizar seu trabalho, o PANI conta com normativa nacional e internacional que se deriva principalmente da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), ratificada pela Costa Rica em 1990, o CNA (Lei 7739/1998) e sua Lei Orgânica (Lei 7648/1996), que se constituem no marco legal mínimo para proteção dos direitos da infância e adolescência no país. Os princípios que guiam esta normativa, conhecidos como *Doutrina de Proteção Integral*, são os seguintes: o interesse superior da criança está acima de quaisquer outros interesses; a população de pessoas menores de 18 anos são sujeitos plenos de direitos e não de compaixão e lástima; os direitos são para toda a população de pessoas menores de 18 anos e não apenas para os que estão em situação difícil; o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes supõe a satisfação de suas necessidades; todos os atores sociais são responsáveis no cumprimento de seus direitos.

De acordo com as entrevistas em encontros dialogados realizadas, a equipe do DAI/PANI aponta algumas dificuldades que devem ser superadas para que o PANI se estabeleça, efetivamente, como instituição reitora dos direitos de crianças e adolescentes.

O PANI não cresceu suficientemente em matéria de reitoria. Não consegue coordenar o trabalho com outras instituições para formar uma rede interinstitucional de atendimento. O principal desafio do PANI é se adequar à realidade nacional, pois o PANI não cresceu na mesma proporção do crescimento da problemática da infância e adolescência no país. É urgente uma renovação interna para apoiar as pessoas menores de idade e suas famílias nos dias de hoje. As técnicas e os procedimentos utilizados no passado já não respondem à realidade atual. (LILÁS et al., 2018).

O CNA estabelece todos e cada um dos direitos das pessoas menores de 18 anos, tanto na área de saúde, como educação, cultura e lazer, acesso à justiça e trabalho, assim como direitos da personalidade, direito à vida familiar e a receber alimentos. O CNA também cria o Sistema Nacional de Proteção Integral (SNPI), integrado pelo Conselho Nacional (constituído

pelas instituições do Estado e as organizações não governamentais), as Juntas de Proteção e os Comitês Tutelares de Infância e Adolescência. Este Conselho tem como competência assegurar que a formulação e execução das políticas públicas respondam à proteção integral das pessoas menores de idade. Com base neste marco legislativo e contando com o funcionamento do SNPI, o PANI cumpre com sua função através de uma estrutura organizativa e um modelo de atenção integral consequentes com a missão, visão e valores institucionais. De acordo com as entrevistas realizadas com a equipe do DAI/PANI, “o PANI é o órgão reitor em matéria de infância e adolescência na Costa Rica, que deve garantir de forma operativa o bem estar das pessoas menores de idade, assim como organizar estratégias para que isso aconteça em coordenação com outras instituições.” (LILÁS, 2018).

A missão do PANI é a promoção do desenvolvimento integral e dos direitos de crianças e adolescentes, fortalecendo suas famílias e mobilizando toda a sociedade. Sua visão institucional é a de ser a instituição líder em matéria de direitos e desenvolvimento de crianças e adolescentes, articulando os distintos atores do Estado e da sociedade, através de intervenções estratégicas eficazes e eficientes a favor destas populações. Os valores que buscam seguir seus funcionários e colaboradores são respeito, solidariedade, compromisso e responsabilidade. Para realizar o trabalho, o PANI possui 10 sedes regionais (*direcciones regionales*) e 52 oficinas locais espalhadas pelo território nacional. As oficinas locais se responsabilizam pelo atendimento integral de situações em que se conhece ou se suspeita que exista violação de direitos das pessoas menores de idade. Segundo a percepção e o entendimento da equipe do DAI/PANI, esse é o trabalho primordial do PANI.

O PANI oferece proteção e atenção às pessoas menores de idade em situação de risco. Não os tira da família, em um primeiro momento, mas busca formas de proteção para as crianças. O PANI busca a defesa dos direitos das crianças, quando seus pais ou representantes legais não o fazem, porque as crianças (zero a doze anos) não sabem se defender sozinhas. (BRANCO et al., 2018).

A equipe do DAI/PANI também reconhece a importância do trabalho educativo de prevenção da violência e distingue as iniciativas atuais nessa direção.

A aposta no trabalho educativo e de prevenção da violência nas comunidades de alta vulnerabilidade social é uma das maiores conquistas do PANI, de 2000 a 2017. A atual presidente executiva do PANI, Sra. Ana Teresa León Sáenz, tem dado respostas importantes em matéria de prevenção da violência contra as pessoas menores de idade. Não somente na perspectiva do

atendimento, mas também e principalmente na perspectiva da prevenção. (MARRON; LILÁS, 2018).

Para cumprir com a maior eficiência e eficácia possíveis a nível institucional, e oferecer os serviços mais oportunos a crianças e adolescentes, o PANI busca coordenar esforços com outras instituições públicas e atores da sociedade. O que se busca é preservar a integridade física e emocional das pessoas menores de idade que foram retiradas de seu núcleo familiar – desterritorializadas, quando o exercício da autoridade parental ou a ausência da mesma ameace seus direitos. Além disso, a instituição desenvolve atividades específicas dirigidas à proteção integral de pessoas menores de idade em situação de risco e de vulnerabilização de seus direitos. Isso acontece através de atividades de promoção e prevenção nas diferentes comunidades do país, como oficinas, campanhas, palestras, marchas, capacitações, feiras, encontros, foros e acampamentos. Tais ações se executam em parceria com instituições públicas e particulares, situadas nas diferentes jurisdições onde o PANI atua. Em parceria com outras instituições e organizações, também se desenvolvem ações de prevenção e atendimento de pessoas menores de idade com capacidades especiais, adolescentes mães, indígenas, em exploração sexual comercial, trabalho infantil, população em situação de rua, com condutas de dependência de drogas e inimputáveis à lei. Ainda que reconheçam avanços importantes na articulação interinstitucional, as pessoas entrevistadas indicaram algumas dificuldades.

Temos que nos adequar à realidade e, paralelamente, também fazer um trabalho com as outras instituições. Mas não há uma coordenação interinstitucional, não há realmente um compromisso das instituições para que resolvamos juntos esta problemática. Isto é o que eu sinto, cada um busca seus interesses e não quer receber as crianças, numa briga para ver a quem corresponde o atendimento. Não há uma coerência. Para mim, deveria existir primeiro um compromisso real, e você sabe que nisso entra muito a questão política, ou seja, os diretores de nossas instituições estatais, sinto eu, se manejam em um nível político, onde o que indicam são coisas muito poéticas, muito macro, *é que isso deveria...*, mas na hora de operacionalizar o assunto, isto não se pode trazer à realidade. Então, enquanto isso seja assim, não vai ter uma coerência e os esforços que se façam, alguns vão dar resultados, mas não como deveria ser. (LILÁS, 2018).

O DAI é uma dependência do PANI especializada no atendimento imediato e ininterrupto de situações violatórias dos direitos, que colocam em risco a vida, a integridade física e psicoemocional das pessoas menores de idade. O atendimento do DAI está organizado por quatro áreas de trabalho: atenção imediata de denúncias de situações violatórias de direitos de pessoas menores de idade; atenção de crianças e adolescentes em albergues institucionais;

atenção de pessoas menores de idade em situação de alto risco, detectados em eventos massivos, ocupações de território, desalojamentos e ações policiais; atenção de consultas e assessorias para o público em geral. O atendimento do DAI aborda as seguintes situações violatórias contra crianças e adolescentes: maltrato físico, abuso sexual, negligência de cuidado, negligência de atenção da saúde, abandono na casa, exposição a drogas, violência intrafamiliar, tentativa de suicídio, vítimas de tráfico, em situação de rua, em situação de migração irregular, em situação de abuso emocional. Uma dificuldade apresentada pela equipe do DAI/PANI está relacionada com a falta de clareza da população em geral, sobre o atendimento do PANI.

A maioria da população na Costa Rica entende que o PANI deve assumir tudo o que se refere à infância e adolescência, indistintamente se existe ou não situação de risco. Isso gera dificuldades, pois as famílias e outras instituições pensam que o PANI é um depósito de crianças e adolescentes com problemas. A carga e as cobranças midiáticas são fortes e interferem na instituição PANI e nas pessoas que aí trabalham. (LILÁS, 2018).

O DAI está localizado na cidade de San José, mas atende emergências de toda a Província de San José, além de assessorar o atendimento das oficinas locais nos casos de emergência. Também colabora com outras instituições, como a Polícia Municipal, Prefeituras, Comissão de Emergências, Organismo de Investigação Judicial (OIJ) e outras, quando necessitam realizar intervenções, ocupações, desalojamentos, etc. A importância do trabalho interinstitucional é corroborada pelas entrevistas realizadas em 2018 com a equipe do DAI/PANI, nas quais se indica que o PANI se dedica à atenção das pessoas menores de idade e é o órgão que garante os direitos das pessoas menores de idade em coordenação com todas as entidades do Estado, além de impulsionar o empoderamento das comunidades e dos governos locais. A coordenação interinstitucional para atenção das pessoas menores de idade foi apontada como uma necessidade, pois o número de funcionários/as do PANI é insuficiente para atender uma demanda crescente de trabalho. O maior desafio externo do PANI, segundo as pessoas entrevistadas, é criar e fortalecer uma rede interinstitucional para o atendimento das pessoas menores de idade, de acordo com as competências específicas de cada instituição.

As pessoas entrevistadas indicaram que a maior conquista recente do PANI é a regionalização e descentralização do atendimento. Isso significa que cada Direção Regional deve conhecer e assumir a população menor de idade de sua região geográfica. As entrevistas também indicaram outras conquistas que aconteceram na gestão da presidente executiva Ana Teresa León Sáenz (2014-2018), como: programas de educação e prevenção desde a primeira

infância; crescimento do orçamento institucional; melhoria dos recursos para programas de atenção e intervenção descentralizada; novas contratações e aumento do quadro de funcionários/as para a instituição (mais de 200 postos); compra de equipamentos e materiais importantes para o trabalho. Concomitantemente com essas conquistas, o PANI passa por um momento de renovação institucional e de mudança de gerações, com a chegada de um grupo de pessoas jovens para o trabalho, trazendo visão nova e diferente. Segundo as pessoas entrevistadas, está acontecendo um choque positivo de gerações no quadro das pessoas funcionárias.

Cabe ressaltar que, historicamente, a atenção às pessoas menores de idade vítimas de violência na América Latina foi feita, sobretudo, por organizações, instituições e grupos religiosos, sendo que as pessoas que atuam nessas instâncias nem sempre tiveram/têm acesso a uma formação especializada que lhes prepare para seu trabalho. Muitas vezes, tais organizações existiram/existem e sobreviveram/sobrevivem graças ao compromisso de pessoas idealizadoras e comprometidas com os direitos de crianças e adolescentes.

Avaliar a efetividade das instituições de atendimento é uma questão complexa. [...] A própria existência dessas instituições, assim como o ativismo dos seus dirigentes e educadores, é uma luta pela vida e dignidade das crianças em situação de rua, cujo destino provavelmente seria, se não houvesse as instituições de atendimento, a morte precoce ou outro destino igualmente inadmissível. (SANTANA et al., 2010, p.407).

A partir da promulgação das legislações nacionais sobre os direitos das pessoas menores de idade em diferentes países latino-americanos, tanto as organizações públicas como as criadas pela sociedade civil organizada, têm se preocupado por formar e profissionalizar seu quadro de funcionários. Além de responder a preceitos legais, esse é um direito das pessoas menores de idade.

#### 4.4 SÍNTESE: À ESPERA DE ALGUÉM QUE OS LEVE E O DIREITO DE ALCANÇAR O LONGE PARA TODAS AS CRIANÇAS NAS CIDADES (!?)

Este capítulo realizou uma aproximação conceitual às categorias *território*, *territorialidade*, *territorialização*, *desterritorialização*, *reterritorialização*, *des(re)territorialização*, *des-re-rterritorialização*, *multiterritorialidade* e *aterritorialidade*, com o intuito de visibilizar e entender os movimentos e as imobilidades das pessoas menores de idade pelas ruas das grandes cidades latino-americanas, como São Paulo e San José.

As entrevistas/encontros dialogados realizadas no Projeto Quixote e no DAI/PANI permitiram conhecer a realidade dessa população, assim como as causas e consequências de seu constante perambular pelos caminhos e (des)caminhos das ruas. Organizações como o Projeto Quixote e o DAI/PANI, por acolher e apoiar crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social, são identificadas como *territórios de hospedagem e cuidado*.

No permanente movimento de des(re)territorialização que vivenciam os meninos e meninas pelas ruas, poeiras e sonhos invadem constantemente seus corpos e nublam seu desejo e seu direito de *ser criança*. Por outro lado, a resistência pessoal e coletiva que manifestam no território *rua* permite verificar que a rua é também um *território contestado*, onde crianças e adolescentes estão à espera de alguém que os leve, teimando em acreditar que a poeira e o asfalto trarão ilusão de caminhos que não conhecem, e de afetos que nunca vivenciaram.

Com a finalidade de conhecer mais especificamente o território *rua* e a realidade das crianças e dos adolescentes em situação de risco nas cidades de São Paulo e San José, serão apresentados, no próximo capítulo, dados geográficos, estatísticos, históricos e censitários dessas cidades.

## CAPÍTULO 5

### SÃO PAULO E SAN JOSÉ: CIDADES DES(RE)TERRITORIALIZADORAS

*Uma flor nasceu na rua!*  
*Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.*  
*Uma flor ainda desbotada*  
*Ilude a polícia, rompe o asfalto.*  
*Façam completo silêncio, paralisem os negócios,*  
*garanto que uma flor nasceu.*  
*Sua cor não se percebe.*  
*Suas pétalas não se abrem.*  
*Seu nome não está nos livros.*  
*É feia. Mas é realmente uma flor.*  
*Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde*  
*e lentamente passo a mão nessa forma insegura.*  
*Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.*  
*Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.*  
*É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio<sup>126</sup>.*

*(Carlos Drummond de Andrade)*

No âmbito da presente pesquisa, este capítulo busca contextualizar o desenvolvimento urbano nas cidades de São Paulo e San José a partir de revisão bibliográfica, documentos municipais, nacionais e internacionais, e perspectivas de desenvolvimento apontadas pelas pessoas integrantes do Projeto Quixote e do DAI/PANI, vozes e sujeitos partícipes eleitos para a realização desta investigação. Nesse sentido, prioriza a perspectiva da cidade a partir do recorte da infância vulnerabilizada, para indagar de que forma as cidades economicamente produtivas se relacionam com as pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, as quais, economicamente, não contribuem para o crescimento/desenvolvimento urbano. Dessa forma, a análise busca sair do discurso das demandas econômicas para ir ao encontro das demandas sociais reais de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social, que podem ser invisibilizadas e/ou ignoradas pelo crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento econômico e social.

---

<sup>126</sup> ANDRADE, Carlos Drummond. *A rosa do povo*. 37ª Ed. Rio de Janeiro: 2007, p.28.

## 5.1 A CIDADE DE SAN JOSÉ: FLORES QUE ROMPEM O ASFALTO...

O município de San José<sup>127</sup> é a sede da capital da Costa Rica e está situado no centro do país, na região denominada *Valle Central*. San José também é sede da Corte Interamericana de Direitos Humanos, do Instituto Interamericano de Cooperação e Agricultura e do Conselho Monetário Centro-americano. Na América Central, é sede de organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A extensão territorial do município é de 44,62 Km<sup>2</sup>, o que representa 0,09% de todo o território nacional e aproximadamente 1,46% da Grande Área Metropolitana (GAM) de San José, conformada por 14 *cantones*. Segundo dados do último censo nacional realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC)<sup>128</sup>, em 2010, o município de San José conta com uma população de 349.155 habitantes, concentrando 7,7% da população do país.

La Gran Área Metropolitana (GAM) es una zona delimitada con criterios técnicos de ordenamiento urbano territorial. Sus límites no corresponden con límites de cuenca ni límites administrativos de cantones (varios de ellos fraccionados) ni de distritos, ya que algunos de los distritos también están incluidos parcialmente. Esta zona se definió analizando la estructura urbana del Valle Central y áreas contiguas con posibilidades de convertirse en área urbana en el mediano plazo; igualmente, viendo las áreas rurales circundantes con relaciones de producción agropecuaria, y fuentes de agua cercanas que serían determinantes de la Zona Especial de Protección. El criterio de delimitación no correspondió exclusivamente a divisiones topográficas naturales. Tiene 31 cantones (11 de ellos parcialmente incluidos) y 165 distritos.<sup>129</sup> (MARTÍNEZ, 2014, p.5).

San José é o município mais populoso do país, 100% de seu território é considerado área urbana, sendo que o censo nacional de 2010 indicou que havia uma relação de 41% de população rural e 59% de população urbana no território nacional. Para conhecer dados sobre o desenvolvimento urbano no/do município de San José, priorizou-se, no presente estudo, consulta a dois documentos: Programa Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible

<sup>127</sup> *Cantón*, de acordo com a terminologia administrativa costarricense.

<sup>128</sup> [www.inec.go.cr](http://www.inec.go.cr)

<sup>129</sup> A Grande Área Metropolitana (GAM) é uma zona delimitada com critérios técnicos de ordenamento urbano territorial. Seus limites não correspondem a limites de bacia nem limites administrativos de cantones (vários deles fracionados) nem de distritos, já que alguns dos distritos também estão incluídos parcialmente. Esta zona se definiu analisando a estrutura urbana do Vale Central e áreas contíguas com possibilidades de se converter em área urbana a médio prazo; igualmente, vendo as áreas rurais circundantes com relações de produção agropecuária, e fontes de água próximas que seriam determinantes da Zona Especial de Proteção. O critério de delimitação não correspondeu exclusivamente a divisões topográficas naturais. Tem 31 cantones (11 deles parcialmente incluídos) e 165 distritos.

de Costa Rica (PENDHS)<sup>130</sup> e Programa de Desenvolvimento Municipal de San José (2012-2016).

Os relatórios anuais do PENDHS oferecem dados e informações relevantes sobre o desenvolvimento humano no país, incluindo o município de San José. Desde 1994, o Consejo Nacional de Rectores (CONARE) e quatro universidades públicas: UCR, UNA, Instituto Tecnológico de Costa Rica (ITCR) e Universidad Estatal a Distancia (UNED), junto com a Defensoría de los Habitantes (DH) e com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apresentam, anualmente, informação confiável e sistematizada sobre a realidade do país, no tocante ao desenvolvimento humano sustentável.

El Informe Estado de la Nación (IEN) es un sistema de seguimiento del desempeño de Costa Rica, mediante la selección, medición y evaluación de un conjunto de componentes del Desarrollo Humano Sostenible que cubren los aspectos sociales, económicos, ambientales y políticos del desarrollo. Para tales efectos cuenta con cuatro capítulos habituales: Equidad e Integración Social, Oportunidades, Estabilidad y Solvencia Económicas, Armonía con la Naturaleza y Fortalecimiento de la Democracia. Además ofrece un capítulo especial en cada edición con temas variados y un compendio estadístico que recopila más de quinientas referencias bibliográficas.<sup>131</sup>

A seguir, serão apresentados dados, acontecimentos e decisões relevantes no cenário público nacional de Costa Rica, de 2000 a 2017, relacionados com as pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social. Para obter esta informação, realizou-se uma revisão do capítulo titulado “Equidade e Integração Social”, nos Relatórios Anuais do PENDHS concernentes aos anos de abrangência do estudo.

Em 2000 foi publicado o 6º Relatório do PENDHS, que apresentou, a partir das constatações de 1999, algumas aspirações para o desenvolvimento do país. Uma delas foi a superação da pobreza.

Áreas geográficas o grupos sociales específicos inmersos en condiciones de pobreza, vulnerabilidad y exclusión social superen tales condiciones, mediante el mejoramiento de las oportunidades de empleo, el disfrute de

<sup>130</sup> [www.estadonacion.or.cr](http://www.estadonacion.or.cr) (Acesso em 14 fevereiro 2019)

<sup>131</sup> O Relatório Estado da Nação é um sistema de seguimento do desempenho de Costa Rica, através da seleção, medição e avaliação de um conjunto de componentes do Desenvolvimento Humano Sustentável que cobrem os aspectos sociais, econômicos, ambientais e políticos do desenvolvimento. Para tais efeitos conta com quatro capítulos habituais: Equidade e Integração Social, Oportunidades, Estabilidade e Solvência Econômicas, Harmonia com a Natureza e Fortalecimento da Democracia. Além disso, oferece um capítulo especial em cada edição com temas variados e um compêndio estatístico que recopila mais de quinhentas referências bibliográficas. Disponível em <http://www.estadonacion.or.cr/inicio/estado-nacion-costa-rica> (Acesso em 14 fevereiro 2019)

servicios sociales de calidad y el acceso a recursos productivos y a infraestructura. [...] Un entorno de creciente equidad, caracterizado por una mejor distribución de la riqueza, el fortalecimiento continuo de la inversión social y el acceso generalizado a las oportunidades de desarrollo y movilidad social, de manera que todas las personas puedan potenciar sus capacidades, sin distinción de su etnia, edad, sexo, ideología o credo religioso.<sup>132</sup> (PENDHS, 2000, p.88).

O 7º Relatório (2001) registrou diminuição da mortalidade infantil, o que representou o menor nível alcançado até então. “Se registra un nuevo descenso en la mortalidad infantil, que representa el menor nivel alcanzado por el país; este indicador pasa de 12,6 a 10,2 muertes por mil nacidos vivos entre 1998 y el año 2000.”<sup>133</sup> (PENDHS, 2001, p.71). Um evento importante, realizado entre 28 de junho e 1º de julho de 2001, foi o 9º Censo Nacional de População e o 5º de Vivenda, que ofereceu dados importantes para o diagnóstico e a análise do desenvolvimento do país.

O Relatório do ano seguinte (2002) trouxe um anexo com os principais dados do 3º Relatório do Estado dos Direitos da Infância e a Adolescência na Costa Rica, conhecido como *Estado de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia en Costa Rica* (EDNA) 2002. O objetivo de incluir esses dados específicos relacionados com infância e adolescência no Relatório Estado da Nação foi o seguinte:

Relacionar los derechos sociales de las personas menores de edad y su vinculación con la inversión pública, como instrumento fundamental de la política social y para hacer cumplir la obligación del Estado de velar por los derechos de este grupo. Por considerarlo un tema de amplio interés público, que además está entrañablemente ligado a los objetivos del desarrollo humano, el Consejo Consultivo del Proyecto Estado de la Nación consideró oportuno presentar la síntesis de los principales hallazgos de ese Informe.<sup>134</sup> (PENDHS, 2002, p.77).

---

<sup>132</sup> Áreas geográficas ou grupos sociais específicos, imersos em condições de pobreza, vulnerabilidade e exclusão social superem tais condições mediante o melhoramento das oportunidades de emprego, o aproveitamento de serviços sociais de qualidade e o acesso a recursos produtivos e a infraestrutura. [...] Um entorno de crescente equidade, caracterizado por uma melhor distribuição da riqueza, o fortalecimento contínuo do investimento social e o acesso generalizado às oportunidades de desenvolvimento e mobilidade social, de maneira que todas as pessoas possam potencializar suas capacidades, sem distinção de sua etnia, idade, sexo, ideologia ou credo religioso.

<sup>133</sup> Registra-se uma nova diminuição na mortalidade infantil, o que representa o menor nível alcançado pelo país; este indicador passa de 12,6 a 10,2 mortes por mil nascidos vivos entre 1998 e o ano 2000.

<sup>134</sup> Relacionar os direitos sociais das pessoas menores de idade e sua vinculação com o investimento público, como instrumento fundamental da política social e para fazer cumprir a obrigação do Estado de velar pelos direitos deste grupo. Por considerá-lo um tema de amplo interesse público, que, além disso, está intrinsecamente ligado aos objetivos do desenvolvimento humano, o Conselho Consultivo do Projeto Estado da Nação considerou oportuno apresentar a síntese das principais descobertas desse Relatório.

A novidade conceitual e analítica do EDNA 2002 foi considerar as violações dos direitos das pessoas menores de idade como uma exclusão social. Dessa forma, propôs uma análise mais ampla e complexa do tema da pobreza, indicando as políticas públicas com mais precisão, ao examinar os obstáculos particulares em cada um dos direitos apontados. O EDNA contribuiu, ainda, para suscitar uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento que vinha sendo implantado no país, e uma reflexão sobre o desenvolvimento necessário e desejável.

La incongruencia entre los compromisos jurídicos y las posibilidades económicas plantea también una contradicción entre las prioridades sociales y económicas según el enfoque conceptual de desarrollo empleado. Se pueden distinguir dos enfoques opuestos: el enfoque neoliberal, que se basa en la estabilidad económica como prioridad y el mercado como el regulador de la asignación de recursos, para el cual el bienestar social es resultado de la acción del mercado, principalmente por el 'efecto cascada', y un enfoque alternativo de 'desarrollo con rostro humano', el cual plantea un crecimiento económico dirigido a lograr prioritariamente objetivos sociales como una mejor distribución del ingreso y la riqueza, así como la disminución de la pobreza mediante políticas fiscales y de empleo fomentadas por la intervención estatal.<sup>135</sup> (PENDHS, Anexo EDNA, 2002, p.67).

Outro dado importante apresentado pelo EDNA 2002 é o de que a sociedade costarriquenha tinha, na época, um nível de pobreza bastante inferior a outros países latino-americanos. No entanto, na Costa Rica, 21% das famílias e 30% da população menor de idade estavam abaixo da linha de pobreza. Além disso, 50% da população pobre eram crianças e adolescentes, e 59% deles tinham alguma necessidade básica insatisfeita. “La premisa detrás de estos datos es que la población infantil y juvenil es de las más vulnerables y ningún país podrá salir del subdesarrollo si no rompe el ciclo de la pobreza resolviendo las necesidades básicas de esta población.”<sup>136</sup> (PENDHS, Anexo EDNA, 2002, p.68).

Com relação à vulnerabilidade infantil, pessoas entrevistadas no DAI/PANI manifestaram inconformidade diante do não cumprimento de políticas específicas para a atenção e proteção das pessoas menores de idade.

---

<sup>135</sup> A incongruência entre os compromissos jurídicos e as possibilidades econômicas expõe também uma contradição entre as prioridades sociais e econômicas segundo o enfoque conceitual de desenvolvimento empregado. Pode-se distinguir dois enfoques opostos: o enfoque neoliberal, que se baseia na estabilidade econômica como prioridade e o mercado como o regulador da liberação de recursos, para o qual o bem estar social é resultado da ação do mercado, principalmente pelo 'efeito cascata', e um enfoque alternativo de 'desenvolvimento com rosto humano', o qual propõe um crescimento econômico dirigido a conquistar prioritariamente objetivos sociais como uma melhor distribuição do ingresso e a riqueza, assim como a diminuição da pobreza mediante políticas fiscais e de emprego fomentadas pela intervenção estatal.

<sup>136</sup> A premissa detrás destes dados é que a população infantil e juvenil é das mais vulneráveis e nenhum país poderá sair do subdesenvolvimento se não rompe o ciclo da pobreza resolvendo as necessidades básicas desta população.

O problema da vulnerabilidade das pessoas menores de idade transversa todo o Estado e todas as instituições. Este país se caracteriza por ter políticas para tudo. Se buscarmos as políticas que há, por exemplo, para a infância e adolescência, temos uma lista interminável de todos os temas: saúde, educação... o assunto é que não se executam as políticas satisfatoriamente. Documentalmente não há nada que inventar, temos planos 2018-2021, temos rotas de trabalho infantil até 2020, temos tudo. Ou seja, documentalmente no papel temos tudo. O que não há é uma articulação. (BRANCO, 2018).

O 9º Relatório (2003) apresentou como avanço nacional a geração de ambientes de segurança para aproveitamento de oportunidades e desenvolvimento de capacidades criativas. Em maio daquele ano, foi criado o Conselho Social e, em agosto, esse organismo oficializou o plano “Vida Nova”, uma estratégia nacional para criação de políticas públicas de luta contra a pobreza no país. Outros três acontecimentos citados no Relatório de 2003 estão relacionados com a situação da vulnerabilidade infantil:

Los casos de violencia doméstica entrados en las oficinas judiciales pasan de 43.929 en el 2001 a 46.012 en el 2002. Los cantones con mayores tasas de denuncias por habitante son Cañas, Puntarenas, Liberia, Aguirre, Parrita, Alajuelita y en el distrito de Hatillo. La Reforma al Código de Familia permite al Patronato Nacional de la Infancia (PANI) intervenir en el proceso de adopciones de niños y niñas costarricenses por parte de extranjeros. La Sala Constitucional obliga al Ministerio de Hacienda a transferir al PANI el 7% del impuesto sobre la renta estipulado en la Ley Orgánica de esta institución.<sup>137</sup> (PENDHS, 2003, p.76).

O 10º Relatório (2004) incorporou um anexo especial sobre Segregação Residencial Socioeconômica na GAM de San José, realizado com base nos dados do Censo de População e Vivenda de 2000. Esta seção apresentou um estudo para analisar os efeitos das desigualdades sociais no território, especificamente na GAM, uma área de 1.778 km<sup>2</sup><sup>138</sup> onde vivia a metade da população do país.

El enfoque territorial de la desigualdad es importante porque permite examinar las bases físicas y económicas de la convivencia ciudadana. [...] En efecto, el trabajo localiza las áreas geográficas de concentración de los estratos extremos de la distribución del ingreso en la GAM, presenta medidas de distancia entre ellos, realiza una caracterización sociodemográfica de cada uno y abre, además, amplias posibilidades para el estudio de las causas e implicaciones de los problemas de segregación espacial en la principal área

<sup>137</sup> Os casos de violência doméstica que deram entrada nas oficinas judiciais passam de 43.929 em 2001 a 46.012 em 2002. Os cantones com maiores taxas de denúncias por habitante são Cañas, Puntarenas, Liberia, Aguirre, Parrita, Alajuelita e no distrito de Hatillo. A Reforma do Código de Família permite ao PANI intervir no processo de adoção crianças costarriquenhas por parte de estrangeiros. A Sala Constitucional obriga o Ministério da Fazenda a transferir ao PANI 7% do imposto de renda estipulado na Lei Orgânica desta instituição.

<sup>138</sup> Em 2018, devido à expansão territorial, a GAM de São José abarca 2.044 km<sup>2</sup>.

urbana del país. [...] Por segregación se entiende el grado en el que dos o más grupos de población viven distanciados entre sí, en las diferentes partes del entorno urbano.<sup>139</sup> (PENDHS, 2004, p.125).

Dados do 10º Relatório indicaram que a segregação residencial localizada na GAM de San José tem raiz econômica, ou seja, pobreza e riqueza eram seus principais determinantes. Esse dado fez com que San José se diferenciasse das cidades de outros países que apresentam uma segregação residencial caracterizada pelo pertencimento a diferentes grupos étnicos. No entanto, o depoimento de uma funcionária do DAI/PANI, respondendo à pergunta sobre a origem territorial das crianças e dos adolescentes atendidos, diverge dessa constatação, ou agrega a questão étnica à segregação residencial originada pelo fator econômico.

Os estrangeiros são a maioria das crianças e adolescentes atendidos, e são nicaraguenses. Se você vai aos subúrbios onde estão os estrangeiros o que vê primeiro é um montão de meninos e meninas aí correndo porque eles não os cuidam muito. Assim, a partir daí começam as violações, pois as crianças vão à casa do vizinho que o violou e ninguém se deu conta. Infelizmente, estes são os lugares onde mais crianças há, porque a mulher ou por sua ignorância, ou falta de educação, não se protege. E os homens, como igualmente não se importam, também não se protegem. Então as crianças nascem no vazio, ficam largadas sem o cuidado de um pai ou uma mãe. As crianças também vêm de outras regiões da Costa Rica, mas os albergues têm mais nicaraguenses. No Albergue La Garita onde eu trabalhei, eram quase todos *meninos de papelão* nicaraguenses. Eram 30 ou 35 e destes somente 10 não eram nicaraguenses. (AZUL, 2018).

O 10º Relatório advertiu sobre o risco de aprofundamento do problema da segregação residencial, devido à rápida e ampla expansão de condomínios e bairros fechados e/ou supostamente protegidos.

A partir do 11º Informe (2005), além de dados diagnósticos, incorporou-se ao documento uma análise sobre as opções de política pública para responder a temáticas relevantes da agenda nacional, a partir de uma perspectiva comparada com práticas observadas em outros países. Dessa forma, criou-se a seção “Debates para o Desenvolvimento”, com o objetivo de fomentar e retroalimentar o debate público e os processos de decisão política relacionados ao desenvolvimento da Costa Rica. Alguns dados

---

<sup>139</sup> O enfoque territorial da desigualdade é importante porque permite examinar as bases físicas e econômicas da convivência cidadã. [...] De fato, o trabalho localiza as áreas geográficas de concentração dos extratos extremos da distribuição do ingresso na GAM, apresenta medidas de distância entre eles, realiza uma caracterização sociodemográfica de cada um e abre, além disso, amplas possibilidades para o estudo das causas e implicações dos problemas de segregação espacial na principal área urbana do país. [...] Por segregação se entende o grau em que dois ou mais grupos de população vivem distanciados entre si, nas diferentes partes do entorno urbano.

do 11º Relatório são especialmente relevantes para a análise da situação da infância vulnerabilizada.

En 2004 a incidencia de la pobreza total<sup>140</sup> en los hogares pasó de 18,5% a 21,7% entre 2003 y 2004; la pobreza extrema pasó de 5,1% a 5,6%. Por primera vez, del total de hogares pobres el porcentaje de los urbanos (52%) superó a los rurales (48%). En pobreza extrema la situación sigue afectando más a los hogares de las áreas rurales (56,9%). La inversión social disminuyó por segundo año consecutivo, como consecuencia de la aplicación de medidas de contención del gasto del Gobierno Central.<sup>141</sup> (PENDHS, 2005, p.75).

O aumento da pobreza das famílias na Costa Rica foi novamente constatado no 12º Relatório (2006). “La pobreza total afectó al 21,2% de los hogares (238.037) y la extrema al 5,6% (67.711 hogares). Por segundo año consecutivo la pobreza total en el área urbana registró los niveles más altos desde 1994. El 52,2% de los hogares pobres se ubica en esa área”<sup>142</sup>. (PENDHS, 2006, p.77). No Relatório de 2007, ainda que as cifras se mantivessem entre as mais altas dos últimos doze anos, os dados sobre a pobreza na zona urbana apresentaram uma cifra ligeiramente inferior à de 2005.

O capítulo “Equidade e Integração Social” do 14º Relatório (2008) apresentou um anexo especial intitulado “Experiências internacionais na redução da pobreza e a desigualdade”, fazendo um balanço das últimas pesquisas nacionais de ingressos e gastos, realizadas em 1988 e 2004. A principal constatação foi que, nos 16 anos anteriores, Costa Rica teve um grande crescimento, no entanto os ingressos das pessoas mais pobres se deterioraram e os das pessoas mais ricas cresceram quase 84,8%. Esse dado corrobora uma mudança de época da relação entre desenvolvimento e equidade. Na análise apresentada no 14º Relatório, vale destacar o seguinte:

<sup>140</sup> Entende-se por pobreza total (ou absoluta) a que se define pelo número de pessoas em situação de pobreza, em um espaço geográfico e intervalo de tempo. A ideia básica é que a sobrevivência do indivíduo requer a mesma quantidade de recursos, independente do lugar em que vive. A pobreza extrema, por sua vez, é o estado mais grave da pobreza, quando o indivíduo não pode satisfazer suas necessidades básicas para viver, como alimento, água potável, serviços sanitários, de saúde e educação, e acesso à informação.

<sup>141</sup> Em 2004 a incidência da pobreza total nas famílias passou de 18,5% a 21,7% entre 2003 e 2004; a pobreza extrema passou de 5,1% a 5,6%. Pela primeira vez, do total de famílias pobres a porcentagem das urbanas (52%) superou as rurais (48%). Em pobreza extrema a situação continua afetando mais as famílias das áreas rurais (56,9%). O investimento social diminuiu pelo segundo ano consecutivo, como consequência da aplicação de medidas de contenção do gasto do Governo Central.

<sup>142</sup> A pobreza total afetou 21,2% das famílias (238.037) e a extrema 5,6% (67.711 famílias). Pelo segundo ano consecutivo a pobreza total na área urbana registrou os níveis mais altos desde 1994. 52,2% das famílias pobres se encontram nessa área.

Atender la pobreza y la desigualdad es crucial para el desarrollo humano. En el caso de la pobreza, porque es una condición que priva a las personas de la posibilidad de desarrollar sus capacidades, al excluirlas de la vida social, impedirles participar en la comunidad, o interactuar libremente con las otras personas. Además, la desigualdad afecta el desarrollo humano por diversas razones: en primer lugar porque incide de manera directa en lo que la gente está en condiciones de ser o hacer; en ocasiones es producto de factores externos como el lugar de nacimiento, el género, la edad o el origen étnico, lo que afecta el acceso a las oportunidades; el incremento de las diferencias puede volver demasiado lenta y traumática la posibilidad de que las personas puedan disfrutar de las oportunidades y derechos para vivir la vida que valoran. La existencia de desigualdades extremas debilita la democracia y sus instituciones, al reflejar disparidades en el poder político, y no contribuye a reducir la pobreza, ni a incrementar el crecimiento económico.<sup>143</sup> (PENDHS, 2008, p.149).

As reflexões suscitadas no 14º Relatório indicaram que a redução da pobreza e o arrefecimento das desigualdades sociais representariam um dos maiores desafios que Costa Rica deveria enfrentar no início do século XXI. Com uma perspectiva propositiva, o Relatório sugeriu um redesenho das políticas públicas redistributivas, que permitisse afrontar esses desafios de forma sustentável e de acordo com o crescimento econômico do país.

O 15º Relatório (2009) salientou a aprovação da Lei 8.654, que proíbe o castigo físico e humilhante contra crianças e adolescentes, por parte de pais, mães e pessoas cuidadoras na família. A edição do 15º Relatório apresentou, ainda, um capítulo especial intitulado “Classes, estilos de desenvolvimento e crescimento econômico na Costa Rica 1988-2008: uma nova perspectiva para o estudo da desigualdade social”. Este capítulo inaugurou uma nova e importante área de investigação no PENDHS, pois incluiu nos estudos sobre desenvolvimento humano e desigualdade na Costa Rica, o tema da estrutura de classes sociais. Este enfoque permite identificar as causas da desigualdade a partir do conhecimento das capacidades das pessoas para aceder (ou não) às oportunidades.

La estructura de clases ha servido también para revisar, este año, tres temas que han sido abordados en sucesivos Informes, pero esta vez desde el punto de vista del impacto que tienen sobre las clases sociales y, por ende, sobre las oportunidades y la desigualdad; estos son el estilo de desarrollo, el

---

<sup>143</sup> Atender a pobreza e a desigualdade é crucial para o desenvolvimento humano. No caso da pobreza, porque é uma condição que priva as pessoas da possibilidade de desenvolver suas capacidades, ao excluí-las da vida social, impedi-las de participar na comunidade, ou interatuar livremente com as outras pessoas. Além disso, a desigualdade afeta o desenvolvimento humano por diversas razões: em primeiro lugar porque incide de maneira direta no que as pessoas estão em condições de ser ou fazer; em alguns casos é produto de fatores externos como o lugar de nascimento, o gênero, a idade ou a origem étnica, o que afeta o acesso às oportunidades; o incremento das diferenças pode se tornar muito lenta e traumática a possibilidade de que as pessoas possam aproveitar das oportunidades e direitos para viver a vida que valorizam. A existência de desigualdades extremas debilita a democracia e suas instituições, ao refletir disparidades no poder político, e não contribui para reduzir a pobreza, nem para incrementar o crescimento econômico.

crecimiento económico y la desigualdad de los ingresos. [...]En cuanto al primer tema, no se había podido hacer ninguna afirmación en torno a la situación de las clases sociales como resultado del estilo de desarrollo seguido. Ahora sí. Una primera constatación es que los sectores económicos tienen asociadas estructuras de clase con características propias. Ello parece indicar que no todas las clases se expanden igual cuando se expanden los sectores productivos, ni todas se contraen igual cuando se contraen los sectores productivos. En lo referente al crecimiento económico y el impacto sobre las clases sociales, el Informe Estado de la Nación venía siendo omiso; no se podía determinar el impacto de las fases de expansión y de contracción económicas sobre los ingresos de las distintas clases sociales, más allá de las brechas surgidas entre los deciles<sup>144</sup> o quintiles de mayores y menores ingresos. Ahora sí. Una primera constatación al respecto es que los ingresos reales promedio son procíclicos: en las fases de expansión económica se ajustan hacia arriba para todas las clases sociales, y en las fases de contracción se ajustan a la baja. Sin embargo, la velocidad y el grado de ajuste son distintos según la clase social de que se trate.<sup>145</sup> (PENDHS, 2009, p.305).

O 16º Relatório (2010) indicou que o aumento da pobreza tinha sido estancado, consequência das transferências econômicas de assistência social que as famílias receberam, especificamente, as aposentadorias do regime não contributivo e o programa *Avancemos*<sup>146</sup>.

O Relatório de 2011 informou que Costa Rica ocupava o 6º lugar latino-americano no índice de desenvolvimento humano, depois de ostentar a 4ª posição por vários anos. Segundo os dados apresentados, isso aconteceu devido a mudanças na metodologia da pesquisa, assim como atrasos na área educativa. No entanto, o Relatório também apontou que em junho de 2010 foi aprovada uma reforma do artigo constitucional, para aumentar o índice do PIB

<sup>144</sup> *Decil* é uma classificação da população em grupos segundo os ingressos econômicos que tenha uma família. *Quintil* é uma classificação que funciona como a dos *deciles*, mas cada quintil corresponde a dois ou mais *deciles*.

<sup>145</sup> A estrutura de classes serviu também para revisar, este ano, três temas que têm sido abordados em sucessivos Relatórios, mas desta vez do ponto de vista do impacto que têm sobre as classes sociais e, portanto, sobre as oportunidades e a desigualdade; estes são o estilo de desenvolvimento, o crescimento econômico e a desigualdade dos ingressos. [...] Com relação ao primeiro tema, não se podia fazer nenhuma afirmação sobre a situação das classes sociais como resultado do estilo de desenvolvimento seguido. Agora sim. Uma primeira constatação é que os setores econômicos têm associadas estruturas de classe com características próprias. Isso parece indicar que não todas as classes se expandem igualmente quando se expandem os setores produtivos, nem todas se contraem igualmente quando se contraem os setores produtivos. No que se refere ao crescimento econômico e o impacto sobre as classes sociais, o Relatório Estado da Nação vinha sendo omisso; não era possível determinar o impacto das fases de expansão e de contração econômicas sobre os ingressos das distintas classes sociais, além das brechas surgidas entre os *deciles* ou *quintiles* de maiores e menores ingressos. Agora sim. Uma primeira constatação a respeito é que a média dos ingressos reais são procíclicos: nas fases de expansão econômica se ajustam para cima para todas as classes sociais, e nas fases de contração se ajustam para baixo. No entanto, a velocidade e o grau de ajuste são distintos segundo a classe social de que se trate.

<sup>146</sup> O Programa *Avancemos* foi criado em 2008, com alcance nacional na Costa Rica. Consiste na transferência monetária condicionada de recursos para promover a permanência e reinserção no sistema educativo formal, de adolescentes e jovens pertencentes a famílias que apresentam dificuldades para manter seus filhos no sistema educativo por causas econômicas. Contribuí, portanto, no incremento dos ingressos das famílias, favorecendo o acesso à educação e a universalização do ensino médio, redução da pobreza, reversão dos processos de atraso escolar, e prevenção do trabalho infantil.

destinado à educação. “En junio del 2010 la Asamblea Legislativa aprobó una reforma al artículo 78 de la Constitución Política, para aumentar a un 8% del PIB el aporte estatal a la educación. Esta disposición regirá a partir del año 2014, y debe ser ratificada en segunda legislatura.”<sup>147</sup> (PENDHS, 2011, p.73).

Outras duas informações do Relatório de 2011 são relevantes no tocante à população menor de idade. A primeira é que 12,3% das pessoas jovens entre 12 e 24 anos não estudava nem trabalhava. Desse grupo, 73% eram mulheres e moravam em zona rural (50%), com baixos níveis de escolaridade e índices de pobreza superiores à média nacional. Por outro lado, houve um aumento considerável de homicídios causados por problemas de drogas, presunção de sicariato e vinganças associadas ao narcotráfico. Esses crimes passaram de 15% do total de pessoas assassinadas na metade dos anos 90, a 40% em 2010. (PENDHS, 2011).

O 18º Relatório (2012) apresentou a informação de que entre 30 de maio e 03 de junho de 2011 se realizou o 10º Censo Nacional de População, o qual contabilizou 4.301.712 habitantes na Costa Rica. Algumas análises dos dados censitários merecem destaque.

En el período intercensal 2000-2011 la población creció a una tasa media anual del 1,1%, muy inferior a los dos registros previos (2,3% entre 1973 y 1984, 2,8% entre 1984 y 2000). [...] En 2011 Costa Rica mejoró en forma simultánea todos los indicadores de logro en materia de salud, incluyendo reducciones en la mortalidad bruta, materna e infantil y aumentos en la esperanza de vida. [...] El número de jóvenes que no estudian ni trabajan, conocidos como 'nini', disminuyó en 20.462 personas entre 2010 y 2011, con lo cual se revirtió el incremento observado en los años 2009 y 2010, y constituye el descenso más significativo desde 2001. [...] La brecha entre la pobreza rural y la urbana se acortó en un punto porcentual, como resultado de un aumento en la incidencia urbana (que llegó al 19,1%) y una leve reducción en la rural (al 26,0%) [...] La Gran Área Metropolitana ostenta las mejores condiciones de vida en materia de acceso a servicios públicos, calidad de la vivienda, tenencia de activos y logro educativo.<sup>148</sup> (PENDHS, 2012, p.87).

<sup>147</sup> Em junho de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou uma reforma do artigo 78 da Constituição Política, para aumentar a 8% do PIB a contribuição estatal à educação. Esta disposição regirá a partir do ano 2014, e deve ser ratificada em segunda legislatura.

<sup>148</sup> No período intercensal 2000-2011 a população cresceu numa taxa média anual de 1,1%, muito inferior aos dois registros prévios (2,3% entre 1973 e 1984, 2,8% entre 1984 e 2000). [...] Em 2011 Costa Rica melhorou de forma simultânea todos os indicadores de resultado em matéria de saúde, incluindo reduções na mortalidade bruta, materna e infantil e aumentos na esperança de vida. [...] O número de jovens que não estudam nem trabalham, conhecidos como “nini”, diminuiu em 20.462 pessoas entre 2010 e 2011, com o qual se reverteu o incremento observado nos anos 2009 e 2010, e constitui o descenso mais significativo desde 2001. [...] A brecha entre a pobreza rural e a urbana diminuiu um ponto percentual, como resultado de um aumento na incidência urbana (que chegou a 19,1%) e uma leve redução na rural (26,0%) [...] A Grande Área Metropolitana ostenta as melhores condições de vida em matéria de acesso a serviços públicos, qualidade da moradia, segurança de ativos e melhora educativa.

Igualmente, o 19º Relatório (2013) aprofundou e analisou dados do Censo de 2011, indicando que os 201.870 jovens que nem estudavam, nem trabalhavam (“ninis”), representavam 19,3% da população entre 12 e 24 anos. Segundo a avaliação feita, esta proporção tinha diminuído na última década (23,9% em 2000). Nesse grupo, distinguem-se quatro perfis: desempregados (8,2%), participantes de modalidades de educação não regular (24,3%), mulheres com responsabilidades familiares (23%) e o “núcleo nini” (44,4%). (PENDHS: 2013, p.79).

O ano de 2014 é comemorativo de 20 anos dos Relatórios do PENDHS. Por conta disso, o 20º Relatório não apenas informou e avaliou o desenvolvimento humano do país no ano de 2013, mas também fez um balanço de época. A avaliação de fundo detecta desgaste no estilo de desenvolvimento implantado nos anos 90, principalmente por não alimentar o desenvolvimento humano na proporção das necessidades do país. Tal modelo de desenvolvimento não conseguiu impulsar uma era de rápido progresso e, do ponto de vista internacional, gerou um desempenho insuficiente em matéria de desenvolvimento humano.

El Informe argumenta que ha finalizado una época histórica en el país, pues se han cumplido dos condiciones. En primer lugar, hay suficiente evidencia de que el costo de seguir con el estilo de desarrollo actual es superior a las ventajas que se derivan de mantenerlo. En segundo lugar, entre la ciudadanía se ha desvanecido la convicción de que con ese estilo el país va por el rumbo deseado. Por eso este Informe plantea que Costa Rica inició una nueva era, en la que se reformularán las apuestas de progreso. La naturaleza de estas, y la forma en que se implanten, dependerán del manejo que se dé en cada caso a las transiciones y, en especial, de la manera en que se distribuyan los beneficios y los sacrificios entre la población. Es vital no descuidar las fortalezas. La plataforma de activos sociales e institucionales con que cuenta el país, forjada a lo largo del tiempo, ofrece un punto de partida favorable. Sin embargo, todavía no se han construido los acuerdos necesarios para relanzar el desarrollo humano y, por el contrario, se está configurando un escenario complejo. El desafío del sistema político es conducir democráticamente, con el mínimo de confrontaciones y costos para los más débiles, las inevitables transiciones y ajustes que ocurrirán en los próximos años.<sup>149</sup> (PENDHS, 2014, p.35).

---

<sup>149</sup> O Relatório argumenta que finalizou uma época histórica no país, pois se cumpriram duas condições. Em primeiro lugar, existe suficiente evidência de que o custo de seguir com o estilo de desenvolvimento atual é superior às vantagens que se derivam de mantê-lo. Em segundo lugar, entre a cidadania desvaneceu a convicção de que com esse estilo o país vai pelo rumo desejado. Por isso este Relatório aponta que Costa Rica iniciou uma nova era, na qual se reformularão as apostas de progresso. A natureza destas, e a forma como serão implantadas, dependerão do manejo que se dará em cada caso às transições e, em especial, da maneira em que se distribuirão os benefícios e os sacrifícios entre a população. É vital não descuidar das fortalezas. A plataforma de ativos sociais e institucionais com que conta o país, forjada ao longo do tempo, oferece um ponto de partida favorável. No entanto, ainda não foram construídos os acordos necessários para relançar o desenvolvimento humano e, pelo contrário, está se configurando um cenário complexo. O desafio do sistema político é conduzir democraticamente, com o mínimo de confrontações e custos para os mais débeis, as inevitáveis transições e ajustes que ocorrerão nos próximos anos.

O 21º Relatório (2015) retomou o tema da violência, indicando que em 2014 voltou a aumentar a taxa de homicídios, depois da tendência de baixa registrada entre 2011 e 2013. Constatou-se uma concentração territorial da violência em alguns distritos do país, o que tem relação direta com a instalação de uma forma específica de organização criminal: grupos de venda de drogas que se constituem e operam como estruturas empresariais. (PENDHS, 2015).

O 22º Relatório (2016) salientou que as prefeituras financiaram e executaram obras para prestação de serviços sociais a seus habitantes com recursos próprios, ou com recursos do orçamento nacional. O investimento social municipal representou, em média, 20% dos ingressos totais das prefeituras. Por outro lado, destacou que Costa Rica teve dificuldades para garantir a integração social das pessoas migrantes. “A esto se suma un fenómeno que no es exclusivo del país: la migración de tránsito, que se ha agravado desde finales de 2015, con oleadas de migrantes temporales provenientes de Cuba, África y Haití.”<sup>150</sup> (PENDHS, 2016, p.85).

O 23º Relatório (2017) apontou que entre 2015 e 2016 houve diminuição da porcentagem de famílias em situação de pobreza. Em 2016, no entanto, 31,5% das famílias continuavam sofrendo alguma forma de pobreza: monetária, multidimensional ou ambas.

El 61% de la reducción de la pobreza por ingresos se explica por las transferencias de los programas sociales. El efecto fue mayor en zonas rurales y en la pobreza extrema. [...] Continuó la expansión real de la inversión social pública (ISP), aunque a un ritmo menor que en 2015. El aumento no es generalizado y refleja una gran dispersión entre programas sociales. Tarde o temprano, los graves problemas fiscales del país repercutirán negativamente en la disponibilidad de recursos, como ya ha sucedido en el pasado. La ISP atenúa el aumento de la desigualdad.<sup>151</sup> (PENDHS, 2017, p.71).

Outra constatação importante foi que, no final de 2016 e início de 2017, houve melhora no desempenho do mercado de trabalho, depois de dois anos com cifras negativas. No entanto, o Relatório apontou um cenário de crescimento do emprego informal. Especificamente sobre a temática da infância e adolescência, em 2016 a *Red Nacional de*

<sup>150</sup> A isto se agrega um fenômeno que não é exclusivo do país: a migração de trânsito, que se agravou desde o final de 2015, com ondas de migrantes temporais provenientes de Cuba, África e Haiti.

<sup>151</sup> 61% da redução da pobreza por ingressos se explica pelas transferências dos programas sociais. O efeito foi maior em zonas rurais e na pobreza extrema. [...] Continuou a expansão real do investimento social público (ISP), ainda que a um ritmo menor que em 2015. O aumento não é generalizado e reflete uma grande dispersão entre programas sociais. Tarde ou cedo, os graves problemas fiscais do país repercutirão negativamente na disponibilidade de recursos, como já aconteceu no passado. A ISP atenua o aumento da desigualdade.

*Cuido*<sup>152</sup> registrou 1.157 centros infantis financiados total ou parcialmente pelo Estado, atendendo 52.190 crianças em todo o país. Com relação à localização geográfica dos centros infantis, “la distribución de beneficiarios por cantón muestra una fuerte concentración en diecinueve de ellos, mayoritariamente urbanos de la región Central. No existe una asociación clara entre cantones con altos porcentajes de pobreza y la Red de Cuido.”<sup>153</sup> (PENDHS, 2017, p.71).

A segunda fonte elegida para acessar informações relevantes relacionadas com a infância vulnerabilizada na Costa Rica é o Plan de Desarrollo Municipal de San José<sup>154</sup> (PDM). Trata-se de um instrumento de planejamento de médio prazo do desenvolvimento urbano, econômico, social, cultural e ambiental do município, e é referência para formulação dos Planos Operativos Anuais. Realiza-se de acordo com o estabelecido no Código Municipal (Lei Nº 7794) de abril de 2001 e suas reformas, como também a normativa em matéria de planejamento municipal. O PDM 2012-2016 do município de San José foi uma atualização do plano anterior, e buscou garantir, tanto a continuidade, como a sustentabilidade dos projetos e ações que já vinham acontecendo.

O PDM parte de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, entendido no documento como o desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades atuais sem comprometer os recursos e possibilidades das gerações futuras. O tema ambiental é particularmente enfatizado, pois o município de San José realiza esforços para diminuir a contaminação e os efeitos das mudanças climáticas provocadas pela ação humana degradante sobre a natureza. Dessa forma, a administração municipal se une a uma iniciativa nacional, pois Costa Rica assumiu em seu Plano Nacional de Desenvolvimento a prioridade de ser carbono neutral até o ano 2021. De forma similar ao observado em outros países latino-americanos, também aconteceu na Costa Rica um processo acelerado de industrialização e urbanização, cujos efeitos se concentram especialmente na cidade de San José.

La evolución demográfica del cantón de San José está directamente relacionada con los procesos sociales, políticos y económicos que se han experimentado en el país principalmente a partir de mediados del siglo XX. Es así que factores tales como el modelo económico impulsado a partir de los

<sup>152</sup> Em março de 2014 entrou em vigor na Costa Rica a Lei de Rede Nacional de Cuido e Desenvolvimento Infantil, com o objetivo de albergar crianças, na maioria de família de baixos recursos. Com isso, o governo aposta na importância do cuidado integral e o desenvolvimento na primeira infância, como fator importante para diminuir e/ou fechar brechas sociais, econômicas e cognitivas.

<sup>153</sup> A distribuição de beneficiários por cantón mostra uma forte concentração em dezenove deles, majoritariamente urbanos da região Central. Não existe uma associação clara entre cantones com altas porcentagens de pobreza e a Rede de Cuido.

<sup>154</sup> Plano de Desenvolvimento Municipal de São José.

50's baseado en la industrialización del país para la sustitución de importaciones, el agotamiento de la frontera agrícola, la migración campo ciudad, influyeron en el proceso acelerado de urbanización y conurbación de la región central del país y zona de influencia del cantón de San José, que alcanzó hasta un 4,7% de crecimiento anual de la población urbana. En el marco de este proceso acelerado de urbanización el cantón de San José experimenta un acelerado crecimiento de población entre 1950 y 1963 pasando de 111.820 habitantes en 1950 a 169.938 en 1963, lo cual representa un incremento porcentual de su población del 51% en 13 años, llegando a alcanzar índices demográficos elevados.<sup>155</sup> (PDM 2012-2016, p.13).

O acelerado processo de industrialização, urbanização e crescimento demográfico acontecido a partir da década de 1950 trouxe mudanças significativas no cenário urbano costarriquenho. Dar-se-á ênfase, nesse estudo, àquelas que tiveram maior impacto na vida e/ou qualidade de vida da população menor de idade, entendendo que qualidade de vida supõe que pessoas, famílias e grupos sociais vivam livremente, de forma digna, saudável, segura e livre de discriminação.

Um aspecto abordado no PDM que merece ser destacado é a questão habitacional. A partir da segunda metade do século XX, a necessidade de moradia foi crescendo nos povos e cidades vizinhas de San José, o que gerou um crescimento horizontal e um rápido processo de conurbação. Esse fenômeno incentivou a criação do Instituto Nacional de Vivienda y Urbanismo (INVU), em 1954, com o objetivo de construir moradia para a população de baixa e média renda. Essa foi a resposta do Estado do Bem Estar para a crescente demanda habitacional; no entanto, a problemática da moradia urbana, aliada à falta de políticas públicas adequadas para a atenção da infância e juventude, incidiram diretamente na qualidade de vida das famílias e, por conseguinte, das pessoas menores de idade. Dados das entrevistas realizadas com a equipe do DAI/PANI confirmam tal afirmação.

A situação das crianças e adolescentes que estão na rua é muito complexa, porque o que acontece é que a maioria da população que nós atendemos vem de lugares infelizmente marginalizados, de extrema pobreza, e, além disso, de lares totalmente desintegrados, lares onde a figura do pai não se encontra na casa, e os menores começam a por e impor suas regras, não se pode lidar com eles. E então eles começam a se separar do lar, e se agregamos que isto

---

<sup>155</sup> A evolução demográfica do cantón de San José está diretamente relacionada com os processos sociais, políticos e económicos que têm acontecido no país principalmente a partir de meados do século XX. É assim que fatores como o modelo económico impulsado a partir dos 50's baseado na industrialização do país para a substituição de importações, o esgotamento da fronteira agrícola, a migração campo cidade, influíram no processo acelerado de urbanização e conurbação da região central do país e zona de influência do cantón de San José, que alcançou até 4,7% de crescimento anual da população urbana. A partir deste processo acelerado de urbanização o cantón de San José experimenta um acelerado crescimento de população entre 1950 e 1963 passando de 111.820 habitantes em 1950 a 169.938 em 1963, o que representa um incremento porcentual de sua população de 51% em 13 anos, chegando a alcançar índices demográficos elevados.

os leva a andar com más companhias, então ao se separar das casas acontece que começam a usar drogas, enfim más companhias. Nós temos abordado muitas situações assim, eu trabalho com o DAI há 23 anos e vejo que isto é como um modelo a seguir, é uma cadeia que dificilmente se rompe, e é a mesma sequência. Aqui temos situações que não somente acontecem na área metropolitana, mas sim na grande área metropolitana, e isto está se estendendo, é como algo viral e está se estendendo às províncias de todo o país. Então, o que significa isto? Que nós vamos atender população com a mesma tipologia que a que vemos aqui em San José. (MARRON, 2018).

Outro aspecto a ser considerado no PDM, relacionado com o anterior, é o incremento acentuado da pobreza urbana. Durante a década de 1980, devido à crise econômica que assolou o país, o crescimento da pobreza urbana, principalmente nos bairros periféricos, ficou mais evidente e mais crítico. Com diminuição de investimento nas instituições estatais, a pobreza urbana se incrementou, e o espaço urbano de San José foi reconfigurado devido às primeiras ocupações de terras na área metropolitana, gerando assentamentos informais e segregação socioespacial. Na reconfiguração espacial urbana, famílias em condição de pobreza e de vulnerabilidade social ocuparam as periferias da cidade, muitas delas carentes das condições mínimas necessárias para o cuidado de crianças e adolescentes. As entrevistas realizadas no DAI/PANI indicam que a situação atual das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social está relacionada com processos de negligência, não somente das famílias, mas também nos níveis social e econômico.

O que eu tenho visto na experiência de trabalhar com esta população é que, efetivamente, ao não proteger a infância, se abriu uma rota para que chegassem à rua. E que esta rota se chama negligência, e que ao não trabalhar em nível social, em nível familiar, em nível econômico com os fatores de risco que vulnerabilizam as pessoas menores de idade, faz com que cheguem à rua e, principalmente, em sua etapa de adolescência de maneira mais marcada. (ROXO, 2018).

As políticas públicas implantadas nos anos seguintes com o objetivo de solucionar a problemática habitacional dos grupos socialmente mais vulneráveis, orientaram suas ações através de subsídios e garantias creditícias, com eliminação de requisitos municipais para construção de projetos de vivenda de interesse social. O resultado foi a implantação de uma política desvinculada dos critérios de ordenamento territorial, planificação regional ou urbana, e urbanismo.

Se puso en práctica una política 'viviendista', totalmente divorciada de criterios de ordenamiento territorial, la planificación regional o urbana y el urbanismo que provocó una expansión urbana inadecuada, extensiva, que

empezó a poner en riesgo la sostenibilidad de la región metropolitana de San José y de la Gran Área Metropolitana con un alto costo social, debido a la extensión de las diversas redes de servicios. Como resultado de estas políticas de vivienda de las últimas administraciones, se cuenta actualmente en el Cantón de San José con una gran cantidad de urbanizaciones de interés social, de carácter marginal, desarrolladas en las décadas pasadas, construidas sin la debida supervisión estatal, en contravención con las normas de construcción y urbanísticas. [...] Las viviendas de estas urbanizaciones se caracterizan por la baja calidad de la construcción, servicios públicos inadecuados, deficiente infraestructura y ausencia de áreas comunales.<sup>156</sup> (PDM 2012-2016, p.20).

A realidade e as dificuldades das famílias moradoras nos subúrbios de San José são descritas pelas pessoas entrevistadas no DAI/PANI como uma das causas que desterritorializa crianças e adolescentes de suas famílias e comunidades, e as leva para as ruas.

Eles se acostumam a viver, em muitíssimas situações, em condições sem acesso aos serviços básicos e direitos fundamentais, então isto gera a necessidade de buscá-los mediante outras possibilidades, o que os leva, em muitos casos, a delinquir, a se incorporar com quadrilhas com as quais possam ter acesso a dinheiro, que possam ter acesso a coisas tão simples como roupa de marca, telefones celulares. Como o desenvolvimento urbano interfere na realidade das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social? Interfere a partir das necessidades que não são cobertas destas pessoas menores de idade, por viver nestes tipos de lugares. Inclusive, temos muitas pessoas menores de idade que dizem: eu entrei no narcotráfico e comecei a assaltar porque não tinha nada que comer em casa, inclusive ajudam a mãe e este é seu modo de vida. Então, efetivamente, há uma intervenção das condições socioeconômicas e socioculturais, onde esta pessoa menor de idade se desenvolve, em um destes subúrbios, para dizê-lo de alguma forma, que intervêm diretamente e marcam sua vida. Porque a mãe certamente não tem dinheiro para mandá-los à escola, então a criança fica todo o dia na casa, e que faz se está na casa? Muitas vezes vai buscar as alianças que lhe deem algo mais, acessos mais fáceis, como buscar alimentação, buscar coisas que não podem ter no seu núcleo familiar. (BRANCO, 2018).

Segundo o PDM, com relação à estrutura econômica, não existem, na Costa Rica, estatísticas e indicadores econômicos que ofereçam dados sobre o produto interno bruto dos municípios. Para analisar a base econômica de San José, a Prefeitura local utiliza indicadores

---

<sup>156</sup> Colocou-se em prática uma política 'vivendista', totalmente divorciada de critérios de ordenamento territorial, a planificação regional ou urbana e o urbanismo que provocou uma expansão urbana inadequada, extensiva, que começou a por em risco a sustentabilidade da região metropolitana de San José e da Grande Área Metropolitana com um alto custo social, devido à extensão das diversas redes de serviços. Como resultado destas políticas de vivienda das últimas administrações, conta-se atualmente no Cantón de San José com uma grande quantidade de urbanizações de interesse social, de caráter marginal, desenvolvidas nas décadas passadas, construídas sem a devida supervisão estatal, em contravenção com as normas de construção e urbanísticas. [...] As vivendas destas urbanizações se caracterizam pela baixa qualidade da construção, serviços públicos inadequados, deficiente infraestructura e ausência de áreas comuns.

próximos como estatísticas sobre a composição de emprego e padrões que oferece o Departamento de Estatística da Caixa Costarricense de Seguro Social (CCSS). Os dados da CCSS indicam maior concentração econômica na atividade do comércio (30,4%), seguido pelas atividades do setor de serviços sociais e de saúde (8,12%), hotéis (9,71%) e restaurantes (4,58%). A economia no município está fundamentada na pequena e média empresa. O censo econômico de 2000 indica algumas problemáticas urbanas que vêm dificultando as atividades econômicas empresariais no município de San José, impedindo um modelo produtivo mais competitivo e inclusivo, o que tem levado à perda de competitividade frente a outros municípios e países vizinhos. Alguns desses fatores estão elencados no PDM.

Entre algunos de los factores que le están restando competitividad a la ciudad de San José con respecto a otros cantones del Área Metropolitana de San José y la GAM se podrían enumerar los siguientes: a nivel de la ciudad: zonas deprimidas (indigentes, delincuentes, ghettos) en el centro y periferia de la ciudad; vendedores ambulantes que invaden el espacio público de uso común de circulación; inseguridad ciudadana; congestión vial; transporte público inadecuado e ineficiente; comercio sin parqueos para clientes. A nivel de las empresas principalmente: la propiedad de las empresas del cantón es sustancialmente nacional, lo que indica el poco grado de apertura a la influencia de los capitales extranjeros para el financiamiento y transferencia de conocimiento que se exprese en mejores prácticas administrativas y en empresas más innovadoras.<sup>157</sup> (PDM 2012-2016, p.38).

Aspectos do cenário urbano de San José, como indigência, delinquência e narcotráfico, foram especialmente contemplados nas entrevistas realizadas no DAI/PANI. Como este cenário foi avaliado sob a ótica de pessoas que trabalham com a população menor de idade em situação de rua e de risco social, a indigência, a delinquência e o narcotráfico foram tratados como consequência da falta e/ou insuficiência de investimentos públicos na área social, e não como causa da evasão de investimentos empresariais e econômicos na cidade. Ou seja, não são as pessoas menores de idade em situação de rua que impedem a saudável ecologia social de San José.

Quais são as situações de risco que se dão na cidade? Parece-me que não foram feitos os esforços suficientes para garantir uma melhora neste aspecto.

<sup>157</sup> Entre alguns dos fatores que apresentam competitividade à cidade de San José com respeito a outros cantones da Área Metropolitana de San José e a GAM podem ser apontados os seguintes: no nível da cidade: zonas deprimidas (indigentes, delinquentes, guetos) no centro e periferia da cidade; vendedores ambulantes que invadem o espaço público de uso comum de circulação; insegurança pública; congestionamento das ruas; transporte público inadequado e ineficiente; comércio sem estacionamentos para clientes. No nível das empresas principalmente: a propriedade das empresas do cantón é substancialmente nacional, o que indica o pouco grau de abertura à influência dos capitais estrangeiros para o financiamento e transferência de conhecimento que se expresse em melhores práticas administrativas e em empresas mais inovadoras.

Ou seja, desenvolvem-se coisas, acho que mais no nível superficial e isto não permite abarcar a área da infância em situação de risco. Portanto, até certo ponto, este problema pode crescer ou se pode visualizar mais facilmente porque não existe uma coincidência, não existe uma harmonia, não existe uma coerência entre o que se pretende com o desenvolvimento e o que se faz. É um desenvolvimento que nem sempre tem preocupação pelas pessoas menores de idade, vai por outro lado, não se tomam as medidas para que exista uma congruência neste sentido. (LILÁS, 2018).

Outra pessoa entrevistada associou a migração das famílias em situação de vulnerabilidade para o município de San José, com o desenvolvimento urbano desordenado e pouco planejado.

Igualmente eu acredito que no resto de todo o país o desenvolvimento urbano tem sido muito desordenado, pouco planejado, e o que se pretendeu, na verdade, é que as famílias fossem para a periferia, impondo situações, em realidade, em que as crianças emigrassem para a cidade para conquistar situações ou processos, como situações de risco ou situações que os expõem a delinquir como o tráfico e a exploração, motivados por querer sair desta periferia, onde os recursos estão bastante limitados. Realmente, o que tem contribuído nesta desorganização é uma marcada diferença de classes sociais. (ROXO, 2018).

O tema/realidade da migração também foi abordado no PDM, como um fator que influenciou e ainda influencia o desenvolvimento urbano de San José. O documento faz menção especial à imigração estrangeira, incrementada a partir da última década do século XX. Esse fenômeno tem provocado mudanças profundas na dinâmica e na configuração urbana de San José, que se transformou em uma cidade culturalmente diversa, multicultural e pluriétnica<sup>158</sup>. A situação da imigração na cidade de San José também foi avaliada nas entrevistas realizadas junto à equipe do DAI/PANI, principalmente no que se refere às consequências estruturais de moradia na cidade, e à situação de risco das pessoas menores de idade.

As mudanças têm sido muito grandes, principalmente com a chegada dos estrangeiros, pela situação econômica estão chegando muitos estrangeiros e eles vêm buscar o sonho costarricense, como o sonho americano que buscam outros por outro lado. E por não ter lotes, começam a sair os subúrbios, onde as pessoas vão se acomodando, começam a nascer as crianças, estas crianças vão sendo criadas nos subúrbios, e é como uma roda da mesma coisa. São violentados seus direitos, são violentados pelo companheiro da mãe, ou pela companheira do pai, e aí vai a cadeia. Estas são

---

<sup>158</sup> O artigo 1º da Constituição Política da Costa Rica diz que o país é uma República democrática, livre, independente, multiétnica e pluricultural. A reforma constitucional que estabeleceu o caráter multiétnico e pluricultural da Costa Rica foi assinada no dia 24 de agosto de 2015.

as crianças que no futuro chegam ao PANI, porque no final se transformam em crianças institucionalizadas. Há pessoas que deixam aqui os filhos porque supostamente não os aguentam, não os suportam. Há crianças violentadas, que já foram violadas sexualmente, e a senhora não quer fazer a denúncia, prefere que o PANI fique com a criança. Há senhoras que foram violadas e também as crianças foram violadas, e não querem fazer a denúncia porque o companheiro lhe paga a luz ou a água. Então a superpopulação é a mais vulnerável e a mais necessitada e isto faz que San José, de 2000 para cá seja muito diferente. Falemos também de edifícios muito modernos e todas estas coisas, mas há que considerar os estrangeiros que vêm de fora e não encontram seu trabalho. Há pessoas boas que vêm trabalhar e há pessoas más que não trabalham e ficam aqui e trazem as meninas para trabalhar na prostituição. É como um tráfico, atualmente há muitos lugares cheios de meninhas e meninas escondidas para a prostituição. Estas coisas acontecem porque as pessoas querem crescer, melhorar de vida, às vezes entregam seus filhos e filhas a alguém para que os traga a Costa Rica e acabam sendo prostituídos. Ou as crianças saem de casa porque estão sendo abusadas. (AZUL, 2018).

As informações obtidas nos relatórios e documentos municipais, assim como as entrevistas realizadas no DAI/PANI indicam que, no tocante à situação das pessoas menores de idade, é necessário e urgente implantar medidas para combater os fatores de risco que as levam para as ruas e as envolvem em atividades de delinquência, narcotráfico e prostituição. Entre as medidas de combate às situações de risco está, prioritariamente, a prevenção, que acontece, sobretudo, através de políticas públicas adequadas que propiciam ambientes educativos cuidadores, desde as famílias e a rede de creches, até o incentivo da organização comunitária para propiciar bairros onde se dê proteção para as pessoas menores de idade. Por outro lado, é imprescindível que haja acesso à educação para todas as pessoas menores de idade. Na Costa Rica, a educação é universal e gratuita, mas é necessário que o sistema educativo intensifique a preparação de profissionais para acolher e envolver crianças e adolescentes com problemáticas sociais e afetivas sérias, para que não sejam obrigados a se desterritorializar dos espaços institucionais de educação. Também o sistema de saúde, com mais facilidade para detectar casos de falta de atenção de saúde decorrentes da vulnerabilidade social e afetiva, poderá oferecer atendimento correspondente, evitando que crianças e adolescentes iniciem a rota de saída/desterritorialização de suas famílias, comunidades e bairros, para migrar em direção ao centro urbano de San José. Junto com ações de prevenção da desterritorialização – familiar, comunitária e política -, é urgente aprofundar um diagnóstico das novas situações de violência urbana contra crianças e adolescentes. Isso para conhecer em profundidade as novas formas de *estar nas ruas de San José*, questionando os mitos que ainda existem de que crianças e adolescentes em situação de rua estão sentados nas esquinas, sujos e maltrapilhos, pedintes e esfomeados. É importante e necessário, pois,

conhecer as novas *situações de rua* para que as estratégias de intervenção de ONGs e instituições públicas se atualizem e sejam condizentes com a realidade atual.

## 5.2 A CIDADE DE SÃO PAULO: FLORES QUE VENCEM O TÉDIO, O ASCO E O ÓDIO

No Brasil, a CF de 1988, artigos 182 e 183 e a Lei 10.257/2001, conhecida como o Estatuto da Cidade<sup>159</sup>, estabelecem as normas que regulam o uso da propriedade urbana e as diretrizes gerais da política urbana. O art. 2º do Estatuto da Cidade indica o objetivo e as diretrizes que devem acompanhar a política urbana para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; VI – ordenação e controle do uso do solo. (LEI FEDERAL 10.257/2001).

O Estatuto da Cidade estabelece, pois, os princípios que devem ser observados pela gestão municipal, como função social da cidade, função social da propriedade, gestão democrática e sustentabilidade ambiental. No âmbito do desenvolvimento regional, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) estabelece, através da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), que o desenvolvimento deve associar crescimento econômico com mobilização cívica, cooperação, valorização das identidades locais e regionais, e inclusão participativa de amplos setores da sociedade (SDR, 2001, p.9), para minimizar as desigualdades regionais, fruto da dinâmica assimétrica do crescimento econômico capitalista.

---

<sup>159</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm) (Acesso em 15 fevereiro 2019)

A desigualdade regional é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em alguns espaços, enquanto condena outros à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos. A PNDR atua no sentido de contrabalançar a lógica centrípeta das forças de mercado, por meio da promoção e valorização da diversidade regional, conciliando, assim, competitividade e expressão produtiva de valores socioculturais diversos. A essa dinâmica assimétrica dos mercados soma-se a desigualdade de acesso a serviços públicos de qualidade, o que reforça as iniquidades e reduz as perspectivas de desenvolvimento dos territórios com frágil base econômica. (SDR, 2001, p.12).

Devido à importância dos problemas urbanos nas grandes cidades brasileiras, e a urgência de enfrentá-los através de políticas públicas, foi criado em 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério das Cidades, contemplando uma reivindicação antiga dos movimentos sociais por reforma urbana. Esse Ministério tinha como prioridade apoiar políticas públicas indispensáveis para a sustentabilidade das cidades, relacionadas com saneamento, habitação, desenvolvimento urbano e mobilidade urbana.

A proposta do Ministério das Cidades ocupou um vazio institucional que retirava o governo federal da discussão sobre a política urbana e o destino das cidades. Além da ausência da abordagem mais geral, havia a ausência de marcos institucionais ou regulatórios claros para as políticas setoriais urbanas, caso das áreas de saneamento, habitação e transporte. O Ministério das Cidades teve sua estrutura baseada nos três principais problemas sociais que afetam as populações urbanas e que estão relacionados ao território: a moradia, o saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem e coleta e destinação de resíduos sólidos) e as questões do transporte da população urbana - mobilidade e trânsito. (MARICATO, 2007, p.64).

No entanto, o presidente Jair Bolsonaro, ao assumir o governo federal em 2019, dissolveu o Ministério das Cidades, passando suas incumbências para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Observa-se, desta forma, que as demandas das cidades relacionadas com sustentabilidade urbana e do planeta não são assumidas como prioridade na atual administração pública brasileira, pois se optou por extinguir um Ministério que havia sido criado para combater as desigualdades sociais nas cidades do país. Com essa determinação, o governo federal brasileiro coloca em risco as políticas de desenvolvimento urbano, como habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito.<sup>160</sup>

Para demarcação da área urbana na cidade de São Paulo, o ponto de referência mais utilizado é a tipologia institucional estabelecida pelo Censo Demográfico, que divide espaço rural e espaço urbano, ainda que tal tipologia não analise variáveis populacionais, econômicas,

<sup>160</sup> <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/tabela.php?year=2000> (Acesso em 14 fevereiro 2019)

sociais, espaciais e culturais para caracterizar o caráter urbano ou rural dos espaços. O critério seguido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se baseia na definição das leis municipais que definem perímetros urbanos, incluindo as sedes municipais (cidades) e as sedes distritais (vilas). As áreas urbanas isoladas também são consideradas áreas urbanas, se assim definir a lei municipal, mesmo que separadas das cidades ou das vilas por área rural ou outro limite legal. As áreas rurais, por sua vez, são as que se encontram fora dos perímetros definidos como urbanos. (PLATA; FIUZA, 2013).

Segundo dados do IBGE, o município de São Paulo contava com 11.253.503 habitantes no último censo realizado em 2010, sendo que sua densidade demográfica era de 7.398,26 habitantes por quilômetro quadrado. Sobre trabalho e rendimento, em 2014 o salário médio mensal era de 4.4 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 51%. Considerando os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, a cidade de São Paulo contava com 31.6% da população nessas condições. Em 2014, o município tinha um PIB per capita de R\$ 52.796,78, sendo que em 2015, 30% do seu orçamento era proveniente de fontes externas. Com relação à saúde, a taxa de mortalidade infantil média era de 11.12 para 1.000 nascidos vivos. Com relação ao território, ambiente e saneamento básico, São Paulo apresentava 92.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 74.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 50.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). O IDH no ano de 2000 foi 0,733 e em 2010, 0,805<sup>161</sup>.

Além desses dados, o estudo do desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo não pode desconsiderar os movimentos do campo para a cidade e/ou da cidade para o campo, já que a migração campo/cidade tem caracterizado a configuração urbana paulista e paulistana. Os dados e gráficos a seguir indicam a crescente mobilidade da população brasileira e paulista, das zonas rurais para as zonas urbanas, de 1960 a 2010, ano do último censo realizado no Brasil.

---

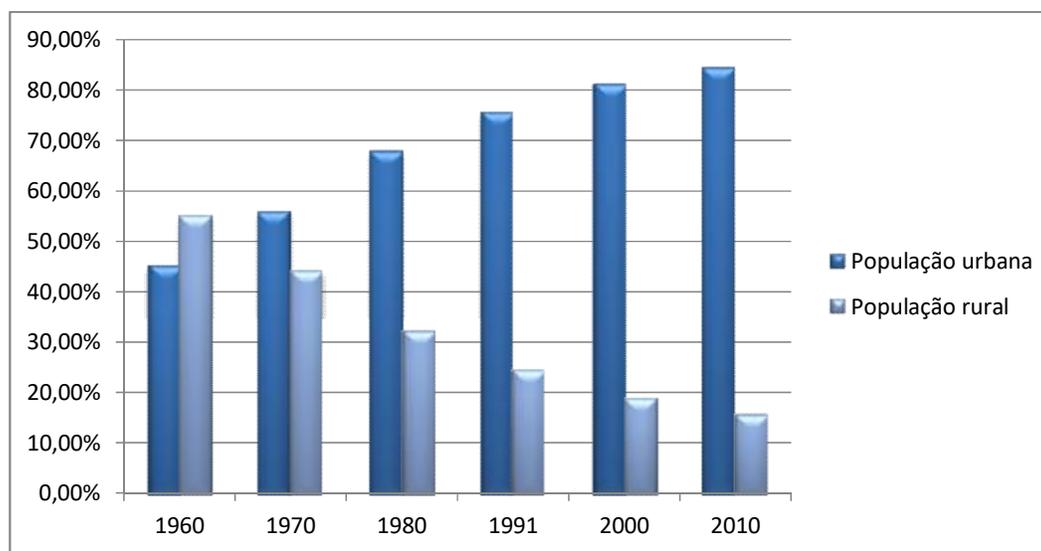
<sup>161</sup>Dados obtidos na página do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/sao-paulo/panorama> em (Acesso em 13 junho 2017)

Quadro 6 - População urbana e rural no Brasil de 1960 a 2010

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População urbana	32.004.817 45,1%	52.904.744 56,0%	82.013.375 67,7%	110.875.826 75,5%	137.755.550 81,2%	160.925.792 84,4%
População rural	38.987.526 54,9%	41.603.839 44,0%	39.137.198 32,3%	36.041.633 24,5%	31.835.143 18,8%	29.830.007 15,6%

Fonte: elaboração própria adaptado de IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.  
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8> (Acesso em 13 junho 2017)

Quadro 7 - Taxa porcentual da urbanização brasileira de 1960 a 2010



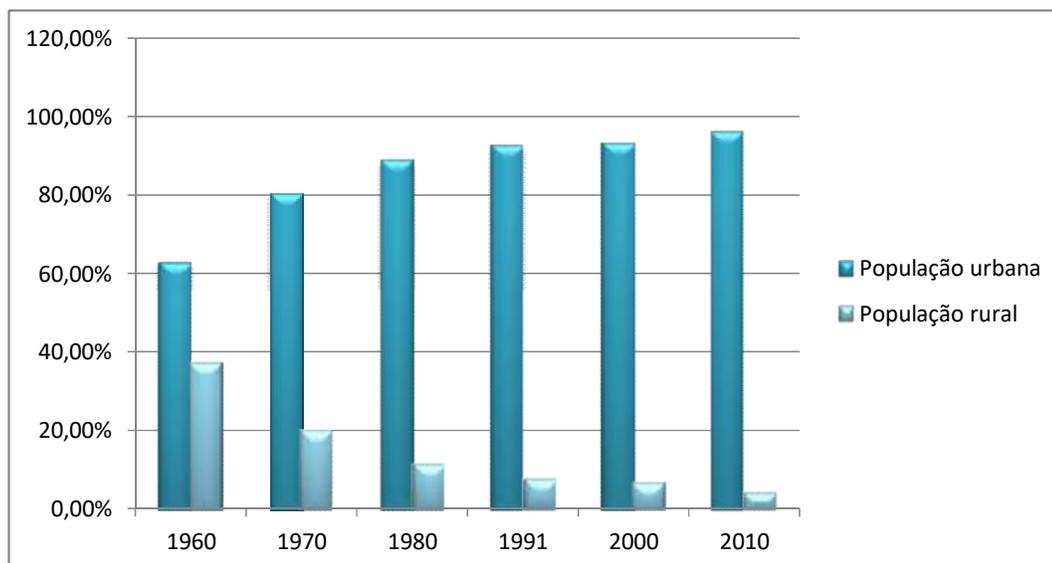
Fonte: elaboração própria adaptado de IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.  
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8> (Acesso em 13 junho 2017)

Quadro 8 - População urbana e rural no estado de São Paulo de 1960 a 2010

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População urbana	8.149.979 62,8%	14.432.244 80,4%	22.494.328 88,7%	29.272.927 92,8%	34.531.635 93,4%	39.585.251 95,9%
População rural	4.824.720 37,2%	3.526.449 19,6%	2.880.871 11,4%	2.273.546 7,2%	2.437.841 6,6%	1.676.948 4,1%

Fonte: elaboração própria adaptado de IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.  
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8> (Acesso em 13 junho 2017)

Quadro 9 - Taxa porcentual da urbanização no estado de São Paulo de 1960 a 2010



Elaboração própria adaptado de IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.  
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8> (Acesso em 13 junho 2017)

Constata-se, portanto, que o processo de urbanização no Brasil e no estado de São Paulo vem ocorrendo de forma acelerada. O estudo e análise da realidade urbana e do desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo supõe uma intrínseca relação entre urbanidade e ruralidade, já que economia e desenvolvimento urbano estão atrelados à divisão do trabalho entre setor agrícola e setores urbanos de produção.

A economia urbana jamais é autossuficiente, pois das atividades produtivas uma não pode ser desenvolvida em seu seio: a produção de alimentos (pelo menos enquanto a produção de alimentos sintéticos não tiver ultrapassado o estágio de laboratório). Portanto a colocação da economia citadina como objeto de investigação pressupõe o exame de uma área mais ampla, dentro da qual se dá a divisão de trabalho entre a agricultura e os setores produtivos que se localizam na cidade. [...] Este metabolismo econômico entre campo e cidade faz com que a análise tenha que abranger um conjunto maior que a cidade propriamente dita. (SINGER, 1977, p.7).

Por outro lado, é importante considerar que os processos de urbanização e metropolização rápidos e violentos, no continente latino-americano, derivam-se de economias periféricas - capitalismo global e financeiro, que produzem desigualdades sociais e segregações espaciais severas nas grandes cidades.

As economias periféricas produziram processos de urbanização e metropolização extremamente rápidos e violentos. Assim, como toda a literatura socioeconômica nos lembra, nos maiores países da América Latina, os pesos relativos das populações rurais e urbanas inverteram-se em poucas décadas. Hoje em dia, México e Brasil dispõem de realidades metropolitanas que estão entre as mais importantes do planeta. As grandes desigualdades sociais e segregações espaciais que as atravessam não impedem que porções consistentes de suas populações urbanas participem ativamente dos processos de integração mundial dos mercados e das culturas. Muito pelo contrário, em face destas realidades metropolitanas, o capitalismo contemporâneo (em rede, global, financeiro) pode, paradoxalmente, se desenvolver de maneira mais fácil do que nas economias avançadas. (COCCO, 2010, p.49).

Nesse estudo, as informações sobre o desenvolvimento urbano na/da cidade de São Paulo, foram obtidas através de uma revisão dos Planos Diretores Estratégicos do Município de São Paulo, de 2002 a 2012, e de 2014 a 2030, além do parecer das pessoas entrevistadas no Projeto Quixote com relação a políticas públicas e serviços para pessoas menores de idade na cidade. A revisão dos Planos Diretores Estratégicos concentra-se, principalmente, nas seções e artigos que abordam desenvolvimento econômico e social, e políticas de assistência social. Com isso, busca-se apurar informações relevantes relacionadas com o planejamento urbano e

a efetiva implantação da sustentabilidade social na cidade de São Paulo, com repercussão na vida de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social.

A Lei 13.430, de 13/09/2002<sup>162</sup> estabelece o Plano Diretor Estratégico e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo no período entre 2002 e 2012.

Art. 2º - O Plano Diretor Estratégico é instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento urbano, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam no Município. § 1º - O Plano Diretor Estratégico é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas. (Lei 13.430/2002).

De acordo com esta lei, a política urbana no município de São Paulo deve pautar-se por:

[...] Implementação do direito à moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte e serviços públicos, trabalho e lazer, além da utilização racional dos recursos naturais de modo a garantir uma cidade sustentável, social, econômica e ambientalmente, para as presentes e futuras gerações. (Lei 13.430, art.10).

Para isso, faz-se necessária uma gestão democrática com participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Essas diretrizes de política urbana estão contempladas no Plano Diretor Estratégico de 2002. No entanto, entrevistas realizadas no Projeto Quixote indicam que, apesar dos avanços na formação de redes de cuidado e proteção da infância, existem deficiências importantes na gestão municipal, relacionadas com o desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo e com o cumprimento dos direitos das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social.

Eu vejo muitas iniciativas nesse período (2000 a 2017) da molecada se movimentando. Não sozinhos, sempre incentivados por alguém, mas uma movimentação deles por eles. Há redes, tem uma rede recente de proteção contra o genocídio, eu acho que tem potências nesse período que, do meu ponto de vista, eu enxergo por meio das redes. Redes de solidariedade, redes de indignação, redes que vão se criando para crianças e com essas pessoas, então eu vejo isso acontecer em São Paulo. Ao mesmo tempo, eu vejo

---

<sup>162</sup>  
[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp\\_obras/arquivos/plano\\_diretor\\_estrategico.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_obras/arquivos/plano_diretor_estrategico.pdf) (Acesso em 26 abril 2019)

algumas políticas públicas se recrudescerem, como problemas que deveriam ser tratados na ótica da saúde, e saúde no sentido amplo do termo, recrudescem para problema de segurança pública. Então eu vejo uma precariedade com relação aos direitos das crianças e adolescentes, porque a gente tem marcos legais constituídos que não são respeitados, que não são cumpridos. (ROSA, 2018).

O art. 10 da Lei 13.430/2002 também contempla diretrizes relacionadas com cooperação entre governos, iniciativa privada e demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social. Isso significa que deve realizar-se um cuidadoso planejamento do desenvolvimento da cidade, envolvendo distribuição espacial da população e das atividades econômicas, para evitar e corrigir distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. Algumas pessoas entrevistadas no Projeto Quixote indicaram que a vulnerabilização da infância está relacionada com o desenvolvimento não planejado de São Paulo.

O desenvolvimento da cidade de São Paulo é caótico. As coisas vão acontecendo, as pessoas vão invadindo terrenos, a periferia cresceu muito, muita terra invadida que não tem dono, que é da prefeitura, daí de repente aparece um dono, tira todo mundo... Então é muito complicado tudo isso, porque cresce de uma forma muito desordenada. (VERDE, 2018).

Com relação às diretrizes do desenvolvimento econômico e social para o Município de São Paulo, destaca-se a “articulação das diversas políticas sociais com a política econômica, potencializando as ações públicas e compatibilizando crescimento econômico com justiça social, desenvolvimento social, cultural e equilíbrio ambiental.” (Lei 13.430, art.15). Esta lei prescreve que é competência do Poder Público Municipal vincular desenvolvimento humano e qualidade de vida na cidade de São Paulo:

Combater a exclusão e desigualdades sociais, adotando políticas públicas que promovam e ampliem a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, atendendo às suas necessidades básicas, garantindo a fruição de bens e serviços socioculturais e urbanos que a cidade oferece e buscando a participação e inclusão de todos os segmentos sociais, sem qualquer tipo de discriminação. (Art.20).

Ainda que o Plano Diretor Estratégico indique que se priorizará o combate a exclusão e desigualdades, pessoas entrevistadas no Projeto Quixote salientaram problemas decorrentes dos convênios para realização do trabalho junto a crianças e adolescentes, como expressa Verde: “os maiores desafios estão sempre ligados à política pública, porque a gente sempre

tem problemas quando renova convênios, cortam coisas, é um desafio que a gente tem que lutar ao longo do tempo.” (2018).

O artigo 21 da Lei 13.430/2002 indica que “as políticas sociais são de interesse público e têm caráter universal, compreendidas como direito do cidadão e dever do Estado, com participação da sociedade civil nas fases de decisão, execução e fiscalização dos resultados”. Segundo o artigo 22, “é dever do Poder Público garantir a transversalidade das políticas de gênero e raça, e as destinadas a crianças e adolescentes, jovens, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, permeando o conjunto das políticas sociais e buscando alterar a lógica da desigualdade e discriminação nas diversas áreas”. Essa prescrição legal é também um desafio na cotidianidade administrativa e dos projetos de atendimento à população menor de idade em situação de rua e de risco social.

Um dos desafios hoje é como fazer, de forma criativa, com que todas as demandas e dificuldades que temos no trabalho com as crianças, consigam chegar aos lugares que precisam chegar, se transformem em políticas públicas e possam, de fato, não para o Quixote individualmente, mas para todo o conjunto, atender adequadamente essa população. (VERMELHO, 2018).

A Lei 13.430/2002 também prescreve que “a distribuição de equipamentos e serviços sociais deve respeitar as necessidades regionais e as prioridades definidas a partir da demanda, privilegiando as áreas de urbanização precária, com atenção para as zonas especiais de interesse social.” (art.25). Pessoas entrevistadas no Projeto Quixote indicaram que essa é uma necessidade urgente em São Paulo, e que é preciso melhorar os investimentos nas regiões periféricas da cidade para beneficiar a população menor de idade e suas famílias.

A gente via que muitas crianças estavam vindo para o centro porque a família estava super violenta, as situações da família eram expulsivas, e na região central o espaço urbano era muito mais atraente. Por que elas não saíam daquele espaço de violência e ficavam em outros espaços? São Paulo é muito grande, São Paulo é quase um país, por que elas vinham para a região central? Porque esta região é muito mais beneficiada, muito mais colorida, tem muito mais atrativos. Então, o desenvolvimento urbano interfere muito nesse sentido e acho que à medida que melhore o investimento em todos os aspectos relacionados com a questão urbana na cidade, esse investimento vai atingir a criança e o adolescente com certeza. (AMARELO, 2018).

A Seção V da Lei 13.430 trata da assistência social, cujos objetivos estão elencados no artigo 36, segundo o qual a assistência social deve “garantir padrões básicos de vida, o que supõe suprimento de necessidades sociais, que produzem segurança da existência,

sobrevivência cotidiana e dignidade humana”. Ainda, a provisão de recursos e atenção, e a garantia de proteção social e inclusão da população no circuito dos direitos da cidadania deve ser almejada pela assistência. Para tanto, a prevenção é a melhor opção, no que se refere a processos de exclusão social. (Lei 13.430/2002, art.36).

As diretrizes da assistência social estão indicadas no art.37, que determina o reconhecimento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), dentre outras formas participativas e de controle da sociedade civil. Entre as diretrizes relacionadas com a população menor de idade em situação de rua e de risco social, destacam-se as seguintes:

Reconhecimento dos direitos de segmentos da sociedade que vivem em níveis de privação de recursos e condições de vida inaceitáveis à condição humana; garantia dos direitos sociais de acolhida, convívio, autonomia, rendimentos, equidade, travessia e protagonismo; estabelecimento da família e de segmentos em risco social e pessoal como eixos programáticos de ação; construção de padrões e mecanismos dignos de inserção e inclusão social nos serviços, programas, benefícios e projetos de assistência social, por meio de ação articulada entre as diversas secretarias e órgãos públicos municipais; articulação com outros níveis de governo ou com entidades sem fins lucrativos da sociedade civil para o desenvolvimento de serviços, programas e projetos de assistência social; desenvolvimento de programas de convívio de caráter socioeducativo voltados a crianças, adolescentes e jovens, direcionados ao exercício da cidadania, à ampliação do universo cultural e ao fortalecimento dos vínculos familiares e societários; garantia do direito à convivência social e à autonomia das pessoas em situação de rua, promovendo sua reinserção social; criação, no âmbito da competência da assistência social, de políticas de prevenção e de combate a toda e qualquer violência contra a mulher, o adolescente e o idoso. (Lei 13.430, art.37).

Entre as ações estratégicas da assistência social indicadas no artigo 38, algumas se relacionam com o trabalho realizado por organizações privadas de assistência social. Nesse sentido, a Lei 13.430/2002 prevê a manutenção de parcerias com entidades da sociedade civil na implantação de ações conjuntas para organização de rede de serviços de assistência social. Para isso, é importante buscar o fortalecimento das instâncias de participação e de controle da sociedade civil sobre as políticas desenvolvidas no campo da assistência social, como os Conselhos Municipais, Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente, Grande Conselho do Idoso, Fóruns de Defesa de Direitos e demais organizações relacionadas à luta pela melhoria da qualidade de vida. As ações estratégicas relativas à proteção da criança e do adolescente são as seguintes:

Implementar ações e campanhas de proteção e de valorização dos direitos da criança e do adolescente, com prioridade para temas relacionados à violência, abuso e assédio sexual, prostituição infanto-juvenil, erradicação do trabalho infantil, proteção ao adolescente trabalhador, combate à violência doméstica e uso indevido de drogas; implantar programas de caráter socioeducativo em meio aberto, dirigidos ao adolescente que tenha cometido ato infracional; implantar unidades de atendimento que promovam ações de orientação e apoio sócio-familiar a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social; realizar, com crianças, adolescentes e jovens, ações de âmbito intersetorial com caráter socioeducativo e que favoreçam a expressão e o interesse pela arte, cultura, esporte e lazer. (Lei 13.430, art.38).

Especificamente com relação à população em situação de rua, as ações estratégicas se dirigem a promoção e desenvolvimento de programas multissetoriais direcionados ao atendimento dessa população, assim como à implantação de unidades de atendimento desse segmento populacional. A promoção do acesso a programas de formação, projetos de geração de renda, cooperativas e sistemas de financiamento, assim como o retorno ao trabalho e reinserção social a projetos habitacionais também são contemplados. São ações estratégicas relativas à proteção das mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência: “implantar centros de referência para atendimento às mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência; criar e manter abrigos com atendimento especializado, destinados a mulheres, crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica.” (Lei 13.430/2002).

Através das entrevistas realizadas no Projeto Quixote, observa-se que houve iniciativas significativas da gestão municipal relacionadas com a assistência social para pessoas em situação de rua e de risco. No entanto, durante o período estudado (2000 a 2017), constata-se o fechamento de alguns serviços e projetos, e/ou sua substituição por outras formas de intervenção, questionadas por profissionais que trabalham diretamente com essa população.

O que eu consigo marcar como avanço, talvez por ter mais experiência nesse campo, é uma iniciativa de 2014 a 2016, que foi o *Programa De Braços Abertos*. Até onde eu consigo enxergar, foi um avanço muito significativo em São Paulo, porque pela primeira vez tivemos uma iniciativa inter-secretarial, pela primeira vez foi uma gestão pensada com Saúde, Assistência Social, Cultura, Segurança Pública, Direitos Humanos, talvez me esqueça de alguma, mas são secretarias em relação para pensar a gestão de um território. Claro que tem contradições e problemas, mas para mim, em termos de política urbana, foi um grande ganho para a cidade, porque quando você pensa drogas, por exemplo, que é um tema tabu, você pensa que a pessoa tem que se internar, e você propõe internação compulsória antes de moradia compulsória, que seria uma condição para que o sujeito tenha condições de poder avançar nos primeiros passos ou em grandes passos. Mas é uma condição básica, sem uma condicionalidade anterior do tipo *você precisa estar bem para acessar esse serviço*. Eram serviços que se propunham a uma baixa exigência, então qualquer pessoa poderia entrar no programa, esse era

o critério, isso foi na gestão do Haddad, entre 2014 e 2016. [...] Para mim esse foi um grande avanço e, ao mesmo tempo, um enorme retrocesso quando, no dia 21 de maio de 2017, a *Redenção* entrou, isso foi na gestão do Dória. Eles propuseram fazer atividades para redução de danos e armar aqui um projeto. E aí esse projeto tinha que ser avaliado pela sociedade civil, defensoria pública, ministério público. Quando o pessoal da Prefeitura do Dória mandou o projeto, a gente olhou, avaliou e falou: não, não está legal, a gente vai dar devolutivas do que pensamos que tem que ser inserido aqui, porque se diz que está pautando a redução de danos, mas isso não é redução de danos. (ROSA, 2018).

Especificamente na região de São Paulo conhecida por *crackolândia*<sup>163</sup>, o ano de 2017 marcou o fechamento compulsório de projetos e trabalhos que vinham sendo organizados e desenvolvidos por uma rede de organizações.

Todos os trabalhos que estavam sendo realizados na crackolândia foram dizimados, isso em 2017. Foi uma coisa muito violenta, a forma como foram tratados os trabalhos sociais, como foram tratadas as crianças, os adolescentes, as pessoas que vivem na rua, não só crianças e adolescentes, mas também os adultos. Há muitos adultos que nós sabemos que estão lá desde os anos 90, foram tratados como lixo. (AMARELO, 2018).

A Lei 16.050, de 31/07/2014<sup>164</sup> revoga a Lei 13.430/2002 e estabelece o Plano Diretor Estratégico e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo para o período entre 2014 e 2030. De acordo com esta lei, os princípios que regem a política de desenvolvimento urbano são: função social da cidade; função social da propriedade urbana; função social da propriedade rural; equidade e inclusão social e territorial; direito à cidade; direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; gestão democrática. (Art. 5º).

O art. 8º da Lei 16.050/2014 indica que, para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no município sobre seu futuro, devem-se considerar cinco dimensões: social, ambiental, imobiliária, econômica e cultural. A dimensão social garante os direitos sociais para todos os cidadãos, em especial, o direito a moradia, mobilidade, infraestrutura básica e acesso aos equipamentos sociais. A dimensão ambiental é importante para garantir o necessário equilíbrio entre as áreas edificadas e os espaços livres e verdes no interior da área urbanizada, e entre esta e as áreas preservadas e protegidas no conjunto do município. A dimensão imobiliária é fundamental na produção dos

<sup>163</sup> *Crackolândia* é uma denominação popular para identificar uma região da cidade de São Paulo, conhecida pela alta incidência de tráfico de drogas e uso de drogas em público. Localiza-se na região central da cidade, no bairro Luz.

<sup>164</sup> [https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE\\_SUPLEMENTO-DOC.pdf](https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf) (Acesso em 20 maio 2019)

edifícios destinados à moradia e ao trabalho. A dimensão econômica deve garantir as atividades produtivas, comerciais e/ou de serviços indispensáveis para gerar trabalho e renda. E a dimensão cultural é importante para garantir a memória, a identidade e os espaços culturais e criativos, essenciais para a vida das cidadãs e dos cidadãos. Essas ou algumas dessas dimensões para garantia de um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado foram abordadas nas entrevistas realizadas no Projeto Quixote.

Eu acho que o centro, em especial, é muito pouco cuidado, tem vários movimentos como *Viva o Centro*, que tentam revitalizar, que tentam mudar as coisas por lá e acho que dessa época que você fala, de 2000 a 2017, teve bastante movimento nesse sentido de preservação de algumas coisas, até de edifícios que são particulares, que não são do governo, que não são museus. Houve o Copan, por exemplo, então eu acho que tem um movimento das pessoas de quererem revitalizar. Eu presenciei, ao longo do tempo, muitos movimentos no sentido de renovação da região da Luz, por exemplo, porque a região da Luz tem aquela estação de trem que é muito linda, e tem a sala São Paulo onde fica a orquestra sinfônica. [...] Então tiveram muitos movimentos no sentido de *Viva a Luz, Renova a Luz, Nova Luz*. Naquela época, eu fazia trabalho de abordagem de rua nessa região, então fiz parte de várias reuniões nesse sentido. Mas na realidade a coisa não rolou, sabe? Eu acredito que tenham vários interesses ali, de diversas origens, que as coisas acabam não dando certo. Demoliram o shopping, aí ficou um terreno ocioso, baldio, que os *nóias* da crackolândia até acabaram ocupando numa época, depois foram retirados. Acho que os interesses das construtoras e os interesses políticos não combinam e, talvez por isso, não conseguem revitalizar ali. Então hoje ainda continua, tem esse movimento, eu não estou mais na rua, mas acho que continua acontecendo com um resultado próximo de zero. Vão lá, fecham um boteco que não é legalizado, e dois dias depois está aberto. Então vão lá, emparedam uma ocupação para as pessoas não ocuparem, daí eles fazem entrada por outro lado. Então, sabe, não tem continuidade. Aparecem as propostas e acabam não acontecendo. (VERDE, 2018).

O Plano Diretor Estratégico de 2014 intensificou as estratégias de reordenamento territorial e ambiental para/na a cidade de São Paulo com eixos específicos relacionados com estruturação metropolitana, planos de urbanização, e delimitação de zonas de proteção e recuperação ambiental. Esses eixos são pilares para a redução da vulnerabilidade urbana, que tem como uma de suas manifestações a vulnerabilidade infantil. A Subseção IV, intitulada *Da Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana*, apresenta características das zonas de vulnerabilidade na/da cidade de São Paulo, assim como os objetivos da gestão municipal nessas localidades.

A vulnerabilidade urbana, localizada na periferia da área urbanizada do território municipal, caracteriza-se pela existência de elevados índices de

vulnerabilidade social, baixos índices de desenvolvimento humano e é ocupada por população predominantemente de baixa renda em assentamentos precários e irregulares, que apresentam precariedades territoriais, irregularidades fundiárias, riscos geológicos e de inundação e déficits na oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas. (Lei 16.050/2014, art.15).

O parágrafo 1º do art.15 indica o predomínio de áreas com baixa qualidade urbana e ambiental na macroárea de redução da vulnerabilidade urbana, em decorrência do processo histórico de sua formação. As entrevistas realizadas no Projeto Quixote demonstram que a região central da cidade de São Paulo apresenta áreas que, além de ter baixa qualidade urbana e ambiental, exibem alta vulnerabilidade social. A questão da moradia, ou falta de moradia, interfere nos processos de vulnerabilização/vulnerabilidade urbana.

Pensando na questão da vulnerabilidade social, eu vejo que as pessoas, hoje em dia, procuram muito mais o centro, não só o centro Sé ou República, mas o grande centro, Pinheiros, Faria Lima, Vila Mariana. Procuram muito os imóveis desocupados, tem muita ocupação, acho que isso é um crescente. Antes, por volta de 2000, tinha muito a ideia do cortiço, mas eu acho que hoje em dia isso já não tem mais, pelo menos com esse nome *cortiço*. Hoje são *ocupações* e estão muito mais organizadas até por movimentos. Tem dos dois, eu vejo. Essa questão da moradia, acho que é bem importante nesse cenário. Antes, por volta de 2000, 2005, as pessoas tentavam se aglomerar mais em favelas nas comunidades de periferia. Eu vejo essa questão vindo mais para o centro, tem também muita barraca em situação de rua. Eu sei que tem algumas iniciativas de igrejas ou de outras instituições que doam barracas para as pessoas ficarem nas ruas, ou ocupação de imóvel que não está sendo utilizado. A moradia tem tudo a ver com a situação de vulnerabilidade das pessoas, com a situação de as crianças virem para a rua. (PRETO, 2018).

O parágrafo 2º do art.15 apresenta os objetivos específicos da macroárea de redução da vulnerabilidade urbana, entre os quais se destacam: fortalecimento das capacidades de proteção social a partir de melhorias nas condições de vida, convivência e acesso às políticas públicas para as pessoas em situação de vulnerabilidade urbana. Para isso, é importante incentivar a geração de empregos e redução da distância entre moradia e trabalho. A problemática da distância entre moradia e trabalho, para muitas pessoas que vivem nas periferias de São Paulo, foi abordada nas entrevistas realizadas no Projeto Quixote.

Muitas pessoas das periferias vêm trabalhar na região central, e essa é uma outra questão do espaço urbano, pois tudo acontece no centro e então a periferia tem que vir para cá para trabalhar. É uma viagem, têm pessoas que viajam três ou quatro horas para vir trabalhar na região central, e depois voltar para a periferia. (AMARELO, 2018).

O art.15, parágrafo 2º da Lei 16.050/2014 também indica a importância do incentivo à consolidação das centralidades de bairro existentes, priorizando a implantação de serviços, comércios e equipamentos comunitários, com participação da população local nas decisões. Essa medida visa contribuir para diminuir a necessidade de mobilidade urbana entre longas distâncias.

O desenvolvimento urbano interfere na forma como as crianças vão ocupar os espaços. Se pensarmos aqui, por exemplo, São Paulo, como a cidade está configurada para atender, ou para dispor e oferecer serviços para as crianças. Muitas das coisas a gente encontra no centro, e isto já é uma geografia que fica centralizada. Você tem como se fossem todas as artérias, as avenidas, tudo se concentrou no centro. Esse desenho geográfico, só em si, vai ditando formas de ocupação da cidade. Eu vejo que as crianças andam muito pelas linhas dos ônibus ou linhas de transportes coletivos que circulam. (VERMELHO, 2018).

Por outro lado, a Subseção I intitulada *Da Macroárea de Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental*, no art.18, preceitua que a macroárea de redução da vulnerabilidade e recuperação ambiental localiza-se no extremo da área urbanizada do território municipal, cujas principais características são as seguintes:

Predominância de elevados índices de vulnerabilidade socioambiental, baixos índices de desenvolvimento humano e assentamentos precários e irregulares, como favelas, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais populares, que apresentam diversos tipos de precariedades territoriais e sanitárias, irregularidades fundiárias e déficits na oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, ocupada predominantemente por moradias da população de baixa renda que, em alguns casos, vive em áreas de riscos geológicos e de inundação. (Lei 16.050/2014, art.18).

Fica claro, dessa forma, que vulnerabilidade ambiental e vulnerabilidade social estão intimamente relacionadas. Os assentamentos precários e a crescente ocupação dos espaços públicos na região central de São Paulo evidenciam a ocorrência de vulnerabilidade social e ambiental nesta região. Tal situação também é constatada por pessoas entrevistadas no Projeto Quixote, que apontam consequências para a permanência e locomoção de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social.

Eu acho que o desenvolvimento urbano interfere eventualmente na situação das crianças e adolescentes que estão nas ruas, pois como eles andam por todo o centro, acabam topando com as obras e acabam topando com as coisas. E muitas das vezes, como por exemplo, uma casa antiga abandonada

que eles estavam ocupando, de repente é demolida, alguém resolve construir lá alguma coisa e então eles perdem aquela referência. Eu acho que de certa forma implica sim. (VERDE, 2018).

Um dos objetivos específicos para enfrentar esta situação é o “incentivo à consolidação das centralidades de bairro existentes, facilitando a implantação de serviços, comércios e equipamentos comunitários.” (Lei 16.050, art. 18, § 1º). Na cidade de São Paulo, observa-se precariedade de acesso a serviços nas regiões periféricas, o que obriga as pessoas a locomover-se para o centro.

Tem uma reflexão que a gente faz no Quixote, que chamamos *ver a luz*, a criança tem que sair do lugar cinza, dos lugares periféricos, para vir à cidade. Se tiver um transporte, é o que ela faz. Em contrapartida, você não tem uma conexão perfeita ou boa, pelo menos nas mesmas circunstâncias entre os bairros, como o que acontece para o centro. Isso interfere na forma da mobilidade urbana e da mobilidade das pessoas, dos acessos a serviços. (VERMELHO, 2018).

O Capítulo VII da Lei 16.050/2014, - *Da Política de Habitação Social* -, apresenta os objetivos e as diretrizes para a Política de Habitação Social, segundo os quais, os programas, ações e investimentos públicos e privados no setor da habitação devem orientar-se para assegurar o direito à moradia digna como direito social, reduzindo o déficit habitacional, as moradias inadequadas e os impactos de assentamentos precários sobre áreas de proteção ambiental. (Art.291).

As entrevistas no Projeto Quixote também abordaram a questão da dignidade humana relacionada com o planejamento urbano e o direito à moradia digna. Esse direito vem sendo negado às pessoas menores de idade que vivem nas ruas e/ou em situação de risco social.

Temos aqui uma diferenciação muito grande com relação a lugares. É muito difícil, hoje, na cidade de São Paulo, falar campo-cidade, praticamente está tudo muito urbanizado, mas esta urbanização também aconteceu da maneira mais atrapalhada possível. Aqui, cada um, conforme as possibilidades que lhe dão, vai ocupando os espaços, e vou dizer, para muitas populações com as quais trabalho, é o que sobra, e o que sobra da sobra. Porque uma favela, um lixão, um cortiço, coisas desse gênero, eu entendo que são o que sobra; isso não significa condição de dignidade da vida humana. Então, você vive numa situação precária, paupérrima, que não te permite ocupar a cidade enquanto cidadão de fato. Temos uma cidadania muito conturbada nesta situação. (VERMELHO, 2018).

O Capítulo VIII, titulado *Do Desenvolvimento Social e do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais* indica, no art. 301, que “o Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais é

composto pelas redes de equipamentos voltados para a efetivação e universalização de direitos sociais, compreendidos como direito do cidadão e dever do Estado, com participação da sociedade civil nas fases de decisão, execução e fiscalização dos resultados”. Os serviços de educação, saúde, esportes, cultura, assistência social, abastecimento e segurança alimentar são componentes do sistema de equipamentos urbanos e sociais públicos, sendo que seus objetivos e suas diretrizes estão elencados no art. 303. Entre eles, destacam-se:

Proteção integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis, em especial crianças, jovens, mulheres, idosos, negros e pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua; redução das desigualdades socioespaciais, suprimindo carências de equipamentos e infraestrutura urbana nos bairros com maior vulnerabilidade social; suprimento de todas as áreas habitacionais com os equipamentos necessários à satisfação das necessidades básicas de saúde, educação, lazer, esporte, cultura e assistência social de sua população; ampliação da acessibilidade à rede de equipamentos e aos sistemas de mobilidade urbana, incluindo pedestres e ciclovias; a garantia da segurança alimentar e do direito social à alimentação. (Lei 16.050/2014, art.303).

No entanto, entrevistas realizadas no Projeto Quixote indicaram que a rede de equipamentos para universalizar e efetivar os direitos sociais ainda é ineficiente e/ou inexistente nas regiões periféricas da cidade de São Paulo.

A gente sabe aqui se a escola é boa ou não, dependendo da localização, porque quanto mais periférico fica um recurso como a escola, por exemplo, ou posto de saúde, também significa estar com limitações severas em termos de receber melhores equipamentos, profissionais e qualidade do serviço. Quando está mais para o centro, e como a população é muito sábia disso, tem muitas pessoas que conseguem de alguma maneira enfrentar essa situação e matriculam seus filhos em lugares mais para o centro. Isso permite um acesso à cultura e outros recursos diferenciados, porque nas condições de lá o professor falta, ou porque não deu para chegar, ou sei lá... Geralmente é assim: distribuem as aulas para os professores mais no centro, e aquilo que sobrar vai para o professor que está começando. Isso interfere na mobilidade das crianças, pois elas vão circulando onde? Onde supõem que tenham mais recursos, ou existe probabilidade maior de essas trocas acontecerem. (VERMELHO, 2018).

A falta e/ou insuficiência de equipamentos que atendam as necessidades da população que mora na periferia da cidade de São Paulo interfere, diretamente, na situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social.

### 5.3 SÍNTESE: FLORES, FLORESCIMENTO E BELEZA PARA TODAS AS CRIANÇAS NAS CIDADES (!?)

Este capítulo esteve dedicado à contextualização das cidades de São Paulo e San José, através de dados geográficos, estatísticos, históricos e censitários, assim como aqueles que se relacionam à situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social nessas cidades, no período que abrange esse estudo.

A contextualização da cidade de San José esteve respaldada por dois documentos e pelas falas das pessoas entrevistadas no DAI/PANI. O primeiro documento revisado foi o PENDHS, através de relatórios anuais que ofereceram dados e informações relevantes sobre o desenvolvimento humano na Costa Rica. O segundo documento, PDM, por ser uma referência para formulação dos planos operativos anuais no Município de San José, ofereceu dados importantes sobre o desenvolvimento urbano, econômico, social, cultural e ambiental nessa cidade. As pessoas entrevistadas, por vezes, confirmaram os dados e as informações documentais e, outras vezes, os questionaram e/ou complementaram.

A contextualização da cidade de São Paulo esteve fundamentada em referenciais legais para abordar o desenvolvimento urbano brasileiro: CF/88 (art. 182 e 183) e Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). Considerou-se que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional estabelece a associação entre desenvolvimento e crescimento econômico como mobilização cívica, nos âmbitos locais e regionais, para inclusão participativa de amplos setores sociais. Os documentos utilizados para obtenção de dados da cidade de São Paulo foram os Planos Diretores Estratégicos do Município (de 2002 a 2014; de 2014 a 2030). As entrevistas/encontros dialogados realizadas no Projeto Quixote indicaram avanços em algumas áreas, como formação de redes de cuidado e proteção da infância. No entanto, constataram-se deficiências importantes na gestão municipal relacionadas com o desenvolvimento urbano em São Paulo, no tocante ao (des)cumprimento dos direitos das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social.

Tanto os dados e informações documentais, como as entrevistas realizadas no DAI/PANI e no Projeto Quixote, indicam a necessidade urgente de priorizar, nas cidades de San José e São Paulo, medidas para combater os fatores de risco que promovem processos de des(re)territorialização de crianças e adolescentes pelas ruas dessas cidades, e as envolvem em atividades delinquentiais, de narcotráfico e prostituição. Urge, pois, intensificar a prevenção da violência contra as pessoas menores de idade e implementar, de fato, políticas públicas que propiciem ambientes educativos e cuidadores nas diferentes instâncias. Somente assim as

flores poderão nascer na rua, romper o asfalto, abrir suas pétalas e questionar o tédio, o asco e o ódio que permitem e justificam a permanência de meninos e meninas vivendo nas ruas. No capítulo subsequente, serão abordadas as necessárias rupturas – territoriais e acadêmicas -, para o processo de análise da relação entre desenvolvimento urbano e presença de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social nas grandes cidades latino-americanas.

## CAPÍTULO 6

### ROMPENDO DUALISMOS TERRITORIAIS E ACADÊMICOS

*¡Sigue tranquilamente! ¡Oh caminante!,  
 Todavía te queda muy distante  
 ese país incógnito que sueñas...<sup>165</sup>  
 (Rubén Darío)*

O presente capítulo está dedicado a sintetizar a análise realizada ao longo do texto, assim como a problematizar e discutir possíveis relações e conexões entre os enunciados teóricos e as realidades vivenciadas, descritas e interpretadas pelas pessoas entrevistadas no Projeto Quixote e no DAI/PANI, a partir do estudo das/nas cidades de São Paulo e San José, de 2000 a 2017. Também busca apresentar contribuições relacionadas a sinalização e/ou enunciado de *propostas, limites, desafios, resistências e possibilidades* para um desenvolvimento economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo nas cidades de São Paulo e San José e/ou outras regiões latino-americanas, no tocante a pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, principalmente aqueles que se incorporam ao *Bem Viver*.

Uma das indagações iniciais desta investigação aludiu à busca de referenciais, possibilidades e/ou dificuldades/impedimentos para a construção de um desenvolvimento urbano de caráter equitativo e solidário na atualidade latino-americana. Para isso, considerando que a pesquisa abrangeu a região central das cidades de São Paulo e San José no período de 2000 a 2017, procedeu-se à caracterização do desenvolvimento urbano nestas cidades no período mencionado.

Para conhecer as características do desenvolvimento urbano no/do município de San José, priorizou-se, entre outros, a consulta a dois documentos: Programa Estado da Nação em Desenvolvimento Humano Sustentável de Costa Rica e Programa de Desenvolvimento Municipal de San José (2012-2016). O município não realiza um censo especial para a população em situação de rua, portanto os dados alusivos a essa população foram obtidos através dos resultados do censo nacional (2010), que proporcionou informações relevantes sobre crianças e adolescentes que exercem atividade laboral nas ruas de San José.

---

<sup>165</sup> Segue tranquilamente! Oh caminhante! Ainda está muito distante esse país incógnito que sonhas... DARÍO, Rubén. **Obra poética de Rubén Darío**. 2ª Ed. Managua: Hispamer, 2011, p.747.

Para conhecer e caracterizar o desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo, de 2000 a 2017, realizou-se uma revisão dos Planos Diretores Estratégicos do Município de São Paulo, de 2002 a 2012, e de 2014 a 2030, concentrando-se, principalmente, nas seções e artigos que abordam desenvolvimento econômico e social, e políticas de assistência social. Além desses documentos, foram considerados os dados obtidos através da pesquisa censitária da população em situação de rua e do relatório de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo, realizados em 2015.

As informações obtidas através das entrevistas/encontros dialogados realizadas no Projeto Quixote e no DAI/PANI foram fundamentais para conhecer o desenvolvimento urbano em/de São Paulo e San José (2000-2017), especialmente no tocante à realidade de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social, no período proximamente posterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil (1990), e do Código de la Niñez y Adolescencia na Costa Rica (1998).

De forma integrada com a consulta a documentos e informações obtidas através das entrevistas realizadas nas duas organizações participantes, procedeu-se a uma revisão bibliográfica de conceitos relacionados a desenvolvimento (urbano), infância (em situação de abandono) e movimentos/processos de des(re)territorialização. A revisão bibliográfica e a caracterização do desenvolvimento urbano ofereceram subsídios para entender e explicar as causas dos movimentos/processos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na região central das cidades de São Paulo e San José no período aludido. Além disso, possibilitaram analisar como o desenvolvimento urbano de São Paulo e de San José afetou/incidiu em possíveis e diferentes processos de des(re)territorialização dessas pessoas. Igualmente, as pessoas entrevistadas no Projeto Quixote e no DAI/PANI contribuíram determinantemente para o entendimento e explicação das causas de des(re)territorialização de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social.

Os *referenciais, limites, desafios, resistências e possibilidades* de/para um desenvolvimento urbano cuidador, economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo nas cidades de São Paulo, San José e outros espaços urbanos no contexto latino-americano, no tocante a pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, serão abordados e analisados no capítulo subsequente, com o respaldo de contribuições de três áreas específicas: desenvolvimento regional, pedagogia e teologia. Esta abordagem foi respaldada por uma revisão bibliográfica referente a conceitos relacionados a outro(s) desenvolvimento(s), assim como ecopedagogia, pedagogia do cuidado,

cuidado educativo e perspectivas ecoteológicas. A revisão bibliográfica foi acompanhada/entrelaçada/iluminada pelas entrevistas realizadas no Projeto Quixote e no DAI/PANI.

Partiu-se da hipótese de que o desenvolvimento urbano que prioriza o crescimento econômico, em detrimento das demais áreas para o desenvolvimento, produz diferentes vulnerabilidades, como é a situação das pessoas menores de idade que vivem nas ruas, incidindo em múltiplas territorializações, que geram um espaço-tempo de aterritorialidade vivenciado por estes sujeitos. Por outro lado, o desenvolvimento urbano com práticas e referenciais pautados pelo cuidado, equidade e solidariedade na convivência em relações entre/para/com as pessoas e o meio ambiente poderão preconizar caminhos, possibilidades e vivências para um desenvolvimento do/com cuidado, ou um *desenvolvimento cuidador*, que acolha e integre pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social nas cidades.

No enunciado da hipótese, entende-se que o desenvolvimento urbano pautado exclusivamente pelo crescimento econômico significa aquele(s) em que o foco do poder se encontra na economia, a qual indica e condiciona as práticas e decisões políticas. Nesse sentido, quem comanda a sociedade é o chamado *mercado*, ou seja, um complexo sistema financeiro-empresarial com dimensões globais e adequações locais nos países, estados (províncias) e municípios. Por outro lado, por um desenvolvimento pautado pelo cuidado, equidade e solidariedade em/na convivência, entende-se o desenvolvimento que, sem excluir metas de crescimento econômico - o que significaria ingenuidade analítica e/ou ingenuidade idealista, incorpora iniciativas de cuidado social e re-inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade/vulnerabilização, como também de cuidado e respeito pelo meio ambiente. Nesse sentido, um desenvolvimento cuidador não se submete passivamente às regras e exigências do *mercado*, mas busca as melhores condições de crescimento para todos os seres vivos e o meio ambiente que os envolve, incorporando as dimensões econômica, social, ambiental e cultural. O crescimento econômico aceitável e desejável, portanto, é aquele que cria e reparte riquezas, não apenas entre um pequeno grupo privilegiado, senão para todas as pessoas de modo equitativo, justo e digno, sem deteriorar as condições do meio ambiente, pelo contrário, assumindo-as como meio e sustentação do *mundus vivendi*.

Dados recentes de uma pesquisa realizada conjuntamente pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), pela CEPAL, pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina, antiga Corporação Andina de Fomento (CAF), e pela Comissão Europeia indicam que o continente latino-americano vem sofrendo, nos últimos anos, forte recessão e paralisação regional, ficando abaixo da média mundial de crescimento

econômico, levando-se em conta dados do Banco Mundial relacionados a 188 países. Os dados indicam que, por volta de 40% da população da América Latina e o Caribe, pertencem à classe média vulnerável, enquanto 23% dos latino-americanos vivem abaixo do nível de pobreza. Ou seja, mais de 60% da população do continente é pobre ou vive com inúmeras incertezas, sobrevivendo com trabalhos informais.<sup>166</sup>

Pesquisas como essa comprovam a atual crise socioeconômica do continente latino-americano, com forte repercussão nos conglomerados urbanos, para onde muitas famílias se deslocam em movimentos/processos, busca de tempos/espacos/lugares para uma possível reterritorialização, via oportunidades de trabalho e condições mínimas de sobrevivência. Tal situação é causada pelos modelos de desenvolvimento que vêm sendo priorizados/implantados/impostos no continente, e representa um dos aspectos mais cruéis do custo social da crise socioeconômica contemporânea. Nos cenários de vulnerabilização/vulnerabilidade econômica e social, milhares de crianças e adolescentes são vítimas de graves formas de exploração, como maltrato e violência dentro de suas casas, violações múltiplas, aliciamento pelas redes de tráfico de drogas e/ou prostituição, trabalho precoce e/ou escravo, migração forçada - solitária ou com seus familiares -, para fugir de situações de miséria e violência institucionalizada em seus territórios de origem.

Entende-se que o crescimento econômico é imprescindível para superação das problemáticas sociais das grandes cidades latino-americanas, pois impulsiona e acelera a movimentação da economia, com geração de empregos e aumento do poder aquisitivo, incremento de serviços e atividades de indústria e comércio, melhorando a qualidade de vida da população. Nesse sentido, o crescimento econômico é um fator importante para superação do abandono e descuido de crianças e adolescentes. No entanto, somente com a vinculação do crescimento econômico à garantia dos direitos básicos da população socialmente vulnerabilizada/vulnerável – incluindo as pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social -, será possível atingir um desenvolvimento urbano economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo.

O registro, sistematização e análise que permeou os capítulos anteriores pretendeu visibilizar, problematizar e evidenciar a vulnerabilidade/vulnerabilização social nos complexos cenários urbanos latino-americanos, que decorrem de modelos e opções de desenvolvimento centrados exclusivamente nos interesses do mercado. Tal exercício

---

<sup>166</sup> <http://www.elpais.cr/2018/10/04/el-mundo-le-dice-adios-a-la-pobreza-pero-y-america-latina/> (Acesso em 04 outubro 2018)

incorporou os temas epistêmicos da pesquisa - infância vulnerabilizada, território/des(re)territorialização e desenvolvimento urbano -, e a aproximação às experiências concretas do DAI/PANI e Projeto Quixote, organizações que trabalham junto a pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, na busca de *referenciais, possibilidades e desafios* para a construção de *tempos/espacos* - territórios de acolhida, atenção e cuidado, que lhes *devolvam* e lhes confirmam dignidade, *lugar de direito* no tecido social.

Neste sentido, procedeu-se a *reparar* e identificar para, posteriormente, ousar circunscrever uma possibilidade de sistematização e análise dos registros e/m referenciais bibliográficos, documentais e encontros dialogados (entrevistas semiestruturadas) pesquisados, em quatro eixos a mover esta ciranda investigativa em suas epistemes e metodologias próprias, sinalizadas no primeiro capítulo deste trabalho. Os quatro eixos são: infância, território, desenvolvimento urbano e organizações de acolhida e hospedagem para crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social.

## 6.1 AFETOS ROUBADOS: A VULNERABILIZAÇÃO DA INFÂNCIA

A presença de crianças e adolescentes vivendo ou trabalhando nas ruas tem caracterizado os grandes centros urbanos na/da América Latina. Essas pessoas “são cooptadas pelos atrativos dos espaços públicos em detrimento da escassez de alternativas concretas de sobrevivência, lazer, respeito e dignidade na sua própria casa, escola e vizinhança.” (MORAIS et al: 2010, p.36). Algumas são acompanhadas por uma pessoa adulta, outras permanecem sozinhas ou caminham em pequenos grupos. As atividades laborais que muitas delas realizam nas ruas representam uma realidade que avança nas grandes cidades, principalmente no âmbito da economia informal, constituindo-se em uma força de trabalho barata e, muitas vezes, gratuita.

Podemos visualizar toda a gama de formas de trabalho na rua realizado pelas crianças: engraxar sapatos; limpar ou guardar carros; carregar compras; catar coisas para reciclagem; vender frutas, doces, jornais, etc. Mas se acrescentarmos à ideia que fazemos de atividade laboral, outras características, como o dispêndio de energia necessário, a frequência ao ambiente onde é realizada etc., fica mais fácil aceitarmos outras atividades como, por exemplo, pedir. Além dessas formas de trabalho informal, elas também podem estar envolvidas em modalidades de trabalho (de um certo ponto de vista), cujos vínculos contratuais são estabelecidos verbalmente, mas que definem horários e carga horária, valor e periodicidade do pagamento. (MATIAS; FRANCISCHINI, 2010, p.276).

Os grupos de pessoas menores de idade que trabalham se diferenciam daqueles que já vivem nas ruas, pois as que trabalham ainda mantêm estabelecido algum tipo de vínculo com seu grupo familiar, ou seja, ainda não se desterritorializaram completamente de seu habitat familiar e comunitário. Ao final do dia, regressam para suas casas levando o fruto de seu trabalho para ajudar a subsistência econômica familiar. Dessa forma, o trabalho infantil realizado nas ruas se integra à economia informal urbana, pois muitas pessoas menores de idade que trabalham nas ruas são contratadas ilegalmente, sem nenhum tipo de garantia de direitos, sem proteção e sem remuneração salarial.

Essa situação se insere em uma grande cadeia macroeconômica que determina/impõe modelos de desenvolvimento urbano que geram graves problemas sociais. No entanto, o trabalho infantil não é a única forma de exploração e/ou de situação de risco da população infantil e juvenil que sobrevive nas ruas, pois existem outras formas de violência, como tráfico e consumo de drogas, exploração sexual, prostituição, impedimento de acesso a serviços e direitos: saúde, educação, moradia, convivência familiar, lazer, etc. “A saída de crianças e adolescentes para o espaço da rua é frequentemente associada a diversos fatores, incluindo desigualdade socioeconômica, escassez de uma rede de atendimento, ineficiência de políticas públicas, entre outros.” (CARVALHO et al., 2010, p.359).

Quais são os modelos de desenvolvimento que geram e/ou justificam esse tipo de problema social? Quais são os fatores sociais, históricos e econômicos que explicam a presença de crianças e adolescentes nas ruas dos grandes centros urbanos? Um dos aspectos que foi considerado para analisar tal problemática se relaciona com o modelo econômico que vem sustentando o desenvolvimento urbano e os processos de urbanização na América Latina, gerando desigualdades territoriais severas nas cidades. “O modelo de exclusão territorial, analisado pioneiramente por Kowarick, aponta para um urbano dividido entre a inserção nos circuitos avançados e globalizados de mercado para poucos e a negação do direito à cidade para a maior parte dos moradores urbanos.” (ROLNIK & KLINK, 2011, p.101).

As entrevistas realizadas no Projeto Quixote, em São Paulo, e no DAI/PANI, em San José, ofereceram elementos importantes para análise da situação da infância e, especificamente, a situação da infância vulnerabilizada nas ruas das grandes cidades da atualidade latino-americana.

Das pessoas menores de idade que estão em risco, como avalio esta situação? Primeiro, é uma realidade que se transforma muito, muito rápido, em que, efetivamente, as quadrilhas, máfias, organizações de pessoas que vendem droga, de narcotráfico, de delinquência organizada, eu acho, estão utilizando

os adolescentes como uma ferramenta para eles porque sabem as deficiências que existem, por exemplo, a nível judicial. Eu acho que, para estas quadrilhas organizadas, as pessoas menores de idade são elementos, porque eles os veem assim, muito atraentes, não só para utilizá-los para cometer os delitos, mas também para tê-los como mercadoria. Vemos muitas situações de tráfico, não só a nível nacional, mas também internacional, então, como eu disse, são muito atrativos para eles para estas duas atividades. Para utilizá-los como mercadoria e para utilizá-los também para cometer os delitos. Isto significa que estes meninos estão expostos a milhares de condições violatórias. (LILÁS, 2018)

As questões propostas às pessoas que se dispuseram a colaborar na pesquisa foram as seguintes: O que você compreende por infância? E infância vulnerabilizada? Como você avalia a situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social no período de 2000 a 2017 em sua cidade? Em sua opinião, quais medidas deveriam ser tomadas, em nível regional, nacional e comunitário, para melhorar a situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social?

#### 6.1.1 Vulnerabilização da infância nas ruas de San José

Na Costa Rica, as crianças chegam muito pequenas à rua, com um longo histórico de violação de direitos. O último escalão da cadeia de violações (maltrato, abusos, negligência) é ir para a rua. Ao chegar à rua, as crianças começam a buscar estratégias para sobreviver e, na maioria das vezes, passam a trabalhar para grupos delinquentiais. Saem de suas famílias e do sistema educativo e ingressam em alternativas institucionais. Nesse sentido, *rua como rua* não define as pessoas menores de idade, porque elas não são *produto* da rua, mas chegaram aí devido a uma série de situações violatórias anteriores. A rua é, pois, expressão da negligência no/do cuidado. Por outro lado, constatam-se mudanças significativas na situação das pessoas menores de idade que estão nas ruas de San José. Antes, ficavam pedindo esmola ou comida; atualmente, já não mendigam, mas vendem-se em casas de prostituição ou trabalham para redes de narcotráfico, permanecendo *em situação de rua*, com os riscos inerentes a essa condição. Assim, a rua não é apenas um território geográfico, pode ser também um território simbólico, que significa o espaço onde seus direitos são violados.

A rua não tem sido um fator determinante para os meninos. Aqui a rua não é seu fator determinante, o que é determinante é o consumo que muitas vezes começa pela pressão do grupo. A rua não os traz, eles não são produto da rua, não os encontro lá. Eles já vêm de uma série de situações violatórias. Aqui não temos utilizado o conceito 'de rua' e 'na rua', porque estas situações violatórias não são as fundamentais, não é um elemento que se cataloga

como uma situação violatória, porque sabemos que existe um histórico deste menino menor de idade com situações continuadas de violações de direitos. Por isso não os definimos como 'meninos de rua', é um menino que vem de um longo processo de violação de direitos, são histórias de terror, terror puro. (BRANCO, 2018)

A realidade da rua se transforma rapidamente. Há lugares na Costa Rica que se converteram em centros de prostituição e exploração sexual infantil, não necessariamente na cidade de San José. Os grupos de prostituição levam meninas e meninos por todo o país, ou seja, o território *rua* se ampliou além das ruas de San José. Atualmente, existe outro *cenário* de rua, com mais movimentação territorial para exploração das pessoas menores de idade. Portanto, não se pode afirmar que tenha diminuído o número de pessoas menores de idade em situação de rua na cidade de San José, senão que se encontram em outros espaços violatórios, expostas a diferentes situações de risco e convertendo-se em *peças* importantes, mas também descartáveis, de grupos delinquentes, narcotráfico, máfias, prostituição, tráfico de crianças a nível nacional e internacional. Em busca de referência, afeto e/ou pertencimento, meninas e meninos vão sendo incorporados a esses grupos, e não percebem que se encontram em situação de risco, pois são absorvidas por uma dinâmica que dissimula o delito e o abuso. Por conta dessa dinâmica, já não existem meninas e meninos isolados nas esquinas, senão que se conectam entre eles e com os grupos delinquentes, de prostituição e narcotráfico. A maioria já não busca sua família, pois sentem que se esgotaram as possibilidades de retorno para casa.

Acredita-se que as crianças que estão brincando na rua são as crianças em situação de rua, no entanto são as crianças que não têm supervisão nas suas famílias as que são mais facilmente captadas agora pelas quadrilhas, pelo narcotráfico, por milicianos, que é o que estamos visualizando. Por isso os meios mudaram, porque há muitos grupos que os captam. Já não os vemos na rua, mas chegamos a atendê-los porque já estão isolados por um grupo, digamos, de narcotráfico, ou um grupo que delinque, ou um grupo que está em consumo de drogas ou que está na venda de drogas. Então, isso também mudou. E são levados para seus territórios. Temos tido meninos que, efetivamente, desde muito pequenos, dentro de suas comunidades, são atraídos por estes grupos, buscando um ponto de referência, afeto, ou pertencimento e terminam incorporados em um grupo para delinquir, ou para a venda de drogas e tráfico. Então por aí vão as situações, não é o menino de rua habitual que vamos ver. Talvez seja a concepção inadequada que se tem do menino de rua: arisco, mal vestido, sem comer na rua. Agora existe mais organização, mas eles existem, o que acontece é que suas formas vão mudando porque, pois, temos grupos organizados em nível de narcotráfico ou quadrilhas ou milicianos que os captam e, pois, os incorporam dentro de sua dinâmica. Então já não é o menino usual de rua. (ROXO, 2018)

Segundo as pessoas entrevistadas no DAI/PANI, é responsabilidade do governo e das diretorias das instituições estatais atender as pessoas menores de idade em situação de risco social e dar resposta a suas demandas. Também é responsabilidade da família e da comunidade educar e atender as pessoas menores de idade, solicitando ajuda para isso, caso seja necessário. Uma necessidade urgente para o atendimento das pessoas menores de idade é a formação/incremento do trabalho interinstitucional para atingir coerência, compromisso e coordenação entre as instituições. Dessa forma, o DAI/PANI deve, por um lado, oferecer atendimento às pessoas menores de idade e, por outro lado, trabalhar com as instituições para planejar e implantar um atendimento interinstitucional, assumido como responsabilidade do Estado e de todas as instituições estatais.

O que acontece é que fazemos uma política, por exemplo, a recente política de drogas, e recentemente estava sendo construída, e todo o tempo se dizia que cada instituição faria sua parte mas as coisas não se concretizam. Acontece que o programa que estou fazendo aqui, também o está fazendo outra instituição, e o estou repetindo, com temas diferentes, mas o conteúdo é o mesmo. Se conseguíssemos ter uma articulação real de um setor social que identifique claramente situações violatórias de direitos, então vamos trabalhar todas as instituições alinhadas, por exemplo, consumo de drogas, cada um vai ter um eixo estratégico nesta linha para trabalhar a situação a partir de sua instituição para gerar uma gama de possibilidades para que a pessoa menor de idade seja atendida de forma integrada e articulada. Mas não temos isso, então a pessoa menor de idade começa com uma vulnerabilização de direitos, passa de uma instituição para outra, e cada instituição entende que o problema não é seu, e a pessoa menor de idade fica no ar, carregando mais uma violação de direitos na sua lista. Então, o que falta ao Estado? Tudo. A articulação completa de linhas claras para ver onde está a vulnerabilidade. (BRANCO, 2018)

A falta de estratégias de atuação em cada instituição repercute na precariedade do atendimento. Demandas relacionadas à prevenção da vulnerabilização infantil nas famílias, bairros e comunidades devem ser assumidas de forma coordenada entre as instituições com um plano de ação comum, para evitar o atendimento desarticulado às pessoas menores de idade. A movimentação ou deslocamento que crianças e adolescentes fazem entre as instituições em busca de atendimento já se configura como violação de seus direitos.

Para dar respostas atualizadas à realidade das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social em San José, o PANI implantou, na gestão da presidente executiva Ana Teresa León Sánchez (2014-2018), um programa de promoção e prevenção – trabalho com a primeira infância -, com resultados esperados a médio e longo prazo, e um processo de regionalização do atendimento institucional. Por outro lado, observa-se a necessidade de

realização de um diagnóstico atualizado sobre a situação de crianças e adolescentes que chegam ao DAI, para articular e preparar o atendimento às novas demandas, abandonando mitos e estereótipos relacionados às pessoas menores de idade em situação de rua. Além disso, os avanços tecnológicos e de comunicação também indicam a urgência de rever e atualizar as formas de intervenção.

Com a regionalização, é possível ter uma ideia mais clara sobre onde devemos dirigir nossas políticas de atenção com todos os programas que temos agora, como o centro de intervenção com a primeira infância. São programas recentes, desta administração, a partir dos eixos implementados. Esta é a grande conquista do PANI, porque antes disso tínhamos atendimento e proteção; antes disso tivemos atendimento, proteção e defesa. Passamos por diferentes fases, mas agora podemos falar de eixos diferentes de liderança, é toda uma estrutura organizada para que cada direção regional tenha diferentes braços de atendimento, e possa trabalhar a partir de suas necessidades regionais. Efetivamente, a criação desses eixos, a regionalização das coisas faz que em algum momento se possa diminuir a incidência de situações violatórias. Eu penso que esta tem sido a maior de todas as conquistas nesta administração. (BRANCO, 2018)

A equipe do DAI/PANI reconhece que Costa Rica tem uma lista de políticas específicas para infância e adolescência. O problema não é, pois, falta de políticas ou normativas, mas sua efetiva implantação. Segundo as pessoas entrevistadas, os governos locais (províncias e cantones) não trabalham satisfatoriamente o tema da prevenção, nem tampouco da atenção às pessoas menores de idade. Por outro lado, a atenção e o cuidado de crianças e adolescentes nas famílias e comunidades não são satisfatórios. Quando as pessoas menores de idade chegam ao PANI em busca de proteção e atenção, já estão *quebradas*, maltratadas, vítimas de distintas e severas formas de violência.

### 6.1.2 Vulnerabilização da infância nas ruas de São Paulo

Infância, primeiro período do desenvolvimento de uma pessoa, é um construto social e cultural. De acordo com as pessoas entrevistadas no Projeto Quixote, infância é o período de brincadeira, é o tempo/espço privilegiado de criação, liberdade e crescimento. A infância vulnerabilizada, por outro lado, caracteriza-se pela negação da infância, pelas necessidades básicas não satisfeitas e pelos afetos roubados. Isso pode estar presente em todas as classes sociais e acontece em função do abandono de crianças e adolescentes que, por conta disso, precisam desenvolver muitos recursos internos para sobreviver afetiva e socialmente.

Eu entendo a infância como um período da vida, do desenvolvimento, o primeiro período do desenvolvimento do ser humano, de fundamental importância. Nosso velho amigo Freud já dizia, os três primeiros anos são muito importantes na formação da personalidade. A infância tem que ser saudável, no meu entender, tem que ser infância, tem que ser aquelas fases todas de acordo com o desenvolvimento, então as brincadeiras vão mudando. Tem que se brincar muito na infância, eu acho que a infância é o período da brincadeira. Cada vez mais as pessoas estão indo mais cedo para a escola, eu acho isso muito complicado, eu sou de um tempo em que se ia com sete anos para a escola, tinha-se um período de infância muito ligado à família e muito gostoso da brincadeira, do subir em árvores, enfim, do brincar. Eu acho que todo esse movimento de evolução, de dita evolução tecnológica e social, roubou muito a infância. (VERDE, 2018)

Parte da vulnerabilização infantil é avaliar como *natural* que uma criança esteja na rua. Dessa forma, a naturalização e, por vezes, a justificativa da presença de pessoas menores de idade em situação de rua significa um processo de sistematização social da vulnerabilidade infantil. Quando a criança vai para a rua, fica totalmente sem referência e a falta de referência é uma grande vulnerabilidade.

Quando a criança vai para a rua ela fica totalmente sem referência, e a falta de referência é uma grande vulnerabilidade porque é enlouquecedora. A primeira sociedade que a criança experimenta é a família; é a partir dos vínculos, dos laços familiares, das regras familiares, dos afetos, que ela vai aprender a conviver socialmente. [...] Então a primeira sociedade é essa. Quando a criança não tem esse momento fundamental e importantíssimo para o desenvolvimento dela na sociedade, é aterrador. (AMARELO, 2018)

É urgente entender a presença de crianças e adolescentes nas ruas como uma questão social e pública, que precisa de meios e serviços públicos para ser resolvida coletivamente. No entanto, nos últimos quatro anos, acentuou-se na cidade de São Paulo a falta de investimento nas políticas públicas para atendimento das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, além de descontinuidade e falta de avaliação dessas políticas. As pessoas entrevistadas no Projeto Quixote apontam um quadro de piora, de sucateamento das políticas públicas, com fechamento de serviços, abrigos, projetos de abordagem e centros de referência, devido à privatização desses serviços.

O cenário político brasileiro, local e nacional, não está favorável para as pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social. Infância e juventude não dão votos, não são citadas nas propostas de candidatos para assumir postos executivos e legislativos.

A descontinuidade e a falta de avaliação na política pública é o que acaba destruindo tudo. Porque vem um gestor e não quer saber se aquele projeto

está dando certo ou não, ele simplesmente não tem a sua grife, não tem a sua marca, e acaba porque não foi ele que fez. Pode até fazer alguma coisa similar, mas muda o nome, muda alguma coisa que acaba confundindo os usuários também. [...] Então mudam os nomes, mudam as pessoas, não tem continuidade e eu acredito que para essas crianças e esses adolescentes em situação de alta vulnerabilidade, a continuidade é fundamental. Para fazermos nosso trabalho de rematriamento, que é o voltar para casa, é um trabalho de médio e longo prazo, e isso não é interessante para o gestor. O gestor quer limpeza, quer que saiam da frente dele aquelas criancinhas sujinhas que estão ali. Então é um trabalho difícil de fazer e que as pessoas dentro das políticas públicas entendam isso. Eu, ao longo da minha estrada, do meu trabalho, na medida em que posso, participo de foros, de conferências, de grupos de trabalho, no sentido de construir essa política pública, mas cada vez mais o resultado é próximo de zero. Hoje está muito difícil a situação na cidade de São Paulo, e eu poderia dizer que a gente não tem quase nada a oferecer. (VERDE, 2018)

Na cidade de São Paulo, constata-se um significativo aumento do número de famílias em situação de rua. Por outro lado, cresceu o número de coletivos e redes de solidariedade e indignação, inclusive com participação de adolescentes e jovens. O incentivo à construção desses espaços coletivos já faz parte da política pública, e por isso o Projeto Quixote assume representação em foros, conferências e grupos de trabalho, para colaborar na construção de políticas públicas, buscando melhorar e ampliar os equipamentos para atendimento das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social. Além disso, a equipe entende ser necessário investir na educação e intensificar a prevenção da vulnerabilização da infância, aprendendo e ensinando maternagem<sup>167</sup> e paternagem<sup>168</sup>.

Por vulnerabilização eu entendo falta de acesso básico, falta de olhar, de ser olhado, eu não digo falta de comida porque a molecada se vira bem nisso, sabe? Eles transitam bem, a gente acha que passam fome, mas eles dão um jeito e é difícil que passem fome. Não é que não aconteça, mas eu sinto que em São Paulo, no centro, a molecada que eu conheci é bem desenrolada com relação a isso. Mas tem outras coisas que eles precisam que não passam pelas necessidades, passam por outros campos que eu acho que são campos de reconhecimento. (ROSA, 2018)

Outro desafio assumido pelo Projeto Quixote é reinventar-se como instituição para o trabalho com crianças e adolescentes que já têm seus direitos da infância negados e/ou roubados, entendendo que a rua, além de ser um lugar de risco, também pode ser vista como

<sup>167</sup> *Maternagem* é o cuidado da criança ou do adolescente exercido/assumido/compartilhado pela figura materna, biológica ou não.

<sup>168</sup> *Paternagem* é o cuidado da criança ou do adolescente exercido/assumido/compartilhado pela figura paterna, biológica ou não.

lugar de encontros e de passagem para algo, de trânsito para outros territórios. Além disso, é imprescindível construir redes de trabalho interinstitucional.

O Quixote é uma referência muito grande e isso deve despertar nas outras instituições sentimentos, ou de repente de as pessoas se sentirem ameaçadas, então eu acho que um dos desafios do Quixote é não ficar isolado na sua referência quixotesca. Que ele possa inspirar e compor com outras pessoas, que talvez possam se inspirar nessa resistência brincante, vamos dizer assim. Esse eu acho que é um desafio: com esse saber todo, como é que a gente influencia mais diretamente os territórios, as comunidades e as pessoas? Bem rizomaticamente mesmo, como é a gente chega a mais lugares de uma forma consistente para que isso dure? É quase uma sementinha, para que isso dure e gere frutos para outras experiências. Isso acontece no Quixote, mas eu acho que é sempre um desafio presente nas instituições: como você faz isso avançar para que tenha frutos diversificados? Então eu acho que esse é um dos desafios, esse *fazer rede*, e isso eu chamo de rizomática, você poder sentir que está em mais territórios. (ROSA, 2018)

A constatação da presença de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social nas cidades de San José e São Paulo confirma que a ocupação urbana nessas cidades está pautada pela falta e/ou insuficiência de políticas públicas adequadas, causando um crescimento acelerado e desordenado da cidade informal, ou seja, espaços e bairros desprovidos dos serviços básicos necessários para uma vida digna. A violência urbana está diretamente relacionada com o processo de ocupação urbana, ou seja, com processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que determinam a forma como a cidade organizou e organiza seus espaços. Tais espaços e bairros se configuram como territórios expulsivos, por não oferecerem serviços de qualidade para a população – educação, saúde, transporte, cultura, lazer -, o que provoca deslocamentos territoriais com o objetivo de encontrá-los nas regiões urbanas centrais. No caso da vulnerabilização das pessoas menores de idade, além desses fatores, soma-se a inexistência e/ou insuficiência de políticas públicas voltadas para a população infanto-juvenil, que contemplem as exigências internacionais e nacionais de tratados e legislações específicos sobre seus direitos.

Las preocupaciones en relación con la niñez y los procesos políticos que se forjan, para mejorar sus condiciones de vida, muestran que el aumento mundial de la pobreza, la inequidad, la injusticia y la desigualdad social, entre otros, son factores que impiden el cumplimiento pleno de los derechos de la niñez, y se sigue reclamando pasar de la teoría a la práctica como un gran desafío. La Convención continúa sin ser ejecutada plenamente y los

objetivos establecidos en 1990 en La Cumbre Mundial en favor de la Infancia, están lejos de ser cumplidos.<sup>169</sup> (HENAO; GÓMEZ, 2013, p.123).

O reconhecimento da existência de infâncias diversas e contextualizadas, fruto de características, necessidades e contextos diferenciados, demanda políticas públicas específicas para garantia de seus direitos, elencados na Convenção dos Direitos da Criança, na Constituição Federal de cada país, assim como nos códigos específicos e legislações complementares. As políticas públicas não substituem as iniciativas de cuidado da infância nos diferentes níveis: familiar, comunitário, educativo e social. Pelo contrário, as políticas públicas de atenção à infância e juventude expressam o cuidado social que sociedades/países/estados/províncias/municípios proporcionam a crianças e adolescentes.

Una política en niñez que propenda por el desarrollo de capacidades de niños y niñas más allá que centrarse en la sintomatología o en las consecuencias, requiere asumir las condiciones sociales, educativas, políticas, económicas y culturales de los contextos como los entornos favorables para el desarrollo psicosocial de niños y niñas. Esto se relaciona con el argumento que son necesarias para el desarrollo humano, incrementar las oportunidades de las personas para la ampliación de las capacidades, titularidades y realizaciones y por tanto, esto se convierte en un camino para la construcción de sociedades más justas y equitativas, sin que ello implique eliminar la particularidad o la diferencia, que tiene en cuenta la necesidad de una mejor distribución de la riqueza y del capital cultural.<sup>170</sup> (HENAO; GÓMEZ, 2013, p.125).

Nesse sentido, e de acordo com as entrevistas realizadas, a situação de vulnerabilização, negligência e abandono de crianças e adolescentes deve questionar e mobilizar diferentes atores e atrizes do poder público e da sociedade civil, para responder às necessidades específicas dessa população, tanto no nível de políticas públicas, como na articulação de redes de coordenação interinstitucional e intersecretarial no/do atendimento.

---

<sup>169</sup> As preocupações relacionadas com a infância e os processos políticos que se formam, para melhorar suas condições de vida, mostram que o aumento mundial da pobreza, a inequidade, a injustiça e a desigualdade social, entre outros, são fatores que impedem o cumprimento pleno dos direitos da infância, e continua sendo necessário passar da teoria à prática como um grande desafio. A Convenção continua sem ser executada plenamente e os objetivos estabelecidos em 1990 na Conferência Mundial em favor da Infância, estão longe de ser cumpridos.

<sup>170</sup> Uma política em infância que se incline pelo desenvolvimento de capacidades de meninos e meninas além de focar na sintomatologia ou nas consequências, requer assumir as condições sociais, educativas, políticas, econômicas e culturais dos contextos como os entornos favoráveis para o desenvolvimento psicossocial de meninos e meninas. Isto se relaciona com o argumento de que são necessárias para o desenvolvimento humano, incrementar as oportunidades das pessoas para a ampliação das capacidades, titularidades e realizações e portanto, isto se converte em um caminho para a construção de sociedades mais justas e equitativas, sem que isso implique eliminar a particularidade ou a diferença, que toma em conta a necessidade de uma melhor distribuição da riqueza e do capital cultural.

Considero que deveria existir mais coerência entre as instituições. Efetivamente, teria que elaborar-se um plano em que a sequência de uma etapa a outra, ainda que seja de uma instituição a outra, tenha alguma garantia. Porque, neste momento, se trabalha como que ilhados. Cada instituição atende suas crianças, cada instituição é reitora, diz à outra o que fazer. Não se trata disso, é preciso realmente ter uma coordenação interinstitucional. (LILÁS, 2018).

A metodologia de acompanhamento dessa população não pode ignorar que a solução passa por respostas coletivas, descobertas/inventadas e assumidas no trabalho em rede de/em atendimento equitativo. No processo de acompanhamento das pessoas menores de idade que vivem e/ou trabalham na rua, é necessário considerar a importância da maternagem e da paternagem, para impulsionar, quando for possível e viável, a reterritorialização fora da rua, o que a equipe do Projeto Quixote chama de rematriamento, concreto ou simbólico.

Às vezes, esse rematricular-se é concreto, é voltar pra sua comunidade de origem; outras, é mais simbólico, construindo novas perspectivas de futuro – rematricular-se com a vida. Cada criança e adolescente em situação de rua passa por um processo longo de revinculação, até poder retornar à sua família e/ou comunidade. Esse processo é singular e respeita sua história, seus recursos psíquicos e emocionais, a história de sua família e de sua comunidade. (LESCHER; BEDOIAN, 2017, p.95-96).

Os depoimentos das pessoas entrevistadas no DAI/PANI e no Projeto Quixote indicam urgência por descobrir caminhos de superação do enlace entre infância e vulnerabilidade/vulnerabilização nos grandes centros urbanos, para vislumbrar coletivamente, sociedade civil e poder público, possibilidades reais, contextuais e históricas de construção de relações sociais e econômicas justas e equitativas - começando pelas relações interpessoais -, e a construção de redes sociais de solidariedade e cuidado, entre as pessoas e entre elas e o meio ambiente. Aspectos como cuidado, respeito, aprendizagem, disciplina, afeto, apego seguro, pertencimento, segurança física, emocional e espiritual, mais do que necessidades básicas, são direitos das pessoas menores de idade que devem ser atendidos.

Não existe verdadeiro desenvolvimento social e econômico sem promoção e garantia dos direitos humanos fundamentais. Tratando-se de infância e adolescência, tais direitos incorporam as condições necessárias para seu crescimento integral, tanto no nível físico, como no socioemocional e sociocognitivo. De acordo com as experiências e o trabalho realizado pelo DAI/PANI e o Projeto Quixote, as possibilidades para solucionar a problemática social da vulnerabilização da infância existem; no entanto, estão condicionadas a interesses políticos

e econômicos de grupos dirigentes, públicos e empresariais, o que impede sua aplicação com a rapidez que a situação necessita.

## 6.2 TERRITÓRIOS ROUBADOS (?!): O CONSTANTE PERAMBULAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As entrevistas realizadas no Projeto Quixote e DAI/PANI permitiram uma aproximação à realidade da população menor de idade em situação de rua e de risco social nas cidades de São Paulo e San José, assim como conhecer algumas causas e consequências de seu constante perambular. As questões levantadas para averiguar os movimentos territoriais foram as seguintes: de acordo com as experiências de seu trabalho, de onde chegam as crianças e os adolescentes que vivem ou permanecem na rua? Bairros da cidade? Outras cidades? Como as crianças e os adolescentes reagem e como se organizam quando chegam à rua? Como você percebe e explica os movimentos territoriais (ocupação, organização, desocupação, relações, sobrevivência, etc.) das pessoas menores de idade em situação de vulnerabilidade social: da casa ou comunidade para as ruas e os movimentos nas ruas?

### 6.2.1 O perambular de crianças e adolescentes pelas ruas de San José

As pessoas menores de idade em situação de rua que se concentram na cidade de San José chegam de diferentes províncias do país, principalmente as costeiras e fronteiriças, como também de setores e bairros marginalizados e em situação de vulnerabilidade social. As que chegam dos bairros periféricos de San José são, na maioria, nicaraguenses; as que provêm de diferentes províncias fazem um movimento migratório que, de certa forma, é promovido institucionalmente, pois migram para ser atendidas em San José. Como indicado anteriormente, crianças e adolescentes atendidos pelo DAI/PANI não se caracterizam apenas por estar em situação de rua, mas também pelo envolvimento com grupos delitivos organizados. Dessa forma, a *rua*, além de identificar o espaço público/físico, é também um conceito que remete ao simbólico. “O território 'rua' onde estão as pessoas menores de idade em situação de risco se ampliou. Já não é apenas a centralidade urbana, as intempéries, senão que abarca outros bairros, outras cidades, outras províncias, inclusive o território virtual”. (ROXO, 2018).

Não existe um padrão de comportamento das pessoas menores de idade quando chegam à rua. Sua reação e organização dependem de sua personalidade e das alianças que

necessitam fazer para sobreviver. Quando chegam à rua, algumas buscam proteção de uma pessoa adulta, formando *famílias de rua*, as quais, geralmente, não têm laços de consanguinidade. Outras demonstram medo, necessidade de pertencimento e de identificação, sentem falta da família, buscam espaços de proteção e companhia.

Os meninos e meninas sempre chegam com medo, ainda que sejam daqui mesmo. As pessoas pensam que esses meninos, porque assaltam, não têm medo. Mas não é assim, eles têm, muito medo. No albergue, nas noites, eu escutava algum que chorava e ia buscar para ver quem era, e sempre lhes fazia falta a família. Eles sempre tentam dormir perto de um bar ou um lugar onde há música, e buscam esses lugares porque se sentem acompanhados. Depois sempre buscam um parceiro, não que sejam homossexuais, muitos não são homossexuais, mas para sua proteção ou para sobreviver buscam um parceiro. E muitos buscam adultos para poder sair adiante. E chega uma etapa em que se consideram tios e sobrinhos entre eles, ou primos. Eles tentam se proteger ou buscar como sobreviver na rua. E com as meninas é igual, buscam companhia. (AZUL, 2018)

Para sobreviver na rua, a maioria se organiza em pequenos grupos - para pertencer e se identificar -, onde iniciam o consumo e a dependência de drogas, cometem assaltos e outros atos delitivos, trabalham para narcotraficantes. Muitos meninos, meninas e jovens são ameaçados, violentados e morrem nessas atividades. Quando existe um albergue que os receba, movimentam-se entre a rua e o albergue, pois o identificam como um lugar seguro para dormir e ser protegidos. No entanto, é também no albergue que, muitas vezes, organizam-se para consumir drogas e cometer atos delitivos. Por isso, a equipe do DAI/PANI entende que os albergues já não representam solução para o atendimento dessa população, pois podem favorecer a continuidade de sua situação de rua e de risco social.

Existem múltiplos movimentos territoriais das pessoas menores de idade pelas ruas, relacionados com sua história pessoal e suas necessidades e atividades. Muitas vezes, os movimentos territoriais acontecem para responder necessidades de sobrevivência, outras vezes estão motivados por assaltos, prostituição, fuga da polícia, formação de grupos de interesse. Os movimentos acontecem por setores da cidade, e os limites espaciais são rigorosamente respeitados: territórios para distribuição e tráfico de drogas, territórios para dormir ou territórios para roubar, por exemplo. Também existem movimentos territoriais para reencontrar a família, pois quando não se sentem ameaçados pela família e não há fatores de risco, tendem a buscá-la. Os meninos e meninas que chegam de províncias distantes já não retornam para lá, seus movimentos territoriais se concentram na região metropolitana de San José. Às vezes, juntam-se com outros meninos e meninas para conhecer novas regiões, o que

aumenta sua mobilidade e os transforma em *nômades* na rua, indo de lugar em lugar sem estabelecer vínculos com os territórios por onde passam.

Podemos entender seus movimentos de diferentes formas. Quando são protegidos tendem a recorrer a seus familiares, porque apesar de que não existam fatores de risco com esses familiares, não houve contenção. Continuam buscando suas raízes. Então, as alternativas de proteção nem sempre estão situadas perto de sua comunidade. [...] Também tínhamos outros meninos que vinham das zonas costeiras que, pelo desenraizamento familiar terminavam ficando em San José; já não reconheciam suas províncias de origem como sua zona de movimento, porque sua vida já estava na capital ou na zona onde se situou. Ou ainda, às vezes, por referência, porque com esses outros meninos que conheciam nas ruas e com quem faziam alianças, se mobilizavam a seus outros territórios. Amplia-se o movimento e, portanto, se torna às vezes nômade por andar de lugar em lugar, dependendo do menino que conhecia. Ou ainda, esse menino o levava a seus recursos familiares, a suas amizades, e ele estabelecia outra rede de conhecidos ou iam a outros lugares. (ROXO, 2018)

Algumas pessoas menores de idade que estão nas ruas de San José alcançam uma boa organização e aí desejam ficar, por não conhecer outras possibilidades para viver e morar. Nesses casos, o desejo de estar na rua se confunde com a sensação de liberdade e estabilidade para traficar/consumir drogas e cometer atos delitivos. Outras encontram sua estabilidade e referência nos albergues. Assim, movimentam-se entre os albergues institucionais, passando longos períodos sem uma resposta para sua situação de vida, pois os albergues – que deveriam ser transitórios -, convertem-se em permanentes. Existem também movimentos de fuga dos albergues durante o dia, e retorno para comer e dormir. Nesses casos, o desafio institucional é oferecer mais que comida e cama, para não agravar a situação de risco que já vivem. Por este motivo, o DAI optou por fechar os albergues no centro de San José, que estarão descentralizados nas regiões para atender três perfis de população: crianças até doze anos, adolescentes mulheres, e adolescentes homens. Este foi mais um avanço da administração da presidente executiva Ana Teresa León Sánchez. Dessa forma, cada província deve assumir e atender a população que utiliza albergues na sua região, evitando deslocamentos geográficos para San José, o que se denomina *migração institucional*.

Atualmente, com a evolução tecnológica, os movimentos territoriais das pessoas menores de idade em situação de rua passam por mudanças significativas, pois atividades como prostituição e exploração sexual infantil, por exemplo, transcendeu nas redes sociais e, muitas vezes, são as meninas e os meninos que administram seu negócio.

Transformou-se a dinâmica de rua e de estar na rua. As meninas que encontramos hoje na rua são as que estão em consumo e consumo ativo severo, então efetivamente estão na rua porque se vendem a qualquer custo para conseguir a droga. O tema de exploração sexual evoluiu em diferentes momentos. Houve uma época em que as meninas começaram na rua; depois houve um recrutamento por catálogo, os clientes chegavam a alguns hotéis e recebiam um catálogo para que escolhessem a menina, o taxista ia buscá-la na sua casa e depois a levava de volta; e agora o assunto já transcendeu para as redes sociais. Elas já não precisam que alguém as patrocine, elas mesmas se vendem se encontram o explorador, e as mesmas meninas controlam seu negócio. (BRANCO, 2018)

É necessário desenvolver ações interinstitucionais, que partam do poder público, para lidar com essa problemática. Isso significa que o governo, através da implantação de políticas públicas, deve assumir o cuidado e a defesa das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social como prioridade, e não esperar que o PANI seja a única instituição responsável por zelar por seus direitos.

#### 6.2.2 O perambular de crianças e adolescentes pelas ruas de São Paulo

Para a equipe do Projeto Quixote, o território é a criança. Dessa forma, se a criança está no território nacional, deve ser beneficiária de todo e qualquer programa que o ECA prevê, ainda que os convênios tenham regras de delimitação do território geográfico de incidência das ONGs e outras organizações. Por isso, a rua não é vista como *território de permanência*, mas sim como passagem.

Crianças e adolescentes que chegam ao centro de São Paulo são oriundos de todas as regiões da cidade – a maioria das periferias –, assim como de outros municípios próximos e do litoral. A rua é hospitaleira e a equipe do Projeto Quixote entende que a convergência para o centro da cidade se explica a partir de uma *lógica do belo e do novo*, pois no imaginário das pessoas menores de idade, o centro é um lugar bonito e atrativo, em comparação com as precárias condições e falta de recursos nas periferias. Ao contrário do que a maioria das pessoas imagina, crianças e adolescentes não se deslocam para o centro de São Paulo em busca de drogas, ainda que com o tempo na rua passem a consumi-la.

Nós fizemos um levantamento, uma vez, perguntando simplesmente assim: *por que você veio para a rua?* Eu não lembro agora as porcentagens, mas a maioria, uns 40 e pouco por cento, respondeu que veio por negligência e abandono. Em segundo lugar ficou a violência física, em terceiro lugar a violência sexual, e em quarto lugar o uso de droga. Porque o menino que vem por uso de droga é diferente do menino que vem pela aventura. Ele vem,

geralmente, fugindo do território dele, ficou devendo para o traficante, arrumou uma treta, roubou o vizinho, está ameaçado, alguma coisa acontece, e ele foge para o centro. Então é diferente de uma pessoa que vem e vai procurar droga, ele não vem para isso, ele vem fugido, diferente dos que estão mais no nível de uso abusivo ou dependência grande da droga. Agora, o que acontece naturalmente é que todos acabam experimentando a droga, de certa forma. (VERDE, 2018)

Além de crianças e adolescentes que chegam das periferias, cresceu o atendimento aos que moram em ocupações do centro de São Paulo, junto com suas famílias. Geralmente, quando chegam às ruas, meninas e meninos já viveram anteriormente a *situação de rua* nos seus territórios de origem.

Antes a gente via crianças se refugiando, hoje em dia a gente vê um movimento de famílias que estão com as crianças. Estamos até repensando nossa metodologia, será que a gente aborda as famílias? Se sim, como? Porque antes, para a gente, a metodologia era o rematriamento, fase 1, fase 2 e fase 3, vinculação, consulado e rematriamento propriamente dito, que é a volta para a mãe, seja ela a casa, o abrigo ou a mãe interior. Mas agora a gente está começando a se problematizar acerca de como seria um rematriamento de famílias, de uma criança que está com uma família em situação de rua. (PRETO, 2018)

Geralmente, as pessoas menores de idade chegam à rua assustadas, desconfiadas e perdidas, e sua reação e organização nos primeiros dias depende dos códigos territoriais de cada região. Quando chegam à rua, são convidados a usar drogas e, muitas vezes, são vítimas de aliciadores; rapidamente vão se ambientando à nova realidade e se incorporando às novas atividades, e isso é um dos fatores que contribui para que permaneçam na rua. Às vezes, recebem apoio dos meninos e meninas que já estão na rua há mais tempo e se organizam através da criação de vínculos, cuidado coletivo e partilha. Nem sempre essa relação é harmoniosa, por isso, algumas vezes, são obrigadas a passar por um *ritual de rua teste* ao chegar à rua, o que causa bastante sofrimento ao novato/a.

Ainda que necessitem de um território de referência, as crianças e os adolescentes estão em constante movimentação territorial em função da droga, das infrações e da presença policial. Existe certa repressão policial que configura seu destino, e os movimentos territoriais passam a ser consequência das proibições de estar. Assim, refugiam-se em lugares onde sentem mais segurança e se movem de acordo com suas necessidades e possibilidades, sobretudo de transporte. Seus movimentos acompanham o pulsar da cidade, e sua referência

espacial de proteção são as malocas e os mocós<sup>171</sup>, onde costumam dormir. Muitas vezes, fazem um *diagnóstico* das possibilidades, ameaças e recursos de cada região, e assim escolhem onde vão perambular e dormir. Existem também tentativas de volta para o bairro e/ou casa, o que provoca movimentos de vaivém entre as ruas do centro e as da periferia. Atualmente, os movimentos territoriais também são feitos pelas famílias que estão na rua. Muitas dessas famílias, de sangue ou de rua, têm crianças e adolescentes que caminham junto. Por este motivo, é importante que os educadores terapêuticos acompanhem o caminhar das famílias, assim como das crianças e dos adolescentes pela cidade, na errância que caracteriza sua vida.

Dá pra dizer que tem um movimento da molecada da periferia para o centro, acho que vêm de bairros como Parelheiros, Grajaú, Campo Limpo, zona norte... Eu acho que esse é um primeiro movimento. De outras cidades eu sei que existe, mas eu conheci poucos meninos. O que eu conheço muito são gerações na rua, no Vale do Anhangabaú eu conheci uma molecada que era de uma geração de família que já estava na rua, então acho que esse também é um elemento. Era uma família que já tinha aquela coisa de ter um sobradinho, de ter algum lugar numa ocupação, mas já num movimento de estar na rua e essa molecada cresce a partir dessa referência. (ROSA, 2018)

Os saberes e as experiências compartilhados pelas equipes do Projeto Quixote e do DAI/PANI advertem que o desenvolvimento urbano nas cidades de São Paulo e San José tem promovido processos de *desterritorialização social*. Isso significa que os movimentos territoriais de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social são resultado de condições socioeconômicas derivadas de políticas públicas que não atendem – ou não atendem suficientemente –, as necessidades e os direitos dessa população.

Os processos de desterritorialização geográfica e social vivenciados/sofridos de forma compulsiva faz com que crianças e adolescentes estejam em processo de busca de novos territórios geográficos e/ou afetivos, e a maioria busca também espaços e experiências de beleza e ludicidade, ausentes em seus territórios de origem. Nessa busca, a rua pode se apresentar como um espaço/tempo para novas territorializações, mas, ao mesmo tempo, os territórios que oferece são temporários, são *não-lugares*. Alguns desses territórios ou experiências de não-lugares podem colaborar para que se reterritorializem fora da rua, como é o caso das ONGs e programas públicos de atendimento, que promovem relações que levam a um pertencimento afetivo, caminho necessário para novas reterritorializações em outros espaços e condições. Outros territórios e/ou experiências, pelo contrário, criam a percepção de

---

<sup>171</sup> Local onde crianças e adolescentes em situação de rua dormem em grupos, como estratégia de proteção.

pertencimento territorial no mundo das drogas, na prostituição e nos grupos delinquentiais, fazendo com que a rua se transforme em representação/resultado de inúmeras situações violatórias.

A experiência de vários anos de trabalho das equipes do Projeto Quixote e do DAI/PANI demonstra que a reterritorialização ou o rematriamento de crianças e adolescentes que se desterritorializaram de suas famílias e espaços comunitários, não pode acontecer na rua, mas sim nos espaços e nas possibilidades que vão surgindo para um período *depois da vida na rua*. Sua referência territorial está sempre relacionada com suas referências afetivas, por isso, muitas vezes, o único território que podem habitar é seu próprio corpo e sua história. A equipe do Projeto Quixote se refere à *criança como território*, para explicar tal situação.

As crianças e os adolescentes não se fixavam numa determinada região por vários motivos: ações da polícia, um restaurante novo doando comida, oficinas de rua e eventos dos mais diversos. Transitavam por todas as regiões como verdadeiros 'quixotinhos urbanos', buscando conquistas, novos moinhos, novas Dulcineias, novos sonhos, sempre visando outras possibilidades, visibilidade, e a transformação de sua história, povoada de duras vivências de abandono, negligência, faltas, e da falta básica de afeto, dignidade e respeito. [...] Chegamos à conclusão de que 'o território é o menino', não importa a região, o clima, o tempo, e estaríamos sempre procurando estar por perto de onde eles estivessem. (LESCHER; BEDOIAN, 2017, p.63).

Entende-se, portanto, que na rua, por vezes de forma simultânea, as pessoas menores de idade experimentam situações múltiplas relacionadas à territorialidade: desterritorialização, multiterritorialidade, ateritorialidade, reterritorialização. Constantemente buscam se reterritorializar, geográfica e afetivamente, em instituições de atendimento e acompanhamento, como o DAI/PANI e Projeto Quixote. Carregam, no entanto, lembranças de territórios por onde já passaram. Algumas vezes, quando a desterritorialização não foi determinante, essas lembranças trazem o desejo de retorno aos territórios deixados. Outras vezes, sonham com a conquista de novos territórios, diferentes dos que deixaram para trás. Dessa forma, constatam-se diferentes etapas ou intensidades no processo de des(re)territorialização das pessoas menores de idade, dependendo das experiências e vinculações familiares e comunitárias que tiveram ou ainda têm, como também de sua vinculação com grupos e organizações durante o período em que estão em situação de rua, além das esperanças que impulsionam a busca de novas territorialidades.

Em todos os casos, crianças e adolescentes têm direito a territórios de afeto que lhes proporcionem condições para um crescimento humano saudável. Portanto, a ateritorialidade

que caracteriza seu perambular sem rumo pelas ruas – em “territórios roubados”<sup>172</sup> – significa negação do direito aos seus territórios e territorialidades pessoais em nível de dignidade, ética e estética. Significa, assim, uma expressão mais da injustiça social a que estão submetidos. Nesse sentido, as entrevistas indicaram que a aprendizagem do autocuidado e a concretização do cuidado coletivo e social – políticas públicas pertinentes e específicas para a população infante-juvenil, são imprescindíveis para a conquista e/ou recuperação dos direitos negados ou roubados das pessoas menores de idade, que se manifestam em negligência, abandono e violência.

### 6.3 DESENVOLVIMENTO URBANO E INFÂNCIA VULNERABILIZADA: “TODAVÍA NOS QUEDA MUY DISTANTE ESSE PAÍS INCÓGNITO QUE SOÑAMOS...”

O estudo teórico e as entrevistas realizadas no Projeto Quixote e no DAI/PANI indicaram que os modelos de desenvolvimento urbano priorizados/implementados nas cidades de São Paulo e San José estão intrinsecamente relacionados com os processos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social. As pessoas entrevistadas apresentaram uma crítica radical ao desenvolvimento que visa somente ao crescimento econômico, em lugar de integrá-lo com um projeto de sociedade que incorpore viabilidade econômica, equidade social, sustentabilidade ecológica e justiça cultural. As falas indicaram que o crescimento econômico deve ter um caráter instrumental no processo de desenvolvimento. Quando isso não acontece e o crescimento econômico se converte no principal e, às vezes, no único resultado desejado e buscado para o desenvolvimento, desencadeiam-se situações de injustiça social e desigualdades socioeconômicas severas.

En la concepción de algunos planeadores urbanos, la ciudad desarrollada se debe expresar desde una premisa instrumental y repetitiva; que tenga altos niveles de vida industrial y acceso a propuestas culturales; y que sea eficiente, y con los mejores servicios públicos. Sin embargo en ella, tal instrumentalidad se instaura de manera excluyente, y obliga a muchos de sus habitantes a darle forma, re-crear, hibridizar y yuxtaponer una ciudad informal que escapa al marco legislativo, y que no es aprehensible desde la planeación formal. La manera como los habitantes se relacionan con la

---

<sup>172</sup> A realidade e o fenômeno de pessoas menores de idade em situação de rua têm incomodado os ditames, valores e estéticas de pessoas, organismos e grupos socialmente estabelecidos, alimentando ideias e discursos no sentido de que estariam invadindo - roubando territórios públicos (!?) – sua beleza e estética. Portanto seria necessário isolar estes infantes do público, para um degredo privado.

ciudad, no surge de una libre opción, sino como producto de la injusticia que se deriva de las relaciones del mercado.<sup>173</sup> (ÁLVAREZ, 2005, p.15).

Evidencia-se, portanto, que os modelos de desenvolvimento que visam exclusivamente ao crescimento econômico geram crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social, e depois buscam abortá-los dos espaços e redes de convivência urbana. Exemplo disso são as políticas de combate aos usuários de crack na crackolândia, adotadas pelo prefeito Doria<sup>174</sup>, em 2017, no município de São Paulo. As entrevistas realizadas no Projeto Quixote apontaram graves deficiências da/na gestão municipal durante seu mandato, no tocante aos direitos das pessoas menores de idade e políticas públicas, o que denota um desenvolvimento não planejado e indiferente às questões e iniciativas de combate à exclusão e desigualdades.

Lugares que eram pensados para as crianças, inicialmente, se destituem a partir de políticas que não se conversam, pois as várias pastas das políticas não têm, necessariamente, um alinhamento, e isso significa um buraco que existe até hoje. Depois que o Moinho do Quixote<sup>175</sup> saiu desse lugar, instaurou-se um centro pop, que é um lugar para adultos. Algumas crianças com quem a gente tinha vínculos eu encontro até hoje na região da Luz - vulgo crackolândia; muitas outras se perderam, a gente não encontra mais. Tinha umas crianças ciganas que ficavam ali na Praça Coração de Jesus, que eu nunca mais vi. É como se as crianças desaparecessem mesmo, sabe? Você não sabe para onde elas foram, você não consegue monitorar, e eu acho que São Paulo vai desenhando esses muros mais altos, e as pessoas e as trajetórias vão desaparecendo. É nesse sentido que eu enxergo como é que o desenvolvimento rebate para as crianças, quase no desaparecimento delas. (ROSA, 2018).

A concentração de equipamentos e serviços na região central de São Paulo foi igualmente apontada como uma deficiência da gestão pública municipal, o que explica a migração de crianças e adolescentes para o centro da cidade.

Outra coisa que poderia ser uma solução intermediária, eu penso, é ver o que temos de equipamentos nos lugares de moradia, e como fazer um uso mais adequado possível. Porque eu tenho visitado, eu faço visitas em domicílios, e o que chama a atenção é a questão do espaço. Às vezes a população está ali

<sup>173</sup> Na concepção de alguns planejadores urbanos, a cidade desenvolvida deve se expressar a partir de uma premissa instrumental e repetitiva; que tenha altos níveis de vida industrial, acesso a propostas culturais; e que seja eficiente, e com os melhores serviços públicos. No entanto, nela, tal instrumentalidade se instaura de maneira excludente, e obriga a muitos de seus habitantes a lhe dar forma, re-criar, hibridizar e justapor uma cidade informal que escapa do marco legislativo, e que não é apreensível pelo planejamento formal. A maneira como os habitantes se relacionam com a cidade, não surge de uma livre opção, mas sim como produto da injustiça que se deriva das relações do mercado.

<sup>174</sup> João Agripino da Costa Doria Junior foi prefeito da cidade de São Paulo de 01/01/2017 a 04/04/2018.

<sup>175</sup> O projeto “Moinho de Luz – oficina de vídeo-comentário” foi um programa de oficinas de multimídia para crianças, adolescentes e jovens.

num espaço tão minúsculo, tão minúsculo, e temos ao lado uma escola tão grande, ou uma igreja tão grande, com espaço de quadra e tudo, que fica fechado nos fins de semana e à noite, e você não pode usar isso em benefício dessa população. (VERMELHO, 2018).

Por outro lado, os modelos de desenvolvimento que buscam inclusão social e implementam políticas regionalizadas de prevenção das situações de violência vivenciadas pelas pessoas menores de idade, resultam na diminuição do número de pessoas em situação de rua, assim como no combate às causas do empobrecimento/pobreza nos bairros e regiões onde moram as famílias em situação de vulnerabilidade social. “A última conquista do PANI que posso assinalar é a regionalização, no sentido de que cada região assuma realmente sua população, ou seja, que cada diretor regional saiba que a população que tem é sua responsabilidade.” (BRANCO, 2018). Junto com a regionalização do atendimento, há ações e programas de prevenção da violência e de situações de vulnerabilização, implementados pelo PANI durante a gestão da diretora executiva Ana Teresa León Sánchez, que comprovam que as opções políticas e administrativas relacionadas com a infância, adolescência e juventude, incidem diretamente nas condições/possibilidades de atenção, atendimento e cuidado das pessoas menores de idade em situação de rua.

Eu sinto que dentro das conquistas que teve o PANI está, inicialmente, voltar-se para si mesmo e começar a fazer uma análise do que nos falta para poder crescer, está na aposta da prevenção, porque antes estava apostando somente na parte atencional, não na parte de prevenção. Efetivamente, temos muitas pessoas que estão em situações que ainda podemos prevenir para que não cheguem a situações piores, mas estávamos priorizando atender e atender a cotidianidade, descuidando desta parte da prevenção. Eu acredito que agora o PANI conseguiu se posicionar um pouco melhor sobre qual é sua tarefa, definindo o rumo para trabalhar. Estas são as principais conquistas do PANI. (ROXO, 2018).

Para aproximar-se a dados relevantes sobre a relação entre desenvolvimento urbano e presença de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social, foram levantadas as seguintes questões para as equipes do Projeto Quixote e do DAI/PANI: para você, o que é desenvolvimento urbano? Para você, o desenvolvimento urbano interfere na situação das pessoas menores de idade? Como? Como você avalia o desenvolvimento urbano em sua cidade no período de 2000 a 2017?

### 6.3.1 Desenvolvimento urbano e infância vulnerabilizada em San José

Para a equipe do DAI/PANI, desenvolvimento urbano são as estratégias das entidades nacionais para fomentar diferentes áreas a nível local, como educação, saúde e serviços básicos. Nesse sentido, não está relacionado apenas com a infraestrutura da cidade, mas sim com a qualidade de vida da população. O desenvolvimento urbano impacta e interfere na situação das pessoas menores de idade, de diferentes formas; na cidade de San José, priorizam-se outras áreas, o que as coloca em situações de risco.

Quando o desenvolvimento urbano não é bem planejado, contribui para a diferenciação de classes sociais, pois leva famílias para os bairros periféricos em condições de vulnerabilização/vulnerabilidade social, o que provoca desterritorialização das pessoas menores de idade. A migração estrangeira também está influenciando o cenário urbano de San José e seu desenvolvimento; as pessoas estrangeiras chegam em busca de melhores condições de vida e segurança, e este fenômeno tem aumentado a população nos/dos bairros periféricos e de maior vulnerabilidade social, com altos índices de desemprego. Assim, as crianças já nascem em situação de vulnerabilidade, expostas a violação de direitos, vítimas de violência familiar, social e econômica.

O desenvolvimento urbano está relacionado, pois, a opções e decisões dos governos locais de cada *cantón* do país e se vincula a interesses políticos e econômicos. Isso explica, muitas vezes, a falta de planejamento e congruência para fazer uma análise das situações que devem receber intervenção pública prioritária para um desenvolvimento satisfatório. Assim, o desenvolvimento urbano na cidade de San José tem sido desordenado, pouco planejado, flutuante, dependente de trâmites e questões burocráticas. Geralmente, as prioridades orçamentárias não incluem investimentos para geração de empregos, acesso a serviços públicos, melhora da educação e atenção às necessidades das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social.

O *cantón* de San José tem um desenvolvimento muito diferente dos demais, tem o prefeito que precisa do voto de seus seguidores para se manter, então, claro que existem bulevares, existe ciclovias, ainda que não se possa transitar, porque de um lado estão os estacionamentos com boleto e de outro a ciclovias e não fica faixa no centro, ou seja, não é possível neste país fazer isso, mas aqui se faz. Existe um mercado de artesanato, existe publicidade em todos os pontos de ônibus, existem atividades massivas, como o carnaval, o festival da luz onde se gastam milhares de milhões de colones. (BRANCO, 2018)

Uma vez nas ruas, as pessoas menores de idade não têm acesso a serviços e direitos básicos, e a cidade vai absorvendo e justificando essa situação como normal/natural no cenário urbano e no processo de seu desenvolvimento. Assim, a desterritorialização forçada de famílias e de pessoas menores de idade de seus territórios de origem; o crescimento do narcotráfico e a dependência de drogas; a exploração sexual infantil; as atividades delinquentes envolvendo crianças e adolescentes; e as precárias condições socioeconômicas e socioculturais nos bairros em situação de vulnerabilidade vão sendo incorporadas como consequências necessárias, ainda que lamentáveis, do processo de desenvolvimento urbano.

Constata-se, de acordo com as pessoas entrevistadas no DAI/PANI, que a trajetória e transformações do PANI a cada governo – nacional e municipal -, também interferem no modelo de desenvolvimento urbano assumido.

Penso que uma das melhores decisões que poderia tomar o governo é manter a atual presidência executiva para conseguir estabelecer um programa, uma série de programas importantes para a instituição. O crescimento que tivemos é visível, não somente em orçamento, mas também nos programas de atendimento, nas intervenções. Claro, há muito que coordenar a nível institucional, mas a mudança a cada quatro anos é como começar de zero, então nunca podemos seguir nada porque começamos de zero. Ou seja, agarramos o caderno, o guardamos e abrimos outro. E temos coleção de cadernos. E os problemas da infância e adolescência vão aumentando. Então acredito que há muitos desafios, há intenções, no entanto de que depende? Esse é um risco para a instituição como país porque é um posto político, e ao ser um posto político, muda com o governo, que não necessariamente vai concordar com os programas que estão funcionando, ou acreditar nesses programas. (BRANCO, 2018)

Essa situação leva a descontinuidade de iniciativas e ações, levando a que projetos bem desenhados e planejados – infraestrutura, pessoal e metodologias -, não sejam implantados com a urgência que a gravidade da situação de abandono e vulnerabilidade exige. Não raras vezes, a realidade e o perfil das pessoas menores de idade mudam rapidamente, e os projetos perdem sua atualidade e eficácia.

### 6.3.2 Desenvolvimento urbano e infância vulnerabilizada em São Paulo

Igualmente, para as pessoas entrevistadas no Projeto Quixote, desenvolvimento urbano se relaciona com qualidade de vida das pessoas, e significa provisão de recursos que lhes permitam viver com dignidade. “Desenvolvimento urbano seria pensar e prover para os habitantes, recursos que lhes permitam viver com dignidade. Eu acho que isso é uma questão

complexa nessa cidade que é a nossa, não é?” (VERMELHO, 2018). O desenvolvimento urbano também está vinculado com desenvolvimento cultural e acesso a serviços básicos, como saúde, educação, assistência social e pertencimento à cidade. Isso pressupõe encontros, conversas e participação das pessoas nas comunidades. Dessa forma, desenvolvimento urbano não é só construção de escolas, hospitais, prédios e sistemas de transporte, ainda que necessários. Está condicionado às opções políticas do poder executivo municipal e acontece com a criação e/ou implementação de políticas públicas específicas para cada situação e para cada população.

A cidade de São Paulo, devido a suas características e história, apresenta um desenvolvimento excludente, com crescente deterioro das condições de vida das pessoas empobrecidas. Em nome do desenvolvimento para uma minoria, justifica-se um desenvolvimento urbano desigual, caótico e desordenado, com falta de diretrizes consistentes. As consequências são evidentes: rápido e desordenado crescimento das periferias, uso irracional dos recursos públicos, ocupação de terrenos, ocupação de imóveis abandonados no centro da cidade, descuido da região central, descontinuidade das iniciativas políticas e administrativas, concentração dos serviços de atendimento e rede de transporte na região central. A falta de políticas públicas específicas, apropriadas e contínuas para crianças e adolescentes, assim como a insuficiência de investimento social na cidade de São Paulo, principalmente nas periferias, interfere diretamente na vida de todas as pessoas menores de idade, principalmente aquelas que se encontram em situação de rua e de risco.

A equipe do Projeto Quixote indicou retrocessos sociais e educativos importantes na cidade de São Paulo, nos anos de abrangência desse estudo, como, por exemplo, fechamento de espaços e serviços específicos para a população infanto-juvenil em situação de rua e de risco social, chamados pela equipe de *espaços criançasveis*. Constata-se, assim, que a falta de coordenação política e administrativa para o desenvolvimento urbano tem consequências diretas no deterioro da qualidade de vida das pessoas menores de idade. Exemplo desse descuido social aconteceu em 2017, devido a decisões da prefeitura municipal de São Paulo - gestão do prefeito Doria -, quando houve extrema violência na abordagem, tanto de trabalhos sociais, como de crianças, adolescentes e adultos que vivem nas ruas. Naquele ano, muitos trabalhos foram dizimados, provocando ruptura e descontinuidade do atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social.

O Programa *De Braços Abertos*<sup>176</sup>, que funcionou entre 2014 e 2016, representou um avanço significativo, pois, por primeira vez, articulou-se uma iniciativa inter-secretarial para organizar a gestão e o atendimento a pessoas usuárias de drogas no centro da cidade. No entanto, em 2017, o retrocesso se deu com o fechamento desse programa pelo prefeito Doria. A partir dessa decisão e das consequências desastrosas para as pessoas em situação de rua e para toda a cidade, a arquiteta Raquel Rolnik fundou um coletivo chamado *Mundaréu da Luz*<sup>177</sup>, junto com vários coletivos, como resistência das/com as pessoas que se encontravam na crackolândia, para pensar e repensar a cidade com imaginação política. Uma das pautas do *Mundaréu da Luz* foi repensar a rua, para que não signifique apenas lugar de risco, mas também lugar de aproximação e partilha para crianças, adolescentes e adultos que nela se encontram.

Eu penso e me inspiro em Foucault, onde tem poder tem resistência. Então ao mesmo tempo em que acontece um grande retrocesso, surge também uma iniciativa de uma arquiteta famosa, Raquel Rolnik, muito massa, muito legal. Ela fundou um coletivo chamado Mundaréu da Luz, junto com vários coletivos, muitos e não sei precisar os nomes, mas que vão falar com os moradores e dizer *não, bicho, não dá para você estar 30 anos aqui e aí você de repente tem que sair sem explicação, sem nada. Vamos fazer um movimento porque isso que a Prefeitura está fazendo é, no mínimo, desumanidade. Então a gente vai fazer alguma coisa com isso*. É nesse sentido que eu falo que onde tem poder tem resistência. Foi muito grosseiro esse retrocesso e ao mesmo tempo surgiu esse movimento que não sei se chamamos de movimento social, ou qual é o nome disso. Mas é um coletivo que se propõe a estar junto com os moradores do bairro e junto com alguns usuários, para pensar e repensar a cidade e pensar nessa imaginação política. (ROSA, 2018)

O desenvolvimento social, através de políticas públicas adequadas, pode minimizar ou resolver a problemática das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social. De fato, há avanços significativos em termos de políticas públicas na cidade de São Paulo, como também criação de movimentos sociais e de espaços coletivos de crianças, adolescentes e jovens. O centro da cidade está descuidado e as pessoas em situação de rua que vivem nessa

<sup>176</sup> O programa *De Braços Abertos* foi criado em 2014, na gestão do prefeito Fernando Haddad (2013 a 2017). O programa parte do resgate social dos usuários de crack, por meio de qualificação profissional, frentes de trabalho (como varrição de ruas e praças de São Paulo, plantação e colheita de mudas de plantas para manutenção de jardins da cidade e inclusão digital), alimentação e moradia digna, com orientação de intervenção não violenta. Suas diretrizes trazem um novo olhar sobre o dependente químico, que deixou de ser tratado como um caso de polícia e passou a ser encarado como cidadão, com direitos e capacidade de discernimento. O tratamento de saúde é uma consequência das etapas anteriores, e não condição prévia imposta para participar do programa. Informação disponível em <http://adesaf.org.br/novo/sao-paulo-de-bracos-abertos/> (Acesso em 22 maio 2019)

<sup>177</sup> <https://mundareudaluz.org/> (Acesso em 23 maio 2019)

região estão igualmente descuidadas pelo poder público. Os vários coletivos e movimentos de revitalização da região central buscam reverter essa situação.

As pessoas entrevistadas coincidiram em algumas características indispensáveis que devem coexistir para o desenvolvimento urbano economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo: planejamento e avaliação permanente, garantia de serviços básicos para toda a população, garantia dos direitos fundamentais das pessoas menores de idade, dignidade humana e qualidade de vida, continuidade das decisões políticas e iniciativas administrativas quando muda a gestão pública. As várias instâncias de administração pública que se proponham a assumir a perspectiva do *cuidado* das pessoas menores de idade em situação de vulnerabilidade/vulnerabilização nos processos/modelos de desenvolvimento, devem considerar e/ou priorizar tais aspectos, que são, efetivamente, desafios e possibilidades inerentes ao desenvolvimento cuidador.

#### 6.4 CUIDAR E DESENVOLVER: BEM VIVER COMO INSPIRAÇÃO E DESAFIO PARA ESPAÇOS URBANOS

Por um lado, o presente estudo apresenta e analisa modelos/perspectivas/opções de desenvolvimento que causam processos de desterritorialização forçada e violenta de crianças e adolescentes de suas famílias, centros educativos e comunidades, e as levam para a rua. Por outro lado, busca descobrir e analisar modelos/perspectivas/opções de desenvolvimento que possam reverter esta situação. As pessoas entrevistadas no Projeto Quixote e no DAI/PANI entendem que a atenção e o cuidado das instituições e organizações que trabalham junto a crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social preconizam características indispensáveis para outro desenvolvimento, economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo, o que neste estudo nomina-se como um *desenvolvimento cuidador*.

As questões levantadas com respeito ao Projeto Quixote e ao DAI/PANI foram as seguintes: para você, o que é o PANI/Projeto Quixote? Para você, quais são os maiores desafios enfrentados pelo PANI/Projeto Quixote, de 2000 a 2017? Para você, quais são as maiores conquistas do PANI/Projeto Quixote, de 2000 a 2017? O quadro a seguir sintetiza aspectos/categorias/perspectivas que predominaram nas falas sobre o PANI e o Projeto Quixote.

Como toda ação política, as intervenções que integrem o cuidado das pessoas menores de idade às demais dimensões do desenvolvimento – econômica, social, ecológica e cultural -, devem ser multidimensionais, para que todos seus direitos sejam contemplados: convivência familiar, convivência comunitária, educação, saúde, moradia, lazer, ludicidade, sociabilidade, entre outros. A diversificação da rede de atendimento - aliada a um constante comprometimento interinstitucional, e o oferecimento de serviços de acolhida/envolvimento social, sobretudo para aqueles que estão chegando às ruas, são imprescindíveis para desencadear processos de cuidado pessoal, comunitário e social, que se incorporem, pouco a pouco, aos modelos, planejamentos e resultados de desenvolvimento. Em outras palavras, não há verdadeiro desenvolvimento sem envolvimento afetivo e social de crianças e adolescentes, característica que deve ser visibilizada nos momentos/espços de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas.

Las políticas como un conjunto de decisiones y acciones institucionales y ciudadanas en busca de unos propósitos específicos, definidos en el marco de un diálogo de saberes y narrativas, permite plantear que un imperativo ético de las políticas públicas es generar espacios constitutivos de una auténtica cultura política, de tal manera que su trazado contribuya a la generación de un ethos democrático que cohesionen a los distintos actores sociales alrededor de los fines y medios definidos consensualmente frente a la niñez.<sup>178</sup> (HENAO; GÓMEZ, 2013, p.142).

O modelo de desenvolvimento circunscrito somente ao crescimento econômico tem contribuído para aumentar a escala da explosão urbana, promovendo aumento da desigualdade, marginalização, vulnerabilidade social e infância abandonada nas ruas. O descarte de pessoas não rentáveis e improdutivas para o crescimento econômico configura, em tais circunstâncias, como *necrodesenvolvimento urbano*, ou seja, um desenvolvimento que se omite e deixa morrer essas pessoas.

O desenvolvimento voltado para o cuidado, em contrapartida, é aquele que busca a superação de crenças reducionistas na determinação econômica, e incorpora progressivamente outras variáveis, assumidas como dimensões relevantes e necessárias para o desenvolvimento. Tais variáveis expressam *outra racionalidade, outro desenvolvimento e outro crescimento econômico*, para superar a obsessão econômica, herança do desenvolvimento

---

<sup>178</sup> As políticas como um conjunto de decisões e ações institucionais e cidadãs em busca de uns propósitos específicos, definidos no âmbito de um diálogo de saberes e narrativas, permite sugerir que um imperativo ético das políticas públicas é gerar espaços constitutivos de uma auténtica cultura política, de tal maneira que sua proposta contribua para a geração de um ethos democrático que dê coesão aos distintos atores sociais ao redor dos fins e meios definidos consensualmente frente à infância.

colonial/colonializante predominante ao longo da história da América Latina, que gerou e legitimou desigualdades sociais e econômicas severas no continente. A herança do desenvolvimento colonial/colonializante também interfere no significado de infância e na normalização/naturalização da violência contra as pessoas menores de idade.

Desde el punto de vista socioeconómico, América Latina “es” el continente de la desigualdad. Esto es, no se trata de la única región del mundo en la que tienen lugar procesos de definición de grupos de personas –“grupos” que raramente son plenamente existentes como tales antes de ser construidos como subalternos, subordinados, o bien objeto de discriminación, segregación, cierre social, etcétera– y a partir de allí, limitados en sus posibilidades de participación socioeconómica y cultural. Una particularidad central de la región es, desde nuestro punto de vista, que: a) estos procesos son sistemáticamente asociados a la distribución de la riqueza, en donde la producción de “pobres” se deriva de una escandalosa producción de “ricos”; b) los grupos sometidos y los grupos dominantes tienen una notable capacidad de reproducción intergeneracional; y c) la desigualdad se vincula con la colonialidad –en términos histórico-culturales– y con la globalidad –en términos de la ubicación de América Latina en el sistema-mundo. En consecuencia, el análisis de las modalidades que adopta la reproducción de la desigualdad, es central a la comprensión de las condiciones de existencia y las significaciones de “la infancia” en la región.<sup>179</sup> (ALVARADO; LLOBET, 2013, p.29).

De acordo com as falas das equipes do DAI/PANI e do Projeto Quixote, relacionadas com o trabalho que realizam estas instituições, evidencia-se que o cuidado das pessoas menores de idade deve ser assumido de forma coordenada e simultânea pelo poder público, instituições públicas, ONGs e sociedade civil.

Ambas as instituições assumem um compromisso com a infância e, muitas vezes, trabalham sem recursos econômicos suficientes para otimização de seus projetos e ações. A maioria da população da Costa Rica entende que o PANI deve assumir todas as demandas relacionadas com a infância e adolescência no país, indistintamente se exista ou não situação de risco. A carga e as cobranças midiáticas são fortes e constantes, e interferem negativamente no PANI como instituição e nas pessoas que ali trabalham. Ademais, isso gera outras

---

<sup>179</sup> Do ponto de vista socioeconômico, América Latina “é” continente da desigualdade. Isto é, não se trata da única região do mundo na qual acontecem processos de definição de grupos de pessoas –“grupos” que raramente são plenamente existentes como tais antes de ser construídos como subalternos, subordinados, ou ainda objeto de discriminação, segregação, prisão social, etcétera– e a partir daí, limitados em suas possibilidades de participação socioeconômica e cultural. Uma particularidade central da região é, do nosso ponto de vista, que: a) esses processos são sistematicamente associados à distribuição da riqueza, em que a produção de “pobres” se deriva de uma escandalosa produção de “ricos”; b) os grupos submetidos e os grupos dominantes têm uma notável capacidade de reprodução intergeracional; e c) a desigualdade se vincula com a colonialidade –em termos histórico-culturais– e com a globalidade –em termos da localização da América Latina no sistema-mundo. Como consequência, a análise das modalidades que adota a reprodução da desigualdade, é central para a compreensão das condições de existência e as significações da “infância” na região.

dificuldades, pois famílias, comunidades e demais instituições não assumem efetivamente sua parcela de responsabilidade no/do cuidado das pessoas menores de idade nos diferentes âmbitos socioeducativos. O Projeto Quixote, por outro lado, nasceu para contemplar um serviço que faltava na rede de atendimento das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na cidade de São Paulo. A equipe do Quixote é preparada para acolher, interessar-se pela criança e cuidar dela afetivamente em um espaço múltiplo, híbrido de pessoas e ideias, incluindo equipe e pessoas usuárias do serviço. É uma instituição que junta o belo e a ética e que assume o brincar em todas as dimensões e etapas do atendimento.

Dois desafios institucionais do PANI foram especialmente abordados pelas pessoas entrevistadas. O primeiro, externo à instituição, consiste em criar e fortalecer uma rede interinstitucional para o atendimento das pessoas menores de idade, de acordo com as competências específicas de cada instituição. O segundo desafio é a renovação interna da instituição, com aumento do quadro de funcionários/as com formação especializada para o atendimento das pessoas menores de idade. Para o Projeto Quixote, segundo as entrevistas realizadas, há vários desafios relacionados com o trabalho junto à infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social. Os mais relevantes são os seguintes: que as demandas e dificuldades se transformem em políticas públicas; trabalho em rede com outros grupos e instituições; formação profissional e continuada da equipe interdisciplinar; renovação de convênios sem interrupção de projetos e ações importantes; compartilhamento de experiências e aprendizados para colaborar diretamente com outros territórios, comunidades e pessoas.

Sobre avanços e conquistas significativas no cuidado institucional das pessoas menores de idade, as entrevistas realizadas no DAI/PANI e no Projeto Quixote oferecem dados relevantes. Na Costa Rica, constatam-se importantes conquistas na gestão da presidente executiva Ana Teresa León Sánchez, entre 2014 e 2017. Algumas dessas conquistas são as seguintes: impulso de programas de educação e prevenção da vulnerabilidade social a partir da primeira infância; descentralização do atendimento; crescimento do orçamento institucional; aumento de recursos para programas de atenção e intervenção descentralizada; novas contratações; compra de novos equipamentos e materiais. A regionalização do atendimento permite maior clareza sobre onde intensificar as políticas de atenção através dos programas do PANI, pois cada direção regional trabalha de acordo com suas necessidades, o que favorece as ações de prevenção e diminuição da incidência de situações violatórias. Como conquista no cuidado institucional realizado pelo Projeto Quixote, as pessoas entrevistadas salientaram o seguinte: trabalho pedagógico, social e clínico integrado; formação, apoio e sustento de rede de atendimento; melhora da qualidade do atendimento, fruto do processo de formação

permanente da equipe; convênio com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que deu força política para o Quixote; publicações que compartilham experiências e aprendizados próprios do Quixote; constatação de que crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social podem crescer com uma referência de carinho e cuidado institucional.

As referências de cuidado institucional – ações, desafios, conquistas, necessidades e potencialidades de cuidado – indicadas pelas pessoas entrevistadas no DAI/PANI e no Projeto Quixote oferecem elementos importantes para um desenvolvimento cuidador e inclusivo das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, entendendo que o desenvolvimento cuidador deve ser incentivado/assumido/exigido pelo poder público, instituições públicas, ONGs e sociedade civil. Como incluir o cuidado das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social no planejamento e execução das propostas de desenvolvimento? Como incorporar os ideais da ética socioambiental decorrente do desenvolvimento sustentável no desenho das políticas sociais e econômicas, em benefício de crianças e adolescentes? Uma sinalização possível para modelos de desenvolvimento inclusivo da infância vulnerabilizada são os princípios do Bem Viver.

O Bem Viver é uma concepção que apresenta pensamentos, princípios e práticas ancestrais, que milenarmente sustentam as culturas e as cosmologias indígenas no continente americano. O fundamento desta proposição são as relações de equilíbrio e reciprocidade entre todas as formas de vida existentes na natureza. O Bem Viver, portanto, aparece como uma oportunidade para construir outra sociedade, alicerçada na convivência do ser humano em sua diversidade e em harmonia com a natureza. Desta forma, apresenta uma proposta alternativa ao modelo de desenvolvimento ocidental baseado na busca do desenvolvimento e progresso através do crescimento econômico, modelo este que tem sido apontado como responsável pela crise humana e ambiental pela qual passa o mundo. [...] A construção do conceito do Bem Viver desvenda os erros e limitações das diversas teorias do desenvolvimento, questiona algumas de suas bases fundamentais alicerçadas na ideia de progresso, e por sua vez abre perspectiva para outras opções alternativas. (MARKUS, 2015, p.85-86).

O Bem Viver é um conceito em construção/geração, assim como estão em construção/geração os modelos de vida, convivência e desenvolvimento, baseados nos princípios de equidade socioeconômica e sustentabilidade socioecológica.<sup>180</sup> Assim, ainda que existam coincidências nas perspectivas epistemológicas nos estudos sobre o Bem Viver, há

---

<sup>180</sup> Um conceito igualmente em construção, que apresenta similaridade com o Bem Viver, é *Ubuntu*, o qual recorre a fontes de sabedoria e tradição africana ancestral (*ubuntu* e *satyagraha*) - diferentes de ou mais abrangentes que a retórica ocidental dos direitos humanos, mas congruentes. Tanto o Bem Viver como o *Ubuntu* oferecem elementos fundamentais para a construção de culturas de paz. (GUIJARRO, 2009, p. 185-202)

também algumas divergências, fruto de pontos de vista/preocupações/interesses que nascem e estão presentes em diferentes cenários culturais, históricos e ambientais.

O Bem Viver possui uma gama de significados filosóficos, semânticos e políticos, que se conectam com princípio de harmonia e pertencimento à Natureza e com os povos subordinados e suas lutas. O suma qamaña (aymara), numa tentativa de tradução ou entendimento, seria algo como 'viver a gusto', viver em paz, conviver bem, criar a vida do mundo com carinho. Implica um conceito de vida integral que envolve vida biológica, humana, espiritual e espaço para vida comunitária, solidariedade e vínculos de convivência – coexistência para criar abundancia, para que todos vivam bem. Baseadas na reciprocidade, complementariedade. Ou sumak kawsay (kechua), teria uma tradução possível, segundo a socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui, pelo entendimento do aforismo kechua 'falar como gente e caminhar como gente', que significaria algo como 'escutar antes de falar, dizer coisas que sabe e referendar suas palavras com seus atos.' (LIMA; GITAHY, 2017, p.16).

Os princípios presentes na seção sobre as Bases Fundamentais do Estado da Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia (2009)<sup>181</sup>, são referências importantes para o Bem Viver. Esses princípios constituem-se em um conjunto de direitos que se contrapõem ao desenvolvimento limitado ao crescimento econômico. Ainda que, *a priori*, o Bem Viver não negue, não menospreze e não obstaculize a modernização e o crescimento econômico, aponta novos conceitos e parte de outras premissas para o desenvolvimento, ao resgatar/incorporar/promover valores para a convivência humana e com o planeta, como unidade, igualdade, inclusão, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, respeito, equidade social e de gênero, bem estar comum, responsabilidade e justiça socioambiental. Os direitos que nascem dos princípios do Bem Viver se expressam na Constituição boliviana da seguinte forma: respeito às diversidades; convivência harmoniosa e vivência da interculturalidade; inclusão e equidade; respeito à biodiversidade e cuidado dos recursos naturais; acesso equitativo a saúde, educação, moradia, cultura, lazer; participação no planejamento e execução das ações de desenvolvimento; soberania econômica. Para que esse conjunto de direitos seja implementado satisfatoriamente é necessário realizar mudanças substanciais nas estratégias de desenvolvimento. (GUDYNAS; ACOSTA, 2008).

---

<sup>181</sup> Os Estados nacionais sul-americanos, desde sua formação, buscam sua base em uma suposta homogeneidade e unidade, postura que tem permitido e mantido processos de dominação econômica, política, social e cultural, para responder interesses do mercado. Bolívia e Equador, através de sua Constituição Política, manifestam interesse de transformar esta estrutura institucional, para reconhecer a diversidade de seus povos, culturas e formas de conceber e exercer o direito, a autoridade e a democracia, promovendo o Bem Viver, uma nova vida em sociedade em harmonia com o entorno. (WALSH, 2008, p.134)

Os princípios e direitos que emergem do Bem Viver não representam uma *alternativa ao desenvolvimento*, nem tampouco sugerem uma nova modalidade de desenvolvimento hegemônico, mas podem significar um instrumental analítico e prospectivo importante, no sentido de orientar políticas públicas e ações da sociedade civil em defesa de crianças e adolescentes. Tais princípios - alicerces de/para culturas indígenas que resistiram/resistem aos processos de colonização e exploração na América Latina -, promovem inclusão e convidam à convivência harmoniosa entre as pessoas e entre elas e o meio ambiente. Em outras palavras, os princípios do Bem Viver sinalizam um caminho metodológico para incorporação de metas éticas no desenho de políticas sociais e econômicas, especialmente no tocante aos direitos das pessoas menores de idade, oferecendo um referencial teórico e metodológico orientador e alternativo àquele que sustenta os modelos de desenvolvimento alicerçados exclusivamente na ideia de progresso e crescimento econômico a qualquer custo.

Portanto, os princípios do Bem Viver iluminam e nutrem o desenvolvimento cuidador, no sentido de romper com a ideologia do progresso excludente e do crescimento econômico seletivo, e de promover relacionamentos harmoniosos entre as pessoas e com o meio ambiente. O Bem Viver questiona tanto a identificação de *progresso* com *desenvolvimento* (GUDYNAS; ACOSTA, 2011), como a dualidade que separa os seres humanos de seu entorno socioambiental. Nesse sentido, as problemáticas socioeconômicas existentes nas grandes metrópoles latino-americanas – como o abandono e situação de risco de crianças e adolescentes – devem ser entendidas e analisadas em perspectiva ecossocioeconômica, e não simplesmente como patologia social, ou consequência inevitável dos processos/modelos de desenvolvimento urbano.

Diante da atual conjuntura econômica, apontada por críticos da dinâmica capitalista e da economia de mercado por não mais responder aos novos desafios colocados pelo aquecimento global e ser a causa de tantas 'patologias' sociais, faz-se necessário apontar algumas alternativas viáveis nos mais variados aspectos. Tais 'patologias' podem assim ser classificadas: a) socioambientais: processos produtivos que privatizam lucros e socializam prejuízos socioambientais, evidenciado pelo descaso com o manejo de recursos naturais não-renováveis; b) socioespaciais: planejamento e gestão setorializados e padrões de uso e de acesso à terra privados prevalecendo sobre os comunitários; c) sociopolíticas: instâncias democráticas manipuladas por interesses oligopolistas e burocracia dominada por interesses corporativistas; d) socioeconômicas: subtrabalho, não-trabalho, exclusão social e apelação desenfreada pelo consumo (mesmo entre aquelas pessoas que não teriam condições para isso); e) socioculturais: substituição de modos de vida tradicionais por padrões homogeneizados e ressignificação do trabalho humano como trabalho repetitivo alienado. (SAMPAIO; DALLABRIDA, 2009, p.18).

Entendendo que a perspectiva ecossocioeconômica e as dimensões de sustentabilidade indicadas por Sachs – social, cultural, econômica, espacial e ecológica (2007), ademais de estar interligadas, são imprescindíveis ao desenvolvimento cuidador, pode-se inferir a conexão/relação/sintonia entre elas com princípios do Bem Viver.

A *dimensão social* de sustentabilidade tem como objetivo reduzir a distância entre o padrão de vida das classes sociais. Tal dimensão se relaciona com equidade social, bem estar comum, inclusão, e acesso equitativo a saúde, educação, moradia, cultura e lazer, princípios sociais do Bem Viver. No desenvolvimento cuidador, isso se traduz no cuidado pessoal, familiar, comunitário, escolar e social das pessoas menores de idade, iluminado pela Convenção dos Direitos da Criança e legislação específica de garantia de seus direitos. O cuidado social que promove equidade, bem estar comum e inclusão se manifesta na promoção e criação de redes interinstitucionais e intersecretariais de atendimento, solidariedade e cuidado das pessoas menores de idade, para reinventar coletivamente – poder público, instituições públicas, ONGs e sociedade civil -, a intervenção direta e política junto a essa população. O trabalho em rede promove sustentabilidade social das organizações e incentiva processos de reterritorialização social (afetiva e geográfica) como resposta coletiva para processos de desterritorialização social. Além disso, questiona a descontinuidade das políticas públicas de atenção, proteção e prevenção de risco para as pessoas menores de idade. Em uma perspectiva de desenvolvimento cuidador, além de ações de atendimento, devem priorizar-se ações de prevenção da violência e de situações de risco contra crianças e adolescentes.

Nesse sentido, a título de exemplificar o descuido social das pessoas menores de idade, pode-se aludir ao desfile de crianças e adolescentes para adoção, chamado por seus organizadores de “Adoção na passarela”.<sup>182</sup> Tal evento, organizado pela Associação Matogrossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (Ampara), em parceria com a Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), apoiado pelo Ministério Público da Infância de Cuiabá, foi realizado no dia 21 de maio de 2019, em um centro comercial de Cuiabá, onde crianças e adolescentes “aptos para adoção” desfilaram em uma passarela, para serem observados e possivelmente escolhidos por pessoas/famílias adotantes. Eventos desse tipo são absolutamente abomináveis, pois significam objetificação de crianças e adolescentes e sua exposição como *produtos* para serem adquiridos. Não resta dúvida de que tal atividade reproduz, na atualidade, a exposição de

---

<sup>182</sup> <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/desfile-de-criancas-aptas-a-adocao-repercute-na-midia-internacional,5a1e99fead5e7652a2a94565c5c8589abitor16.html> (Acesso em 14 junho 2019)

crianças e adolescentes africanos para compra e venda no mercado de escravos, na época da conquista e colonização do continente latino-americano.

Na Costa Rica, a descontinuidade política e administrativa nas ações de prevenção e atenção desenvolvidas pelo PANI exemplifica o descuido social das pessoas menores de idade. Uma vez eleita, a pessoa que assume a presidência do país indica quem assumirá o comando do PANI, órgão responsável pelo cuidado social, de assistência e proteção das pessoas menores de idade. A descontinuidade política, administrativa e atencional são altamente prejudiciais para o cuidado social de crianças e adolescentes, o que pode aprofundar as situações de risco e de abandono, tanto no âmbito familiar e comunitário, como no âmbito institucional e social.

Um desenvolvimento que prioriza a busca do cuidado social e coletivo dirigido à população menor de idade se traduz em políticas públicas que garantam continuidade de seus direitos, e evitem que crianças e adolescentes tenham como única opção de vida e sobrevivência as ruas das grandes cidades; ou sejam submetidas à exposição de seus corpos e de seu abandono em um “desfile para adoção”; ou dependam da benevolência de gestores políticos e/ou institucionais para ter continuidade no atendimento e na garantia de seus direitos.

A *dimensão econômica* do desenvolvimento sustentável se refere a alocação e gestão eficiente de recursos, através de regulação e controle do investimento público e privado. Soberania econômica, reciprocidade, equilíbrio econômico e coparticipação responsável – poder público e sociedade civil - no planejamento e execução das ações de desenvolvimento são princípios que se derivam do Bem Viver. No tocante às pessoas menores de idade, o investimento para geração de territórios cuidadores, ou seja, espaços livres de violência nas famílias, comunidades e centros educativos, é prerrogativa para o desenvolvimento cuidador. Quando esses territórios não são cuidadores, ou quando os recursos econômicos não são repassados ou são insuficientes para o atendimento da população menor de idade – sobretudo a que se encontra em situação de rua e de risco social - o Estado deve intervir para garantir condições econômicas e validar lugares e territórios de proteção, onde as pessoas menores de idade sejam tratadas com respeito e dignidade. Para isso, devem priorizar-se investimentos nas áreas de saúde, cultura, moradia, lazer e educação - nos diferentes espaços e momentos de convivência de crianças e adolescentes. A implementação de um desenvolvimento cuidador demanda, portanto, além de uma dose de altruísmo<sup>183</sup> de pessoas, instituições e coletivos

---

<sup>183</sup> Qualidade que impulsiona os seres humanos à cooperação e solidariedade.

envolvidos, a capacidade de questionar/reconstruir/reinventar, corajosa e criativamente, os processos de desenvolvimento já instalados nos países, estados (províncias) e cidades do continente latino-americano. Nesse sentido, requer também discernimento e lucidez para rescindir de algumas falsas crenças que a sociedade produtivista-consumista impôs como premissas para o desenvolvimento.

A menudo la mejor forma de orientar nuestros pasos es desechar los peores caminos equivocados (*docta ignorantia*). Me refiero a creencias tan básicas para nuestra sociedad productivista-consumista como: a) la economía puede crecer indefinidamente dentro de una esfera finita; b) los mercados competitivos permiten hacer frente eficientemente a las situaciones de escasez; c) nuestra tecnología, a efectos prácticos, nos hace omnipotentes.<sup>184</sup> (RIECHMANN, 2012, p.59).

A *dimensão cultural* da sustentabilidade incorpora o ecodesenvolvimento em ações e soluções particulares e específicas em diferentes ecossistemas, culturas e localidades. Princípios do Bem Viver como unidade, dignidade, liberdade, solidariedade, respeito às diversidades e interculturalidade, estão intrinsecamente conectados à sustentabilidade cultural. O (re)conhecimento das pessoas menores de idade que vivem nos atuais contextos urbanos e suas necessidades, através de vinculação afetiva e busca de respostas sociais e coletivas para problemáticas urbanas relacionadas a essa população, relaciona-se com a sustentabilidade cultural, ou sociocultural, das grandes cidades latino-americanas. Nesse sentido, uma perspectiva necessária para um desenvolvimento que se comprometa com o cuidado, é o reconhecimento da diversidade de infâncias no atendimento pessoal, familiar, comunitário, educativo e social das pessoas menores de idade. Para isso, é urgente promover e implementar políticas públicas específicas para atender necessidades da infância indígena, infância afrodescendente, infância migrante, infância com capacidades locomotoras e/ou cognitivas especiais, infância LGTBIQ, adolescentes mães, adolescentes pais, crianças e adolescentes em situação de rua. Por outro lado, a valorização da ludicidade e da brincadeira deve ser prioridade nas políticas públicas relacionadas com a esfera criável e brincante para pessoas menores de idade.

A *dimensão espacial* do desenvolvimento sustentável se refere à melhoria na distribuição de assentamentos humanos e atividades econômicas, necessidade crescente nas

---

<sup>184</sup> Muitas vezes a melhor forma de orientar nossos passos é descartar os piores caminhos equivocados (*docta ignorantia*). Refiro-me a crenças tão básicas para nossa sociedade produtivista-consumista como: a) a economia pode crescer indefinidamente dentro de uma esfera finita; b) os mercados competitivos permitem fazer frente eficientemente às situações de escassez; c) nossa tecnologia, em efeitos práticos, faz-nos onipotentes.

grandes cidades latino-americanas. Princípios do Bem Viver como inclusão, igualdade, convivência harmoniosa e convivialidade se conectam à sustentabilidade espacial do desenvolvimento. Tratando-se de desenvolvimento tutelado pelo cuidado, tal dimensão e tais princípios se traduzem em descentralização e regionalização geográfica dos serviços e atendimento à população menor de idade, principalmente nas grandes cidades. A dimensão espacial da sustentabilidade também questiona, em perspectiva de desenvolvimento cuidador das pessoas menores de idade, como e em que medida as políticas públicas estão incorporando/assumindo, no contexto urbano, as prescrições da Convenção dos Direitos da Criança e da legislação específica de cada Estado, como o ECA e o CNA. Em outras palavras, trata-se de *urbanizar e espacializar o Bem Viver*, para visibilizar e garantir, espacialmente, o acesso aos serviços e direitos de crianças e adolescentes.

A *dimensão ecológica* de sustentabilidade implica implementação de ações e compromissos, em nível local e global, que signifiquem e apoiem o cuidado do planeta. Justiça ambiental, respeito à biodiversidade e cuidado dos recursos naturais são princípios do Bem Viver relacionados com a sustentabilidade ecológica. No entanto, principalmente nos grandes centros urbanos, fica evidente que o descuido do meio ambiente está intrinsecamente relacionado com o descuido das relações sociais, políticas e econômicas.

Há um conjunto de esforços, denominado aqui de ecossocioeconomia urbana, que se acredita que traga aprendizados para compreender os antecedentes da crise ambiental e cujo pressuposto se baseia nas mesmas assimetrias que existem entre ser humano e natureza, derivadas do antropocentrismo, que presidem a relação ser humano x ser humano e conduzem à desigualdade social (Laville, 2003). Acredita-se que a solução do problema passa pela percepção de que a racionalidade econômica, individual e coletiva, predominante, deve ser problematizada diante do que se sinaliza como efeitos de mudanças climáticas. (SAMPAIO et al., 2017, p. 41).

A perspectiva de um desenvolvimento atrelado ao cuidado indica que a crise socioeconômica e socioambiental do desenvolvimento latino-americano é fruto de opções políticas coloniais, colonizadas e colonizantes, que levam a um desenvolvimento colonial, colonizado e colonizante. Josef Stermann se refere à crise civilizatória – não só crise econômica -, fruto de processos de colonização econômica e ambiental.

¿Por qué se puede hablar de una 'crisis civilizatoria' y no simplemente de una 'crisis económica' o una concatenación coyuntural de varias crisis? Creo que todas las crisis mencionadas se fundamentan en un solo tipo de racionalidad y valores que se remontan a la civilización occidental dominante de los últimos trescientos o cuatrocientos años. Y esta racionalidad está plagada de

una serie de 'falacias' y presupuestos incompatibles con la vida en general, y la vida humana en particular. Que las consecuencias desastrosas prácticas e históricas recién empiezan a manifestarse hoy de manera innegable, tiene que ver con dos factores trascendentales: el proceso histórico de la 'globalización' o mundialización del modelo occidental en los últimos cincuenta años, sobre todo a través de la ideología del 'desarrollismo' y el consumismo, por un lado, y la aceleración de la economía ficticia especulativa en desmedro de una economía real, en la mayor parte del hemisferio norte. Lo que se daba antes a escala local y regional, hoy tiene repercusiones mundiales, y lo que antes era la pérdida de unos aventureros bursátiles, se ha convertido en la bancarrota del 'casino mundo'. El Sur global ya no se puede sustraer del 'Efecto Mariposa': el resfrío de Wall Street produce neumonía en México, Bolivia o Perú.<sup>185</sup> (STERMANN, 2012, p. 3).

A partir de tal entendimento, crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social não são um *problema urbano*, pelo contrário, são *vítimas de problemas urbanos* originados por perspectivas e/m modelos de desenvolvimento, que ignoram, minimizam, banalizam - descuidam da vida das pessoas e do meio ambiente.

## 6.5 SÍNTESE: EM BUSCA DE PAÍSES, CIDADES E DESENVOLVIMENTOS QUE INCLUAM E RESPEITEM AS CRIANÇAS

Este capítulo esteve dedicado à apresentação de uma síntese da análise que foi sendo realizada nos capítulos precedentes, com o objetivo de discutir possíveis interações entre os conteúdos teóricos revisados e estudados ao longo do texto, e as realidades vivenciadas e compartilhadas pelas pessoas entrevistadas no Projeto Quixote e no DAI/PANI. No âmbito dessa síntese analítica, o Bem Viver foi apresentado como *um* caminho alternativo possível para a configuração de uma perspectiva de desenvolvimento urbano com viabilidade econômica, equidade social, sustentabilidade ecológica e justiça cultural em cenários urbanos da América Latina com vista ao *cuidado* para com crianças em situação de rua e/ou vulnerabilidade social.

---

<sup>185</sup> Por que se pode falar de uma “crise civilizatória” e não simplesmente de uma “crise econômica” ou uma concatenação conjuntural de várias crises? Creio que todas as crises mencionadas se fundamentam em um só tipo de racionalidade e valores que se remontam à civilização ocidental dominante dos últimos trezentos ou quatrocentos anos. E esta racionalidade está coberta de uma série de “falácias” e pressupostos incompatíveis com a vida em geral, e a vida humana em particular. Que as consequências desastrosas práticas e históricas apenas comecem a se manifestar hoje de maneira inegável, tem que ver com dois fatores transcendentais: o processo histórico da “globalização” ou mundialização do modelo ocidental nos últimos cinquenta anos, sobretudo através da ideologia do “desenvolvimentismo” e o consumismo, por um lado, e a aceleração da economia fictícia especulativa no comportamento de uma economia real, na maior parte do hemisfério norte. O que se dava antes em escala local e regional, hoje tem repercussões mundiais, e o que antes era a perda de uns aventureiros do mercado de ações, converteu-se na bancarrota do “cassino mundo”. O Sul global já não pode se subtrair do “Efeito Mariposa”: o resfriado de Wall Street produz pneumonia no México, na Bolívia ou no Peru.

A sistematização e análise dos registros e/m referenciais pesquisados organizaram-se a partir de quatro eixos: infância, território, desenvolvimento urbano e organizações de acolhida e hospedagem para crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social. Tal exercício possibilitou visualizar as principais problemáticas urbanas relacionadas à vulnerabilização da infância, assim como levou à busca reflexiva das características necessárias para um desenvolvimento urbano que considere a inclusão e o cuidado das pessoas menores de idade como prioridade absoluta.

Para dar continuidade a essa reflexão, o próximo capítulo apresentará o *Desenvolvimento Cuidador* como necessidade e urgência das/nas cidades latino-americanas, e como luz e incentivo para aqueles que caminham em busca de um distante país incógnito, presente em seu sonho de adultos, e que também habita o sonho dos meninos e meninas.

**CAPÍTULO 7**  
**ENVOLVER PARA (DES)ENVOLVER: POR UM DESENVOLVIMENTO**  
**CUIDADOR**

*Muitas vezes basta ser:  
colo que acolhe,  
braço que envolve,  
palavra que conforta,  
silêncio que respeita,  
alegria que contagia,  
lágrima que corre,  
olhar que acaricia,  
desejo que sacia,  
amor que promove.<sup>186</sup>*  
*(Cora Coralina)*

Este capítulo está dedicado à apresentação de alguns e possíveis referenciais, desafios e proposições de/para um desenvolvimento que incorpore perspectivas do cuidado social, de tal forma que os direitos das pessoas menores de idade, reconhecidos pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), promulgados pelo ECA no Brasil (1990) e pelo CNA na Costa Rica (1998), sejam garantidos através de políticas públicas e de práticas educativas nos diferentes espaços, instâncias e instituições. Para isso, abordam-se algumas contribuições relacionadas a outro(s) desenvolvimento(s), assim como à área pedagógica (ecopedagogia, pedagogia do cuidado, cuidado educativo), e perspectivas teológicas que incluem o cuidado na sua reflexão, aqui nominadas perspectivas ecoteológicas.

A abordagem inicial da ideia de *cuidado* supõe considerar o sentido etimológico da palavra, já que as palavras guardam em si mesmas importantes significados existenciais e históricos. O nascimento das palavras acontece em espaços e contextos históricos e socioculturais específicos, que vão assumindo novas significações de acordo com as transformações históricas e culturais. Desta forma, a palavra *cuidado* pode expressar diferentes significados, relacionados com distintos contextos, épocas e culturas.

---

<sup>186</sup> Do poema *Não sei*. Disponível em: <https://www.revistapazes.com/cora4/> (Acesso em 25 abril 2019)

Em latim, cuidado significa cura, que na acepção mais antiga se escrevia *coera* e enunciava expressões de amor e amizade nas relações humanas. Cura significava, pois, atenção diferenciada para com uma pessoa amada. Também se pode atribuir a origem da palavra cuidado a *cogitare-cogitatus* e de seu derivado *coyedar, coidar, cuidar* (BOFF, 2005), cujo sentido é o mesmo de cura e expressa preocupação ou atenção por outra pessoa, interesse e especial solidariedade por ela, o que indica que o cuidado esteve relacionado a um particular afeto por alguém, cujo bem estar e cuja felicidade eram buscados com empenho. O cuidado pode ser entendido, pois, como uma qualidade relacional que se manifesta em diferentes tempos históricos e contextos sociais e, portanto, requer uma reflexão que nasce de um olhar cultural complexo.

Na área da saúde, de forma geral, o cuidado esteve associado ao trabalho de enfermagem, assumido como uma tarefa eminentemente feminina. As mulheres sempre estiveram presentes no cuidado da saúde ao longo da história e isto era entendido como uma vocação eminentemente feminina. (ACHTERBERG, 1991, p.65-66). No século XIX, surgem as primeiras tentativas de sistematizar o conceito de cuidado na área da saúde, devido ao surgimento de doenças infecciosas que impuseram a busca de melhores condições de salubridade para o controle das epidemias. Em tais condições, a atenção estava dirigida primordialmente às pessoas doentes, e o cuidado representava uma relação individualizada. Na segunda metade do século XIX, o conceito se amplia e os contextos socioculturais da época assumem relevância para entender e explicar a saúde e a doença a partir de uma perspectiva não somente individual, mas também coletiva. Ou seja, o cuidado passa por uma (re)significação prática e semântica, e se traduz como *necessidade de ajuda*, considerando a integralidade da saúde individual e coletiva.

Outra disciplina da área da saúde relacionada com o estudo do cuidado é a psicologia, precisamente por ser a disciplina que se dedica ao cuidado mental. Ao se encarregar da investigação dos fatores ou causas que afetam a saúde mental e as condutas adaptativas e convencionais, a psicologia assumiu o cuidado das pessoas para a *cura do mal estar e sofrimento*, resultado de dificuldades de adaptação ao entorno familiar e/ou social. Além disso, o cuidado psicológico também assume uma dimensão social quando se ocupa explicitamente da avaliação, diagnóstico, tratamento e prevenção das causas sociais das enfermidades mentais.

Na perspectiva das ciências sociais, a abordagem do cuidado ou cuidado social nasce do *compromisso pessoal, institucional ou público* por construir competências sociais geradoras de respeito e convivências saudáveis. Desta forma, o cuidado pode ser

sociologicamente entendido como prática social que realiza prevenção da injustiça e iniquidade e, em outros momentos, como prática social que intervém em situações de conflito e violência para acompanhar pessoas, comunidades e grupos vitimizados.

Na área educativa, especificamente na América Latina, as reflexões sobre a pedagogia do cuidado estão necessariamente vinculadas com uma *perspectiva ética que busca caminhos de ensino-aprendizagem em liberdade e respeito*. A perspectiva pedagógica mais próxima ao cuidado educativo se apresenta na *Pedagogia Social*, cujos parâmetros metodológicos são fundamentais para fomentar uma pedagogia do cuidado, na qual o respeito, o diálogo e o bom trato são fundamentais. Como um processo histórico, estas características não são dadas *a priori*, é necessário construí-las cotidianamente. De acordo com a perspectiva socioeducativa, as metodologias que promovem o cuidado incorporam também a dimensão do *cuidado social*, que possibilita e promove mudanças para uma melhor vida, convertendo-se em ato político necessário e propositivo.

O *cuidado teológico*, por sua vez, manifesta-se na *abertura teológica à historicidade e contingências das realidades e culturas*, o que promove uma reflexão crítica e propositiva sobre religiosidade e plenitude humana. A perspectiva teológica histórica e contingente recusa os absolutismos, universalismos e fundamentalismos que têm caracterizado as reflexões teológicas eclesiais. Além disso, reforça a dimensão provisional do pensar teológico, o que indica a emergência de novos caminhos e horizontes para a teologia. Nesse sentido, Luís Rivera Pagán afirma que a historicidade é uma prerrogativa do quefazer teológico contemporâneo para uma inserção teológica comprometida com a justiça, solidariedade e construção de relações de equidade e de paz. (RIVERA-PAGÁN, 2008).

No presente capítulo, serão problematizadas reflexões e/ou proposições sobre um “*desenvolvimento para/com o cuidado*”, ou um “*desenvolvimento cuidador*”, que nasce de convivência e conversação, e que se manifesta no cuidado entre e para com as pessoas e do meio ambiente.

Figura 9 - Desenvolvimento cuidador



Fonte: elaboração própria

Tais reflexões e proposições não pretendem ser exaustivas, mas, sobretudo indicativas, no intuito de descobrir caminhos e possibilidades para um desenvolvimento respeitoso e cuidadoso das pessoas menores de idade.

### 7.1 OUTROS DESENVOLVIMENTOS: REFLEXÕES PROPOSITIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO CUIDADOR

Várias são as críticas que vêm sendo feitas à visão hegemônica da categoria *desenvolvimento sustentável*, principalmente aquelas relacionadas ao risco de privilegiar a ideologia de base capitalista que se sobrepõe ao *ethos* do campo ambiental. Questiona-se, principalmente, o modelo de desenvolvimento sustentável disputado econômica e politicamente por distintos atores sociais, que gera sustentabilidade para uns grupos e insustentabilidade para outros. Isso significaria a conciliação de perspectivas de desenvolvimento inconciliáveis, ou seja, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento urbano-industrial-capitalista.

Forjado num contexto de re-emergência da economia de mercado e de políticas neoliberais, 'desenvolvimento sustentável' serviu como um divisor

de águas paradigmático da política ambiental, baseando-se efetivamente numa racionalidade econômica e não ecológica. Perspectiva que reforçou uma visão da natureza como meio, e sua relação ao discurso sobre sustentabilidade. Assim, o desenvolvimento, ao apropriar-se do discurso da sustentabilidade, utilizou-a para quase todas as coisas consideradas desejáveis, incorporando questões mais amplas como equidade, justiça social e governabilidade. Entretanto, as novas formas de desenvolvimento associado ao discurso de sustentabilidade ambiental serviram para reatualizar formas já estabelecidas do desenvolvimento econômico e abrir um novo foco para o discurso desenvolvimentista almejado por tecnocratas e empresários. (ANAYA; PAULA, 2016, p.91).

Em sua Carta Encíclica *Laudato Si*, o Papa Francisco trata sobre o cuidado da terra, casa comum da humanidade e da natureza. Sem romper com a tradição e teologia católicas, o documento denuncia o antropocentrismo na utilização da natureza como causa de um desenvolvimento irresponsável, assim como da degradação ambiental e da vida no planeta. Por outro lado, Francisco propõe uma ação mundial rápida e unificada para combater os problemas ecológicos da atualidade.

La hermana madre tierra clama por el daño que le provocamos a causa del uso irresponsable y del abuso de los bienes que Dios ha puesto en ella. Hemos crecido pensando que éramos sus propietarios y dominadores, autorizados a expoliarla. La violencia que hay en el corazón humano, herido por el pecado, también se manifiesta en los síntomas de enfermedad que advertimos en el suelo, en el agua, en el aire y en los seres vivientes. Por eso, entre los pobres más abandonados y maltratados, está nuestra oprimida y devastada tierra.<sup>187</sup> (PAPA FRANCISCO, 2015, p.3)

Partindo de uma crítica ao senso comum ambiental, que supõe que a humanidade sofre os efeitos nocivos da crise ambiental de forma similar, Henri Acselrad apresenta a gênese e o desenvolvimento histórico do movimento de justiça ambiental, salientando seus fundamentais princípios e estratégias. Nesse sentido, argumenta que, apesar de que todas as pessoas vivam no planeta Terra, a degradação do meio ambiente e seus efeitos são sentidos/vividos/sofridos de maneira socialmente diferenciada. Isso significa que sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder recaí, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração dos recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente. “A chamada *crise ecológica* é entendida como global, generalizada,

<sup>187</sup> A irmã mãe terra clama pelo dano que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus colocou nela. Crescemos pensando que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a expoliá-la. A violência que há no coração humano, ferido pelo pecado, também se manifesta nos sintomas de doença que advertimos no solo, na água, no ar e nos seres viventes. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, está nossa oprimida e devastada terra. Disponível em <https://www.vidanuevadigital.com/wp-content/uploads/2015/06/Laudato-Si-ES.pdf> (Acesso em 19 setembro 2019).

atingindo a todos de maneira indistinta. [...] Esse raciocínio é simplista e escamoteia a forma como tais impactos estão distribuídos tanto em termos de incidência quanto de intensidade.” (ACSELRAD, 2008, p.12).

A ecologia política, igualmente, tem advertido sobre a impossibilidade de conciliar no mesmo modelo a conservação ambiental e o crescimento econômico desigual, historicamente construído. Eduardo Gudynas resgata a relevância dos debates ambientais atuais relacionados com o desenvolvimento na/da América Latina que, desde os tempos da colônia espanhola e portuguesa, assumiu um estilo antropocêntrico utilitarista, focado no aproveitamento dos recursos naturais através da maximização da extração e uso desses recursos, cujas consequências se fazem sentir de forma assustadora na atualidade.

Los cambios globales también golpean duramente en América Latina, tal como lo evidencia el número de eventos extremos (sequías o inundaciones), la reducción de glaciares andinos, o las afectaciones a los ciclos de lluvias. [...] Bajo estas condiciones no puede sorprender que una evaluación comparada de la situación ambiental a nivel global ubica a un país latinoamericano, Brasil, con el mayor deterioro ambiental absoluto en el mundo.<sup>188</sup> (GUDYNAS, 2015, p.15).

Gudynas também adverte sobre a necessidade de criar e sustentar uma ética ambiental para renovar as políticas ambientais orientadas à conservação, assim como para enfrentar o utilitarismo de uma perspectiva de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico: “el sesgo utilitarista es uno de los componentes articuladores para entender el desarrollo como una necesaria apropiación de la Naturaleza, para alimentar el crecimiento económico.”<sup>189</sup> (GUDYNAS, 2015, p.21).

Florit não somente questiona a moralidade capitalista, mas propõe a construção de uma ética socioambiental para conciliar ética e justiça ambiental, associando o respeito às formas de vida não humana com a luta pela equidade ambiental. O autor adverte que “tais proposições, via de regra, trilham caminhos distintos, epistemológicos e, muitas vezes, também políticos.” (FLORIT, 2017, p.122).

A moralidade dominante do capitalismo globalizado, no que diz respeito à valoração e uso da natureza, tende a reconhecer nela apenas um valor

<sup>188</sup> As mudanças globais também afetam duramente na América Latina, tal como evidencia o número de eventos extremos (secas ou inundações), a redução de glaciares andinos, ou as afetações aos ciclos de chuvas. [...] Sob estas condições não pode surpreender que uma avaliação comparada da situação ambiental a nível global situa um país latino-americano, Brasil, com a maior deterioração ambiental absoluto no mundo.

<sup>189</sup> O viés utilitarista é um dos componentes articuladores para entender o desenvolvimento como uma necessária apropriação da Natureza, para alimentar o crescimento econômico.

instrumental. Por isso, a reflexão crítica dessa moralidade realizada no contexto da ética ambiental, em geral leva a afirmar que, contrariamente ao que reconhece a moralidade dominante, haveria na natureza algum tipo de valor intrínseco. Significa que, independente da utilidade instrumental que a natureza venha a ter para os humanos, deveríamos reconhecer nela valores em si mesma. (FLORIT, 2017, p.123).

Alberto Acosta e Jürgen Schuldt, por sua vez, ressaltam que o desenvolvimento pressupõe justa repartição de bens e serviços, como também experiências de convivência, convivialidade e cuidado entre as pessoas e com o meio ambiente. Dessa forma, apontam que os índices de desenvolvimento não podem se restringir a cifras econômicas e sociais, e questionam a busca exclusiva do crescimento econômico em detrimento de outros fatores imprescindíveis.

El punto crucial de una alternativa será replantearse el objetivo mismo del desarrollo. No se puede seguir buscando simplemente el aumento cuantitativo de algunas variables económicas sobre bases de un frágil y (casi) imposible equilibrio macro. Se precisa definir con claridad su objetivo final, esto es, el bienestar de la sociedad, a partir de una serie de principios rectores claramente comprendidos: eficiencia económica y social; competitividad sistémica; equidad económica, social, de género, étnica e intergeneracional; solidaridad y responsabilidad, así como sostenibilidad ambiental.<sup>190</sup> (ACOSTA; SCHULDT, 2000, p.251).

Similarmente, Amartya Sen e Bernardo Kliksberg questionam os critérios que mensuram o desenvolvimento exclusivamente a partir dos índices de crescimento econômico.

No cenário internacional renovado em que vivemos, surgem mudanças fundamentais na visão de como saber se as sociedades estão realmente progredindo e de como mensurar o desenvolvimento. Elas estão relacionadas com as profundas frustrações experimentadas nas últimas décadas por muitas sociedades, dentre elas várias latino-americanas, que, avaliadas pelos critérios usuais de taxas de crescimento anual, PIB *per capita*, baixos níveis de inflação, pareciam exibir todos os sinais do progresso, mas nas quais, no entanto, produziram-se profundos processos de deterioração nas bases econômicas, com parcelas crescentes da população sendo excluídas. (SEN; KLIKSBERG, 2010, p.139).

Para Sen, o processo de desenvolvimento fica comprometido ou até mesmo invalidado se existir dissonância entre crescimento econômico e “liberdade dos indivíduos para ter uma

---

<sup>190</sup> O ponto crucial de uma alternativa será reconsiderar o objetivo mesmo do desenvolvimento. Não se pode seguir buscando simplesmente o aumento quantitativo de algumas variáveis econômicas sobre bases de um frágil e (quase) impossível equilíbrio macro. É necessário definir com clareza seu objetivo final, isto é, o bem-estar da sociedade, a partir de uma série de princípios reitores claramente compreendidos: eficiência econômica e social; competitividade sistêmica; equidade econômica, social, de gênero, étnica e intergeracional; solidariedade e responsabilidade, assim como sustentabilidade ambiental.

vida longa e viver bem.” (SEN, 2016, p.19). A pobreza deve ser entendida como privação de capacidades básicas, e não apenas como baixo nível de renda, já que “as privações são intrinsecamente importantes, em contraste com a renda baixa que é importante apenas instrumentalmente.” (SEN, 2016, p.120). O desenvolvimento é visto, então, como expressão das liberdades reais de pessoas reais, o que implica vencer as privações de liberdade.

Ver o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas tem implicações muito abrangentes para nossa compreensão do processo de desenvolvimento e também para os modos e meios de promovê-lo. Na perspectiva avaliatória, isso envolve a necessidade de aquilatar os requisitos de desenvolvimento com base na remoção das privações de liberdade que podem afligir os membros da sociedade. O processo de desenvolvimento, nessa visão, não difere em essência da história do triunfo sobre essas privações de liberdade. Embora essa história não seja de modo algum desvinculada do processo de crescimento econômico e de acumulação de capital físico e humano, seu alcance e abrangência vão muito além dessas variáveis. (SEN, 2016, p.51-52).

A perspectiva do desenvolvimento como liberdade apresentada por Sen (2016) incorpora demandas sociais que vão além do desenvolvimento econômico, pois abarca igualdade de oportunidades para conquista dos direitos básicos para uma vida humana digna, tais como moradia, trabalho, saúde, educação, saneamento, infraestrutura, segurança, lazer. Dessa forma, o desenvolvimento está condicionado à transformação das estruturas concentradoras do poder econômico e político que se desvinculam das demandas sociais. O autor também considera que o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional e, portanto, a ação pública tem um papel fundamental no sentido de diminuir as desigualdades e a pobreza. Em outras palavras, para que exista expansão e garantia das liberdades substanciais dos indivíduos, entendidos como agentes ativos de mudança e não receptores passivos de benefícios, deve acontecer uma inter-relação das liberdades instrumentais cruciais, entendidas como oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. (SEN, 2016, p.11).

A inter-relação entre as liberdades substanciais (dos indivíduos) e as liberdades instrumentais (oportunidades e garantias) pode ser visualizada através da seguinte figura.

Figura 10 - Inter-relação entre liberdades substanciais e liberdades instrumentais



Fonte: elaboração própria adaptado de SEN, Amartya (2016)

As diferentes formas ou expressões de liberdade são, portanto, condição para o desenvolvimento, sendo que as liberdades individuais representam o resultado de um compromisso social nessa direção. Não existe desenvolvimento sem liberdade, ou seja, para que o desenvolvimento aconteça de fato é necessário um comprometimento pela eliminação das diversas formas de privação de liberdade, o que se dá através de políticas públicas que estabelecem e garantem os encadeamentos empíricos das liberdades instrumentais.

As liberdades individuais representam conquista, tanto de indivíduos como de grupos agentes de mudança. Por isso, ganham importância os espaços de discussão pública dos problemas enfrentados por uma coletividade, já que esses espaços incentivam mobilização para alcançar mudanças sociais e progresso econômico, e impulsionam políticas públicas que contribuam para remover as principais fontes de privação de liberdade. (SEN, 2016, p.16). Fica evidente, portanto, que tal perspectiva de desenvolvimento supõe processos que permitem liberdade de ações e decisões, além de oportunidades reais para pessoas e grupos sociais, dadas suas circunstâncias e contextos.

Na mesma linha, Guerreiro Ramos recupera – ou explicita – os enfoques tradicionais que se priorizaram nos estudos das ciências administrativas e econômicas, para ressaltar o distanciamento entre administração e ética, entre economia e ética, entre desenvolvimento e liberdade, como uma das grandes dificuldades que vêm enfrentando as sociedades modernas.

Para ter condições de enfrentar os desafios de uma sociedade centrada no mercado, a maioria de seus membros interioriza a síndrome comportamentalista e seus padrões cognitivos. Essa interiorização ocorre, geralmente, sem ser notada pelo indivíduo, e assim a síndrome comportamentalista transforma-se numa segunda natureza. A disciplina administrativa padrão, ela própria admitindo que os seres humanos são individualidades fluidas, e capturada pelos pressupostos do perspectivismo, do formalismo e do operacionalismo, não pode ajudar o indivíduo a superar essa situação. (RAMOS, 1981, p.67).

Por outro lado, para explicar o desenvolvimento econômico como um processo histórico, Paul Singer argumenta que cada sociedade se define a partir das relações que se estabelecem entre os indivíduos enquanto participantes da atividade produtiva, como produtores ou como consumidores. Dessa forma, a análise estrutural do desenvolvimento deve levar em conta sua processualidade histórica, na qual o aspecto econômico deve, necessariamente, provocar transformação das estruturas não equitativas: “o desenvolvimento econômico é um processo histórico cuja dimensão propriamente econômica consiste numa completa transformação da estrutura de produção preexistente. A única maneira de captar seu sentido global é analisá-lo como processo de transformação estrutural.” (SINGER, 1977, p.11).

Assumindo uma postura crítica com relação ao desenvolvimento capitalista, caracterizado por sua seletividade tanto social como geográfica, Singer propõe uma alternativa solidária, o que ele chama de economia solidária.

Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (SINGER, 2004, p.7).

O desenvolvimento capitalista, baseado na propriedade privada do capital, divide a sociedade em classes antagônicas, os proprietários do capital e os trabalhadores proletários. Segundo Singer, no modelo de desenvolvimento capitalista as decisões são tomadas pelos detentores do capital e visam, primordialmente, à maximização do lucro. A economia solidária

representa e apresenta uma proposta de abolição das desigualdades inerentes ao sistema capitalista, na qual “o Estado solidário tem por missão tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue.” (SINGER, 2004, p.12).

A economia solidária representa um desafio nos cenários onde a economia capitalista se impõe, já que supõe o deslocamento do capital e do lucro do centro da vida econômica, para reaver a importância do ser humano nas redes de crescimento econômico e de desenvolvimento. Nesse sentido, a produção e circulação das riquezas e mercadorias devem ser concebidas como possibilidade de emancipação humana, e não sua exploração. Um caminho possível para a implantação de experiências de economia solidária passa, necessariamente, pelo aprendizado da cooperação na dinâmica das relações humanas e econômicas. Dessa forma, apresenta-se uma lógica econômica antagônica às regras da economia capitalista, pois não se circunscreve a indicadores quantitativos, senão que valoriza e incrementa as conquistas qualitativas que vão além da técnica econômica e jurídica. Além das mudanças efetivas no/do modo de produção, busca estimular um processo de transformação cultural e simbólica, para incorporação da solidariedade e cooperação como requisitos de desenvolvimento.

A economia solidária traz o desafio da incorporação dos ideais da ética social no desenho e implantação das políticas econômicas. Para isso, faz-se necessário encontrar um instrumental analítico e prospectivo que fundamente um método para incorporar metas éticas no desenho das políticas econômicas. Essa preocupação está indicada na reflexão de Ortiz:

En una primera línea crítica, se señala la ausencia de una discusión explícita en muchos si no en todos los planes de gobierno de los países latinoamericanos sobre lo que entendemos por desarrollo (sus metas y la estrategia y políticas con las cuales alcanzarlo) y, por tanto, los problemas de medición del mismo y la ausencia de referentes para determinar qué tipo de tecnología se necesita, para qué y en qué campos. Los modelos económicos y el tipo de ajuste estructural a las economías no parten de un estudio de las bases de la riqueza ecológica y humana del país y de sus necesidades.<sup>191</sup> (ORTIZ, 1999, p.30).

Florit, por sua vez, apresenta uma reflexão crítica sobre os processos de desenvolvimento, enfocando na análise sobre os conflitos entre sistemas de valores que

---

<sup>191</sup> Em uma primeira linha crítica, aponta-se a ausência de uma discussão explícita em muitos senão em todos os planos de governo dos países latino-americanos sobre o que entendemos por desenvolvimento (suas metas e a estratégia e políticas com as quais alcançá-lo) e, portanto, os problemas de medição do mesmo e a ausência de referentes para determinar que tipo de tecnologia se necessita, para que e em que campos. Os modelos econômicos e o tipo de ajuste estrutural às economias não partem de um estudo das bases da riqueza ecológica e humana do país e de suas necessidades.

subjazem aos conflitos ambientais que afetam as comunidades tradicionais. Nesse sentido, e com o intuito de contribuir para o debate sobre justiça ambiental e formulação de concepções de sustentabilidade socioambiental, o autor apresenta algumas decorrências dos usos da natureza realizados pelas comunidades tradicionais. Para Florit, a construção de uma ética ecológica, que concilie equidade social e expansão da consideração moral para além dos humanos, pode/deve inspirar-se nessas comunidades e em sua relação com a natureza.

O reconhecimento das múltiplas valorações, concepções socioculturais e lógicas de uso da natureza, encarnadas por sujeitos que sustentam modos de vida tradicionais, é uma condição *sine qua non* de justiça ambiental em conflitos que envolvem estas populações. Mas, este reconhecimento também contém um potencial heurístico importante para a perspectiva da justiça ambiental: discutir a inclusão da consideração moral de outras formas de vida que não a humana. Em outras palavras, o reconhecimento dos valores das culturas não dominantes pode contribuir para uma perspectiva capaz de questionar em termos éticos o antropocentrismo dominante, uma vez que as populações envolvidas, muitas vezes, representam exemplos de lógicas de uso que convivem com formas específicas de consideração moral. (FLORIT, 2016, p.265).

Uma crítica contextualizada e geograficamente situada dos modelos de desenvolvimento que foram e continuam sendo implantados na América Latina e demais países do sul pode ser encontrada nas palavras de Eduardo Galeano:

Segundo a voz de quem manda, os países do sul do mundo devem acreditar na liberdade de comércio (embora não exista), em honrar a dívida (embora seja desonrosa), em atrair investimentos (embora sejam indignos) e em entrar no mundo (embora pela porta de serviço). Entrar no mundo: o mundo é o mercado. O mercado mundial, onde se compram países. (2013, p.5).

Segundo esse autor, a América Latina é uma região de *veias abertas* desde a chegada dos portugueses e espanhóis até os dias atuais. O estilo de desenvolvimento priorizado no continente tem como centro o acúmulo de riquezas e capital; no início, as riquezas da América Latina se transformaram em capital europeu, depois em capital norte-americano. Assim, a história do empobrecimento e *subdesenvolvimento* da América Latina faz parte da história do desenvolvimento do capitalismo mundial e do enriquecimento dos países do norte do mundo.

O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. Para cada um se atribui uma função, sempre em benefício de uma metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que têm muito mais do que dois

elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos, e fronteiras dentro de cada país, a exploração de suas fontes internas de víveres e mão de obra pelas grandes cidades e portos (há quatro séculos já haviam nascido dezesseis das 20 cidades latino-americanas atualmente mais populosas). (GALEANO, 2013, p.18).

Fica claro, pois, a existência de questionamentos da visão de desenvolvimento cujas dimensões social e ambiental apenas se integram ao planejamento econômico bem sucedido, sem se opor às práticas capitalistas exploratórias e extrativistas.

Além de ser um conceito polissêmico, o desenvolvimento se constitui também como um processo histórico e contextual, e é na aterrissagem nos contextos específicos que ele acontece - ou não, a partir das dimensões ética, social, ecológica, econômica, cultural e territorial. Aspectos como liberdade dos indivíduos, qualidade de vida e igualdade de oportunidades são indicadores que auxiliam na medição das necessidades humanas, das satisfações históricas e culturais e do acesso aos bens indispensáveis para uma vida digna.

Na mesma linha de reflexão, Dierckxsens e Silva indicam a necessidade de solidariedade e cuidado para geração de uma economia em função da vida. Para isso, buscam o resgate da economia como um aspecto intrínseco à vida cotidiana, recuperando seu estreito vínculo com as relações inter-humanas e com o meio ambiente.

La economía de mercado neoliberal se basa en una relación mercantil totalizadora. Esta constituye una amenaza para toda la vida humana y natural. Se vive la experiencia del 'salvase quien pueda', como ética personal y como ética de la disputa por el reparto del mercado a escala global. [...] Una economía alternativa apunta hacia una sociedad de seres humanos libres e iguales que como sujeto construyen su futuro. No se trata de una mera ilusión sino de un proyecto movilizador. Es imaginar y luchar por una sociedad donde el ser humano ya no está dominado, explotado ni rebajado a ser un mero recurso o medio en función de la acumulación. Es poner la economía en función de la vida misma y no sacrificar la vida en función de la economía de mercado.<sup>192</sup> (DIERCKXSENS; SILVA, 2016, p.7).

Equidade, solidariedade e funcionalidade para a vida constituem, portanto, a base e o alimento que devem nutrir o desenvolvimento. Isso significa que a promoção de um crescimento econômico assimétrico é eticamente inaceitável, ou seja, é intolerável o

---

<sup>192</sup> A economia de mercado neoliberal se baseia em uma relação mercantil totalizadora. Esta constitui uma ameaça para toda a vida humana e natural. Vive-se a experiência do “salve-se quem puder”, como ética pessoal e como ética da disputa pela repartição do mercado a escala global. [...] Uma economia alternativa aponta para uma sociedade de seres humanos livres e iguais que como sujeito constroem seu futuro. Não se trata de uma mera ilusão, mas de um projeto movilizador. É imaginar e lutar por uma sociedade onde o ser humano já não está dominado, explorado nem rebaixado a ser um mero recurso ou meio em função da acumulação. É colocar a economia em função da vida mesma e não sacrificar a vida em função da economia de mercado.

enriquecimento de uma parcela da população à custa do empobrecimento e da perda de qualidade de vida de outros setores populacionais, assim como à custa da violência contra o meio ambiente.

## 7.2 CORRENTES EDUCATIVAS LATINO-AMERICANAS: REFLEXÕES PROPOSITIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO CUIDADOR

A educação é um quefazer político-pedagógico, resultado da conjunção de fatores cognitivos, afetivos, sociais e simbólicos que estão em constante movimento de interação. Favorecer o processo de aprendizagem é tarefa básica das pessoas educadoras, reconhecendo que a construção sócio-cognitivo-afetiva do ser humano requer um processo educativo permanente. Papel de especial importância neste processo assumem as instituições educacionais e culturais, assim como a forma como trabalham com pessoas e coletivos, e como contribuem para a organização do tecido social, influenciando para sua maior inclusão ou exclusão.

A partir da conquista e colonização da América Latina (séculos XV e XVI) até a atualidade, diferentes correntes educativas têm sido consideradas e aplicadas para responder às necessidades contextuais, sociais e históricas do continente. Muitas perspectivas educativas implantadas partiam – e ainda partem – do pressuposto de que a ordem social e o poder político orientado prioritariamente para o progresso econômico são fundamentais, adequados, necessários e suficientes. Injustiças sociais, exploração do trabalho, destruição do meio ambiente, violência contra mulheres, maltrato e exploração da infância, por exemplo, têm sido considerados problemas isolados, para os quais se devem buscar soluções particularizadas. Diante disso, é importante indagar como a educação contribuiu – ou pode contribuir – a partir das práticas educativas latino-americanas, para apoiar a geração de um desenvolvimento cuidador.

Um aspecto a ser considerado é que as correntes educativas significativas em cada período histórico não foram aplicadas e assumidas nos espaços educativos institucionais de forma ingênua e linear, senão que foram nascendo, incorporando-se e se misturando com as perspectivas pedagógicas já existentes, até se configurar em uma renovada base de ideias e interesses. Desta forma, a educação latino-americana recebeu influência de distintas correntes educativas, absorveu diferentes interesses políticos e econômicos, além de nutrir-se dos saberes e práticas educativas dos povos autóctones. Ainda que não se vislumbre um marco pedagógico comum ou homogêneo na América Latina, há importantes contribuições de

autores y autoras para a geração de um pensamento pedagógico próprio e pertinente para o continente. Algumas dessas contribuições apresentam, especialmente, ideias pedagógicas relacionadas às muitas facetas do *cuidado* e, portanto, podem colaborar para a formação de pessoas, famílias, comunidades, cidades e sociedades cuidadoras. Essa é a base na qual se constrói o desenvolvimento cuidador.

Na linha de uma pedagogia cuidadora, criativa e coerente com as transformações sociais necessárias, Aníbal Ponce apresenta uma análise sobre o desenvolvimento e a implantação dos processos educativos na comunidade primitiva e nas sociedades antiga, medieval e burguesa. O autor argumenta que a educação influi de forma determinante para a emancipação ou alienação das pessoas, e também para o apoio ou rejeição das condições históricas e sociais nas quais vivem. Em outras palavras, nas sociedades capitalistas a educação tem assumido um papel fundamental para a produção e manutenção da luta de classes e, portanto, das desigualdades econômicas. A crítica mais forte de Ponce se dirige para a instrumentalização e o tecnicismo da educação, por fazer do ensino um processo meramente mecânico e aniquilado, o que é útil para as sociedades industrializadas. Ponce descreve os interesses educativos da burguesia da seguinte forma:

Nada más adecuado para enseñar las contradicciones que existen en la burguesía que citar esas dos actitudes tan distintas en el plan pedagógico: de un lado, la necesidad de instruir las masas, para elevarlas hasta el nivel de las técnicas de la nueva producción y, de otro lado, el temor de que esa misma instrucción las torne cada día menos asustadizas y menos humildes. La burguesía solucionó ese conflicto entre sus temores y sus intereses calculando con parsimonia la enseñanza primaria e impregnándola de un cerrado espíritu de clase, como para no comprometer, con el pretexto de las luces, la exploración del operario, que constituye la propia base de su existencia.<sup>193</sup> (PONCE, 1994, p.150).

Segundo Ponce, a educação que a América Latina necessita para alcançar um verdadeiro desenvolvimento social e econômico choca com os interesses da globalização industrial, já que são interesses antagônicos. Fica a critério dos países latino-americanos, e do continente como bloco, optar por um desenvolvimento inclusivo, solidário e cuidador, ou por um desenvolvimento econômico excludente, com apoio da instrumentalização educativa.

---

<sup>193</sup> Nada mais adequado para ensinar as contradições que existem na burguesia que citar essas duas atitudes tão distintas no plano pedagógico: de um lado, a necessidade de instruir as massas, para elevá-las até o nível das técnicas da nova produção e, de outro lado, o temor de que essa mesma instrução as faça cada dia menos assustadas e menos humildes. A burguesia solucionou esse conflito entre seus temores e seus interesses calculando com parcimônia o ensino primário e impregnando-o de um fechado espírito de classe, como para não comprometer, com o pretexto das luzes, a exploração do operário, que constitui a própria base de sua existência.

María Teresa Nidelcoff, por sua vez, apresenta a necessidade de formação de *professores povos*, profissionais comprometidos com um processo educativo inserido nos contextos culturais onde atuam junto a crianças e adolescentes. O papel desses profissionais se contrapõe ao dos *professores policiais*, que seriam os profissionais supostamente neutros diante da realidade. (NILDECOFF, 1974). A autora defende uma atuação docente respeitosa da pluralidade e comprometida com processos de desenvolvimento local.

Paulo Freire propõe uma educação politicamente preocupada e comprometida com a libertação dos diferentes tipos de opressão e violência, o que supõe a implantação de práticas reflexivas que ajudem a passagem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica. Partindo de uma perspectiva histórico-crítica, Freire entende a educação como um espaço político-pedagógico e, por isso, como possibilidade de intervir no mundo para transformá-lo. É imprescindível, nesse sentido, vincular a prática educativa ao compromisso ético de cuidado das pessoas e seus contextos, já que tal vinculação promove o incremento de atividades social e eticamente significativas, e estimula o contínuo crescimento cognitivo do ser humano. Segundo Freire, uma das tarefas mais importantes da prática das pessoas educadoras que buscam uma postura crítica é reconhecer-se como sujeitos sociais e históricos.

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a 'outredade' do 'não eu', ou do *tu*, que me faz assumir a radicalidade de meu *eu*. (FREIRE, 1996, p.46).

A metodologia freiriana, que tem como base o diálogo, reconhece que a relacionalidade dialógica implica inter-relação, releitura de si mesmo(a) e abertura às outredades em sua individualidade e realidade próprias. Significa, ainda, cuidar da infância, cuidar do ser humano, cuidar das relações sociais e cuidar do meio ambiente, assumindo posturas de cooperação para fomentar um processo contínuo de aprendizagem e vivência de solidariedade e reciprocidade. Nesse sentido, a pedagogia freiriana oferece uma contribuição importante para uma educação cuidadora, propulsora de um desenvolvimento cuidador.

Francisco Gutiérrez, por sua vez, apresenta duas perspectivas de análise a partir do *cuidado educativo*. No início da década de 1990, Gutiérrez apresentou a palavra *ecopedagogia* para buscar o sentido da aprendizagem na infância e, desde então, abordou a relação entre educação, meio ambiente e sustentabilidade. (LEME, 2014, p.132-133). A ecopedagogia parte de uma consciência planetária e de uma prática de cidadania planetária, propondo-se a realizar

a organicidade educativa. Isso supõe um novo modelo de civilização sustentável a partir da perspectiva ecológica, que recobra dimensões intrínsecas à educação, como facilitar, acompanhar, possibilitar, recuperar, dar lugar, compartilhar, inquietar, problematizar, relacionar, reconhecer, envolver, comunicar, expressar, comprometer-se, entusiasmar, apaixonar, amar. Gutiérrez adverte que essas dimensões somente serão possíveis em relações educativas democráticas e solidárias. (GUTIÉRREZ; PRADO, 1999).

Por outro lado, suas reflexões sobre metodologia da *linguagem total* criticam os sistemas educativos estacionados e incapazes de transformação. O autor apresenta pistas para a instauração de práticas pedagógicas comunicativas e respeitosas da individualidade de crianças e adolescentes. Suas reflexões sobre *linguagem total* nos processos educativos apontam para uma pedagogia dos meios de comunicação, já que os métodos educativos não têm acompanhado satisfatoriamente o ritmo de mudança dos processos globais de comunicação, e isso se evidencia pela forte incidência do enfoque verbalista nas metodologias educativas, nas quais as pessoas educadoras utilizam linguagens abstratas e convencionais para oferecer pensamentos *já pensados*, ficando para as crianças e adolescentes o exercício memorístico. Gutiérrez propõe uma educação focada nos processos comunicativos, para facilitar o desenvolvimento de múltiplas possibilidades individuais e, dessa forma, promover o crescimento do entorno social.

El lenguaje total nace como una metodología que busca enfrentar críticamente al educando con los mensajes de los medios: se desarrolla y se profundiza al evaluar y sistematizar la aplicación de las tres lecturas (denotativa, connotativa y estructural) así como algunos otros aspectos relevantes y pertinentes de la semántica y del estructuralismo. El paso del lenguaje total como metodología de la Comunicación, es fruto de la necesaria confrontación con la realidad socio-política, que la misma metodología incorpora como parte del proceso en el estudio situacional.<sup>194</sup> (GUTIÉRREZ, 1990, p.43).

Sobre o estímulo de processos de transformação cultural e simbólica, necessários para a implantação de um desenvolvimento do cuidado, Moacir Gadotti contribui com importantes reflexões sobre as perspectivas atuais da educação e sobre os desafios da educação do futuro. Alguns questionamentos apresentados por esse autor iluminam a reflexão sobre uma educação

---

<sup>194</sup> A linguagem total nasce como uma metodologia que busca enfrentar criticamente o educando com as mensagens dos meios: desenvolve-se e se aprofunda ao avaliar e sistematizar a aplicação das três leituras (denotativa, conotativa e estrutural) assim como alguns outros aspectos relevantes e pertinentes da semântica e do estruturalismo. A passagem da linguagem total como metodologia da Comunicação, é fruto da necessária confrontação com a realidade sociopolítica, que a mesma metodologia incorpora como parte do processo no estudo situacional.

para a sustentabilidade ambiental, o que inclui justiça social. Gadotti adverte que a planetariedade é uma perspectiva necessária da educação atual, o que traz consequências e desafios em todos os setores e níveis educacionais. O necessário processo de transformações culturais passa pela desmistificação do antropocentrismo e do androcentrismo, promotores da destruição planetária, além de uma reconciliação interior e exterior profunda, que começa com o reconhecimento da alteridade das diversas formas de vida que devem ser respeitadas e cuidadas. A educação tem um grande desafio e também é portadora de muitas possibilidades no atual momento histórico em que a aprendizagem do *cuidado* e a luta pela sustentabilidade são imprescindíveis para a implantação de um desenvolvimento economicamente viável, socialmente equitativo, ecologicamente sustentável e culturalmente justo.

A ecopedagogia também pode ser entendida como um movimento social e político. Como todo movimento novo, em processo de evolução ele é complexo e muitas vezes mal entendido, como as expressões 'desenvolvimento sustentável' e 'meio ambiente'. Ao contrário dos termos 'educação' e 'saúde' - que correspondem a áreas bastante conhecidas pela população - a expressão 'meio ambiente' é quase totalmente ignorada. A população conhece o que é lixo, asfalto, barata... mas não entende a questão ambiental na sua significação mais ampla. Daí a necessidade de uma ecopedagogia, uma pedagogia para o desenvolvimento sustentável. (GADOTTI, 1992, p.4).

Hugo Assmann, por sua vez, reconhece que *aprender a aprender* é uma meta importante do processo educativo, já que os frutos da educação não podem se limitar à aprendizagem de conhecimentos acumulados, mas devem incorporar a capacidade de cada pessoa e da sociedade para continuar aprendendo. O autor adverte que a história humana entrou em um caminho sem precedentes de rápidas transformações, a *era das redes*, a qual interfere diretamente na educação, assim como na situação do emprego, desemprego e exclusão social. Segundo Assmann, é necessário indagar sobre como estas transformações afetam a educação e a predisposição humana para a convivência solidária.

Es innegable que la Sociedad de la información (SI) procede de las grandes transformaciones en marcha resultantes de las Tecnologías de la información y comunicación (TIC). Pero la forma que está adoptando no es un mero hecho separable de las formas políticas y económicas de organización de las sociedades. Suponer esto significaría caer en el enfoque tecnicista. Precisamente por estar inscrita en una determinada opción económico-política – la de la globalización del mercado – la sociedad del conocimiento, además de ser un fenómeno tecnológico, se presenta como consustancial con un determinado proyecto político. Encierra inmensas posibilidades positivas, pero contiene igualmente una serie de riesgos. [...] Por eso es importante

señalar que esta rápida transformación se produce en un periodo histórico marcado, a escala mundial, por una estremeceadora lógica de exclusión, acompañada de una disminución significativa de la sensibilidad solidaria.<sup>195</sup> (ASSMANN, 2002, p.18).

Na Costa Rica, é significativo o aporte de duas mulheres que pensaram e/ou implantaram processos educativos vinculados com o desenvolvimento cuidador: Luisa González Gutiérrez e Carmen Lyra. A principal contribuição de Luisa González nasce da vinculação de seu trabalho educativo com sua sensibilidade e participação política. Em 1925, fundou com Carmen Lyra a *Escuela Maternal Montessoriana*, que era um centro para atender crianças em idade pré-escolar. Estas educadoras colocaram o centro educativo a serviço dos filhos e filhas de mulheres trabalhadoras de escassos recursos. Luisa González também foi fundadora da Escola Omar Dengo e se sobressaiu como uma líder política; participou ativamente do Partido Comunista e dirigiu o Partido Vanguarda Popular. Outro fato característico de sua atuação social e educativa está relacionado à luta pelos direitos das mulheres, que teve como fruto a criação da *Unión de Mujeres Carmen Lyra*, e depois a *Alianza de Mujeres Costarriquenhas*. Devido a sua atividade, inquietude e solidariedade, conseguiu difundir a luta contra a discriminação das mulheres. Luisa também colaborou com a literatura costarriquenha, com ensaios, obras de teatro infantil e narrações. Sua obra mais famosa é *Ras de Suelo*, um livro autobiográfico e sua única novela<sup>196</sup>.

Através de sua obra, fica evidente que Luisa González Gutiérrez busca dar soluções idealistas aos problemas educativos, principalmente os relacionados com processos didáticos. Propõe uma educação do espírito, acredita no valor da escola como formadora moral e filosófica, e também apresenta as implicações políticas e econômicas do quefazer docente e escolar.

Sí, sí, me decía yo, allí está la clave del problema: primero hay que educar a las gentes para que comprendan la justicia y la puedan entender sin cometer desmanes ni violencias inconvenientes; hay que enseñar al pueblo las doctrinas del amor, del perdón, de la superación, para que sepan hacer buen

<sup>195</sup> É inegável que a Sociedade da informação (SI) procede das grandes transformações em curso resultantes das Tecnologias da informação e comunicação (TIC). Mas a forma que está adotando não é um mero fato separado das formas políticas e econômicas de organização das sociedades. Supor isto significaria cair no enfoque tecnicista. Precisamente por estar inscrita em uma determinada opção econômico-política – a da globalização do mercado – a sociedade do conhecimento, além de ser um fenômeno tecnológico, apresenta-se como consubstancial com um determinado projeto político. Contém imensas possibilidades positivas, mas contém igualmente uma série de riscos. [...] Por isso é importante indicar que esta rápida transformação se produz em um período histórico marcado, a escala mundial, por uma estremeceadora lógica de exclusão, acompanhada de uma diminuição significativa da sensibilidade solidária.

<sup>196</sup> Dados disponíveis em [www.inamu.go.cr](http://www.inamu.go.cr) (Acesso em 24 setembro 2018)

uso de las leyes fraternizando con todos los costarricenses sin hacer diferencias sociales.<sup>197</sup> (GUTIÉRREZ, 1974, p.126-127).

Carmen Lyra, pseudônimo de María Isabel Carvajal Quesada, foi uma escritora, pedagoga e política costarriquenha. Iniciou precocemente seu trabalho literário e desde o início manifestou uma preocupação como educadora, o que a levou a escrever diversos livros para o público infantil. Pouco a pouco, sua obra passou por uma evolução e foi assumindo um caráter de denúncia social, principalmente através de relatos nos quais os grupos socialmente marginalizados, como as mulheres e as crianças, assumiam o papel protagonista. Em 1930, Lyra abandona o trabalho literário para se dedicar exclusivamente à ação política, e no ano seguinte ingressa no Partido Comunista. Participou na guerra civil e com a vitória de José Figueres Ferrer foi obrigada a deixar o país em 1948, exilando-se no México, onde morreu em 1949. A obra de Carmen Lyra repercute até hoje, oferecendo perspectivas educativas vinculadas com as problemáticas sociais e econômicas e, desta forma, comprometidas com a denúncia de injustiças sociais que impossibilitam um desenvolvimento cuidador.

Alejandro Cussiánovich, autor de uma importante reflexão sobre a *pedagogia da ternura*, também adverte sobre a importância do cuidado relacionado às práticas educativas. Segundo este autor, desenvolvimento é um conceito muito desgastado, e deve ser reconsiderado a partir das práticas e dos estudos educativos. Desenvolvimento, em escala comunitária e social, advém do desenvolvimento humano, que pressupõe ternura e cuidado educativos.

La palabra desarrollo está muy manoseada, y cada cual, como dicen los latinos, 'tot cápita, tot sententiae': tantas cabezas, tantas maneras de entender, en este caso, el desarrollo. Pero hay algo que es definitivamente irrenunciable: el desarrollo es crecer como seres humanos. Si no hay esto, todos los otros desarrollos no son sino andamiaje que no logra colocar en el pedestal al ser humano, a la persona, al sujeto, sea éste, niño, sea éste, adulto, no interesa, varón o mujer.<sup>198</sup> (CUSSIÁNOVICH, 2010, p.60).

O *cuidado* representa, pois, uma exigência das/nas relações verdadeiramente educativas. A educação acontece em sociedades em transformação, o mundo científico e

<sup>197</sup> Sim, sim, me dizia eu, ali está a chave do problema: primeiro há que educar as pessoas para que compreendam a justiça e possam entendê-la sem cometer excessos nem violências inconvenientes; há que ensinar o povo as doutrinas do amor, do perdão, da superação, para que saibam fazer bom uso das leis fraternizando com todos os costarriquenhos sem fazer diferenças sociais.

<sup>198</sup> A palavra desenvolvimento está muito manuseada, e cada um, como dizem os latinos, 'tot cápita, tot sententiae': tantas cabeças, tantas maneiras de entender, neste caso, o desenvolvimento. Mas há algo que é definitivamente irrenunciável: o desenvolvimento é crescer como seres humanos. Se não há isto, todos os outros desenvolvimentos não são senão andaimes que não conseguem colocar no pedestal o ser humano, a pessoa, o sujeito, seja criança, seja adulto, não interessa, homem ou mulher.

tecnológico apresenta novos e renovados paradigmas, leituras, exigências e compromissos, e o papel da educação é o de incomodar, questionar e visibilizar estes desafios. Nesse sentido, a criação de espaços educativos cuidadores promove a afirmação de uma conduta interior que se identifica com os valores éticos e se manifesta, gradualmente, na vida pessoal, familiar, comunitária e social. A incorporação do cuidado nas práticas educativas significa um passo necessário para que a educação responda satisfatoriamente aos novos desafios da atualidade, especialmente o compromisso político de inventar/criar/implantar um desenvolvimento cuidador, no qual o cuidado de crianças e adolescentes seja prioridade absoluta, incorporando a dimensão ecológica para responsabilizar e estimular as pessoas a preservar, amar e cuidar do meio ambiente. Uma pedagogia do cuidado convida a um reposicionamento em um novo espaço de poder com relação à natureza, no qual o ser humano não é dono da Terra, mas sim coparticipe da vida e de seu acontecer no planeta.

### 7.3 ECOTEOLÓGIAS: REFLEXÕES TEOLÓGICAS PROPOSITIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO CUIDADOR

Quais são as contribuições específicas que a teologia pode oferecer para um desenvolvimento cuidador? Como as espiritualidades influenciam – ou podem influenciar - o desenvolvimento social, econômico e político?

As décadas de 1960 e 1970 foram palco de importantes transformações no contexto social, político e cultural latino-americano, as quais provocaram revisões teóricas e reorientações metodológicas importantes em diversas áreas do conhecimento, incluindo a teologia. A reorientação teológica, que culminou com o surgimento da teologia da libertação, incluiu revisão de seus pressupostos teóricos e seus fundamentos, como também de suas práticas e opções metodológicas, para (re)situar a teologia nos contextos latino-americanos. As teologias da libertação<sup>199</sup> nascem, pois, a partir da sistematização da prática cotidiana e das espiritualidades próprias de movimentos sociais, lutas populares, agentes eclesiais, catequistas, animadores e animadoras de comunidades, padres, religiosas, pastoras e pastores. Essas teologias começaram a sair dos recintos acadêmicos e eclesiásticos, para chegar à vida das comunidades e aos sofrimentos e demandas das pessoas. Estar nesses espaços ou

---

<sup>199</sup> Opta-se pela expressão plural - *teologias da libertação*, por entender que são plurais as formas de viver, refletir e sistematizar as práticas teológicas libertadoras no continente latino-americano, com enfoques epistemológicos e sociopolíticos contextualizados.

aproximar-se dessas realidades passou a ser um imperativo metodológico para fazer teologia na América Latina. (LEME, 2010).

Especificamente com relação à produção teológica latino-americana naquele período, Miguéz Bonino explica a novidade teológica que surge com as teologias da libertação, e apresenta o aporte de quatro autores chaves para entender o pensamento teológico latino-americano: Juan Luis Segundo, Gustavo Gutiérrez, Hugo Assmann e Rubem Alves. Bonino, revisando o pensamento desses autores, apresenta algumas características importantes relacionadas com a novidade epistemológica que representou o surgimento das teologias da libertação. A teologia é um “ato segundo”, ou seja, emerge como reflexão sobre os contextos e realidades que já tinham provocado, ou deveriam ter provocado uma resposta comprometida das pessoas cristãs. Para isso, as teologias da libertação incorporam o exercício de análise das ciências sociais para fundamentar sua proposta inovadora, tanto epistemológica como metodológica. Por outro lado, as teologias da libertação partem da tradição teológica e bíblica europeia, não simplesmente para transformá-la e adaptá-la à realidade latino-americana, mas, sobretudo, para reivindicar a memória histórica do caminho já trilhado, e a partir daí encontrar seu próprio caminho na tradição teológica da atualidade. (BONINO, 1977).

Juan Luis Segundo, especificamente, indica algumas características imprescindíveis para que as teologias da libertação sejam libertadas dos cânones acadêmicos e eclesiásticos:

Que una teología digna de ser tomada en cuenta por un hombre cabal brota, no de un interés científico y académico, sino de un compromiso humano, pre-teológico, por cambiar y mejorar el mundo. Que, a menos que comprenda los mecanismos ideológicos de la sociedad establecida, la teología, en lugar de pasar del borrador al limpio la palabra de Dios, es un inconsciente portavoz de las experiencias e ideas de las clases y grupos dominantes. Que sin una sensibilidad comprometida en hacer de la teología un instrumento y un arma al servicio de la ortopraxis, es decir, de una praxis social y liberadora, un falso concepto cuasi mágico de la ortodoxia disuelve la teología en conceptos universales y ahistóricos. Que tenemos que rescatar la soberana libertad de la palabra de Dios, para poder decir en cada situación lo que es creadoramente liberador en dicha situación.<sup>200</sup> (SEGUNDO, 1975, p.47-48).

---

<sup>200</sup> Que uma teologia digna de ser tomada em conta por um homem cabal brota, não de um interesse científico e acadêmico, mas sim de um compromisso humano, pré-teológico, por transformar e melhorar o mundo. Que, a menos que compreenda os mecanismos ideológicos da sociedade estabelecida, a teologia, em vez de passar a limpo o rascunho da palavra de Deus, é um inconsciente porta-voz das experiências e ideias das classes e grupos dominantes. Que sem uma sensibilidade comprometida em fazer da teologia um instrumento e uma arma a serviço da ortopraxis, ou seja, de uma práxis social e libertadora, um falso conceito quase mágico da ortodoxia dissolve a teologia em conceitos universais e ahistóricos. Que temos que resgatar a soberana liberdade da palavra de Deus, para poder dizer em cada situação o que é criadoramente libertador em cada situação.

Jorge Costadoat, por sua vez, realiza um estudo sobre a virada hermenêutica impulsionada pelas teologias da libertação. Um aspecto significativo da reflexão de Costadoat é o posicionamento das teologias contextuais – e, portanto, das hermenêuticas contextuais –, em um cenário histórico e cultural em permanente processo de mudanças. Ou seja, a historicidade e a contextualidade destas teologias e suas abordagens hermenêuticas questionam o caráter de universalidade e de absolutismo científico ou dogmático que vinham caracterizando o quefazer teológico e as práticas religiosas ao longo da história. A girada epistemológica e hermenêutica que surge com as teologias da libertação possibilitou aproximações libertadoras para o quefazer teológico, cuja ênfase passou a ser o contexto – principalmente a realidade e o sofrimento dos pobres, e a prática para transformar as realidades de injustiça e exploração. Um novo cenário teológico se abre, pois a realidade dos pobres passou a ser entendida como *lugar teológico* e a reflexão das pessoas teólogas já não é o ato primeiro e mais importante do quefazer teológico, senão que deve estar em sintonia com a realidade e o clamor dos pobres. (COSTADOAT, 2005).

Segundo o argumento de Costadoat, entende-se que toda teologia tem interesses e defende ideias e posturas diante da vida, ou seja, como um quefazer histórico e cultural, nenhuma teologia é neutra. Por isso, o autor nomina como *teologias contextuais* aquelas que expressam sua intencionalidade histórica, que se recusam ao limite da reflexão sobre um Deus abstrato e metafísico, e assumem um posicionamento político de transformação das realidades de injustiça e opressão socioeconômica e política.

Nesse sentido, Juan Luis Segundo aponta que as teologias da libertação inauguraram uma nova consciência da fé e ética cristãs, de forma irreversível.

En América Latina la - bien o mal llamada - Teología de la Liberación señala, a mi parecer, un punto irreversible en el proceso cristiano de creación de una nueva conciencia y de madurez de la fe. Innumerables cristianos se han comprometido en una nueva y radical interpretación y experiencia de su fe. Y ello no como personas aisladas, sino como grupos aportantes y poderosos en la Iglesia.<sup>201</sup> (SEGUNDO, 1975, p.7).

A preocupação teológica das teologias da libertação vincula o Deus que se revela nos textos com o Deus que se revela nos contextos. Por isso, muitas vezes, essas teologias são conflitivas, pois se envolvem em lutas já existentes na sociedade e/ou no interior da própria

---

<sup>201</sup> Na América Latina a - bem ou mal chamada - Teologia da Libertação apresenta, em minha opinião, um ponto irreversível no processo cristão de criação de uma nova consciência e de maturidade da fé. Inúmeros cristãos têm se comprometido em uma nova e radical interpretação e experiência de sua fé. E isso não como pessoas isoladas, mas como grupos participantes e poderosos na Igreja.

igreja. As pessoas empobrecidas assumem a centralidade histórica e teológica, pois é a partir do “mundo dos pobres” que a teologia re(encontra) seu sentido e pertinência. O sujeito teológico das teologias da libertação já não é a pessoa teóloga que solitariamente produz pensamento para comparti-lo, mas é a comunidade hermenêutica<sup>202</sup> que indica os temas e discursos que devem ser priorizados e aprofundados na produção teológica. Assim, pode-se dizer que as teologias da libertação têm coautoria: as pessoas teólogas e as comunidades hermenêuticas.

Mais tarde, com o nascimento da teologia feminista, surge uma crítica importante das teologias da libertação. O argumento principal das teólogas feministas é que os pressupostos de opressão contra o povo empobrecido na/da América Latina são apresentados e analisados nas teologias da libertação de forma generalizada, desconsiderando-se a gênese de violências específicas, como é o caso da violência contra as mulheres. Ainda que a luta, os sofrimentos e a violência contra as mulheres estejam implícitos nos pressupostos analíticos das teologias da libertação, não estão suficientemente enunciados e visibilizados. Esta foi uma das tarefas assumidas posteriormente pela teologia feminista. Nesse sentido, e reivindicando o espaço de reflexão teológica para as mulheres, Ivone Gebara explica que o lugar marginal que ocupa a teologia feminista na estrutura eclesial é uma marginalidade que vai além da *antipatia*, pois se manifesta como não-reconhecimento, invisibilização e silenciamento das mulheres teólogas feministas. A autora também faz uma reflexão sobre as consequências desta marginalidade para o crescimento e a legitimação da reflexão teológica feminista. (GEBARA, 2008).

A teologia feminista surge a partir da década de 1970, como reflexão específica dentro das teologias da libertação, e como reflexo de um projeto mais amplo da teoria feminista. Em um primeiro momento, a produção bibliográfica da teologia feminista se preocupa pela crítica às teologias institucionais e masculinas para, em um segundo momento, ocupar-se pela reformulação da teologia, com novas abordagens epistemológicas e novas propostas metodológicas para o quefazer acadêmico e pastoral. Nesta etapa de reformulação ou re-visita teológica a partir da perspectiva feminista, a teologia fez uma (re)leitura da história das mulheres e de sua presença, participação, silenciamento e ocultamento nas igrejas de tradição cristã, propondo mudanças importantes no aspecto doutrinário e também pastoral, com o objetivo de encontrar caminhos de libertação das mulheres no âmbito da religião e da fé.

Na América Latina, a teologia feminista nasce a partir da reflexão das mulheres nas teologias da libertação, com/como uma proposta reflexiva crítica que vai além da luta por uma nova ordem social, política e econômica para libertar os pobres de sua situação de opressão e

---

<sup>202</sup> Entende-se por *comunidade hermenêutica* os coletivos que buscam explicar, traduzir e/ou interpretar suas vivências próprias, assim como a conjuntura social, política, econômica e cultural mais ampla.

marginalização. Nesse sentido, a teologia feminista latino-americana dá nome aos rostos oprimidos, ressalta suas especificidades e particularidades, para propor uma reflexão crítico-propositiva sobre as relações opressivas entre homens e mulheres, cuja mudança radical é condição para a conquista de novas relações sociais, econômicas e políticas. Por considerar que justiça, equidade, liberdade e vida em plenitude são conquistas necessárias não somente no nível dos macrossistemas sócio-político-econômicos, mas também nas relações da cotidianidade, a hermenêutica feminista vai além da explicação sociológica sobre quem são os pobres, ou quem foram os pobres no transcurso da história. Em outras palavras, propõe a superação das abstrações e generalidades e começa a adjetivar *os pobres*.

Elza Támez adverte sobre a necessidade de *feminizar a teologia* e questiona o “discurso teológico clássico, analítico, rígido, racional e logocêntrico.” (TÁMEZ, 2002, p.394). À práxis política é necessário agregar a práxis do carinho, diz Támez. Similarmente, Ivone Gebara sugere outra maneira de fazer teologia na América Latina a partir da perspectiva feminista. Esta autora argumenta que é preciso reinventar a teologia para fazer emergir o feminino como lugar teológico, buscando, para isso, metáforas alternativas e libertadoras para nomear Deus. Nesse sentido, Gebara indica a urgente necessidade de acolher e incluir o corpo, o gênero e a dimensão cotidiana da história como categorias e mediações hermenêuticas. Desta forma, diz a autora, a teologia que fazem as mulheres é mais contextualizada e mais encarnada na vida, o que possibilita refletir sobre a relatividade de grande parte das metáforas e símbolos que tentam expressar as divindades e seus mistérios.

As mulheres recuperaram a dimensão cotidiana da história e, ao mesmo tempo, recuperaram também a tradição de sua história e o cotidiano das histórias e parábolas do Evangelho. Há toda uma espiritualidade concentrada nas coisas elementares da vida, nos encontros de amizade, nas pequenas alegrias de cada dia, que levam a um sentimento de gratidão e de gratuidade. Apesar de uma salvação mais ampla ou mais universal, uma salvação para além da história ser às vezes uma exigência existencial de nossa cultura cristã, ela não vem à mente quando se está acabrunhado por uma imensa dor, por exemplo, quando a fome nos rói as entranhas, quando a falta de compreensão impede nossas relações, quando temos nosso filho morto nos braços. A experiência concreta faz o trabalho de conversão de nossas ideias. Esta velha sabedoria, fincada no chão da vida, nos convida a voltar sempre a ela. (GEBARA, 2000, p.179-180).

Elizabeth Jonhson faz uma crítica da linguagem sobre Deus criada pelo patriarcado<sup>203</sup>, assim como as influências e consequências desta linguagem na criação de sistemas simbólicos religiosos com imagens exclusivamente masculinas da divindade. A autora adverte que as ideias e as linguagens sobre Deus são criaturas culturais vinculadas com o contexto, tempo e espaço em que foram concebidas e, portanto, podem ser reconstruídas, redimensionadas e recriadas. Ao mesmo tempo, faz uma reflexão sobre a nomeação de Deus a partir da perspectiva das mulheres, considerando alguns aspectos teológicos, sociológicos e psicológicos.

El lenguaje sobre Dios en los términos exclusivos y literales de la patriarquía es un instrumento capaz de acomodar sutilmente la realidad, y que actúa para debilitar el sentido de la dignidad, el poder y la autoestima de las mujeres. El símbolo de Dios funciona. Cuando la metáfora básica utilizada por el discurso cristiano para referirse a Dios es patriarcal, entonces acaba sustentando inevitablemente el dominio de los hombres sobre las mujeres, debido a su naturaleza de foco orientador de la devoción. [...] Desde el punto de vista sociológico, refuerza el papel del padre relacionando sus disposiciones con el orden divino de las cosas, según el modelo de 'Dios-él', proporcionando así un apoyo sagrado al rol masculino. Desde la perspectiva psicológica, las imágenes exclusivas, patriarcales para definir lo divino funcionan como instrumento de violencia simbólica contra la plena autoidentidad de las personas femeninas, bloqueando su identidad de imágenes de Dios y restringiendo su acceso al poder divino.<sup>204</sup> (JONHSON, 2002, p.62).

Ivone Gebara também recomenda cuidado com a opção metodológica na/para reflexão e sistematização da teologia, e explica sua eleição pela fenomenologia para o estudo do mal no feminino, com base em um pensamento feminista crítico.

<sup>203</sup> A palavra *patriarcado* procede do grego e está conformada por duas partes: *pátria*, que significa família ou descendência, e *archo*, que significa mandar. Patriarcado é, pois, uma forma de organização social, em que a autoridade é exercida pelo homem chefe de cada família, denominado *patriarca*. Nas sociedades ocidentais modernas, a palavra patriarcado tem sido utilizada para criticar e condenar condutas ou políticas opressivas contra as mulheres. Cora Ferro define o patriarcado como *um sistema familiar e social, ideológico e político com o qual os homens, através da força, a pressão direta, os rituais, a tradição, a lei ou a linguagem, os costumes, a etiqueta, a educação e a divisão do trabalho, determinam qual é ou não é o papel que as mulheres devem interpretar com o fim de estar em toda circunstância submetidas ao homem*. Ferro, Cora. *Perspectiva de paz hacia la dignidad de la mujer*. P. 123. Citado por Morales, Gerardo Hernández. *La identidad de la mujer en la teología*. Revista Servicio de Información Teológica, n. 4. 2000, p.7.

<sup>204</sup> A linguagem sobre Deus nos termos exclusivos e literais da patriarquía é um instrumento capaz de acomodar sutilmente a realidade, e que atua para debilitar o sentido da dignidade, o poder e a autoestima das mulheres. O símbolo de Deus funciona. Quando a metáfora básica utilizada pelo discurso cristão para se referir a Deus é patriarcal, então acaba sustentando inevitavelmente o domínio dos homens sobre as mulheres, devido à sua natureza de foco orientador da devoção. [...] Do ponto de vista sociológico, reforça o papel do pai relacionando suas disposições com a ordem divina das coisas, segundo o modelo de 'Deus-ele', proporcionando assim um apoio sagrado ao rol masculino. A partir da perspectiva psicológica, as imagens exclusivas, patriarcais para definir o divino funcionam como instrumento de violência simbólica contra a plena autoidentidade das pessoas femininas, bloqueando sua identidade de imagens de Deus e restringindo seu acesso ao poder divino.

Sabemos que uma posição fenomenológica se apoia nos dados da existência concreta, nas coisas que aparecem no campo da nossa experiência. E é nessas experiências que ela baseia sua interpretação e sua reflexão posterior. A fenomenologia não explica os acontecimentos e as coisas a partir de fora, como o cartesianismo, mas tenta compreendê-los a partir de dentro, mesmo que nunca chegue a ter ideias 'claras e distintas'. [...] Portanto, a fenomenologia não é apenas um método de abordagem do real, mas uma maneira de compreender nossa relação com os seres humanos e não-humanos, abordagem que deve ser sempre retomada segundo os diferentes lugares, tempos e perspectivas. (GEBARA, 2000, p.43-44).

A vida, o corpo e a realidade das mulheres, sua expressão de fé ou o silenciamento de suas crenças e espiritualidades têm sido as principais preocupações e ocupações da teologia feminista. (LEME, 2010b, p.164). Nesse sentido, várias são as vozes feministas que se escutam atualmente na teologia, com diferentes enfoques e abordagens, para priorizar aspectos específicos dentro do marco da libertação, não somente das mulheres, mas também de outros segmentos da sociedade que sofrem violência. Assim, a teologia feminista tem contribuído significativamente para a construção de espiritualidades cuidadoras, o que incidirá diretamente na geração de relações cuidadoras entre as pessoas, e entre elas e o meio ambiente. Estas relações cuidadoras são a base para um desenvolvimento cuidador. Para que isso aconteça, no entanto, é necessário criar ambientes culturais, sociais, políticos, institucionais e domésticos livres da dominação patriarcal, onde a fé e as espiritualidades estejam libertas da cosmovisão exclusivamente masculina e de expressões e vivências patriarcais.

Sobre a importância e necessidade de incluir a reflexão sobre *corporeidade* nas reflexões e práticas teológicas feministas, indica Gebara:

La comprensión más amplia de los frentes de lucha por la libertad había comenzado para mí en los límites impuestos al cuerpo femenino por el patriarcado, no sólo en el plano simbólico sino en la organización material de la vida. ¡Y la teología tiene una responsabilidad particular en la dominación y la alienación del cuerpo femenino así como en su liberación!<sup>205</sup> (2005, p.140).

A autora agrega que, além da libertação do corpo feminino, a libertação do corpo da terra também deve ser (pre)ocupação da teologia feminista. “La posibilidad de liberar el cuerpo de las mujeres y, por tanto, el cuerpo de la tierra debería pasar también por la liberación de ciertos

---

<sup>205</sup> A compreensão mais ampla das frentes de luta pela liberdade tinha começado para mim nos limites impostos ao corpo feminino pelo patriarcado, não só no plano simbólico senão na organização material da vida. E a teologia tem uma responsabilidade particular na dominação e na alienação do corpo feminino assim como em sua libertação!

contenidos teológicos considerados relevantes. Esta liberación lo es también de los cuerpos masculinos, aunque mi punto de partida es mi cuerpo femenino.<sup>206</sup> (GEBARA, 2005, p.143).

Em uma fase posterior, além de grupos e coletivos humanos, a teologia feminista passou a incorporar uma reflexão importante sobre a violência contra o meio ambiente, dando surgimento à *teologia ecofeminista*<sup>207</sup>. Nesse sentido, autoras ecofeministas têm insistido na existência de uma *lógica de opressão* do patriarcado, que possibilita utilizar as mesmas chaves analíticas para explicar - nunca justificar - a raiz da violência contra o meio ambiente, os animais, as mulheres, as pessoas menores de idade, as pessoas idosas, as pessoas com capacidades especiais, etc. Vuola, por exemplo, faz uma reflexão sobre a ética sexual a partir das realidades concretas das mulheres e adverte que, tanto a teologia feminista como a ecofeminista, ao abordar o *corpo da mulher* como lugar teológico, não pode fazê-lo de maneira generalizada, como se estes corpos não estivessem histórica e culturalmente contextualizados. Segundo esta autora, é necessário estimular uma reflexão teológica que cuide da vida humana e da vida do planeta, vida que passa pelos corpos e pela história.

El Tercer Mundo se está convirtiendo en un no-mundo, puesto que en el sentido clásico cada vez se lo necesita menos, inclusive para la producción de mano de obra barata y materia prima. La alternativa entre el desarrollo y la liberación ha pasado a ser una alternativa radical entre la vida y la muerte. La única opción de la teología de la liberación es asegurar la vida para todos. La opción por los pobres se traduce en la opción para la vida. La imperativa ética fundamental en América Latina es la vida humana, que en la práctica se refiere al trabajo, el pan, el techo, la educación, la justicia y la seguridad. El criterio fundamental del discernimiento ético es la vida del ser humano concreto, real. Así, la teología de la liberación debería asumir la 'opción absoluta y radical por la vida', y 'la vida humana se convierte por tanto en un criterio real del discernimiento y en un imperativo universal y absoluto'. La teología de la vida debe "garantizar la reproducción de la vida humana y de

<sup>206</sup> A possibilidade de libertar o corpo das mulheres e, portanto, o corpo da terra deveria passar também pela libertação de certos conteúdos teológicos considerados relevantes. Esta libertação é também dos corpos masculinos, ainda que meu ponto de partida é meu corpo feminino.

<sup>207</sup> No final dos anos 1970, o termo ecofeminismo foi utilizado pela socióloga feminista Françoise D'Eaubonne e começou a ser usado na França, chegando depois a outros países europeus e também da África e América. O objetivo de D'Eaubonne era mostrar a necessária relação e aliança das lutas pela mudança das relações opressivas entre homens e mulheres, com as lutas pela transformação da relação opressiva com o ecossistema. Seu argumento se situa no nível político-ideológico diante da crescente degradação ecológica do planeta. (María Mies e Vandana Shiva, **Ecofeminism**, Fernwood Publications/Zed Books, Halifax/London/New Jersey, 1993, p. 13.)

la naturaleza.”<sup>208</sup> (VUOLA, 2000, p.3).

Ivone Gebara considera o ecofeminismo como pensamento e movimento social, e reflete sobre sua influência no quefazer teológico latino-americano.

El ecofeminismo como pensamiento y movimiento social refiere básicamente a la conexión ideológica entre la explotación de la naturaleza y la explotación de las mujeres dentro del sistema jerárquico-patriarcal. Desde el punto de vista filosófico y teológico, el ecofeminismo puede ser considerado como una sabiduría que intenta recuperar el ecosistema y las mujeres. Éstas fueron relegadas por el sistema patriarcal, y particularmente por la modernidad, a ser fuerza de reproducción de mano de obra – 'vientres benditos' - en tanto la naturaleza se tornó objeto de dominación para el crecimiento del capital.<sup>209</sup> (GEBARA, 2000b, p.18).

Silvia Regina de Lima Silva, por sua vez, adverte que as teorias de gênero e o diálogo interdisciplinário alimentam o quefazer teológico latino-americano e, de forma específica, a teologia ecofeminista.

Una de las contribuciones de las teorías de género y del diálogo interdisciplinario con la teología es la cosmovisión holística donde la humanidad se descubre como parte de un todo, integrada a la energía vital de la naturaleza. La dimensión holística de la teología ha sido enfocada especialmente en el Ecofeminismo, expresión teológica desarrollada en los últimos años. El ecofeminismo en América Latina encuentra y reafirma elementos fundamentales de teologías ancestrales indígenas, de las afrodescendientes, y de la teología campesina. Se desarrolla la consciencia de una relación de interdependencia, donde como seres humanos ya no nos podemos concebir separados, por encima del universo creado. Somos parte del universo. Tenemos parte del universo en nuestro cuerpo y por eso asumimos una actitud de reverencia, cuidado y responsabilidad frente todos

---

<sup>208</sup> O Terceiro Mundo está se convertendo em um não-mundo, já que no sentido clássico cada vez o necessita menos, inclusive para a produção de mão de obra barata e matéria prima. A alternativa entre o desenvolvimento e a libertação tem passado a ser uma alternativa radical entre a vida e a morte. A única opção da teologia da libertação é assegurar a vida para todos. A opção pelos pobres se traduz na opção para a vida. O imperativo ético fundamental na América Latina é a vida humana, que na prática se refere ao trabalho, o pão, o teto, a educação, a justiça e a segurança. O critério fundamental do discernimento ético é a vida do ser humano concreto, real. Assim, a teologia da libertação deveria assumir a “opção absoluta e radical pela vida”, e “a vida humana se converte portanto em um critério real do discernimento e em um imperativo universal e absoluto”. A teologia da vida deve “garantir a reprodução da vida humana e da natureza”.

<sup>209</sup> O ecofeminismo como pensamento e movimento social faz referência basicamente à conexão ideológica entre a exploração da natureza e a exploração das mulheres dentro do sistema hierárquico-patriarcal. Do ponto de vista filosófico e teológico, o ecofeminismo pode ser considerado como uma sabedoria que tenta recuperar o ecossistema e as mulheres. Estas foram relegadas pelo sistema patriarcal, e particularmente pela modernidade, a ser força de reprodução de mão de obra – 'vientres benditos' – enquanto a natureza se tornou objeto de dominação para o crescimento do capital.

los seres creados.<sup>210</sup> (SILVA, 2005, p.12).

Por outro lado, Vandana Shiva questiona a imagem dominante neutral de desenvolvimento, como sinônimo de progresso para todos, já que a experiência de desenvolvimento tem sido exatamente o oposto, ou seja, polarização de uma sociedade dicotomizada, criando novas formas de riqueza para os poderosos e de privação para os mais débeis. (SHIVA, 2002, p.455). A autora entende que, nesse cenário de desenvolvimento como resultado de um projeto patriarcal, os movimentos feminista e ecológico despontam como resistência e compromisso.

Los temas femeninos y ambientales se pueden abordar ya sea desde las categorías de desafío presentadas por las mujeres que están en la lucha por la vida, o mediante una extensión de las categorías convencionales del patriarcado y el reduccionismo. Desde la perspectiva de las mujeres comprometidas en la lucha por la sobrevivencia, que simultáneamente son luchas para proteger la naturaleza, mujeres y naturaleza están íntimamente relacionadas, y su liberación y dominación igualmente vinculadas. Por lo tanto, los movimientos feminista y ecológico son un solo y principalmente contra-tendencias al mal-desarrollo patriarcal.<sup>211</sup> (SHIVA, 2002, p.463).

As teologias da libertação, especialmente a teologia feminista e ecofeminista, contribuem de maneira significativa para pensar e vivenciar um desenvolvimento cuidador. Às perspectivas específicas dessas correntes teológicas nominamos *ecoteologia*.<sup>212</sup>

---

<sup>210</sup> Uma das contribuições das teorias de gênero e do diálogo interdisciplinar com a teologia é a cosmovisão holística onde a humanidade se descobre como parte de um todo, integrada à energia vital da natureza. A dimensão holística da teologia tem sido enfocada especialmente no Ecofeminismo, expressão teológica desenvolvida nos últimos anos. O ecofeminismo na América Latina encontra e reafirma elementos fundamentais de teologias ancestrais indígenas, das afrodescendentes, e da teologia campesina. Desenvolve a consciência de uma relação de interdependência, onde como seres humanos já não nos podemos conceber separados, por cima do universo criado. Somos parte do universo. Temos parte do universo em nosso corpo e por isso assumimos uma atitude de reverência, cuidado e responsabilidade diante de todos os seres criados.

<sup>211</sup> Os temas femininos e ambientais podem ser abordados, seja a partir das categorias de desafio apresentadas pelas mulheres que estão na luta pela vida, ou mediante uma extensão das categorias convencionais do patriarcado e o reducionismo. A partir da perspectiva das mulheres comprometidas na luta pela sobrevivência, que simultaneamente são lutas para proteger a natureza, mulheres e natureza estão intimamente relacionadas, e sua libertação e dominação igualmente vinculadas. Portanto, os movimentos feminista e ecológico são um só e principalmente contra-tendências ao mal-desenvolvimento patriarcal.

<sup>212</sup> Do grego, “oikos” significa casa. Ecologia é, pois, o conhecimento da casa, que em biologia significa o conhecimento do ecossistema. Ecodesenvolvimento é o desenvolvimento que respeita a casa comum, o planeta onde habitam os seres humanos e não-humanos. Na perspectiva teológica, ecoteologia significa (re)conhecimento da terra - casa humana comum, como lugar teológico.

Figura 11 - Ecoteologia



Fonte: elaboração própria

Entende-se, pois, que a ecoteologia incorpora reflexões e práticas teológicas contextuais e contextualizadas, assumindo a Terra como lugar teológico. Portanto, a vida na terra, humana e não-humana, é igualmente lugar teológico.

#### 7.4 DESENVOLVIMENTO CUIDADOR: URGÊNCIA NOS/DOS CONTEXTOS URBANOS DA AMÉRICA LATINA

Antes de indicar as *possibilidades* que as reflexões sobre desenvolvimento, pedagogia do cuidado e ecoteologia oferecem ao desenvolvimento cuidador, é preciso enfatizar que estas reflexões são, necessariamente, históricas e contextualizadas. O acontecer do desenvolvimento nas diferentes instâncias espaciais – comunitária, urbana, estatal, nacional e internacional –, deve acompanhar e respeitar o ritmo humano e planetário, para conhecer suas perguntas e necessidades, interpretando e implementando respostas sociais, econômicas e políticas adequadas e oportunas. Isso significa que atores e atrizes do desenvolvimento, representantes políticos e sociedade civil organizada, em lugar de equiparar desenvolvimento exclusivamente com crescimento econômico, devem buscar respostas éticas a situações e necessidades concretas, respostas que efetivamente expressem o cuidado de pessoas, comunidades, cidades,

países e meio ambiente. A necessidade de planejamento do desenvolvimento, considerando as especificidades comunitárias e urbanas foi apontada nas entrevistas realizadas no DAI/PANI.

Em alguns momentos, dependendo da maneira como se trata o desenvolvimento, pode ser muito positivo porque vai ajudar as famílias a ter melhores ingressos. Mas se não é bem planejado, o que acontece é que leva a situações de risco, porque as crianças ficam desprotegidas e se apresentam também outras condições às quais não têm tanta facilidade de acesso e, pois, vendem a elas uma imagem pouco realista do que poderiam alcançar. Eu sinto que aí, se não há uma boa planificação e um crescimento integral urbano, não é só construir, senão o que implica a nível comunal é conhecer a comunidade, e vamos ter repercussões que vão desde a delinquência até exploração sexual, tráfico, entre outros abusos. (ROXO, 2018).

Algumas pessoas entrevistadas no Projeto Quixote expressaram a necessidade de agregar *qualidade de vida* às características do desenvolvimento urbano.

Para pensar em desenvolvimento urbano a gente pode pensar em escolas, em hospitais, em prédios, em metrô. Mas aí eu fico pensando que é uma coisa muito mais profunda do que isso, é a qualidade de vida das pessoas que estão dentro do espaço urbano. Então, não adianta colocar hospitais, escolas, parques, se a população não tiver acesso a isso, e um acesso de qualidade. (AMARELO, 2018).

Por outro lado, a superação da situação de risco e vulnerabilidade infantil depende de iniciativas sociais e de respostas políticas cuidadoras, construídas coletivamente.

Uma primeira condição para melhorar a situação das crianças em situação de rua e de risco social é pensar uma coisa básica: entender que essa situação é uma questão social, pública, da sociedade, e que precisa de meios para poder resolver. Nós vivemos numa sociedade, onde essa prescritiva é quase nula. É mais de competição, de quem consegue o melhor, a distribuição de renda é totalmente desigual, e cada vez mais desigual. Por isso, nem que se pense no Estado do bem-estar social, não vai dar conta disso, então teria que pensar numa resposta mais coletivamente construída, que vai à questão de base, vamos dizer assim, ao foco dos problemas. (VERMELHO, 2018).

Com relação à educação, alguns aspectos podem ser resgatados para a reflexão sobre o desenvolvimento cuidador. É desejável que o ensino e a aprendizagem do cuidado (pessoal, familiar, comunitário, social e do meio ambiente) iniciem a partir da primeira infância, para promover mudanças culturais e éticas significativas. “A educação é muito importante, porque abrange tudo. Ela abrange a saúde, a economia, abrange absolutamente tudo, é muito ampla.” (AMARELO, 2018). Em outras palavras, *o cuidado se aprende*.

A vinculação das práticas educativas com a sensibilização e participação política, e com o compromisso ético do cuidado de pessoas e seu entorno é uma urgência nos/dos contextos latino-americanos, ainda que isso choque com interesses da globalização industrial e econômica. O compromisso com os direitos e necessidades das pessoas socialmente mais vulneráveis e a denúncia social do descumprimento desses direitos possibilitam à educação vincular-se com um desenvolvimento em escala comunitária e social, entendendo que isso advém do desenvolvimento humano, *do aprender a cuidar*.

Eu acho que pela educação você consegue muita coisa e evita muita coisa, você consegue passar informações. Porque muitas pessoas, na questão da violência doméstica, por exemplo, não entendem aquilo como violência. Aquilo é o que eles conhecem, se relacionar é assim. Então quando você começa a propor outra forma de se relacionar, de discutir conflitos, de viver o conflito, numa linguagem outra, eles ficam assustados, nunca viram, não sabem. Como vão saber? Vivendo isso, só pela experiência. Quando você começa a trabalhar com eles propondo essa forma, você os está trazendo para viver essa experiência. Eu acho que a educação dá conta disso. Então um investimento na educação, de modo geral, vai prevenir isso. (AMARELO, 2018).

Aprender-ensinar a utilizar e aproveitar os avanços tecnológicos e da comunicação para promoção do desenvolvimento do entorno social local é também uma responsabilidade da educação. É importante, nesse sentido, que a educação não se submeta à instrumentalização e ao tecnicismo, mas ofereça uma crítica propositiva das injustiças sociais e aponte possibilidades de construção de outro(s) desenvolvimento(s). Isso significa que não existe educação neutra ou imparcial, como defendem os projetos de lei nascidos do movimento *Escola sem Partido*<sup>213</sup> no Brasil.

Essas perspectivas educativas implicam um processo de formação de profissionais comprometidos com *outro desenvolvimento*, dispostos a atender e cuidar dos setores socialmente mais vulnerabilizados, buscando superar essa situação.

---

<sup>213</sup> *Escola sem Partido* é um movimento criado em 2004 pelo procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, para combater “o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras e instaurar uma educação apartidária, sem doutrinação e livre de ideologias”. O tema ganhou força em 2015 e se tornou mais evidente no governo de Jair Bolsonaro. Os projetos de lei sobre *Escola sem Partido*, nas Assembleias ou no Congresso, objetivam estabelecer limites para a atuação de professores em sala de aula, impedindo a promoção de suas crenças particulares nos espaços formais de ensino. No entanto, entende-se que é impossível – e indesejável – garantir imparcialidade na educação. Um ensino neutro não existe no mundo real, pois todas as pessoas vivem em sociedade e expressam suas ideias, convicções e concepções ao se comunicarem. O convívio com pessoas diferentes, e que tenham distintas convicções é essencial para a formação dos indivíduos e saudável nos processos educativos.

Aí vale outra questão muito crítica na academia, que é: como as academias preparam a gente? Preparam para qual população? Isso, para mim, é uma questão importante, porque vejo colegas e nos perguntamos: nós estamos sendo preparados para atender a quem mesmo? Quando chega ali e fica desesperado e diz: *é demais, é demais!* Sim, mas é esta população que temos que atender. Ou seja, a condição de miséria é tão cruel e aviltante, que é como, na faculdade ou nos diferentes mecanismos de capacitação, isso não ficasse tranquilo, e fica um desespero na hora do atendimento. É como se você se sentisse desamparado tecnicamente, eu não estou com recursos para atender essa pessoa ou essas pessoas e suas demandas. O que eu tenho de arcabouço teórico e prático adquirido não me dá chão suficiente para poder fazer face a essas coisas. (VERMELHO, 2018).

Conhecer, discutir, aprender e ensinar a buscar referenciais que contribuam para a construção de *outro desenvolvimento possível* é, pois, um desafio para a educação latino-americana<sup>214</sup>. Importante, nesse processo, é o (re)conhecimento de epistemes, metodologias, experiências e vivências cotidianas que encaminham, fundamentam e propõem iniciativas de/para *desenvolvimentos outros* em comunidades indígenas, campesinas, universidades e coletivos comunitários, pois suas concepções de vida, ser humano, natureza, transcendência e sociedade levam a se relacionar de forma respeitosa e cuidadosa.

As concepções de natureza desses grupos não implicam em reduzir a natureza a um estatuto meramente instrumental, mesmo que contenham uma valoração de uso da natureza na medida em que dependem do uso direto desta para atender suas necessidades de subsistência e culturais. De modo oposto, trata-se de uma relação com a natureza impregnada de sentidos e significações simbólicas e de práticas de uso que indicam simultaneidade entre o uso dela e a sua consideração moral. Chamo a estes modos de valoração de *valoração sintética* na medida em que contém critérios nos quais o uso e a consideração moral não aparecem discriminados como ocorre na contradição dualista entre valor intrínseco e valor instrumental, frequente na ética ambiental ocidental. (FLORIT, 2017, p.128).

A ruptura com uma história hegemônica de uma cultura dominante, tanto no cotidiano como no âmbito das instituições educativas é um imperativo para a educação no continente

---

<sup>214</sup> Este pensamento tem movido pesquisas, estudos, discussões, ações e produções em diferentes países latino-americanos na última década, cuja visibilização e socialização se deu na construção coletiva comunitária e interinstitucional do Seminário Internacional “*Territórios em Resistência: Diversidades, Pedagogias e Direitos Humanos*”. Em 2017, a Universidade Nacional da Costa Rica acolheu sua primeira edição, e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Pato Branco, sediou a segunda edição em 2019. Estas se dão em parceria com diferentes órgãos governamentais e não governamentais - Programas de Pós Graduação como: PPGDR, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistema (PPGEPS)/ UTFPR, Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL)/UTFPR; PPGDR/FURB; Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECO); EECR/UNA; entre outros; lideranças/agentes comunitários como populações e/ou grupos de educadores formais e informais, negros, quilombolas, indígenas, Movimento Sem Terra (MST), agricultores, pessoas atingidas por barragens, entre outros. No ano de 2021, a FURB acolherá sua terceira edição, assim eleita entre os pares.

(REIS; OLIVEIRA, 2015, p.119), na direção de propostas/processos, cujos referenciais priorizem um compromisso radical com a vida, todos os seres vivos e planeta, no atual, contraditório, complexo e excludente contexto latino-americano que exige uma permanente reflexão da dinâmica que o envolve, aciona e estabelece. A ecopedagogia, por exemplo, contribui para a incorporação de consciência planetária e práticas de cidadania planetária para o ecodesenvolvimento. A preocupação com a sustentabilidade social e com a planetariedade são perspectivas necessárias para a educação e para o desenvolvimento, e colaboram para a desmistificação do antropocentrismo e androcentrismo, tanto nas práticas educativas como nos processos de desenvolvimento.

Com relação à ecoteologia, vários são os aspectos/posturas que podem contribuir para o desenvolvimento cuidador. As teologias da libertação advertem sobre a urgente necessidade de colocar atenção, de se preocupar pela realidade e de se comprometer com ela, principalmente a dos pobres. Essa postura convida à saída dos escritórios de planejamento do desenvolvimento para conhecer as ruas e a realidade de pessoas e comunidades concretas. Além disso, as teologias da libertação indicam que nenhum desenvolvimento é neutro, e convidam à busca de caminhos próprios de desenvolvimento a partir da América Latina.

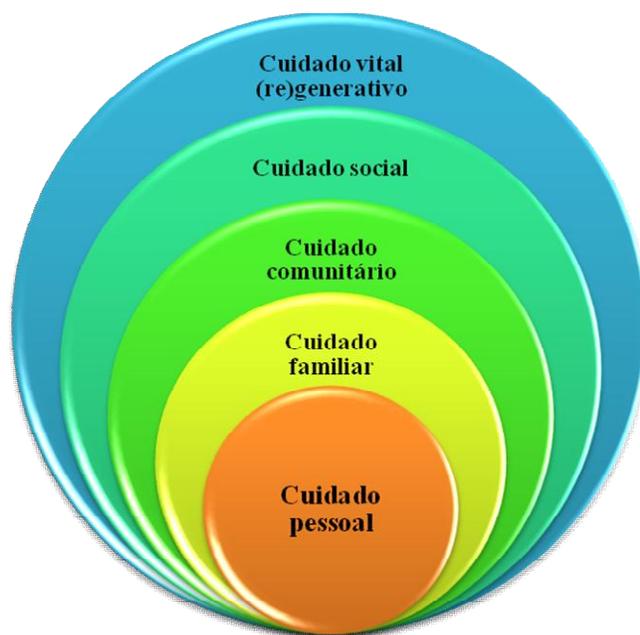
A teologia feminista, por sua vez, remete à importância de dar nome aos pobres e indicar as causas da pobreza. Convida, através de suas premissas epistemológicas e metodológicas, a *despatriarcalizar* o desenvolvimento, o que significa abandonar sua rigidez analítica, racional e logocêntrica. Essa postura leva a assumir a importância, as possibilidades e a riqueza das cotidianidades para planejar o desenvolvimento, preocupando-se com a incorporação de metodologias participativas e com o cuidado semântico - linguagens relacionadas com o desenvolvimento -, que podem ser reconstruídas, redimensionadas e recriadas. A teologia feminista também adverte sobre a necessidade de sair das análises *macro* (sociais, econômicas e políticas), para aterrissar nas necessidades reais das pessoas, seus corpos e desejos, assumindo a dimensão cotidiana da história.

A teologia ecofeminista, especificamente, assume o desafio teológico de identificar as causas religiosas da exploração das mulheres e do meio ambiente, para superá-las. Nesse sentido, proclama a urgência por recuperar e salvar o ecossistema da dominação e do crescimento do capital. Através das reflexões teológicas ecofeministas, entende-se que o desenvolvimento cuidador é oposto ao desenvolvimento alicerçado em um projeto patriarcal.

Para coligar os aportes e argumentos de autores e autoras de diferentes áreas do conhecimento sobre a necessidade de *outro desenvolvimento*, o que no âmbito dessa pesquisa

temos denominado *desenvolvimento cuidador*, é necessário considerar as distintas e entrelaçadas perspectivas do cuidado. A seguinte figura demonstra esse entrelaçamento.

Figura 12 - Perspectivas de cuidado



Fonte: elaboração própria

Especificamente com relação às pessoas menores de idade, é importante apreender as especificidades e necessidades de cuidado em diferentes âmbitos, para que sejam incorporadas pelos processos e modelos de desenvolvimento. Por cuidado pessoal, entende-se o cuidado personalizado das pessoas menores de idade na sua fase de crescimento e formação, assumido e realizado por pessoas cuidadoras nos diferentes âmbitos educativos. O cuidado familiar, por sua vez, supõe a existência de famílias cuidadoras, pois se refere ao cuidado assumido no âmbito familiar, entendendo que as famílias podem ser diversas e extensas. Famílias cuidadoras incorporam, pois, mães, pais e outras pessoas cuidadoras. O cuidado comunitário, por sua vez, incorpora as comunidades cuidadoras, que são as redes de cuidado na comunidade integradas por ONGs, associações, escolas, postos de saúde, serviços de atendimento social, igrejas. O cuidado social se refere ao Estado cuidador, e se reflete nas políticas públicas, organizações públicas e prioridades orçamentárias. O cuidado vital

(re)generativo se refere aos sistemas (re)geradores de vida, que nutrem a sustentabilidade dos seres vivos.

Algumas pessoas entrevistadas no DAI/PANI expressaram a necessidade de continuidade das políticas públicas e do atendimento/cuidado das organizações públicas para que o desenvolvimento cuidador das pessoas menores de idade aconteça de fato. Ainda, ressaltaram que a morosidade na implantação de iniciativas, projetos e programas tem consequências negativas para o desenvolvimento e o cuidado das pessoas menores de idade.

Em minha opinião, o desenvolvimento urbano é uma questão muito política, há interesses políticos que se jogam, então vai depender desses interesses. Eu vivi isso no PANI quando se estabeleceu este Departamento, que tem tido muitas metamorfoses, e então quando há mudança de governo, há mudanças geralmente na presidência executiva do PANI. Na entrada de um destes presidentes, pois, aconteceu toda uma mudança neste Departamento, um pouco enfocando no sentido do desenvolvimento urbano. Tratou-se de focar o projeto nas pessoas menores de idade em risco, que estavam em condição de rua. No entanto, estes projetos têm um processo para se estabelecer, que significa infraestrutura, acomodar pessoal, distintas dinâmicas que se têm que formar, e não se visualizou como estabelecer este projeto, e no momento de executá-lo, pois já não era a mesma realidade. Então, pelo menos eu vivi isto. Um projeto que se estabeleceu para um perfil, para um grupo e na hora de desenvolvê-lo, este grupo tinha se modificado. Então o projeto já não era funcional, e é aí que eu digo que não há uma congruência, não há uma análise real de qual é a situação na qual se quer intervir. Propõe-se algo hoje, que se executa uns anos depois e o projeto já não visualiza as mudanças que aconteceram na sociedade e com as pessoas menores de idade, porque agora a realidade com os meninos é de muita, muita mudança. (LILÁS, 2018).

O desenvolvimento cuidador pressupõe que as vulnerabilidades individuais são consequência das vulnerabilidades sociais e, por isso, as pautas coletivas devem ser incluídas nos projetos de desenvolvimento, nos diferentes âmbitos de administração: federal, estadual (provincial, no caso da Costa Rica), e urbano. Nesse sentido, assume fundamental importância a mobilização da sociedade civil para expor suas necessidades e urgências, e exigir integração e articulação entre políticas específicas de assistência social, saúde, educação, moradia, transporte, lazer, inclusão e outras. Os recursos canalizados para estas áreas são investimentos, e não gastos.

O que eu vejo de avanço em São Paulo são essas redes de indignação que vão se criando, que têm vários nomes. Isso eu vejo acontecer bastante, desde a zona sul até o centro, conheço um monte de gente que se junta, como secundaristas, molecada que está pensando gênero, gente que está pensando, enfim, um monte de coisas. E eu vejo essas coisas acontecerem e vejo que

precisa de mais incentivo para que alimente também uma política pública. Isso faz parte, incentivar a construção desses espaços coletivos já faz parte da política pública. (ROSA, 2018).

Um aspecto que deve ser considerado é que, na maioria das vezes, as ONGs assumem a realização de trabalhos e oferecem serviços que o poder público não faz: “hoje estou ficando cada vez mais com certo desânimo, porque o que acontece é que cada vez mais, projetos como o Quixote recebem menos recursos para fazer aquilo que deveria fazer um serviço público. Eu acho um jeito precário e perverso de fazer política.” (VERMELHO, 2018). Em outras palavras, além do cuidado comunitário que lhes caracteriza, essas instituições se veem obrigadas a assumir o cuidado social. Muitas vezes, tais organizações, sem recursos suficientes, são forçadas a se ajustar a convênios que não respondem satisfatoriamente as necessidades institucionais, e muito menos as necessidades do público com o qual trabalham. Ainda que sumamente necessário para a implementação e/ou fortalecimento do desenvolvimento cuidador, o trabalho das ONGs se manifesta, nessas situações, como uma trincheira ameaçada.

## 7.5 SÍNTESE: COLO, (A)BRAÇO, ACOLHIMENTO E CUIDADO PARA TODAS AS CRIANÇAS NAS CIDADES (!?)

Este capítulo apresentou reflexões e possibilidades para a implantação de *referenciais* de desenvolvimento que integrem a dimensão do cuidado. Tais reflexões priorizaram três abordagens: desenvolvimento(s) outro(s); ecopedagogia, pedagogia do cuidado e cuidado educativo; e perspectivas ecoteológicas. A partir de uma (re)visita etimológica e multidisciplinar ao conceito *cuidado*, realizaram-se abordagens contextualizadas e geograficamente situadas, relacionadas com os modelos de desenvolvimento implantados na América Latina, com o objetivo de sinalizar caminhos possíveis para um desenvolvimento cuidador. As reflexões educativas para um desenvolvimento cuidador no continente foram respaldadas por autoras e autores latino-americanos, e as reflexões teológicas/ecoteológicas estiveram inspiradas nas Teologias da Libertação, especialmente na Teologia Feminista e Ecofeminista. As reflexões e contribuições teóricas apresentadas foram confirmadas e reiteradas pelas pessoas entrevistadas no Projeto Quixote e no DAI/PANI.

Para que o desenvolvimento cuidador aconteça e repercuta positivamente na infância latino-americana, é urgente assumir compromissos nos diferentes espaços/momentos da vida de crianças e adolescentes, para implementar ações e políticas públicas que integrem o

cuidado pessoal, familiar, comunitário, social e vital (re)generativo, com respostas claras e contundentes, que começam com o acompanhamento educativo nos espaços familiares, comunitários e institucionais, e se manifestam nos serviços a eles oferecidos e nas políticas públicas que garantem a efetiva implantação de seus direitos. Este é o caminho para que não falem colos, (a)braços, palavras, silêncios, alegrias, olhares, desejos e amores aos meninos e meninas, principalmente àqueles que ainda não tiveram acesso ao direito de *ser cuidados*.

Importante e impostergável, pois, é descobrir, reiterada e corajosamente, a causalidade entre modelos de desenvolvimento urbano mortíferos, e abandono, exclusão e risco social de crianças e adolescentes nas grandes cidades latino-americanas. Tal situação não admite linguagens abstratas e análises informativas, senão que exige formulações epistemológicas, caminhos metodológicos e opções políticas que fundamentem, apresentem e instaurem novas relationalidades e novos desenvolvimentos, para fazer possível e real o direito de crianças e adolescentes a *territórios de afeto, cuidado e pertencimento*.

## CAPÍTULO 8

### A GUIA DE UMA (IN)CONCLUSÃO

*No cesaremos en la exploración.  
Y el fin de nuestras búsquedas  
será llegar adonde comenzamos.  
Y conocer el lugar por primera vez.<sup>215</sup>*

A tarefa investigativa é um caminho de buscas e descobertas que se percorre coletivamente, em convivência, em convivialidade. A investigação que agora chega ao final deve ser entendida, pois, como um trabalho colaborativo, no qual a realidade urbana das cidades de São Paulo e San José, as organizações participantes – DAI/PANI e Projeto Quixote, a vida e sobrevivência de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social, as obras de diversos autores e autoras, e o estudo e análise realizados pelas investigadoras se juntaram para criar uma conversação em circularidade de vozes, e um percurso compartilhado de passos e pegadas. Dessa forma, o texto que sintetiza o caminho investigativo realizado também pode ser lido e apreendido como um jogo, ou uma brincadeira, em que as categorias dançam epistemologicamente, construindo um tecido de saberes que, em certa medida, questiona e relativiza os conceitos definitivos e definitórios. Entende-se, dessa forma, que a rigidez conceitual, aparentemente serena e definida, impede uma reflexão criativa e em movimento, que brota no/do encontro entre conceitos e realidades. Esse jogo epistemológico pretendeu e buscou ser profundamente acadêmico e, para tanto, enfatizou a pluralização de conceitos e análises, e a busca de alternativas à hegemonia do pensamento.

Tal caminho investigativo esteve respaldado/iluminado pela opção epistemológica e, conseqüentemente, pela *possibilidade* e necessidade de desacomodar a linearidade da lógica investigativa predominante. Assim, em alguns trechos do caminho investigativo, foi necessário deixar alguns conceitos descobertos e outras ideias elaboradas descansando e aguardando o momento propício, para *possibilitar* o despertar da realidade de crianças e adolescentes nos contextos urbanos através da escuta atenta das vozes/experiências das pessoas entrevistadas no Projeto Quixote e no DAI/PANI. Por esse motivo, a conversação com as instituições colaboradoras se deu no decorrer do percurso investigativo, e não apenas

---

<sup>215</sup> Não cessaremos a exploração. E o fim de nossas buscas será chegar aonde começamos. E conhecer o lugar pela primeira vez. ELIOT, Thomas Stearns. Em: **Cuatro cuartetos**. Trad.: José Emilio Pacheco. 1935-1942. Disponível em [www.literatura.us/idiomas/tse\\_cuatro.html](http://www.literatura.us/idiomas/tse_cuatro.html) (Acesso em 21 maio 2019)

ao final do processo. Gerou-se, assim, uma interpelação constante envolvendo o território acadêmico; a realidade urbana e sua relação com a infância vulnerabilizada, percebida e compartilhada pelas pessoas entrevistadas; e a escritura da tese.

Conceber, entender e vivenciar a investigação como um caminho de descobertas e/m convivência possibilitou acolher e suportar, não sem consternação e indignação, dados e realidades que comprovam injustiça e sofrimento envolvendo crianças e adolescentes. A junção e o aprofundamento de categorias inicialmente dispersas, como *desenvolvimento urbano, território e infância vulnerabilizada* possibilitaram a submersão no campo de estudo do Desenvolvimento Regional, com interesses investigativos e perspectivas de estudo particulares, o que levou a um enriquecedor exercício interdisciplinar.

Uma descoberta importante no caminho investigativo foi a vinculação existente entre o *território epistemológico* com o *território-corpo das pessoas menores de idade*. Em outras palavras, as marcas/pegadas/cicatrices evidenciadas no corpo de crianças e adolescentes que vivem e sobrevivem nas ruas dos grandes centros urbanos, denunciam a infância como território invadido, usurpado, maltratado e violado em seus direitos, dignidade e cidadania. Por vezes, seus corpos estão tão maltratados que até sua voz ou seu olhar se desfiguram. Nesses corpos, as cicatrizes são memórias que choram abandono, delatam uma intensa violência e abrigam um grito de socorro, por vezes emudecido no constante ruído urbano. Essa realidade orientou os passos, opções e prioridades na/da investigação.

O caso da morte da menina Ágatha Félix, acontecido no dia 20 de setembro de 2019, após levar um tiro dentro de um veículo no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, quando voltava para casa com sua mãe depois de um passeio, é um triste exemplo da violência urbana contra crianças e adolescentes.<sup>216</sup> Testemunhas indicaram que um policial realizou dois disparos em direção a motociclistas que passavam no local, aparentemente sem armas, e um dos tiros atingiu Ágatha e a matou. Fica evidente, através desse doloroso caso, que a morte de uma criança de oito anos se deu devido à atual “política de segurança pública” do estado do Rio de Janeiro, ou seja, uma política que gera insegurança e morte da população. O território-corpo de Ágatha, morto violentamente e sepultado como uma estrela cujo brilho foi enterrado para sempre, representa um paradigma da violência urbana contra as pessoas menores de idade, e/ou um grito que denuncia o desrespeito e descuido da vida de crianças e adolescentes nos grandes conglomerados urbanos latino-americanos.

---

<sup>216</sup> <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/morte-da-menina-agatha-e-sintoma-tragico-do-que-estamos-vivendo-diz-pesquisador-da-uerj,lac0857e8e5bbd9f691b63f275515941ds4239zh.html> (Acesso em 24 setembro 2019)

No caminho de exploração epistemológica, o *desenvolvimento cuidador* surgiu como uma animadora *proposta/possibilidade* para a promoção e garantia dos direitos das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, através do acesso ao *cuidado* nos diferentes espaços e tempos de seu processo socioeducativo, assim como através da implementação de políticas públicas efetivamente cuidadoras. A vinculação de *um* Desenvolvimento Cuidador com o Bem Viver sinaliza que o desenvolvimento urbano pode e deve deixar-se absorver por pensamentos, princípios e práticas que milenarmente sustentaram histórias, culturas, comunidades e convivências na América Latina, gerando respeito e cuidado das novas gerações. Territórios de afeto, cuidado e pertencimento são imprescindíveis para o desenvolvimento de todas as crianças, entre elas as que se encontram em situação de rua e vulnerabilidade social. O *cuidado* para com a vida, a natureza, o outro - uma exigência para a continuidade de vida no/do planeta Terra – *se aprende!*

A tarefa investigativa que se debruçou sobre a relação entre desenvolvimento urbano e movimentos territoriais de pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social não está concluída. Algumas respostas e sinalizações encontradas iluminam e (des)orientam os passos para seguir por caminhos investigativos que poderão ser nova e reiteradamente percorridos, com revigorada bagagem conceitual, disciplinar, epistemológica e metodológica. Isso ajudará nas decisões que devem ser tomadas nas encruzilhadas epistêmicas e na espreita para além dos horizontes metodológicos visíveis. Os pés levarão a poeira de novos conhecimentos e segredarão histórias de crianças que sofrem, para motivar o (re)início da investigação, na busca por chegar, quem sabe, a novas (in)conclusões, ordenadas, desordenadas e caóticas. Tal percurso poderá conduzir a lugares e tempos longínquos, ou talvez próximos, mas acolherá sempre a alegre companhia de crianças que desejam sorrir e viver intensamente sua infância, e de pessoas e organizações dispostas a sanar feridas, unindo amor, coragem, luta, proteção, escuta, profissionalismo, compromisso e atenção, em um ritual de cuidado para fazer valer os direitos das pessoas menores de idade.

Os caminhos são feitos pelos pés e pelas pegadas de quem por eles percorre, e por quem se considera filho/filha da terra. O final desse caminhar investigativo encontrou novos territórios, e alguns territórios já conhecidos. O *desafio*, agora, é habitá-los, debruçando-se respeitosamente sobre seu chão, suas memórias, seus sofrimentos e suas esperanças, e conhecê-los como se fosse por primeira vez.

Pienso que el cielo es un lugar donde vamos a participar de una gran fiesta, con mucha comida, nadie va a quedarse con hambre. En el cielo va a haber

frutas bien ricas, queques, dulces y una comida tan rica como la que hacía mi mamá. A mí me gustaría que el cielo fuera aquí y ahora. (Guilherme, 11 años).<sup>217</sup>

---

<sup>217</sup> Penso que o céu é um lugar onde vamos participar de uma grande festa, com muita comida, ninguém vai ficar com fome. No céu vai ter frutas bem gostosas, bolos, doces e uma comida tão gostosa como a que fazia minha mãe. Eu gostaria que o céu fosse aqui e agora.” (Guilherme, 11 anos). Em: LEME, 2008, p. 109.

## REFERÊNCIAS

ACHTERBERG, Jeanne. **Woman as Healer**. Rider. Londres, 1991.

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir. Uma oportunidade de imaginar outro mundo. Em: **Um campeão visto de perto**. Uma análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Ed.: STIFTUNG, Heinrich Böll. Série Democracia. Rio de Janeiro: Grupo Smart Printer, 2012. P. 198-216. Disponível em [https://br.boell.org/sites/default/files/democracia\\_inside\\_a\\_champion\\_port\\_final.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final.pdf) (Acesso em 03 julho 2019)

ACOSTA, Alberto & SCHULDT, Jürgen. Algunos elementos para repensar el desarrollo. Una lectura para pequeños países. Em: **El desarrollo en la globalización. El reto de América Latina**. Compilador: Alberto Acosta. Quito: Nueva Sociedad, 2000.

ACSELRAD, Henri. **Movimentos por justiça versus senso comum ambiental**: a degradação ambiental não é democrática. O que é justiça ambiental. Gramond Universitária. 2008. Cap. 1 (p. 10-45).

ADAMS, Telmo. Gabriela Mistral e a educação de nossas crianças. Em: STRECK, Danilo R. (Org.). **Fontes da pedagogia latino-americana**. Uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. P. 211-229.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Prefácio. Em: LESCHER, Auro Danny; BEDOIAN, Graziela. **Refugiados urbanos**. Rematriamento de crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Peirópolis, 2017.

AGUILAR, María Del Milagro Solís (Coord.). **Estudio exploratorio de niños, niñas y adolescentes trabajadores/as en espacios públicos**. Departamento Observatorio Municipal: Municipalidad de San José, 2017.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Bem Viver como paradigma de desenvolvimento**: utopia ou alternativa possível? Em: Revista Desenvolvimento Meio Ambiente, v.40, p. 231-251, abril 2017.  
DOI: 10.5380/dma.v40i0.48566

ALVARADO, Sara Victoria; LLOBET, Valeria. Introducción. Em: LLOBET, Valeria (Comp.). **Pensar la infancia desde América Latina**. Un estado de la cuestión. (p. 27-32). Buenos Aires: CLACSO, 2013.

ÁLVAREZ, Alexander Pérez. **Maniobras de la sobrevivencia en la ciudad**: territorios de trabajo infantil y juvenil en los espacios públicos del centro de Medellín. Colección Ensayos Laborales n. 14. Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2005.

ALVES, José Augusto Lindgren. **A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e os paradoxos de Copenhague**. Em: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 40, n. 1. Brasília, Jan/Jun 1997. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291997000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000100006) (Acesso em 18 janeiro 2018)

ALVES, Rubem. **Estórias de quem gosta de ensinar**. 9ª Ed. Campinas: Papyrus, 2005.

ANAYA, Felisa; PAULA, A.M.N.R. **Di-visões sobre Desenvolvimento Sustentável: concepções e críticas**. Argumentos (Unimontes), v. 12, p. 87-106, 2016.

ANCHIETA, José de. **Minhas cartas**. Coletânea de Manuscritos. São Paulo: Associação Comercial, s/d.

\_\_\_\_\_. Carta do Irmão José de Anchieta a Santo Inácio de Loyola. Em: **Terra Santa de São José de Anchieta**. São Paulo: Digesto Econômico. Março/Abril 2014. Ano LXIII – No 477.

ANDRADE, Carlos Drummond. **A rosa do povo**. 37ª Ed. Rio de Janeiro: 2007.

ANDRADE, Fábio Santos de. Reflexões sobre a criança, o adolescente e a rua. Em: GUIMARÃES, Solange et.al. (Org.). **Ruação**. Das epistemologias da rua à política da rua. Vol. 1. Série Palavração. Pesquisa e vulnerabilidades. Cuiabá: EDUFMT, Ed. Sustentável, 2014. P. 181-200.

ARÁOZ, Horacio Machado. **El territorio moderno y la geografía (colonial) del capital**. Una arqueología mínima. Em: Memoria y Sociedad 19, n.º 39 (2015): 174-191. <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.mys19-39.tmgc>

ARIZA, Marília B. A. Crianças / Ventre Livre. Em: SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. P. 177-183. (Versão digital)

ASSMANN, Hugo. **Placer y ternura en la educación**. Hacia una sociedad aprendiente. Madrid: Narcea, 2002.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9ª Ed. Campinas: Papyrus, 2012.

AUSTRIN, Ricardo Salas. **Ética intercultural**. Ensayos de una ética discursiva para contextos culturales conflictivos. (Re)lectura del pensamiento latinoamericano. Quito: Abya-Yala, 2006.

AZAR FILHO, Celso Martins. **Considerações esparsas sobre a relação entre virtude, natureza e educação no Renascimento**. Em: Revista Princípios; Natal: UFRN, v. 6, nº 7, p; 03-27. Jan/dez 1999. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/viewFile/669/613> (Acesso em 27 fevereiro 2018)

BELGRAVE, Laura Fuentes. **¿Cantar, rezar y colorear?** Educación religiosa en Costa Rica. Prácticas docentes y percepciones de estudiantes sobre la educación religiosa en Costa Rica. Informe Final de Resultados de Investigación. Heredia, Observatorio de lo Religioso / EECR / UNA, 2017. (Texto en proceso de publicación).

BERISSO, D.; GIULIANO, F. **La educación como práctica de convivialidad**. Una conversación con Raúl Fonet-Betancourt. Em: Revista del Cisen Tramas / Maepova. Vol. 3, N° 1. Abril de 2015. P. 157. Disponível em <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/cisen/article/view/6917/6237> (Acesso em 24 abril 2019)

BEUCHOT, Mauricio. **El fundamento de los derechos humanos en Bartolomé de las Casas**. Em: Revista Portuguesa de Filosofia. T52, Fasc. ¼. 1996, pp. 97-95. Disponível em [https://www.jstor.org/stable/40419409?read-now=1&seq=4#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/40419409?read-now=1&seq=4#page_scan_tab_contents) (Acesso em 08 fevereiro 2019)

BOFF, Leonardo. **O cuidado essencial**: princípio de um novo ethos. Em: Inclusão Social, Vol. 1, no 1. 2005.

\_\_\_\_\_. Ecologia: um novo paradigma. Em: **Ecologia, mundialização e espiritualização**. São Paulo: Ática, 1993.

BOGDAN, Robert C. & BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Ed., 1994.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**, de 07 de febrero de 2009. Disponível em <https://ftierra.org/index.php/generales/14-constitucion-politica-del-estado> (Acesso em 12 junho 2019)

BONINO, Miguéz. **La fe en busca de eficacia**. Una interpretación de la reflexión teológica latinoamericana de liberación. Salamanda: Sígueme, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Prefeitura do Município de São Paulo. **Lei 16.050**, de 31 de julho de 2014. Aprova a política de desenvolvimento urbano e o Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo e revoga a lei 13.430/2002. Disponível em [https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE\\_SUPLEMENTO-DOC.pdf](https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf) (Acesso em 26 abril 2019)

\_\_\_\_\_. SDR / Secretaria de Políticas do Desenvolvimento Regional. Ministério da Integração Nacional. **Decreto 6.047**, de 22 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Institui a política nacional de desenvolvimento regional e dá outras providências. Disponível em [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915) (Acesso em 22 janeiro 2018)

\_\_\_\_\_. Prefeitura do Município de São Paulo. **Lei 13.430**, de 13 de setembro de 2002. Institui o Plano Diretor Estratégico e o Sistema de Planejamento e Gestão do desenvolvimento urbano do município de São Paulo. Disponível em [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp\\_obras/arquivos/plano\\_diretor\\_estrategico.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_obras/arquivos/plano_diretor_estrategico.pdf) (Acesso em 26 abril 2019)

\_\_\_\_\_. **Lei Federal 10.257**, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm) (Acesso em 22 janeiro 2018)

\_\_\_\_\_. **Lei Federal 8069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

Disponível em

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) (Acesso em 29 abril 2019)

BUSATO, Joelma; BERNARTT, Maria de Lourdes. **Universidade e Desenvolvimento: a concepção de desenvolvimento da UTFPR Câmpus Pato Branco**. Informe GEPEC, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 131-149, mar. 2014. ISSN 1679-415X. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/6472/6993>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

CÁCERES, Milton; ANDRADE, María Cecilia. **Hacia um nuevo movimiento campesino**. Nuevos paradigmas para las luchas sociales. Serie Pensamiento Alternativo. Quito: Nexos Culturales, 2006.

CAMORS, Jorge. A pedagogia social na América Latina. Em: **Pedagogia Social**. Org.: Roberto da Silva, João Clemente de Souza Neto, Rogério Moura. 2ª Ed. São Paulo: Expressão e Arte, 2011.

CÂNDIDO, Marcos. **Meninos de rua, meninos na rua: as novas formas de ver e enfrentar a questão**. Mimeo, Bahia, 1996.

CARVALHO, Edézio Teixeira de; PRANDINI, Fernando Luiz. Áreas urbanas. Em: **Geologia de engenharia**. Ed.: OLIVEIRA, Antonio Manoel dos Santos; BRITO, Sérgio Nertan Alves de. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998, p. 487-497.

CARVALHO, Fernanda Torres et al. Comportamentos sexuais de risco em crianças e adolescentes em situação de risco: vulnerabilidade a doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS. Em: MORAIS, Normanda Araújo et al. **Endereço desconhecido**. Crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CNBB. **Quem acolhe o menor a mim acolhe**. Texto Base da Campanha da Fraternidade. Brasília: Fórmula, 1987.

COCCO, Giuseppe. A mobilização democrática das metrópoles: entre brasilianização do mundo e devir-cidade das favelas! Em: **Governança das metrópoles: conceitos, experiências e perspectivas**. Coord.: ANTUNES, Ivan. São Paulo: Annablume, 2010, p.49-74.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Coleção Passo-a-passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

COLARES, Marcos. A efetivação do ECA: pistas para uma política pública. Em: **Crianças, adolescentes e violência**. Subsídios à IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Cadernos ABONG N° 29. Org.: ABONG e Fórum DCA. São Paulo: ABONG, 2001.

COMITÉ PARA OS DIREITOS DA CRIANÇA. **Comentário Geral nº 8.** O direito da criança à proteção contra o castigo físico e outras formas cruéis ou degradantes de castigo. Genebra: 2006.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância.** 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COSTADOAT, Jorge. **La hermenéutica en las teologías contextuales de la liberación.** Em: Teología y Vida. Vol. 46, nº 1-2. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2005. P. 56-74.

COSTA RICA. PENDHS – **Programa Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible.** San José: Programa Estado de la Nación. 2000-2017.

COSTA RICA. Municipio de San José. PDM - **Plan de Desarrollo Municipal de San José.** Municipalidad de San José: 2012-2016. Disponível em <https://www.msj.go.cr/MSJ/Municipalidad/SiteAssets/PLAN%20DE%20DESARROLLO%20MUNICIPAL%202012-2016%20MODIFICADO%20al%2001-07-2014.pdf> (Acesso em 29 abril 2019)

\_\_\_\_\_. **Lei 7739** de 06 de fevereiro de 1998. Código de la Niñez y la Adolescencia. Constitui o marco jurídico mínimo para a proteção integral dos direitos das pessoas menores de idade. Disponível em <https://www.mep.go.cr/ley-reglamento/ley-n%C2%BA-7739-codigo-ninez-adolescencia> (Acesso em 29 abril 2019)

\_\_\_\_\_. Unión Nacional de Gobiernos Locales. **Lei 7794**, de 30 de abril de 1998. Institui o Código Municipal Comentado. San José: 2014. Disponível em <http://ungl.or.cr/sites/all/themes/ungl/img/Codigo-Municipal-2014.pdf> (Acesso em 29 abril 2019)

\_\_\_\_\_. **Constitución Política de la República de Costa Rica**, de 07 de novembro de 1949. Disponível em <http://ungl.or.cr/LeyesSitioMunicipal/Constitucionales/ConstitucionPoliticaCostaRica.pdf> (Acesso em 22 junho de 2019)

COUTO, Mía. Na berma de nenhuma estrada. Em: **Na berma de nenhuma estrada e outros contos.** Lisboa: Caminho, 2001.

CUSSIÁNOVICH, Alejandro. **Aprender la condición humana.** Ensayo sobre la pedagogía de la ternura. 2ª Ed. Peru: Ifejant, 2010.

DALLABRIDA, Valdir R. Território. Desterritorialização. Reterritorialização. Em: **Dicionário.** Desenvolvimento Regional. Coord.: SIEDENBERG, Dieter Rugard. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006, 161-162.

DARÍO, Rubén. **Obra poética de Rubén Darío.** 2ª Ed. Managua: Hispamer, 2011.

DÁVALOS, Pablo. **Reflexiones sobre el sumak kawsay (el buen vivir) y las teorías del desarrollo**. Em: América Latina en movimiento. 2008. Disponível em <https://www.alainet.org/es/active/25617> (Acesso em 03 julho 2019)

DEBRAVO, Jorge. Hombre. Em: **Entre los poetas míos**. Colección Antológica de Poesía Social. Vol. 52. Biblioteca Virtual Omegalfa. Disponível em <file:///C:/Users/Cecilia/Downloads/cuaderno-de-poesia-critica-n-052-jorge-debravo.pdf> (Acesso em 28 março 2019)

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34. 1997.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3ª ed. rev. e ampl. – 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, Genebaldo Freire. **Um resumo didático dos cenários e desafios socioambientais**. São Paulo: Gaia, 2008.

DIERCKXSENS, Wim; SILVA, Silvia Regina de Lima. **Solidaridad y cuidado: en búsqueda de una economía en función de la vida**. Em: Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana (RIBLA). Quito: 2016.

DI VIRGILIO, María Mercedes et al. Las Huellas de la pobreza en la ciudad. Em: DI VIRGILIO, María Mercedes; OTERO, María Pía; BONIOLO, Paula (Coord.). **Pobreza urbana en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: CLACSO, 2011.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. Crítica à ideologia da exclusão. Coleção Pesquisa e Projeto. São Paulo: Paulus. 2017.

\_\_\_\_\_. **Ética comunitária**. Trad.: Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 1994.

EBELING, Gerhard. **O pensamento de Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, 1988.

ELIOT, Thomas Stearns. Em: **Cuatro cuartetos**. Trad.: José Emilio Pacheco. 1935-1942. Disponível em [www.literatura.us/idiomas/tse\\_cuatro.html](http://www.literatura.us/idiomas/tse_cuatro.html) (Acesso em 21 maio 2019)

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESPINOSA, María Fernanda. Del neoliberalismo ecológico a la ecología de la liberación. Em: **El desarrollo en la globalización**. El reto de América Latina. Compilador: Alberto Acosta. Quito: Nueva Sociedad, 2000.

ESTERMANN, Josef. **Si el sur fuera el norte: chakans interculturales entre Andes y Occidente**. La Paz: Abya Yala, 2008.

FERNANDES, Rogério. **Da palmatória à internet**. Uma revisitação da profissão docente. Em: Revista Brasileira de História da Educação. N° 11. Jan/Jun 2006. Disponível em

<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/157/166> (Acesso em 27 fevereiro 2018)

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. A natureza da problemática socioambiental. Em: **Ensaio em Ciências Ambientais**. Crises, riscos e racionalidades. Org.: Sandro Dutra e Silva et al. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. P. 153-164.

FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. Em: SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. P. 48-55. (Versão digital)

FERREIRO, Emilia. **La escritura antes de la letra**. CPU-e, Revista de Investigación Educativa [en línea] 2006, (Julio-Diciembre): Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=283121724001>> (Acesso em: 09 março 2018).

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo**. São Paulo: FIPE / SMADS, 2015.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e educação**. Em: Revista Brasileira de Educação. Nº 23. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. 2003, p.16-35.

FLEURI, Reinaldo Matias et al. Prefácio. Em: FLEURI, Reinaldo Matias et al. **Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver**. Blumenau: Edifurb, 2013.

FLORIT, Luciano Félix. **Ética ambiental ocidental e os direitos da natureza**. Contribuições e limites para uma ética socioambiental na América Latina. Em: Revista Pensamento Actual. Vol. 17 - Nº 28. Universidad de Costa Rica / Sede de Occidente. 2017.

\_\_\_\_\_. **Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social**. Em: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Vol. 36, Abril 2016. UFPR. DOI: 10.5380/dma.v36i0.41624

FORNET-BETANCOURT, Raúl. **Questões de método para uma filosofia intercultural a partir de Ibero-América**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

\_\_\_\_\_. **Hacia una filosofía intercultural latinoamericana**. Colección Universitaria. San José: DEI, 1994b.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Laudato Si***. Sobre el cuidado de la casa común. 2015. Disponível em <https://www.vidanuevadigital.com/wp-content/uploads/2015/06/Laudato-Si-ES.pdf> (Acesso em 19 setembro 2019).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia de la esperanza**. México: SigloVeintiuno, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8ª Ed. São Paulo: Ática, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da terra: ecopedagogia e educação sustentável.** Em: **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI.** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ecopedagogia e Educação para a Sustentabilidade.** Palestra proferida em 1998. Versão original em: Revista Escola Pública. Universidade Federal do Mato Grosso. Vol. 2. N. 2. Out/1992.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 2ª Ed. Coleção L&PM Pocket. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GALLARDO, Helio. **Elementos de investigación académica.** 29ª reimp. de la 1ª ed. San José: UNED, 2005.

GEBARA, Ivone. **Feminist Theology in Latin America: A Theology without Recognition.** Feminist Theology, 2008. DOI: 10.1177/0966735008091397. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0966735008091397> (Acesso em 29 abril 2019)

\_\_\_\_\_. **Las aguas de mi pozo.** Reflexiones sobre experiencias de libertad. Montevideo: Dobleclíc, 2005.

\_\_\_\_\_. **Rompendo o silêncio.** Uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Intuiciones ecofeministas.** Colección Estructuras y Procesos. Serie Religión. Madrid: Trotta, 2000b.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Crítica ao conceito de desenvolvimento.** Em: PEGADA, v.3, n.1. 2002. Disponível em <https://doi.org/10.33026/peg.v3i1.798> (Acesso em 26 junho 2019)

GREGORI, Maria Filomena. **Viração.** Experiências de meninos de rua. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GUDYNAS, Eduardo. **Derechos de la Naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales.** Buenos Aires, Tinta Limón, 2015. [Cap. 1. Los valores y la Naturaleza]

\_\_\_\_\_. **Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo.** Em: Revista América Latina en Movimiento, n° 462, 2011. Disponível em <https://www.alainet.org/es/active/48052> (Acesso em 03 julho 2019)

\_\_\_\_\_. **Ecología, economía y ética del Desarrollo Sostenible.** 5ª Ed. Montevideo: CLAES, 2004.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir o la disolución de la idea de progreso. Em: ROJAS, Mariano (coord.). **La medición del progreso y del bienestar: propuesta desde América Latina.** México: Foro Consultivo Científico y Tecnológico. México: AC, 2011.

\_\_\_\_\_. **El buen vivir más allá del desarrollo.** Ecuador: Quehacer, 2008. Disponível em [http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0709/4.El\\_buen\\_vivir\\_mas\\_all%C3%A1\\_del\\_desarrollo.pdf](http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0709/4.El_buen_vivir_mas_all%C3%A1_del_desarrollo.pdf) (Acesso em 12 junho 2019)

GUIJARRO, Ester Massó. **Ubuntu, satyagraha y derechos humanos.** Policentrismo de fuentes en la (cultura de) paz. Em: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades (online). 2009, (66), 185-202. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39348723011> (Acesso em 19/09/2019).

GUILLÉN, José. Urbs Roma. **Vida privada y costumbres de los romanos.** 1. La vida pública. Salamanca, Sígueme, 1977. Volumen 1.

GUIMARÃES, Solange T. de Lima et al. Memórias merleau-freirianas e perspectivas de trajetórias. Em: GUIMARÃES, Solange et.al. (Org.). **RuAção.** Das epistemologias da rua à política da rua. Vol. 1. Série PalavrAção. Pesquisa e vulnerabilidades. Cuiabá: EDUFMT, Ed. Sustentável, 2014, p.369-377.

GUTIÉRREZ, Francisco & PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária.** São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 1999.

GUTIÉRREZ, Francisco. **20 años de lenguaje total.** Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación. N° 36. 1990. Disponível em <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2009> (Acesso em 29 abril 2019)

GUTIÉRREZ, Luisa González. **A ras del suelo.** 3ª Ed. San José: Ed. Costa Rica, 1974.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2017.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização.** Do fim dos territórios à multiterritorialidade. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2014.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite.** Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014b.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes.** Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins, 2014.

HENAO, Myriam Salazar; GÓMEZ, Patricia Botero. Política, niñez y contextos de vulnerabilidad. Trazos narrativos en un contexto local de Colombia. Em: LLOBET, Valeria (Compiladora). **Pensar la infancia desde América Latina.** Un estado de la cuestión. Colección Red de Posgrados en Ciencias Sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2013.

HEVIA, Antonio Elizalde. Hacia un mundo sin exclusiones: reflexiones sobre el bienestar, la sinergia y las necesidades humanas. Em: **El desarrollo en la globalización.** El reto de América Latina. Compilador: Alberto Acosta. Quito: Nueva Sociedad, 2000.

HUGO, Víctor. **Los miserables.** Madrid: Edimat. 2012.

ILLICH Iván. **Juicio a la escuela.** Texto de Gustavo Cirigliano. 2ª Ed. Buenos Aires: Humanitas, 1974.

IUCN - UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCES. **World Conservation Strategy**. Living Resource Conservation for Sustainable Development. IUCN, UNEP, WWF: 1980. Disponível em <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/wcs-004.pdf> (Acesso em 18 janeiro 2018)

JIMÉNEZ, Henry Mora; HINKELAMMERT, Franz J. **Hacia una economía para la vida**. San José: DEI, 2005.

JONHSON, Elizabeth A. **La que es**. El misterio de Dios en el discurso teológico feminista. Traducción: Víctor Morla Asensio. Barcelona: Herder, 2002.

KUHNEN, Tânia Aparecida. É possível ir além dos animais sencientes na definição dos limites da comunidade moral? Argumentos ecocêntricos e a resposta biocêntrica na bioética ambiental. Em: **Ética e direitos dos animais**. Org.: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Série Ethica. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

LARA, René Unda; ERAZO, Daniel Llanos. Producción social de infancias en contextos de cambios y transformaciones rurbanas. En: LLOBET, Valeria (Compiladora). **Pensar la infancia desde América Latina**. Un estado de la cuestión. Colección Red de Posgrados en Ciencias Sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2013.

LATOUCHE, Serge. O decrescimento. Por que e como? Em: NASCIMENTO e LÉNA (Orgs.) **Enfrentando os limites do crescimento**. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Gramond, 2012.

LEME, Maria Cecilia Garcez. **Desafíos didácticos para la enseñanza religiosa**. Descubriendo caminos hacia una educación para la vida. San José: Sebila, 2014.

\_\_\_\_\_. Pedagogia social crítica e teologias da libertação: caminhos que se encontram na práxis latino-americana. Em: **Teologías latinoamericanas de la liberación: pasión, crítica y esperanza**. Vol. 1. Editor: Jonathan Pimentel. San José: Sebila, 2010, p. 215-240.

\_\_\_\_\_. **Las cicatrices de la fe en el cuerpo de las personas menores de edad: la violencia religiosa en las prácticas educativas**. Em: Revista Teológica Vida y Pensamiento. Vol. 30, N° 1. San José: UBL/Sebila, 2010b, p. 147-174.

\_\_\_\_\_. **Osando decir la propia historia**. El protagonismo político-pedagógico de la educación social en la calle. San José: Sebila, 2008.

LESCHER, Auro Danny; BEDOIAN, Graziela. **Refugiados urbanos**. Rematriamento de crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Peirópolis, 2017.

LESCHER, Auro Danny; LOUREIRO, Cláudio. Refugiados urbanos. Em: LESCHER, Auro Danny; BEDOIAN, Graziela (org.). **Setor Ensino**. Projeto Quixote. São Paulo: Quixote, 2007.

LEVINÁS, Emmanuel. **Nombres propios**. Madrid: Fundación Emmanuel Mounier, 2008.

\_\_\_\_\_. **Entre nosotros**. Ensayos para pensar en otros. Valencia: Pre-Textos, 1993.

LIMA, Márcia Maria Tait; GITAHY, Leda Maria Caia. **Diálogos entre epistemologias feministas, princípio do bem viver e contribuições éticas e epistêmicas de ações coletivas latino-americanas**. UNICAMP, 2017. Texto preparado para apresentação no Congresso de 2017 da Associação de Estudos Latino-Americanos, Lima, Peru, 29 de abril a 01 de maio de 2017. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/328655598\\_Dialogos\\_entre\\_epistemologias\\_feministas\\_principio\\_do\\_bem\\_viver\\_e\\_contribuicoes\\_eticas\\_e\\_epistemicas\\_de\\_acoes\\_coletivas\\_latino-americanas](https://www.researchgate.net/publication/328655598_Dialogos_entre_epistemologias_feministas_principio_do_bem_viver_e_contribuicoes_eticas_e_epistemicas_de_acoes_coletivas_latino-americanas) (Acesso em 12 junho 2019)

LLOBET, Valeria. La producción de la categoría “niño-sujeto-de-derechos” y el discurso *PSI* en las políticas sociales en Argentina. Una reflexión sobre el proceso de transición institucional. Em: LLOBET, Valeria (Compiladora). **Pensar la infancia desde América Latina**. Un estado de la cuestión. Colección Red de Posgrados en Ciencias Sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2013.

MACHADO, Antonio. **Campos de Castilla**. 4ª Ed. Editor: Geoffrey Ribbans. España: Cátedra, 2008.

MAFFESOLI, Michel. **Sobre o nomadismo**. Vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**. Da Antiguidade aos nossos dias. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Os professores e as novas correntes. Lima: Mundial, 1925. Em: PERICÁS, Luis Bernardo. **Mariátegui sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2007. P. 59-63.

MARICATO, Ermínia. **O Ministério das Cidades e a política urbana no Brasil**: quais as ações do Ministério desde sua criação, os problemas e desafios enfrentados. Em: Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, nº 156. São Paulo: PINI, março de 2007, pp. 64-65. Disponível em <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/156/artigo44395-1.aspx> (Acesso em 14 fevereiro 2019).

MARKUS, Cledes. A construção do Bem Viver como alternativa ao paradigma de desenvolvimento. Em: **Territórios e desenvolvimentos contestados**: diálogos, resistências e alternativas. Org.: CECCHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lilian Blanck de. Série Saberes em diálogo. Blumenau: Edufurb, 2015. P. 85-106.

MARRE, Diana. De infancias, niños y niñas. En: LLOBET, Valeria (Compiladora). **Pensar la infancia desde América Latina**. Un estado de la cuestión. Colección Red de Posgrados en Ciencias Sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2013.

MARTÍ, José. **Ensayos Americanos I** – selección a cargo de Elías Zeledón Cartín. San José: Guayacán, 1995.

\_\_\_\_\_. **Obras completas**. II Volumen. La Habana: Editorial Lex, 1953.

MARTÍNEZ, Tomás. **Treinta años de Metamorfosis Urbana Territorial en el Valle Central**. 21º Informe de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible. 2014. Disponível em

[https://estadonacion.or.cr/files/biblioteca\\_virtual/021/ordenamiento/Martinez\\_Uso\\_del\\_suelo\\_del\\_Valle\\_Central.pdf](https://estadonacion.or.cr/files/biblioteca_virtual/021/ordenamiento/Martinez_Uso_del_suelo_del_Valle_Central.pdf) (Acesso em 29 abril 2019)

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS, Hugo Juliano Duarte; FRANCISCHINI, Rosângela. Crianças em situação de rua: trabalho e processos de socialização. Em: MORAIS, Normanda Araújo; NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. **Endereço desconhecido**. Crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MATTOS, Carlos A. de. Reestructuración, crecimiento y expansión metropolitana en las economías emergentes latinoamericanas. Em: **Ciudades y regiones frente al avance de la globalización**. Compiladores: GORENSTEIN, Silvia; CARA, Roberto Bustos. Red iberoamericana de investigadores en globalización y territorio. Universidad Nacional del Sur: 1998, p.13-38.

MAY, Tim. **Pesquisa social**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desenvolvimento à escala humana**. Conceção – aplicação – reflexos posteriores. Coleção Sociedade e Ambiente 6. Blumenau: Edifurb, 2012.

MELIÁ, Bartomeu. Educação guarani segundo os Guarani. Em: **Fontes da pedagogia latino-americana**. Uma antologia. STRECK, Danilo R. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2010. P. 37-53.

MÉNDEZ, José Mario Méndez. Justicia Cultural. Em: **Enciclopédia Latino-Americana dos Direitos Humanos**. Org.: SIDEKUM, Antonio; WOLKMER, Carlos; RADAELLI, Samuel Manica. Blumenau: Edifurb-Nova Petrópolis-Nova Harmonia, 2016. P. 517-520.

\_\_\_\_\_. **Temporalidad y educación**: la construcción de temporalidades humanizantes desde los procesos educativos. En: Revista de Teología Siwo, N° 3, 2010. San José: Sebila.

\_\_\_\_\_. **La mediación educativa frente al cultivo de la violencia**: un aporte desde la perspectiva intercultural. En: Revista de Teología Siwo, N° 1, Volumen 1, 2008.

MERINO, Hugo Zemelman. **Voluntad de conocer**. El sujeto y su pensamiento en el paradigma crítico. México, DF: Anthropos. Centro de Investigaciones Humanísticas de la Universidad Autónoma de Chiapas, 2005.

MIES, María e SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**, Fernwood Publications/Zed Books, Halifax/London/New Jersey, 1993.

MORAIS, Normanda Araújo; NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. Crianças e adolescentes em situação de rua: história, caracterização e modo de vida. Em: MORAIS, Normanda Araújo; NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. **Endereço desconhecido**. Crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MUSALO, Karen; FRYDMAN, Lisa; CERNARDAS, Pablo Ceriani (Coordenadores e Editores). **Niñez y migración en Centro y Norte América:** causas, políticas, prácticas y desafíos. Universidad Nacional de Lanus e University of California Hastings College of the Law, 2015.

NASSIF, Ricardo. **José Martí (1853-1895)**. UNESCO: Oficina Internacional de Educación, 1999. Texto publicado originalmente en *Perspectivas: revista trimestral de educación comparada* (París, UNESCO: Oficina Internacional de Educación), vol. XXIII, N° 3-4, 1993.

NILDECOFF, María Teresa. **¿Maestro pueblo o maestro gendarme?** Argentina: Biblioteca, Col. Praxis, 1974.

OLIEVENSTEIN, C. **Le destin du toxicomane**. Paris: Fayard, 1983.

ONU. **Convenção dos Direitos da Criança**, de 20 de novembro de 1989. Tratado ratificado por 196 países que visa à proteção de crianças e adolescentes de todo o mundo. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> (Acesso em 29 abril 2019)

\_\_\_\_\_. Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo. **Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo**. 1992. Disponível em [http://www.culturalrights.net/descargas/drets\\_culturals410.pdf](http://www.culturalrights.net/descargas/drets_culturals410.pdf) (Acesso em 18 janeiro 2018)

\_\_\_\_\_/ Organização Mundial da Saúde. **Global consultation on violence and health**. Violence: a public health priority. Geneva: WHO, 1996. (document WHO / EHA / SPI. POA. 2)

\_\_\_\_\_. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Relatório Brundtland**. Nosso Futuro Comum. 2ª Ed. Rio de Janeiro: 1991.

ORTIZ, Jorge Arturo Chaves. **De la utopia a la política econômica:** para una ética de las políticas económicas. Salamanca - Madrid: San Esteban – EDIBESA, 1999.

OSPINA-ALVARADO et al. Construcción social de la infancia en contextos de conflicto armado en Colombia. En: LLOBET, Valeria (Compiladora). **Pensar la infancia desde América Latina**. Un estado de la cuestión. Colección Red de Posgrados en Ciencias Sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2013.

PASTORAL DO MENOR. **A criança e a igreja no Brasil**. Cadernos de Formação nº 1. Santa Catarina: Ed. Dehon, 1992.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade**. Em: *Revista Saúde e Sociedade* 7(2): 19-31, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n2/03> (Acesso em 13 fevereiro 2019)

PIOVEZANA, Leonel. Territórios contestados: história (e resistência) da ocupação das terras indígenas. Em: CECCHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lilian Blanck (Orgs.). **Territórios e desenvolvimentos contestados:** diálogos, resistências e alternativas. Série Saberes em diálogo. Blumenau: Edifurb, 2015, p. 175-194.

PLATA, Ludwig Einstein Agurto & FIUZA, Alexandre Leitão. **Tipologia para identificar o setor rural do Estado de São Paulo a partir dos dados do censo demográfico de 2010**. VIII Workshop de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza. Em: Sistemas produtivos - da inovação à sustentabilidade (2013).

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

POZZER, Adecir; CECCHETTI, Elcio. **Colonialidade do saber e formação docente: ensaios para epistemotodologias interculturais**. Em: Série Saberes em Diálogo. Filosofia da Educação entre devires, interrupções e aberturas – outro mundo contemplado. Orgs.: HARDT, Lúcia Schneider; MOURA, Rosana Silva. Blumenau: Edifurb, 2016.

PUTERO, Lorena et.al. América del Sur: crisis mundial, desarrollo y economía social. Em: SAÑUDO, María Fernanda (ed.). **Desarrollo**. Prácticas y discursos emergentes en América Latina. Grupo de Trabajo “Nuevas perspectivas sobre el desarrollo”. Bogotá: Instituto Pensar – CLACSO. 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latino-americanas. Coleção Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. El fantasma del desarrollo en América Latina. Em: ACOSTA, Alberto (org.). **El desarrollo en la globalización**. El reto de América Latina. Quito: Nueva Sociedad, 2000.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Desenvolvimento, Pós-Estruturalismo e Pós-Desenvolvimento**. A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. Em: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 26, nº 75, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n75/09.pdf> (Acesso em 12 fevereiro 2019)

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Série Temas. Vol. 29. Geografia e política. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. São Paulo: FGV, 1981.

REIS, Raquel Maria Pimentel Oliveira. **Descolonizar e desenvolver: leituras e olhares a partir de uma perspectiva intercultural**. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2010. Disponível em: [http://www.bc.furb.br/docs/DS/2010/349061\\_1\\_1.pdf](http://www.bc.furb.br/docs/DS/2010/349061_1_1.pdf). Acesso em: 3 julho 2019.

REIS, Raquel Maria P. O.; OLIVEIRA, Lilian Blanck. Decolonizar o desenvolvimento!?: reflexões para gerar outras formas de ser, viver e desenvolver. Em: CECCHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lilian Blanck (Orgs.). **Territórios e desenvolvimentos contestados: diálogos, resistências e alternativas**. Série Saberes em diálogo. Blumenau: Edifurb, 2015, p. 107-124.

RESTREPO, Luis Carlos. **O Direito à ternura**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RIBEIRO, Cristina Silveira; MALTA, Wilson; MAGALHÃES, Teresa. **O castigo físico de crianças**. Estudo de revisão. Em: Revista Portuguesa de Dano Corporal. Universidade de

Coimbra, 2011. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/4229> (Acesso em 27 fevereiro 2018).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Global, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RIECHMANN, Jorge. **El socialismo puede llegar sólo en bicicleta**. Madrid: Catarata, 2012.

RIVERA-PAGÁN, Luis. **La teología en los albores del siglo XXI**. Cuadernos de Ateneo Teológico. Barcelona: Lupa Protestante, 2008.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência: o caso de São Paulo, Brasil. Em: **Brasil urbano**. Org.: FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio Moraes. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p.111-129.

\_\_\_\_\_. **O que é cidade**. Coleção Primeiros Passos. 4ª reimpr. da 1ª ed. de 1988. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNIK, Raquel & KLINK, Jeroen. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano**: por que nossas cidades continuam tão precárias? Em: Novos Estudos, CEBRAP, n° 89. São Paulo, Mar. 2011.

ROSZAK, Theodore. **El nacimiento de una contracultura**: reflexiones sobre la sociedad tecnocrática y su oposición juvenil. 7ª Ed. Barcelona: Kairós, 1981.

SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia** - teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento**. Em: Estudos Avançados, v. 9. n. 25. São Paulo. Set/Dez 1995. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141995000300004&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000300004&lng=pt&tlng=pt) (Acesso em 18/01/2018)

\_\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce et al. **Bem viver para a próxima geração**: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecosocioeconomia. São Paulo: Saúde Soc., v. 26, n.I, p. 40-50, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902017166634> (Acesso em 13 junho 2019)

\_\_\_\_\_. Ecodesenvolvimento e políticas públicas. **Territórios e Desenvolvimentos Contestados**: diálogos, resistências e alternativas. Org.: CECCHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lilian Blanck. Série Saberes em Diálogo. Blumenau: Edifurb, 2015.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; DALLABRIDA, Ivan Sidney. **Ecossocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia.** Curitiba: Revista da FAE, v. 12, p. 17-33, jul/dez. 2009.

SANTANA, Juliana Prates; DONINELLI, Thaís Mesquita; KOLLER, Sílvia Helena. Trajetória de vinculação institucional de crianças e adolescentes em situação de rua. Em: MORAIS, Normanda Araújo; NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. **Endereço desconhecido.** Crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Em: *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 63 | 2002, colocado online no dia 01 outubro 2012, criado a 22 junho 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/1285> ; DOI : 10.4000/rccs.1285 (Acesso em 22 junho 2019)

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** 3ª. reimpr. da 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2013.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço, técnica e tempo.** Razão e emoção. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade.** São Paulo: Cortez, 1995.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Florestan Fernandes e a educação.** Em: *Estudos Avançados*. Vol. 10, nº 26. São Paulo, Jan/Abr 1996. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141996000100013> (Acesso em 29 abril 2019)

SCHWARCZ, Lilia M; GOMES, Flávio (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade.** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. (Versão digital)

SEGUNDO, Juan Luis. **Liberación de la teología.** Cuadernos Latinoamericanos 17. Buenos Aires – México: Ed. Carlos Lohlé, 1975.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** 5ª Ed. São Paulo: Schwarcz, 2016.

SEN, Amartya & KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar.** A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVA, Mauricio. Da sustentabilidade social à legitimidade: novas exigências à racionalidade do gestor público. In: PHILIPPI JR., Arlindo et al. **Gestão de natureza pública e sustentabilidade.** Barigui, SP: MANOLE, 2012.

SHIVA, Vandana. Sobrevivamos: mujeres, ecología y desarrollo. Em: **Teología y Género**. Selección de textos. Comp.: AJO, Clara Luz; DE LA PAZ, Marianela. La Habana: Caminos, 2002.

SIEDENBERG, Dieter Rugard; VALENTIM, Rosa. Crescimento Econômico. Em: **Dicionário**. Desenvolvimento Regional. Coord.: Dieter Rugard. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SILVA, Silvia Regina de Lima. **Desconocer lugares, asumir la palabra**: teorías de género y reflexión bíblico-teológica en América Latina. Em: Revista Pasos, n° 116. San José: DEI, 2005.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Em: Estudos Avançados, n° 18. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2017.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

STERMANN, Josef. **Crisis civilizatória y Vivir Bien**: una crítica filosófica del modelo capitalista desde el allin kawsay / suma qamaña andino. Ed: Centro de Investigación Sociedad y Políticas Públicas. Polis Revista Latinoamericana (CISPO), 33 / 2012. Disponível em <https://journals.openedition.org/polis/8476> (Acesso em 14 junho de 2019)

TÁMEZ, Elsa. Hermenéutica feminista latinoamericana: una mirada retrospectiva. Em: **Teología y género** – elección de textos. Comp.: Clara Luz Ajo, Marianela de la Paz. La Habana: Editorial Caminos, 2002.

TELLO, César; MAINARDES, Jefferson. **Pluralismos e investigación en política educativa**: una perspectiva epistemológica. Em: Revista Mexicana de Investigación. V.20, N°66. México: 2015. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-66662015000300005](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662015000300005) (Acesso em 24 junho 2019)

THEIS, Ivo M. Territórios contestados e desenvolvimento desigual: perspectivas e desafios para a América Latina. Em: **Territórios e Desenvolvimentos Contestados**: diálogos, resistências e alternativas. Org.: CECCHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lilian Blanck. Série Saberes em Diálogo. Blumenau: Edifurb. 2015, p. 33-60.

UNICEF. **Desarraigados en Centroamérica y México**. Los niños migrantes y refugiados se enfrentan a un círculo vicioso de adversidad y peligro. Serie: La infancia en peligro, 2018. Disponível em [https://www.unicef.org/lac/sites/unicef.org.lac/files/2018-08/20180817\\_UNICEF-ChildAlert-2018-CentralAmericaMexico\\_SPA.pdf](https://www.unicef.org/lac/sites/unicef.org.lac/files/2018-08/20180817_UNICEF-ChildAlert-2018-CentralAmericaMexico_SPA.pdf) (Acesso em 17 janeiro 2019)

\_\_\_\_\_. **A familiar face.** Violence in the lives of children and adolescents. Nova York: Division of Data, Research and Policy, November, 2017.

\_\_\_\_\_/ CEPAL. **Pobreza infantil en los pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina.** Santiago: Naciones Unidas, 2012. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/3981-pobreza-infantil-pueblos-indigenas-afrodescendientes-america-latina> (Acesso em 29 abril 2019)

\_\_\_\_\_/ Mundo Afro/ Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación. **Manual de los Afrodescendientes de las Américas y el Caribe.** Bogotá: Gente Nueva, 2006.

\_\_\_\_\_. **III Informe del Estado de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia en Costa Rica.** San José: UNICEF, 2002. Disponível em [https://www.unicef.org/costarica/docs/cr\\_pub\\_EDNA\\_III\\_CR.pdf](https://www.unicef.org/costarica/docs/cr_pub_EDNA_III_CR.pdf) (Acessado em 29 abril 2019)

VERHELST, Thierry. **O direito à diferença sul-norte: identidades culturais e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

VUOLA, Elina. **El derecho a la vida y el sujeto femenino.** Em: Revista Pasos, n° 88. San José: DEI, 2000.

WALSH, Catherine. **Entretejiendo lo pedagógico y lo decolonial: luchas, caminos y siembras de reflexión-acción para resistir, (re)existir y (re)vivir.** Disponível em <https://alternativas.osu.edu/assets/files/ebooks/WALSH%20final%20compacto.pdf>, 2017. (Acesso em 29 abril 2019)

\_\_\_\_\_. **Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas.** Joaçaba: Visão Global, v.15, n. 1-2, p. 61-74. Jan/Dez 2012.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidad, Estado, Sociedad.** Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Abya-Yala, 2009.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidad, Plurinacionalidad y Decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado.** Bogotá: Tábula Rasa, n. 9, p. 131-152. Julio-Diciembre 2008.

**Apêndice 1 – Encontros dialogados - roteiro de/para entrevista semiestruturada**

INSTITUIÇÃO:

( ) PANI – San José

( ) Projeto Quixote – São Paulo

Nome (opcional): \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Cargo e/ou atividade que ocupa e/ou desenvolve: \_\_\_\_\_

**1. O que é desenvolvimento urbano?**

- a. Para você o que é desenvolvimento urbano?
- b. Para você o desenvolvimento urbano interfere na situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social? Como?
- c. Como você avalia o desenvolvimento urbano (em SP ou em SJ) no período de 2000 a 2017?

**2. Como se dá o processo de des(re)territorialização das pessoas menores de idade na cidade?**

- a. De acordo com as experiências do seu trabalho, de onde chegam as crianças e os adolescentes que vivem ou perambulam na rua? Bairros da cidade? Outras cidades?
- b. Como as crianças e os adolescentes reagem e como eles se organizam quando chegam às ruas?
- c. Como você percebe e explica os movimentos territoriais (ocupação, organização, desocupação, relações, sobrevivência, etc.) das pessoas menores de idade em situação de vulnerabilidade social: da casa ou comunidade para as ruas e os movimentos nas ruas?

**3. Qual é a relação entre cidade e infância vulnerabilizada?**

- a. O que você compreende por infância? E por infância vulnerabilizada?
- b. Como você avalia a situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social no período de 2000 a 2017 (em SP ou SJ).
- c. Em sua opinião, quais medidas deveriam ser tomadas, em nível regional, nacional e comunitário, para melhorar a situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social?

**4. Como você caracteriza o Projeto Quixote (ou o PANI)?**

- a. Para você o que é o Projeto Quixote (ou o PANI)?
- b. Para você quais são os maiores desafios enfrentados pelo Projeto Quixote (ou o PANI) de 2000 a 2017?
- c. Para você quais são as maiores conquistas do Projeto Quixote (ou o PANI) de 2000 a 2017?

**5. Algo mais que você gostaria de dizer?**

## Apêndice 2 - Autorização institucional do PANI para realização de entrevistas

www.furb.br

**FURB**  
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

**PROPEX - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO,  
EXTENSÃO E CULTURA  
COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA EM SERES HUMANOS - CEPH**

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO  
PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA**

Este formulário deve ser preenchido (por todo acadêmico de Graduação ou Pós-Graduação que deseja realizar a pesquisa) como instrumento de solicitação e autorização do local da pesquisa.

**Para ser preenchido pelo Pesquisador:**

<b>Título:</b>	Territórios e afetos roubados: o desenvolvimento urbano e a des(re)territorialização das pessoas menores de idades em situação de rua e de risco social
<b>Pesquisador Responsável:</b>	Maria Cecília Garcez Leme
<b>Acadêmicos:</b>	Maria Cecília Garcez Leme
<b>Tipo de trabalho:</b>	<input type="checkbox"/> TCC <input type="checkbox"/> IC <input type="checkbox"/> Dissertação <input type="checkbox"/> Monografia <input checked="" type="checkbox"/> Outros    Qual?    Tese de doutorado
<b>Objetivos:</b>	O presente projeto de pesquisa visa investigar o desenvolvimento urbano e os processos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na região central das cidades de São Paulo - Brasil e San José - Costa Rica de 2000 a 2016.
<b>Metodologia:</b>	O estudo da relação entre desenvolvimento urbano e processos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na região central da cidade de São Paulo - Brasil e San José - Costa Rica de 2000 a 2016 será realizado considerando o enfoque metodológico qualitativo. a.A primeira etapa de pesquisa compreenderá uma revisão bibliográfica para estabelecer os conceitos relacionados a desenvolvimento, infância vulnerabilizada e des(re)territorialização. b.A segunda etapa de pesquisa compreenderá uma caracterização do desenvolvimento urbano de São Paulo e San José no período de 2000 a 2016, mediante uma análise de bibliografia especializada na área de planejamento urbano. c.A terceira etapa consistirá em conhecer os movimentos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na região central das cidades de São Paulo e San José no período de 2000 a 2016, através de uma análise do registro de dados das Prefeituras dessas cidades e/ou outras organizações. d.A quarta etapa tratará de pesquisar as possíveis causas dos movimentos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na região central das cidades de São Paulo e San José no período de 2000 a 2016, através de entrevistas dirigidas a pessoas integrantes do Projeto Quixote e do PANI. e.A última etapa de pesquisa abordará a relação entre o desenvolvimento urbano e os

CPF: 82.662.958/001-02  
Inscrição Estadual: 250.974.665  
Reconhecimento pelo Poder Judiciário nº 117 de 13/02/1998  
D.O.U. de 14/03/1998  
Município: Foz de Iguaçu  
Universidade Regional de Blumenau

CAMPUS I - Central - Rua Antônio de Velho, 142 - V. Itaipó - Blumenau - SC - Tel: (47) 3321-0200 - Fax: (47) 3322-8818  
CAMPUS II - Convênio Tecnológico - Rua São Paulo, 2250 - Rocas do Sul - Blumenau - SC - Tel: (47) 3321-6000 - Fax: (47) 3321-6001  
CAMPUS III - Rua São Paulo, 2171 - Itaipó - Blumenau - SC - Tel: (47) 3321-7300  
CAMPUS IV - Futuro Complexo de Saúde e Hospital Regional Universitário - Rua Samuel Moore, s/nº - Foz de Iguaçu - 89258-010 - Blumenau - SC  
CAMPUS V - Horto Florestal Experimental - Foz de Iguaçu, Jorge Lacerda, s/nº - 89110-000 - Geleza - SC - Tel: (47) 3322-0238  
CAMPUS VII - Fund. de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí - FUNP-VI - Estr. das Trêsguas, s/nº - 89120-000 - Timóteo - SC - Tel: (47) 3382-0512

www.furb.br

**FURB**  
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

	movimentos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na região central das cidades de São Paulo e San José no período de 2000 a 2016, através da análise entre os dados obtidos nas etapas anteriores e os principais indicadores que norteiam o estudo: desenvolvimento urbano e infância vulnerabilizada. A construção das etapas da pesquisa, os tempos e as prioridades, serão definidos no caminho, em co-participação com a professora orientadora e as pessoas envolvidas nas experiências socioeducativas do Projeto Quixote e do PANI, o que possibilitará que a investigação se converta em uma construção de aprendizagens individuais e coletivas, tanto para a pesquisadora, como para as instituições acadêmicas e as pessoas e experiências socioeducativas envolvidas. Esta opção metodológica indica o desejo ético-epistemológico de alcançar um olhar compreensivo e respeitoso a partir da complexidade, abolindo as dicotomias, as soluções simplistas, os dogmas científicos e as verdades absolutas que, muitas vezes, caracterizam o que fazer acadêmico e/o educativo.
--	---

**Data da solicitação:** 14/7/2017

**Para ser preenchido pelo local onde será realizada a pesquisa:**

**INSTITUIÇÃO:** *Tribunal Nacional de Im Defensoria*

**ÓRGÃO/DEPTO:** *Procuradoria Geral*

<b>Responsável:</b>	<b>Nome:</b> <i>Ane Tereza Jörn Saery</i>
	<b>Cargo:</b> <i>Procuradora Geral</i>
	<b>Assinatura e carimbo:</b> <i>[Assinatura]</i>

**Data da aprovação:** 1/9/17

CPF: 82.662.958/001-02  
Inscrição Estadual: 250.974.665  
Reconhecimento pelo Poder Judiciário nº 117 de 13/02/1998  
D.O.U. de 14/03/1998  
Município: Foz de Iguaçu  
Universidade Regional de Blumenau

CAMPUS I - Central - Rua Antônio de Velho, 142 - V. Itaipó - Blumenau - SC - Tel: (47) 3321-0200 - Fax: (47) 3322-8818  
CAMPUS II - Convênio Tecnológico - Rua São Paulo, 2250 - Rocas do Sul - Blumenau - SC - Tel: (47) 3321-6000 - Fax: (47) 3321-6001  
CAMPUS III - Rua São Paulo, 2171 - Itaipó - Blumenau - SC - Tel: (47) 3321-7300  
CAMPUS IV - Futuro Complexo de Saúde e Hospital Regional Universitário - Rua Samuel Moore, s/nº - Foz de Iguaçu - 89258-010 - Blumenau - SC  
CAMPUS V - Horto Florestal Experimental - Foz de Iguaçu, Jorge Lacerda, s/nº - 89110-000 - Geleza - SC - Tel: (47) 3322-0238  
CAMPUS VII - Fund. de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí - FUNP-VI - Estr. das Trêsguas, s/nº - 89120-000 - Timóteo - SC - Tel: (47) 3382-0512

### Apêndice 3 - Autorização institucional do Projeto Quixote para realização de entrevista



www.furb.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

**PROPEX - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA  
COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA EM SERES HUMANOS - CEPH**

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA**

Este formulário deve ser preenchido (por todo acadêmico de Graduação ou Pós-Graduação que deseje realizar a pesquisa) como instrumento de solicitação e autorização do local da pesquisa.

**Para ser preenchido pelo Pesquisador:**

<b>Título:</b>	Territórios e afetos roubados: o desenvolvimento urbano e a des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social		
<b>Pesquisador</b>	Maria Cecília Garcez Leme		
<b>Responsável:</b>	Maria Cecília Garcez Leme		
<b>Acadêmicos:</b>	Maria Cecília Garcez Leme		
<b>Tipo de trabalho:</b>	<input type="checkbox"/> TCC	<input type="checkbox"/> IC	<input type="checkbox"/> Dissertação <input type="checkbox"/> Monografia
	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	Qual? Tese de doutorado	
<b>Objetivos:</b>	O presente projeto de pesquisa visa investigar o desenvolvimento urbano e os processos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na região central das cidades de São Paulo - Brasil e San José - Costa Rica de 2000 a 2016.		
<b>Metodologia:</b>	<p>O estudo da relação entre desenvolvimento urbano e processos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na região central da cidade de São Paulo - Brasil e San José - Costa Rica de 2000 a 2016 será realizado considerando o enfoque metodológico qualitativo.</p> <p>a. A primeira etapa de pesquisa compreenderá uma revisão bibliográfica para estabelecer os conceitos relacionados a desenvolvimento, infância vulnerabilizada e des(re)territorialização.</p> <p>b. A segunda etapa de pesquisa compreenderá uma caracterização do desenvolvimento urbano de São Paulo e San José no período de 2000 a 2016, mediante uma análise de bibliografia especializada na área de planejamento urbano.</p> <p>c. A terceira etapa consistirá em conhecer os movimentos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na região central das cidades de São Paulo e San José no período de 2000 a 2016, através de uma análise do registro de dados das Prefeituras dessas cidades e/ou outras organizações.</p> <p>d. A quarta etapa tratará de pesquisar as possíveis causas dos movimentos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na região central das cidades de São Paulo e San José no período de 2000 a 2016, através de entrevista dirigida a pessoas integrantes do Projeto Quixote e do PANI.</p> <p>e. A última etapa de pesquisa abordará a relação entre o desenvolvimento urbano e os</p>		

CNPJ: 02.462.958/0001-02  
 Inscrição Estadual: 252.974.665  
 Registro em Cartão de Identificação: 01/11/2008  
 nº 117 de 13/02/1998  
 C.O.L. de 14/02/1998  
 Matrícula: 14/02/1998  
 Registro de Imóveis: 14/02/1998

CAMPUS I - Central - Rua Antônio de Melo, 140 - Victor Konder - 89012-900 - Blumenau SC - Tel: (47) 3321-0200 - Fax: (47) 3322-6618  
 CAMPUS II - Complexo Tecnológico - Rua São Paulo, 3250 - Rodovia Sene - 89030-000 - Blumenau SC - Tel: (47) 3321-6000 - Fax: (47) 3321-4001  
 CAMPUS III - Rua São Paulo, 2171 - Itaipava - 89050-900 - Blumenau SC - Tel: (47) 3321-7000  
 CAMPUS IV - Futuro Complexo de Saúde e Hospital Regional Universitário - Rua Samuel Moroni, s/nº - Foz de Itajaí - 89058-010 - Blumenau SC  
 CAMPUS V - Instituto Tecnológico Experimental - Rodovia Jorge Lacerda, s/nº - 89110-000 - Garopaba SC - Tel: (47) 3332-0239  
 CAMPUS VI - Faculdade de Educação - Rua Santa Helena, s/nº - 89120-000 - Timóteo SC - Tel: (47) 3382-0512



www.furb.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

	<p>movimentos de des(re)territorialização das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social na região central das cidades de São Paulo e San José no período de 2000 a 2016, através da análise entre os dados obtidos nas etapas anteriores e os principais indicadores que norteiam o estudo: desenvolvimento urbano e infância vulnerabilizada.</p> <p>A construção das etapas da pesquisa, os tempos e as prioridades, serão definidos no caminho, em co-participação com os professores orientadores e as pessoas envolvidas nas experiências socioeducativas do Projeto Quixote e do PANI, o que possibilitará que a investigação se converta em uma construção de aprendizagens individuais e coletivas, tanto para a pesquisadora, como para as instituições acadêmicas e as pessoas e experiências socioeducativas envolvidas. Esta opção metodológica indica o desejo ético-epistemológico de alcançar um olhar compreensivo e respeitoso a partir da complexidade, abdicando as dicotomias, as soluções simplistas, os dogmas científicos e as verdades absolutas que, muitas vezes, caracterizam o que fazer acadêmico e o educativo.</p>
--	---

Data da solicitação: 14/7/2017

**Para ser preenchido pelo local onde será realizada a pesquisa:**

**INSTITUIÇÃO:** ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO PROJETO QUIXOTE

**ÓRGÃO/DEPTO:**

<b>Responsável:</b>	<p>Nome: GABRIELA APREÇEDA PEDONATI                  Cargo: COORDENADORA GERAL                  Assinatura e carimbo:</p>
---------------------	---

Data da aprovação: 14/07/2017

*Gabriela Bedonati*  
 17464610  
 CPF: 1370573863  
 CEP: 06739360-7

CNPJ: 02.462.958/0001-02  
 Inscrição Estadual: 252.974.665  
 Registro em Cartão de Identificação: 01/11/2008  
 nº 117 de 13/02/1998  
 C.O.L. de 14/02/1998  
 Matrícula: 14/02/1998

CAMPUS I - Central - Rua Antônio de Melo, 140 - Victor Konder - 89012-900 - Blumenau SC - Tel: (47) 3321-0200 - Fax: (47) 3322-6618  
 CAMPUS II - Complexo Tecnológico - Rua São Paulo, 3250 - Rodovia Sene - 89030-000 - Blumenau SC - Tel: (47) 3321-6000 - Fax: (47) 3321-4001  
 CAMPUS III - Rua São Paulo, 2171 - Itaipava - 89050-900 - Blumenau SC - Tel: (47) 3321-7000  
 CAMPUS IV - Futuro Complexo de Saúde e Hospital Regional Universitário - Rua Samuel Moroni, s/nº - Foz de Itajaí - 89058-010 - Blumenau SC  
 CAMPUS V - Instituto Tecnológico Experimental - Rodovia Jorge Lacerda, s/nº - 89110-000 - Garopaba SC - Tel: (47) 3332-0239  
 CAMPUS VI - Faculdade de Educação - Rua Santa Helena, s/nº - 89120-000 - Timóteo SC - Tel: (47) 3382-0512

**Apêndice 4 - Síntese das respostas / PANI**

<b>DESENVOLVIMENTO</b>			
<b>QUESTÃO</b>	<b>CONCORDÂNCIAS</b>	<b>DISCORDÂNCIAS</b>	<b>ASPECTOS MAIS RELEVANTES</b>
<p>1. Para você, o que é desenvolvimento urbano?</p>	<p>Desenvolvimento urbano são as estratégias das entidades nacionais para fomentar diferentes áreas, como educação, saúde e serviços básicos.</p> <p>Desenvolvimento urbano é o progresso para as pessoas.</p>	<p>Desenvolvimento urbano é a modernização da cidade, que se manifesta na construção de edifícios e na geração de empregos.</p> <p>Desenvolvimento urbano é o crescimento da cidade, não somente no nível da infraestrutura, mas sim da qualidade de vida da população, que se manifesta na assistência e serviços para os habitantes.</p>	<p>O desenvolvimento urbano tem relação com as comunidades do país, com as prefeituras e bairros marginalizados, principalmente aqueles que têm menor desenvolvimento nos setores de educação, saúde e serviços básicos.</p> <p>O desenvolvimento urbano acelerado pode provocar desintegração de famílias, pois traz maior responsabilidade para a mulher, que deve assumir trabalhos fora de casa e os filhos ficam desassistidos.</p>
<p>2. Para você, o desenvolvimento urbano interfere na situação das pessoas menores de idade? Como?</p>	<p>Tanto o planejamento urbano quanto o desenvolvimento urbano não têm feito suficientes esforços para garantir melhora na situação das pessoas menores de idade.</p> <p>O desenvolvimento urbano tem priorizado outras áreas, não há preocupação pelas pessoas menores de idade.</p>	<p>O desenvolvimento urbano não interfere na situação das pessoas menores de idade, pois não as leva em conta.</p> <p>O desenvolvimento urbano impacta e interfere na situação das pessoas menores de idade, de diferentes formas.</p> <p>O desenvolvimento urbano pode ajudar as famílias a ter maior ingresso econômico. No entanto, se não for bem planejado e se não houver um crescimento integral urbano, o desenvolvimento urbano leva as pessoas menores de idade a</p>	<p>As pessoas menores de idade se acostumam a viver nas ruas, sem acesso a serviços básicos e sem garantia de seus direitos fundamentais. O desenvolvimento urbano incorpora e justifica essa situação.</p> <p>As necessidades das pessoas menores de idade não são contempladas no desenvolvimento urbano.</p> <p>O desenvolvimento urbano obriga pais e mães a sair de suas casas e as crianças ficam desassistidas.</p> <p>O desenvolvimento urbano traz mais tecnologias e mais perigos para as pessoas menores de idade. O desenvolvimento urbano faz crescer o narcotráfico e a dependência de drogas entre as pessoas menores de idade.</p> <p>O desenvolvimento urbano faz crescer a prostituição infantil, mesmo que não se vejam as pessoas menores de</p>

		<p>situações de risco.</p>	<p>idade exercendo a prostituição nas ruas.</p> <p>O desenvolvimento urbano provoca perda de valores entre as pessoas adultas, o que leva ao abuso sexual das pessoas menores de idade.</p> <p>A carência de serviços básicos às pessoas menores de idade as leva a delinquir, a entrar no narcotráfico e nas gangues, à exploração sexual, ao tráfico de pessoas.</p> <p>As condições socioeconômicas e socioculturais nas quais as pessoas menores de idade se desenvolvem, nos bairros em situação de vulnerabilidade, interferem e marcam sua vida.</p>
<p>3. Como você avalia o desenvolvimento urbano em San José no período de 2000 a 2017?</p>	<p>Desenvolvimento urbano desordenado, pouco planejado, flutuante, dependente de trâmites e questões burocráticas.</p> <p>Falta de planejamento e congruência para realizar uma análise real de qual situação deve receber a intervenção pública para um desenvolvimento urbano satisfatório.</p>	<p>O desenvolvimento urbano está relacionado (vinculado) com interesses políticos.</p> <p>O desenvolvimento urbano está relacionado com a migração, com a chegada de estrangeiros ao país.</p> <p>O desenvolvimento urbano está relacionado com os governos locais de cada Cantón.</p>	<p>Desenvolvimento urbano é uma questão política, de interesses políticos envolvidos.</p> <p>Importante considerar o desenvolvimento dos Cantones para entender o desenvolvimento urbano de São José e seus problemas.</p> <p>Em San José o desenvolvimento urbano é diferente, o prefeito precisa de votos e para isso investe na infraestrutura, como ciclovias, bulevares, etc. As prioridades orçamentárias atendem o mercado artesanal, as atividades massivas (carnaval, festival da luz, festejos populares, corrida de touros). Faltam investimentos para geração de empregos, acesso a serviços públicos, melhora da educação.</p> <p>Desenvolvimento urbano não planejado contribui para a diferenciação de classes sociais, leva famílias para os bairros periféricos (vulnerabilidade social) e provoca desterritorialização das pessoas menores de idade. Pessoas menores de idade migram para a cidade em busca de sobrevivência, mas encontram outras situações de risco que as levam a delinquir, ao tráfico e consumo de drogas e à exploração.</p>

			<p>Trajetória e metamorfoses do PANI a cada governo estão relacionadas com o modelo de desenvolvimento urbano assumido.</p> <p>Projetos para as pessoas menores de idade em situação de rua são bem desenhados (infraestrutura, pessoal, diferentes dinâmicas), mas demora muito para que sejam implantados. A realidade e o perfil das pessoas menores de idade mudam muito rapidamente, e os projetos perdem atualidade e eficácia.</p> <p>Migração está influenciando o desenvolvimento urbano em San José. Os estrangeiros buscam o <i>sonho costarricense</i>. Esse fenômeno aumenta a população nos bairros periféricos e de maior vulnerabilidade social, com altos índices de desemprego. Assim, as crianças já nascem em situação de vulnerabilidade, com violação de direitos, vítimas de violência familiar. Vivenciam situações de tráfico e prostituição infantil. Esse é o perfil das pessoas menores de idade institucionalizadas no PANI.</p>
<b>TERRITÓRIO</b>			
<p>1. De acordo com as experiências de seu trabalho, de onde chegam as crianças e os adolescentes que vivem ou permanecem na rua? Bairros da cidade? Outras cidades?</p>	<p>As pessoas menores de idade chegam de diferentes Províncias (principalmente as costeiras e fronteiriças), como também dos setores e bairros marginalizados (em situação de vulnerabilidade social).</p> <p>As pessoas menores de idade em situação de rua se concentram principalmente em San José.</p> <p>Os movimentos mais intensos de migração das pessoas</p>	<p>As pessoas menores de idade provêm dos bairros periféricos de San José e são, na sua maioria, nicaraguenses.</p> <p>As pessoas menores de idade provêm de diferentes Províncias e fazem movimentos <i>migratórios</i> promovidos institucionalmente, ou seja, migram para ser atendidos em San José.</p>	<p>As mudanças territoriais das pessoas menores de idade em situação de rua podem ser analisadas a partir das mudanças no atendimento do DAI. Tal atendimento incorpora três fases.</p> <p>A primeira fase de atendimento do DAI vai até 2013, concentrando o chamado <i>Programa de Rua</i> no Albergue <i>La Garita</i>. Entre 2005 e 2006, havia maior visibilidade das pessoas menores de idade nas ruas, pois eram atendidas no Albergue. Não havia uma rede de apoio adequada, nem institucional, nem nacional. As pessoas menores de idade buscavam diferentes tipos de atendimento e passavam de um albergue a outro para cumprir medidas judiciais. Devido à falta de resposta para as pessoas menores de idade em diferentes situações violatórias (consumo de</p>

	<p>menores de idade para San José aconteceram entre 2006 e 2010.</p> <p>A rua representa o acúmulo das muitas formas de violação de direitos. Antes de chegar à situação de rua, as pessoas menores de idade já vivenciaram abusos, negligência, situações de extrema pobreza, abandono de suas famílias e comunidades.</p> <p>O atual perfil das pessoas menores de idade em situação de rua tem as seguintes características: envolvimento com gangues e narcotraficantes. Muitos já não dormem nas ruas, podem pagar um quarto de hotel para passar a noite, mas nem por isso deixam de estar em situação de rua.</p> <p>Atualmente, as pessoas menores de idade atendidas pelo DAI não se caracteriza apenas por uma situação de rua, mas também pelo envolvimento com grupos delitivos organizados, tentativas de homicídio, roubo agravado, violência doméstica cometidas por elas contra outras pessoas da família.</p>		<p>drogas, conflitos com a lei, condutas delitivas), o albergue La Garita recebia pessoas menores de idade de todo o país, com diferentes perfis e tipos de conduta delitiva. Não era possível dar uma resposta comum para situações diferentes, específicas e complexas. O Albergue reunia pessoas menores de idade vítimas de violação, com incapacidades severas, crianças pequenas que apenas estavam iniciando um perfil de não permanência em sua casa, por negligência de seus familiares.</p> <p>A segunda fase de atendimento do DAI, a partir de 2013, se concentra na <i>atenção imediata</i>, cuja proposta era criar e oferecer um ambiente amigável para as pessoas menores de idade que estavam em condição de rua. Eram oferecidos serviços básicos, como comida, banho e recreação, com o intuito de atraí-los para atividades educativas para que saíssem da rua. Esse projeto não alcançou os resultados esperados, pois quando iniciou, o perfil das pessoas menores de idade já tinha mudado. A instituição continuou a não oferecer respostas suficientes nas Províncias e as pessoas menores de idade se concentravam em San José e no atendimento do DAI. A instituição PANI fez das pessoas menores de idade migrantes. Ou seja, a migração das pessoas menores de idade para San José foi institucionalmente implantada, por falta de recursos, respostas e atendimento em cada região do país.</p> <p>A terceira fase do DAI é o momento atual. O DAI já não tem albergues, pois as pessoas menores de idade devem ser atendidas nas suas Províncias e regiões. Cada uma das 10 direções regionais do PANI deve ter ou criar albergues para atender três perfis: crianças de 0 a 12 anos mistas; adolescentes homens; adolescentes mulheres. Cada Província deve assumir essa população na sua região, evitando deslocamento geográfico para San José. Além disso, as pessoas menores de idade podem desenvolver um sentido de pertencimento na sua região de origem.</p>
--	--	--	--

			<p>Uma forma de movimento territorial que fazem as pessoas menores de idade se relaciona com as estruturas existentes para seu atendimento (rede de atendimento). É o que se pode chamar <i>migração institucional</i>. Se a concentração do atendimento está em San José, o PANI faz com que as pessoas menores de idade migrem para esta cidade e aí permaneçam nos albergues ou nas ruas. Por outro lado, está o Poder Judiciário que encaminha a pessoa menor de idade para o PANI, ou em alguns casos, para outras instituições. Existe o PANI que não pode <i>prender</i> as pessoas menores de idade. Existem instituições que poderiam assumir o atendimento das pessoas menores de idade consumidoras de drogas, por exemplo, mas que não as recebem por falta de estrutura ou de preparação. Algumas instituições só recebem as pessoas menores de idade se estão intoxicadas, com abuso de substâncias, e não é o caso de muitas crianças e adolescentes atendidos pelo PANI.</p> <p>Atualmente, existem novas formas de locomoção das pessoas menores de idade em situação de rua, influenciadas pela tecnologia. Por exemplo, a exploração sexual já não é visível em San José, mas é contratada pelas redes sociais e acontece principalmente nas zonas de fronteira.</p>
<p>2. Como as crianças e os adolescentes reagem e como se organizam quando chegam à rua?</p>	<p><i>Rua</i> não é apenas um espaço físico e/ou geográfico. A <i>rua</i> também simboliza muitas situações violatórias que podem acontecer em outros espaços.</p> <p>Não existe um padrão de comportamento, a reação e a organização das pessoas menores de idade quando chegam à rua acontecem de muitas formas, dependendo de sua personalidade e das alianças que necessitam fazer para</p>	<p>O albergue é um lugar de proteção.</p> <p>O albergue é um lugar para que as pessoas menores de idade se conheçam e se organizem para cometer atos delitivos.</p>	<p><i>Rua</i> é a identificação do espaço público (físico), mas é também um conceito que leva ao simbólico. Falar de pessoas menores de idade em situação de rua não é, necessariamente, falar apenas daquelas que se encontram nos espaços públicos da cidade.</p> <p>O período de 2008 a 2013 foi o mais complicado para o atendimento das pessoas menores de idade em situação de rua. Foi o período de atendimento no Albergue <i>La Garita</i>. No espaço do albergue aconteceu de tudo: consumo de drogas entre as pessoas menores de idade e os funcionários, roubos, violência, relações sexuais. A equipe do DAI fazia a denúncia e, às vezes, no mesmo dia, os envolvidos no problema voltavam para o albergue e a equipe tinha que recebê-los, pois era uma ordem judicial.</p>

	<p>sobreviver.</p> <p>Algumas reações das pessoas menores de idade quando chegam à rua: medo, necessidade de pertencimento e de identificação, sentem falta da família, buscam companhia e espaços de proteção.</p> <p>Para sobreviver na rua, a maioria se organiza em grupos, onde iniciam o consumo e a dependência de drogas, cometem assaltos e outros atos delitivos, trabalham para narcotraficantes. Muitos são violentados, ameaçados e morrem nessa atividade.</p>	<p>Perdeu-se autoridade para realizar o trabalho.</p> <p>Isso aconteceu porque o que o PANI oferecia (albergue) não era o adequado naquelas condições. As dinâmicas eram inesperadas, não se podia medi-las, controlá-las, nada era previsível. As pessoas menores de idade tinham históricos muito diferentes, pensamentos diferentes, formas de atuar diferentes. Houve apoio e intervenção policial várias vezes. O albergue estava sempre nas notícias, a população atendida era muito complexa, o problema evoluiu e o albergue foi incendiado em 2013 por um adolescente. Hoje, a maioria dos adolescentes que foram atendidos no Albergue <i>La Garita</i> são maiores de idade e estão presos. Isso confirma que o Estado não ofereceu uma resposta adequada para a problemática que vivia as pessoas menores de idade naquela época.</p> <p>Quando chegam à rua, algumas pessoas menores de idade buscam a proteção de uma pessoa adulta para sobreviver. Formam, assim, <i>famílias</i> na rua: tios, sobrinhos, primos.</p> <p>A rua é uma situação de risco e está ligada a uma série de outras situações violatórias para as pessoas menores de idade, como consumo e tráfico de drogas, exploração sexual. A droga mais usada, atualmente, são comprimidos psiquiátricos, vendidos ilegalmente no centro de San José. Há um alto índice de ameaças, violência e alguns morrem no tráfico.</p> <p>Existem algumas instituições que atendem as pessoas menores de idade dependentes de drogas, no entanto o trabalho é desarticulado. Isso dificulta e inviabiliza sua recuperação, pois as pessoas menores de idade se movimentam de instituição para instituição e não se recuperam da dependência de drogas.</p> <p>Ao chegar à rua, as pessoas menores de idade procuram um grupo para <i>pertencer</i> e para se <i>identificar</i>. Quando existe um albergue que as receba, se movimentam entre a rua e o albergue, pois o identificam como um lugar seguro,</p>
--	--	---

			<p>onde podem dormir e sentir-se protegidos. No entanto, é também no albergue onde se organizam para consumir drogas e cometer atos delitivos.</p> <p>Atualmente, a dinâmica de atenção e atendimento do DAI melhorou, mas o perfil das pessoas menores de idade em situação de rua continua complexo: fabricam armas, roubam celulares, usam e traficam drogas, altos índices delinqüenciais.</p> <p>Um albergue já não é solução para o atendimento dessa população, pois pode favorecer a continuidade de sua situação de rua e de risco, pois é um espaço para se conhecerem, para se organizarem em grupos para se apoiarem nos atos delitivos.</p>
<p>3. Como você percebe e explica os movimentos territoriais (ocupação, organização, desocupação, relações, sobrevivência, etc.) das pessoas menores de idade em situação de vulnerabilidade social: da casa ou comunidade para as ruas e os movimentos nas ruas?</p>	<p>A rua não é apenas o espaço público visível. As dinâmicas da rua e para estar na rua estão em constante mudança.</p> <p>Existem múltiplos movimentos territoriais das pessoas menores de idade na rua. É impossível definir uma dinâmica, pois vai depender de cada história.</p> <p>A mobilidade na rua está relacionada com necessidades e atividades das pessoas menores de idade: sobrevivência, assaltos, prostituição, fuga da polícia formação de grupos de interesse.</p> <p>Os movimentos na rua acontecem por setores. As pessoas menores de idade respeitam os limites espaciais.</p>		<p>Há pessoas menores de idade que estão na rua, organizam-se bem na rua e desejam ficar na rua por não conhecer outras possibilidades para viver.</p> <p>O desejo de estar na rua se confunde com a sensação de estabilidade para traficar drogas e cometer atos delitivos.</p> <p>Algumas pessoas menores de idade encontram sua estabilidade e referência nos albergues. Assim, movimentam-se entre os albergues institucionais, passando longos períodos sem uma resposta para sua situação de vida. Albergues transitórios viram albergues permanentes.</p> <p>Existem também os movimentos de fuga dos albergues e retorno para comer e dormir. O desafio institucional é oferecer mais que comida e cama, para não agravar a situação de risco que já vivem.</p> <p>Por este motivo, o DAI já não terá albergues no centro de San José. Os albergues estarão descentralizados nas regiões, para o atendimento de crianças até doze anos, adolescentes mulheres e adolescentes homens.</p>

			<p>Também existem movimentos territoriais para reencontrar a família. Quando se sentem protegidos e não há fatores de risco na família, tendem a buscá-la.</p> <p>Algumas pessoas menores de idade chegam à rua de Províncias distantes e já não retornam para lá. Seus movimentos se concentram na região metropolitana de San José.</p> <p>Às vezes, juntam-se com outros meninos e meninas para conhecer novas regiões. Aumenta, assim, sua mobilidade e se transformam em <i>nômades</i> na rua, vão de lugar em lugar.</p> <p>Os limites territoriais na rua são bem definidos: territórios para distribuição e tráfico de drogas, territórios para dormir, territórios para roubar. Eles vão e vêm nesses territórios.</p> <p>Atualmente, com a evolução da tecnologia, os movimentos também acontecem de outras formas. Por exemplo, o tema da exploração sexual evolui muito. Antes meninas ou meninos ficavam expostos nas ruas e se movimentavam nas ruas para atrair clientes. Depois os clientes passaram a ter um catálogo nos hotéis para escolher meninas e meninos. Atualmente, o assunto transcendeu nas redes sociais. As próprias meninas e os meninos administram seu negócio nas redes sociais.</p> <p>Necessidade de desenvolver um trabalho e um compromisso interinstitucional, que parta do governo, para lidar com essa problemática. O governo deve assumir esse trabalho como prioridade e não deixar que o PANI seja a única instituição responsável.</p>
--	--	--	--

<b>INFÂNCIA</b>			
<p>1. O que você compreende por infância? E infância vulnerabilizada?</p>	<p>Infância é a primeira etapa do desenvolvimento do ser humano, que vai de zero a doze anos.</p> <p>Infância vulnerabilizada é a vivência da infância com fatores de risco e de violação de direitos.</p>		<p>O PANI oferece proteção y atenção às pessoas menores de idade em situação de risco. Não os tira da família, em um primeiro momento, mas busca formas de protegê-las.</p> <p>O PANI busca a defesa dos direitos das crianças, quando seus pais ou representantes legais não o fazem, porque crianças de zero a doze anos não sabem se defender sozinhas.</p>
<p>2. Como você avalia a situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social no período de 2000 a 2017 em San José?</p>	<p>Rua como rua não define as pessoas menores de idade, porque não são <i>produto</i> da rua, mas chegam aí devido a uma série de situações violatórias anteriores. Portanto, o PANI/DAI não os define como <i>crianças de rua</i>, mas entende que estar na rua é consequência das situações violatórias continuadas que viveram.</p> <p>A rua não é catalogada como a única situação violatória, porque existe um histórico de situações continuadas de violência antes de chegar à rua.</p> <p>A rua não tem sido um fator determinante, o que é determinante é o consumo de drogas.</p> <p>A rua não é apenas um território geográfico, pode ser também um território simbólico, que</p>	<p>Atualmente, diminuiu o número de pessoas menores de idade em situação de rua em San José.</p> <p>Existem, atualmente, outras formas de <i>estar em situação de rua</i>. As pessoas menores de idade já não estão visíveis nas esquinas, mas foram cooptadas por grupos delinquentes, de prostituição e de narcotráfico. Não diminuiu o número de pessoas menores de idade, estão em outros espaços violatórios e, portanto, continuam em situação de rua.</p>	<p>Há lugares na Costa Rica que são centros de prostituição e exploração sexual infantil, não necessariamente em San José. Os grupos de prostituição levam meninas e meninos por todo o país, ou seja, o território <i>rua</i> se amplia além das ruas e avenidas de San José.</p> <p>A realidade de hoje é diferente, existe outro <i>cenário de rua</i>, com mais movimento territorial para a exploração das pessoas menores de idade.</p> <p>Também já não existem meninos e meninas isolados nas esquinas, eles se conectam. Os adolescentes que estão na rua, atualmente, têm um perfil diferente. Já não buscam sua família, sentem que já se esgotou essa possibilidade. Já não é somente uma situação de violência doméstica contra eles, mas eles próprios têm ou tiveram condutas violentas na família. Por isso, saem do albergue para encontrar seu grupo, mas não para voltar para casa.</p> <p>Na Costa Rica, as crianças chegam à rua muito pequenas, com um longo histórico de violações de direitos. O último escalão da cadeia de violações (maltrato, abusos, negligência) é ir para a rua. Ao ir para a rua, as crianças começam a buscar estratégias para sobreviver e passam a trabalhar para grupos delinquentes. Saem do sistema educativo e ingressam em alternativas institucionais.</p>

	<p>significa o espaço onde seus direitos são violados.</p> <p>A rua é a expressão da negligência no cuidado.</p> <p>Houve grandes mudanças na situação das pessoas menores de idade que estão na rua. Antes, ficavam pedindo esmola ou comida. Atualmente, já não mendigam, vendem-se em casas de prostituição ou trabalham para redes de narcotráfico. No entanto, continuam <i>em situação de rua</i>, com os riscos que viver na rua significa.</p>		<p>A realidade na rua se transforma muito rapidamente. Existem diferentes situações de risco para as pessoas menores de idade. São <i>peças</i> importantes, mas também descartáveis nos grupos de narcotráfico, máfias, prostituição, grupos delinquenciais, tráfico de crianças a nível nacional e internacional. São utilizadas para cometer delitos e também como mercadoria.</p> <p>Quando as pessoas menores de idade estão envolvidas no esquema dos grupos de narcotráfico, prostituição e delinquência, não conseguem perceber que estão em risco, pois são absorvidas por uma dinâmica que <i> mascara</i> o delito e o abuso.</p> <p>Os grupos delinquenciais e de narcotráfico levam as pessoas menores de idade para seus territórios. Elas buscam referência, de afeto e/ou de pertencimento, e acabam sendo incorporadas por esses grupos. Com isso, mudou o <i>perfil</i> das pessoas menores de idade em situação de rua.</p> <p>De 2008 a 2010 houve forte migração: as pessoas menores de idade deixaram San José e se dirigiram para outras Províncias, em busca de atendimento. Isso porque aconteceu uma confusão entre <i>criança em situação de rua</i> e <i>criança na rua</i>. A consequência foi que se fez uma abordagem inadequada, misturando os diferentes perfis de população.</p> <p>A presença de crianças em situação de rua expressa a não-proteção da infância, ou seja, uma cadeia de negligências a nível social, familiar e econômico.</p>
<p>3. Em sua opinião, quais medidas deveriam ser tomadas, em nível regional, nacional e comunitário, para melhorar a situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social?</p>	<p>Trabalho interinstitucional para atendimento das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco pessoal, com mais coerência, compromisso e coordenação entre as instituições. O PANI/DAI deve, por um lado, atender as pessoas</p>	<p>É responsabilidade do governo e das diretorias das instituições estatais atender as pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social, e dar resposta a suas demandas.</p>	<p>As instituições se manejam de acordo com interesses políticos, o que dificulta a operacionalização do trabalho direto junto às pessoas menores de idade. Para evitar o atendimento desarticulado às pessoas menores de idade, o ideal seria ter um plano de atuação comum a todas as instituições.</p>

	<p>menores de idade. Por outro lado, deve trabalhar com as instituições para planejar e implantar um atendimento interinstitucional.</p> <p>Atendimento às pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social assumido como responsabilidade do Estado e de todas as instituições estatais.</p> <p>Faltam estratégias de atuação em cada instituição. Essa carência repercute a nível interinstitucional.</p> <p>O Estado não dá respostas claras e/ou adequadas para descobrir onde está a vulnerabilidade no atendimento às pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social.</p> <p>É necessário intensificar as ações de prevenção da vulnerabilidade infantil nas famílias, bairros e comunidades. Para isso, é imprescindível melhorar o atendimento no sistema educativo e no sistema de saúde.</p> <p>O PANI e demais instituições devem priorizar a prevenção da vulnerabilidade infantil, trabalhando com a primeira infância.</p>	<p>É responsabilidade da família e da comunidade educar e atender as pessoas menores de idade. Essas instâncias devem pedir ajuda, se necessitam.</p>	<p>As normas para ingresso das pessoas menores de idade em cada instituição são tão restritivas que impossibilitam sua entrada e/ou permanência.</p> <p>As principais instituições que deveriam se organizar para o atendimento das pessoas menores de idade são: PANI, Ministério de Justiça (Poder Judiciário), Instituto sobre Alcoolismo e Farmacodependência (IAFA), CCSS, IMAS, Instituto Nacional da Mulher (INAMU), Ministério da Educação, Ministério da Saúde.</p> <p>A movimentação ou deslocamento que as pessoas menores de idade fazem entre as instituições para serem atendidas, já é uma violação de seus direitos.</p> <p>O PANI está trabalhando atualmente um programa de promoção e prevenção, que dará resultados a médio e longo prazo. Consiste em um trabalho com a primeira infância. No entanto, precisa organizar o trabalho junto às pessoas adolescentes de hoje.</p> <p>É necessário realizar um diagnóstico, pois o perfil das pessoas menores de idade que chegam ao DAI para ser atendidas mudou bastante: consumo de drogas entre crianças de 10 anos, aumento do número de adolescentes grávidas, diversidade de gênero. Falta articulação e preparação para atender as novas demandas. Ainda se trabalha a partir dos mitos e estereótipos das pessoas menores de idade em situação de rua. Além disso, os avanços tecnológicos e de comunicação indicam a urgência de rever e atualizar as formas de intervenção.</p> <p>Costa Rica tem políticas para tudo. Para a infância e adolescência, há uma lista de políticas específicas. O problema não é a falta de políticas ou normativas, mas sim sua implantação efetiva.</p> <p>Os governos locais (Províncias e Cantones) não trabalham satisfatoriamente o tema da prevenção, muito menos da atenção às pessoas menores de idade. Não existem</p>
--	--	---	--

			<p>políticas locais.</p> <p>Não existem suficiente atenção e cuidado nas famílias e nas comunidades. Quando as pessoas menores de idade chegam ao PANI, já estão <i>quebradas</i>, maltratadas. Trazem sequelas severas de violência doméstica.</p>
<b>PANI</b>			
<p>1. Para você, o que é o PANI?</p>	<p>PANI é o órgão reitor em matéria de infância e adolescência na Costa Rica, que deve garantir de forma operativa o bem estar das pessoas menores de idade, assim como organizar estratégias para que isso aconteça em coordenação com outras instituições.</p>	<p>O PANI não tem clareza sobre as limitações institucionais que interferem e prejudicam o atendimento das pessoas menores de idade.</p> <p>O PANI está perfeito para atender crianças e adolescentes em situação de risco social.</p>	<p>O PANI, como entidade reitora, deve operacionalizar e realizar o atendimento das pessoas menores de idade. O CNA e a Lei Orgânica estabelecem o grau de competência do PANI.</p> <p>O PANI se dedica à atenção das pessoas menores de idade e é o órgão que garante os direitos das pessoas menores de idade em coordenação com todas as entidades do Estado, além de impulsionar o empoderamento das comunidades e dos governos locais.</p> <p>O PANI é uma instituição muito comprometida com a infância. O que falta, muitas vezes, são recursos econômicos para realizar todos os projetos e aumentar o número de funcionários.</p> <p>A maioria da população na Costa Rica entende que o PANI deve assumir tudo o que se refere à infância e adolescência, indistintamente se existe ou não situação de risco. Isso gera dificuldades, pois as famílias e outras instituições pensam que o PANI é um depósito de crianças e adolescentes com problemas.</p> <p>A carga e as cobranças midiáticas são fortes e interferem no PANI e nas pessoas que aí trabalham.</p> <p>O PANI está bem organizado para atender as pessoas menores de idade em situação de risco social. No entanto, alguns funcionários não assumem bem seu trabalho. Por outro lado, as altas hierarquias do PANI não têm clareza</p>

			<p>de quais são as limitações institucionais para/no atendimento, e por isso não há um manejo adequado das respostas.</p> <p>É importante assegurar a continuidade dos projetos e trabalhos que o PANI realiza, quando há troca de governo nacional.</p>
<p>2. Para você, quais são os maiores desafios enfrentados pelo PANI, de 2000 a 2017?</p>	<p>Impulsionar a formação de uma rede interinstitucional para o atendimento das pessoas menores de idade no país.</p> <p>Insuficiência de funcionários/as para atender uma demanda crescente de trabalho.</p>	<p>O maior desafio do PANI é a renovação interna da instituição: aumentar o quadro de funcionários/as com formação especializada para o atendimento das pessoas menores de idade.</p> <p>O maior desafio do PANI é externo à instituição. Consiste em criar e fortalecer uma rede interinstitucional para o atendimento das pessoas menores de idade, de acordo com as competências específicas de cada instituição.</p>	<p>O PANI não cresceu suficientemente em matéria de reitoria. Não consegue coordenar o trabalho com outras instituições para formar uma rede interinstitucional de atendimento.</p> <p>O principal desafio do PANI é se adequar à realidade nacional, pois a instituição não cresceu na mesma proporção do crescimento da problemática da infância e adolescência no país.</p> <p>É urgente uma renovação interna para apoiar as pessoas menores de idade e suas famílias nos dias de hoje. As técnicas e procedimentos utilizados no passado já não respondem à realidade atual.</p> <p>Faltam funcionários/as para responder ao aumento de casos atendidos. Falta incidência na área de educação. A instituição está abrindo novos centros e projetos educativos descentralizados, mas falta pessoal capacitado para realizar esse trabalho.</p> <p>Também falta realizar um trabalho educativo com os homens, na maioria das vezes vitimários dos abusos de crianças e adolescentes. É necessário trabalhar não somente com as vítimas, mas também com os vitimários para reverter o ciclo da violência. Isso significa trabalhar na prevenção da agressão, e não apenas no socorro das vítimas já agredidas.</p> <p>Observam-se negligência e atraso no atendimento da equipe profissional: falhas nos encaminhamentos da equipe e falta de respostas adequadas à população menor de idade em conflito com a lei.</p>

			<p>O PANI tem uma dívida institucional de 10 anos com as pessoas menores de idade consumidoras de drogas e em alternativas de proteção. A instituição não sabe o que fazer com essa população, falta atenção e acompanhamento especializados.</p> <p>O PANI não avançou tecnologicamente.</p> <p>A instituição deve impulsionar processos de planificação, seguimento e avaliação do trabalho que realiza.</p> <p>Um desafio importante é impulsionar os processos de adoção para que a institucionalização prolongada não se converta em mais uma situação de risco.</p>
<p>3. Para você, quais são as maiores conquistas do PANI, de 2000 a 2017?</p>	<p>Regionalização e descentralização do atendimento. Cada Direção Regional do PANI deve conhecer e assumir a população menor de idade de sua região geográfica.</p> <p>Importantes conquistas que aconteceram na gestão da presidente executiva Ana Teresa León (2014-2018). programas de educação e prevenção desde a primeira infância; descentralização do atendimento; crescimento do orçamento institucional; aumento de recursos para programas de atenção e intervenção descentralizada; novas contratações (aumento de 200 postos no quadro de funcionários/as para a instituição); compra de</p>		<p>A aposta no trabalho educativo e de prevenção da violência nas comunidades de alta vulnerabilidade social.</p> <p>A atual presidente executiva do PANI (Ana Teresa León) tem dado respostas importantes em matéria de prevenção da violência contra pessoas menores de idade, não somente na perspectiva do atendimento, mas também e principalmente na perspectiva da prevenção.</p> <p>Com a regionalização do atendimento, cada região (Direção Regional) se organiza para decidir o que fazer com as pessoas menores de idade em situação de risco em seu entorno. Como fazer um plano operativo? Quais são suas metas? Onde deve enfocar a prevenção? Como trabalhar com as pessoas menores de idade acusadas de violência doméstica?</p> <p>A regionalização permite maior clareza sobre onde intensificar as políticas de atenção com todos os programas do PANI. Cada Direção Regional trabalha a partir de suas necessidades.</p> <p>A criação da atual estrutura de incidência descentralizada permitirá, em breve, diminuir a incidência de situações</p>

	equipamentos e materiais importantes para o trabalho.		<p>violatórias.</p> <p>Realização de atividades operativas e massivas que levam o PANI para perto da população, de forma que a instituição possa ser vista pela população não somente quando acontece um ato de violência envolvendo pessoas menores de idade.</p> <p>Escola para mães e pais é uma importante conquista, pois oferece a oportunidade para que pessoas adultas agressoras realizem um processo de recuperação e aprendizagem de novas práticas educativas, para receber novamente seus filhos/as.</p> <p>Mesmo que sejam ainda insuficientes, já existem alguns trabalhos e encaminhamentos realizados em cooperação e articulação com outras instituições.</p> <p>O PANI está descobrindo, como instituição, qual é o seu papel específico, e como trabalhar. Processo de renovação institucional, de mudança de gerações. Está chegando um grupo de pessoas jovens para trabalhar no PANI, com visão nova e diferente. Está acontecendo um choque geracional positivo.</p>
--	---	--	--

**Apêndice 5 - Síntese das respostas / Projeto Quixote**

<b>DESENVOLVIMENTO</b>			
<b>QUESTÃO</b>	<b>CONCORDÂNCIAS</b>	<b>DISCORDÂNCIAS</b>	<b>ASPECTOS MAIS RELEVANTES</b>
<p>1. Para você, o que é desenvolvimento urbano?</p>	<p>Desenvolvimento urbano se relaciona com qualidade de vida das pessoas.</p> <p>Desenvolvimento urbano significa prover para os habitantes, recursos que lhes permitam viver com dignidade.</p> <p>Desenvolvimento urbano passa pelo desenvolvimento cultural (arte e cultura), pelo acesso aos serviços básicos (saúde, educação, assistência social), e pelo pertencimento à cidade.</p> <p>Desenvolvimento urbano requer encontro, conversa e participação das pessoas e comunidades.</p>	<p>Desenvolvimento urbano é planejamento urbanístico e arquitetônico.</p> <p>Desenvolvimento urbano não é só a construção de escolas, hospitais, prédios, sistemas de transporte. Tem a ver com a qualidade de vida das pessoas que estão dentro do espaço urbano.</p>	<p>Desenvolvimento urbano implica existência de espaços coletivos, onde as pessoas possam se encontrar.</p> <p>Desenvolvimento urbano acontece com o avanço de políticas públicas específicas para cada situação e para cada população.</p> <p>A cidade de São Paulo, por suas características e história, apresenta um desenvolvimento que exclui: deterioro das condições dos pobres e da sustentabilidade dessas populações, em nome do desenvolvimento para uma minoria (cidadania conturbada).</p>
<p>2. Para você, o desenvolvimento urbano interfere na situação das pessoas menores de idade? Como?</p>	<p>O desenvolvimento urbano interfere na situação das pessoas menores de idade. Devido à falta de condições de moradia digna nas periferias e pelas situações múltiplas de violência, as pessoas menores de idade ocupam espaços públicos e casas abandonadas no</p>	<p>Rua é lugar de risco para crianças e adolescentes</p> <p>Rua é lugar de encontros e aproximações para crianças e adolescentes</p>	<p>O desenvolvimento urbano, muitas vezes, invisibiliza as crianças e adolescentes em situação de rua.</p> <p>O investimento social, através de políticas públicas adequadas, pode minimizar ou resolver a problemática das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social.</p>

	<p>centro da cidade, pois o espaço urbano no centro é mais atrativo.</p> <p>A falta de investimento social na cidade, principalmente nas periferias, interfere diretamente na vida de todas as crianças e adolescentes, sobretudo aquelas em situação de risco.</p> <p>Centralização geográfica dos serviços de atendimento para a população em geral, e para as pessoas menores de idade especificamente significa dificuldade de acesso aos serviços.</p> <p>O desenvolvimento urbano incide também na mobilidade das crianças e adolescentes (meios de transporte).</p>		<p>O desenvolvimento urbano que queira atingir melhor qualidade de vida para as crianças e adolescentes deve pensar também nas pessoas cuidadoras dessa população.</p> <p>O fechamento de espaços e serviços específicos para a população infanto-juvenil em situação de rua e de risco social (espaços criancáveis) é um retrocesso não só social e educativo, mas também para o desenvolvimento da cidade.</p> <p>A rua não é necessariamente apenas um lugar de risco. Pode ser também lugar de encontros e aproximações.</p>
<p>3. Como você avalia o desenvolvimento urbano em São Paulo no período de 2000 a 2017?</p>	<p>Percebem-se retrocessos gigantescos devido às gestões políticas.</p> <p>Desenvolvimento urbano caótico e desordenado: falta de diretrizes consistentes, rápido crescimento das periferias, uso irracional dos recursos públicos, ocupação de terrenos, ocupação de imóveis abandonados no centro, descuido da região central, descontinuidade das iniciativas políticas e administrativas da cidade, concentração dos serviços de</p>	<p>O centro da cidade está descuidado.</p> <p>Há vários coletivos e movimentos de revitalização do centro</p> <p>As pessoas começaram a valorizar mais os espaços comunitários de lazer, parques, espaços verdes e hortas na região central.</p>	<p>A falta de coordenação política e administrativa relacionada com o desenvolvimento urbano tem consequências diretas para a piora da qualidade de vida da população.</p> <p>Quando a cidade (centro) é reformada e revitalizada, o feio aparece e as pessoas em situação de rua sobram.</p> <p>Em 2017, devido a decisões da prefeitura municipal de São Paulo, houve muita violência na forma como foram tratados tanto trabalhos sociais, como crianças, adolescentes e adultos que vivem na rua.</p>

	<p>atendimento e rede de transportes na região central.</p> <p>Falta de políticas públicas específicas, apropriadas e contínuas para crianças e adolescentes.</p> <p>Trabalhos sociais dizimados: houve ruptura e descontinuidade dos trabalhos de atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social, principalmente a partir de 2017, devido à falta de investimento da prefeitura municipal (Prefeito Doria).</p> <p>A moradia tem relação direta com a situação de vulnerabilidade das pessoas e com a vinda de crianças para a rua.</p>		<p>O desenvolvimento urbano está condicionado às opções políticas do Poder Executivo municipal.</p> <p>A questão da moradia está relacionada com o desenvolvimento urbano: crescimento de ocupações na região central, inclusive com barracas nas ruas. Famílias morando na rua, não só crianças e adolescentes.</p> <p>Importância de recuperar lazer e ruas abertas no fim de semana, pois isso valoriza o encontro.</p> <p>Há avanços significativos em termos de políticas públicas, criação de movimento social, criação de espaços coletivos de crianças e jovens.</p> <p>O Programa De Braços Abertos, entre 2014 e 2016, representou um avanço significativo em São Paulo, pois pela primeira vez, articulou-se uma iniciativa inter-secretarial, ou seja, uma gestão pensada com Saúde, Assistência Social, Cultura, Segurança Pública, Direitos Humanos e outras, para organizar a gestão no território. Em 2017, o retrocesso se deu pelo fechamento do programa De Braços Abertos, pelo prefeito Doria.</p> <p>A partir desse retrocesso, a arquiteta Raquel Rolnik funda um coletivo chamado Mundaréu da Luz, junto com vários coletivos, como resistência das/com as pessoas que se encontravam na crackolândia. A proposta é pensar e repensar a cidade com imaginação política.</p>
<b>TERRITÓRIO</b>			
<p>1. De acordo com as experiências de seu trabalho, de onde chegam as crianças e os adolescentes que vivem ou permanecem na rua? Bairros da cidade? Outras cidades?</p>	<p>Chegam de todas as regiões da cidade, de outros municípios próximos e do litoral, e convergem para o centro. A maioria chega das periferias da cidade. Algumas crianças estrangeiras são atendidas, principalmente pelo Programa</p>	<p>Para o Quixote, o território é a criança. Se ela está no território nacional, tem que ser beneficiária de todo e qualquer programa que o ECA prevê.</p> <p>Pelas regras dos convênios, o atendimento deve estar restrito</p>	<p>Crianças e adolescentes convergem para o centro a partir de uma <i>lógica do belo e do novo</i>. No seu imaginário, o centro é algo bonito e atrativo.</p> <p>Crianças e os adolescentes se movem de acordo com suas necessidades e possibilidades, sobretudo de transporte.</p>

	<p>Cuidar (atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual).</p> <p>Além de crianças e adolescentes que chegam das periferias de São Paulo, cresceu o atendimento a crianças que moram nas ocupações do centro, junto com suas famílias.</p>	<p>ao território estipulado.</p>	<p>Já existem gerações de rua, ou seja, crianças pertencentes a famílias que estão na rua há muito tempo.</p> <p>O território do Quixote é o menino, a criança.</p>
<p>2. Como as crianças e os adolescentes reagem e como se organizam quando chegam à rua?</p>	<p>Chegam muito assustados, desconfiados e perdidos.</p> <p>A chegada acontece e rapidamente as crianças já conseguem se ambientar, isso é um dos fatores que contribui para que fiquem na rua.</p> <p>Recebem apoio dos que já estão na rua, irmãos de sangue ou de rua. Crianças e adolescentes se organizam através da criação de vínculos fortes, cuidado coletivo e partilha.</p> <p>Nem sempre é uma relação harmoniosa, mas existe solidariedade entre eles.</p>	<p>Crianças e adolescentes recebem apoio de seus pares quando chegam à rua.</p> <p>Crianças e adolescentes passam por um <i>ritual de rua teste</i>, e sofrem bastante no começo.</p> <p>A reação e organização quando chegam à rua vai depender dos códigos territoriais de cada região. É um jogo selvagem, um jogo de poder com códigos de poder.</p>	<p>A rua é hospitaleira.</p> <p>Quando chegam à rua, crianças e adolescentes são convidados a usar drogas e são vítimas de aliciadores de menores.</p> <p>Crianças e adolescentes se organizam através do afeto, do respeito entre eles, e assim se agregam e se cuidam: famílias de rua, não necessariamente com vínculos de sangue.</p> <p>Dormem em bando ou em grupo no meio da cidade, pois esse é um jeito de zelarem por seu sono.</p> <p>Geralmente, quando chegam às ruas do centro, crianças e adolescentes já viveram anteriormente a situação de rua nas periferias.</p> <p>Há concentração de projetos que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua no centro (<i>tia, de que marca você é?</i>).</p> <p>Assim como há pessoas que ignoram ou maltratam as crianças, há muitas pessoas que se solidarizam, em todos os setores.</p>

<p>3. Como você percebe e explica os movimentos territoriais (ocupação, organização, desocupação, relações, sobrevivência, etc.) das pessoas menores de idade em situação de vulnerabilidade social: da casa ou comunidade para as ruas e os movimentos nas ruas?</p>	<p>Ao contrário do que a maioria das pessoas pensa, crianças e adolescentes não vão para o centro em busca de droga.</p> <p>As condições da/na periferia são precárias, não há recursos e possibilidades.</p> <p>Geralmente, as famílias dessas crianças são pouco cuidadoras, abandonadoras, negligentes.</p> <p>Os movimentos territoriais no centro acontecem em função da droga, das infrações, da presença policial. Os movimentos acompanham o <i>pulsar da cidade</i>.</p> <p>A referência espacial de proteção das crianças e adolescentes em situação de rua são as malocas, os mocós onde costumam dormir.</p>	<p>Crianças e adolescentes estão em constante movimentação territorial nas ruas.</p> <p>Crianças e adolescentes necessitam de um território de referência, um território para pertencimento.</p>	<p>Existe certa repressão policial que configura os destinos das crianças e adolescentes. Os movimentos são consequência das proibições de estar, e eles se refugiam em lugares onde sentem mais segurança.</p> <p>Crianças e adolescentes fazem um <i>diagnóstico</i> das possibilidades, ameaças e recursos de cada região, e assim escolhem onde vão perambular e dormir.</p> <p>Existem tentativas de volta para o bairro e/ou casa, o que provoca movimentos de vaivém entre as ruas do centro e as periferias.</p> <p>Hoje em dia, os movimentos territoriais são feitos também pelas famílias que estão na rua. E essas famílias têm crianças e adolescentes que migram e circulam junto. Famílias de sangue ou de rua.</p> <p>É muito importante, enquanto educadores terapêuticos, caminhar com as crianças e adolescentes pela cidade, na errância que caracteriza a vida deles.</p> <p>Quando se pensa em violência, responsabiliza-se mais o pai e a mãe que bate, e se esquece da violência estrutural.</p> <p>A rua não é território, a rua é passagem.</p>
<p><b>INFÂNCIA</b></p>			
<p>1. O que você compreende por infância? E infância vulnerabilizada?</p>	<p>Infância é um construto social e cultural.</p> <p>É o primeiro período de desenvolvimento da pessoa, uma etapa muito importante.</p> <p>É o período da brincadeira, deve-</p>		<p><i>O progresso</i> não é ruim em si, mas acaba não cuidando do ser humano. A evolução social e tecnológica roubou muito da infância. Atualmente, a infância tem sido prejudicada, pois as crianças vão cada vez mais cedo para a escola, vivem em apartamentos pequenos e não têm tempos e espaços de brincadeira.</p> <p>Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade</p>

	<p>se brincar muito na infância. É o espaço de criação, de liberdade e de crescimento. É o período para errar muito, aprender com acertos e erros.</p> <p>Infância vulnerabilizada é a negação da infância: necessidades básicas e afetos. Está presente em todas as classes sociais. Acontece em função do abandono.</p>		<p>têm que ter muitos recursos internos para não se quebrar. Quando a criança vai para a rua, fica totalmente sem referência, e a falta de referência é uma grande vulnerabilidade porque é enlouquecedora.</p> <p>Como fazer para não encarar a rua somente como lugar de risco, mas também como lugar de encontro, de passagem para algo? A rua não precisa ser o destino final, mas pode ser um trânsito para outros lugares.</p> <p>É preciso ver e perceber como as crianças brincam na rua, quais são suas brincadeiras. Como instituição que atua junto à infância vulnerabilizada, é preciso se reinventar para trabalhar com crianças e adolescentes que já têm seus direitos da infância negados.</p> <p>Parte da vulnerabilização infantil é achar natural que uma criança esteja na rua. A vulnerabilização infantil é sistemática, não acontece por acaso. As marcas de transgressão, sobretudo na infância, significam um apelo para que a sociedade olhe para o que produz a vulnerabilização infantil.</p> <p>Se a sociedade cuida da infância, está cuidando de si mesma. O cuidado da infância não é uma tarefa só da família. Como diz Nelson Mandela: <i>para cuidar de uma criança, não chega uma comunidade.</i></p>
<p>2. Como você avalia a situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social no período de 2000 a 2017 em São Paulo?</p>	<p>Um quadro de piora, de sucateamento das políticas públicas. Principalmente nos últimos quatro anos, as políticas públicas não atendem suficientemente as demandas das pessoas menores de idade.</p> <p>Fechamento de serviços, abrigos, projetos de abordagem e centros de referência para crianças e adolescentes em situação de rua e</p>	<p>Ainda há muitos equívocos na abordagem da infância. Falta de investimento nas políticas públicas para atendimento das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social. De certa forma, melhoraram e se ampliaram as políticas públicas e os equipamentos para pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social.</p>	<p>Nos últimos anos, intensificou-se a falta de investimento nas políticas públicas para atendimento das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social.</p> <p>Descontinuidade e falta de avaliação das políticas públicas.</p> <p>É necessário investir na educação, intensificar a prevenção da infância vulnerabilizada através da educação. Aprender a maternagem e a paternagem.</p> <p>Constata-se crescimento do número de famílias em</p>

	<p>de risco.</p> <p>Precariedade dos direitos de crianças e adolescentes. Piora das políticas públicas voltadas para essa população, devido à privatização dos serviços.</p> <p>Sensação de enxugar a água que não para de correr.</p> <p>As políticas públicas estão mais voltadas para pessoas adultas em situação de rua.</p>		<p>situação de rua. Por outro lado, há aumento do número de coletivos e redes de solidariedade e indignação, inclusive com participação de crianças, adolescentes e jovens. Incentivar a construção desses espaços coletivos já faz parte da política pública.</p> <p>O Quixote tem representação em foros, conferências e grupos de trabalho, no sentido de construir políticas públicas, mas cada vez mais o resultado é próximo de zero.</p>
<p>3. Em sua opinião, quais medidas deveriam ser tomadas, em nível regional, nacional e comunitário, para melhorar a situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social?</p>	<p>Entender a situação das pessoas menores de idade em situação de rua e de risco social como uma questão social, pública, da sociedade, que precisa de meios e recursos públicos para ser resolvida.</p> <p>Investimentos sociais e de infraestrutura nas regiões mais pobres da cidade. Se as crianças tivessem boas condições de vida nos seus bairros, não migrariam para o centro.</p> <p>Investimento claro e de longo prazo no trabalho de rua. É necessário muito vínculo, afeto e continuidade.</p> <p>Formação e qualificação profissional para as pessoas que trabalham com essa população. Criar e intensificar o trabalho em</p>	<p>Intensificar o investimento para atendimento da população infanto-juvenil em situação de rua e de risco social.</p> <p>A distribuição de renda é totalmente desigual, cada vez mais desigual. Por isso, nem que se pense no Estado do bem-estar social, o problema será resolvido. É necessário pensar respostas coletivas, que vão à questão de base.</p>	<p>O cenário político não está favorável para essas crianças, está mais de extermínio do que de cuidado.</p> <p>Infância e juventude não dão votos. Na campanha eleitoral recente, nenhum candidato citou crianças e adolescentes, nenhuma proposta. De saúde mental também, nenhuma.</p> <p>É muito importante investir na educação, pois a educação abrange tudo: saúde, economia, é muito ampla.</p> <p>A criação de um equipamento/serviço não garante o cuidado. É necessário investir na formação de profissionais e nas redes de atendimento. O atendimento deveria ser com equidade para atender de forma diferente as necessidades e carências que se apresentam, porque não dá para ter a mesma resposta. São situações diferentes que precisam de respostas diferenciadas. Essas articulações deveriam ser locais, estaduais e nacionais.</p> <p>As pessoas que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua e de risco adoecem muito por causa dos <i>tem que</i>, por não dar conta Aceitar ver a miséria tem seus efeitos, aceitar ver o mecanismo que produz a miséria</p>

	<p>redes.</p> <p>Buscar/construir integração e articulação entre serviços e políticas.</p> <p>Ampliar espaços de debate nas comunidades. Deixar de individualizar as questões, ver pautas coletivas e questões que precisam ser olhadas coletivamente.</p> <p>Apresentar para a sociedade a situação das crianças e adolescentes em situação de rua, e o que é o que é o CAPS, para valorizar mais esse trabalho.</p>		<p>também tem efeitos, então os espaços para pessoas cuidadoras são fundamentais e existem poucos.</p> <p>Numa sociedade capitalista, é necessário ter bandeiras muito firmes e população que se mobiliza, que vai atrás e briga e luta, não uma luta individual, mas uma luta coletiva. Sem isso, será muito difícil resolver o problema.</p> <p>É necessário retomar a história do Brasil para entender porque as crianças estão em situação de rua e de risco social.</p>
<b>PROJETO QUIXOTE</b>			
<p>1. Para você, o que é o Projeto Quixote?</p>	<p>O Quixote é um projeto que acredita ser possível mudar a história de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social.</p> <p>É a possibilidade de uma outra história. Não significa abrir mão da história que a criança já tem, ao contrário. É valorizar a história que ela tem para, através dessa história, criar uma outra.</p> <p>Visualizar, vislumbrar com ela a possibilidade de uma outra</p>	<p>O Quixote, como outras instituições, supre as deficiências e dificuldades de uma política pública de um Estado que não funciona. É uma trincheira necessária, mas é uma trincheira a todo o momento ameaçada.</p> <p>Às vezes, as ONGs ou outras organizações apostam que tem que falir o serviço público para colocar essas ONGs fazendo o serviço. Com isso, reiteram a</p>	<p>O Quixote nasceu para contemplar um lugar que faltava na rede. Foi um desafio muito grande, porque a equipe inicial veio de um ambulatório de álcool e drogas do PROAD, não tinha experiência de interface com infância.</p> <p>O Quixote entende que <i>criança que empina pipa não pipa pedra</i>. Criança tem é que brincar, criança gosta é de brincar, a droga entra na vida por outras questões, experimentação, para afastar o medo, mas não são dependentes químicos precoces. Não adianta medicalizar uma questão que é social.</p> <p>O Quixote criou uma metodologia própria que ajudou a formação dos CAPS: entradas por acolhimento, entradas</p>

	<p>história.</p> <p>É um projeto que junta o belo e a ética.</p> <p>É um projeto que tem um olhar tridimensional: clínico, pedagógico e social. Isso é fundamental.</p> <p>É um espaço múltiplo, híbrido, de pessoas e ideias, incluindo equipe e pessoas usuárias do serviço.</p> <p>É uma instituição que leva o <i>brincar a sério</i>.</p>	<p>fragmentação dos recursos que deveriam ser destinados para a população atendida.</p>	<p>por oficinas lúdicas.</p> <p>A equipe do Quixote é treinada para acolher, interessar-se pela criança e cuidar dela afetivamente.</p> <p>A reflexão constante sobre o trabalho é fundamental para o Quixote.</p> <p>O ideal do projeto Quixote é que um dia não precise mais existir.</p>
<p>2. Para você, quais são os maiores desafios enfrentados pelo Projeto Quixote, de 2000 a 2017?</p>	<p>Questão política e financeira, renovação de convênios, verbas para trabalhar.</p> <p>Como fazer, de forma criativa, que as demandas e dificuldades que surgem no trabalho com crianças e adolescentes, cheguem aos lugares que precisam chegar, e se transformem em políticas públicas.</p> <p>Trabalho em rede, fazer rede com outros grupos e instituições. Não existe uma rede consolidada, ocorrem muitas mudanças de serviços e, de repente, um parceiro deixa de existir.</p> <p>Os casos são muito complexos, de muito sofrimento, de muito abandono.</p>	<p>Os financiamentos engessam, mas são imprescindíveis para seguir trabalhando. Como reverter isso em benefício de crianças e adolescentes?</p> <p>Como, a partir de dentro da instituição, provocar organização e mudanças políticas, para que o trabalho não dependa exclusivamente dos convênios?</p>	<p>Um grande desafio é encontrar recursos para lidar com o abandono da infância.</p> <p>Fazer rede é um negócio difícil, cada território tem certo narcisismo das pequenas diferenças, e o Quixote não está livre disso. Então, como adentrar no território do outro, como fazer redes?</p> <p>Um desafio é superar desentendimentos entre as pessoas da equipe do Quixote. E isso se faz com supervisões, cuidando da equipe para que a equipe possa cuidar das crianças.</p>

	<p>Há desafios relacionados com as crianças e os adolescentes, mas também há muitos desafios relacionados com as próprias dores, porque trabalhar com uma população tão sofrida mexe também com as próprias feridas narcísicas internas.</p> <p>Desamparo técnico. Um desafio importante está relacionado com a formação profissional recebida nas universidades: como é a preparação na academia? Preparar-se para atender qual população?</p> <p>Um desafio para o Quixote é, com todo o saber que adquiriu, como influenciar mais diretamente os territórios, as comunidades e as pessoas.</p>		
<p>3. Para você, quais são as maiores conquistas do Projeto Quixote, de 2000 a 2017?</p>	<p>Melhor qualidade de trabalho: com o tempo, os olhares vão mudando, as pessoas vão pensando mais sobre seu trabalho, refletindo, e a qualidade, com certeza, vai melhorando.</p> <p>Trabalho pedagógico, social e clínico integrado.</p> <p>As conquistas são diárias, quando uma criança ou um adolescente toma pé da sua história, assume, protagoniza sua história.</p> <p>Ver as crianças crescerem com uma referência de carinho. São marcas afetivas que vão sendo</p>		<p>Na hora que se cai na mesmice e se faz sempre a mesma coisa, se engessa. Então, estamos sempre criando novas atividades, novas coisas. O interessante é que essas coisas são construídas junto com as pessoas atendidas, não temos interesse de criar coisas e baixar portarias, que é outro jeito de funcionar. Vamos criando com essas pessoas, em função de seus desejos e demandas.</p> <p>O convênio com o CAPS foi uma grande conquista, porque deu mais força política e de trabalho.</p> <p>Uma conquista foi a supervisão para a equipe do Quixote, isso não estava dado pelos convênios, houve uma mobilização interna, entendendo que não dá para trabalhar sem supervisão.</p>

	<p>plantadas, não é só um trabalho técnico.</p> <p>Formação de rede com outras instituições, que o Quixote apoiou e sustentou.</p> <p>Formação da equipe e processos de formação para a equipe do Quixote e outros participantes das redes.</p> <p>Conquistas materiais, por exemplo, a sede do projeto Quixote.</p> <p>As publicações do Quixote.</p>		
--	--	--	--